

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 238

JANEIRO - MARÇO

1958

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

CLAUDIO GANNS

CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1958-1959

Presidente Perpétuo

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

2.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. ALFREDO VALLADÃO

3.º Vice-Presidente

DR. RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENEZES FILHO

1.º Secretário

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

2.º Secretário

DR. MANUEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

Orador

DR. PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT

Tesoureiro

ALMIRANTE CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 238

JANEIRO - MARÇO

1958

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958

Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

O GAÚCHO E O CAVALO

DANTE DE LAYTANO

PEQUENA ANTOLOGIA DE TEXTOS EM PARTICULAR DA LITERATURA REGIONALISTA DO RIO GRANDE DO SUL

A

ALCÍDES GONZAGA

E

PERÍ DINIZ

E assy em todas outras manhas que a cavallo se fazem, que som muyto husadas em casa dos senhores. Por que em todo, segundo o que naturalmente ham percalçado de cada hũa dellas, assy recebem por seerem boos cavalgadores vantagens sobre os que taaes nom som, ainda que per saber delles e desposyçom dos corpos iguallados sejam.

«Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela»
— Que fez El-Rey Dom Duarte — de Portugal e do
Algarve e Senhor de Ceuta — Edição crítica — Acompanhada de notas e um glossário por Joseph M. Piel
— «Capítulo Segundo: da ajuda que recebem nas manhas da paz» — Livraria Bertrand — Lisboa — 1944.

«Mais do que o pampa e a labuta pastoril, é, porém, o cavalo, em si mesmo, o mais poderoso fator de sociabilidade entre os gaúchos. É que o cavalo tem, no pampa, uma função essencial, que é ampliar os círculos da sociabilidade, tanto em extensão, como em profundidade. Deixando de parte a sua função militar, é esta a grande função social do cavalo nas campanhas do Sul».

Viana, Oliveira, *Populações Meridionais do Brasil* — Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editôra, 1952 (*In v. 2.º: O Campeador Rio-Grandense e a Função social do cavalo*).

INTRODUÇÃO

Sociologia — Oliveira Viana (20-6-1883 — 28-3-1951), autor de vasta obra de erudição e pesquisa, deixou inédito o 2.º volume de seu tratado das *Populações Meridionais do Brasil*, cujo primeiro volume apareceu em 1918, data do prefácio. Esperou-se 34 anos pelo outro volume, que afinal foi editado pelos discípulos do mestre. O *Campeador Rio-Grandense* é, então, o subtítulo do segundo volume das *Populações Meridionais do Brasil*.

Livro cheio de interesse, ensaio de gabinete, com fontes e citações antiquadíssimas, como aliás reconhece o próprio autor, foi uma interpretação brilhante que se fez do gaúcho, através duma perspectiva sociológica de sua história.

A obra compõe-se de quatro capítulos. O último denomina-se «Culturologia Política da População Rio-Grandense», onde êle insiste sobre o papel do cavalo na vida do Rio Grande, principalmente em dois subtítulos: «Orgulho equestre entre os gaúchos» e «Função social do cavalo no pampa», notáveis páginas de antologia.

Completar-se-iam com os outros subtítulos: Psicofisiologia do guerrilheiro rio-grandense». «Função política da marcialidade rio-grandense» e Origens pastoris da democracia rio-grandense.

Bela e rara lição sobre as causas da coragem, valentia e independência do gaúcho.

Fornecemos, neste lugar, um pequeno trecho da obra do sociólogo brasileiro: *Populações Meridionais do Brasil*, 2.º volume.

«Mais do que o pampa e a labuta pastoril, é porê, o cavalo, em si mesmo, o mais poderoso fator da sociabilidade entre os gaúchos. É que o cavalo tem, no pampa, uma função essencial, que é ampliar os círculos da sociabilidade, tanto em extensão, como em profundidade. Deixando de parte a sua grande função militar, é esta a grande função social do cavalo nas campanhas do sul.

Dada a sua abundância, em nenhuma região do país o uso do cavalo é mais generalizado do que no extremo sul. Desde as classes superiores às mais baixas, todos andam a cavalo, todos viajam a cavalo:

— «Não costumam mandar desmontados nem pretos a recados» — dizia, em 1810, D. Diogo de Sousa, governador da Capitania.

No centro-sul — onde o rebanho equino sempre foi relativamente escasso — o cavalo, justamente pelo fato da sua raridade,

é um sinal de distinção e fortuna: o baixo povo rural não o possui. O pequeno sitiante, que adquire um «piquira» marchador ou mesmo uma égua passista, ascende socialmente aos olhos dos seus companheiros de peonagem: está «remediado». Caminha talvez para a classe superior dos fazendeiros. Tão raro é entre eles o cavalo.

Esta raridade do cavalo e a conseqüente limitação do seu uso à classe superior ou média influem, entre as populações do centro-sul, poderosamente sobre a extensão do círculo da vicinagem: êstes círculos, ali são incomparavelmente mais amplos na classe superior e média do que o das classes inferiores, que não possuem e não podem utilizar-se do cavalo.

Os círculos da vicinagem são determinados pela extensão máxima que a um indivíduo, peão ou cavaleiro, é dado atingir, de modo que possa estar, sem esforço e sem fadiga, de volta ainda com dia à sua casa de vivenda. Como no centro-sul o baixo povo dos campos não possui cavalo, o seu círculo de vicinagem é res-tritíssimo — e não vai além de 4 ou 5 quilômetros de raio. Os fazendeiros, os negociantes dos vilarejos, os sitiantes «remediados», êstes podem, com o cavalo, dilatar êste raio para mais de 2, 3, ou 4 léguas em derredor. Fora dêste limite máximo, em nossas regiões do centro-sul e do norte, desaparece o sentimento do grupo vicinal.

No extremo-sul, ao contrário. Não só pela abundância de cavalos como pela facilidade das disparadas na planície, o círculo da vicinagem amplia-se consideravelmente, numa extensão absolutamente desconhecida aos nossos rurais do centro-sul e mesmo aos nossos resistentes campeadores do sertão. Como as «pulperias» dos pampas platinos, as «vendas» que se encontram à beira das estradas, na região dos nossos pampas, servem de ponto de encontro — diz o Padre Gay — dos peões de dez léguas em redor (1).

O cavalo corrige, assim, a dispersão social inevitável nessas regiões de planícies infinitas, sujeitas à ação demograficamente centrífuga do pastoreio. Dá, por isso, aos círculos da sociabilidade rural naquela região uma latitude surpreendente em nosso meio. Nas zonas agrícolas do centro-sul, dez ou vinte léguas interpostas — e não se faz preciso mais para impedir qualquer contacto vicinal entre dois indivíduos, entre duas famílias, entre dois núcleos humanos.

No extremo-sul, portanto, o grupo de vizinhos, que a casa senhorial da estância pode centralizar dentro da área do seu cen-

(1) Gay — *História Jesuítica da República do Paraguai* (Revista Trimen-sal, v. XVI, pág. 834). Nos grandes dias de corridas de parelheiros, esta vici-nagem se estende dentro de uma área até de 20 léguas: v. Luis Araújo Filho — *Recordações Gaúchas*, 2ª edição, pág. 36, Porto Alegre, 1905.

tripetismo social é, pois, mais volumoso do que o que é possível congregar-se em tórno da casa solarenga do senhor de engenho da costa ou do fazendeiro do planalto. Este grupo não é apenas mais volumoso, dada a maior amplitude da área vicinal no pampa; também o é pela maior profundidade dos círculos da sociabilidade. Como nestas regiões do pampa todo o mundo anda a cavalo, mesmo os *moleques de recados*, da confissão de D. Diogo de Sousa, a massa social que afluí — ou pode afluír — para junto de qualquer estancieiro poderoso é, naturalmente, mais numerosa do que a do centro-sul e do norte — regiões em que os três quartos da população rural são constituídos de pedestres.

Essa função solidarizante do cavalo não se reflete apenas na vida social dos pastores rio-grandenses. Vai mais longe: explica, também, muitas peculiaridades da sua história militar. Sem o cavalo, é-nos impossível, de fato, compreendermos essa maravilhosa facilidade com que os grandes caudilhos gaúchos — desde Pinto Bandeira e Santos Pedroso, das guerras da Cisplatina, até os modernos caudilhos «maragatos» e federalistas, conseguiam congregár em tórno de si, rapidamente, um bando numeroso de guerrilheiros intrépidos.

Realmente, é esta enorme latitude dos círculos da vicinagem no pampa resultante do uso generalizado do cavalo, que nos dá a razão íntima dessa incomparável capacidade organizadora dos cabecilhas rio-grandenses. Logo ao primeiro rebate do inimigo, fàcilmente acorrem para junto dêles os camaradas distantes: — «e, dentro em pouco, tôda uma algara fremente e árdega de cavaleiros destemidos se reúne, e se organiza, e se arregimenta, e se acaudilha, e, brandindo as lanças agudas, precipita-se, ressoando pelos descampados».

Crônica — Madaline Wallis Nichols, doutora pela Universidade da Califórnia, e com numerosos cursos, inclusive na Sorbone e na Stanford University, onde lecionou, na última tantos anos o Professor Percy A. Martin, grande amigo do Brasil, publicou, ela, *The Gaucho — Cattle Hunter Cavalry man — Ideal of Romance*.

Nesta esplêndida obra, faz-se o elogio do gaúcho e do cavalo.

Seu livro bem que se poderia classificar de história, mas história social ou mesmo de crônica viva das tradições. Muitas passagens de trecho que se transcreve são comuns ao passado do Rio Grande, incluído na área da civilização do cavalo, para não dizer equestre.

Enquanto o couro era a parte mais importante da vaca, o cavalo era mais útil quando vivo. Os cavalos eram usados para puxar tôda a sorte de coisas. Mesmo os esquifes eram conduzidos

ac cemitério na garupa de cavalos, amarrados transversalmente por correias de couro. Ordene a um peão para trazer qualquer coisa de cem metros de distância e o seu primeiro movimento será chamar seu cavalo. Para tirar água de um poço prendia-se o balde a um laço e um cavalo, que, então o puxava. A madeira era conduzida sôbre couros arrastados por um laço. Os cavalos eram empregados mesmo em coisas como a fabricação da manteiga. Quando o leite estava suficientemente azêdo, era pôsto dentro de um saco feito de couro e êsse saco amarrado a uma comprida trança de couro que cinge o corpo do cavalo; o cavalo, então, era montado por um gaúcho que o fazia andar a passo acelerado pelo campo durante o tempo necessário à formação da manteiga, e isso pela batida do saco com o leite contra o solo (5).

Os cavalos eram empregados para debulhar milho, na mistura do barro para fazer tijolos. Eram empregados para medir distância, se bem que nisso a unidade variasse: os cavalos gordos e fortes tornavam a distância mais curta, enquanto que os magros e cansados aumentavam o comprimento dela. Pescava-se a cavalo, atirando-se as rêdes do seu costado; montava-se a cavalo para ir ao rio tomar banho e, quando n'água, nadava-se em volta do mesmo. As carreiras, que, como o jôgo, eram as principais diversões da sociedade, dependiam naturalmente do cavalo. E as vértebras do espinhaço do cavalo forneciam os ossos usados no jôgo da taba.

Tôda gente cavalgava — dentistas, carteiros, mendigos. Hutchinson anotou até «um dentista tratando os dentes de um pobre camarada, o paciente e o profissional ambos montados a cavalo» (6). Nas cidades, alguns jornais eram distribuídos por um cavaleiro, que os entregava sem apear. Mesmo os mendigos se conservavam a cavalo quando imploravam uma «esmola por amor de Deus», exibindo suas licenças, fornecidas pela polícia, numa pequena moldura de madeira pendente do pescoço por um cordel, como prova de serem merecedores do auxilio pedido. Seu cavalo, nem por sombras, indicava que o mendigo não merecia ajuda, uma vez que o cavalo era considerado como as calças de qualquer homem, isto é, não apenas uma peça do vestuário, mas parte de seu próprio corpo. Sômente quando montado a cavalo estava um homem em condições para se sentir completamente vestido, tendo William Henry Hudson observado que os gaúchos costumavam dizer que o homem sem cavalo era um homem sem

(5) *Hutchinson*, Buenos Aires, pág. 48.

(6) *Ibid.*, pág. 49.

pernas (7). Um homem a pé chegava a ser uma singularidade, inexplicável no mundo animal, John Hale Murray informou como os pássaros e outros animais o olhavam de soslaio sempre que êle caminhava, como se aproximavam dêle com o fim de investigar que espécie de criatura seria: «O gado bravoio... se vê você caminhando... por-se-â a sua volta — cabeças levantadas, orelhas em pé — dando assim sinais da maior surpresa... Pequenos grupos das mais bonitas mulas também aproximaram-se de mim» (8). O homem, contudo, desmontava para dormir, e desmontava para jogar. Há interessantes descrições dos primitivos povoadores nos seus jogos assentados nos calcanhares à moda oriental, com as rêdeas prêsas sob os pés, e em regra com as facas cravados no chão, junto dêles, para uso nalgum jogador trapaceiro, os quais, da mesma forma, estavam prontos para fazer o mesmo e para desconfiar.

O cavalo foi o elemento para a sobrevivência do espanhol no novo «habitat» e para sua adaptação a êle. O cavalo não sômente foi a principal defesa contra o selvagem, mas, também, o principal auxílio no trabalho, a ligação entre as povoações distanciadas uma das outras na planície, e com isso o complemento indispensável à figura do gaúcho. Sem sua ajuda, a criação do gado teria sido impraticável na planície vasta e ilimitada, e teria sido impossível o cuidado dos rebanhos. Seu galope, encurtando distâncias, conduzia os homens com rapidez para o trabalho em comum, como nos rodeios, ou para reuniões sociais na pulperias e nas carreiras. Seu uso condicionou a sociedade. Alberto Zum Felde pensa que o negócio de gado foi o responsável direto pelos elementos fundamentais da sociedade platina, tais como a estância, o gaúcho, a montonera e o caudillo (9). Ciro Bayo, concentrando sua atenção sôbre o elemento humano básico da sociedade rural argentina, conclui: «O gaúcho... é o que é devido ao cavalo. Sem êsse auxílio, teria degenerado em fazendeiro sedentário e, ao invêz de comedor de carne, comeria milho ou feijão» (10). Essa observação, entretanto, poderia ser ampliada para referência à vaca junto ao cavalo.

Finalmente, além de todos os seus múltiplos empregos na sociedade local, os cavalos e as vacas constituíam a única fonte dos produtos que a região do Prata tinha para exportar. Gado,

(7) William Henry Hudson, *Far Away and long* (New York, 1924), pág. 23.

(8) Murray, *op. cit.*, pág. 68.

(9) Alberto Zum Felde, *Proceso Histórico del Uruguay* (Montevideo, 1930), pág. 18.

(10) Ciro Bayo, *Prólogo* na edição de Martin Fierro, de José Hernandez (Madrid, 1919, pág. 159).

muitas e os vários produtos da criação — principalmente couros — era tudo o que podia ser oferecido em troca de quaisquer artigos manufaturados, ou de luxo, que se desejasse receber da Espanha. O cavalo e a vaca, por conseguinte, foram de única e capital importância na sociedade do Prata; e nessa sociedade era o gaúcho quem melhor os conhecia.

História — Aurélio Pôrto, na sua obra principal — *História das Missões Orientais do Uruguai* (Edição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Rio de Janeiro, 1943, estuda, com a proficiência que lhe é peculiar, a história da origem do cavalo, no Rio Grande do Sul.

Depois de ter descoberto os inéditos do *Processo dos Farrapos*, que publicou em três volumes do Arquivo Nacional, escrevendo, através de admiráveis notas, um tratado da revolução farroupilha, iria o grande pesquisador ler, e divulgar, pelo menos em parte, a fabulosa *Coleção de Angelis* existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Conseguiu, assim, revelar novos ângulos na velha história dos Sete Povos.

Infelizmente, não é possível dar o desenvolvimento que se desejava à transcrição mas, com sacrifício, incluímos, embora mutilado, os principais conceitos sobre a origem do cavalo.

«Em 1580 cabe a Juan de Garay fundar a segunda Buenos Aires. Quando os novos fundadores penetram nas campanhas transplatinas um espetáculo assombroso aí se lhes depara. As manadas de éguas, as tropas de cavalos, em estado selvagem, procedentes dos animais que deixara D. Pedro de Mendoza, parecem «ao longe montanhas que se movem», no dizer dos cronistas da época. O tesoureiro Hernando de Montalvo estimava essa produção em 800.000 cabeças».

Para a fundação de Santa Fé e outras povoações que vão se erigindo na província do Paraguai, segundo Fulgêncio Moreno, saíram de Assunção, entre 1582 e 1588, cerca de 4.000 cavalos.

«La espansion ganadera hacia el sur de la provincia se inicia en 1573 con la fundacion de la ciudad de Santa Fé. Los primeros caballos, en numero de 55, segundo el factor Pedro Dorantes, fueron llevados de la Asuncion por los pobladores de la nueva ciudad, correspondiendo a su fundador Juan de Garay le introduccion del ganado vacuno, igualmente de procedencia assucenha. A los pocos años nuevas partidas de ganado volvian a salir de la Asuncion para la repoblacion de Buenos Aires y la fundación de Concepción y San Juan de Vera de las Siete Corrientes. Para

la población de esta ultima ciudad Alonso de Vera llevo consigo 190 hombres, 1.500 vacas e igual cantidad de caballos» (29).

Procede daí os rebanhos de éguas e os cavalos que dão origem à pecuária rio-grandense, e que produzem êsse tipo de seleção que é o cavalo crioulo, notável pelas suas qualidades de escol. Vêm de troncos raciais da Andaluzia. Em todos os tempos não houve animais mais famosos do que os celebrados cavalos andaluzes. Raízes profundas determinam-lhe a nobilíssima, estirpe, sete séculos antes da invasão dos árabes, quando Cartago e Roma disputavam a posse da península ibérica, vieram de todo orbe conhecido os mais finos exemplares equinos. Depois, com a dominação dos árabes foram introduzidos os mais puros sementais de suas terras, agindo por cruzamento nas raças superiores que encontram já na Andaluzia. As cruzadas, que sucedem, trazem, também, reprodutores das melhores coudelarias da Europa. Carlos V introduz cavalos da Alemanha e da Hungria e D. João da Áustria, outros finíssimos exemplares da Ásia, provávelmente árabes, com que se montam as reais coudelarias de Córdoba (30). Mas fica predominando o tipo árabe geralmente denominado cavalo espanhol, ou, mais pròpriamente, andaluz. Pertencem, também, a essa origem que «é a raça mais antiga, mais nobre e mais pura do mundo» (31), grande parte dos cavalos introduzidos no Brasil, e no Peru, o que faz com que as primitivas raças cavallares que povoaram inicialmente tôda a América do Sul se assemelhem tôdas por traços característicos comuns.

«Aproximando-se do estado selvagem, diz Emilio Adet (32), e sendo de novo abandonados a si mesmos, nos campos e nas pampas, subtraíndo-se por assim dizer ao domínio do homem e deixando de estar sujeito aos seus cuidados e à sua influência modificadora, todos êsses cavalos, qualquer que seja a província em que viveram, devem ter voltado ao tipo primitivo dado à espécie pela natureza. Ora, está hoje perfeitamente demonstrado que as raças não devem os caractéres que as distinguem senão à influência do clima, do terreno e dos alimentos».

Subsistem, no entanto, mau grado êsses agentes exteriores, as características específicas das raças no que tem de melhor, e

(29) Fulgêncio Moreno — *La Ciudad de la Asunción* — Buenos Aires Libreria J. Suarez — Libertad, 236 — 1926. «Orígenes de la Ganaderia».

(30) D. Pedro Pablo de Tomar — *Causas de la escasez y deterioro de los cavallos de Espanha*. Madrid, 1792, pág. 194.

(31) Emilio Adet — *O cavalo* — Rio de Janeiro, 1858, pág. 50.

(32) Idem, idem.

daí a excelência do cavalo crioulo que povoa as grandes planuras e pampas do extremo-sul.

Dois são os principais agentes da introdução do cavalo na banda oriental do Uruguai. Ao norte do rio Ibicuí, os jesuítas que, para seu uso exclusivo e, mais tarde, para cria, introduzem cavalgaduras e éguas que se encontram em número apreciável no território que constitui o depois Estado Brasileiro do Rio Grande do Sul. Pela parte meridional do Ibicuí, onde começam as grandes campanhas do sul que se dilatam até o visinho Estado Oriental do Uruguai, a introdução do nobre animal deve-se aos índios cavaleiros que, mais ou menos na mesma época, passam as suas grandes cavalcadas para combater outras tribos inimigas como mais detidamente se dirá.

É Hernandarias de Saavedra, cujo nome está profundamente vinculado à economia das províncias do Prata, e que povoou de gado os campos da mesopotâmia parano-uruguiaia, o primeiro branco que a cavalo cruza as pampas ao oriente do Uruguai, de que se tem positiva notícia.

Em carta a el-Rei, de 5 de maio de 1607, comunica êste governador ter determinado «para segurança desta cidade (Buenos Aires) passar êste ano que vem com alguma gente e cavalos e correr a outra banda que chamam dos charruas, e pôr alguma gente em um pôrto que se descobriu em uma paragem que chamam Montevidéu» (33).

À frente de 70 soldados partiu Hernandarias, de Santa Fé, na primavera de 1607, conduzindo umas 20 carretas e algumas canoas e, depois de atravessar a atual província de Entre-Rios, vadeou o Uruguai em ponto ainda não identificado, mas que «por fundadas conjecturas permite-se situar entre Salto e Paissandu», segundo Azarola Gil. Determinando que sua gente, costeando o rio, seguisse para o sul, Hernandarias voltou a Buenos Aires, para atender certas imposições administrativas, cumpridas as quais tornaria a encontrá-la em ponto previamente determinado. Voltando, como prometera e incorporando-se à expedição, que estava nas proximidades da atual cidade de Montevidéu, empreende nova marcha para o interior do país, rumo norte, tendo lutado várias vezes com índios hostis, que queriam embargar-lhe o caminho.

Impressionou-o «o espetáculo das terras que havia descoberto» e descrevendo-as «não cavila em qualificá-las como as melhores de toda a governação». Campos fertilíssimos banhados de arroios,

(33) L.E. Azarola Gil — *Los Origenes de Montevidéu*, cit. 28. Seguimos o relato do historiador oriental, que publica toda a documentação sobre o assunto. Esta ocorre também no tomo I da «Rev. do Museu Paulista». São Paulo, 1922.

com magníficas quebradas, lenhas e madeiras para construção ofereciam tôdas as facilidades para a multiplicação de gados. «E procurando facilitar o meio» de povoá-lo, «reclama do monarca a remessa de homens solteiros de Castela, familiarizados com a criação de gados, que formariam seus lares com moças paraguaias, cujos dotes constituídos por gados prontos a ser transportados à nova província seriam a base da riqueza geral» (34).

Nessa expedição, durante mais de seis meses, esteve no território circundado pelo Uruguai, indo até o salto dêsse rio, nas proximidades do rio Ibicuí, de onde voltou ao seu govêrno.

Mas, desta passagem pela banda dos charruas, não consta ficasse animal de espécie alguma deixado por Hernandarias, se bem que seu admirável projeto de povoamento tivesse por base o lançamento do gado bovino. Ainda em 1611 e 1617, quando do debatido lançamento de animais bovinos na ilha de São Gabriel e Terra Firme pelo mesmo governador, excluem as referências notícia sôbre a introdução de equídeos. O padre Jacinto Marques, na citação já feita, diz que Hernandarias «pôs vacas, cavalos e éguas em Entre-Rios e aqui (no Uruguai), não vêdes mais que vacas que foram deixadas pelos padres da Companhia» (35). Esta declaração é de 1670, época em que ainda diminuta seria a quantidade de animais cavaleiros nas pampas da Vacaria do Mar, restrita, sômente, às manadas dos índios cavaleiros, que demoravam nas proximidades das suas toldarias.

Com os jesuítas, que transpõem o Uruguai para fundar as reduções primitivas, entram alguns animais cavaleiros. Conhecido nas crônicas antigas «o cavalo do padre Roque» que, por ocasião do martírio dêsse venerável sacerdote, levou um dos caciques. Sentindo a falta do cavaleiro, o animal deu sinais evidentes de pesar. E quando pronunciavam o nome do dono «relinchava tristemente» (36). Não consentia que o cavalgassem, mas um índio, vestindo a batina do padre, conseguiu subjugá-lo. Convencidos de que êste animal não lhes serviria, os índios mataram-no a flechadas. Deu-se isto em fins de 1627. Para quem conhece o apêgo do nobre animal ao cavaleiro, o fato é perfeitamente explicável.

Outro cavalo que atravessa todo o território rio-grandense e vai morrer nos atoladouros de Ibia, na bacia do Caí, depois de remontar às alturas da Serra do Nordeste, é o de outro mártir e introdutor do gado no Rio Grande do Sul, Padre Cristóvão de Mendoza, como fica historiado.

(34) Azarola Gil — *Op. cit.*, 31.

(35) Pleito sôbre vacarias — V. neste Cap. pag. 180.

(36) C. Teschauer — Vida e obras do Ven. P. Roque, cit. 89 V. também *Os heróis de Caró*, padre L.G. Jaeger.

Ainda por ocasião do martírio do padre Roques, o capitão Manoel Cabral de Alpoim e outros espanhóis e soldados que acorrem em defesa das reduções trazem todos as suas cavalgadas de guerra indo até Caró, teatro d'esses trágicos sucessos. Entretanto, no ano seguinte (1628), observava o provincial padre Francisco Vasquez Trujillo «o espanto que mostravam de ver os cavalos, como sucedeu em Caró, pois só em ouvir relinchar o cavalo em que eu ia, se escondiam as meninas espantadas de ver coisa que jamais haviam visto» (37).

Relatam as ânuas a existência de algumas cavalgadas, «poucas e péssimas», para serviço dos padres já em 1633. Quando o padre Pedro Mola foi fundar Jesus Maria, deram-lhe um cavalo para fazer a viagem até as margens do Rio Pardo, mas, tão fraco que teve de fazer a pé a maior parte do trajeto, pois «como las cavalgadas que por acá tenemos son pocas y malas la que el padre llevaba era tal que fué fuerza fuisse lo mas del camino a pie con unos calores excesivos, perseguido de tabanos que le deban mui bien en que merecer» (38).

A cria de animais cavallares inicia-se nas reduções do Uruguai em 1634. Com o gado bovino, introduzido neste ano pelos padres Cristóvão de Mendoza e Pedro Romero, entram também algumas dezenas de éguas escolhidas e bons reprodutores, trazidos dos campos de Corrientes para nuclear o casco do equídeo a oriente do grande rio.

O primeiro lote de que se tem notícia é levado para São Nicolau, onde se encontram excelentes campos de criação e boas aguadas, capazes para tão útil ramo da incipiente pecuária missioneira.

Segundo informa o padre Pedro Romero, superior das Reduções, em sua citada ânuas, em 1635 já as éguas de São Nicolau haviam produzido 40 crias, e estavam «o que se pode desejar de gordas». Destinara, também, outros lotes para tôdas as reduções da Serra, sendo que d'estes, 10 ou 12 estavam em Natividade. «Las yeguas estan aqui, (São Nicolau) muy buenas y tenemos año pasado mas de 40 crias, tambien las q'estan en Natividad q'so diez o doce estan lo q'se puede desear de gordas... las cabalgaduras no faltarã a las Redes asi pa. andar de los Pes. como pa. llevar las proves cõ q'se suelen cargar los Indios» (39).

Referindo-se, na mesma ânuas, aos animais cavallares que haviam pôsto em Natividade, acrescenta o padre Romero: «Já es-

(37) *Pastells*, cit. I, 450.

(38) Anua de Jesus Maria, cit. I, 29, 7, 25.

(39) B.N. Anua dirigida ao prov. padre Diego de Boroa, datada de 3 de abril de 1636. Mss. Col. Angelis, I, 29, 7, 31.

crevi a V.R. como las yeguas q'estaban repartidas para las *Redes*. de la Cierra las puse en esta Redon. que sera hasta 15, y todas estan cõ sua crias y ellas estan famosas e se an de aumentar mucho y'riendo n. Sr.».

São essas as principais referências que se encontram nos documentos jesuíticos da época, relativamente à entrada do gado equídeo nas reduções. Além de outras quantidades não referidas, mas que é certo teriam passado para as reduções do Uruguai e do Tape, encontramos aí quase uma centena de éguas, cuja primeira produção se eleva a 55 crias. E quando, três anos depois premidos pela invasão bandeirante, padres e índios empreendem a retirada para além-Uruguai, vultosa deveria já ser a produção que ficou pelos campos rio-grandenses. Não consta de toda a documentação existente levassem os jesuítas, em sua transmigração, gados de quaisquer espécies, o que seria mesmo difícil, pela demora que acarretaria vadear o Uruguai, quando o pânico que se desencadeara sobre as suas aldeias aconselhava precipitar a fuga que os poria a salvo da sanha bandeirante.

Em 1637 quase todas as reduções da Serra tinham as suas manadas de éguas e cavalos de que se serviam os próprios índios. Refere o padre Pedro Mola, voltando a tapera de Jesus Maria, já destruída pelo capitão Raposo Tavares, em março dêsse ano, que «um moço vindo de seu Povo a cavalo, passou por um rancho onde havia uma velha que morria de câmaras, e deu aviso ao padre que a batizou, bem como a outros atacados da mesma peste» (40).

Linguagem — Propício da Silveira Machado freqüenta as páginas de nossos jornais escrevendo sobre questões de português. É autor de diversas monografias muito interessantes e úteis. De seu livro, *Origem da Palavra Gaúcho*, transcrevemos os comentários seguintes:

A par da debatida questão racial do nosso cavalo crioulo e do singular étimo do vocábulo, sentido etimológico e significação histórica, é curioso notar o que representou no primitivo animismo dos povos antigos, onde influiu no significado originário de nomes próprios, penetrando também o termo nos domínios da medicina medieval.

Pela etimologia da palavra, verificamos logo que o latim — *caballus*, de que provém, tinha antigamente sentido pejorativo: significava sendeiro, rocim, mau cavalo; cavalo de trabalho. E só depois do século II em diante foi que passou à acepção de cavalo

(40) Carta do padre P. Mola de 24 de março de 1637, escrita na tapera de Jesus Maria. I, 29, 1, 66.

própriamente dito, conforme adverte José Leite de Vasconcelos, em suas *Lições de Filologia Portuguesa* (1911, pág. 127).

É que havia *equus* que, em latim, correspondia verdadeiramente aquêlê vocábulo, e que foi por êle suplantado, conforme se pode ver em I. Carré (Cf. *Mots dérivés du Latin et du Grec*, 1904, págs. 128-129); Dauzat, *Dict. Étymologique de la Langue Française*, 1947, pág. 169; Bloch et Wartburg, *Dictionnaire Étymologique*, 1950, pág. 123; Grédat, *Dict. Étym. de la Langue Française*, 1954, pág. 125. Observa êste lexicógrafo: «Le mot du latin classique qui équivaut à cheval, — *equum*, ne se retrouve que dans les mots savants équestre, équitation (du verbe *equitare*, qui équivaut à *chevaucher*). Il avait été remplacé dans le latin populaire par *caballum*, d'origine grecque, qui signifie proprement rosse, cheval de somme».

E «na época imperial, os derivados de *caballus* suplantam os de *equus*», escreve Augusto Magne (*Dic. Etimológico da Língua Latina*, 1953, vol. II, 326-327), que diz ser «duvidosa a etimologia», e que é «vocábulo da linguagem popular, abonado a partir de Lucílio, mas sobretudo freqüente na língua do Império. Tem-se igualmente sugerido origem celta, — esclarece o sábio romanista — pois o vocábulo existe nos idiomas celtas: cf. médio brit. *cavall*, cínrico — *ceffyl* (é empréstimo latino o médio irl. e irl. mod. *capall*). É de notar que se prende ao celta o lat. medieval *paraveredus*, origem do al. *Pferd*, cavalo, e do port. *palafrém*. Mas é possível que dimanem de origem comum tanto as vozes célticas aqui sinaladas como as latinas correspondentes. Tem-se feito, por fim, a suposição que se trata de nome étnico, que se teria espalhado por toda a Europa: cf. fr. *hongre*, cavalo castrado, à letra «cavalo húngaro»; al. *Wallach*, de igual significado, à letra «cavalo valáquio».

Cabe notar a semelhança morfológica do latim *caballu* com o vocábulo correspondente em outras línguas, segundo as peculiaridades fonéticas de cada uma: *caballo*, em espanhol (gr. *kaballos*); *caball*, a par de *cavall*, em catalão; *caval*, *cavall*, em provença; *cheval*, em francês; *cavallo*, em italiano; *cavalo*, em português; e mais próximo do étimo: *capala*, em sânscrito; *capall*, em celta. Há em javanês a forma *Kapal*, conforme regista Francisco Valdomiro Lorenz — (*Iniciação Lingüística*, 1928, pág. 251), que con-signa, entre outros, o romeno *cal*; o árabe *ghail* ou *huṣan* (êgua = *farás*).

Mas, em que pese à opinião contrária de alguns filólogos, que dizem provir de «uma língua do nordeste da Europa» (Cf. Antenor Nascentes, *Dic. Etimológico*, I, 165; Augusto Magne, *Rev. de Ling. Port.* 1923, n.º 22, pág. 56), parece-nos bastante judicioso o parecer do erudito lexicólogo Pedro F. Monlau (*Dic.*

Etimológico de la Lengua Castellana, 1946, pág. 456), que afirma: «Do lat. *caballus*, em gr. *kaballos*, em celta *capall*, todos do sânscrito *capala*, que se decompõe na raiz *cap*. pulverizar, moer, triturar a terra com os pés, correr, e do sufixo *ala*, que, segundo Benfey, «no es más que una corrupción fonética del participio ativo *caballo*», pois significa literalmente o que corre, animal *currente* ou corredor: é um participio, ou um adjetivo substantivado» (1).

DESCRIÇÃO DO CAVALO

Os versos a seguir de autoria de Rafael Brandão foram citados pelo General Ptolomeu de Assis Brasil, na conferência que fêz a 29 de agosto de 1919 — «Garanhões — Arabes — Beduínos» (Oficinas Gráficas da Livraria do Glôbo — Pôrto Alegre, 1919). Ao citá-los declara o General Assis Brasil, que Rafael Brandão já falecera. Os versos foram republicados, em 1957, na página gauchesca que Adão Carrazoni, dirige, com muito gosto, no *Jornal do Dia*, na capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Do cavalo o corpo inscrito
deve ser em um quadrado;
comprimento igual à altura,
para ser proporcionado.

Em cinco partes a altura
dividida deve ser:
da cabeça o comprimento
duas partes deve ter.

Fronte larga e vasto crânio,
ganachas bem afastadas,
testeira espessa e direita,
com ventas bem dilatadas.

Do cervo quero o pescoço,
do touro a fronte, o valor,
não cabeça acarneirada
nem cavalo sonador.

(1) Justifica sua opinião com vários argumentos, em que invoca um «princípio geral de lingüística e de filologia comparada, a saber: *todo o substantivo começou por ser adjetivo*, pois, «no fundo, os substantivos não são mais que adjetivos com o ser subentendido». — Pictet, em sua magnífica *Paleontologie lingüistique*, demonstrou claramente que os nomes das plantas, dos animais e de todos os objetos concretos, começaram por ser adjetivos qualificativos (Op. cit., 383; pal. *aurora*).

Pescoço longo, elevado,
junto, às cruzes deprimido,
que é de cavalo largueiro
e de bico no ar erguido.

Cruzes altas bem espessas,
dorso curto e bem direito,
lombo chato largo e curto,
que é base do flanco estreito.

Espalda longa e oblíqua,
peito de pomba avançado,
ventre longo, porém, fino,
tronco bem arredondado.

A costela bem arcada,
e bem perto do quadril;
cavalo de flanco largo
será bom só um de mil.

Não quero costado chato,
peito exíguo, recolhido,
que é sinal de pouco alento,
com lombo estreito e comprido.

Só quero por parelheiro
de anca longa horizontal,
ao nível do dorso e lombo,
de largura sempre igual.

Não me serve anca de mula
curta, estreita e inclinada,
nem a de avestruz, pontuda,
nem a de vaca, achatada.

Não quero também matungo
selado nem quadrilhudo;
o que quero é coxa grossa
na entreperna sobretudo.

Jarrete largo e direito
e nunca estreito e curvado,
que jamais foi parelheiro
cavalo desgarronado.

O ante-braço no codilho,
formado do cubital,
como a perna no jarrete,
tem a mola principal.

O comprimento, a espessura,
são do ante-braço a beleza,
mas a extensão do codilho
é só dêle a fortaleza.

Joelho baixo e no prumo
é condição de bondade,
mas o seu grande volume
É a melhor qualidade.

Canela por curta e fina
não se deve desprezar;
dos tendões no afastamento
é que convém reparar.

Vasta junta e volumosa
o machinho quer também:
castanhas e barbatanas
muito grandes não convém

Machinho longo não presta,
nem também muito inclinado;
sim casco alto, liso e duro
e muito bem contornado.

Eis o tipo do cavalo
de carreira e de batalha,
de resistência e de alento
e não de fogo de palha.

Teorias Antigas — Joaquim Gomes de Campos Júnior, da cidade do Rio Grande, com o título de «Notas para a história do Rio Grande do Sul — O cavalo riograndense», no «Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul», para 1903, de Alfredo Ferreira Rodrigues, e Edição de Pinto & Cia., publicou interessante estudo referente ao cavalo.

Mas as idéias do autor estão fora de época. As pesquisas atuais demonstram outros princípios históricos sôbre o assunto. A transcrição é feita aqui para documentar o pensamento de um

período mas mesmo como baseado em teorias antigas, o pequeno artigo é muito curioso.

«Para estudar as nossas coisas, temos que estudar primeiro a península ibérica, onde elas tiveram ou têm ainda representação, como se dá, por exemplo, com o cavalo, o boi, a ovelha, o cão, a cabra, o carretão, a carreta e a carroça.

Querer estudá-las e classificá-las por teorias gerais, é cair no erro. É o que acontece com o cavalo. Houve quem o classificasse como árabe e quem também o dissesse, em parte, germânico.

A velha teoria que o julgava vindo da África e Ásia não nos parece verdadeira. Na península hispânica, nas estações pre-históricas, se encontram ossadas de cavalos. Strabão, antes do 1.º século, indicava nela a existência de cavalos alçados. No 1.º século Plínio nota a sua abundância na península (*ferax equus*) e assim também Pompônio Mella (*equus abundans*).

Resende, no século XVI, nos diz que existiam, em algumas montanhas portuguesas, cavalos selvagens, e eram caçados para domesticação. Sílio indica que havia cavalos e para que serviam. Tinham muita força, muita vida, resistência à fadiga; impetuosos e bravos, subiam as montanhas e punham-se de joelhos para combater.

Os celtas também tinham cavalos, que não serviam para a guerra. Poeta latino, diz dêles: — «Recolhem os pés com ritmo veloz». Descreve nos termos seguintes o cavalo hispânico: — «Exíguo de corpo, aspecto modesto não garboso, porém arrojado e de grande alento; o ardor que sentia dava-lhe alento para devorar o espaço». Parece-nos estar vendo o cavalo riograndense.

Aos asturcones (petiços) chama — breves. Serviam em Roma para o andar de crianças.

Na Zoologia Agrícola de Paulo de Moraes vem a descrição dos cavalos portugueses e parte dos cavalos espanhóis, espalhados os do tipo celtibérico ou bético lusitano no sul de Portugal, na Andaluzia e na Extremadura espanhola, e o celta no Minho, etc.

A história nos explica porque não vieram os do tipo celta: as dificuldades de comunicação com o norte de Portugal, e o povoamento da parte sul do Brasil por alentejanos que, imigrando, trouxeram consigo ou mandaram pedir o que todo o emigrante conduz; o cavalo, o cão de sua terra, a carreta, a carroça de sua aldeia, etc. Foram êles que teceram o picote, que levantaram a casa como tinham visto construir e que trouxeram o dialeto.

Para quem os viu e estudou de perto, não resta dúvida que os nossos cavalos são os mesmos do tipo celtibérico. Mas demos

a descrição, extraída da Zoologia Agrícola, feita pelo zootecnista Silvestre de Lima:

«Cabeça delgada ou sêca, de fronte um tanto quadrada e plana, de perfil reto ou ligeiramente convexo na cana nasal (acarneirada) de regular comprimento (pecando mais vêzes por comprida do que por curta); de orelhas medianas, regulares, bem colocadas e delgadas; pescoço mais ou menos grosso e direito, ou um tanto rodado, de boa volta e bem crinado; costado ligeiramente arredondado tirante a chato, dorso um pouco enselado; garupa regular, não pontuda de ancas e um tanto descaída; cauda de baixa inserção, bem crinada e de crinas finas; ventre um pouco volumoso; membros um tanto curvos atrás, espáduas um pouco oblíquas, antebraços relativamente curtos, e canelas um tanto compridas, e assim também por vêzes as quartelas; estatura variável entre 1m,38 e 1m,56».

Eis a descrição do nosso cavalo, trazido pelo alentejano, que nos povoou na maior parte, que nos deu o dialeto geral do estado, que construiu as nossas casas, que nos trouxe o cão, porco (o romaico, macau), a cabra e a ovelha; que fêz a carreta (carpentum); que vestiu a bombacha (2) e o ponche (3); que introduziu o fabrico do picote (4) e nos legou contos e lendas árabes».

O CICLO DO CAVALO NA LITERATURA E NO FOLCLORE DO RIO GRANDE DO SUL

NEGRINHO DO PASTOREIO — É a mais encantadora lenda do Rio Grande. Está associada ao ciclo do cavalo e quase todos os escritores regionalistas já trataram dela de uma maneira ou doutra, mas a versão realmente bela é a de Simões Lopes Neto, no seu livro *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*.

«Era uma vez um estancieiro muito rico, entretanto, sovina a mais não poder, tendo mesmo se celebrizado como o maior unha de fome da terra. Os campos do Rio Grande, naquele tempo, eram ainda abertos, não havia entre elles nem divisas nem cêrcas e a gadaria andava xucra. Só para três viventes, o miserável olhava nos olhos: para o filho, um menino feio e mau, para um baio cabos-negros, seu parceheiro de confiança, e para um escravo, pequeno ainda, muito bonitinho e prêto como carvão e a quem todos

(1) Depois dos trabalhos de Leite de Vasconcellos é possível fixar a classificação dos dialetos brasileiros.

(2) Usava-a o povo em Portugal no século XVII.

(3) A pínula romana.

(4) Talvez uma herança céltica. A palavra, porém, é francesa. (Duarte Nunes de Leão — Gramática Portuguesa).

chamavam sòmente — Negrinho. A êste não deu padrinho nem nome; por isso o Negrinho se dizia afilhado da Virgem Maria, Senhora Nossa, que é a madrinha de quem não a tem.

O Negrinho tôdas as manhãzinhas, cedo, galopava o parelheiro baio, depois cuidava das coisas do patrão e à tarde o menino sempre judiava dêle.

Um dia, depois de acaloradas discussões, o estancieiro forreta, atou uma carreira com um seu vizinho. As peripécias sem fim, o ridículo que fêz antes e depois e finalmente a cena humilhante na hora de perder, foram medonhas, uma vez que o Negrinho, servindo de jóquei, no baio do estancieiro podre de rico, não ganhou a carreira.

Não venceu, ficou sem as mil onças do jôgo, e o estancieiro, então, imaginou terrível vingança contra o Negrinho, que montara o cavalo.

Apenas chegou em casa, mandou amarrar o Negrinho, pelos pulsos num palanque, dar-lhe uma enorme surra de rêlho e na madrugada saiu com êle, o soltou no alto da coxilha, dizendo-lhe que trinta quadras tinha a cancha da carreira, assim o Negrinho ficaria trinta dias pastoreando sua tropilha de trinta tordilhos negros, e o baio de piquete na sogá e o Negrinho na estaca.

As torturas, o sono, as aves agoureiras, as estrêlas do céu e o escuro da noite envolveram o Negrinho, que teve de se haver também, com outros bichos, sombras, vento e tudo que era ruim. O baio e a tropilha desapareceram, o Negrinho perdeu o pastoreio e o menino horroroso foi lá ver, voltou e contou para o pai que os cavalos não estavam.

O Negrinho recebeu outra vez os castigos de apanhar de rêlho, ser amarrado e, durante a noite fechada, ordenaram que campeasse o perdido.

O Negrinho pensou na Nossa Senhora, foi ao oratório da casa, tomou o côto de vela aceso em frente da imagem e saiu para o campo.

Percorrendo todos os lados da enorme fazenda, o Negrinho, por onde passava, a vela benta ia pingando cera no chão e de cada pingo nascia uma nova luz.

Então clareou, o Negrinho montou o baio, reuniu a tropilha de cavalos, na coxilha, que lhe mandara o patrão e assim achou o pastoreio, o que deixou o Negrinho muito satisfeito, e adormeceu encostado ao cupim. O menino rico veio e esparramou o rebanho, foi para a estância e disse ao pai que os cavalos não estavam lá.

De novo, repetiram-se as maldades contra o Negrinho, pareceu então, que êle tinha morrido mas já era de noite e, para não se gastar a enxada em fazer uma cova, o estancieiro mandou atirar

o corpo do Negrinho numa panela de um formigueiro, tendo antes o cuidado de assanhar bem os bichinhos. E a morte incrível do Negrinho na panela do formigueiro logo se espalhou.

Contudo, o estancieiro teve, nas três noites seguidas, uns sonhos terríveis e esquisitos. Sempre com cerração, a peonada, por mais que procurasse, não encontrou nem rastro da tropilha.

O senhor foi ao formigueiro, e aí sua surpresa o assombrou: o Negrinho está vivo, sacudira as formigas, ficara com o baio perto, a tropilha de trinta tordilhos tôda junta e, ao lado, a Virgem Nossa Senhora. O estancieiro caiu de joelhos diante do escravo e o Negrinho, sarado e risonho, pulando em pêlo e sem rédeas, no baio, chupou o beíço e tocou a tropilha a galope. E assim o Negrinho, pela última vez achou o pastoreio. E não chorou e nem se riu.

A história do milagre logo correu mundo e daí por diante, quando qualquer cristão perdia uma coisa, o que fôsse, pela noite velha, o Negrinho campeava e achava, mas só entregava a quem acendesse uma vela a Nossa Senhora.

Desde então, o Negrinho cruza campos e cidades, sempre à procura dos objetos perdidos, pondo-os de jeito a serem achados pelos seus donos, quando êstes acendem um côto de vela e vá lhe dizendo — foi por aí que eu perdi. Se êle não achar... ninguém mais».

CAVALEIRO — O vocabulário usado pelo gaúcho com referência ao cavaleiro, o tratamento que o homem dispensa ao cavalo ou como procede em relação ao animal, é muito vasto, como se pode ver, em Teschauer.

Amadrinhar (acostumar os cavalos a viverem juntos e seguirem como guia a madrinha), *andar em pêlo* (montar sem arreios), *amarrar ou atar uma carreira* (que quer dizer apostar ou ajustar uma carreira), *arriador* (o mesmo que *arrieiro*), *atropilhar* (reunir os cavalos em tropilha), *belendengues* (cavalaria de veteranos para defender a fronteira), *baiano* (cavaleiro que tem maneira diferente de montar e logo se conhece por tal, etc.), *cadena* (maneira engenhosa de tirar dos chifres do touro bravo sem perigo, o laço em que se acha prêso e sem que êste possa fugir), *campear* (andar a cavalo pelo campo em procura e tratamento de gado), *campeador* (campeiro), *campeiro* (tem a seu cargo procurar arrebanhar as rêses perdidas, reuni-las no rodeio, etc.), *cargueiro* (mau cavaleiro — maturrengo — que monta mal e que em vez de guiar é quase que guiado pelo cavalo), *cavalariano* (soldado da cavalaria — nas províncias do Norte é mercador de cavalos — Beaurep.), *changui* (dar changui ou não dar, isto é, fazer ou não concessões ao adversário ou rival, especialmente empregado em relação às corri-

das), *cinchar* (ter o animal prêso pelo laço e êste pela cincha), *corredor* (indivíduo que cavalga nas corridas, jóquei, *compôr* (um cavalo ou parreheiro é prepará-lo para a corrida), *compositor* (pessoa que trata o cavalo para preparar para a corrida), *compostura* (esta ação, o tempo que emprega, também o estado do cavalo sujeito ao trato, êste cavalo está em compostura, está em boa comp.), *cotejar* (fazer correr dois cavalos para ver qual dêles seja preferível para corrida), *cotejo* (ação de cotejar), *dar de rêdea* (fazer com que o cavalo volte-se para rumo diferente do que seguia), *desenfrear* (tirar o freio do cavalo), *desencilhar* (desselar, tirar os arreios do animal), *desflorar* (uma tropa, tirar-lhe as rêses melhores; — um cavalo, arruiná-lo), *destopetear* (cortar o topete do cavalo para que lhe não caia sôbre os olhos), *encostar o rêlho* (é esbordoar, castigar), *encompridar* (alongar alguma coisa, tornando-a mais comprida; — o loro do estribo, o rabicho, etc.), *enfrear* (enfrear, não é geralmente usado), *enlaçar* (laçar o animal), *enquadrilhar* (1 — reunir muitos cavalos. 2 — reunir-se muitas pessoas: andam sempre enquadrilhados), *enrabar* (prender pelo cabresto um animal à cauda de outro para conduzi-lo em marcha), *entropilhar* (reunir cavalos em tropilha, isto é, reunir animais do mesmo pêlo) *encilhar* (sellar o cavalo, pôr os arreios), *entabular* (formar uma manada para reprodução), *embretar* (1 — meter ou encerrar animais em brête — curral — 2 — sitiar, enrinconar), *embuçalar* (1 — pôr o buçal no animal. 2 — enganar), *esbarrar* (esbancar, abancar o cavalo, fazê-lo parar de repente, riscando a terra com as patas trazeiras em que se firma e quase assentando no chão. — Almanaque do Rio Grande, Alfr. Rodrigues, 1903), *floreio* (1 — exercício a que sujeitam um animal de corridas. 2 — susto, derrota; tomou um — que muito o incomodou), *gaúcho* (habitante do campo, oriundo, pela maior parte de indígenas, portugueses e espanhóis, notável por seu valor e agilidade — Beaurepaire Roh.); animal ou objeto gaúcho e que não tem dono), *gauchada* (ação própria de gaúcho, astúcia, ardil), *Gauchaço* (gaúcho às direitas, completo. Gauchito, dimin. de gaúcho, gauchinho), *gauchar* (praticar o gaúcho os seus costumes, ou imitá-los outrem), *ginete* (cavaleiro), *ginetaço* (que cavalga bem e com garbo), *guasca* (o que diz Beaurepaire desta palavra, que era de notável injustiça a alcunha aplicada aos habitantes do Rio Grande do Sul, já não é mais verdade; é tão honroso êste nome como gaúcho), *laçador* (homem destro no exercício de laçar — Cesimbra), *laçar* (apreender um homem, um cavalo ou boi por meio do laço), *lombiar* (ferir a sela o lombo do animal), *luz* (espaço do terreno que um dos parreheiros numa corrida leva de dianteira ao outro. *Dar luz* na saída ou chegada se diz quando se dá como vantagem que um dos cavalos contendores saia na frente do outro ou na chegada — que haja um espaço fâcilmente apreciável entre

es dois: *Tirar luz*, é tirar a dianteira do competidor, *Ganhar de luz* (é quando o cavalo vencedor chega ao ponto terminal com um avanço sobre o outro, de um espaço que poderia ocupar um corpo de cavalo ou mesmo maior. *Luz morta*, *Luz curta*, espaço curto de vantagem — Corrêa), *lombilhar* (um cavalo, é encilhá-lo e montá-lo a miúdo; piquetear), *manguear* (1 — enxotar os animais para a mangueira, 2 — espantar em canoa os animais quando passam um rio a nado), *marca* (instrumento de ferro para marcar os gados. Os cavalos levam a marca na perna e as éguas na picanha — *contra-marca* é a estampada em dois lugares. Marcar, também ferrar; marcação; marcador), *martilhar* (m. o cavalo, o mesmo que prepará-lo para a corrida com muita pressa. — Cr. Romaguera Corrêa), *maturrengo* (mau cavaleiro; o mesmo que maturrengo), *monarca* (1 — homem do campo, vestido como tal e carregado de armas — Coruja — 2 — gaúcho que monta com garbo mostrando-se faceiro em seu pingô. Monarquizar, monarquia), *paletear* (esporear o animal na paleta ou espádua), *parador* (cavaleiro que tem facilidade em sair de pé quando o cavalo em que anda, roda ou cai), *pealar* (1 — arremessar o laço e segurar o animal pelas patas anteriores 2 — o mesmo que lograr a alguém), *pealo* (o ato de arremessar o laço e por meio dêste segurar o animal pelas patas anteriores), *pechada* (encontro impetuoso de dois cavaleiros vindos de lados opostos), *pechador* (o que dá pechadas ou encontrões freqüentes. 2 — fig. pedinchão, o que tem o hábito de pedir dinheiro emprestado), *pechar-se* (chocar-se um cavaleiro com outro), *pêlo a pêlo* (viajar de pêlo a pêlo, é fazer uma viagem sem mudar de animal), *penca* (carreira entre quatro, cinco ou seis cavaleiros — Cesimbra), *pialador* (cavaleiro que laça um animal pelas mãos), *pialar* (proceder como o pialador), *pisar na orelha* (expressão que diz que ao cair do cavalo sai em pé o cavaleiro na frente do animal caído), *piquetear* (encilhar freqüentemente), *quarteador* (pessoa que a cavalo auxilia a puxar um carro p. ex. de bondes), *quartear* (proceder como quarteador), *rabonar* (cortar o rabo ou cauda do animal, *rascadeira* (espécie de pente ou pentes de ferro para limpar o pêlo do cavalo), *rasquetear* (limpar o cavalo com rascadeira), *racionar* (dar à hora certa uma ração determinada de alimento ao cavalo parrelheiro), *raia* (risco que se faz a ferro em brasa e substitui a contramarca; raiar, v. tr. ato de redomonear), *rebenqueador* (que castiga freqüentemente; rebenção, golpe dado com o rebenque. Rebencada), *rebolear* (o laço ou as bolas, é dar-lhes o movimento de rotação para lançá-los contra o animal), *recruta* (1 — comitiva de peões de uma fazenda que anda de estância em estância arrebanhando os gados pertencentes à dita fazenda; 2 — a porção de gado recrutado), *recrutador* (que recruta os animais perdidos), *redomonear* (sujeitar o cavalo novo nos primeiros galopes, *refugar* (separar, apartar gado, etc.), *registrar*

(uma tropa é tomar nota do gado alheio que nela se acha com o fim de poder-se indenizar os respectivos proprietários), *repassada*, *repassa* (nomes com que se designa o número de vezes que um pôtro tem sido montado com o fim de ser domado; um cavalo tem 4 ou 6 repasses ou foi montado tantas vezes pelo domador), *repechar* (vencer ou subir a cavalo um cêrro ou uma ladeira, repêcho), *repontador* (o cavaleiro que faz êste serviço), *repontar* (enxotar os animais para um lado ou também para a estrada quando em viagem), *rieunar* (cortar a ponta de uma das orelhas do cavalo que passa então a pertencer ao Estado), *rodada* (queda do cavaleiro para a frente), *rodar* (cair o cavaleiro com o cavalo indo a galope), *rodeio* (reunião, ajuntamento de gado; *parar rodeio* é reunir, ajuntar o gado. *Dar rodeio* é quando um vizinho o pede para nêle separar o seu gado), *rompida* (1 — saída, 2 — o ato de começar a correr. Rompida na cola é o partido, quando um dá a outro a vantagem de dianteira da extensão do corpo do cavalo), *sair ou sair em pé* (signif. ficar em pé quando cuspidado do cavalo, saindo êste em galope ou corcoveando), *saídor* (cavaleiro que cai facilmente em pé, parador), *sofrenação* (ação de puxar as rédeas para fazer parar o cavalo, sofrenão, sofrenada), *sofrenar* (sofrenar o cavalo para pará-lo ou recuar), *talaveira* (grande porção de talaveiras; grande número de portugueses), *tiro de laço* (o ato de jogar o laço), *tiro de bolas* (o ato de atirar as bolas contra o animal), *tironear* (dar tirões, puxar o queixo do potro pelas rédeas para fazê-lo obedecer), *tocada* (dar uma tocada num parelheiro é sujeitá-lo a uma corrida de ensaio na qual é chicoteado, etc.), *tocador de rodeio* (indivíduo que espanta o gado para conduzi-lo ao rodeio), *tosa* (tosquia), *tôso* (certo modo de tosar o cavalo ou cortar-lhe a clina), *tosar* (sujeitar o cavalo ao tôso), *tranco* (marcha natural do cavalo em viagem, sem que seja preciso tocá-lo), *variá-lo* (ensinar o cavalo a correr parelho com outro), *verdear* (o cavalo, dar-lhe ração de capim verde), *verdeio* (1 — êste tratamento do cavalo. 2 — forragem verde para o cavalo de trato).

MEMÓRIAS DE UM CAVALO — Livro de autoria de Piá do Sul, pseudônimo de Félix Contreiras Rodrigues, edição Glôbo e ilustrado por Zeuner. Obra única na literatura gauchesca. Precedida de introdução com uma apreciação histórica e sociológica do gaúcho e do Caudilho Brasileiro, aliás excelente e que deve ser lida. A introdução compreende mais de 60 páginas. O livro propriamente dito compõe-se de doze «causos», do nascimento à morte do cavalo, com as cenas principais da revolução farroupilha e os aspectos mais comuns da vida do campo e da estância, 306 páginas.

Arreios — Albino Coutinho, no seu livro *A Estância e as Cartas*, descreve minuciosamente os arreios do cavalo.

«Manifestei vontade de saber os nomes das peças de um arreamento de montaria. E chamou um peão e mandou-o ensilhar um lindo alazão que estava à *soga* (atado pelo pescoço e a outra ponta da corda em uma estaca, para que, dêsse modo prêso, possa pastar na respectiva redondeza).

Assim fêz o peão — mencionando nome por nome de cada peça que colocava no animal: 1.º *enxergão*. É uma pequena manta posta em primeiro lugar no alto do lombo do cavalo, agarrando até o meio de cada costela, de fio grosso de lã, espécie de acolchoado, para que o lombilho, com o pêso do cavaleiro, não pise o animal. 2.º *Carona baixeira*, feita por dois pedaços de sola, unidos no alto por costura em tôda a largura do fio do lombo. 3.º *Carona grande*, de ordinário bordada em baixo relêvo na própria sola sôbre as pontas. 4.º O *lombilho*, que vai da crina até perto da anca, regulando 60 centímetros de comprimento de uma a outra ponta dos extremos, chamados cabeça, que são altos e bem arqueados e de uma a outra cabeça é, por baixo, aberto em forma de corredor, sendo os lados acolchoados e a sola mais delgada: na frente, dentro do lombilho, em cima, passa um travessão pregado, saindo de cada ponta, por dentro de uma abertura própria, os loros, que vão segurar no alto os estribos, voltando por dentro de um canudo, chamado bocal, que une as duas partes dos loros referidos, para depois se afivelar em ambas. 5.º A *cincha*, que serve para apertar os arreios compõe-se de um largo travessão de couro e uma barrigueira de cordão grosso e torcido, tendo na ponta de cada uma destas duas peças, uma grossa argola de ferro, que une-as pelo lado direito, o de laçar, por uma corda chata de couro, para graduar o tamanho em tôda roda da barriga e arreios do cavalo do outro lado, o de montar, outro lâtego comprido prende na argola do travessão para, passando numa e noutra, quantas vêzes forem precisas, apertar os arreios. 6.º Isto feito, colocam-se sôbre o lombilho alguns *pelegos*, pretos ou tintos de alguma côr e por cima dêstes uma manta, que os cubra, de couro de veado ou de capivara, chamada *badana*, cortida e macia; muitas vêzes bordada nas pontas. Por cima de tudo uma faixa apertando tudo vão as suas pontas se afivelarem por cima da barrigueira, em baixo da barriga, *sobre-cincha*.

Antigamente havia mais uma peça, que chamavam *coxonilho* (coxinilho), entre os pelegos e a badana, de algodão em fios com um fôrro que servia de mala. 7.º *Rabicho* é uma peça inteiriça que passando arredondada por baixo até a raiz da cauda, segue unida a afivelar-se numa argola no côncavo da cabeça traseira do lombilho e serve para não deixar êste correr para o pescoço do cavalo em terreno a descer. 8.º O *peitoral*, peça vistosa, alargando-se de um e outro lado para baixo, até chegar no fim do peito do animal, onde faz uma espécie de coração ou ponta na junção da

costura que aí tem, prende, no alto, no lombilho, por uma e outra ponta dessa peça, que serve para impedir que, nas subidas, o lombilho corra para a anca.

E disse — agora passemos à cabeça do alazão:

O *freio*, que entra pela bôca do cavalo, tendo uma ponta saliente de cada lado com uma argola, onde prende cada *cana* (como chamam) das rêdeas, que vão até muito distante da crina, dando para cruzarem, querendo, sôbre a mesma. São elas divididas em três ou mais partes por argolas e feitas de couro cru bem sovado e dobradas, unidas por pontos e bem emparelhadas. A barbela do freio, que nem todos precisam, é conforme o feitio, consta de uma correntinha de ferro unindo, por baixo do beijo inferior, os dois lados fora da bôca. Dos lados de fora do alto dessa peça, prendem-se as duas pontas a cabeçada, que acompanha tôda a cabeça, passando atrás das orelhas. No alto da testa, prendendo de um e outro lado, para que ela, a cabeçada, não corra para o pescoço, segura-se uma correia chamada pequena em argolas, também testeira.

O *bocal* é formado de tiras de couro cru, que tomam diversas direções, articuladas no meio da cabeça, indo suas pontas unirem por uma argola maior, por baixo do alto do pescoço, onde se pode apresilhar o cabresto, corda de couro sovado (amaciado) para prender ou puchar o cavalo quando preciso fôr, que assim pode caminhar a distância que se quiser.

Quando dêle se não tem necessidade, apresilha-se em roda do pescoço, ficando uma ponta prêsa no bocal, que se enfia pelo focinho e apresilha-se em baixo do alto do queixo.

Ainda há o *bocalete*, que tem pouca diferença daquele e é menos aplicado, servindo mais para parelheiros.

O *maneador*, corda chata, encorpada e sovada, é carregada no pescoço do cavalo, feita em muitas voltas, para atá-lo na estaca, quer no pouso, quer na sesta.

A *maneira*, de couro cru, articulada no meio por uma argola de regular tamanho, serve para prender uma e outra mão do animal, para que êle pouco possa caminhar e ao mesmo tempo pastar, movendo apenas as patas.

Resta ainda o *laço* e as *boleadeiras*, que, respectivamente, se carregam nos tentos e debaixo dos pelegos na parte traseira. *Tentos* são pequenas cordas finas que fazem de peles delgadas, como as de ovelhas, por exemplo e atadas pelo centro na parte de trás do lombilho, servindo também para atar o poncho de pano emalado.

Serve o *laço* para laçar o animal que se quer. Tira-se dos tentos, prende-se por uma presilha na argola do travessão, do

lado direito, e na outra ponta, onde se prende uma argola de ferro, faz-se uma grande laçada, fazendo-se do que sobra um rodízio de muitas voltas e quando o animal corre em campo aberto, o gaúcho a tóda disparada muitas vêzes, reboleia no ar a laçada e atira todo o laço, que vai apanhar os dois chifres e assim fica prêso, até que se tome as providências para o fim desejado.

É lindo e admirável assistir um gaúcho bem montado (em bom cavalo), a tóda a brida, em campo aberto, correndo atrás de um touro bravio, e no momento oportuno atirar o laço, à distância, que desenrola suas voltas no espaço e vai a laçada prender o touro pelos cornos.

Não há cossaco, não há beduíno, que ouse lhe embargar os passos. Há apenas uma diferença, é que o gaúcho é civilizado, é humano e é generoso.

As boleadeiras compõem-se de uma corda trançada, de couro cru, mais ou menos de dois metros, e uma que no meio daquela parte, pouco menor de metade, ficando, assim, três pernas. Na ponta de cada uma é prêsa uma pedra redonda, do tamanho de bolas de bilhar, coberta por uma pele delgada, sendo menor a da última corda. Serve para pegar cavalo matreiro (arisco, astuto, que se não deixa pegar facilmente). O campeiro segura na bola menor e junta uma das outras, reboleia a terceira, solta a igual e assim vai, a tóda a brida, ficando, no movimento, afastadas para os lados as duas em ação e quanto mais procura correr, mais as boleadeiras se enleiam, então aí o matreiro é pegado, porém se êle a isso está acostumado, pára, elas se desenrolam e êle continua correndo.

O laço é feito de cordas de couro cru trançadas, e conforme a grossura do mesmo, é o número par, de quatro para cima, das cordas. Quando se faz a trança, redonda, uma argola, de ferro, fica prêsa em uma das pontas e na outra uma forte presilha, para prender na argola do travessão, do lado direito.

Apêro são as peças com que se prepara um cavalo para viajar ou passear, mormente aos domingos, quando mais o gaúcho se prepara para ver a sua bela, a sua eleita.

Quanto mais prata tiver o seu apêro, mais bem aperado se diz. As peças que passam pela cabeça do animal, boçal, boçalete, cabeçada e testeira, tem de cada lado de uma de suas muitas argolas de prata uma maçaneta esférica do mesmo metal, tendo por baixo um fundo chato, ou seja a esfera dividida em duas partes iguais, ôca e uma bôca reforçada de um a outro ponto, diretamente correspondentes, por onde passa, justo, o couro daquelas peças. As outras, como sejam as rédeas, manieia e cabresto e na junção das correias do boçal debaixo do queixo, são completamente esféricas. As cabeças do lombinho são cobertas com uma chapa de

prata de relêvo alto. O peitoral, hoje pouco usado, é coberto de florões lavrados do mesmo metal, correspondendo em tamanho a largura alterada daquela peça, que se prende ao lombilho, e na barrigueira por uma pequena presilha oculta, que passa entre as pernas dianteiras na altura do peito. O rabicho é prateado do mesmo modo que o boçal, tendo, muitas vezes, onde afivela no lombilho, um pesado e grande florão lavrado. Os estribos, de meia picaria, chegam a pesar um quilo de prata, sendo do mesmo metal os bocais.

Antigamente as rédeas, cabeçada, testeira e o rabicho eram sòmente de prata, sem couro algum.

Hoje tudo se tem modificado, e cada vez mais se simplificam esses aparatos de luxo.

A espora serve para fustigar na barriga do cavalo lerdo (preguiçoso, que custa a andar). Outrora havia uma muito grande e barulhenta quando com ela se andava, uma em cada pé da bota, chamada chilena.

É formada de um aro chato e muito reforçado, mais estreito nas pontas, onde em cada uma tem uma pequena argola que prende duas correias, que, passando por baixo e por cima do calçado, se vão afivelar do outro lado. Esse aro volteia todo o calcanhar justo a êle. No meio da referida volta tem soldado um grosso espigão, volteado para baixo, chamado papagaio, e uma fenda preparada, ao comprido, onde se faz, em um eixo, girar a roseta, que é uma roda de ferro dentada com pontas agudas em quantidade.

De perto da roseta partem duas correias que, passando cada uma dos lados de cada pé, vão-se prender no seu alto.

Sendo, como é, a roseta giratória, quando com as esporas se caminha, faz muito barulho.

Essa peça, do cavaleiro era tôda de prata muitas vezes, salvo a roseta, e o eixo que a faz girar dentro da citada fenda do papagaio.

O rebenque é um chicote de palminha comprida e estreita numa ponta e serve, como o relho, para com êle castigar o cavalo, a fim de caminhar, quando se não quer fazer uso das esporas. É necessário nas corridas de cavalo, sendo preciso na disputa de aposta».

CAVALO ENCANTADO (Lagoa Parobé) — Alegrete — Apolinário Pôrto Alegre.

Essa lenda, segundo a descrição de Apolinário, é a seguinte:

«Em fins do século XVIII erravam naquela rica região campestre inúmeros índios cavaleiros da tribo dos valentes Minuanos. Entre eles, havia o filho de um cacique, moço muito invejoso,

chamado Jaguareté-Piré, (couro de tigre). Este índio amava apaixonadamente a linda e esquiva Poti-Porã, (Flor bela), amada, também, por Inhanca-Guará (cabeça de pássaro), a quem a mesma preferia. Roído de ciúmes e de despeito, Jaguareté-Piré deliberou fazer uma emboscada ao seu rival para matá-lo. Assim, ao passar pela Lagoa Parobé, viu no meio de uma quadrilha de baguais um enorme cavalo de crinas e cola prateadas, de um pêlo negro, luzidio e macio como veludo. Fazendo menção para boleá-lo, o belo animal, a princípio tão arisco, parou súbitamente. Após prendê-lo em seu laço, Jaguareté-Piré falou: — «Agora, sim, Poti-Porã há de querer-me, preferindo-me ao meu rival». E assim dizendo, meteu as rédeas no animal, colocou sobre o lombo um couro de veado que lhe servia de sela e, cingindo sobre a cabeça um capacete de penas de avestruz, montou o lindo bagual seguindo em direção ao acampamento de Poti-Porã. Não tinha, porém, caminhado meia quadra, quando o cavalo formou um salto, ou mais propriamente um vôo, e, fendendo os ares em direção à lagoa, atirou-se no meio dela, desaparecendo para sempre com o cavaleiro.

Os índios da valente tribo guarani deram então à Lagoa Parobé o nome de Lagoa do Cavalo Encantado.

Eis, em resumo, a lenda que hoje, já um pouco alterada na forma e no fundo, ainda é lembrada por alguns dos velhos moradores do local».

PELOS DE CAVALO — As diversas definições dos pelos de cavalo constituem, sem dúvida, um curioso vocabulário regional, como se pode verificar na *Poranduba* de autoria do Padre Tschauer.

Azulêgo (cavalo oveiro, de pintas miudinhas brancas e pretas, o que de longe o faz parecer azul, e constitui uma variedade raríssima (Coruja) — Anuário do E. do R. Gr. do S. 1904), *bragado* (c. que tem manchas brancas atravessando a barriga — Cesimbra), *branco, couros-neg.* (pêlo completamente claro e mesmo alvo do c., cujo couro é negro. Em geral não sofrem da ramela como os chamados — melados e são mui próprios para montaria), *cabos-brancos* (cavalo cabos-brancos é o que tem brancos os quatro pés: Baio — Coruja), *Cabos-negros* (c. cabos-negros é o que tem negros os quatro pés: Baio cabos-negros-Idem), *colorado* (c. de pêlo avermelhado) *douradilho* (côr do cavalo castanho), *entrepe-lado* (do cavalo que tem pêlo das três côres: branca, vermelha e preta, misturadas de modo que parece côr de rosa), *gateado* (diz-se do cavalo baio com as crinas côr de flecha, segundo outros é amarelo-avermelhado), *gargantilho* (c. com manchas brancas na garganta), *lazão* (o mesmo que alazão), *lobuno* (pêlo côr de lobo), *lunarêjo* (c. que se distingue por qualquer sinal no pêlo — com

pronúncia espanhola), *malacara* (c. que tem listra branca sôbre o chanfro — da testa até as ventas), *melado* (c. que tem o pêlo e a pele brancos — no norte o c. que tem côr de mel), *mouro* (c. que é mais escuro que o tordilho negro — Coruja), *orelhano* (c. que não tem marca ou sinal na orelha), (Erra Aulete dizendo o contrário), *lampa* (diz-se 1 — do c. que tem orelhas de côres diferentes ou qualquer parte notável do corpo diferente do resto; 2 — do cav. que tem uma côr de um lado e outra do outro), *reiúno* (c. que pertence ao Estado e leva cortada a parte de uma das orelhas, de ordinário a da direita), *oveiro* (o mesmo que azulêgo), *pangaré* (c. mais claro que o douradinho — em S. Paulo c. estragado, sem mais préstimo algum), *picaço* (*pigarço*) (c. de côr escura com a fronte e os pés brancos — côr de sal e pimenta), *quadrilha* (porção de cavalos mansos de diferentes pelos), *rosilho* (c. vermelho ou escuro com uns cabelos brancos; prateado em que predominam êstes), *rubicano* (c. que tem fios brancos no rabo vermelho), *ruano* (c. em geral mais claro que o alasão, tendo as crinas esbranquiçadas, bem como a ponta do focinho, as orelhas e os cabelos das mãos), *salino* (pêlo de uma côr, porém salpicado de pintas brancas — Corrêa. Em alemão Scneck?), *sebruno* (c. de côr meio escura), *tobiano* (c. de manchas brancas e compridas. T. vermelho — T. escuro — Baio tobiano. Diz Correia que deriva de Tobias, porque o brigadeiro Rafael Tobias introduziu o c. tobiano em São Paulo donde também trouxe alguns exemplares para o Rio Grande do Sul, há meio século. O c. tobiano é muito apreciado das colônias alemãs por ser animal mui voluntário e até um tanto fogoso), *tordilho* (c. com pêlo salpicado de branco e preto. T. negro é aquêle em que sobressai a côr escura; e t. sabino, quando é salpicado de branco e vermelho; t. vinagre, quase o mesmo que o sabino; t. branco, em que sobressai o branco), *tropilha* (porção de cavalos amadrinhados e do mesmo pêlo: tropilha de mouros), *zaino* (c. de pêlo de castanha, carregado), *zargo* (c. que tem os olhos ou um só olho branco), *pelechar* (mudar o animal o pêlo).

TÊRMO E EXPRESSÕES DE CARREIRA — A revista *Querência*, que se publicava em Pôrto Alegre, trouxe no número três, o último que circulou, interessante coleção de «Têrmos e Expressões de Carreira». Algumas palavras ou expressões já apareceram ou aparecerão noutras partes do vocabulário referente ao cavalo.

LAÇO DE CHEGADA — Ponto final da carreira.

LARGADA — Saída do cavalo.

LEVANTAR — Adelgaçar o animal.

LARGADOR — Lugar de onde os parceiros iniciam a carreira.

O mesmo que partidor.

LUZ — Espaço compreendido entre a cola do cavalo que corre na frente e a cabeça do que vai atrás.

LEVAR NA PARADA — Associar-se a alguém na parada, tomando uma cota determinada.

MAU JÓGO — Trapassa, mau procedimento do corredor.

NÃO OLHAR PÊLO NEM MARCA — Não temer nenhum competidor.

NÃO ROÇAR PÊLO — Correr o cavalo vencedor sempre na frente.

NEM VAI SER CARREIRA — Expressão análoga a: --- «Vai ser um roubo».

ORELHA LIVRE — Condição segundo a qual, para se proclamar ganha a carreira, basta, apenas, que as orelhas do vencedor excedam às do outro de um espaço mínimo.

ALEVINAR — Treinar um cavalo para que fique mais leve.

ATAR CARREIRA — Ajustar, contratar uma carreira.

ALIGEIRAR — Treinar o parceiro de modo a torná-lo mais veloz.

ABRIR A PARADA — Desfazer a aposta.

ABRIR BOQUEIRÃO — Adiantar-se ao cavalo do seu competidor, de maneira que resulte grande espaço entre eles.

ABRIR-SE — Afastar-se o cavalo do trilho no qual é obrigado a correr.

ABRIR-SE NA FRENTE — Afastar-se o cavalo que vem correndo na frente, quando já dava mostra de vitória.

ABRIR O JÓGO — Desfazer o jôgo.

BALISAS — Marcas que assinalam o começo e o fim da cancha.

BOTADA — Cotejo entre dois parceiros.

BAGACEIRO — O cavalo que chega por último.

BUCHA POR SE DESTAPAR — Parceiro que ainda não se revelou como tal.

BOTAR A CORRIDA FORA — Fazer perder, por imperícia, uma carreira.

BOM NO PAU — Diz-se do cavalo resistente.

CHICO A GRANDE — Pêso de criança contra de adulto.

CORRER DE ALCANCE — Correr o cavalo atrás do outro propositadamente e poupando fôrças para, no momento decisivo, passar à frente.

CHEGAR NA TALA — Chegar o parreheiro no fim do laço apanhando de chicote. O mesmo que chegar taloneado ou taloneadito.

CARA VOLTA E LUZ — Vantagem que consiste em ficar o cavalo que a concede, com a cabeça em direção contrária, voltando-se, em dado momento, para empreender a corrida, devendo, na chegada, abrir luz.

CARREIRA GRANDE — Por um costume antiquíssimo, a carreira grande, isto é, a carreira principal realiza-se, sempre, às duas horas da tarde. Antes dela nenhuma é corrida.

CARREIRA ENCARDIDA — Carreira em que é difícil se dar palpite.

CORRER EM CONDIÇÕES — Correr segundo ajuste. Também significa correr bem.

CHANGUI — Vantagem ou partido.

COMPOSTURA — Ato de compor o cavalo, para a carreira.

CONVIDAR-SE — Combinarem-se os corredores para a largada.

COLA E LUZ — Partido que se dá deixando o parreheiro favorecido sair na frente. O que deu o partido, deve ganhar com distância de luz.

COTEJAR — Avaliar o tempo de corrida de um cavalo conhecendo-se o de outro.

CHEGAREM EMBRULHADOS — Chegarem os cavalos juntos.

CORRER NA ORELHA — Correr em igualdade de condições.

DEPÓSITO — Garantia do contrato. Saia ou não a carreira, o que dá causa a que ela não se realize perde a importância depositada.

DOBLE — Dois por um.

DESCONTO — Acidente ou enfermidade sofrido pelo cavalo.

DAR LAMBUGEM — Dar vantagem ou partido ao adversário.

DESTRILHAR — O mesmo que abrir-se.

ENVULTAR — Aproximarem-se os cavalos um ao lado do outro.

ENOVELAR (se) — Emparelhar-se os cavalos.

ESTADO — Condição física em que se encontra o parreheiro.

ENCOSTAR — Fazer um cavalo correr com um outro.

FLOREIO — Simulacro de carreira para se experimentar o valor do cavalo.

GALOPEAR — Treinar o cavalo para a carreira.

GANHAR NA TAMPA — Ganhar por pouca diferença.

GANHAR DE LUZ — Ganhar com distância.

GANHAR DE MEIO CORPO, GANHAR DE VIRILHA, GANHAR DE.

PARTIDO DE CAPIVARA — Partido em que o animal que o dá fica voltado para o lado oposto ao da chegada.

PARADA MORTA — Cláusula segundo a qual é obrigado ao pagamento, como se perdesse, o dono do animal que, por qualquer motivo, não o faz correr.

QUARTO À VONTADE — Condição segundo a qual no primeiro quarto de hora os corredores podem escolher livremente a ocasião da largada.

QUARTO OBRIGADO — Decurso de tempo após término do quarto à vontade no qual o juiz, tomando a direção da corrida, dá o sinal de saída logo que lhe pareça oportuno.

RAIA — Trilho por onde corre o parreheiro, ou ainda a própria cancha.

SAIR DE ATRAVESSADO — Sair o cavalo atravessado na cancha.

SOBRAR JÓGO — Haver excesso de apostas num determinado cavalo.

TEMPEAR — Tirar o tempo.

TIRO — Distância a ser corrida.

TIRO CURTO — O de quadra e meia a três quadras.

TOCADA — Ação de fazer o animal correr na cancha, isoladamente ou com outro, para lhe ser tirado o tempo.

VAI SER UM ROUBO — Expressão equivalente a «vai ser uma vitória fácil».

FESTAS — Dia 20 de setembro de 1955, J. C. Paixão Côrtes e Antônio Augusto, que dirige uma página regionalista

no jornal *A Hora*, organizaram, como programa crioulo da Exposição de Pecuária, que o govêrno do Rio Grande do Sul realizou no Parque do Menino Deus, a «Festa da Tradição».

Excluindo a parte de «danças folclóricas», «trovas» e uma «carreira de bois», predominou a intervenção do cavalo e o que com êle está relacionado, como se vê neste programa que foi publicado, onde deixamos de registrar as outras manifestações de desafios, bailes e carretas:

CONCURSO DE APÊROS — Aí, entonces, depois das danças, vem o famoso e esperado Concurso de Apêros, dividido em Apêros de Patrão e Apêros de Peão.

CONCURSO DE RÉDEAS — Agora é a vez do Concurso de Rédeas. É aquela história de dar um varêio entre umas tramas, e depois sentar nas rédeas bem em riba de um risco feito no chão.

CINCHADA — Depois vem a Cinchada. É pra ver qual o índio que tem melhor cavalo em cincha. Amigos! Garanto que isso vai dar cincha nas virilhas... e corcovo que le digo!

PENCA DE COPOS — Nesta Penca de Copos, troco mui engraçado, cada qual vai se ver enredado nas quartas, tentando levar um copo com água até certo lugar marcado pelos entendidos como nós.

ARGOLINHA E DERRUBADA — Finalizando a Festa da Tradição, teremos a célebre corrida das argolinhas e a derrubada de bonecos, feitas ao mesmo tempo.

RAÇAS — As raças cavалares ou equinas pertencem ao estudo especializado da ciência veterinária, mas encontramos informações valiosas no livro *Rumo ao Campo* de Pedro Luís Osório, que transcrevemos aqui:

«As raças equinas estão reunidas em quatro grupos principais: de sela, tiro leve, tiro semipesado e tiro pesado.

Os de sela, compreendendo os de esporte, de luxo e do exercício, têm um tipo fino de linhas e aspecto leve; aquêles de tiro leve têm menos perfeição em suas linhas e com o aspecto mais volumoso e pesado; e por último, os de tiro pesado com linhas menos perfeitas do que os anteriores, são mais volumosos e pesados.

Principais raças equinas:

Raça Árabe — Descendente direto o árabe do cavalo asiático e a sua base de formação é um tanto obscura e legendária; alicerce da formação de tôdas ou quase tôdas as raças cavалares

e considerado por excelência o regenerador das raças degeneradas, sobretudo a crioula.

É o modelo dos cavalos de sela, não só por sua beleza, como por suas qualidades. As qualidades do cavalo árabe são sempre transmissíveis à sua prole, por que elas foram fixadas pela antiguidade mais remota. O árabe é um animal nobre e formoso. São suas qualidades: sobriedade, energia, resistência, docilidade, inteligência, rusticidade, agilidade, dotado de bom gênio, mas, ao mesmo tempo, altivo. A altura varia, no Oriente, de 1,45 a 1,56, sendo a estatura média de 1,48. Tem a cabeça quadrada, pequena, elegante; orelhas pequenas, pontudas, testa proeminente e ligeiramente convexa; chanfro reto; pescoço elegante, bem proporcionado, ganachas bem afastadas, casco preto, cauda clara no extremo, pelagem variada, gris em diversos tons — tordilho, baio, vermelho, alazão, zaino, preto-claro. Seu sangue acha-se misturado com o da raça barbaresca. Esta raça barbaresca é encontrada em todo o norte da África e tem-se cruzado com o Árabe desde tempos imemoriais e com ela se confundido. Daí serem duas raças semelhantes, apesar dos caracteres éticos separarem-nas. Na Arábia dão muita importância à égua por transmitir ao produto energia e resistência, ao passo que o garanhão dá a rusticidade e o temperamento. E daí surgir grande dificuldade na aquisição de boas éguas para a exportação. São similares e cruzas: a Berbere (com pêlo dominante gris, havendo o negro e o baio), o andaluz, o alter, o anglo-árabe e o turco.

Raça inglesa de puro sangue ou de corrida — ela é mais corpulenta, mais comprida e mais alto do que a árabe. Tem formas belas e grande velocidade, própria para o salto; corpo anguloso, pêlo quase exclusivamente castanho ou alazão; mas há os tostados, ruanos, tordilhos e pretos. Da altura de 1,60 a 1,65. É a raça preferida pelo exército brasileiro para cruzar e formar o cavalo de montaria.

Raça Normanda — De cabeça grande, focinho amplo, narinas largas, olhos não muito grandes, fronte larga e plana, orelhas grandes, pescoço curto, crinas abundantes, dorso ensilhado, garupa baixa e caída, ancas fortes, cauda baixa, altura média 1,50, originário da Normandia (França). É cavalo bom para tiro leve.

Raça anglo-normanda — É a cruz do puro sangue com éguas da Normandia. São animais fortes, dando também montaria. O pêlo é geralmente castanho pezenho.

Raça anglo-árabe — Oriunda do cruzamento do puro sangue inglês com o árabe; raça não fixada; altura de 1,52 a 1,60; bom de sela; mais resistente do que o inglês.

Raça trakenen — Produto de cruzamento complexo com árabe, puro sangue e éguas da Alemanha; já o Orloff é com éguas da Rússia.

Raça andaluza — Tem a cabeça acarneirada ou convexa, focinho relativamente pequeno, fraca barbel, narinas pouco dilatadas, olhos expressivos, frente plana e espaçosa, crina abundante e fina, peito amplo, grandes cascos, cruz alta e descarnada, dorso bem encilhado, ancas bem desenvolvidas, cauda baixa e povoada de crinas, altura 1,56, pêso médio 380 quilos, temperamento sanguíneo, movimentos flexíveis, filho da Andaluzia e também chamado de raça bética, tipo do Sul. Esta raça é bela para sela, porém fatiga-se rapidamente, seu principal defeito.

Raça bolonhesa — Originária da França, é um produto de tipo pesado: alto, corpo cheio, cabeça grande e de pêlo geralmente tordilho ou baio, havendo, porém, os castanhos ou ruanos avinhados. Tem de altura 1,58 a 1,72 e 800 a 1.100 quilos de pêso, muita força, bom gênio, elevada corpulência, cascos grandes.

Raça perclirão — Existem os de tipo ligeiro para marchas rápidas e os de tiro pesado para tração. Têm a cabeça com proporções corretas, corpo musculoso, membros curtos e fortes; rústicos, precoces, bons puxadores para arados e carroças. Têm a altura de 1,55 a 1,60. O pêlo é negro, tordilho, havendo baios (mais raros) e escuros. São pouco fecundos e necessitam de bastante aveia para não ficarem linfáticos.

Raça morgan ou o trotador americano — É de rápido trote, dando montaria; cabeça perfeita, pescoço comprido e reto; constituição forte; pêlo vermelho, alazão, preto, baio e zaino em geral.

Raça hackney — Com especial aptidão para trelagem de carros, muito trotadores, dando, porém, montaria. De elegante porte, precoces, pêlo preto, alazão, zaino, baio e ruano; de altura variável entre 1,62 a 1,73.

Raça shire — Cavalo de grande porte, oscila entre 1,70 e 1,90, grande pêso, de 800 a 1.000 quilos, excelente raça para puxar carros pesados. É a maior raça existente.

Raça clydesdale — O porte oscila entre 1,65 a 1,72, com pêso de 700 a 800 quilos, de tiro pesado, muito útil nos trabalhos de campo, é o chamado cavalo escossês.

Raça suffolk — Cavalo de tiro, gozando de grande rusticidade. As aptidões e os caracteres do suffolk e do shire assemelham-se tanto que quase sempre se confundem um com o outro; diferenciam-se apenas, por ter aquêle o esqueleto mais delgado e não possuir nos membros os pêlos longos que este apresenta.

Raça brabanton — Tem 1,65 a 1,71 com 700 a 900 quilos; é belga.

Raça crioula — Em geral descendente da raça árabe, com estas variedades: asiática, africana e serrano e das de tipo espanhol; adaptado ao meio pelo abandono às intempéries e reproduzido à lei da natureza. Raça robusta, rústica, grande aptidão para as lides campestres. Propriedades: uniformidade de conjunto, perfeição de formas, variedade de pelagem: oveiros, tubianos, mouros, gateados, entrepelados, etc.; perfeito cavalo de sela.

Petiços, pequiras ou pôneis — São cavalos verdadeiros anões da espécie equina, de altura média de 1,20 a 1,40, dispondo de bons músculos, com peito proporcionado à altura. O petição é mais corpulento, de membros robustos, peito e quartos musculosos. É muito aceito pela sua resistência para os trabalhos de campo e viagens. O feminino dêle é petiçona.

Resumindo, são raças de sela: árabe, puro-sangue, crioulo, anglo-árabe, Hunter; de tiro leve: anglo-normando, Trakenen, Orloff, Morgan, Hackney; de tiro semipesado: percherão pequeno, ardenez; de tiro pesado: percherão, bolonhês, Shire. Clydesdale, Suffolk, Brabantino, etc.

JOGOS DAS CARREIRAS — Luís G. Gomes de Freitas, no seu ótimo ensaio *Antigos Jogos Desportivos da Campanha*, onde estuda o jôgo do talho, o jôgo do osso, o jôgo do tejo, dedica atenção especial ao «jôgo das carreiras».

«O jôgo das carreiras é o que mais tem empolgado o campesino gaúcho de todos os tempos e, muito mais intensamente, na época dos nossos avós, quando o cavalo tinha maior expressão em sua vida. Afeiçoado ao seu pingó, identificado com êle nos trabalhos campeiros, nas viagens e na guerra, o interêsse pela vitória do cavalo de sua simpatia chegava a extremos incalculáveis. É um jôgo que interessava e ainda interessa a todos, de tôdas as idades, de tôdas as classes sociais, moços e velhos, ricos e pobres, patrões e empregados, que se nivelam nas suas expansões de alegria em pleno campo ao longo da cancha, na expectativa, cada parceiro, pela vitória do parrelheiro do seu agrado.

Vou descrever êste jôgo tal como era efetuado em tempos passados:

1. *O cavalo*: O cavalo das carreiras do gaúcho antigo sempre foi o que empregava nas campereadas e que mais se destacava nas corridas dessa natureza.

Era o cavalo crioulo, o cavalo de origem ibérica, que vem da mistura de raças provenientes de regiões, cujos povos invadiram e dominaram a península, germano, norte-africano e árabe, predominando êste tipo. É o que hoje selecionamos com carinho para que não desapareça pelo cruzamento com novas raças.

Já faz muito mais de meio século que foi introduzido neste Estado o cavalo inglês de corridas, em cujo sangue também predomina o árabe.

Êste tipo de cavalo, porém, foi selecionado para corridas em longo tiro, em hipódromos, enquanto o nosso crioulo foi talhado naturalmente para movimentos rápidos e em cancha curta. O campeiro o escolhia pelo lance «bem rasgado de baixo», que permitisse ao animal mais longas braçadas; pelas ventas bem abertas, para maior capacidade de respiração, mais fôlego e pelos apurmos dos membros.

No nosso tempo, mesmo na campanha mais remota, talvez não haja parrelheiro de fama que não tenha seu sangue inglês mais ou menos pronunciado.

2. *O Compositor*: Desde o tempo de nossos avós o cavalo escolhido para parrelheiros era submetido a um tratamento e a um treinamento especiais e para isso havia homens práticos que se dedicavam a essa tarefa. Eram os compositores, que tratavam os mimados pingos a milho e alfafa fenada, com pasto verde limitado para não ficarem muito aguachados e submetiam os animais a banhos e a exercícios especiais para adelgaçarem e enrijecerem os músculos. Os exercícios constavam de passeios matinais e cabrestos ou montados e durante o dia os parrelheiros eram obrigados a trotar em volta de uma estaca, amarrados por uma sogá, que, em geral, era um leve maneador. O compositor dirigia o parrelheiro a pé, com um longo relho. Coberto com lindas capas bordadas a capricho e com biqueira, uma espécie de bornal provido de furos nas ventas, permanecia o cavalo durante o dia.

O treinamento principal constava de exercícios de prática das partidas na cancha, terminando com uma corrida em tôda a cancha.

O compositor montava o parrelheiro principal e fazia as partidas com um segundo parrelheiro, o palhaço, montado por um auxiliar.

Já quase na véspera da corrida fazia-se um floreio, uma corrida de experiência, em que se «tirava» o cavalo, quase sempre a relógio. Em cancha reta, de duas quadras, era considerado cavalo de lei o que fizesse o percurso em 15 segundos.

Em geral, os parceiros não atingiam a êsse record. Os cavalos crioulos da campanha faziam percurso em 16 ou 17 segundos, sendo que os mediocres iam além dêsse tempo.

3. *A Cancha*: A cancha era sempre reta, e de preferência numa várzea, na encosta de um arroio, orlado de mato, que fornecia água pura, lenha e sombra para os abarracamentos. Quase sempre estava perto de um passo, onde havia um boliche. Canchas havia também no fio da coxilha com mais ou menos declividade. Os trilhos eram largos e paralelos, bastante distanciados para que um corredor não se aproximasse muito do outro. Eram feitos a capricho, arrastando uma pedra pesada para arrancar a grama e depois aplainados a pá e a enxada.

Algumas canchas apresentavam três e mais trilhos para as corridas em pencias; mas, no comum, eram de dois trilhos somente. Segundo as possibilidades topográficas, seu comprimento ia até quatro e mais quadras; porém, no geral, eram de duas ou três, isto é, 264 a 396 metros.

4. *As regras da corrida*: No ato de efetuar a carreira, os juizes da partida, um de cada lado da cancha, estendiam um laço, em geral um maneador, transversal aos trilhos, na extremidade inicial, que marcava o limite até onde os parceiros podiam passear, para o acêrto de uma partida parêla.

Ai os corredores, em geral os próprios compositores, mostravam suas habilidades em conduzir seus fletes, calmos e firmes e, não raro, procuravam tirar vantagens, cansando o cavalo contrário, quando êste era mais nervoso e inquieto ou aproveitando qualquer descuido do piloto contrário, quando êste era menos hábil.

O número dessas partidas tinha limites estabelecidos no contrato e cumpridos rigorosamente pelos juizes. Atingido êsse limite, se os corredores não se acertassem, os juizes estabeleciam um pequeno número de partidas «obrigadas», dentro das quais os corredores deveriam largar. Se ainda assim não houvesse acêrto entre os corredores, vinha então a bandeira. Os cavalos ficavam parados, em prontidão, encima do laço e a partida dar-se-ia obrigatória ao baixar da bandeira.

Ê claro que o cavalo mais manso, mais bem treinado, levava vantagem nesta situação.

Os juizes da chegada também permaneciam em seus postos com o maneador estendido.

A cancha era fiscalizada em tôda a sua extensão para evitar qualquer impecilho nos trilhos, principalmente os cachorros e mesmo para evitar alguma trapaça.

Um parrelheiro podia vencer o outro apenas de orelha, o que, em geral, dava origem a dúvidas, muitas vezes degeneradas em discussão e até em brigas, os «rolos», principalmente quando existia má-fé. As vantagens mais comuns eram de fiador, meio corpo, paleta, meio corpo virilha, sendo luz quando o perdedor não conseguia cobrir o corpo do ganhador.

5. *O contrato*: Os parrelheiros que mais se salientavam numa zona já tinham a parceria dos seus simpatizantes, que se cotizavam para contribuir na parada. O contrato era a prazo fixo, estabelecendo as condições essenciais, inclusive o «depósito», que era uma espécie de multa para o que, no dia da corrida, não pudesse cumpri-lo.

6. *As apostas*: Além da aposta convencionada no contrato, os parceiros de um ou outro lado, todos os simpatizantes, ao longo da cancha e principalmente nas raia da partida e da chegada, em altas vozes, cheios de entusiasmo, propunham suas apostas, que eram tomadas pelos apositores, depositando as paradas nas mãos de pessoas respeitáveis, que as entregavam ao vencedor. Chamavam «parada morta» quando a aposta não poderia ser mais desfeita. Não raro davam vantagem, desde fiador até de luz, quando a parceria oposta mostrava-se receiosa de aceitar o desafio de orelha a orelha.

Alguns havia, que não tendo mais dinheiro, apostavam, numa espécie de alucinação, gado, o cavalo da montaria, objetos de uso, tudo o que poderia dispor, mostrando ao apositor a sua fé inabalável no pingó de sua simpatia.

7. *As trapaças*: No jogo das carreiras dos tempo passados não se dopavam os cavalos, porém, havia outras espertezas próprias daquele tempo. Dentre elas, ocorrem-me as seguintes:

- a) o suborno do corredor ou do tratador;
- b) o roubo do parrelheiro na véspera da corrida, para fazê-lo correr até cansar;
- c) o viciamento do trilho do cavalo contrário;
- d) o trancamento com a perna do corredor sobre o cavalo contrário, quando os trilhos não eram bem definidos;
- e) tratando-se de carreiras feitas no ato, com cavalo desconhecido na região, existia a simulação de cavalo cansado e aguachado, quando era coberta de espuma de sabão ou quando apresentava-se desfigurado, com o pêlo arrepiado, tosado de cola e crina, e sendo égua, com sincerro de madrinha da tropilha;
- f) Havia também parrelheiros com senha, ensinados a fazer manha, levantar os quartos, negar a partida, etc.

Essas trapaças ocasionavam muita turbulência nas carreiras, desfigurando o seu lado bom e de sadia convivência.

8. *As penças*: Quando os parceiros eram mais de dois, a corrida chamava-se penca. Em geral eram constituídas de animais novos, de primeira corrida, machos ou fêmeas ou misturados.

9. *Outras corridas*: Depois da carreira grande, que sempre era a primeira e cheia de expectativas, o povo dava largas ao seu entusiasmo, improvisando outras carreiras com animais de qualquer classe. Era nessa ocasião que apareciam os simulados. Uma das mais divertidas era a do perde-ganha, em que eram escolhidas as piores montarias presentes, em geral, petiços macetas, burros manhosos, etc.

Como os corredores pilotavam o cavalo do contrário, procuravam fazê-lo correr o máximo possível, dando lugar a expansões de alegria, apesar dos pilotos se sujeitarem ao risco de alguma rodada.

E, neste caso, quando saíam de pé, a diversão ainda era maior.

Esta festa durava, às vezes, mais de um dia e a ela juntavam-se outros jogos, não faltando os do osso e do tejo nas barracas e até mesmo baile».

CARREIRISTA — O tipo deu inúmeras páginas de nossa literatura dialetal e Alcides Maya, no seu romance *Ruínas Vivas*, edição da Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, do Pôrto, em Portugal, no ano de 1910, traz um perfeito retrato do carreirista.

«Mas, interrompeu o discurso com uma exclamação alegre: vislumbrou numa vereda, entre serros, o Tico Azambuja, o carreirista conhecido, a quem desejava falar. Partiu a galope e, a certa distância, deteve-se, chamando-o, erguido nos estribos, de mão à boca.

Ao — Eh! lá! — reboante, o gaúcho voltou-se ao cavalo, e divisando o negociante, deu de rédeas, à espera. Montava um gateado, cabos-negros, urco, meio estreleiro e sonador. Caprichara também no trato do animal, bem gordo, chairado e cogotilho, primorosamente rasqueteado, de cascos redondos, a cola de cantagalo. Assentava galhardo a cavalo; era um tipo expressivo de rio-grandense, corado e risonho, corpo rico de músculos, semblante rico de alegria, a transbordar vida por todos os poros; e pressentia-se nêle o namorado, o entusiasmo, o lutador... usava botas pretas e chilenas de prata; aos movimentos do gateado, brincava-lhe sob o queixo escanhado o barbicacho

de torçal; as pontas do lenço vermelho, de lã e seda, em tope à 35. tremulavam-lhe nos ombros a viração, um pala, estampado de cabeças de cervo, dobrado ao comprido, pendia-lhe de um dos braços; e, à frente do lombilho, através dos coldres abertos da badana, sobressaíam duas coronhas de pistola, com transflores na madeira. Fôra muito rico; herdara três belas e grandes estâncias; conhecia a Capital, o Uruguai, Buenos-Aires; e nas suas viagens, salteadas de jogos e de amores, pusera os haveres «na volta da pá», na expressão do Aires. Empobrecido e es-troina, muito moço ainda para refletir ou desanimar, esbanjava, imprevidente, o restante do patrimônio. Íntimo do Aires, durante algum tempo, separara-se dêle depois, por motivos políticos: um citava *A Federação*, outro *A Reforma*; para o primeiro, a República, de que, aliás, sabia apenas o nome, era o ideal dos ideais; o *Tribuno*, cujos designios a idéias nunca penetrara, representava para o outro o herói dos heróis... Continuavam, entretanto, fregueses, apesar de estremecidos; e as dívidas do Tico subiam na venda ano a ano.

— Viva lá! que facha! — disse-lhe o Aires, ao trocarem o apêrto de mão. — Roseteando por dentro o peito das muchacas... Isto é que é...

O outro «gambeteou», notando o acento escarninho.

— Que muchachas, nada, homem! Toco, mas é para as carreiras. Faço como você, que não há mulher, por mais bonita, que valha a ventania da cancha...

O diálogo prosseguiu no mesmo tom.

Miguelito estimou o encontro: fatigava-o a parolagem do Aires, que se não calava um instante».

CRÔNICA DAS CARREIRAS — Luís Araújo Filho, nas suas *Recordações Gaúchas*, cuja 2ª edição é de 1905, da casa Echenique Irmãos & Cia., com a Livraria Universal, em Pôrto Alegre e Pelotas, inclui uma detalhada crônica de uma carreira, da qual extraímos a seguinte parte:

«Aproximava-se a hora da carreira grande e até então ninguém se atrevera, com carreiras sem importância ou de brinquedo, a profanar a cancha, naquele dia sagrado para quaisquer outros que não fôssem o abastado estancieiro Sr. Madruga ou a sua competidora, pois era uma mulher, D. Rita França, senhora de meia-idade, estancieira também e que desfrutava a fortuna que possuía, divertindo-se e gozando a seu modo.

Às três horas em ponto, dos lados do mato moveu-se uma comitiva de cêrca de 50 ginetes, rumo da cancha.

À frente do grupo vinha o Sr. Madruga e no centro da parceria, formada em quadrado, vinham dois parelheiros, de pêlo igual, ambos rosilhos, mas diferentes, figura e construção.

Ao chegarem ao ponto onde devia começar a carreira, logo o povo acorreu para apreciar os parelheiros e formular projetos de apostas, segundo seus palpites e coraçonadas.

A carreira fôra *atada* com condição de parada morta, ou seja, perda total para o parceiro que se arrependesse, mas o Sr. Madruga tinha o direito de apresentar dois cavalos, cuja escolha para correr só seria definitiva depois de enfrenado um dêles.

Por isso, ao primeiro impulso de entusiasmo dos apreciadores succedeu desagradável impressão de dúvida sôbre qual dêles seria o escolhido, para fazerem o jôgo.

Entre a multidão, que àquela hora era compacta, achavam-se João de Borba e o compadre Giloca, os quais, na sua qualidade de forasteiro, não tinham feito durante aquêle dia senão recorrerem o acampamento, sondando as opiniões, a fim de poderem arriscar algumas onças que lhes faziam pêso nas guaiacas.

— Que tal, compadre, disse João de Borba, qual é o seu palpite? não vinha mal se forrássemos o poncho para o resto da viagem.

— Não vi ainda o outro cavalo, respondeu o compadre Giloca.

— Mas que lhe parece o rosilho pequeno, heim?

— É um pingaço, tem todo a traça de bom; mas me desagrada pelo tiro que teria de correr, se fôsse escolhido, parece animal que para lhe desbastarem a graxa apertaram demais a compostura, de modo que acho êle assim a modo de atravessado.

— Mas o outro parece um arrastador d'água, tosado a faca, meio rabão, querudo...

— Sim, e isso pode ser feito de propósito, para não chamar a atenção; mas repare bem; deve ser animal de muito lance, porque é bem enquartado e rasgado de baixo; depois veja: pescoço largo e comprido, orelhas de tesoura, casco pequeno, peito de pomba, quadril ossudo, anca de viúva, ventas bem abertas e não me arrependia, porque êste não me engana.

Durante esta pequena conversa, de um estabelecimento distante umas vinte quadras, lados de campo, moveu-se outra comitiva mais ou menos igual à primeira, ao lado da qual rodava uma bonita carretilha de molas, ladeada por seis homens, todos moços de boa aparência, espécie de guarda de honra de D. Rita França, da tia Rita, como êles chamavam, pois era ela que, atendendo ao

seu compromisso, comparecia ao lugar aprazado para a grande carreira.

Ao mesmo tempo todos os curiosos e aficionados refluíram para os recém-chegados, admirando e aplaudindo a bela estampa do parrelheiro tordilho, que ia competir com um dos dois do Sr. Madruga.

Via-se logo que aquêlê animal tivera um compositor excelente e caprichoso. Tosado quase por completo, tinha só uma mecha de crina junto às cruzes, o que já de natureza arqueado e a pequena cabeça descarnada, onde se revolviam dois grandes olhos negros, inquietos e saltados; trocava a orelha de um modo particular em tôdas as direções, para atender aos menores ruídos, mascando o freio com impaciência; — tudo nêlê mostrava logo o desejo de correr, como querendo deixar atrás de si a própria sombra.

Seu pêlo fino e lustroso parecia achamaloitado, deixando ressaltar até os menores músculos quando caminhava, — indício de força e bom estado, pois apresentava-se suficientemente nutrido para resistir e delgado para correr».

POEMA DAS CARREIRAS — Bernardo Taveira Júnior, no seu livro *Provincianos*, edição da Livraria Evangélica, da cidade de Rio Grande, em 1886, veem poesias de maior interêsse para a história da literatura gauchesca.

Destaca-se o poema que transcrevemos, onde encontramos os elementos precursores de nosso regionalismo.

De longe e de perto, do campo e cidade,
Desfila, vem gente, vem povo às carreiras;
Alegres vem todos: uns montam cavalos,
São outros puxados em rodas ligeiras.

Ao sítio marcado, na cancha escolhida,
Já chegam qual onda sobreonda espumosa;
Se agrupam, conversam, discutem, apostam:
Não há quem os vença na férvida prosa.

O dia é festivo. Com traje vistoso
As moças do pago também vêm à festa;
Ornadas de flôres e fitas e risos,
Nenhuma só delas tristezas atesta.

E a festa é de encantos! Os guapos rapazes
Folheiros governam bizzarros cavalos;
Meneiam chicotes de lindo feitio,
Que às vêzes nos ares desprendem estalos.

Segundo os haveres, o gôsto, o capricho,
Envergam a roupa mais bela e decente,
Um pala vistoso, chapéu meio ao lado
Com seu barbicacho, do queixo pendente.

Nos pés lhes tintinam custosas chilenas
De prata batida com arte lavrada;
Por trás ou na frente, segura à guaiaca,
Destaca-se a faca chibante, embainhada.

Ao dono o cavalo no luxo não cede:
Têm prata os arreios, e as rédeas trançadas;
De prata os estribos, bocais e rabicho;
De prata outras galas aqui não citadas.

Carreiras!... Meninos e moços e velhos,
Não perdem tal festa, não perdem carreiras!
E a par das apostas, pequenas ou grandes,
Apostam-se olhadas às môças faceiras.

II

Já os guapos corredores,
Montados nos parelheiros —
Um tordilho e outro escuro —
Partidas fazem mestreiros.
Os na aposta interessados
Observam esperançados
Os dois pingos a partir;
Uns e outros entendidos,
Pensam ganhar com certeza;
Confiam na ligeireza
Dos dois pingos a partir,

Enquanto partem os pingos,
Ora a trote ora a galope,
De quantos ali se agrupam
Não há nenhum que não tope,
Que não jogue uma parada;
Se ali voz apaixonada
Se ouve o tordilho exaltar,
Não falta quem pelo escuro
Se declare forte e duro:
Travam-se novas apostas,
Que não ficam sem respostas,
Sendo muitas a dobrar.

Nas partidas, ora o escuro
Sai folheiro na frente,
Ora o tordilho avanta-se
No veloz arranco, ardente!
E os sagazes corredores,
Da matéria entendedores,
Por querendo sair mal,
Cortam partidas fogosas,
Que não julgam vantajosas;
E animam os parceiros
Para que, firmes, ligeiros,
Sair possam afinal.

Quanto mais da carreira
Aproxima-se o momento,
Mais recresce nas apostas
O febril exaltamento.
— «Luz ao tordilho!» — «É comigo
Trinta patações, amigo!»
— «Jôgo ao escuro, quem quer...
Dá-se luz em cada raia!»
«Duas onças dês que saia,
Dês que se mexa o tordilho!»
— «Tudo ao escuro!... Esse potrilho
Vai mostrar o que é correr!»

— «Não se paga mal, patricio,
Aceito o seu desafio;
Duas onças lhe jogo,
No calo branco confio»
— «E mais ainda se esfolia,
Dá-se rompida na cola;
Quem quiser, há de encontrar!»
— «A que não sustenta, amigo?»
— «Sustento, sim, o que digo!»
— «Pois então duro com duro,
Mais duas onças ao escuro!...»
— «E já, e vamos casar!»

As bonitas camponesas
Também atrás não ficavam:
Lenços de sêda e cambraia,
E até doces apostavam.
Eram as mais influidas
Nessas apostas renhidas,
Nessas festas de primor;
Mas creio que um doce beijo,
Sobrasse, embora o desejo,
Apostar não quereriam —
Essas belas que acendiam
Nos moços chamadas de amor!

III

Era grande a carreira dêsse dia!...
De ouro por cem onças fôra atada,
E metade ficara da quantia,
Por trato, de antemão depositada.
A carreira perdia o contraente
Que no dia aprazado não corresse,
Ainda que o cavalo adoecesse...
Era morta a parada — ou queixo ou dente!

Não tardavam, porém, os corredores
A largar os valentes parceiros.
Centenares ali de espectadores
Iam vê-los correr que nem pampeiros
Pelo extenso caminho demarcado;
Por dez quadras a cancha se estendia,
Té à raia chegar, em que se via,
De um lado e doutro, um julgador postado...

IV

Ao grito de «Vamos!» dos dois corredores,
Escuro e tordilho, nas patas erguidos,
Arrancam de um salto, semelham dois ventos,
Que partem, rugindo, com fúria impelidos!

Robustos e destros, ligeiros, unidos,
Não cedem um palmo na guapa saída;
Não correm, mas voam: parece que os brutos
Se int'ressam no jôgo, na aposta renhida.

V

Na quadra primeira
Segunda e terceira,
Não há diferença
Da qual se presume
Que perca ou que vença
O escuro, ou tordilho;
Não cedem nos brios,
Não perdem o trilho:
Parece que o alento
Lhes cresce indomável,
Bem como a lufada
Nas asas do vento!

Lhes fervem as patas na insana corrida,
Carreira infernal!

E os cascos mal tocam na arena estendida!...

Mais eis que afinal
Aponta adiante
O calo tordilho.
E em breve, possante,

Do escuro consegue escapar-se um instante;
Porém dessa luz que lhe tira no espaço,
Ainda não pode prever-se a vitória:
Três quadras ainda se estendem ao laço,
A raia, onde a palma se eleva da glória.

Contudo já muitos, embora entendidos,
Ao ver do tordilho essa luz não pequena,
Paradas dobraram, pensando, influídos,
Que certo era o ganho na rinha afanosa
Dos dois parceiros ao longa da arena.

VI

Mas o jôgo é variável
A sorte do jogador;
É sua estrêla mudável
Na aparência e no fulgor;
Se um momento a doce esp'rança
Sente ocupar-lhe o sentido
Dela após desiludido,
Vê murchar a linda flor.

VII

O escuro
Valente,
Brioso,
Na ardente
Carreira
Aos poucos avança,
E a espr'ança
Mais bela se mostra,
Qual luz renascida,
A quantos cuidavam
Já vê-la perdida.

Em breve o tordilho,
Que adiante seguia,
Já perto sentia,
Bem perto o rival!...
Foi neste momento que a luta travada
Tornou-se arrojada,
Tornou-se infernal!

E logo se uniram
Os dois parelheiros!
E os dois corredores,
Valentes campeiros,
A um tempo o rebenque
Deixaram cair!...
Que abalo sentiu-se
No peito a fremir!

VIII

Implacável, veloz estalava
O rebenque nos guapos corcéis!
Quanto menos a raia distava,
Mais cresciam os golpes cruéis!

Cada qual, nessa ardente porfia,
Semelhava um delírio raivoso;
Um ao outro ceder não queria
No despenho febril e feroso!

Mais febril, mais feroso não era
De Mazeppa o cavalo selvagem!
O tufão mais veloz não correrá,
Não levará torrente à voragem!

Era uma ânsia de vida e de morte!
Era um jôgo espantoso, imponente!
Do bagual ao rebenque mais forte
Dependia a vitória sòmente!

Mas eis que o tordilho,
Banhado em suor,
No ímpeto afrouxa,
No alento e fervor.

Fraqueia,
Se abate
No insano
Combate . . .

E logo, ao rebenque mais forte, parelho,
Adianta-se o escuro qual frecha no espaço —
Suplanta o tordilho no férvido anêlo,
Folheiro perpassa por cima do laço!

X

Mil bravos se ouvem logo
Ao pingo vencedor,
E abraçam os amigos
O destro corredor.

Mas por entre os aplausos,
Reboando na extensão —
Pragas também rugiam
Em mais de um coração !!

Em mais de uma beleza
A tristeza se viu,
Mais de um sorriso amargo
Em seus lábios se abriu.

Ali, mais de uma bôlsa
Sem um real ficou;
Mas de outra vez enchê-la
A esperança restou.

CALIFÓRNIA — Carreira onde tomam parte mais de dois cavalos. Alcides Maya, nosso mais elegante escritor gauchesco, é autor de linda página sôbre as «califórnias».

«Da lomba da última coxilha, conduzindo ao taboleiro onde assentavam os primeiros abarracamentos, notaram um reboiço. Acabavam de correr uma «califórnia»: Levantara-a de pescoço um potrilho pangaré; mas estabelecera-se desde logo tremenda confusão; e a gauchada remoinhava, «braba». O corredor de um parreheiro lobuno, mui afamado, bradava raivoso que o outro vencera pela trapaça, metendo-lhe a perna nos encontros do cavalo; o acusado defendia-se vigorosamente; e, seguidos da vozeria pelos jogadores de ambos os partidos, os donos dos animais clamavam com energia. Desacatados os juizes, facas lampearam, ressoaram relhaços, um guasca rebentou a cabeça de outro com os estribos manejados pelos loros, e, para aumentar o ruído, gania dolorosamente, de gambia ao ar, um guaipeca pisado no atropêlo. Houve um instante em que tôda aquela gente se misturou num grande mole oscilante, fragorosa, de que se levantavam rostos congestos e braços agressivos. As autoridades acudiram, correndo, ouviam-se a cada momento, de envolta com injúrias, pragas e ameaças, os gritos de — Aparta! — Prêso! — Calma! e ao Aires, que esporeara o cavalo, um desconhecido, em fuga, explicou a «tramoia», pálido, trêmulo, mal enjorcado nas suas roupas campeiras, de carregação. Mas, o estrupido diminuía, findava; alguns desordeiros foram presos; anulou-se a penca; e, esfarrapados os grupos, um velho que passava, meio bêbedo, empunhando uma garrafa de cachaça, num matungo tobiano, salgo, provocou a atenção de todos, divertidos à figura.

Montava quase em pêlo; ao bambaleio do corpo, continuamente desaprumado, cai aqui, cai ali, resvalara para as ancas da alimária, o único pelêgo que a arreiava; as vestes, de esfrangalhadas, davam lástima: a bombacha, coberta de pega-pegas e arregaçada a meia perna, descobria as canelas casposas, com arranhaduras; não usava casaco; o esterno e as clavículas apontavam sob a epiderme, através da gola desabotoada da camisa de algodão; e seguia «cristeado» por uma gurisada infrene, em cortejo grotesco. Um dos moleques tomara das rédeas do tobiano; outro atara-lhe a cola, entre aplausos e risadas dos companheiros, «quebrando o sabugo» em nó de pontas caídas, feito cerimoniosamente, a cuspo e terra, para «apertar bem»; pusera-lhe terceiro à cabeça um ramo de chilca. Passeavam-no, assim, em triunfo. Mansíssima, — repletos de bondade os olhos brancos, de bordas inflamadas e sem cílios, — deixava-se a bêsta levar dõcilmente, parecendo mesmo satisfeita àquele contato de gente, sensível e desvanecida àquela jovem alegria galhofeira.

O bêbedo, entretanto, curvo e de lado a cavalo, «cumprimentando o povo», com a cabeça enrugada e calva, ora sorria, estático, a íntimas visões encantadoras, ora atirava à miuçalha

gestos feios, a resmungar protestos e obscenidades. O próprio guaipeca, vencendo a dor da pisadura, atacava o ébrio com uma fúria covarde. Percebera talvez, o desprezo dos homens: refletia-o instintivamente, fuça arreganhada, a ladrar, cheio de sanha... Depois, afoitou-se, afundou os dentes no tobiano, junto aos «machinhos». A bêsta priscou e o cavaleiro ia caindo ao salto inesperado; mas, à impressão, visitou-o um segundo de lucidez. Foi uma verdadeira, completa, suprema transfiguração: direito e firme no dorso do pilungo, fitou de frente o agrupamento, reunido na mesma exclamação depreciativa, alta e repetida, o cachorro e os insultadores:

— Cães! — bramiu com um lampejo de cólera nos olhos tresvairantes. — Cães!...»

QUALIDADES DO CAVALO — As qualidades ou as virtudes do cavalo formam um longo vocabulário, que revela a preocupação do gaúcho pelo seu melhor amigo.

Bagual (cavalo vistoso), *cabresteador* (c. que cabresteia bem), *campeão* (sai em procura e tratamento do gado — J. Galeno), *cancheiro* (c. acostumado a cancha, que é mestre numa cancha), *chanheiro* (c. para pequenas corridas, parreheiro regular — Aulete escreveu erradamente Chanheiro), *clinudo* (c. que tem crina mui abundante), *dar à mão* (empregada com referência ao cavalo que facilmente se entrega), *flete* (c. bom e bonito ensilhado com luxo. Também significa cavalo em geral), *fletaço* (aumentativo de flete), *estado* (o cavalo tem estado se está em condições de poder correr), *monarca* (c. que caminha com garbo), *parreheiro* (cavalo acostumado a correr parrehas e ensinado para isso), *pingo* (c. bom e também do cavalo em geral), *pingaço* (o aumentativo de pingo), *pingada* (grande número de pingos e também os cavalos em geral), *piquête* (o c. ou os cavalos que estão sempre prontos), *doce de bôca* (cavalo dócil), *cavalo de rédeas no chão* (cavalo manso), *sacar a orelha* (é chegar o parreheiro à raia com a orelha livre, isto é, adiantado do outro parreheiro apenas o espaço da orelha — Coruja), *andam batendo a orelha* (dois parreheiros igualam-se), *saiu com luz, saiu com fluz* (c. que adianta do outro parreheiro com muito espaço entre ambos), *variado* (cavalo variado e cavalo ensinado a correr parrehas).

CAVALHADA — Ênio de Freitas e Castro publicou sua pesquisa original de uma cavallhada realizada no município de Vacaria, a que assistiu, estudando-a. Edição da Comissão Estadual de Folclore. É um dos raros trabalhos inteiramente dedicado ao assunto. Conhece-se um anterior de Félix Contreiras Rodrigues, escrito com muita erudição. Augusto Pôrto Alegre

a descreve no princípio do século, aliás a cavalhada ainda está em voga, no Rio Grande do Sul, sem o brilho de outrora. O relato da cavalhada que vem no livro *A Fundação de Pôrto Alegre* é o seguinte:

«As cavalhadas constituem divertimento, que, vindo de remotas eras, até hoje é cultivado com grande entusiasmo em inúmeros pontos de nosso território. A origem delas é vetustíssima e o grande apóstolo Roque Gonzales, em certa ocasião, por necessidade delas lançou mão nas Missões, causando agrado geral aos selvagens presentes à festa. Esta conforme a organização que se lhe der, pode ser desenhada bastante, imprimindo-se-lhe direção inteligente às várias figuras de que se compõe. Por felicidade da tradição ela é realizada imune de quaisquer inovações indébitas e deturpadoras da sua índole, simples e guerreira. Uma cavalhada bem organizada apresenta vinte partes ou combinações, assim designadas: 1ª — entrada e reconhecimento da praça pelos dois esquadrões de cristãos e mouros; 2ª — morte do espião cristão pelo guia mouro; 3ª — escaramuça grande pelas duas divisões; 4ª — castelo de fogo de quatro divisões; 5ª — escaramuça grande de quatro divisões; 6ª — escaramuça a Bento Manuel; 7ª — alcancilhos à lança e à pistola; 8ª — embaixada cristã e prisão do embaixador dêste no castelo mouro; 9ª — castelo de cruz; 10ª — evasão do embaixador cristão com Floripa; 11ª — embaixada moura; 12ª — escaramuça a Bento Gonçalves; 13ª — escaramuça e quatro fios; 14ª — ataque ao castelo mouro fazendo os cristãos seis manobras de conversão ao centro com duas cargas de lança, duas de pistola e duas de espada; 15ª — tomada do castelo e prisão dos mouros; 16ª — batismo dos mouros; 17ª — caveiras a lança, a pistola e a espada; 18ª — argolinhas, por duas vêzes; 19ª — escaramuça de oito; 20ª — despedida.

Ver a descrição feita por Augusto Meyer, que dá tratamento especial ao estudo das Cavalhadas, no seu *Guia do Folclore Gaúcho*.

HABITATS DO CAVALO — A designação dos lugares dos diversos habitats do cavalo está consignado pelo gaúcho nas seguintes palavras:

Canha (lugar onde um parreheiro está acostumado a correr. Estar na sua — é estar em lugar conhecido, onde é mais forte), *encerra* (espécie de curral feito no meio do campo para apanhar baguais), *invernada* (pastagens convenientemente cercada onde guardam cavalos para descansarem ou recuperarem as forças perdidas ou para engordarem, etc.), *circo* (roda que no meio do

campo fazem os campeiros a pé ou montados com o fim de conter reunidos em um pequeno espaço os cavalos que vão ser lançados para substituir os que estão cansados, aproveitando-se dos obstáculos nat., arroios, matos ou cêrcas — Mudador), *mudador* (lugar nas estâncias, protegido por pedras, arroios, matos onde se costuma reunir os cavalos por falta de curral, para soltar os montados, substituindo-os por descansados. Se isto não há, faz-se circo. — Corrêa), *palanque* (pau de dois metros de alto, ficando no curral ou no pátio, ao qual se prende o potro ou cavalo bravo para encilhá-lo. — Aul.), *porteira* (entrada para os currais ou mangueiras), *potreiro* (pequeno campo cercado com pasto e aguada destinado a animais caval. e muares), *prado* (planície cercada, circundada às vêzes de espécie de anfiteatro para os espectadores, onde se realizam as corridas. — hipódromo), *querência* (lugar onde o animal costuma parar; tomando-lhe afeição, de sorte que lá sempre se encontra), *quadra* (extensão de 123 metros: cavalo de duas, quatro quadras), *mangueira* (curral grande para onde podem-se manguear animais mansos e bravos), *tambeiro* (manso, aquerenciado perto de casa).

CAVALO E MULHER — Augusto Meyer, no seu livro citado, chama a atenção e comenta a riqueza do tema, e trás cinco quadrinhas do cancionero gaúcho:

Estou velho, tive bom gôsto,
Morro quando Deus quizer;
Duas penas levo comigo:
Cavalo bom e mulher.

Ao botar o pé no estribo,
Meu cavalo estremeceu;
Adeus, morena que ficas,
Quem vai-se embora sou eu.

Tenho meu cavalo escuro,
Com uma lista na barriga
Se a morena quer garupa,
Faça senha, mas não diga...

A fita do teu cabelo,
É buçal, maneia e laço;
Descogotado e lunanco,
Inda por ti movo o passo.

Campeio a tua presença
Em todo êste rincão,
Relinchañdo de saudade,
Dando patadas no chão.

DEFEITOS DO CAVALO — A linguagem gauchesca sobre os defeitos do cavalo é bem típica.

Abombar (diz-se que o c. abombou, quando, tendo feito grande viagem em dia de calor, fica em estado de não poder mais caminhar, mas, depois de refrescar, pode continuar a marcha — Coruja), *aguachado* (c. muito gordo e descansado, devido a longo repouso e, assim, impróprio para viagem maior), *aplastrado* (o mesmo que abombado — do castelhano aplastar, amassar, machucar), *aporreado* (c. mal domado, ou que se não conseguiu domar — Cesimbra), *arreganhar* (cerrar os queixos do cavalo cansado, de tal sorte que não se lhes pode tirar o freio, batendo-lhe muito o coração e distendendo-se as ventas em consequência de uma viagem forçada em tempo de muito calor), *arreganhado* (c. impróprio para serviço pesado), *aruá* (c. espantadiço, que não se deixa facilmente apanhar), *apuava* (espantadiço), *assonsar* (quase abombar), *baguari* (1 — c. vago, lerdo; 2 — corpulento, pesadão, mole), *bagual* (1 — cavalo indômito e independente de qualquer sujeição; 2 — c. ruim, trotão), *basteirar* (fazer o lombilho no lombo do cavalo, sinais de basteiras ou escoriações), *basteiras* (lugares no lombo — de cada lado da espinha — onde assentam os bastos; 2 — manchas de pêlos brancos ou provenientes da ação do lombilho nesses lugares — Corrêa), *basteirado* (animal que tem no lombo o sinal de basteiras, isto é, manchas de pêlos brancos provenientes de cicatrizes causadas pelos bastos do lombilho; 2 — ligeiras escoriações nesses lugares, da mesma proveniência), *bichoco* (c. que fica com os pés inchados por falta de exercício — Baurepaire-Rohan), *bolear-se* (deixar-se cair o cavalo montado), *broca* (cavidade na raiz do casco do cavalo que vai minando até a parte superior do vazio), *caborteiro* (c. manhoso, velhaco — também cavorteiro), *carreteiro* (o c. que, enlaçado, estica o laço), *changueiro* (c. que é parrelheiro mau), *chasqueiro* (diz-se do trote largo e incômodo), *chimbé* (o animal que tem o focinho chato como os dogues — Beaurepaire-Rohan), *chucro* (c. brabo, quase bagual), *cilhão* (c. que tem o espinhaço encurvado onde se põem os arreios mais baixos que a anca e as cruces), *coiceiro* (c. que facilmente dá coices), *dessocado* (c. que sofreu a operação de dessocar), *dessocar* (fazer certa operação nas mãos do animal matreiro ou uma incisão nos tendões com o fim de dificultar a carreira), *disparador* (c. acostumado a disparar; que foge quando o querem prender), *despalmilhado* (c. molestado na parte mole do casco), *despalmilhar-se* (molestar-se o animal na parte mole do casco), *empacador* (animal que tem o mau hábito de empacar), *empacar* (emperrar o burro ou cavalo; parar especialmente passando arroios, etc. sem que possam o cava-

leiro forçá-lo a proseguir no caminho), *escrapeteador* (do c. que não para muito no mesmo lugar), *escrapetear* (correr de um lado para outro), *estrelheiro* (c. que quando galopado levanta exageradamente a cabeça, tornando-se assim imprestável para o serviço de campo — parece olhar para as estrêlas e é assim impedido de ter marcha segura e veloz), *fuá* (o mesmo que aruá — Beaurepaire-Rohan), *gavião* (c. difícil para ser apanhado), *gavionar* (não se deixar apanhar), *harangano* (c. difícil de se pegar), *largado* (c. abandonado, desprezado por indomável, ou também do c. manso mas não mais montado), *lunanco* (c. que tem uma anca mais alta que a outra), *lunhanquear* (ficar lunanco), *mancarrão* (c. velho, manco, sem préstimo; matungo), *mata* ou *matadura* (ferida sobre o lombo), *matungo* (c. velho e sem préstimo), *matungada* (porção de matungos), *maula* (ruim, co-varde), *mesquinho* (c. que só com muita dificuldade consente que lhe ponham o freio), *montado* (animal doméstico que se tornou bravio e vive fora), *nambi* (c. que tem uma das orelhas caídas — do tupi nambi, orelha), *partista* (c. arisco, manhoso, assustadiço), *passarinheiro* (c. que na viagem se espanta de qualquer coisa), *passarinhar* (cavalo passarinheiro), *peceta* (c. inferior, de mau cômodo, feio, lerdo), *perrengue* (mau, que não tem préstimo), *pescoceiro* (c. laçado pelo pescoço que não obedece aos tirões do laçador), *petiço* (c. anão, que tem as pernas curtas — petição aum., petiçada, porção de petiços, *petiçote* (dimin. de petiço), *pilungo* (fem. de potro bravia, chucra, ainda não mansa), *potra* (c. ruim, sem préstimo), *potro* (cavalo de três anos para cima e ainda não domado), *potranco* (potro de menos de um ano de idade, a fêmea é potrilha — Potreco), *puava* (o mesmo que fuá ou aruá, espantadiço, indócil), *quebra* (cav. mau, de má condição), *redomão* (c. novo entregue ao domador), *rengo* (animal manco da perna, arrastando-a), *renguear* (arrastar a perna por manca — Cf. Beaurepaire e Aul.), *retalhado* (c. não completamente castrado — Retalhar, do castelhano retajar; cercear), *rodador* (c. que a cada passo facilmente roda e cai; rodada, queda para a frente do cavalo), *rehcheiro* (c. que pára ou dirige-se a tôdas as casas próximas do caminho — Revôlto, rodomão que obedece com dificuldade. — Quebra, mau. — Quebra-freio: Quebralhão, Quebra-largado), *sentada* (parada repentina que o cavalo faz galopando), *sentador* (c. do cavalo que prêso a uma estaca ou cêrca pelo cabresto ou rêdeas, se atira para trás e assim quebrando o laço se livra), *sentar* ou *assentar* (diz-se: 1 — do cavalo sentador; 2 — do cavaleiro, fazendo parar o cavalo em galope), *sonador* (cavalo que a galope faz sair pelas ventas e bôca um ruído como que roncando), *tabuna* (ferida incurável no lombo do cavalo), *velhaquear* (o

mesmo que corcovear. — Velhaqueador), *velhaqueadoro* (virilha do cavalo, onde não sofre a espora), tudo conforme estudo citado de C. Teschauer.

CANCIONEIRO — O cancionero referente ao cavalo é enorme, mas, no *Rumo ao Campo* de Pedro Luís Osório são recolhidas algumas quadras muito interessantes, nas quais se descreve o que quer dizer bom cavalo:

Do cavalo o corpo inscrito
Deve ser em um quadrado;
Comprimento igual à altura
Para ser proporcionado.

II

Em cinco partes a altura
Dividida deve ser:
Da cabeça o comprimento
Duas partes deve ter.

III

Fronte larga e vasto crânio,
Ganachas bem afastadas,
Testeira espessa e direita
Com ventas bem dilatadas.

IV

Do cervo quer o pescoço,
Do touro a fronte, valor;
Não cabeça acarneirada
Nem cavalo sonador.

V

Pescoço longo, elevado,
Junto às cruzes deprimido,
Que é de cavalo cargueiro
E de bico no ar erguido.

VI

Cruzes altas, bem espessas,
Dorso curto e bem direito,
Lombo chato, largo e curto,
Que é base do flanco estreito.

VII

Espalda longa e oblíqua,
Peito de pomba avançado,
Ventre longo, porém fino,
Tronco bem arredondado.

VIII

A costela bem arcada
E bem perto do quadril.
Cavalo de flanco largo
Será bom só um de mil.

IX

Não quero costado chato,
Peito exíguo, recolhido,
Que é sinal de pouco alento
Com lombo estreito e comprido.

X

Só quero ter parrelheiro
De anca larga, horizontal,
Ao nível do dorso e lombo
De largura sempre igual.

XI

Não me serve anca de mula
Curta, estreita e inclinada,
Nem a de avestruz pontuda,
Nem a de vaca achatada.

XII

Não quero também matungo
Selado, nem quadrilhudo,
O que quero é coxa grossa,
No entreperna sobretudo.

XIII

Jarrête largo e direito
E nunca estreito e curvado
Que jamais foi parêlheiro
Cavalo desgarronado.

XIV

O antebraço no codilho
Formado de cubital.
Como a perna no jarrête
Tem a mola principal.

XV

O comprimento, a espessura
São do antebraço a beleza.
Mas a extensão do codilho
É só dêle a fortaleza.

XVI

Joelho baixo e no prumo
É condição de bondade,
Mas o seu grande volume
É a melhor qualidade.

XVII

Canela por curta e fina
Não se deve desprezar.
Dos tendões no afastamento
É que convém reparar.

XVIII

Vasta junta e volumosa
O machinho quer também.
Castanhas e barbatanas
Muito grandes não convém.

XIX

Machinho longo não presta
Nem também muito indianado
Sim casco alto, liso e duro
E muito bem contornado.

XX

Eis o tipo do cavalo
De carreira e de batalha,
De resistência e alento
E não de fogo de palha.

LOCUÇÕES INSPIRADAS NO CAVALO — O gaúcho, não satisfeito de encontrar palavras especiais para designar qualidades, defeitos, moléstias, pêlos, etc. de cavalos, também ampliou o significado do próprio vocábulo para encaixá-lo, comparativamente, em frases típicas de gente de estância.

Cancha («*Estar na sua cancha*», achar-se no seu elemento, no seu paraíso, achar-se em posição favorável, etc., *Abrir cancha*, (dar lugar para passar), *carona* (*levar ou tomar carona* se diz em linguagem militar — do oficial que é preterido por outro em sua promoção. *Não aguentar carona dura*, é não suportar insultos ou desaforos sem reagir. *Andar pelas carças* — andar mal, falho de recursos — em apuros — em situação crítica — *Corrêa*), *cavalo* (*abra o cavalo ou tire o cavalo da chuva* — Importa isso em dizer: retire o que disse — *Cesimbra*), *embuçalar* (enganar: *quiseram embuçalar-me*; mas não conseguiram pôr o buçal no animal), *embaraçador* (enganador, velhaco) *empacador* (contumaz, teimoso, que por hábito gosta de pôr obstáculos), *enquadrilhar* (*andam sempre enquadrilhados* — de enquadrilhar cavalos), *enrabar* (andar sempre junto a outro; persegui-lo: O cobrador anda enrabado com aquêle devedor), *garrão* (nervo do cavalo, *afrouxar o garrão* — dobrar as pernas e cair; mostrar-se pusilânime e sem energia, desistir de qualquer coisa por se conhecer inferior ao adversário), *gavião* (cavalo matreiro, vivo, finório), *gavionar* (*tanto andou, tanto gavionou, que afinal se casou*), *galope* (admoestação, censura, castigo, capina: *um forte galope que lhe servirá de lição* — *Corrêa*), *largado* (diz-se do homem, quando se perdeu a esperança de o corrigir), *largada* (*fulano tem boas largadas*, isto é, ditos chistosos ou boa saída, etc.), *manguear* (repontar os cavalos para a mangueira ou curral: *Ando mangueando aquêle sujeito para ver se o convengo*. *Você está me mangueando* para ver se eu caio na esparrela — do Rio da Prata e Chile), *marcado* (homem que gosta de enganar os outros, aplica-se particularmente àquele que negocia: *marcados* — os *da cidade*, supostos sempre como dispostos a iludir os dos campos), *pelego* (*a cousa tem pelego*, isto tem sua dificuldade. *Pelego granco*, nome dado pelos da fronteira aos nortistas do Estado e aos moradores do Taquari — *Corrêa*), *pescoceiro* (caloteiro. *Aquêle sujeito é pescoceiro para satisfazer*

suas dívidas), *poncho* (*forrou o poncho* — fêz bom negócio; *Sacode o poncho* — dar o sinal de desafio; *Pisar no poncho a alguém*, ofender sem ser repellido: «*Que atrevido; me pisou no poncho*»? — Gaúcho forte, ap. Corrêa — Provérbio: *Poncho do pobre é o sol. Ponchada* — grande porção), *puava* (cav. espantadiço — homem colérico), *quebra* (cav. mau — *Fulano é um quebra* — *quebralhão* — *Quebra-largado*), *rodilha* (*pessoa de armada grande bastante rodilha* é pessoa exagerada, palradora, espalhafatosa e mesmo mentirosa, etc.), *registrar* (tomar nota dos cavalos alheios que se acham na tropa para poder indenizar os respectivos proprietários). Este vocábulo é um monumento da justiça e bons costumes dos habitantes da campanha erguido no campo da sua linguagem.

CAVALARIA — Arma das mais célebres da crônica militar e desde Rafael Pinto Bandeira, no nascimento do Rio Grande, até Flôres da Cunha ou Zeca Neto, e todos os farroupilhas, os heróis gaúchos estão sempre garbosamente montados.

Osório foi um dos mais amados símbolos da Cavalaria dos Pampas e J. Pinto Guimarães, no seu livro *Rio Grande do Sul*, traça-lhe o perfil, ao descrever, neste seu compêndio de leitura, a *Cavalaria Rio-grandense*.

«A cavalaria rio-grandense é célebre pela sua bravura e a nossa história registra, em páginas brilhantes, os seus feitos heróicos.

O grande general italiano Garibaldi, que por algum tempo viveu em nosso Estado, dizia na Europa, lembrando-se saudoso da nossa terra: Se eu dispusesse da cavalaria rio-grandense, me animaria a conquistar o mundo.

Em tôdas as lutas que temos sustentado, a nossa cavalaria alcança sempre estrondosas vitórias sôbre os inimigos.

Na guerra em que ela mais se distinguiu foi na campanha que o Brasil sustentou, por espaço de cinco anos, com a república do Paraguai, então debaixo do governo tirânico e despótico do General Solano Lopes.

Travaram-se nesta guerra combates encarniçados e sangüinolentas batalhas; mas a superior cavalaria rio-grandense obteve sempre a palma do triunfo.

Diversos filhos do Rio Grande do Sul salientaram-se gloriosamente na campanha do Paraguai, honrando e fazendo respeitado o nome querido da nossa terra natal.

Êsses heróis chamam-se: Osório (Marquês do Erval), Andrade Neves (Barão do Triunfo), Manuel Marques de Sousa (Conde de Pôrto Alegre), Vasco Alves, Câmara (Visconde de Pelotas),

João Manuel e José Luís Mena Barreto, Bento Martins, Chavaneço.

Além dêses, muitíssimos outros abnegados patriotas arriscaram suas vidas em defesa da Pátria.

O General Manuel Luís Osório, mais tarde feito Marquês do Erval era gaúcho destemido, de uma extraordinária valentia.

Sentou praça nas fileiras do exército muito jovem ainda, pois contava apenas 15 anos de idade. Quando voltou do Paraguai, em cujo solo foi o primeiro a pisar e onde foi ferido por duas vezes o povo, em delirante entusiasmo, aclamou-o.

Os seus mais importantes feitos de armas são: a vitória da batalha de 24 de maio e a vitória da batalha do Avaí, sendo nesta última ferido na bôca.

O combate travado no dia 24 de maio foi um grande combate, pois nêle apresentaram-se mais de 50.000 homens.

Osório morreu no Rio de Janeiro alguns anos depois de terminada a guerra do Paraguai.

A Pátria Brasileira, reconhecendo os relevantes serviços prestados por um tão ilustre general, ergueu-lhe, em uma das praças da capital federal, uma imponente estátua de bronze, em que Osório, tipo de gaúcho rio-grandense, é representado garbosamente montado a cavalo».

Mais tarde, levantou-se, em Pôrto Alegre, bela estátua ao General Osório, monumento equestre de autoria de Leão Veloso, à Praça Senador Florêncio.

MAIS TÊRMOIS REFERENTES AO CAVALO — O Padre Teschauer, de quem copiamos o vocabulário referente ao cavalo, sugere uma série de palavras, ainda, que as reúne genêricamente sob o título de «têrmos promiscuos».

Cabrestear (ir o animal prêso pelo cabresto — Rev. do Inst. Hist. t. 15), *cavalinho* (couro de cavalo curtido), *cagotilho* (as crinas do cavalo tosadas), *clina* (crina), *cola* (cauda do cavalo), *encontros* (peito do animal), *garrão* (nervo da perna). Lado esquerdo é o lado de montar; e o lado de laçar é o lado direito do cavalo. Táboa do pescoço — cada um dos lados do pescoço do animal cavalar), *palanqueação* (o que ata ao palanque um animal bravio ou o ato de amansar o animal ao palanque), *palanquear* (prender o animal bravo ao palanque), *paleta* (nome do osso da mão do animal ou omoplata), *pandilha* (quadrilha, grupo de cavalos), *sacar a orelha* (chegar à raia com a orelha livre, isto é, adiantado do outro parrelheiro apenas pelo espaço da orelha).

PROVÉRBIOS — São numerosíssimos os provérbios com comparações e referências ao cavalo: a cavalo dado não se olha

o pêlo (no que se ganha, não se repara), corre mais que um bagual com um couro cru na cola (rapidez da fuga de quem sofreu um vexame), levar boçal de couro fresco (é ser enganado), não te fies em tobiano, nem bragado, nem melado; pra água — douradilho; pra muito — tapado — mas pra tudo — tostado (experiência do gaúcho em matéria de cavalo), cavalo do comissário sempre ganha, potrilho coceou na marca (mau gênio desde pequeno), cavalo que há de ir à guerra, nem corra lobo, nem o abane égua; cavalo ruço corre o mole e o duro; cavalo rosilho, ou ditoso ou mofino; cavalo alazão muitos o querem e poucos o hão; cavalo que voa não quer espora; cavalo formoso de potro sarnoso; a cavalo novo, cavaleiro velho; a cavalo roedor, cabresto curto; a cavalo dado não olhes os dentes; cabresto de cavalo compra cuidado, etc.

DOMA — A Doma de Cavalo aparece obrigatoriamente nos textos das obras de nossos regionalistas.

Félix Contreiras Rodrigues, no seu livro citado — *Memórias de um cavalo*, descreve de maneira original uma «Doma de Cavalo».

«Quantas e quantas vêzes vi o meu dono, velho Manduca, o mesmo capataz da estância, rodear-me no curral, murmurando:

— Vou mandar-te domar p'ra minha rédea. És mui lindo.

Peito de moça e anca de viúva! Que lance! Que encontros! Que lombo para um lombilho! Isto vai ser um pingo de garra, um flete de dar e tomar!

— Vem cá, Chiru, disse duma feita ao seu afilhado. Já notaste a senha dêste potrilho?

— Vejo que é tostado — cruzado, padrinho.

— Só sabes isso? Pois, então, dêste potrilho cruzado da direita pra esquerda:

— Aprende, meu filho:

Bom pra água é o tordilho

É para muito o tapado,

Mas para tudo o tostado

Quando é de um lado só

Mão branca e pata branca,

— Meia-rês — é chamado.

Tendo as manchas nas mãos,

Tendo as manchas nas patas,

Boas senhas não são,

O cavalo é maneado.

E não presta também,

Se o sinal se formou

Do lado de laçar
E na mão dêsse lado
Isolado ficou
Nem cavalo quedralvo
— Das quatro patas brancas,
Ou por manchas, cruzado,
Quando as manchas se cruzam
da esquerda pra direita
Mas, nascendo à direita
E morrendo na esquerda,
Da mão de laçar,
A pata montar,
Como a cruz dêste potrilho,
Aprende bem, meu filho,
O cavalo é de lei,
Esperanças encerra
De pé no estribo e mão na lança
Corcel de campo e guerra.
E êsse pêlo dos pelos
O que ninguém contesta,
Chega a ser perfeição,
Tendo estrêla na testa
— Tostado-estrêla-cruzado.
De pé no estribo e mão na lança,
Corcel de campo e guerra,
Eis um pingo de confiança,
Do andar dos deuses digno,
Flete de pêlo divino.

E aquêlê namôro do meu amo me deixava faceiro, e disposto a florear-me diante dêle, sacundindo a cabeça por baixo, negaceando-me ou erguendo o rabo e atirando as crinas ao vento. Então, ao sair do curral, o meu gôsto era arrancar em escaramuças, que deixavam aquêlê homem de água na bôca. Mas, o curioso do caso era êle não perceber que eu fazia de propósito, e que o estava compreendendo. Passaram-se os meses nessa doce liberdade, até chegar o dia aziago da marcação. Contava dois anos quando me laçaram, enforcaram, manearam, e marcaram. E graças que escapei da faca, por ser uma pintura. Mas, ainda assim, a brutalidade do homem e a dor do ferro em brasa, me deixaram por muito tempo de marca quente e o propósito de alçar-me. Afinal cumpri os três anos, lá pela primavera de 1826, pois eu sou de 23».

MOLÉSTIAS DE CAVALO — O gaúcho explica à sua maneira as doenças do cavalo.

Cuera (ferida incurável ao lado do fio do lombo dos cavalos; o mesmo que *unheira*), *cuerudo* (cav. que sofre da *cuera* ou *unheira*), *despalmilhado* (cavalo incomodado na parte mole do casco), *despalmilhar-se* (molestar-se o cavalo na parte mole do casco), *fólho* (moléstia nas mãos ou pés do cavalo), *macêta* (diz-se do cavalo doente das mãos ou com defeito nelas, isto é, que tem os machinhos mais grossos do que é o c.), *mal-de-vaso* (ferida cancerosa nos cascos dos cavalos. Vaso em castelhano sig. também casco de cavalo) *mata* (mata-dura: ferida no lombo do animal feita pela sela, cangalha), *matado* (c. cheio de mataduras), *ovado* (c. doente dos machinhos; vem provavelmente de ovas, certa moléstia do cavalo), *rodilhudo* (c. que apresenta grandes inchações crônicas de forma arredondada ou de rodilha nos machinhos e joelhos — Corrêa), *tocar* (moléstia originada por mingua de sal — Visc. de S. Leop. Anais, pág. 230), *travagem* (inflamação das gengivas que se hipertrofiam e crescem a ponto de quase cobrir os dentes, impedindo, assim, o cavalo de pastar pelo que fica muito magro), *unheira* (matadura incurável aos lados do lombo dos cavalos, pisaduras do lombinho), *unheirudo* (do animal que sofre de *unheira*), *quebra-bunda* (epizootia, em consequência da qual os cavalos ficam descadeirados; ataca-os nas regiões paludosas e os inutiliza para sempre. — No Maranhão — mal de escancha), *quebrado da bôca* (c. que sofreu pisadura grave ou fratura nos queixos; à menor pressão do freio corre sangue e o torna inútil).

BENTO GONÇALVES — Um dos contos populares mais estimados é, justamente, aquêlê no qual se narra a aventura de Bento Gonçalves, que, fugnido da prisão da Bahia, depois de ter estado encarcerado também numa Fortaleza do Rio de Janeiro, desembarca incógnito em Santa Catarina, vem por terra até o Rio Grande e, ao chegar à Conceição do Arroio, entra numa estância. Após uma longa conversa, sem que o general se desse a conhecer, a dona da casa diz que não pode ceder o cavalo que êle pede porque está pobre. Tinha dado quase tudo que possuía aos farra-
pos, os caramurus tiraram o resto e, finalmente, ela sômente entregaria aquêlê cavalo a Bento Gonçalves, caso êle aparecesse por ali, fugindo da prisão. Bento Gonçalves disse quem era, a alegria foi geral e o herói saiu galopando seu baio pelas coxilhas em fora.

MEU PINGO — Poesia regionalista muito bem feita. Vargas Neto, seu autor, foi o maior poeta «campeiro» de uma geração. Representa, no gênero, a figura principal da poesia moderna entre nós e êle próprio desempenhou a função de verdadeiro rapsodo, dizendo seus versos, quando ainda estudante, sempre debaixo dos

aplausos mais entusiásticos. Da «Tropilha crioula», extraímos êste belo soneto:

O meu pingo, tordilho, anca de vaca,
Pingo sôlto de patas e altaneiro,
É cavalito de brigar de faca
De virar o balcão dum bolicheiro.

Sempre delgado de dormir na estaca,
Do fandango, de longe, sente o cheiro.
Nesse flete, aramado não me ataca
Nem me escapa o novilho mais matreiro!

Quebro o cacho lá encima, a cantagalo,
E vou às pulperias no domingo
Onde as chinas cobiçam meu cavalo!

E eu me orgulho — vos digo de franqueza —
Pois quem não sente orgulho pelo pingo
Não nasceu nestes pagos com certeza...

CENA DE BAGUAIS — João Fontoura que publicou seus três livros gauchescos no Rio de Janeiro, apareceu em 1912 com o volume de contos regionais intitulado *Nas Coxilhas*, editado pela Livraria e Papelaria Gomes Pereira, seguindo-se *Umbu e Rancho Grande*, ambos de contos regionais e impressos na Tipografia do *Jornal do Comércio*, respectivamente em 1929 e 1939.

A «Cena de Baguais», com a explicação de tratar-se de Mancha Pampeana, pertence ao último livro citado:

«Relincho agitado e raivoso de bagual ecoou no escampado. O cavalo em que viajava o coronel ergueu a cabeça, esticou as orelhas, olhou firme para o lado, donde a imprecação do companheiro e relinchou também.

Momentos depois, no topo da coxilha, surge a tropa de éguas, — corridas por três pastores baios, urcos, cabos-negros, esvoaçantes as crinas de azeviche, alçada a cola preta nunca aparada. E, a coices e dentadas, pelejavam na conquista de manada. A cena era de apreciar. Paramos nossas montadas e, calados, esperamos o desfêcho da luta.

Na vastidão dos campos, o silêncio era quebrado, pelo bater de cascos no solo, roncoss, relinchos e patadas no atropêlo de pastor contra pastor.

Às vêzes, separavam-se, corriam em direção oposta em falso fim de cena; mas, em grandes curvas, aos corcovos e bufidos, volta-

vam ao cartel, e logo, novamente entreveram-se e o torneio é mais renhido, até que um põe fora de combate os outros.

Orgulhoso, então do seu poderio, ergue a fronte elegante, e aos saltos, vai parar no meio das éguas, ar vitorioso, contente.

Depois, com festinhas a cada uma, vai afastando-as até se quedar com a favorita.

Achega-se-lhe. Misturadas as crinas, as cabeças se unem como a segredar amôres. Ergue a fronte a fêmea, e, terno o olhar, descansa o queixo sôbre a nuca do bagual, que, irrequieto e nervoso, foge ligeiro, com a cabeça e começa a dar-lhe dentadinhas na tábua do pescoço.

Em sádicos arrepios, sente cócegas a potranca, e, arqueando o lombo, retorce o corpo esguio de contornos elegantes.

Aproveita as posições, o pastor, mordisca-lhe as cruces ainda virgens do lombilho; fâ-la vergar a espinha, cabeça erguida, orelhas murchas, dolente, preguiçosa.

Na ardência do carinho, pescoço sôbre pescoço, os dois, como se falassem, talvez a combinar idílios de amor em pleno pampa deserto, sacodem de leve a cabeça, e beijos abertos, mostram alvos dentes, entre gemidos que mais parecem suspiros de amor.

Depois, arrastando, o potro, a queixada pelo fio do lombo da égua, vai até a anca, desce pelo quadril e morde-lhe o garrão ligeiramente; a companheira arruma a pata em coice leve de brinquito. O pastor, então, alegre salta para um e outro lado, levanta-se sôbre os pés trazeiros, cai em posição natural, e, achega-se novamente; agora, é a asa da pá, que procura para, em mordidelas ligeiras e seguidas, obrigar a fêmea a retorcimentos deliciosos de gôzo.

De repente, um piá, surge repontando o tambeiro.

Ao estalar do enxiqueirador, o pastor e a égua, assustam-se e correm um para cada lado. O bagual a certa distância estaca: orelhas têsas, faiscantes o olhar raivoso, baixa e levanta a cabeça, relincha, sacode a crina, casqueia a terra, como a censurar a indiscreção humana».

SACRIFÍCIO DO CAVALO — Roque Callage foi dos mais fecundos escritores gauchescos. Embora sua obra esteja, sem razão alguma, esquecida pelas novas gerações, não tardará o dia em que se faça justiça ao seu amor às tradições do Rio Grande, que êle as cultivou como poucos.

Episódios da Revolução, livro da Editôra Glôbo, compreende aspectos apanhados de 3 a 24 de outubro de 1930.

Dêsse livro extraímos o trecho que segue:

«Com a noticia o gaúcho deixou cair a cuia da mão. Depois da escaramuça de 23 jamais lhe soara, naquele deserto, tamanha

surpresa. E de pé, olhos arregalados no espanto e no gôzo, traçou o seu destino. Apresentar-se-ia também. A revolução vinha a propósito. Palavra que já sentia saudade do cheiro da pólvora e saudade ainda maior das cargas de lança nos combates de campo raso.

E não perdeu tempo. Penalizou-se do «tostado» mas não teve outro remédio senão lhe meter as «garras» no lombo. Feito isso, enfiou as botas, atou um velho lenço colorado ao pescoço e rumou para o povoado. A distância do seu rincão à cidade era de nove léguas puxadas. De modo algum, nem mesmo por milagre, o matungo venceria a lonjura. Mas havia de encontrar meios de trocá-lo no caminho até sua volta à querência.

Iniciada a marcha, só andou quatro léguas. Magro e coberto de «matas» o animal ao vencer uma trepada de coxilha pedregosa, não pôde mais. Um relincho fraco, varado de dor, e ali ficou.

Ficou para morrer.

Já anoitava pelo escampo morto. Uma sombra de tristeza, tão forte como a que descia da noite, envolveu o coração e a alma do gaúcho. Comoveu-se com aquêlê transe. Ficava completamente só no mundo e ficava sem o seu companheiro de dez anos, que baleado no combate de Ibirapuitã, em 23, conseguira curá-lo, tornando-o útil ainda à sua existência de homem sem nada.

O gaúcho contemplou a cena com tristeza e com remorso. Era comum, era fato freqüente, de tôdas as horas, bem o sabia, morrer um cavalo no campo, vítima de magreza, minado pelas epizootias várias que de quando em quando devastam, como uma calamidade, os rebanhos pastoris. Mas, assim, abrindo ainda mais as chagas, era coisa que êle nunca vira e que só levaria à conta de sua pobreza, não possuindo outro animal para encilhar e ter ao mesmo tempo que partir, levado pelo instinto, a fim de combater na defesa de qualquer coisa, fôsse lá o que fôsse... Era sina. Pobre companheiro de miséria! Se ao menos já tivesse peleando e o «tostado» morresse varado por um lançaço ou por uma bala como morre a cavallhada das forças atacantes que avançam numa picada ou numa garganta de corredor, então, estava direito. Morria no seu pôsto de honra como morrem os homens valentes que não temem o perigo e que vão para frente dispostos a tudo.

Mas assim... Era de agoniar de dor um coração de homem do campo, que sabe o valor e o que representa um cavalo na sua convivência leal de todos os dias.

Imobilizado o animal pela morte, era mister deixá-lo. Entretanto, nem um rancho próximo para dormir, nem um cavalo perto para prosseguir viagem. E condoído do transe e para que o

silêncio não se prolongasse tão fúnebre o velho Lopes deu as despedidas ao seu nobre e leal camarada de lutas:

— Aí ficas para os urubus, tostado companheiro! Mas ficas também com a minha saudade. Morreste por mim que também vou morrer pela Pátria!...

E dentro da noite o gaúcho continuou a pé, a sua marcha, para cumprir, menos o chamado do seu ideal patriótico que as imperiosas exigências do seu destino...

CAVALO CRIOULO — Há uma literatura especializada referente ao cavalo crioulo, inclusive de obras técnicas, uma associação de criadores de cavalo crioulo, uma revista sôbre o assunto, etc.

Não examinamos êste lado da questão, pois nosso estudo é apenas literário, como já se disse.

Barcelos Ferreira, no livro *Glória aos Farrapos*, que a Glôbo de Pelotas editou em 1935, traz um soneto ao «Cavalo Crioulo»:

«Êste é o galhardo vencedor plebeu,
Que a marca heróica do passado traz
E onde surgiu impávido venceu,
Como corcel antigo de Chiraz.

Onde passou na guerra o chão tremeu,
Vibrou o vento ao seu andar pugnaz
E a luz da Liberdade floresceu
Do sulco aberto por seu peito audaz.

Do sangue dos cavalos de Hermengarda,
Alerta ao trom guerreiro da bombarda,
Não tem lugar na terra em plena paz.

E os artistas, por isso, num assomo
De sonho em flor, nos céus, o pintam, como
O encantado cavalo de Chiraz».

FLETE — Ciro Martins, autor gauchesco, já publicou quatro livros: *Campo Fora*, *Sem Rumo*, *Enquanto as águas correm* e *Porteira Fechada*, o primeiro de contos, o segundo é uma novela e os dois últimos são romances.

Tiramos de seu livro de estréia, em 1934, a página que denominou «Flete»:

«Assoleado, esmorecido, o cavalo balançava arquejante batendo forte o coração. As narinas vermelhas, arregaçadas, resfolegavam num ritmo apressado de estafa. Pescoço espichado, olhos tristes, orelhas murchas, e o suor caindo em gotas grandes e claras pelas mãos e as patas.

Os aperos molhados e moles como se ficassem ao sereno.

O homem, sentido da campareada puxada e brava, movia-se lido, custoso, tratando como mimo o flete bueno.

Alta manhã de outubro. Impulso bárbaro de seiva nos pastos, nas ervas e nas árvores, brotando no ardor violento das fecundidades verdes. Horizontes limpos, circunferências, rasgados em luz. Serenidade pastoral nas distâncias abertas. Mansidão de rebanhos formados. E umbus, vetustos e gigantes, dominadores nas horizontalidades pacíficas do pampa, graves soberanos vegetais, avultando na claridade opulenta, como grandes realizações de sonhos poderosos.

Sólto, o animal rebolcou-se rudemente na grama miúda, unimesmando-se com o chão acolhedor.

O gaúcho, da porta larga do galpão, acariciando a cabecita inquieta do guri das suas esperanças campeiras, via de alma grande aquêlo amplexo instintivo, profundo, singular, de primitiva franqueza.

Uma mão charrua, tostada de sol, hábil apesar da aspereza da lida, alcançou-lhe a cuia, bruna como a mão.

E os olhos sombrios do homem ousado, afeitos a visão das rasuras dilatadas, descansaram devagar no sossêgo das pupilas plácidas da mulher.

— O nosso filho...

E parou, vendo o cavalo que se distanciava.

Ela compreendeu o drama. E chorou de amor.

— Ia já a tiro de laço da divisa do fundo, grudado nas crinas do petiço que rebentara a cabeçada, misturado numa manada de éguas da chucra. Se não fôsse o meu cavalo...

REPECHO — Quer dizer subida, terreno em aclave, segundo Luís Carlos de Moraes, que acrescenta: «o repecho é sempre acessível a viaturas e cavaleiros e, porisso, não se deve confundir com a encosta abrupta».

Valdomiro Sousa, no seu livro *Chimarrão*, descreve como um cavalo pode passar pelo repecho:

«A sorte, amigo, é maleva;
mangueia a gente e nos leva
para onde não se quer ir;
quando se vai num bom trecho
logo aparece um repecho
e a gente tem que subir...

Se o flete não vai despiado,
se foi bagual bem domado,
o repecho é um chapadão!
Mas, se é sotreta, meu Branco,
Dá-lhe um alce... vai no tranco,
não quasqueia o coração».

ROSILHO PRATEADO — Almiro Beal é poeta da nova geração e escreveu um livro intitulado *Restinga*, no qual se encontram uns versos referentes a um «rosilho prateado».

«*Rosilho*, adj., diz-se do cavalo onde a côr avermelhada, gateada, moura, etc. aparecem salpicadas de pelos de côr branca», conforme o «Vocabulário Sul-Rio-grandense». Assim rosilho vermelho, rosilho mouro, etc.

O «Rosilho Prateado» é um poemeto que pode ser dividido em três partes, então destacamos umas quadrinhas de cada parte:

«O meu Rosilho Prateado
De cola e crina comprida
Corredor que nem um veado
Nunca perdeu corrida».

«Até um dia que da cidade
Chega o filho dum fazendeiro
Que estava na Faculdade
Aprendendo pra engenheiro.

Trouxe uma égua lunanca
De pêlo vermelho malhado
Parecia uma potranca
Mas corredeira do prado».

Mandou provocar meu Rosilho
Em cinco quadras direita
Por cinco sacos de milho
A proposta foi aceita.

E pra ficar bem decidida
Aquela corrida parelha
«Gritou o juiz da partida:
— Perdeu o Rosilho, de orelha.

E nisto meu Rosilho...
De rédea solta disparou,
Relinchando como potrilho,
Num penhasco se atirou.

.....

Acabou assim o meu Prateado
De cola e crina comprida,
Corredor que nem um veado
Perdeu a última corrida,
...e de vergonha se matou».

CAVALO PICAÇO — «Diz-se do cavalo ou vacum de côr prêta com a cara e todos os membros, ou alguns dêles, brancos. Pode ainda apresentar a virilha e as axilas dessa côr. É preciso, porém, não se confundir com o ovelheiro negro» (L. C. de Moraes).

Na *Invernada Vazia*, livro de versos de Lauro Rodrigues, há um poema intitulado «Cavalo Picaço».

É um longo poema e dêle transcrevemos algumas passagens da biografia em versos do Cavalo Picaço, campeão de carreiras e herói na guerra:

O velho Deco Madona,
picando xarque à carona
falava como ninguém;
contando, sem embaraços,
a história de um tal «Picaço»,
crioulo de Xenxerém.

Dizia o velho andarengo,
num tom de voz tão molengo
de quem ao falar pensava:
O «Picaço» inda era potro
fugoso que qualquer outro
diante de si matungueava
por êsses campos de além...
Era crioulo da estância
da velha Chica Venância,
do sítio da «Mamangava»,
dos campos de Xenxerém!

Veio Osório; Pôrto Alegre,
a recrutar a indiada
por tôda a extensão do pago...

Houve um silêncio no campo!!!
E os noivos deixando as noivas
acenavam nas coxilhas...
Os velhos rasgavam pranto
no coração de suas filhas,
e, as mães trancavam soluços,
como a brisa nas flexilhas
à hora em que o sol descai...

Mas, todos, sem um receio
mostravam, cheios de anseio
os campos do Paraguai! . . .

Foi quando o Quininho Cruz,
mais ágil que a luz da luz,
mais destorcido que um laço,
boleou a perna, altaneiro,
e ao Conde entregou ligeiro
o velho pingo Picaço!

A peleia cresceu de ardor!!!

Brigava o Conde montado! . . .
Mas o Quininho a seu lado
lhe acompanhava na glória . . .
Parece que o seu cavalo
sentia em tudo o regalo
de quem escreve uma história . . .

Ao lado, rubro de sangue,
desfalecido e exangue,
jazia o Quininho Cruz,
de adaga desembainhada,
com a lâmina bem colorada,
reverberando na luz . . .

Mais adiante, a poucos passos,
da carniça do Picaço
e do corpo do gaúcho,
um paraguaio dormia,
mostrando ao sol dêsse dia
tôdas as dobras do bucho . . .

E a nossa Pátria, em memória,
fêz estátuas que são glórias,
para aquêles que morreram;
eternizou para sempre,
em bronze, o civismo ardente
dos que lutaram e venceram!

Mas esqueceu — que desgraça!
de levantar numa praça
um monumento de ouro,
por onde a alma da raça
prestasse um culto de graça
para o cavalo crioulo!!!

Porque, quem viu Tuiuti,
Itororó, Curupaiti,
Cêro Corá, Monte Caseros,
Merece um lugar na História!
Merece um bronze em memória
na alma dos brasileiros...

CAVALGADA HERÓICA — A poesia moderna, no Rio Grande, tem em Augusto Meyer nossa mais alta expressão. Embora não seja um poeta regionalista sua *Cavalgada Heróica* merece destaque, por representar a contribuição de uma época, importante período literário, ao elogio da terra, da tradição, da história e dos costumes.

«Abre à asa do minuano, como um estandarte, o pala
e galopa... Há mil bôcas conclamando em cheio!
Cada bandeirola é um orgulho que tatala...
Clarins clarinaram, baralharam-se as crinas...
Cada alazão aos corcovos era um chama que ardia
e retiniram ferros, na esperança da peleia...

Vá — como o pampeiro, rolando sôbre o pampa,
surdo e longe, agora, num presságio que adormenta,
depois crescendo, em turbilhão que freme e avança,
— batem cascos, uivam bôcas, tinem lanças,
e cada pingo devora o espaço como a fôlha na tormenta!

Vá — como o pampeiro arrasta a cavalgada vertiginosa para a
[glória!

Vá! para o remoinho como entrevero,
sôbre a ondulação mais suave das coxilhas suaves,
como quem fôsse a um pericão folheiro,
alma gaúcha vá!

— vá — contra o inferno da metralha!

Rola sôbre a onda curva dos heróis que passam
a cavalgada fantasmal e eterna dos Farrapos...
Correm na mesma esteira alucinada
erguendo, em velho aprumo, a lança em riste
e devorando o mesmo anseio alegre sôbre a lonjura triste,
com gestos duros de batalha,
com vozes roucas, contra o inferno da metralha...
Ao sol nascente, como um sorvedouro,
êles agitam bem alto espadas de ouro,
Êles parecem desatar gloriosamente
a asa trêmula dos palas,

— e em cada coração, há um sol nascente...

Quando anoitece,
êles acendem fogões de esperança,
bebem saudade na cordeona mansa,
ouvindo — que tristeza... — os quero queros,
e, olhando o céu, vêem como brilha em cada estrêla
a ponta clara de uma lança...

— e em cada coração chora, mansinho, uma querência...

Mas clarinaram clarins...
Acorda! Acorda!

Fremente a impaciência de um galope em cada pulso...
Alma gaúcha, alma andarenga e forte,
afeita à luz sem sombra, alma gaúcha,
levando o riso no voejar das bandeirolas
e carregando a morte na garupa...
Vá! — como o pampeiro, rolando sôbre o pampa,
surdo e longa, agora, num presságio que adormenta,
depois crescendo, em turbilhão que fremente e avança
— batem cascos, uivam bôcas, tinem lanças,
e cada pinga devora o espaço como uma fôlha na tormenta!
E eternamente passa
a cavalgada fantasmal da raça...»

CHILENAS — Antigas esporas usadas pelos gaúchos. Jaime Caetano Braun, no seu livro *Galpão de Estância*, publicado em São Luís, em 1954, e com prefácio de Rui Ramos, traz uma evocativa poesia às «velhas chilenas de prata» dos cavaleiros do passado.

«Velhas Chilenas de prata
Arruaceira e caprichosa
Que vai tinindo chorosa
Num versejar campesino
Como o riso cristalino
De uma cabocla dengosa!

Floreando «coplas» do pago
Acalentadas de orgulho
Revivem no teu barulho
Que as distâncias vão bebendo
As águas frescas correndo
Das sangas de pedregulho!

Velho pincel andarengo
Da formação regional
Nas costelas do bagual
Por onde passas com glória
Fica desenhada a história
Do guasca tradicional !

O teu compasso crioulo
Que tem sabor de rio cheio
Alegrou muito rodeio
E muita china enciumada,
Dessas da trança cuidada
Te souviu longe com anseio !

Mais xucra do que a guitarra
Quando a pontear se desata
Num tinido que arrebatava
Por isso mesmo a chilena
É a incarnação da morena
Num esqueleto de prata !

Te evoco, Chilena amiga,
Amadrinhando um fandango
Mordendo a tala do mango
Ou refletindo na dança
A chinoquita de trança
Que se destorce num tango !

De antanho quando passavas
Pelo fogão dos tropeiros
Repontando os entreveros
Cortando cincha e carona
Te respondia a cordeona
De pouso dos carreteiros !

Mas hoje, quando tu passas,
Acordando o meu rincão
Teu gemido de aflição
Ao se perder campo fora
É um poema xucro que chora
O fim de uma tradição !

LAÇO — O mesmo poeta escreve uma bela poesia para falar do «laço» do gaúcho. Acolhemos a primeira parte do poemeto.

«Apeado junto a legenda
Da tapera e do umbu
Revivo em teu peito nu,
Meu velho laço trançado,
A glória de ser criado

No mesmo pago que tu
Reliquia de couro cru
Que já teve o seu passado!

Uma argola de metal
Com quatro tentos de couro,
De vaca, novilha ou touro
Doze braças comprimento
Te guardo como um tesouro !

Nascido da habilidade
De algum «guasqueiro» pagão
Junto às cinzas do fogão
Foste mais tarde modelo
Para trança do cabelo
Da china flor do rincão !

Mal sabia o guasca antigo
Que ao trançar-te com paciência
No alvorecer da existência
Do Rio Grande ainda criança
Estava fazendo a trança
Das tradições da querência !

Gravou-te a história do pago
Dentro de cada rodilha
Na ilhapa, argola e presilha
Que eterna se perpetua
Desde o primeiro charrua
Que campereou na coxilha !

Deu-te o sabor campesino
Das tropeadas na fronteira
E da chinoca faceira
Que tôda alegre se ria
Quando num pealo te via
Bem no sair da porteira !»

RÊLHO PRATEADO — É uma espécie de trilogia de Jaime Caetano Braun, que agora descreve e faz o elogio de um rêlho prateado. Também aqui damos apenas um trecho da poesia.

«No gancho dos meus recuerdos
Te vejo rêlho prateado
Traste gaúcho escapado
De lonca e de couro cru,

A papada de zebu
Que te serve de ponteira,
Bem como o fiel e a açoitera
Feitos de couro de lei
Me lembram que foste rei
Nos bochinchos da fronteira !

Açoitera, trança de oito
Torcida perto do cabo
Em muito fandango brabo
Levou riscos de «xerenga»
E andou buscando pendenga
Nos entreveros de bala,
E até parece que fala
De tanta prenda querida
Que bombeou meio escondida
Por entre as franjas do pala !

Te evoco, rêlho trançado
No cruzador das coxilhas
Amanunciando as virilhas
Do redomão corcoveando
Sempre subindo e baixando
No mais xucro desapêgo
Sem perturbar o sossêgo
Daquele nobre paisano
Que foi guasca soberano
Sôbre um trono de pelego !

Entre os demais apetrechos
Rédeas, cabresto e buçal
Maneador, cincha e bocal
Dependurados num tórno,
Recordas o sangue morno
Pingando da carne assada,
E essa cabeça prateada
Como uma melena branca
Já andou batendo na anca
De muita china aporreada !»

REDOMÃO — Niterói Ribeiro, no seu livro *Scrigote Chapeado*, insere uma poesia muito interessante sôbre o tema.

«A conta já perdi dos galopes
que lhe dei !
Caborteiro...

Traíçoeiro...
Foi bem ali, se me lembro,
quando primeiro o montei.
Soltaram... ficou estaqueado.
Depois se foi... desajeitado,
e em seguida se borcou.
Cotuquei com a chilena,
com a rapidez do corisco
se levantou.

A várzea ficou pequena!

Onde passava arrancava
chumaços de mio-mio...
E corcoveava em roda,
e se empinava,
bufando que nem capincho
na barranqueira do rio.
Cabeça entre as «mão» metida,
que animal tafoneiro...
Bicudo que nem cupim
O lombo todo ficava,
e com que facilidade
se despregava do chão!

Na coxilha de canhadas
que o horizonte desenhava,
parecia uma silhueta
que alguém botava e tirava!»

AGUATEIRO — *Coisas do Pago*, versos gaúchos de Alfredo Costa Machado, publica, com o título citado, bem feita poesia crioula.

«Este Raio, cilhão e barrigudo,
Maceta por demais, pêlo sem brilho,
Deixaram-no ficar assim, crinado,
Porque não presta mais para o lombilho;

E só por isso é maltratado em tudo,
Não tem a mesma sorte do tordilho;
Pois, vive a trabalhar, magro e peludo,
E raramente vê um bernal de milho!

Dorme à soga, na estaca, o ano inteiro,
Naquele rapador lá do potreiro,
Suportando, quem sabe? quanta mágua!

Quem já fôra, em dez quadras, parceiro,
Como êle, e tanta vez chegou em primeiro,
Puxa agora, na zorra, a pipa d'água!...

ÉGUA-MADRINHA — O soneto de Vargas Neto, que narra a caminhada da tropilha crioula, sob a guia da égua madrinha, é dos mais apreciados da literatura gauchesca.

Tilinlin, tilinlin... Égua madrinha...
Vem ponteando, a tropilha repontada,
Como a d'alva ponteia... à distancinha..
A tropilha vermelha da alvorada.

Tilinlinlindo segue como vinha
Ao reponte assobiado da peonada...
Fora ca'allo Epa Flor! Fora Andorinha!
Toca a tropilha, a trote, pela estrada...

Abra, patricio, não me quebre a ponta!
Com bagual caborteiro não se arrisca,
Pois se um refuga, a viagem se desconta...

Êste soneto, é guexa, veja bem...
Vai de cincerro, amadrinhando, arisca,
A tropilha crioula que aqui vem.

GAÚCHOS E BEDUÍNOS — Manoelito de Ornelas registra neste livro seu muitas referências ao cavalo: «Mas o gaúcho também teve — como o beduíno o mesmo orgulho da solidão e o mesmo desprezo à agricultura, na altivez indomável do cavaleiro. Amou também o seu deserto, na caça do cavalo chimarrão e na prêsa da rês alçada».

Ou, noutra passagem: «É que a riqueza pastoril punha a região em condições análogas às comarcas tropicais, onde a natureza por si mesma oferece ao homem o fruto em tal abundância, que lhe bastará, apenas, estender a mão para apanhá-lo. O trabalho quase inútil fez o homem ocioso e livre, como os ricos da vida civilizada. A abundância do gado e a ausência de toda propriedade permitiram ao habitante do pampa — no século XVIII — viver sem esforços. O cavalo lhe assegurou a rápida mobilidade, o couro proporcionou-lhe os arreios, as botas, as rédeas; deu-lhe também o chapéu, a cama e a habitação. Laçada ou boleada a rês, em pleno campo, dela se retirava o couro e o melhor pedaço de carne para o churrasco e o resto ficava na coxilha a atrair os milhares de corvos que negrejavam em bandos saltitantes ou em revoadas turbulentas.

Em tôda a vasta região do pampa indiviso, que na constância das suaves ondulações não aceitaria futuras raias políticas, criando entre homens de três pátrias os mesmos hábitos e os mesmos costumes, perdiam-se os rebanhos selvagens, de cavalares e vacuns, a desafiar o espírito aventureiro e jovial do gaúcho». Também, à pág. 57, do I Cap. — *O Gaúcho* — Lê-se o seguinte: «A estância enriqueceu o patrão e depois o colono. Mas empobreceu o gaúcho, cujo desprendimento foi explorado sem escrúpulos. Os filhos do pampa tiveram o tremendo destino da bastardia social e política. E aceitaram (não fôsem eles altivos!) a sua derrota, com o reservado pessimismo dos homens superiores.

Deixaram-no partir, por trás das canhadas, ao tranco do cavalo, de vagar, sem pressa e sem medo, com a última tarde e o poncho pendente dos ombros como numa bandeira a meio-pau. Talvez esteja neste escrúpulo todo o simbolismo daquela figura de Alcides Maia, em seu romance *Ruínas Vivas*, personificando o gaúcho quase derrotado, a desaparecer nas dobras de uma coxilha fronteiraça...

Simões Lopes Neto. Em *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* insere um de seus mais sugestivos contos: *Correr Eguada*.

É impossível transcrever todo Simões Lopes ou mesmo resgatar as diversas passagens de sua obra evocativa e linda.

O cavalo aparece em quase todos os contos como o companheiro inseparável do gaúcho.

Iniciamos esta antologia com o resumo de seu «Negrinho do Pastoreio» e aqui incluímos com o *Correr Eguada*.

«— Se vancê fôsse daquele tempo, eu calava-me, porque não lhe contaria novidade, mas vancê é um guri, perto de mim, que podia ser seu avô... Pois escuite.

Tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cêrca nem tapumes; as divisas de cada uma estavam escritas nos papéis das sesmarias; e lá um que outro estancieiro é que metia marcos de pedra nas linhas, e isso mesmo quando aparecia algum pilôto que fôsse entendido do ofício e viesse bem apadrinhado.

Vancê vê que dêsse jeito ninguém sabia bem o que era seu, de animalada. Marcava-se, assinalava-se o que se podia, de gado, mas mesmo assim, pouco; agora, o que tocava à bagualada, isso era quase reiúno... pertencia ao campo onde estava pastando. E mesmo nem tinha valor nenhum: égua baguala era só para tirar-se as loncas, alguma bota.

Depois que apareceram uns «lamões», e uns inglêses, melados, que compravam o cabelo: por isso às vêzes se cerdeava; mas eles pagavam uma tuta e meia.

Veja vancê: sempre a estrangeirada especulando coisas de que a gente nem fazia caso...

Eguada xucra, potrada orelhana, isso, era imundície, por êsses campos de Deus; miles e miles!...

E bicho brabo pra se tropear êsse!... Barulhento, espantadiço, disparador e ligeiro, como trezentos diabos!

Mas, como «quera», era sempre um divertimento macanudo uma volteada de baguais!

Ah!...

Não há nada como tomar mate e correr eguada!

Aí para os meios de Quaraim, nos campos do major Jordão, entrei uma vez numa correria macota.

Foi logo depois da guerra do Oribe. Havia como dez mil baguais entre éguas e potros orelhanos, cavallhada largada, reiúna e marcada, que tôda virou haragana, nos pajonais.

Os gados, que eram mui ariscos, viviam numa bolandina com as disparadas da bagualada.

Pro caso, diz que é o Negrinho do Pastoreio que faz as disparadas dos cavaleares... Isso é uma história comprida...

Um belo dia o major resolveu fazer uma limpa naquele bicharedo alçado.

E preparou-se, com tempo.

Desfrutou a novilhada que pôde, no verão, arreglou as suas contas e mandou avisar e convidar o vizindário para correr a bagualada no verânico de maio, que era para agarrar o bicharedo rachando de gordo e aguaxado, pesadão, e o tempo mais fresco para a cavallhada de serviço.

Amigo! Quando foi aos três dias da lua nova a estância estava apinhada de gauchada. Como uns oitenta e tantos torenas, campeiraços destorcidos, domadores e boleadores de fama.

Adelgaçava-se os fletes com água a meia costela, em qualquer lagoão, e à sogá: cascos bem aparados, agarradeiras bem cavadas, endurecidas com uma untura de sebo de rim e carvão, aquecida com a ponta em brasa de um tição de goiabeira; cola curta, tôso baixo.

E a gauchada quase tôda de em pêlo.

Uns de bombacha, outros de chiripá; muitos sem chapéu, muitos de lenço na cabeça; tudo em mangas de camisa e faca atravessada.

O mais maula levava pelo menos dois pares de bolas; três pares, isso era a rôdo, e havia torena que chegava a levar cinco: um na mão, os outros na cintura.

E tudo boleadeiras mui bem feitas, de pedra pequena; porque vancê sabe que o cavalarião tem o osso mais quebradiço que a rês — e vai, se toma mau jeito um bolaço pesado, aí no mais já temos um avariado.

Pois é: as três-marias retovadas a preceito; e as sogas macias, pra não cortar; e levava-se também uns quantos ligares.

— Vancê não sabe o que é um ligar? Não é só, não sr., o couro de terneiro pra fazer carona: é também uma tira de guasca chata, assim duma meia braça, com um furo dum lado e uma meia ponta do outro. Conforme boleava um animal e êle caía, o campeiro chegava-se e passava-lhe o ligar em cima do garrão e apertava, acochava, à moda velha: hom!... era mesmo como botar uma liga de mulher, com perdão da comparação!

Vancê compreende, não!

Ficava o nervo do garrão, arrochado pelo ligar; então o gaúcho desenredava as boleadeiras e assinalava e mal isto, já o baqual se aprumava e levantava-se, bufando, puava, pra rufar... mas qual! saía em três pernas!... E assim de seguida, em dois, três, oito ou mais, que cada corredor boleasse; êsses não podiam mais disparar, ficavam perneteando no meio do campo!

Então a gurizada, os piás, a rêlho, iam entropilhando os ligados, que depois cada dono separava pelo sinal feito.

Era assim, que, conforme ia correndo a eguada, cada gaúcho ia boleando o baqual que mais lhe agradava; às vêzes saíam dois a um mesmo animal: aí, o que primeiro lhe sentava as pedras, era o dono.

Mas, também, quanto porongo!... Quantas vêzes, depois duma canseira, boleava-se e caía um potro lindaço, cogotudo e bem lançado, e ia-se ver, era um colmilhudo, com cada dente como uma estaca... velho como o sêro de Batovi; ou era um mancarrão de montaria, aporreado e cuerudo... outras vêzes ainda... enfim, havia sempre embaraçadelas!...

Mas, como ia dizendo: quando a gente estava tôda a cavalo e pronta, o estancieiro ou encarregado distribuía os ternos, que se espalhavam a todos os rumos, sôbre as costas e rinconadas, para fazer a tocada de lá dêsses fundos.

E daí a pouco já se levantavam os primeiros rumores... A bagualada estranhava aquêles movimentos; os colhudos começavam a relinchar, ajuntando, pastorejando as manadas; os entropilhados, farejando, entreparavam-se, arpistas; outras pandilhas, de cola alçada, iam num trotão dançado, bufando... e já encerravam numa correria em redondo e depois riscavam, campo fora...

Lá adiante, o mesmo barulho; noutro ponto, igual; dum rincão, numa trepada de coxilha, numa descida de canhada, rufando duma

restinga, os lotes de eguações iam se encontrando, entreverando-se; os campeiros vinham chegando e a gritos, a cachorro, a tiro, ia-se tocando a bagualada de cada querência; de todos os lados cruzava-se a contradança, que se encaminhava sobre uma linha já combinada; e aos poucos ia crescendo o rodeio movediço, que engrossava, redomoinhava, espirrava, tornava a embolar-se... e de repente fazia cabeça, fazia ponta, e todo disparava, fazendo tremer a terra, roncando no ar, como uma trovoadas.

Aí a gente entrava a manguear, aos dois lados, e então é que começava, de verdade, o divertimento! Arrematava-se três, quatro, cinco fletes; corria-se sem parar, seis, dez, doze léguas... e no fim estava-se folheiro!...

Barbaridade! Nem há nada como tomar mate e correr equada!

Amigo! Aquêles novêlo não se desmanchava mais; ao contrário, o que ia topando pela frente ou aos lados, de equada, também corria e atirava-se, encorporando-se; na culatra ia ficando uma estiva de potrilhos, de flacos, de aplastados, dos que rodavam, dos que se quebravam e até dos que morriam pisoteados por aquela massa cerrada de cascos.

E em cancha, direita ou fazendo voltas largas, não se respeitava sanga, banhado, tacuru, panela de caranguejo, nem buraco de tuco-tuco; ia-se acamando as macegas, pisoteando cardais, esmigalhando as manchas de trevo, e ia-se sempre a meia rédea.

Aí é que era o lindo!

Os fletes montados, alevianados, corriam, alçados no freio; os tiros de bolas cruzavam-se nos ares... e aquilo era largar as três-marias sobre a paleta do escolhido e o bagual logo rodava, no enleio das sogas.

O gaúcho, apejava, ligava, tirava as boleadeiras e já se bancava de novo pra nova nombrada.

Isto quando era por divertir.

Quando era para tropa, o melhor era reunir os boleados; isso era ligeiro; com um talho de faca, por detrás, na raiz da orelha, esta caía para diante, sobre o olho; o sangue também ajudava, porque escorria e se empastava nas clínicas; e podia ser potro cru e malevaço, que ali no mais dava o cacho; podia fazer-se dêle sinuelo.

Quando era para limpeza, então tocava-se a equada sobre um apertado qualquer, sobre uma sanga bem funda, grota, manantial, sumidouro, e atirava-se aí para dentro, para destroçar, para acabar, atirava-se aí para dentro toda a bagualada, que, do lance em que vinha, toda se afundava, amontoava, esmagava e morria, sem poder recuar, perdida pela sua própria brabeza, empurrada pelas pechadas dos que vinham, sarapantados, tocados de trás!...

E o resto que se desguaritava e que se podia ainda apanhar a laço e bolas, êsse, degolava-se.

Dessa feita, nos campos do major Jordão matamos pra mais de seis mil baguais. E cada gaúcho, na despedida, foi tocando por diante a sua tropilhita nova.

Hoje... onde é que se faz disso?

É verdade que há muita coisa boa, isso é verdade... mas ainda não há nada, como antigamente, tomar mate e correr eguada...

Xô-mico!... Vancê veja... eu até choro!...

Ah! tempo!...

CAVALOS NO OBELISCO — Amarrar os cavalos no Obelisco. Frase atribuída ao General Flôres da Cunha, na revolução de 1930. Significava a disposição de vencer dos gaúchos, que desejavam, assim, chegar até a capital do país. Alusão ao obelisco que existe, perto do Monroe, no Rio de Janeiro. Os cavalos foram amarrados, mesmo. Os poetas populares do tempo glosaram o assunto em décimas, quadras, etc.

Dragões do Rio Pardo — Regimento de Cavalaria que esteve sediado no Rio Pardo, durante um período de quase um século. Famoso pelo papel que desempenhou na expansão geográfica do Rio Grande do Sul, ampliando fronteiras, alargando regiões e consolidando conquistas. Aurélio Pôrto dedicou-lhe estudo notável. De Paranhos Antunes publicou um livro para fazer a história dos dragões. Fernando Osório escreveu um romance a respeito dêles: *Fogo Morto*.

Todos os historiadores militares — Borges Fortes, Mena Barreto, Rêgo Monteiro, Paula Cidade, etc. evocam o célebre regimento acrescentando-lhe a procedência de Rio Pardo. Os historiadores civis, com raríssimas exceções, associam ao nome do Regimento o da cidade que foi a «tranqueira» da resistência à invasão espanhola no Rio Grande do Sul durante o século XVIII.

Não é verdade, como querem alguns, que não existam documentos oficiais sôbre o nome de Rio Pardo, colocados aos Dragões mas um decreto de D. Pedro I, assinado na Pasta da Guerra, diz, claramente, «Regimento de Dragões do Rio Pardo». Eis, portanto, o ato oficial que reclamam.

Os dragões foram notáveis cavalarianos. O romance de Fernando Osório, acima citado, começa da seguinte forma:

«Debaixo do alpendre da varanda aberta que dava para o pátio, ao pé do fogão crepitante, naquele lar modesto de fronteira, o velho Dragão do Rio Pardo centralizava a conversa.

Aceso o primeiro cigarro, enquanto a cuia do chimarrão corria a fôda, — na imponência do aspecto, forte de corpo e de sentimento, — o veterano, que ajudara com a sua coragem e o seu braço a formar o sadio orgulho da coorte, — esvoaçando ao pampeiro o capacete empenachado, na sugestividade de sua farda azul — entregava as larguezas do coração ao enlêvo de contar o «outro tempo», o velho tempo, de revocar os motivos de amor e de luta, de glória e de poesia do antigo Rio Grande, cenário das guerrilhas, dos pastoreios e trigais...

Era de indefinível atrativo aquela palavra autorizada, com o milagre da memória e a imaginação ressuscitadora do lendário passado gentilico da raça, — espelho de cavalaria, — nos largos serões das noites profundas e evocadoras, desdobradas em prece, quando no silêncio dos pagos ermos, emponchados de estrêlas, dir-se-ia expandir o centauro uma luz espiritual em derredor de si...

Alguna coisa tinha de solene o agrupamento de ouvintes cuja inteligência, num recolhimento de todos, a voz do rapsodo, lindamente esporeava, com pitoresco e rasgos — a emendar narrativas de uma geração fidalga e temerária.

Alongava a visão interior o voluntário da Pátria... escravizante, no delineio dos quadros vigorosos, de vivas e rútilas legendas que palpitavam, como fonte perene de energia... de vibração e de sonho... provocados pela simpatia curiosa de amigos e admiradores, em volta de uma oblonga mesa, à cabeceira da qual, com os traços do semblante altivo, crestado ao sol, revelando o Rio Grande nos modos, recoberto de leve «pala» vistoso, amplo e alvo lenço de sêda a adejar-lhe ao pescoço, deixando ver a gola da farda, com o ébano da cabeleira de talho nazareno que fios de prata marchetavam... cofiando as barbas brâncas, olhos de águia a fuzilarem, o nariz de gaúcho — alto e fino — se destacava, como um documento vivo da época e da raça, aquela figura digna de tela».

CAVALO PANGARÉ — Ari Simões Pires que escreveu evocativo livro de versos gaúchos — *Caraguatás* — vem agora de publicar interessantíssimo volume — *Gado de Osso*, impresso em 1955 nas oficinas da Livraria do Globo, em Santa Maria. Sua nova obra é quase tôda ela dedicada ao elogio do cavalo. O título: *Gado de osso*, alude a um brinquedo comum nas estâncias que consiste em reunir falanges de rêzes, fingindo animal, gado, boi. O autor cita Roberto Cunningham Graham, escritor inglês, que foi «tropeiro», esteve em tôdas as regiões do mundo que cultivam a arte de cavalgar: Saara, Arábia, Texas, Argentina, Uruguai, etc. e editou um estudo famoso: *Los caballos de la*

conquista, história da posse da América, do México aos pampas, que o europeu realizou empregando o cavalo. Enumera outros escritores do velho continente que também fizeram o elogio do cavalo.

Pangaré: adj. Diz-se do pêlo do cavalo ou muar, semelhante ao do veado, tendo a parte inferior da barriga e as regiões entre os membros, a garganta e o focinho esbranquiçados, como se estivessem desbotados. Há as variedades: gateado pangaré, ou pangaré propriamente dito, e o zaino pangaré... (L. C. de Moraes). Título do conto: *Era um Cavalo Pangaré*. O início do conto é o seguinte:

«Todo cavalo tem uma história, curta ou comprida, miche ou famosa, mas tem.

Numa estância, o cavalo de tal pêlo, bragado, baio, encerado, tobiano, recorda coisas que sucederam. E pelos cavalos que se reclinaram no treval de uma querência, se pode enveredar por aí, nos «causos» mais lindos. Já le falei do lubuno. O pangaré tem um largo relato.

Quando aconteceram estas coisas, o povo da «vila» e dos outros distritos ficou dizendo: — Que coisa rara: sempre que há grandes notícias dos pagos do Trancoso, há um cavalo pangaré!...

E é por causa disto que longe, ao encontrarem a um conhecido todo «monarca» no montar, comentam: oigalê! é mesmo do Trancoso, e para melhor não falta o pangaré.

Como não haviam de dizer isto? Já seu bisavô (que Deus tenha nas estâncias do céu!...), já seu bisavô, patrãozito, tinha mania por animais dêsse pêlo um tanto escasso. Nos tempos dêle, quando tudo era aberto por aqui, sem divisão nem alambrados (qual, patrãosito, não hai como o tempo antigo!...) diz o povo que êle sentava debaixo daqueles umbus ali adiante, onde agora, são a tapera da velha estância, que nós mal avis-tamos no chuveiro guasqueado e como se estivessem sendo defumados numa fumaça gelada. Para além dêles passava a estrada real. O velho sentava debaixo daquelas sombras apreciando tropeiros e carreteiros na mancha parda do caminho. E mandava chamar todo aquêlê que levasse animal pangaré. Na mangueira sempre havia um lote de cavalos. Então era proposta a troca do pangaré por quantos animais da mangueira o dono quisesse, por quantas onças de ouro, por quantos escravos mesmo. E se o dono do pangaré não aceitava troca de jeito nenhum, o velho estancieiro, seu bisavô, deixava que êle partis-se por estas estradas de Deus. Mas logo chamava seus dois ou

três escravos de confiança e que sentavam por perto dêle, também à sombra daquêles umbus rezingueiros pelo vento que vem nas fôlhas e pelas abelhas que preparam o mel das flôres.

E os escravos seguiam o viajante, cuidavam o capão abrigado ou a recosta onde ia pousar ao fogão da noite, matavam o pangaré e traziam as orelhas para o velho senhor seu bisavô.

Vocemecê arregala os olhos, patrãozito?... mas estas campanhas já foram mui diferentes de hoje; naquele tempo um homem se mandava, um gaúcho era um rei... (qual! patrãozinho, não-hai como o tempo antigo!...). Seu avô também teve manada com pastor de pelagem pangaré. Deu que falar, então, o «causo» de seu Juquinha, do Leandro e da Maria Malvina. Ela já era «caída», a chinoca do cêrro, mas nova ainda quando os dois deram em aparecer por lá, num rancho de zinco e pau-a-pique, debaixo de um figueirão, que, quando a chuva não era muito forte, podiam atar debaixo um cavalo sem que os arreios ficassem molhados.

Narra em seguida os amores da chinoca e os dois gaúchos, que eram muito amigos:

Tanto seu Juquinha como Leandro eram meus amigos e contavam a êste caboclo velho seus sofrimentos e inquietação e o ódio que pegaram um do outro. O moço do Seival, numa carreira grande pras bandas do Salso, montado, num grupo à beira da cancha, disse umas coisas pra o Leandro, quando êste passava, entre companheiros, pelo trilho de chapéu do lado, num pangaré mui falado, cria da manada de seu avô, patrãozito. Leandro meio torceu o ouvido para escutar, tossiu, fêz que não entendeu, porque seu Juquinha era o herdeiro do Seival, filho de quem era. A verdade é que diziam ser Leandro filho de fazendeiro. Rumou o cavalo pra uma barraca ao fim da cancha, tomou uns tragos de cachaça e ficou a olhar sem ver, cismando em que até onde pudesse evitaria um choque, mas que num caso de luta atiraria a bocada como o guará acuado no êrmo do banhado. O povo pegou a comentar tudo isto. Foi o assunto do pago.

Vem, depois, a expulsão do campo da gente da Maria Malvina mas na véspera da retirada forçada do pessoal do rancho, o cavalo pangaré estava lá...»

Segue-se a vingança noutro episódio do conto:

«Quando me retirei é que percebi, atado a uma cêrca, o cavalo de Leandro. Parecia dormir. Era dêsses animais de brio escondido. Mas, montado, sentindo o freio, apumava o pes-

coço e troteava de uma maneira que parecia outro, aquêlê pangaré que fazia gauchadas nos rodeios. Leandro recusara boas ofertas pelo flete. Mesmo não precisava. Trabalhava, tropeava, tinha umas rêses. Foi a última vez que contemplei o pangaré, ganhapão e confiança do bem recomendado Leandro. Porque algum tempo recorrido, no principio da revolução, deu-se aquela correria dos piquetes na Costa do Vacacaí. Seu Juquinha, que estava entre os perseguidores, reconheceu Leandro sôbre o pangaré.

Tinha até mandado recado a êle — que no primeiro combate montaria vencedor aquêlê cavalo das manadas de seu avô, patrãozinho. Após o tiroteio os vencidos procuraram os matos do rio recebendo descarga dos que atropelavam de trás, aos gritos. Leandro «abriu-se» com mais dois dos maragatos, direito a um banhado que conhecia bem e onde, depois que entrasse, estaria a salvo. Antes dêste banhado havia sôbre a várzea, quase formando capões, grande número de espinilhos e por entre êles avançaram os fugitivos. Campos bons, lá, patrãozinho. Vocemecê pode saber da qualidade de uma fração de campos sem ver: Engorda cavalos? Grita tajã? Tem espinilho?... Então é bom!...

Leandro pretendeu escapar a cavalo mesmo, depois de entrado no banhado, mas ao chegar-lhe à beira viu que seu Juquinha com uns quantos outros o seguiam e se aproximavam a tôda carreira. Então apeiou, às pressas, e enterrou a adaga, de ponta, no sangrador do cavalo ante o espanto dos companheiros. Olharam, um pouco de tempo, o animal que morria aos corcovos, golfando sangue; o campo largo onde galopavam aos tiros os inimigos; os quero-queros espantados, gritando, em revoada. E penetraram o misterioso banhado de gravatás e tiriricas que cobrem uma pessoa. Estávamos mateando no galpão, à noite, quando chegou à fazenda um guerrilheiro. A casa era de «companheiros», estava seguro e desatou a língua contente do calor e do abrigo. Tinha fisionomia cansada, as roupas envelhecidas. Os guris não tiravam os olhos do seu chapéu com divisas e do fuzil encostado a um canto. Com a maior atenção ficamos a escutar a narração daquele episódio que culminara com a morte de um cavalo.

Então um peão negro, que cevava o mate, depois falou: «Mas, com certeza... Não, decerto não era. Ia dizer que o Laureano andava no pangaré...»

O guerrilheiro que, às vêzes, parecia distraído, como a pegar no sono, levantou os olhos para o peão Engrácio e afirmou: «Era, sim. Era um cavalo pangaré...»

E cada um de nós soube lamentar o fim daquele «pingo» e todos diziam de uma boa qualidade dêle nas campereadas.

HISTÓRIA DO LOBUNO — Ari Simões Pires, no *Gado de Osso*, ao falar no relato do pangaré diz: «posso lhe contar outros, de cada pêlo de cavalo». E conta, mesmo. Lobuno. Côr de pêlo do equino. Não obstante se derivar de lobo, a côr mais se parece com a do elefante. (L. C. Moraes).

«Eu le conto êste «causo» do cavalo lobuno, patrãozinho, porque o senhor parece que gosta tanto de ouvir estas histórias, mais velhas que êste caboclo velho, e, mesmo, porque gosto de contar.

Que coisa tão agradável que é, num dia ventoso, a gente meter-se num quarto e abrir uma dessas canastras, forradas de couro de uma vaca salina, e pôr-se a remexer nuns quantos trastes antigos... Vai saindo de um a um, a gente passa a mão no pó, sopra e olha e torna a olhar. E a gente não vive de novo o que já viveu? E não é tão bom fazer tudo isto dar volta, como uma pena de garça que atirada contra o sôpro da brisa torna a nós outra vez? As mesmas risadas e bromas dos companheiros num aparte de gados, o mesmo cheiro do vento quando uma moça linda nos alcançou um mate naquela tropeada, a mesma sombra fresca de um capão perdido...

Vou le contar do lobuno.

— Era parecido, era «assinzinho» como aquêlê que o moço que chegou deixou atado naquele palanque de aroeira. Talvez um pouco mais escuro nas canelas... Talvez mais reforçado de encontro, sim, era. Mas, no mais aquilo que ali está.

Êste lobuno era cria da manada da Caapororoca, onde eu fui parar meio exilado, depois da revolução. Ali estava seguro, poucos sabiam de mim e se eu me pusesse a andar por matar as saudades da querência, eu hoje bem podia não estar aqui contando, e escutando êstes passarinhos nestes galhos que eu vi crescendo, aos pouquitos, como vi seu pai crescer e vocemecê mesmo, patrãozinho.

Quantas coisas não se faz numa guerra? Por necessidade, por mêdo, por perder a cabeça. Outras, porque um pobre caboclo como eu é um soldado e o soldado faz o que mandam que êle faça. E quem tem que pagar pelo que outros manda, muitas vêzes?...

Na «Caapororoca» o patrão era um homem tão buenacho.

É verdade que tinha muito campo e mato, e gadaria, e ovelhas. Gostava de dar um capão gordo para um pobre corrido da sorte ou um cavalo para um dos seus muitos afilhados e nas marcações eram uns quantos os potrilhos que êle mandava marcar com ferros que não eram daquela casa. Também, naquela grande

morada, chegava gente por todos os lados, uns que entravam e outros que saíam, como enxame de abelhas zumbidoras em tórno do «camoatino» duma timbaúva.

Numa destas marcações, lançaram um lobuno pelo pescoço e seguraram-no com cuidado para deitá-lo por terra. O patrão não deixou pialar, porque já mostrava, de novito o cavalo que viria a ser mais tarde. E quando o potrilhinho deitou no chão da grande mangueira de pedra, entre gritos daquele monte de gente suada e suja de poeira, então o dono da estância disse que aquêle potrilho levaria a marca de um agregado antigo, o velho Terêncio, mas que seria um presente para um filho dêle, o Laureano, que estava saindo bom de arreio, pois se dedicara a domar. Os moços estiveram a brincar e troçar com o domador, mas com um pouco de inveja dêle, porque cada qual ficaria com as medidas cheias sendo proprietário de um animalzinho como aquêle, que estava a mostrar no todo o que seria, dentro de um par de anos, na beira de um rodeio.

O velho Terêncio tinha a cara tão boa. Saiu rindo de faceirice, levando a marca. A bombacha, suja do trabalho, remangada sôbre os joelhos. A cabeça já parecida com as manchas de lá depois que a tesoura separou-a do corpo das ovelhas. Uma alegria, assim, na vida dum homem velho, é como um troço de sol que subiu sôbre as cerrações e veio, por um vão no meio delas, acampar sôbre um pedaço da pastagem, ainda frio da noite e do sereno do nevoeiro. Não será assim patrãozinho?

Pois foi dessa maneira que marcaram o lobuno para o Laureano.

O conto narra o namôro de Laureano e Valéria, depois a briga dos dois e finalmente a valentia do gaúcho nos trabalhos do campo para se mostrar e tanto desafiou a sorte que morreu. Foi uma tragédia. A história termina:

«O lobuno permaneceu na Caapororoca e o patrão não permitiu mais que fôsse encilhado.

Um dia eu estava sentado sôbre os arreios, debaixo de uma guajuvira crescida ao lado da porteira de varas de uma mangueira pequena, que servia para tirar leite e encerrar cavalos. Todos os meio-dias de verão, quando o sol parava lá em cima e o gado se mosqueava nos paradouros ou debaixo das árvores, eu vinha sestar ali. E há mais de um mês, que também costumava deitar naquele lugar para descansar, um tropeiro que, de vez em quando, aparecia por aquelas bandas, vendendo carneiros, ou touros, ou cavalos mansos. Quando todos acordavam da sesta eu trazia um mate para êle e tomava também o meu e conversávamos até que chegasse a hora de recomençar o serviço da casa.

Nessa tarde, um gurizote fêz entrar uma quadrilha de cavalos que repontara do fundo do campo. Logo que apeiou e fechou a porteira trouxe um buçal e pegando o lobuno, foi atá-lo à sombra das árvores, à frente dos galpões.

O tropeiro, que estivera prestando atenção em tudo, sem tirar os olhos do lindo animal atado à sombra, disse assim para mim:

«Hoje me vais dar explicação de uma coisa, Matias. Nada tenho com isto. Como la se diz — Não é da minha conta... Mas, há mais de um mês que estou nesta fazenda, e vejo voltearem as recolhidas para a mangueira e os peões mudarem de cavalos em cada trabalho e assim encilharem todos sem deixar nenhum ser sovar demais ou de menos, como manda a ciência campeira. Mas porque razão aquele lobuno, lindo e gordo, a ponto de ter o pêlo lustroso como verniz, vem nas recolhidas e ninguém o encilha. Que baldas tem êsse cavalo, Matias?...»

Aquilo é uma história, patrão. Uma história como aquelas que a cabocla minha avó costumava contar quando eu era assinzinho...

E contei tudo o que eu sabia. E mais: que a Valéria mandara um «próprio» com um recado, pedindo ao patrão que entregasse o lobuno, pois queria tê-lo lá onde ela estava morando, porque o Laureano dissera muitas vezes que aquêlê cavalo seria dela, logo que ficasse bem manso.

E que se o lobuno estava, naquele momento, atado ali debaixo das árvores, era porque o «próprio» sairia com êle pelo cabresto esta mesma tarde, levando-o até o rancho onde a Valéria costumava chorar pelo seu Laureano.

O tropeiro, metido no seu pala branco, baixou a cabeça e ficou a pensar, depois que lhe contei isto e levantei-me para tratar do serviço que me tocava entre os outros peões.

Dentro de mais uns dias, o coronel, meu patrão e seu avô, passou por ali e tirou-me por fim daquele cativo em que se transformara para mim a querência daquele cavalo lobuno. Nunca mais fiquei sabendo da Valéria, nem da sua vida, nem da sua gente. Tanta geada já caiu sôbre a minha barba e sôbre a minha cabeça que é de pensar que alguns dêles Deus e Nosso Senhor já tenha levado. Bem pode ser que todos êles.

— Quem sabe se esta história do lobuno ainda não teve fim, porque ainda continua aqui... contada e recontada... aqui dentro, no coração do seu caboclo velho Matias...

CAVALO BRAGADO — É ainda um conto de Ari Simões Pires, no livro citado. Os regionalistas não querem se repetir,

daí a procura de assunto, que há de fazer de cada um dêsses escritores uma figura original à sua maneira.

Bragada — Diz-se do cavalo ou vacum que tem a virilha ou a barriga branca, quando o resto do pêlo é de outra côr.

Denúncia de um cavalo Bragado: «O cavalo foi criado alazão tostado... assim dizem, patrãozinho. Mas hai outros. Conheci muitos por êste mundo: um azulejo da estância do cedro; o baio ruano do Major Fabiano, na Pedra Moura; o douradilho, marca borrada, da Bela Vista (oigalê caalo!...) Hai outros.

Também não era tostado o caalo do velho Trajano, que chegou com os tropeiros, à tardinha, na «Graça de Deus», onde estive trabalhando uns tempos. Fomos até os palanques para recebê-los e estivemos pedindo noticias e êles explicando a demora da chegada, enganos de porteiras e passos, mas, antes que a conversa seguisse adiante, o velho, com o caalo pela rédea, virou-se para a campanha que se estendia, e disse de chofre, cortando o assunto:

«Mas, que campo bem lindo!...»

Entonce um peão da casa, a rir, afirmou:

«E lindo, também, é o caalo do amigo».

O velho, acaboclado, confirmou que se tratava de um pinção e que dera-lhe de presente o seu patrão, o seu Juca, nome que êle não tirava da bôca, e era seu Juca pra cá, seu Juca pra lá. Conversando e metendo o nome do patrão, êle dizia:

— O seu Juca quando resolveu esta tropa chamou-me e...

— O seu Juca é um homem positivo, e eu gosto de homem positivo.

— Isto é como diz o seu Juca: qualidade não é sarna que se espalha em qualquer corpo...

Quando entrou a noite e fomos para o galpão, o velho Trajano contou êste «causo»: Eu conheci um caalo que denunciou um crime. Era meio irmão dêste meu, no qual cheguei aqui esta tarde. Foi quando atacaram o velho Palimércio. Êle andava arruinado, trabalhando mal mesmo, e entonce o patrão entregou-lhe um tropa grande, pra longe, pros «gringos» e êle teria um bom ganho. O dinheiro da tropa o velho Palimércio traria, à volta. Era arriscado, mas era coisa garantida. Por causa dessa tropeada êle foi ferido e golpeado na «timba» do Doraznal. Os dois que o agrediram, o Honório e o Nico, da Tota, eram uns lasqueados que chegaram lá na estância quando a patrão botou

emprêsa de arroz como muitos iam fazendo. A gente andava escassa e se tratava qualquer um, sem olhar o pêlo. A patroa não gostou dos dois tipos e ao saber que tinham sido aceitos, falou ao marido:

— Mas, Juca, tu nem sabes quem são: tão mal encarados... Nem se sabe de onde vieram...

O patrão andava mui abatido por coisas que lhe tinham sucedido. Desgostos. E me «alembro» que respondeu, olhando pro fundo do campo do Rodeio Alto, nos banhados:

— «Uns infelizes»...

Andaram quietos uns tempos. Depois começaram a aparecer. O Honório inimizou-se no Faxinal, lugar de badernas e chinás. Por lá meteu-se com uma, por sinal muito à toa e que lhe trouxe muita rusga e inquietação. Uma noite, num surungo, fechou uma discussão dêle e de outro, fora do rancho. Lá de dentro quis sair o Macário, grande que até tapava o vão de uma porta. E reboleava a adaga de três palmos, à luz dos candieiros. Uns quantos o agarravam, pedindo a gritos:

— Deixe, Macário!

— Não vale a pena, Macário! Deixa disso...

— Me atende, Macário...

Macário, meio valente, e furioso, e vendo também que aquêlê gaudério, que não pertencia ao pago, não tinha ninguém por si, vociferava agarrado:

— Eu atendo os homens, como não?... Mas é que êste «tio» anda precisando há muito, ser «exemplado»...

O Honório não era medroso. No meio do terreiro, mal alumado pela luz que vinha da porta, via a luta dos convidados para evitar a saída do gigante, e, por fim, tirando o facãozinho da cintura respondeu alto e decidido:

— «Bueno, se êle quiser vir, deixem que venha, uê...»

A narrativa continua descrevendo o assalto ao velho Palimércio e os ladrões e assassinos revelados porque um dêles montava, mais tarde, o cavalo bragado.

Tropeiro — Felix Contreiras Rodrigues, sociólogo, é dos bons escritores do Rio Grande do Sul. *Memórias de um cavalo*, citado no início dêste ensaio, constitui obra de valor literário. Usando o pseudônimo de Piá do Sul publicou, em Montevidéu,

onde apareceu em segunda edição, *Gauchadas e Gauchismos*, acrescida de versos da última revolução rio-grandense (1923). Trata-se de ótimo livro de versos. O soneto — *O Tropeiro* — é uma amostra. A figura pampeira está ligada ao ciclo do cavalo.

Costuma conduzir à morte gado alheio,
Cantando pela estrada um estilo dolente,
Ao compasso que dão as guampas, lentamente,
E as patas da boiada, ao passo, em pastoreio.

No tranco do matungo êle vence paciente
A distância que vem da xarqueada ao rodeio
E vence a chuva, o sono, o sol, o passo cheio.
É superior ao tempo... a tudo indiferente.

Parece a incarnação maldita do destino
Rumbeando, da culatra, a querência da morte,
Enquanto canta em tons monótonos de sino!

Mas, quando o gado é seu de marca e de sinal,
Tem ganas de voltar, e de cambiar de sorte,
Nem a matança vê, porque lhe senta mal!

Caldas Junior — (Francisco Antônio Vieira) — Nascido em Sergipe (13-XII-1863) e faleceu em Porto Alegre (9-IV-1913). Fundador do grande diário *Correio do Povo*, tinha vindo das lides da imprensa nos maiores jornais do Rio Grande do Sul: *Reforma*, *Jornal do Comércio*, etc. Escreveu, também, muito sob o pseudônimo de Tenório. Poeta de vasta imaginação. De sua obra editou-se póstumamente um livro, logo após à morte, *Versos Escolhidos*. Sua variada e fértil imaginação o levou da poesia humorística, na qual brilhou sem esforço, à poesia regionalista, onde apareceu como inspirado escritor gauchesco. Transcrevemos o soneto — *O Meu Bagual*, que o próprio Simões Lopes incluiu no *Cancioneiro Guasca*.

Fiz ontem repontar o meu bagual,
O meu bagual lebruno rabicano,
E fui ver, no Rincão do Faxinal,
A «china» que não via há mais de um ano.

Sestroso sempre, o puava do bichano,
Mal sente pelas ventas o buçal,
Bufa, como um feroz republicano
Se lhe falam no trono imperial.

Atiro-lhe lombilho. A barrigueira
Fá-lo gemer. O pingo o solo cheira
E faz partes de guapo redomão.

Monto. Debalde o bruto corcoveia,
E quando a todo o lombo se plancheia,
Saio jolheiro — a rédea pela mão.

A CAVALO — Poesia de Fontoura Xavier que aparece publicada na 4ª edição de *Opalas* (Rio de Janeiro, 1928). A poesia traz a data de 1886 e foi escrita em Baltimore.

A 1ª edição de *Opalas* é de 1884, por Carlos Pinto & Cia. em Pelotas e Pôrto Alegre e prefácio de Anibal Falcão. A última edição, a 4ª, não guarda mais a divisão — *Musa Livre, Clowns e Ruínas* — feita na primeira. Vem, pelo contrário, sem a denominação das três partes do livro, mas o número de poesias é muito maior. Insere uma longa opinião de Ruben Dário e prefácio de Santos Chocano para edição espanhola do poeta brasileiro.

Fontoura Xavier (Antônio de), nasceu em Cachoeira (7-VI-1856) e faleceu em Lisboa (1-IV-1922). Foi cônsul do Brasil em Nova Iorque, Baltimore e Guatemala. Morreu como Ministro do Brasil em Portugal. Jornalista militante, colaborou nos principais jornais de seu tempo, fundou com Artur Azevedo a *Gazetinha*, fez a propaganda republicana e publicou *Régio Salimbanco*, sátira contra o imperador.

João Pinto da Silva, na sua *História Literária do Rio Grande do Sul* abre um capítulo especial para estudar-lhe a obra.

A *cavalo* — constitui bem um dos aspectos da inspiração do poeta, inspiração variada e rica.

Onde me levas, meu cavalo?... Upa!...
E o corcel mais veloz que o pensamento,
Mal me sentiu roçando-lhe a garupa,
Partiu, as crinas sacudindo ao vento.

É noite, e muito além, no descampado,
Por onde voa o meu corcel fogoso,
Como um astro no ocaso agonizado,
Crepita a chama do primeiro pouso.

Mordendo o freio, atropelando os campos,
Voa, voamos, e no nosso passo
Saltam como poeira os pirilampos,
Acendem astros recamando o espaço.

Noite do meu país! noite divina!
Onde há sóis a brilhar no firmamento,
E, levantando estrêlas na campina,
O corcel voa como o pensamento!...

Voa, voamos! na solidão deserta
Tudo é silêncio, a natureza dorme;
Sòmente a lua na amplidão aberta
Povoa a noite como um sonho enorme!

A várzea, a mata, o campo... a selva inteira
Repousa imóvel, sonha adormecida!...
Alevantando os astros na poeira,
O meu cavalo passa a tôda a brida.

E à luz da lua, o treno da viola,
Terno, sentido, a soluçar saudoso,
Como a alma da noite que se evola,
Ouve-se agora no primeiro pouso!...

Onde me levas meu corcel sem freio?...
As negras crinas agitando ao vento,
Mal me sentiste repousado a meio,
Voaste, ó meu corcel, meu Pensamento!...

Noites do meu país! almas da selva!
Vós que sabeis do meu corcel fogoso,
Sombras da solidão! astros da relva!
Guia-o junto do primeiro pouso!...

MONARCA — *Monarca das coxilhas* é tipo principal da literatura gauchesca do século passado. Todos os escritores trataram dela e aqui transcrevemos uma página de Oliveira Belo, no seu romance *Os Farrapos*, publicado em 1897.

Filho do Desembargador do mesmo nome, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi presidente da Província de Santa Catarina e ocupou uma cadeira de deputado na Assembléia Geral Legislativa.

Abandonou a política e dedicou-se à vida do campo, residindo daí em diante numa grande fazenda de sua propriedade no interior do Rio de Janeiro, onde faleceu, conforme diz a biografia de Múcio Teixeira.

Regressando à terra natal, assim que se formou, recebeu do Partenão Literário, em Pôrto Alegre, uma grande manifestação em sessão pública presidida pelo Dr. Vale do Caldre e Fião.

«O cavaleiro que se lançava a galope pela trilha que roja para a capela de Viamão não curava das sinuosidades do caminho; nem encostas resvaladias, nem sangas atoladiças em nada lhe colhiam o ardor despeado da carreira; para os declives escorregadiços, para o lôdo dos córregos e pedras sôltas dos montes o animal que cavalgava tinha artelho de aço, pois saltava sem tropeçar os perigos da disparada, como se pisara a grama das campinas.

Chegando a uma colina, que se levantava sôbre a esplanada da povoação e logo descamba para ela, parou de súbito.

Era de ver o centauro do têsso da coxilha, que o sol, assoando no levante, cobria de brilhantes reflexos, como alfombra de áurea trama, chamalotada de rútilos matizes, estendida no tablado em que vai campar em d'a de triunfo a majestade de um rei.

Rei era êle, herói de obscuros talvez, porém esforçados combates, também o era.

«O monarca da coxilha é qual o grifo da fábula: inteligência aguda e larga, como o instinto da águia, a fôrça ágil e robusto, como os músculos do leão.

Afeito ao descampado imenso de suas planícies natais, seu olhar tem um alcance enorme e claro, a alma tem, como o olhar, a expansão ampla da luz.

A vida irrequieta e as sensações várias e rápidas que lhe depara o discorrer perene em que lhe fogem os dias e os anos, despertou-lhe uma vivacidade irradiante no espírito: a água estagnada corrompe-se, a linfa corrente conserva-se e depura-se: a inteligência do gaúcho é como a linfa agitada pela variedade das percepções, que a modificam, trabalha incessantemente, por isso fortifica-se e dilata-se.

A fôrça é grande e selvagem também; tem em menosprêzo a arma com que os povos soem aniquilar-se de longe nas lutas fratricidas e em nome do patriotismo; a espingarda é uma posição da guerra civilizada e do progresso no morticínio, a que se submete de mau grado; o fumo da pólvora empana o braço de seus triunfos.

Sua arma é o laço, que, atado a cinxa do lombilho, o braço campeiro boleia e arremessa com vigor para ir sustar, na carreira, o adversário; semelhante à sucuriuba dos sertões, que, elando a cauda na anfratuosidade da penha ou no tronco das árvores, estira de salto e rende, arocha e mata a prêsa estrangulada.

Arma tem nas bolas, que, arrojadas, partem silvando, como o cascavel, e abatem em terra a vítima envencilhada.

Essa fôrça é o trono firme do caráter gaúcho; franco porque não carece de refolhos quem tem a consciência e as provas da energia da própria individualidade; simples e ingênuo por essa consciência mesma, que desfaz as sugestões da astúcia e despreza as prevenções meticulosas, independente e livre, porque a liberdade é a mais alta e imperiosa afirmativa da natureza humana, desenvolvida com desassombrada expansão fora do influxo corruptor de um meio social contrafeito e viciado».

Aqui, então incluímos um soneto do Dr. Vale, que aparece no seu livro *O Corsário*, romance rio-grandense, impresso no Rio de Janeiro, Tipografia Filantrópica, rua da Assembléia, nº 30.

Nasceu em Pôrto Alegre (22-VIII-1813) e faleceu em São Leopoldo (20-III-1876). José Antônio do Vale Caldre e Fião, médico humanitário, escritor presidente do Partenão Literário e precursor do regionalismo (*Divina Pastora* e *O Corsário*). Deputado e homem de imprensa, grande figura de seu tempo.

Monarca da Coxilha é um soneto romântico e onde se trata do assunto quase que pela primeira vez (1851?).

«Nestes pagos sou muito conhecido
«Por «monarca» de grande opinião,
«Tenho fama por todo êste rincão
«E por Deus, que sou quebra destemido.

«E se houver algum mais presumido,
«Que apareça êsse grande quebralhão
«Que hei de pisotear-lhe no garrão
«E à rebenque levar êsse atrevido.

«Sou «monarca» e meio abarbarado
«Se me pisam no ponche já me esquento
«E saco o meu facão enferrujado.

«E por Deus, que daqui me não ausento
«Sem deixar um diabo codilhado
«E também já me corto que nem tento.

DOMADOR — A figura do domador e a descrição da doma estão em todos os escritores regionalistas. Já citamos a doma e agora, repetindo o assunto, falaremos do domador.

Rivadavia Severo, no seu livro *Visão do Pampa*, romance gaúcho, Edição Globo, 1936, acolhe, ainda, linda página sobre a doma e o domador:

«Foi deveras uma festa a doma do Cara-feia. E Bonifácio não tinha razão de ficar vexado, e ficou, e andava com o brio

de arrasto. Pensando bem, não havia mais gente com o mesmo receio. Solano teve aquela loucura por ser guri, ou, decerto, porque não sabia a fama do Cara-feia. A questão é que, firme-zito nos estribos, guasqueava e tironeava como velho domador. Atirava-se com vontade o maleva, velhaqueando fechado, bufando. Mas o guri nem se dava conta, era como nascido naquele lombo. Dominou-o; entregou-se o respeitado. Tapeando atropelando com prrrs expressivos ao tempo que cerrava perna e agachava; chupando no beíço, em repique; reboleando o rebenque; silvando entre dentes; os amadrinhadores, encostando; e assim, como vindo ao mundo para a doma, foi o guri triunfante direito à mangueira. Ao chegar, atirou o cabresto, como um domador traquejado. Seguraram; orelharam o bagual, balanceando. O guri se firmou na cadeira e apeou, sorrindo, vitorioso.

Tôda a peonada exultava, menos o Bonifácio. Ora, são coisas! O domador se ressabeia de tanto golpe que leva. E êsse potro que já era um conto no galpão da estância e no fogão dos postos, agarrou fama ruim e Bonifácio o temeu.

Há coisas que se dão e ninguém explica. O Cara-feia era um potro como outro qualquer; de mais idade e mais gavião havia de haver por ali mesmo. Mas o destino dos potros também tem enredo como o da gente. Pois êle sempre se cortava da pandiúha e alçava a cola, perdendo-se numa grotaria da querência. Um zum-zum começou e a lenda se foi arranjando. Já quando se falava em galopar potro, tanto o domador como os aficionados lembravam-se do malacara Cara-feia. Em todo caso, sabia-se que êle não caía na volteada. Assim ia ficando, sem razão de ficar, para gáudio do Bonifácio. À medida que o tempo cruzava, mais mistério se fazia, e a credice o chegou a julgar encastigado com algum animal do outro mundo. Que era um bicho muito lindo, era. Cabeça sêca, orelhas curtas, em tesoura, e pontudas; lombo curto; ancas de viúva, bem fornidas; encontros largos, quase a peito de pomba; machinhos, também curtos, a prumo; cascos apequenados e firmes; olhos de perdiz; quartaria e paletama como pra modêlo; altura de medida; clina caída lá embaixo e cola arrastando; todo um conjunto animado pelo brio — era uma estampa que dir-se-ia, a natureza afeçoara com a linha dos fletes encantados».

BOLEANDO CHUCROS — Quadro da vida da campanha. Extraído do livro de Vieira Pires, *Querência*, editado pela Livraria do Globo, em 1925.

Vieira Pires (Antônio), nasceu na cidade de Triunfo e morreu em Pôrto Alegre, Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, procurador geral do Estado, desembargador do Superior

Tribunal e professor de Direito Penal da Faculdade de Pôrto Alegre, jornalista, diretor da *A Federação*, escritor e presidente da Academia Sul-Rio-grandense de Letras, etc.

«O Jango do Branquilha era um posteiro fiel, trabalhador e corajoso. Morava lá para os fundos da estância, em um rancho solitário fincado na aba do capão daquele nome, donde lhe pegara o apelido.

Dali êle bombeava, com zelo e atividade, os vastos campos e os inúmeros gados do seu abastado patrão Bento Lago, homem buenacho, mui apertado no trabalho, mas mãos abertas para servir.

Os carcheadores não encontravam mais brecha para as suas façanhas. O Rincão do Branquilha está limpo desses audaciosos surrupiadores de vacas gordas e de cavalos escolhidos. O Jango era, por isto, muito estimado do patrão, benquistado do vizindário, tido em alta conta pelo Tenente Adão Fagundes, o palrador inspetor do quartirão, cuja faina dêsse modo êle poupava. Os malandros e arruaceiros o temiam. Jango tornou-se uma espécie de autoridade do lugar. Tinha mais força e prestígio do que ela própria. Seria um mandão, se quisesse. Era um caudilho latente. Ponto era dar o grito. Teria em tórno de si «uma aluvião de gente», como dizia o Chico Rengo, antigo carcheador redimido por uma bendita surra que lhe administrara o Jango com o tatu feito da cauda fresca da rês que furtara e carneara, uma tambeira gordacha e faceira, como moça da cidade.

Foi um duro exemplo. Quando queriam inticar com o Chico, perguntavam-lhe se não desejava tomar um «chá de rabada». O Chico fazia que não ouvia, mas aninhava mais rengo, de furioso.

Como um troféu de guerra e escarmento de ladravazes, a cauda da tambeira fôra pendurada em um dos esteios, da ramada do rancho do Jango. E lá esteve até que o rancho caiu.

A indiada daquelas redondezas iria para onde êle mandasse. Nunca lhe faltavam companheiros para as reculutas nem para as tropeadas que êle capatazeava.

Bastava mandar um chasque e logo tinha gente de sobra. Quando o Tenente Adão precisava improvisar uns polícias para qualquer diligência, mandava pedir ao Jango que lhe remetia uns índios muito carrancudos e bisonhos, mas de darem e tomarem gente de toda a confiança. Adão realizava a diligência com felicidade e recebia louvores do sub-intendente que, por sua vez, os recebia do intendente».

OUVEIRO — CHITA — João Mendes (Henáclito), de Taquari, escreveu o romance — *O Campeiro Rio-Grandense* (Pôrto Alegre, 1889). O livro encerra com a data de 23 de

junho de 1885. Segue-se um *Vocabulário de Têrmos e Frases Camponesas*, 22 de maio de 1884, e que termina com uma nota sobre «Pêlos de cavalo».

Ouveiro, diz-se do equino ou outro qualquer animal que, além do pêlo predominante, apresenta grandes manchas de cor branca. É o que nos demais Estados se chama malhado. Há as variedades: ouveiro-negro, quando predomina o negro, etc, o rosilho, o alazão, o chita, etc.

«Uma hora depois que chegaram os campeiros, o capataz os chamou para o trabalho: tinha-lhe dado tempo bastante para comerem.

Aquêles que trabalhavam de laço, trouxeram-nos; dois pretos velhos vieram com as tesouras e as facas bem amoladas: as primeiras para as crinas e as outras para a cola.

Chico sentou-se em cima de um pedaço de tábua colocado sobre dois moirões de dois metros de altura e que ficava dentro da mangueira: sua família veio para baixo de um caramanchão de madressilvas, encostado à mangueira e que ficava dentro da quinta.

Dali, à sombra desta olorosa trepadeira, sentada em bancos de cedro, ela apreciava os trabalhos sempre que queria.

No momento em que o capataz mandou começar o serviço, chegou Quinca.

— Apeia-te que quero ver dares um daqueles pialos de colher, como só tu sabes, por êstes arredores.

— Já vou, Chico, vim mesmo para êsse fim. Ontem o teu crioulo Felipe esteve em minha casa e disse-me que hoje ias correr a manada do Chita.

Reparando, então, para a família que se avizinhou nesse momento, para o caramanchão, cumprimentou-a. Depois de cumprir êste dever, descalçou as botas, tirou as meias, ficando de pés no chão, para poder ser mais ágil. Como isso ainda não bastasse, tirou o balandrau e casaco, para poder trabalhar desembaraçadamente.

Uma quaiaca de camurça, com onças, servindo de alamares, prendiam-lhe esta à cintura.

Esse adorno dos camponeses de outrora era bordado a retroz de várias cores, com todo o gosto; e servia para carregar dinheiro, papéis ou outros objetos que se pudessem acomodar nos bolsos, que tinha em ambos os lados.

Não eram todos os campeiros que usavam guaiacas de camurça: havia também de marroquim de diversas cores, para

os de pouco dinheiro. Os gaúchos usavam tiradores, imitação destas: eram de couro bem garroteado. Estes serviam para guardar as calças da fricção do laço, no trabalho de a pé, pois nessas ocasiões êle é puxado sôbre a cintura.

Voltemos a Quinca.

— Manda buscar um tirador para mim, senão os bordados da minha guaiaca levam a breca.

Enquanto um dos crioulinhos, que estava fazendo chimarrão para o senhor-moço, o foi buscar, Quinca espiou pelas abertas das varas das tronqueiras, e não vendo o Chita, perguntou:

— «Ainda desta vez o primeiro gavião dêstes pagos não caiu na volteada?

— Não, porém andou debaixo das bolas do Olmiro, respondeu Chico.

— E por que não pegaram as bolas: as sogas não estavam bem macias?

— Pelo contrário, estão bem sovadas e são de Pardo; mas quando elas desciam para o pescoço, porque êle as soltou por elevação, o velhaco quebrou pela sanga abaixo.

— Que pena! pois é o animal mais lindo que tenho visto, exclamou o moço da estância do Coqueiro.

É o nome da fazenda de Quinca.

— Mas não perco as esperanças de um dia possuí-lo; agora tenho a promessa de Olmiro: e eu de alguma forma devo confiar no seu prometimento, porque êle não é pábula.

— Pois eu duvido, meu amigo, porque muitos têm tentado, por causa do teu oferecimento, e ainda não puderam conseguir. Eu daria o mesmo que tu, se tu não quisesse, porque reconheço-te êsse direito, embora seja orelhano.

Depois dêste diálogo, afivelou o tirador e entrou para a mangueira: já ali se trabalhava.

Ao soltar o primeiro pialo, Olmiro, que estava ajudando na mangueira, reconheceu naquele que acabava de entrar um seu êmulo, na certeza dêsse gênero de serviço campeiro. Entretanto Joaquim não ficou satisfeito, porque o compositor pialava mais longe e soltava o laço com muita galhardia. Quando concluíram a touração, nem um dos dois jovens perdera um pialo; porém o Sr. Virgílio não pôde conter o seu entusiasmo, observando o pouco esforço que fazia o peão de seu filho, quando sentava no laço. O momento era tão a tempo que o animal

pialado virava no ar e caía de prancha sem que Olmiro se movesse do lugar, nem desse sinal da força precisa, apesar de ser franzino.

É um dos serviços dignos de atenção no campeiro, a destreza com que êle faz rodar um animal, três vêzes mais pesado do que êle; é nesse trabalho que podemos notar a diferença da velocidade do golpe-de-vista de um para outro individuo; porque não é bastante a força para derrubar o cavalo ou boi, que corre a tôda brida. Todo o esforço que o campeiro fizesse para fazer cair o animal, seria impotente, a não ser o golpe-de-vista que lhe determina o tempo preciso, em que deve apertar o pialo.

Antes de soltar a manada, Olmiro foi sentar-se na última vara de cima da porteira. Ao correr-se as outras para trás, abrindo-se passagem para os encerrados, êles desfilaram pela porteira fora.

Um potro rosilho prateado passou por baixo do compositor; êste deixou-se cair em cima dêle.

O bravo corcel assim que sentiu uma carga a que não estava acostumado, tratou de jogá-la fora, empregando para êsse fim os meios usados entre os seus: entretanto os esforços que fêz foram baldados.

O gaúcho que o montava, estava como que pregado a seu lombo. Depois de mostrar a impotência do ginete, em derrubá-lo, afrouxou as pernas, para ser lançado a alguma distância, em pé.

Todos os que trabalhavam, assim como a família, vieram para a frente da mangueira, aplaudir o feito de Olmiro.

A equitação é quase natural nos filhos da campanha do Rio Grande do Sul, mas não se pense que todos os campeiros praticam as mesmas proezas.

Uns são bons domadores, isto quer dizer que arrocinam bem um potro; entretanto pode ser um mau agarrador: e êste, a seu turno, é às vêzes péssimo domador.

Os bons paradores são aquêles que saem em pé, quando o cavalo roda ou prancheia-se. Êste é um predicado que poucos o possuem.

Quanto a laçar ou bolear, todo o camponês, com mais ou menos destreza; porém os peritos nesses exercícios são, geralmente, admirados por seus companheiros.

Um tiro de bolas que alcance sessenta metros de distância, num terreno plano e quase o dôbro noutro idem inclinado, atirado por elevação e que se abate no pescoço do cavalo que querem pegar, para dali envolver-lhe as mãos, merece sempre os aplausos das

testemunhas. Ainda é mais admirável, se o boleado corre no meio dos outros muitos, pois aquêlê que lhe arrojou as bolas prova que, sem ter estudado balística, pode calcular com perfeição a curva de um projétil.

E na verdade merece elogios essa façanha, porque tem os seus atrativos, obrada como de ordinário. O cavaleiro leva tôda a velocidade do ginete que o carrega, na perseguição daquelle que deve ser boleado.

Não é menos digno de admiração o laçador que se serve de um laço de vinte metros, e o atira com segurança em tôda a sua extensão, quer no terneiro ou na rê, laçando ou pialando.

Numa marcação ou capaço, aquêlê que se serve de um laço dêsse comprimento e que o joga com garbo e destreza, é entusiasticamente gabado.

Entretanto, tôdas essas perícias não igualam aquella que Olmiro acabava de praticar, na presença de pessoas entendidas na matéria.

Êle devia, portanto, ter alguns assomos de vaidade, porque também sabia que raro é o agarrador que se anima a exhibir-se por semelhante forma, e em ocasiões que está presente a família do estancieiro.

Além disso, êle lia o entusiasmo que sua proeza acabava de promover entre os espectadores.

O velho estancieiro, quando foi ceiar, encheu um cálice de generoso «Lisboa» e mandou-o por um crioulo a Olmiro.

— Diz ao peão do seu Chico que beba êste copo de vinho, para fortificar-se os nervos das pernas, porque devem estar frouxos, por causa de suas proezas de hoje.

— Até que afinal Olmiro conseguiu merecer um elogio de meu pai, disse seu filho.

— Sim, porque não costumo fazer como vocês, que, antes de conhecer bem um sujeito, começam logo a gabá-lo. Tenho mais experiência do que vocês; por isso aguardo-me para mais tarde; e por meio dessa demora engano-me uma vez, no juízo que faço de qualquer, ao passo que vocês erram nove, para acertar uma. Por causa dos enganos da mocidade, a velhice torna-se mais prudente e não forma opinião segura, senão depois de um tempo razoável. Hoje fiz exceção de minha conduta, porque o teu peão tem sabido conquistar a minha admiração.

Nesta ocasião, o crioulo voltou, trazendo o copo vazio, e agradeceu a seu senhor, em nome daquelle a quem tinha sido oferecido.

Depois continuou a conversação entre a família, versando quase exclusivamente sobre a pessoa de Olmiro.

Do's dias depois da tosação, ao clarear do dia, Chico foi para a frente da casa tomar chimarrão, como tinha por hábito, quando não havia rodeio e a manhã a isso convidava.

A primeira coisa com que deparou foi com o Chita no parlange, que tinha na frente da estância.

— Oh! sempre caiu no laço, exclamou o moço!

E dirigindo-se para o quarto do compositor, supondo logo que êle fôra quem o agarrara.

— Como pegou êste «ave»? perguntou êle ao seu assalariado, logo que o avistou e pôde ser ouvido.

Fácilmente, patrão. Ontem à tardinha o Gerôncio me disse que vira o Chita com a manada, perto da lagoa do Jacaré. Desde logo deliberei pegá-lo, e pedi ao crioulo que me deu a notícia para ajudar-me.

De madrugada encilhamos cavalos e saímos: eu fui no seu bragado, não tencionando correr, como deve supor, pois ia num parrelheiro.

O Gerôncio montava o Naubeg e ambos carregamos as bolas e os laços.

No caminho preveni o meu companheiro que, ao chegarmos perto, não me falasse senão baixinho, para não sermos ouvidos.

Logo que nos aproximamos, amarramos as bolas na cintura, e eu disse-lhe que me esperasse, porque queria chegar só, pela parte oposta donde deixava: desta maneira, a manada correria para o seu lado, se me avistasse.

Então apeiei-me e fui tocando o meu cavalo ao rumo desejado.

Quando assomei na coxilha, onde ela estava, escondi-me ao lado do meu cavalo e o fui tocando devagar para aquela direção.

Como fôsse madrugada e ela não visse cavaleiro, e sim apenas um cavalo encilhado, não se assustou; o Chita deixou-me chegar a 10 braços de distância. Quando percebeu-me, já eu sacudia as bolas e êle pôde correr pouco. Apenas o boleei, tirei a tôda pressa o laço e o lacei logo, para que não se cortasse nas sogas.

O Gerôncio no que ouviu o tropel, correu a ajudar-me. Então derrubamos, para tirar as bolas; depois embuçalei-o, trazendo-o a cabresto até aqui.

— Agora cuidado com êste gavião; não o deixe escapar, recomendou o capataz.

— Espero que não acontecerá isso, meu amo: hoje já êle leva o primeiro repasso.

— E eu quero ser o amadrinhador.

— Pois então o patrão mande encilhar o seu cavalo, que eu já vou botar os arreios no Chita.

Chico ordenou a um escravo que aprontasse um cavalo, enquanto o compositor preparava o potro.

O domador levou para perto do lindo corcel os arreios e um maneador bem sovado, e com êste passou-lhe um pé de amigo, a fim de que êle o deixasse encilhar.

Olmiro usou dêste meio, porque não quis encomendar outra pessoa, para ajudá-lo. Considerando o Chita como seu, não queria estorvar nem um campeiro da estância.

— Posso montar? perguntou o domador a seu patrão, quando acabou de encilhar o potro.

— Sim; eu já estou a cavalo.

Proferindo esta resposta, saltou no lombilho, sem servir-se do estribo, levando um rêlho de enchiquiteirar.

O gaúcho segurou na orelha esquerda do Chita e pulou no lombilho.

O potro sentindo-o em cima, virou-se repentinamente para o lado do campo, porém empacou ali mesmo.

Chico estalou então o rêlho; o animal não esperou por segundo sinal e disparou na direção da sua querência.

O capataz, embora bco montado, nunca mais o pôde alcançar, senão depois que êle parou, a três quilômetros de distância.

— Eu bem lhe disse, seu Olmiro, que êste bagual havia de ser corredor, disse o filho do estancieiro, assim que se aproximou.

— E não se engana, talvez, patrão. Segundo penso há de ser largo. Em poucos galopes, deixa o seu Bragado nas pegadas.

— Isso não, seu Olmiro.

— Pois hei de provar ao patrão daqui a oito dias.

Depois dêste desafio, o amadrinhador convidou o domador para voltar.

Êste voltou o potro para o lado da estância; o capataz encostou o seu cavalo no do seu companheiro e assim foi conduzindo o Chita até a casa.

Quando os moços iam chegando, o estancieiro foi à porta da frente e avistando o Ouveiro-Chita, não ficou menos surpreso que seu filho.

Assim que Chico apeiou-se e foi tomar-lhe a bênção, êle indagou quem tinha podido agarrar o lindo bagual; e depois que seu filho o informou, o velho chamou Zelina para vê-lo.

A donzela acudiu logo ao chamado de seu pai e ambos foram apreciar de perto o corcel, que tanto dera que falar aos gaúchos daqueles arredores. Alguns haviam acreditado que êle fôsse encantado; outros afirmavam que era a alma de algum índio, minuano, que viera habitar-lhe o corpo, por isso ninguém podia laçar nem bolear.

— Zelina, o seu Olmiro veio desfazer as crenças dos campeiros, com respeito a êsse cavalo, disse o Sr. Virgílio.

— Talvez viessem aumentá-las; de ora em diante êles suporão que aquêlê que o pode bolear, tem parte com o diabo.

— É verdade, menina; lembreste bem: vai acontecer isso mesmo.

Quando a moça manifestou esta conjectura, chegaram ao palanque, onde estava o potro. O domador o desencilhava naquelle momento.

Olmiro cortejou a ambos, logo que se aproximaram.

— Corcoveou muito? perguntou o velho.

— Nem um pulo, patrão; apenas disparou; também não sentou no palanque. Parece um animal manso.

— Meu pai, observou a donzela, o Chita não desmente de perto a pintura que se fazia dêle. É na verdade o animal mais lindo que tenho visto. As manchas pretas e brancas, espalhadas por todo o corpo, são do mesmo tamanho: terão meia polegada de diâmetro. Êste cavalo é um capricho da natureza.

O domador, ouvindo a opinião da donzela, também animou-se a expender a sua:

— Eu também jamais vi um animal tão bem feito, nem de pêlo mais bonito, D. Zelina.

O estancieiro ouvindo a opinião de Olmiro, dirigiu-se a êle:

— Você agora vai passar por feiticeiro.

— Pelo que, meu amo?

— Porque conseguiu bolear êste ave, que ninguém pôde agarrar, apesar de todos os esforços.

— Então por isso serei considerado feiticeiro?

— É verdade, respondeu o velho.

— E o que eu fiz, qualquer faria.

— Mas ninguém lembrou-se do seu estratagema.

— Entretanto não vejo motivo de admiração. Lembrei daquele meio porque tinha empenhado a minha palavra ao Sr. Chico.

Neste ponto o Sr. Virgílio deu o diálogo por concluído e convidou sua filha para retirarem-se».

CAVALHADAS E LITERATURA DE FICÇÃO —

Leiam-se, também, as interessantes páginas de Manuel Acauan, no seu livro *Ronda Charrua*, publicado em 1931, no Centro da Boa Imprensa, em Pôrto Alegre.

O trecho de Acauan que transcrevemos, é bem uma amostra das cavalhadas e a literatura de ficção, completando a parte histórica da descrição de uma das mais belas festas gaúchas.

«Luz e doble pelos colorados! Os azulejos, mal comparando, compadre, parecem tatu na toca, não se les vê alumiar a fucineira. Quem topa a parada?

— Ota, mussum excomungado! Se vê logo que êste colmilhudo pucha prâ banda dos maragatos, mas fixe-se que não é de direito inticar com quem está assossegado. Que despois não se avexe...

— Me gustan más los cristianos, tienem salero e tutano, todavia...

— Hay que ser imparcial. En el campo se decidirá la contienda, pero en verdad le digo a usted que los moros son muchachos altaneros e valientes.

— Ai! Chiquinha! Que boniteza estão os azuis, a gente não tem ganas de olhar para mais nada. Os outros? Coitados!...

— Sim! Coitados, mas é dêsses impostores de azulegos — ripostou com um muxôxo a interpelada.

— Alfim e al cabo, a gente inté fica inchada com essa rapaziada taura, tôda de branco e azul. E os fletes, entonces, bicharia de respeito, bem gorda e delgada, a cola atada lá onde canta o galo. Le digo, paisano...

— Qual le digo nem meia volta. Entonces vancê não vê essa outra pandilha tôda colorada, moçada de lei, escaramuçando a bagualada macotal...

— Te quebro o curincho, mulambo de quero-quero!...

— Te rebento o caracu, pica-pau gadelhudo!...

E tal e maçada, e mais isto e mais aquilo, e as pendengas ameaçavam transmudar-se em trovoada grossa e os ânimos iam se esquentando num fogacho de mau agouro, apesar de se festejar a paz.

Nas vésperas, via Uruguai, chegara a notícia de que, em Pelotas, se havia afinal arreglado um acôrdo.

Nenhum outro lugar sofrera como aquêlê os efeitos da monotonera, com as comunicações cortadas, sem ligação sabe Deus havia quanto tempo com o resto do Estado ocupado ora por um, ora por outro dos grupos em luta, com a sua própria gente cindida pelas paixões e pelas intolerâncias políticas, emigrando hoje uma facção e amanhã a outra, os ódios acirrados...

Começavam as festas nesse dia com as cavalhadas tradicionais, tão do agrado das nossas gentes, guascas ou cajetilhas.

A praça larga, bem plana, grande como um piquete, estava cheia de povaréu, parciais de uma e de outra banda, inimigos de homem... E ainda hoje?

Olhares torvos se entrecruzavam, vozes provocantes esfuziavam...

É que as parcialidades estavam bem extremadas, de ambas as partes. A mourama era pura maragatada; os cristãos eram pica-paus de alto a baixo. Muitos haviam pelejado de verdade nos recontros e nos entreveros sangrentos daquela formidável convulsão que sacudiu os pampas. Parecia até um caso conchavado, mas não era puro acaso no mais!

A um aceno do juiz do campo, o clarim vibrou alto e áspero, reboando pelas canhadas.

O hino farroupilha soou em notas claras e marciais, abafando discussões e sopitando cóleras impulsivas!

Era um belo dia de sol.

O ouro e o azul fundiam-se no alto em nuvens franjadas, tangidas pelas lufadas do vento manso e fresco.

Esturgiu de novo o clarim.

Um estrépito enorme como de tropa em disparada, ecoou pelos âmbitos distantes.

As duas quadrilhas repontaram, defrontando-se galhardamente, com os mantenedores à frente.

Um silêncio solene e ameaçador como um prenúncio de tempestade, pairou na praça.

De um lado faiscavam as véstias de seda encarnada, bordadas a ouro e prata, rematando no turbante de estôfo também

rubro. Do outro chispavam as côres azuis em seda e veludo, com alamares prateados e gorros com símbolos da côr do céu que esplendia lá em cima, sereno e macio, coalhado de luz.

E cada qual ostentava altivamente as côres do partido a que pertencia, com arrogância e gentileza, tanto nos enfeites e fitas dos corcéis fogosos, que escarvavam o chão com o ímpeto sofreado, como nas bandeirolas das lanças e nos laços das espadas.

Mais um sinal, outro esturgir de clarins e os esquadrões abalaram, rufando, para se entrechocarem no meio do vasto recinto.

Estrondearam as primeiras escaramuças, em que os contendores procuravam apenas se apalpar, entrecruzando-se num desafio altaneiro.

Na retaguarda os jograis, mascarados de bugres, montados em pilungos com cada mata daquele tamanho, contorciam-se em esgares e momices, para divertir a miuçalha e o povo minhoca.

Recolhendo-se às raias, as linhas distenderam-se, uma fronteando a outra, nas duas faces do campo, no centro do qual avultava o arco enfeitado com galhardetes, onde se correriam as sortijas.

Nos quatro ângulos emergiam os palanques com as caveiras que serviriam de alvo para as arrancadas à lança e pistola, e em uma das faces, elevava-se o castelo, onde se daria o assalto final, com a derrota dos mouros, atropelados pelos cristãos.

Aquela gentama tôda, silenciosa e atenta, levantou-se atrás das paliçadas para enxergar melhor os lances que se iam suceder empolgantes.

Aguardava-se, em surda e inquieta expectativa, o choque entre os mantenedores, dois torenas esbeltos e valentes, filho de um caudilho federalista um e outro dum general legalista, ambos de famílias consideradas e ricas, mocidade briosa e cheia de fogo, assomadiça, mas generosa.

O recontro seria decerto de estrondo, fora dos moldes comuns. Todos o pressentiam, muitos o desejavam, talvez...

Mas não com certeza aquela morosa de rosto lindo e desmaiado que, no balcão de um prédio vizinho, mirava a praça, ansiosa e pálida, tão pálida que lembrava uma rosa tôda branca!

O mouro montava soberbo pingo, retinto como pena de corvo. O cristão escarceava num lindo e voluntário alazão, que faiscava num banho de sol. As esporas de prata tiniram, picando de leve os animais, que se lançaram em sentidos opostos, chocalhando os guizos de aperos, para se cruzarem, de relancina, no centro da praça, depois de completarem a volta do estilo. Em vez,

porém, de se defrontarem à desfilada, mas de refilão, cerraram pernas nos cavalos e se pecharam rijamente, em cheio.

As lanças, no choque brutal, voaram em miangos...

Os baguais vergaram os joelhos e recuaram de salto, para de novo se arremessarem, mas os tauras se bolearam, as espadas relampejaram e o embate se travou entre os dois contrários, que eram antes de tudo dois rivais.

Foi a faísca no estopim!

As duas alas carregaram de vereda. Brados de morte e de combate dominavam os relinchos e o alarido.

— A la fresca, negrada!...

— Ansim me agrada, chê! Antes peleia de verdade, que correrias de bobage...

— Aguenta o repucho, flaco!

— Lo aguento no mais, clinudo cabortero!

— Me gusta el buchincho — berrou um negralhão, pelando o facão de três palmos e pico.

— E a mim, não — Eu raspo-me que não sou desta terra!

A peleia ia travada a lança, a espada e a casco de cavalo.

O sangue começou a correr!

Uns cem coronilhas, guapos e destorcidos, andavam a desferir golpes e manotaços.

Cuê-pucha, barbaridade.

Naquele soflagrante a praça virara coxilha sêca e as cavalhadas entrevero brabo.

Que barzebum! Era coisa da gente se benzer com os cinco...

Era cada lançaço, cada talho de espada ou de adaga!...

Saía cinza e saía chispa daquele entrevero!

O delegado, um fulano retaco e ruivasco quis comprar a parada, mas teve que arrolhar e com êle os milicos da polícia.

E o salseiro ia cada vez mais fechado, mais de um ventana já se planchara e cavalos sem dono disparavam espantados, com os arreios nas virilhas.

Um dos mantenedores — o Fernando — atirara um pontão que varou o ombro do outro — o Álvaro, — mas recebera o trôco num talho fundo, que lhe lanhou a cara.

* * *

O ódio daqueles dois, que vinha de longe, mais se concentrara na véspera, numa tertúlia, por causa da Celina Tuy,

que ambos amavam e que ainda não se decidira por êste, nem desenganara aquêlê, trazendo, dengosa e faceira, a ambos pelo cabrêsto e de canto chorado !

Brigando como leões, perdendo sangue pelas feridas abertas, fusilando ódio pelos olhos faiscantes, relebravam como num sonho os desenganos e as esperanças da tertúlia, os despeitos do pericom em casa do velho Afonso Juarez.

— A empegar el fandango, muchachos — gritara um parceiro, enviezando os olhos, brejeirote, para uma linda morenita :

Niña de tez ojos negros
Labios color de coral,
Tus padres seran mis suegros,
Tus hermanos mis cunhãos !

A morena não refugou, e retrucou-lhe ao pé da letra:

No tempo que eu te queria
Pulava cêrca de espinho !
Agora pago dinheiro,
Pra não ver o teu focinho !

Quando tocou a vez da Celina, a alma cresceu-lhes lá dentro e o coração corcovejou, mas a castelhanita candongueira negaceou no mais e furtou-lhes a volta:

Mal haya la cocina,
Mal haya el humo,
Mal haya quien se fia
De hombre alguno !...

E rematou nuns meneios miúdos e airosos, os olhos brilhando de pura malícia:

Yo los maldigo,
Si, los maldigo,
Mas al que me robó
El alma, caramba,
Ese no digo !...

* * *

Já que ela não dissera, decidiram êles agora ali, peito a peito, a velha contenda.

E arremetiam com fúria, estonteados, o sangue a jorrar e a cegá-los.

Ao lado um cavalo lanceado caiu com a barriga aberta, a buchada a se escapar, a sangueira a correr e a rascatear.

O Álvaro, arquejando, enfraquecido, testiculhou e desabou junto ao animal, a um novo golpe de espada.

O outro, juntando as forças, pulou e lhe apontou ao pescoço a ponta do ferro.

A vida do mantenedor estava por um fio...

Foi quando rebentou um alarido dentro mesmo do barulhão!

Gente recuava, aos pinotes dos fletes, e a Celina apareceu aos olhos espantados de um e agonizantes do outro.

Era bem ela, — a adorada — de rosto esmaecido e um terror louco nos olhos grandes e fixos, mas ainda assim tão linda, tão linda, que paralisou o braço do que ia matar e deu força ao coração do que ia morrer...

Galvanizada pelo horror e pela esperança, com a mão pequenina e trêmula, segurou a fôlha da espada que ameaçava o vencido e levou a ponta ao próprio peito:

— Deja-lo vivir en cambio de mi vida misma. Te lo pido, Fernando... Yo lo amo, lo quiero y lo amo... — soluçava ela, louca e cruel no egoísmo do seu amor ameaçado!

O desgraçado recuou; recuou, êle que nunca recuara nas cargas e nos entreveros, êle que se criara no culto cavalheiresco da bravura ancestral, recuou com um raio de espanto, de dor, de agonia nos olhos negros e dilatados.

Ela, afinal, escolhera entre os dois! No momento trágico, o seu coração falara alto, valorosamente! E êle recuava, recuava sempre, tropeçando, a mágoa mais funda que um perau a brilhar nos olhos negros ainda há pouco tão cheios de vida e de esperança, e agora dizendo coisas de tamanha tristeza, de tão escuro desespero...

Duas ondas bravas e impetuosas carregavam uma contra a outra naquele momento culminante do combate. O choque estrondejou enorme e formidável!

Colhido no escarcéu, êle caiu, amassado, pisoteado, esmagado pelos cascos dos fletes.

Caiu para todo o sempre!...

★ ★ ★

E nunca mais, depois dêsse estrupício, que custou tanto sangue e tantas vidas, se correu cavalhadas naquela formosa e distante querência, lá para as bandas da fronteira nativa, onde as tranças ruivas do sol em chuva radiosa de ouro fulvo se de-

satam pelos ombros nus das coxilhas, espreguiçando-se pelos seus flancos fecundos e harmoniosos...».

* * *

Darcy Azambuja — É uma das principais figuras de escritor regionalista do Rio Grande do Sul.

No *Galpão*, seu livro de estréia, obteve, em 1925, o primeiro prêmio da Academia Brasileira de Letras e é obra que já está na 6ª edição, coisa rara mesmo entre os nomes de fama que residem na «Côrte». Depois desta bela obra de contos gauchescos, publicou mais os seguintes: *A Prodigiosa Aventura*, *Romance Antigo*, *Glossário Policial*, *Teoria Geral do Estado*, *A Racionalização da Democracia*, *Decadência e Grandeza da Democracia*, *Contos Rio-Grandenses* e seu último trabalho: *Coxilha*, contos, Coleção Província, Editôra Globo, 1956.

Professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica de Pôrto Alegre, ex-secretário do Interior, diretor da *A Federação* e *Jornal da Manhã*, etc.

No livro *Coxilha* há um conto intitulado *Rafael Pinto Bandeira*, que é, a nosso ver, dos melhores do autor. Evoca a figura do grande caudilho dos pampas e, em certa passagem, como não podia deixar de ser, vem o elogio do cavalo, o amor do gaúcho pelo cavalo.

«Voltando-se e olhando para a várzea, lá embaixo, exclamou:

— Olha o pingo prêto cabos-brancos!

Os dois olharam também e viram, destacado da tropilha que pastava, o lindo cavalo prêto com as quatro patas brancas, objeto de admiração de Rafael desde o primeiro dia que espreitara a cavalhada do inimigo. Mesmo de longe, percebia-se ser um esplêndido animal, não só pela variedade do pêlo, mas pela estampa, a graça e a beleza dos movimentos.

A tropilha ia lentamente se afastando do forte, os cavalos de cabeça baixa tosavam a grama alta. Os quatro pastoreadores pareciam conversar distraidamente.

— Vamos arrebanhar aquela tropilha, Cabo Duro — disse Rafael de repente, com os olhos brilhantes.

— Querendo — respondeu o outro, sem desfrutar da cena lá embaixo.

— Eiêiê!... Já tá o patrãozinho procurando fazê arte. Então pensa que é chegá, batê na bôca e ir repontando a ma-

tungada? Não tá vendo os vigias lá no forte? Vão nos despejá chumbo na paleta. Isto é guerra, não é cavalhada. Ora já se viu.

— Cala a bôca, tição! Deixa de estar bracejando e brincando aí antes que nos descubram, condenado!

Puxaram os cavalos para trás de uma grande moita de espinheiros e Rafael expôs o seu plano, que o cabo aprovou com um — bueno.

— Virgem Maria, isso vai dá uma lambança danada com êsses belendengues! E eu que tou aqui pra le cuidá! — comentou Gaudêncio, com as risadinhas de costume, pois viu que era inútil tentar dissuadir o moço.

Montaram e começaram a descer o cêrro, ocultos por êle, e contornando-o na direção do forte, de modo a saírem entre êste e a cavalhada que pastava na várzea. Ao chegar em baixo, atrás de um capão de vassouras vermelhas, Rafael recomendou, brincando:

— Cuidado negro, não vai deixar te pisarem.

E cutucando o rozilho com as esporas:

— Vamos embora, seu Duro!

Surdiram na várzea a meia rédea, enquanto Gaudêncio permanecia escondido no capão. Deitados sôbre o pescoço dos cavalos, soltando gritos agudos que mais pareciam guinchos de enormes gaviões, era difícil saber o que pretendiam, cortando em diagonal o descampado, à igual distância do forte e da cavalhada. As sentinelas do alto da muralha de faxina e barro dispararam os mosquetes. Os quatro homens que cuidavam a tropilha a princípio ficaram espantados e depois três dêles saíram no encaíço de Rafael e do cabo tentando cortar-lhes a retirada.

Aí, o negro Gaudêncio cerrou perna no malacara e carregou direito sôbre a tropilha. A umas quinze braças, levou a espingarda à cara e derrubou o homem que ficara. E aos gritos e relhaços foi repontando a tropilha, que disparou campo fora, de cola erguida, bem no rumo que o negro queria. Nesse meio tempo, Rafael e o Cabo Duro «sentaram» nas rédeas, obrigando os cavalos a dar resvaladas compridas no capim, e fizeram meia-volta para enfrentar os perseguidores. O da frente, distanciado dos outros por ter melhor montaria, era um indiatíco, com certeza correntino, com um lenço branco e encarnado atado na cabeça. Vinha quieto e ligeiro como uma flecha. Rafael ainda pôde ver a ponta da lança em riste que relampejou ao sol e aquêles olhos pretos e frios que o miravam. Atirou o corpo para o lado, até meia barriga do cavalo, segurando-se nas crinas com a mão es-

querda, e com a direita empurrou a espada, de baixo para cima. Quando o correntino passou por êle já ia morto, atravessado de lado a lado.

Os outros dois tentaram escapar, dando de rédea, mas só um o conseguiu, porque o Cabo Duro alcançou o de trás com um tiro de garrucha.

— Deixa, deixa, cabo velho! — gritou Rafael vendo que êle queria perseguir o fugitivo.

— Vamos, que o negro Gaudêncio já anda longe com a tropilha.

E lançaram-se na direção do companheiro que, pala ao vento, reboleando sôbre a cabeça o rêlho de açoiteira, repontava, à disparada, os cavalos, rumo ao acampamento, no outro extremo da várzea.

Observando como êle guasqueava o malacara e lhe batia desesperadamente com as pernas na barriga, Rafael resmungou:

— Negro relaxado! Garanto que esqueceu as esporas!

Do forte surgiu um piquête, que vinha rachando, lanças erguidas, na esperança de retomar a cavallhada.

Mas, era tarde. Em pouco Rafael e o cabo alcançaram Gaudêncio e viram, descendo uma das coxilhas onde terminava a várzea, um esquadrão amigo, que vinha atraído pelos tiros. Os do forte fizeram logo meia-volta.

Ao tranquinho, Rafael e os dois companheiros chegaram no acampamento repontando sessenta e tantos cavalos, entre os quais ia o pingo prêto cabos-brancos.

Dois dias depois, terminada a picada, deu-se o ataque, ao nascer do sol».

O RIO GRANDE DO NORTE NO SENADO DA REPÚBLICA

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

III — JOSÉ BERNARDO

Há, na história política do Nordeste, uma página de justiça a traçar: — é aquela a que têm direito os chamados chefes políticos municipais ou locais, os *coronéis*, tão cruel e pejorativamente julgados por muitos de quantos se ocuparam até agora do exame ou crítica dos nossos costumes político-partidários.

Certamente entre eles houve gente da pior espécie, exploradores das posições, em que eram mantidos por longos anos pelo bafejo e prestígio do apoio oficial, pela força que lhes davam governos desabusados, dirigindo os municípios que tomavam sob sua guarda e chefia pelos mais condenáveis processos, muitas vezes violentos, outras tantas desonestos.

Mas a influência de tais guias e condutores era efêmera, passageira, fugaz, desaparecendo e sumindo-se tão pronto cessava o suporte governamental que lhes assegurava a permanência e garantia o predomínio nefasto.

Na generalidade, porém, o chefe político local era uma individualidade que se destacava por qualidades superiores, dedicando-se de corpo e alma ao interesse público, defendendo-o, por todos os modos e meios, surgindo nas horas difíceis e arriscadas para conciliar elementos desavindos, resolver situações complicadas, arcar com os ônus e despesas das eleições, em uma palavra, força indispensável de equilíbrio da sociedade, carecida de direção e orientação.

Tais chefes não se improvisavam e independiam da vontade dos governos, mantendo-se em virtude de prestígio que lhes advinha, espontâneo e sólido, da irreprimível confiança popular.

Eram verdadeiras autoridades sociais postas à frente de todos os movimentos, em face de qualidades excepcionais, notada-

mente qualidades de caráter, e uma contínua preocupação pelo bem público.

No pôsto de comando em que se encontravam pela confiança do grupo social a que pertenciam, do partido político a que se filiavam e a que se dedicavam, indo a todos os sacrifícios, muitas vezes tomavam caminhos que não eram os mais certos e seguros, mas o pensamento era sempre superior — o do serviço leal e sem tergiversações à causa que haviam jurado defender, ou ao chefe provincial ou estadual com o qual haviam assumido compromissos de apoio e solidariedade.

Por tudo isto, justo é concluir que a instituição do chamado chefe político local, que por tantos anos, através dos dois regimes, mereceu tantas e tão acerbos críticas e apodos, tem ao seu ativo mais serviços que desserviços à sociedade, mais benemerências do que faltas e crimes.

Os *coronéis* existiram porque tinham eminente função social a desempenhar, e da sua ação, na generalidade dos casos, o que a justiça manda proclamar é que foi benéfica, altruística, necessária, imprescindível mesmo.

O seridoense José Bernardo de Medeiros pertenceu ao número desses *coronéis*, desses chefes locais que não se improvisam, antes são arrastados no turbilhão das lutas políticas, e conduzidos aos postos de comando (na hipótese verdadeiro pôsto de sacrifício), em face de um conjunto de excepcionais dotes de espírito, coração e caráter que os tornavam guias espontâneos, condutores necessários, cuja autoridade todos acatavam e ninguém discutia.

Vale a pena tentar a biografia e traçar o perfil de José Bernardo.

Nascido a 20 de agosto de 1837, na fazenda Carnaubinha, então do município da Vila do Príncipe (Caicó), hoje de São João do Sabugi, de pais muito pobres, pequenos criadores de gado, só aos 11 anos de idade começou a freqüentar a escola primária, passando aos 13 a estudar latim e francês. Foram êstes os seus únicos estudos.

Revelando desde cedo excepcionais dons de inteligência, fácil foi, no meio sertanejo em que vivia, adquirir certa consideração social, acrescida com o casamento que contraiu aos 21 anos (em 1858), com Dona Paulina Engrácia, filha do seu professor de latim, Joaquim Apolinar Pereira de Brito, o qual pertencia à elite social da terra, pois era sobrinho do Padre Francisco de Brito Guerra, que fôra senador do Império, e, por muitos anos, o homem de maior influência do Rio Grande do Norte.

As qualidades de homem público de José Bernardo revelaram-se desde o começo, e, mesmo na sua mocidade, a sua inteligência, ponderação e critério, auxiliados pela pequena instrução adquirida (ainda assim superior à da média dos seus contemporâneos locais), foram-lhe abrindo aos poucos as portas a tôdas as situações e a tôdas as posições de ordem pública.

Iniciou-se como sub-delegado de polícia do distrito de Caicó (1859) sendo depois administrador da Mesa de Rendas (1860), vereador e presidente da Câmara Municipal (1860), suplente de juiz municipal (1861), coletor provincial (1862), deputado provincial (1867), tenente-coronel comandante de um batalhão da Guarda Nacional (1867).

A ascensão foi contínua e rápida a indicar de modo claro que José Bernardo dava cabal desempenho às missões de que o incumbiam e, por isso, era solicitado sempre para cargos e funções cada vez mais relevantes.

Quatro vêzes foi vereador à Câmara Municipal, ocupando a respectiva presidência em duas delas, e à Assembléia Provincial foi levado pelo voto popular cinco vêzes, sendo que nos biênios de 1883-1884 e 1885-1886 tocou-lhe a presidência, justa homenagem que lhe prestavam os seus companheiros de credo político, os liberais, em maioria na Assembléia.

Ocupou também, por duas vêzes, um dos lugares de vice-presidente da Província, por nomeação do Governo Imperial em 1882 e 1884.

Por ocasião da guerra do Paraguai, José Bernardo, inflamado de ardor cívico, deliberou incorporar-se às forças patrióticas, e, por isso, a 24 de setembro de 1865, «ofereceu-se ao Governo Imperial, conforme êle mesmo escreveu, com 78 voluntários para com os mesmos seguir para o Paraguai em defesa da Pátria».

Aceito o oferecimento, o presidente da Província, Dr. Olinto José Meira, incumbiu-o de conseguir novos voluntários, nos termos dêste officio:

«Palácio do Governo, 28 de outubro de 1865.

Espero que Vmce. procure abrilhantar os seus serviços, continuando a promover o alistamento de voluntários, o que muito lhe agradecerei de minha parte, e em nome do Governo Imperial, Deus guarde a Vmcê.».

Conseguindo novo contingente de voluntários, todos seus conterrâneos, parentes e amigos, José Bernardo, à frente dos seus comandados, embarcou para o Rio de Janeiro, aonde chegou a 29 de dezembro.

O contingente por êle conduzido foi mandado seguir para o Paraguai, adido a um corpo de voluntários do Piauí, mas a officialidade, inclusive José Bernardo, foi dispensada, regressando êle ao Rio Grande do Norte em 23 de janeiro de 1866.

Como se vê, as preocupações de ordem pública já então absorviam a atividade do futuro chefe sertanejo.

As suas qualidades de político, a sua moderação, o seu espírito conciliador, o seu feitio de condutor de homens, cada vez mais se acentuavam de maneira clara e nítida.

As suas visitas constantes à Capital, a sua presença na Assembléa Provincial, a sua Presidência da mesma Assembléa iam-no pondo em contato com os politicos que na época dirigiam a vida partidária da Província.

Filiado ao Partido Liberal, de que se fizera chefe Amaro Bezerra, os seus companheiros habituaram-se a ouvir a sua palavra sempre serena e ponderada, repassada de bom senso, a encontrar soluções prudentes para os mil casos occorrentes.

Em 1883, o falecimento de Euclides Diocleciano, que em Natal representava devotadamente o pensamento de Amaro Bezerra, sempre na Côrte a tratar dos interêsses da Província e do Partido e a tomar parte nos trabalhos parlamentares, veio abrir imenso claro no Partido Liberal.

Amaro Bezerra e outras figuras graduadas da sua corrente apelaram para José Bernardo, e o seu nome surgiu vitorioso para a sucessão de Euclides, passando a ser, desde então, o verdadeiro chefe, o chefe de fato do Partido.

O *Povo*, jornal que se publicou em Caicó nos fins da Monarquia e começo da República, comentando êsses acontecimentos, afirmou com verdade e justiça:

«O Partido achava-se exausto, sem fôrças e sem direção, fracionado por lutas intestinas, mas o ardoroso e atilado timoneiro não recuou, nem atirou-se ao desalento e à inércia. Lidou com amigos, uns fracos, outros imprudentes, mas conseguiu imprimir-lhe consistente e poderosa organização, em que prevalecia exclusivamente a sua influência pessoal».

A corrente liberal da Província, desde então, passou a afirmar-se como uma grande força coesa, unida, pujante.

Amaro Bezerra no cenário nacional e José Bernardo na Província, irmanados em um só pensamento, trabalhavam olhos fitos na vitória de sua grei política.

Sobrevém a eleição de 1886 para a Assembléia Nacional, e em face do aparecimento simultâneo das candidaturas de dois correligionários ilustres, (Moreira Brandão e Heráclio Vilar), Amaro Bezerra escreve a José Bernardo, fazendo-o candidato a deputado geral pelo 2º distrito, em carta que da Côrte envia ao chefe seridoense em 11 de dezembro:

«Recebi a correspondência vinda pelo vapor *Per-nambuco*, entre a qual (muito reduzida hoje) a sua prezada, longa e judiciosa carta de 29 de novembro. Que grata compensação encontrei nela pelo primor de lealdade, trabalho e sacrifício de dedicação, relativamente a tantos outros que agora se retraem!

Mas o mundo é assim, e pelo contraste é que o merecimento fica em relêvo. Sua carta é além disto um documento que atesta irrecusavelmente suas aptidões de espírito, e a competência com que está à frente do nosso partido, posição que lhe não fiz favor colocando-o; pelo contrário prestei um grande serviço ao partido, es-torçando-me para que Vc. a aceitasse. É esta a espontânea e sincera afirmação dos nossos amigos, Con-se-lheiros Lima Duarte e Cândido de Oliveira, aos quais mostrei-a, e que ficaram admirando-o, dando-me ao mesmo tempo e ao nosso partido os parabens por termo-lo dirigindo-o.

Reconhecendo (e quem como eu o poderá fazer?) o seu alto mérito, e reñdendo-lhe esta devida homenagem pode ter por sua parte merecido orgulho ao receber com esta o meu abraço de envolta com os encômios dos referidos amigos».

E em outro trecho da mesma carta, que é muito longa, estas palavras precisas sôbre a candidatura pelo 2º distrito:

«Pesando com calma e critério a situação que não sendo favorável a Moreira Brandão nem ao Heráclio, seria tristíssimo vê-los na adversidade do partido, retahando-o em pura perda de ambos, e da causa e de todos nós, não há hesitar, e Vc. deve apresentar-se, dirigindo-se logo por circular e cartas especiais para tôdas as influências, assegurando a todos que o faz com o meu inteiro assentimento, ou, antes, por indicação minha. Pelo vapor de 20, ou outro que haja antes, pretendo enviar-lhe uma circular subsidiária neste sentido, e, se julgar necessário antecipar êsse passo, au-

torizo-o a fazê-la redigir por quem possa falar a seu respeito com justa franqueza, imprimindo-a com a minha assinatura, como enviada e datada de cá.

Moreira Brandão, a quem Vc. mostrará esta, poderá redigi-la, bem como igualmente assiná-la, dizendo em começo que o faz autorizado a usar conjuntamente da minha assinatura, e dando assim êste bonito exemplo de abnegação pessoal e dedicação partidária».

A circular subsidiária a que se referia Amaro Bezerra veio datada de 19 de dezembro, e aqui a deixo transcrita na íntegra, por ser documento inédito:

«AOS MEUS AMIGOS E CORRELIGIONÁ-
RIOS DO 2º DISTRITO ELEITORAL DO
RIO GRANDE DO NORTE.

Pelo zêlo de nossa causa, julguei dever intervir com o meu parecer na indicação do candidato liberal que possa e deva atualmente receber a votação unânime do nosso partido nesse distrito.

Se quando está êle no poder o desacôrdo e incompetência de candidaturas, por mais legítimas, que tôdas sejam, favorecendo e às vêzes produzindo o triunfo do candidato adverso, é sempre em detrimento do mesmo partido, quanto mais hoje que temos contra nós a fôrça de elementos oficiais, e o partido na adversidade precisa mais que nunca da união e apoio compacto de todos os seus membros, para combater os excessos do govêrno e defender-se!

Desconhecê-lo e proceder em sentido inverso, é conspirar (pôsto que sem intenção) contra a sorte e interêsses vitais do próprio partido, o que além de insensato é até sacrilégio.

Em minha opinião o partido deveria esforçar-se em reeleger o Dr. Moreira Brandão, que acaba de ser com êle fulminado pela dissolução da Câmara inesperadamente concedida ao partido conservador com a mudança arbitrária e de todo ponto ilógica da situação política.

Em todos os países constitucionais, os partidos políticos, sempre que é dissolvida a Câmara dos Deputados, consideram ponto de honra, e sagrado compromisso renovar o mandato dos que bem mereceram no seu desempenho, como sem dúvida o fêz nosso ilustre amigo,

permanecendo firme na sustentação da causa abolicionista, que havia sido motivo de dissolução anterior, necessidade para que pudessem continuar no poder o ministério que a trouxera ao Parlamento.

Cumpria, pois, que o partido, envidasse todos os seus esforços no sentido dessa reeleição merecida; e se eu tivesse mais cêdo sabido que o nosso correligionário e amigo Dr. Heráclio Vilar, também muito digno dos sufrágios do partido, pretendia apresentar-se, ter-me-ia, sem dúvida, empenhado com êle para que adiasse a pretensão para época mais adequada.

Agora, porém, que sua apresentação está feita, e seu amor próprio empenhado na luta com o seu competidor, sinto embaraço e constrangimento em tomar parte por um, que poderá ser interpretada como predileção pessoal, prevenção contra o outro, que absolutamente não tenho; desejando só que o partido se não divida por pretensões desencontradas dentro do seu próprio seio.

Lembro, pois, o único alvitre que de todo exclui tal interpretação, indicando um terceiro que está, como quem o estiver melhor, perfeitamente no caso de merecer a aceitação unânime do partido, por suas eminentes qualidades, serviços relevantes por mais de 24 anos e dedicação a tôda prova, sem medir sacrifícios, como os que está fazendo desde 1883, segregado do lar e família no interior, para desempenhar na capital o pesado encargo da direção e defesa do mesmo partido.

Por tão assinaladas circunstâncias e atributos, já está conhecido êsse 3.º candidato, antes que eu tenha proferido o nome caro do Te. Cel. José Bernardo de Medeiros, que não precisa de mais recomendações do que a do seu próprio merecimento e simpatias gerais de que goza em tôda a Província.

Removidas assim as legítimas suscetibilidades dos dois candidatos concorrentes, aos quais peço que, inspirados no seu grande dever, retirem suas candidaturas, apoiando a que ora apresento, espero igualmente de todo o eleitorado liberal do 2.º distrito que aceite êsse digno candidato e nêle vote sem discrepância ou retraimento qualquer, como pedem os sacrossantos interêsses do nosso partido; ato que para mim será mais um grato motivo de alto e profundo reconhecimento.

Côrte, 19 de dezembro de 1885 — Amaro Carneiro Beza. Cavte».

José Bernardo recusou a sua candidatura, e, conseguindo quanto possível harmonizar as correntes desavindas no seio do partido, fêz prevalecer o nome de Moreira Brandão, parlamentar experimentado, com serviços reais à causa do liberalismo.

As ligações de José Bernardo com o chefe do Partido Amaro Bezerra, são cada vez mais cordiais, continuando aquêlê a ser a alma de tôdas as campanhas e o verdadeiro porta-estandarte de sua facção na Província.

Em 1889, quando da ascensão do Partido Liberal, a chefia de fato já estava tôda nas mãos de José Bernardo.

Assim já o reconheciam os «leaders» nacionais de maior gradação, que se dirigiam ao chefe sertanejo, suplicando os seus favores eleitorais.

Nesse sentido falam muitos documentos do arquivo deixado por José Bernardo.

Por acaso, apanho a seguinte carta do Visconde de Sinimbu:

«Rio de Janeiro, 9 de julho de 1889.

Ilm.^o Exm.^o Sr. Tenente Coronel José Bernardo de Medeiros.

Se o nome de quem esta escreve não está ainda apagado na lembrança do respeitável cidadão, a quem nesta ocasião me dirijo, eu invoco as recordações de outro tempo para de novo me fazer lembrado, dirigindo-lhe um pedido que mais interessa à Província do que ao sentimento de amizade. Um digno filho dessa terra, a quem de perto conheço, e cujo mérito aprecio, propõe-se a candidato à Assembléia Geral na próxima eleição por essa Província.

É em favor desta candidatura que hoje me empenho pedindo a valiosa proteção de V. Excia. para o Dr. Manoel Victor Fernandes Barros.

Se fôr atendido, como espero, creia que muito obrigado ficará quem com subida estima é de V. Excia., amigo atencioso criado. — João Lins Vieira C. de Sinimbu».

Também, e com data de 19 de julho, o Marquês de Paranaguá, escrevia, invocando para o Dr. Fernandes Barros, o amparo de José Bernardo no 2.^o distrito, «onde é chefe real e prestigioso».

Por sua vez, o presidente do gabinete, Visconde de Ouro Preto, quebrava lancas pela candidatura de Gama Rosa, então presidente da Paraíba.

Conseguira para essa candidatura o apoio de Amaro Bezerra.

As predileções de José Bernardo, mais direta e pessoalmente responsável pelos destinos do Partido no 2.º distrito, eram, porém, pelo Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, com quem havia compromisso implícito decorrente de pleitos anteriores, nos quais o nome de Castro viera continuamente à baila. Amaro Bezerra, vendo-se desobedecido, veio pessoalmente ao Rio Grande do Norte, convocou os chefes locais de maior prestígio, entre os quais Silvino Bezerra, e procura forçar a candidatura Gama Rosa. José Bernardo resiste, amparado por Silvino Bezerra e muitos outros, e dá-se a cisão do Partido Liberal. Amaro Bezerra e José Bernardo, há tantos anos unidos e solidários, separaram-se para uma luta renhida.

Amaro, sentindo-se perdido no 2.º distrito, se persistisse no nome do recomendado do Visconde de Ouro Preto, apresenta-se candidato em pessoa pelos dois distritos.

Vêm os manifestos, o de José Bernardo e o de Amaro Bezerra, plenos de acusações e ataques acerbos.

Desleal, traidor, mesquinho, são os epítetos que os dois chefes se atiram um ao outro, deslembados da estima e da confiança recíproca que até então mantinham em uma solidariedade que os irmanava de muitos anos.

As influências eleitorais começam a manifestar-se em favor da causa defendida por José Bernardo, mas Amaro Bezerra não é chefe para recuar.

Amparado por Ouro Preto, entra no regime das demissões, das derrubadas. As vítimas são agora os próprios correligionários da véspera, os que o acompanharam durante anos e anos de ostracismo. A política não tem entranhas. José Bernardo clama contra a reação em palavras candentes, e diz que a eleição Castro é já agora um ponto de honra, «uma causa comum de todos os homens de brio e dignidade».

Eis o que José Bernardo assevera aos amigos do 2.º distrito:

Ao Eleitorado do 2.º Distrito — A Reação

Já não há mais ilusões sobre a atitude do Dr. Amaro Bezerra contra os liberais que adotaram a candidatura do Dr. Miguel Castro.

Felizmente abateram-se as máscaras e a reação já começou de um modo odioso.

O Dr. Nascimento Castro, Diretor da instrução pública, um dos homens que mais lutaram pela causa do partido na adversidade, foi demitido.

O Cap. Olegário Vale, que não poupou sacrifícios em favor dos nossos amigos do Seridó, foi demitido do comando do Corpo de Polícia.

O Dr. Manoel Dantas, removido para a comarca de Assu, foi demitido.

O Dr. Medeiros, representante de uma família ilustre, que nunca poupou sacrifícios nem dedicações em favor da causa do partido, foi demitido de médico contratado do exército.

Esperam-se ainda outras demissões e os nossos amigos estão dispostos a afrontar qualquer perseguição.

O Dr. Amaro Bezerra, tomando essa disposição despótica, antipolítica, incompatível com a solidariedade de um partido, reveladora de um espírito embotado por um sentimento mesquinho, derrotado no 2.º distrito, ficará completamente desmoralizado, e a posição airosa que pode tomar é abandonar a vida política.

S. Excia. ilude-se, julgando que com a perseguição conquista adesões. Quando o sentimento do povo se levanta indignado, quanto mais perseguido, quanto mais torturado, mais se exalta o seu patriotismo. Haja visto o que succedeu em Pernambuco em 1887, na eleição de Joaquim Nabuco. A carnificina de Afogados determinou o triunfo do ilustre abolicionista. Os ânimos se exaltaram. Os tímidos que estavam receiosos de entrar em luta, indignados com o sangue derramado pelo sabre policial, puseram-se francamente em campo.

É o que acontece no 2.º distrito. A eleição do Dr. Miguel Castro é hoje uma causa comum de todos os homens de brio e dignidade.

Quanto maior fôr a perseguição feita aos nossos amigos, mais simpática se tornará a causa do nosso candidato.

Pouco importa que os nossos amigos de ontem escravizem as suas consciências aos acenos de um poder efêmero. A idéia, o sentimento do verdadeiro partido liberal está conosco. O triunfo será nosso.

O Dr. Amaro Bezerra divorciou-se indignamente da causa do partido e S. Excia. parece que já esqueceu as qualidades que devem ornar um homem público. Abandonou a província, quer simplesmente auferir um provento pessoal, a satisfação de um amor próprio mal entendido, para quando saciar os seus desejos, entregá-la exausta ao primeiro explorador que por aí passe|

S. Excia. é poderoso. Dispõe dos socorros públicos que, em vez de matar a fome dos necessitados, tem servido para S. Excia. escravizar consciências e aumentar o número dos mercadejadores políticos.

S. Excia. está disposto a revolver a província, submetê-la a uma dissolução completa para ficar de pé a sua figura onipotente.

Faça tudo, demita, reaja, condene os nossos amigos ao ostracismo, lance mão de todos os meios, decentes e indecentes, certo de que não conseguirá abater a dignidade do eleitorado livre e independente do 2.º distrito. — José Bernardo de Medeiros.

Príncipe, 4 de agosto de 1889».

O pleito trava-se em 1.º e 2.º escrutínios, e a vitória de José Bernardo é cabal completa, esmagadora.

O Povo, órgão liberal do Caicó, espalha boletins, anunciando o triunfo em todo o Seridó; são 425 votos em Miguel Castro contra 89 em Amaro Bezerra. Nos outros colégios eleitorais do 2.º distrito também Miguel Castro obteve significativa maioria, e estava eleito.

Há regosijo e festas populares por toda parte. Em Mossoró o episódio eleitoral leva, no meio dos festejos públicos, um poeta, Paulo de Albuquerque, a declamar uma poesia de tonalidades candoleiras, na qual versos como êstes:

«Não valeram as ameaças
do fero, injusto rival...
Caíram no pó das praças
A resistência formal...
P'ra derrotá-lo bastava
Aquele gente tão brava...
A grande falange só!...
Quem jamais venceu pujante
O baluarte gigante
Colosso do Seridó?»

E ainda êstes outros, com referência especial a José Bernardo e ao seu leal companheiro de jornada política, também valoroso chefe seridoense, coronel Silvino Bezerra:

«Aos clarins eleitorais
Não vos faltou legião:
Soldados firmes leais
Sob o áureo pavilhão:

José Bernardo, Silvino
Dois chefes de grande tino,
Um e outro iguais no vulto,
Dois valentes comandantes,
Altivos, perseverantes,
Temíveis no seu reduto.»

Estava firmada a força do Seridó, unido e coeso, e consagrado o prestígio invencível de José Bernardo, proclamado, então o grande chefe eleitoral da Província.

Mas José Bernardo saía decepcionado da direção geral do seu partido na Côrte, diante da tremenda pressão que contra êle e os seus amigos exercera o gabinete Ouro Preto, removendo, demittindo os seus companheiros de jornada e os seus fiéis e leais amigos. Decididamente não havia mais lugar para êle no partido liberal do Império.

A 15 de novembro de 1889, Miguel Castro escrevia de Recife a José Bernardo, annunciando-lhe a sua partida para o Rio, a fim de tomar assento no Parlamento: «Parto amanhã no *Pernambuco*, que hoje aqui chegou». E, em *post scriptum*: «Leia os telegramas da Província» de hoje, que remeto, e dos acontecimentos de ontem, verã quão grave é a situação do país. Aqui aguardam os acontecimentos ultteriores. Façam o mesmo aí, sejam prudentes, e eu do Rio lhe escreverei. Os deputados daqui resolveram ficar; eu, porém, parto, porque entendo que assim devo fazer».

Estava proclamada a República, e José Bernardo e Miguel Castro, para os quais se fechara a porta do Partido Liberal, lógica, natural, legitimamente incorporados à nova e mais ampla bandeira democrática, para a qual entravam com o prestígio advindo da recentíssima pugna eleitoral.

Pedro Velho, o chefe da propaganda pela República no Rio Grande do Norte, assume o govêrno provisório, e José Bernardo é desde logo nomeado membro do Conselho Executivo, encarregado dos Negócios Interiores.

Em Manifesto Politico de 3 de dezembro, José Bernardo explica assim o seu apoio à República:

MANIFESTO POLÍTICO

Aos meus conterrâneos

A política é uma ciência de aplicação, porque tem por objeto combinar os princípios de filosofia com os fatos sociais e applicá-los à medida que as novas tendências da sociedade indiquem a sua necessidade. *Lastarria*.

O fato grandioso da pacífica mutação do regime governamental, que o país ainda testemunha, a adesão sincera, franca, e entusiástica que nesta província encontrou, as circunstâncias importantes que vão se produzindo no meio norte-riograndense, ao iniciar-se a obra patriótica da reconstrução nacional, colocam-me na obrigação de expender aos meus bons e leais amigos, a todos os que me têm acompanhado nas lutas políticas da minha terra, as idéias e sentimentos que a respeito se relacionam em meu espírito, por uma concatenação lógica, levando-me da observação do presente ao pressentimento, senão previsão do futuro.

Não me é preciso fazer o retrospecto das deploráveis condições em que o grande advento da República veio encontrar o país e particularmente este Estado, entregues a governos sem patriotismo e sem intuição política; também na quadra gloriosa, que se abre para todos nós, em que tudo aconselha o esquecimento das culpas transatas, e determina a absolvição dos responsáveis por esse passado, que hoje volve inteiramente ao domínio da história, não tenho necessidade de fazer incriminações, e muito menos de justificar a nobre e completa adesão de minha terra à idéia que alvoreceu, anunciando-nos o início de uma era de liberdade, de venturas e de paz.

É princípio científico que as instituições devem acompanhar, *pari passu*, a evolução social e de acordo com as necessidades do meio sociológico substituírem-se por outras que mais se conformem com essas mesmas necessidades. Estava evidentemente completo o ciclo histórico, que a nossa independência abriu à monarquia no Brasil; o governo monárquico e constitucional, que o primeiro imperador nos catorçou com a lei orgânica de 1824, evoluiu durante mais de meio século e chegou ao fim de sua órbita no glorioso dia 15 do mês próximo findo, data que assinala o esboroamento do sistema que decaiu. De há muito a imprensa honesta e esclarecida do país e o trabalho constante e dedicado dos propagandistas apontavam o rumo para que nos impeliam as nossas tendências; assim, pois, o advento da República não é um fato que não fôsse antevisto e esperado; ao contrário, teve seus antecedentes, sendo os mais notáveis os que se concretizaram nas leis n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881, e 13 de maio do ano passado, a lei áurea que extinguiu a escravidão.

Feita a revolução no meio das festas e aclamações, na harmonia admirável de todos os brasileiros, entendo que devemos empregar o máximo esforço para que nas mesmas condições de paz e concórdia, se consolide na Pátria, neste Estado, o regime republicano que ela inaugurou, satisfazendo a legítima aspiração nacional; é, portanto, meu primeiro conselho: paz e concórdia!

Proclamada a República no dia 17 do mês último, neste Estado, foi aclamado pelo povo, exército e armada seu governador o chefe republicano, Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Os grandes méritos do eminente e estimado cidadão justificam e exaltam a importante investidura que em momento tão solene lhe foi conferida pela soberania dêste Estado, manifestada, como já fiz ver, pela entusiástica aclamação do povo, exército e armada, três sustentáculos inatacáveis da liberdade, da paz e da nossa prosperidade. Segundo a índole do sistema inaugurado, o princípio da autonomia norte-riograndense deve ser para nós o dogma fundamental da política que estreiamos; entretanto, por mais alta que seja a ponderação do direito, a que me refiro, não deve ser êle entendido de maneira absoluta, de todo inflexível, e daqui a necessidade de atar também as medidas de segurança, garantidoras da indivisibilidade da Pátria; dêste modo meu segundo conselho é franca adesão ao govêrno central, à política do invicto Marechal Deodoro da Fonseca e do ministério de 15 de novembro, certo como estou, de que serão respeitadas os direitos de minha terra.

Os acontecimentos abrem uma época eleitoral da maior importância e do seio da urnas, em tôda a circunscrição dêste Estado, deve sair, completa, a sanção dos primeiros pronunciamentos do povo norte-riograndense, firmando-se assim uma política levantada, generosa, justiceira e honesta, sem as difamações, violências e misérias que fizeram a triste história do regime que passou; é, por consequência, meu terceiro e último conselho, nesta ocasião; firmeza na defesa dos direitos do povo, dos princípios da democracia pura, arregimentando-se todos em tôrno da gloriosa bandeira nacional e marchando impávidos a depor seu voto nas urnas.

Natal, 3 de dezembro de 1889. — José Bernardo de Medeiros».

Sobrevem a eleição para a Constituinte Nacional e Miguel Castro e José Bernardo são eleitos, respectivamente, deputado e senador federais. É a homenagem do Partido Republicano aos grandes vitoriosos do último pleito da Monarquia, e a demonstração inofismável de que os responsáveis pelo novo regime precisavam de quem tanta ascendência popular revelara pouco tempo antes.

A representação do Rio Grande do Norte segue tôda ela para a Constituinte Federal, e logo na eleição de Presidente da República, feita pelo Congresso, há a primeira cisão no seu seio; Pedro Velho e José Bernardo, votam em Prudente de Moraes; os demais, Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti, Miguel Castro, Almino Afonso, Amorim Garcia inclinam-se por Deodoro da Fonseca.

Em breve, também José Bernardo, seguido ou estimulado por um grupo de ardorosos companheiros principalmente da zona do Seridó, se desavém com Pedro Velho, e passa a chefiar a corrente

oposicionista, mas em 1897 de novo estavam unidos e irmanados. A propósito dêsse dissídio testemunha Pedro Velho em discurso de saudação a José Bernardo, publicado n'*A República*, de Natal, em 23 de janeiro de 1901:

«É certo que, num trecho da jornada, as vicissitudes da vida partidária bifurcaram o caminho e os nossos rumos divergiram. Mas, por mim o afirmo e creio bem que no coração de José Bernardo a impressão será idêntica — se o desgosto da temporária separação foi cruel e amargo, o íntimo júbilo com que novamente nos demos as mãos, para prosseguir em nossa tarefa de leais servidores do Rio Grande do Norte, constitui o melhor penhor e o mais sólido cimento da nossa união presente e futura».

No Senado Federal, José Bernardo não podia, certamente ocupar, dada a modéstia de sua cultura, lugar de saliência e relêvo, mas a realidade é que no seio dos seus pares gozou sempre do mais alto conceito e fêz amigos dos mais leais e dedicados. Sabe-se quanto lhe foram afeiçoados, por exemplo, Saldanha Marinho, o patriarca da República, e Pinheiro Machado, o intrépido e valeroso chefe, os quais por êle tinham especial predileção, ambos seus colegas na Câmara Alta do país.

No seu arquivo deparo inúmeros documentos que atestam a consideração que lhe dispensavam vários dos mais destacados e eminentes dirigentes do país.

Deixo aqui reproduzidos dois dêles, que são inéditos e que lançam certa luz sôbre determinadas páginas da história republicana.

A primeira é esta carta de Prudente de Moraes, então afastado da presidência da República, em estação de repouso em Tereópólis, de onde foi escrita a 10 de janeiro de 1897:

«Exm.^o amigo senador José Bernardo.

Recebi ontem a sua prezada carta de 5 do corrente e li com tôda a atenção a exposição de suas criteriosas observações sôbre a nossa atualidade política.

Afastado dos negócios públicos, tenho observado, com mágoa, o prurido que vai pelas alturas, e a reação que se tem feito contra a minha administração; a julgar pelos atos e pelos fatos — parece que se trata de firmar-se por todos os meios uma situação definitiva e permanente quando ela é interina, por direito e o será de fato.

Fala-se muito em cortar despesas e em economia, e esta é realmente a maior necessidade da atualidade, mas, ao passo que suprimem-se repartições necessárias e interrompem-se obras de natureza reprodutiva, pensa-se em comprar navios velhos, projeta-se grande baile no palácio do Catete — que fará recordar o baile da Ilha Fiscal, e para isso trabalha-se dia e noite para preparar o palácio; movem-se comissões dispendiosas, etc., etc.

Anuncia-se solenemente pelo *Diário Oficial* a liberdade de votos, e faz-se a força federal intervir nas eleições.

E assim por diante: paremos aí.

Também eu sou conservador na República, porque estou convencido de que em nossa terra a República ou há de ser conservadora ou há de deixar de existir.

O país julgará entre a minha política e a ruidosa do meu substituto.

Felizmente, vou dia a dia readquirindo as forças perdidas com a longa e grande enfermidade e espero poder voltar logo ao exercício do cargo que a nação me confiou, onde continuarei a esforçar-me por cumprir o meu dever, contando para isso com o apoio e concurso de todos os bons brasileiros.

Saúde e felicidades deseje-lhe o seu amo. afeto. e obrgo. — Prudente de Moraes».

Vê-se que profundas são as queixas de Prudente contra o govêrno interino de Manoel Vitorino. São os pródromos da grande cisão do Partido Republicano Federal, chefiada por Francisco Glicério, sendo de notar que José Bernardo, como Pedro Velho, formou, afinal, na corrente oposicionista a Prudente de Moraes.

O outro documento é uma carta de Campos Sales, poucos dias depois de eleito Presidente da República, na qual esboça claramente o seu pensamento, depois traduzido em atos concretos, de fazer a política com os governadores ou dos governadores:

«Confidencial.

S. Paulo, 19 de março de 1898.

Meu caro J. Bernardo.

Recebi com muita satisfação a sua carta de 12, que só hoje chegou-me às mãos. Sabe que sou seu amigo e

que ligo o maior aprêço à amizade que sempre testemunhou-me e da qual é ainda uma apreciável manifestação a carta que respondo. Os acontecimentos políticos tem-nos trazido, por vêzes, separados, mas as nossas relações permanecem as mesmas, felizmente.

O mal, o grande mal, meu bom amigo, é haver na nossa pátria quem pense que para dar mostras de bom republicano é necessário extremar-se até as raías do anarquismo.

É isto que está prejudicando a República e que a teria já feito perecer, se ela não tivesse surgido imperecível. O certo é, porém, que dentro e fora do país, nos achamos oprimidos sob uma terrível atmosfera de desconfiança. Cada desordem, cada agitação é para nós um abismo de desgraça, e todavia não falta quem se gabe de ser revolucionário para se inculcar republicano ardente. Falo a quem testemunhou dia a dia a minha atitude no Senado e que viu-me através de todos os accidentes perturbadores da política republicana sempre calmo e sempre anti-revolucionário. Não é verdade? Sempre fui contrário aos agitadores.

No governo provisório tôdas as minhas normas eram subordinadas à autonomia dos Estados. Nada fazia sem a audiência dos respectivos governadores no que lhes era peculiar. Foi por isso que não criei ressentimentos, e é daí que ainda me restam simpatias, como alude o Pedro Velho. No governo da República não terei outras normas. Penso que para haver paz nos Estados é preciso deixá-los em paz.

Devolvo a carta do Pedro Velho e peço que conte sempre com a amizade do velho camarada. — Campos Sales».

Da leitura dessa carta vê-se o carinho com que Campos Sales tratava José Bernardo, seu companheiro no Senado Federal desde a Constituinte, e seu amigo.

Mas um incidente da vida política separou-os em breve.

Campos Sales adotara, inflexível, a política dos governadores. O seu pensamento era alto e patriótico: visava a fortalecer a autoridade pública, impedir as agitações para poder dedicar-se à grande tarefa administrativa de reparação financeira.

Abria, porém, uma exceção para a Paraíba, onde as suas simpatias eram pela opposição, chefiada por Epitácio Pessoa, seu Ministro da Justiça.

No reconhecimento de poderes, em 1900. Campos Sales fez tudo por ver reconhecidos os candidatos oposicionistas paraibanos.

Ao se tratar do reconhecimento do senador, (a disputa era entre Almeida Barreto, oposicionista local, e José Peregrino, governista, e grande amigo de José Bernardo, pois havia sido juiz de Caicó sede das principais atividades partidárias do chefe potiguar), Campos Sales, vendo periclitante a sorte de Barreto, entra a chamar ao Catete os senadores que lhe eram mais afeiçoados. Um dos convocados foi José Bernardo. O episódio é assim descrito por Paulo Timon, pseudônimo de Dunchee de Abrahães, cronista político da época:

«Começaram a ser chamados isoladamente ao Catete diversos senadores. E, se alguns saíam de lá de opiniões mudadas, outros, como José Bernardo, tinham para com o Presidente da República frases tão ásperas que eram de fazer subir o sangue às faces. Apesar de tudo, porém, Campos Sales fizera Eptácio Pessoa vencer a batalha».

Em 1904, José Bernardo adoeceu gravemente, vindo a falecer na fazenda «Solidão», residência de seu genro Manoel Mariz, em 15 de janeiro de 1907, sepultando-se no cemitério público de Caicó.

Foi uma vida longa, agitada, cheia de peripécias as mais interessantes, a dêsse chefe político local que, pobre, desajudado de recursos, com pequena instrução que pouco ia além da escola primária, chegou a altas situações e participou, como ator dos principais, de um grande período da história política norte-riograndense, no fim da Monarquia e no comêço da República.

De José Bernardo escreveu José Leão, o denodado propagandista da República, o biógrafo ilustre de Silva Jardim: «Um homem que a nada se poupa e que é capaz de dirigir um partido inteiro», e, mais adiante: «êsse desinterêsse do ilustre sertanejo é o característico mais nobre e saliente do superior talento e nobres qualidades do benemérito chefe liberal».

Realmente, José Bernardo foi durante tôda a sua vida êsse homem que a nada se poupou a fim de servir à causa do seu partido, um desprendido e desinteressado, preocupado exclusivamente com o bem de sua terra e a paz do seu povo, na defesa de cujos interêsses se colocou sempre com a maior altivez e hombridade.

Nisso, foi bem o reflexo do Seridó, a terra generosa do seu nascimento e do seu túmulo, a que serviu em tôdas as horas, e a cujos filhos legou o mais belo e saudável exemplo de desprendimento e de civismo.

IV — FERREIRA CHAVES

Ao se ultimar a organização institucional do país sob a forma republicana, federativa e presidencial, desaparecidos os partidos tradicionais, que a monarquia havia criado e ia aos poucos consolidando, as forças políticas mais ponderáveis, trazidas à tona pelo novo regime, aglutinaram-se no Congresso Nacional, sob a direção unipessoal de Francisco Glicério, o general das 21 brigadas, como se dizia então, porque tinha sob seu comando parlamentar as 21 bancadas representativas na Câmara Federal dos 20 Estados e do Distrito Federal.

Criou-se, então, o Partido Republicano Federal, sob a chefia daquele ilustre representante da política paulista, vindo da propaganda republicana, de que fôra um dos mais combativos e prestígio-
s elementos.

O país estava em uma fase de grandes agitações que culminara na revolução federalista que se iniciara no govêrno de Floriano Peixoto e continuara no de Prudente de Moraes. Em breve, e a propósito da anistia que alguns chefes republicanos, entre êles Campos Sales, reputavam imprescindível conceder aos revolucionários gaúchos com o fim de pacificar o país, surgiram as primeiras divergências, que conduziram à cisão de 1897, determinada ocasionalmente por um revolta da Escola Militar, mas de que sucessos anteriores revelavam já positivas manifestações.

A situação política do Rio Grande do Norte era então dirigida pelo gênio político de Pedro Velho, e o govêrno do Estado estava entregue ao Dr. Ferreira Chaves, que era dentro da organização política estadual, depois do chefe incontestado, a figura de maior relêvo e graduação.

Foi por essa época que, concluídos os meus estudos primários na Escola Pública do Professor Tomas Sebastião de Medeiros, em Acari, iniciei o meu aprendizado ginásial ou o meu curso de preparatórios, com então se dizia. Minha família participava então, e ativamente, da política. Meu avô materno, José Bernardo, era, desde a Constituinte de 1891, Senador Federal, e meu avô paterno, Silvino Bezerra, havia terminado o seu mandato de Vice-Governador, no primeiro período republicano, e ambos eram chefes de incontestada força eleitoral na Zona do Seridó. Meu pai, Manuel Augusto, era deputado à Assembléia Legislativa norte-riograndense.

Vivi, assim, na minha adolescência (tinha eu então 13 anos de idade) em um meio familiar em que a política era o assunto de todos os dias. Natural era, pois, a minha curiosidade e explicável o meu interêsse pelas coisas e pelos homens que encarnavam o pensamento partidário do momento.

Chegando a Natal, revelei o desejo de ver o Palácio do Governo e conhecer o governador, que, na minha imaginação de menino sertanejo, devia ser um homem diferente dos outros, e fui por meu pai atendido.

Ferreira Chaves era então um homem moço, forte, inteligente, acolhedor.

Na cisão Glicério — Prudente de Moraes, como é de uso e prática nos países presidencialistas da América Latina, raras foram as situações dominantes nos Estados que não esqueceram seus compromissos com o general das 21 brigadas, e, mesmo dentre os fiéis da primeira hora, ainda alguns descobriram pretextos para, no meio da caminhada, se passarem para as fileiras do governismo.

Ocorreu então a sucessão presidencial, candidatos Campos Sales pelas hostes obedientes ao Catete e Lauro Sodré pelos remanescentes do Partido Republicano Federal.

Dois pequenos Estados, o Paraná e o Rio Grande do Norte, mantiveram seus compromissos partidários, (digo dois pequenos Estados reportando-me àquêles tempos de 1897 e 1898, porque o Paraná é hoje sem favor um grande Estado) e fizeram triunfante nos seus colégios eleitorais a chapa oposicionista — Lauro Sodré-Fernando Lôbo contra a situacionista — Campos Sales-Rosa e Silva.

Há um documento da época que bem retrata a firmeza e lealdade de um político de evidência, um chefe autêntico, Pedro Velho. É uma carta por êle endereçada a meu avô, o Senador José Bernardo, a 9 de fevereiro de 1898.

Ei-la nos seus trechos mais incisivos: «Você conhece melhor do que ninguém como eu pensava sobre candidatura à presidência da República. Antes da cisão, pensei no Campos Sales e confesso que também no Rosinha como uma prova de boa vontade aos neo-quinzenovembristas. Acresce que, quanto ao primeiro, as impressões que dêle tinha como govêrno eram as mais gratas. Quando eu não passava de um debutante na política, sempre me atendeu e procurou servir, e fê-lo, estou certo, por considerar-me, como em verdade me reputo, um bom, leal e esforçado amigo da República. Senti não poder conversar com êle quando estive ultimamente no Rio. Dada a cisão (não me arrependo no que respeita ao Prudente: não foi amigo nem como 5 e está sendo inimigo como 500), meu candidato, de acôrdo com Pinheiro, Vitorino e outros, passou a ser o Júlio. Lembra-se como falei claro e firme ao Glicério que me parecia estar marombando. Penso que o C. Sales é por muitos títulos capaz de governar honrada e dignamente o Brasil. Vejo com lástima a miséria de certos safardanas que procurarão bajular o eminente paulista sem o estimar, nem comungar o seu programa; reconheço que a eleição do Lauro em que nunca podemos acreditar

vai ser uma fiasqueira ridícula mas repugna-me em absoluto faltar a compromissos, buscando pretextos sem fundamentos sérios e dignos para um tal proceder. Não fui patrono da candidatura do Lauro, com outros que já deixaram no mato sem cachorro...» E acrescentava: «Aborreci-me com as trapalhadas da Convenção, mas assinei. Os homens políticos que têm responsabilidades e algum valor intrínseco não podem ser saltibancos: do contrário ninguém, em tempo algum, poderia confiar nêles. São os meus moldes de aldeia e ainda os reputo os melhores».

Era esta a orientação firme, retilínea, do chefe do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte. Não era outra a do Governador do Estado, cuja deposição se preparava e se anunciava todos os dias. O Presidente Prudente de Moraes, enchia as repartições federais de funcionários hostis à situação estadual. Tôda a oficialidade do 34.º Batalhão de Infantaria fôra também adredemente composta de filhos do Rio Grande do Norte com tendências políticas contrárias aos que estavam dominando no Estado. Trava-se o pleito a 1 de março, e o situacionismo local perde a eleição na capital, embora vença com grande margem nos demais municípios do interior. Naquele mesmo dia realiza-se em Natal, (as notícias do interior ainda não haviam chegado, salvo as dos raríssimos municípios servidos por linha telegráfica) uma estrepitosa manifestação promovida pela oposição ali vitoriosa. Uma passeata sai à rua com a presença de muitos oficiais do Exército, com discursos inflamados, revolucionários, proferidos por oradores fogosos, entre êles Nascimento Castro, antigo membro de uma das Juntas Governativas do começo da República, advogado de nota, figura de relêvo excepcional. Tudo indicava que havíamos chegado ao dia da deposição tantas vezes anunciada. Os correligionários de Pedro Velho e Ferreira Chaves enchem os salões do Palácio do Govêrno, e, não sei porque eu criança então de pouco mais de 13 anos de idade, também achei de penetrar na casa do Govêrno. Naquele momento, e diante do que presenciei, a minha simpatia pelo governador Ferreira Chaves transformou-se em admiração. Empolgou-me a sua atitude serena, enérgica, decisiva, pronta a oferecer tôdas as resistências, se preciso fôsse até o sacrifício da própria vida, na defesa do prestígio da autoridade e no interesse da manutenção da ordem pública. Em breve a passeata se dissolve, perdido o entusiasmo da hora primeira em face das notícias que começavam a chegar do insucesso eleitoral do oposicionismo potiguar nas zonas sertanejas e também diante da varonil atitude de Ferreira Chaves, cujo prestígio na opinião do Estado se consolidou definitivamente naquele momento, como não podia deixar de acontecer, provado como ficou que se tratava incontestavelmente de um homem forte.

Terminado o seu período governamental, e com o falecimento do Senador Almino Afonso, Ferreira Chaves é mandado por seu partido para o Senado da República, onde, a breve trecho, conquistou notável situação de simpatia e prestígio, membro de comissões as mais importantes e mais tarde primeiro secretário da sua mesa diretora, pôsto a que serviu por alguns anos. Ligou-se intimamente a Pinheiro Machado que lhe dispensava incondicional confiança.

Por volta de 1907, no govêrno Afonso Penna, surge nos horizontes do país o chamado Jardim da Infância, capitaneado por uma pleiade de jovens e brilhantes políticos, Carlos Peixoto à frente, visando ao rejuvenescimento dos quadros dirigentes da política nacional e, mais imediatamente, à queda de Pinheiro Machado, então o chefe onipotente, o másculo condutor dos destinos nacionais no que se referia à sua vida partidária.

Desertam do morro da Graça muitos dos seus frequentadores diários, mas Ferreira Chaves permanece ao lado do chefe das horas de bonança, firme, leal, sem restrições.

Nessa ocasião, vim residir no Rio de Janeiro, fiscal do Govêrno Federal junto ao Colégio Abílio, na Praia de Botafogo, e todos os domingos ia almoçar com alguns outros conterrâneos na residência de Ferreira Chaves à Rua do Viana, em São Cristóvão, e foi nessa época que mais de perto pude aquilatar das virtudes daquele homem de clara inteligência, de caráter inflexível, de probidade inexcedível, para quem a vida pública só podia ser conduzida pelas inspirações do dever para com o bem público.

Sobrevém o Govêrno Hermes, e com ele o período das *salvações*. É o baquear sucessivo e vertiginoso das oligarquias estaduais: Lemos no Pará, Rosa e Silva em Pernambuco, Malta em Alagoas, Nery no Amazonas, Acioly no Ceará. Por tôda a parte cedem e tombam os chefes até então considerados invencíveis das várias organizações políticas dominantes nas unidades federativas. Não cai a do Rio Grande do Norte, a despeito do gigantesco esforço do arrojado e brilhante de J. da Penha, a dirigir a batalha demolidora, e não cai porque, por um lado, Pinheiro Machado retomara o seu ascendente junto ao Govêrno Hermes da Fonseca, e, por outro lado, havia como bandeira o nome sem mácula de Ferreira Chaves, o candidato com que as fôrças situacionistas locais, sob o comando de Alberto Maranhão, se apresentaram às urnas para a disputa memorável. J. da Penha lançara mão do nome de Leônidas Hermes, filho do Presidente da República, para competir com Ferreira Chaves. Supunha ser um golpe decisivo. A todos procurou para ajudá-lo, alegando que era preciso derrubar a bastilha oligárquica dos Maranhães, encarnando o poder desde os primeiros dias da República, e no momento sob a direção de Alberto

Maranhão e Tavares de Lyra, genro êste e irmão aquêle de Pedro Velho, o grande chefe da propaganda republicana desde o início do regime, falecido pouco tempo fazia. Era eu, já então, juiz de direito da comarca de Caicó, cidade do meu nascimento. Fui um dos procurados por J. da Penha, a quem respondi demitindo-me da magistratura para entrar na liça... mas contra a candidatura de que Penha se fizera arauto.

É que não podia eu admitir a preterição de um nome que era uma tradição de honra e de civismo, nos fastos da vida republicana do Estado, por um moço, ilustre embora, cuja candidatura só era apresentada, por ser êle filho do Presidente da República.

O Presidente Hermes conduziu-se no caso com a maior dignidade e fez com que o filho desistisse da empreitada insensata.

Estávamos vitoriosos, e Ferreira Chaves retornava ao Govêrno do Estado, cujo território percorreu palmo a palmo, com a consagração pelo voto da confiança popular.

Empossado em 1914, de logo me distingue com a designação para seu Secretário Geral, pôsto em que me conservei durante 10 meses, tendo então de demitir-me para disputar um lugar na representação federal.

Durante êsses 10 meses de íntima e diária convivência, pude bem apreciar novas facetas do espirito e do caráter de Ferreira Chaves, já agora considerando o seu amor pelo bem público como administrador, preocupado com todos os problemas interessando ao progresso do Rio Grande do Norte e à felicidade dos norte-riograndenses.

Na sua primeira administração — 1896-1900 — o seu lema fora o da manutenção e defesa da ordem, fiel à palavra de Waldeck Rousseau que tantas vêzes repetia: — *«Croyez moi, mes chers concitoyens, l'atteinte même légère, à l'ordre est un danger. C'est pour la conjurer que je m'adresse à votre patriotisme et que je vous dis: — Aimez et pratiquez l'ordre»*.

Na segunda, a que se iniciava em 1914, ainda não era esquecida a defesa da ordem, e assim um dos seus cuidados essenciais foi o combate sem treguas ao banditismo que, por algum tempo, tanto prejudicou alguns recantos do nordeste e que nos sertões do Rio Grande do Norte, Ferreira Chaves conseguiu exterminar definitivamente, negando pão e água aos chefes políticos locais que de qualquer forma favoreciam ou simplesmente condescendiam com a praga nefanda. Ainda aí não era esquecida a defesa da ordem, repito, antes redobradas as providências para dar-lhe o primado necessário, mas se cuidava também dos outros aspectos essenciais da vida pública do Estado, nenhum dos quais era pôsto de lado.

Na propaganda de sua candidatura, Chaves prometera repetidamente aos potiguares que lhes daria, se vitorioso, um govêrno

do que a Ferreira Chaves. Por ele foi nomeado governador geral do Estado, por ele foi indicado para a Câmara Federal em 1915, ano do meu ingresso nesta Casa do Parlamento brasileiro, em 1923 para o cargo de Governador. Mas não é somente isso que lhe devo. Foi na sua convivência, longa, constante, pacífica, ininterrupta mesmo quando as contingências políticas nos colocaram em campos opostos, que cultivei a mais sã das lições, a do roteiro de toda a sua longa vida, lição que não me arrependo de ter-me orgulho de seguir sem desfalecimento: — a de que não é preciso deixar de ser homem de bem para ingressar na política.

De Ferreira Chaves, e como sintete de sua existência, a justiça manda que eu diga que por todos os pontos pelos quais passou na magistratura, no governo, no parlamento, numa longa caminhada em busca da felicidade do povo, foi sempre aquilão que também era na vida privada: um homem de bem, *vir probus*.

O PRIMEIRO HISTORIADOR DO BRASIL EM ESPANHOL (*)

CLAUDIO GANNS

I — O HOMEM

Gabriel Soares de Souza foi um inteligente colono português, de origem fidalga, que, aí por volta de 1569, se passou ao Brasil.

Dão-no alguns, como natural de Lisboa (Diogo Barbosa Machado — 1742 e Nicolau Antônio — 1788). Outros — como do Ribatejo (Varnhagen, Inocêncio e Pirajá da Silva). A declaração, no seu testamento, feito em 1584, de que existiam duas irmãs suas, viúvas, residentes em Lisboa, reforçaria a primeira hipótese. A referência, na sua famosa «memória» (1587), à pujança do rio Zezêre «quando se mete no rio Tejo» (Cap. XXVII — 1ª parte) e a alusão às «esteiras das tábuas de Santarém» (Cap. XIX — 1.º) — inclinariam para a segunda (1).

(*) Introdução à publicação de Ms — em espanhol, «Derrotero general de la Costa del Brasil» — de Gabriel Soares de Souza, recentemente editado pelo «Instituto de Cultura Hispânica» (Madri — 1958 XXXIII — 305 págs. 27 grav. e índice).

(1) Não parece razoável essa observação de Varnhagen. Gabriel Soares de Sousa também se refere (Cap. XXVIII — 2ª parte) ao rio Jaguaripe «tamanho como o Douro»; noutro ponto (Cap. XXIX — 2ª) diz do rio Iraguá; «onde êste rio é como o Tejo, de Villa Franca para cima». No Cap. XXX — 2ª parte, falando do Jaquirijape, assinala: «êste rio é tão famoso como o de Guadiana, mas tem muito mais fundo». Que concluir daí? que Gabriel S. de Sousa tinha êsses conhecimentos *de vista* ou de outiva, mas nada disso precisa-lhe a naturalidade. Também Gabriel Soares descreve toda a costa do Brasil, então conhecida; mas só esteve na Bahia, quando chegou e onde residiu, em Pernambuco (1584) — quando foi à Espanha, e em Sergipe na volta (1591), quando naufragou. Do interior só fez duas travessias: a de Sergipe-Bahia, após o naufrágio e de Bahia ao São Francisco na malograda expedição (1591); entretanto descreve com minúcias todo o Recôncavo. Que concluir disso? apenas que êle leu as cartas antigas, os roteiros e informou-se pessoalmente, de outros, — que os viram, em pontos aonde êle não foi. Mais nada.

De resto, em muitos outros pontos há referências à Espanha, e daí não se infere que Gabriel Soares fôsse espanhol — mesmo quando afirma que Pedro Nunes, cosmógrafo de D. Sebastião foi «o maior homem de Espanha» (Cap. LXXIV, *in fine*).

O que se sabe, de certo, é a sua arribada na Bahia, na armada de Francisco Barreto, que ia à conquista africana de Monomotapa (Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, pág. 330). Com outros, ali ficou.

A armada saíra de Lisboa em 16-4-1569 e chegou afinal a Moçambique a 16-5-1570. A data da chegada à cidade do Salvador depreende-se clara do depoimento dos Jesuítas que, em 1592, respondem aos «Capítulos» de Gabriel S. de Souza, escritos injustamente contra eles (2): «quando o informante veio ao Brasil, *que foi no ano de 69*, já os Padres havia vinte anos que estavam nele» (Com Tomé de Sousa — 1549). Diogo do Couto o confirma (Da Ásia «Década IX». Lisboa, 1786, cap. XX).

Foi senhor de engenhos de açúcar, na Bahia, tendo-os construídos, o primeiro na sua fazenda de Jaguaripe, (Graciosa) onde havia uma igreja de São Lourenço e depois, no Jequiriçá, próximo à Vila Velha. Tinha um irmão, João Coelho de Sousa — que passou cêrca de três anos, como arrojado bandeirante, devassando o sertão baiano, onde morreu, nas margens do rio Paraguaçu.

Gabriel Soares já era então homem abastado (vide Testamento) (3). Casara-se na Bahia com D. Ana de Argolo, nascida em 1552 de quem não houve descendência.

Em 25 de maio de 1582, assinou o auto da aclamação e juramento de fidelidade, prestado pelo Senado da Câmara da Bahia a Felipe II, rei de Espanha. Era vereador na cidade de Salvador.

Essa «entrada» de João Coelho — dizem — foi devida às narrações de outro atrevido bandeirante — Antônio Dias Adorno, feita aos seus hospedeiros quando, de regresso, pousou no engenho Jequiriçá (Vide «Memória» de G.S.S. Cap. XI da primeira parte, *in fine*).

Afirmam alguns cronistas que João Coelho, depois de haver subido para além de Sumidouro (Cachoeira de Paulo Afonso) mais de 100 léguas — na volta, ao falecer, mandou entregar ao seu irmão um «roteiro» da sua bandeira, com amostras de pedras preciosas e terras argêntas e auríferas. Êsse, o móvel da partida de Gabriel Soares para a Espanha, quando saiu da

(2) Êsses «Capítulos» estão publicados nos «Anais» da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (vol. 62 — pág. 348 — 1942).

(3) Descoberto por A.J. de Melo Moraes (*Brasil Histórico*, 1866, págs. 248-252) e republicado por Pirajá da Silva (na Introd. da *Notícia do Brasil* — ed. de São Paulo, 1944). Também em Varnhagen (*História Geral*). A melhor edição é a do *Livro Velho do Tombo da Bahia* (1945).

Bahia em agosto de 1584, com destino a Pernambuco, onde chegou em setembro, segundo o testemunho de Sarmiento de Gamboa (apud R. Garcia).

Gabriel Soares de Sousa faz referência a *esse* relatório na sua aludida «Memória» (Cap. XX da 1.^a p. *in fine*), quando declara: «como se verá do roteiro que se fez da sua jornada». Não será *esse* relatório o Ms. «Relação do Descobrimento das Esmeraldas», atribuído a *êle* — a que fazem referência Barbosa Machado e Barcia — considerando perdido no incêndio da Livraria do Conde de Vimieiro (1755) conjuntamente com o Ms «Original» do trabalho de G. Soares de Sousa? (4).

Quando se dispõe a partir, para obter do Rei de Espanha os privilégios na descoberta de minas, pelo sertão baiano, até o rio São Francisco, Gabriel Soares fez testamento na Bahia (1584) e, declarando-se sem filhos, deixou os seus bens para o Mosteiro de São Bento na cidade do Salvador — com a condição de serem enterrados, *êle* a sua mulher, na respectiva capela. *Êle* possuía então, além da fazenda de Jaguaripe e engenho no Jequiriçá, casas e terrenos na própria capital (Vide Testamento).

Deve ter regressado a Europa, por volta de 1586, passando-se de Lisboa a Madrid, — aonde vinha pleitear os favores das descobertas das minas. Indico essa data porque o próprio Gabriel Soares na carta dedicatória da sua «Memória», declarou haver «passado 17 anos» no Brasil. Se ali chegou na frota de Francisco Barreto, em 1569 — só aquela data confere. Há outros, entretanto, que afirmam haver *êle* chegado ali em 1564. Nesta hipótese, a partida da Bahia tendo sido em 1584, *êle* teria estado no Brasil 20 anos. Como, por outro lado, conciliar *êsses* 17 anos entre a sua chegada em 1569 e a sua partida em 1584? São 15 e não 17 anos de intermédio. Teria *êle* ficado dois anos em Pernambuco, a colhêr dados para a sua «Memória»? Fica o problema a ser resolvido, quando outros documentos apareçam, que confirmem ou desfaçam a afirmação de Gabriel Soares (5).

Na Córte de Madrid permaneceu Soares por largo espaço de tempo. Aqui «passou a limpo» os seus escritos, que em carta-dedicatória ofertou a D. Christovam de Moura, valido de Felipe II, certo para melhor se acreditar perante o favor do Mo-

(4) É curioso assinalar o «anonimato» que o próprio Gabriel S. de Sousa se impõe no seu trabalho. Fala sempre na terceira pessoa, quando trata de si (Cap. 40 da 1.^a pág. e 29 e 30 da 2.^a). É provável que não tivesse mesmo assinado a carta-dedicatória de 1-3-1587 a D. Cristóvão de Moura e daí as «cópias» anônimas que lhe deram outra atribuição.

(5) Os jesuítas em resposta aos «Capítulos» dizem que G. Soares passou fora de sua casa sete anos. Portanto: 1591-7=1584, data da sua saída da Bahia, o que não exclui o interregno de 1584 a 1586, em Pernambuco, para harmonizar com a que declara o próprio Soares.

marca : «as quaes (lembranças) tirei a limpo nesta Côrte, em este quaderno, emquanto a delação dos meus requerimentos me deu para isso lugar».

Essa demora, em atender ao deferimento do seu pedido, foi até 1590, quando (a 18 de dezembro) obteve os despachos necessários (descobertos em Portugal, por João Francisco Lisboa e publicados por F.A. de Varnhagen na «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro» (Tomos XXI, págs. 457-465 — 1858 — São 13 C.R.).

Alcançou várias vantagens e honrarias — para si, parentes e auxiliares, se a expedição lograsse êxito, inclusive os títulos de governador e capitão-mor dos terrenos descobertos, e, para si, o de marquês — depois requerido por seu companheiro de viagem D. Francisco de Sousa, que ia de Governador para o Brasil. Partiram de Lisboa a 7 de abril de 1591, em duas «urcas» flamengas — cujos nomes não se apurou exatamente : uns chamam a em que ia Gabriel Soares, *Grifo Dourado*, outros : *Abraham* (6) ou seriam os nomes de ambas?

Trazia o pessoal competente para a expedição : 360 homens de armas, quatro religiosos e um «homem experiente». Seria Marcos Teixeira? Avistou a barra do Vaza-Barris (Sergipe) em 15 de junho — tendo ali sofrido avaria. Socorrido por outro barco, êste levou os «salvados» do quase naufrágio para a cidade do Salvador. Gabriel Soares seguiu, com oficiais e soldados, já enquadrados em forma militar, por terra. Chegando a Bahia, foi recebido por D. Francisco de Sousa, que cumpriu as determinações reais : mandou entregar-lhe 200 índios frecheiros das Aldeias dos Jesuítas, os voluntários que arrolasse e o necessário para preparar armas e munição. Seguiu para o seu engenho, em Jaguaripe — onde organizou afinal em definitivo a sua «bandeira» e se embrenhou pelo sertão (Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil* — págs. 350-351 — apud Pirajá da Silva).

Essa «entrada» está minuciosamente narrada por José Luís Batista, retificando enganos anteriores de Frei Vicente do Salvador e do próprio Varnhagen. (*História das entradas*, in 1.º Congresso Nacional de História — Rio — Tomo especial — Parte II, pág. 20).

Basta dizer que, de 50 em 50 léguas, seguindo instruções reais, levantava uma «casa forte» ou fortaleza, para defesa contra os índios, provida de artilharia. Chegou a erguer duas. Foi parar próximo do rio Paraguaçu, onde faleceu o seu irmão. Ai adoeceu de febre palustre, em virtude de águas impuras e morreu.

(6) *Denunciação da Bahia*, 1591-1593, pág. 514.

tristemente, abandonado pelos seus companheiros de expedição (7).

Morto Gabriel Soares, o seu substituto (mestre de campo Julião Costa) escreveu ao governador pedindo ordens. D. Francisco de Sousa mandou que a expedição regressasse. Não recebeu os seus componentes. Apoderou-se do «roteiro» (8) e obteve depois (1608) os mesmos privilégios que Gabriel Soares perdera, com a morte — quando em novembro de 1607 foi nomeado para governador Geral do Sul do Brasil (vide : Rio Branco — «Efe-merides» 2-1-1608).

Alguns anos mais tarde o seu parente Bernardo Ribeiro trasladou os restos de Gabriel Soares para o Mosteiro de São Bento — onde ficou sepultado, segundo a sua vontade expressa, com uma lápide por cima, encobrendo-se de novo, na humildade cristã do anonimato, com os dizeres por êle determinados : «Aqui jaz um pecador» !

De Gabriel Soares de Sousa não se sabe o nome dos pais. Ignora-se ainda o lugar exato do seu nascimento, em Portugal. Não se encontrou também, até agora, a certidão do seu casamento.

A mulher que teve (Ana de Argolo) não lhe deu filhos e convolou novas núpcias. A miragem da fortuna fabulosa, sorriu-lhe esquiua, na esperança das verdes esmeraldas... O Ms que sôbre elas escreveu (certamente das narrações de Adorno e João Coelho) perdeu-se, juntamente com o «original» da sua própria «Memória» passados da Biblioteca de Severim de Faria, para a do Conde de Vimieiro, desbaratada no incêndio, por ocasião do terremoto de Lisboa (1755).

Teve o mau gôsto ou melhor a ingratidão de indispor-se e escrever contra os padres jesuítas que, afinal, foram os mestres da nossa recente formação. Mas foi amigo dos beneditinos, a quem legou «tôda a sua fazenda» (Vide : Testamento). Parece que, no fim, já não eram muitos êsses bens : as dívidas com a «expedição» os havia minguada. A única coisa que dêle restou

(7) Outra versão assinala que, antes, êle interviera, enêrgicamente armado, num conflito entre índios mansos e outros já capturados; e êstes, aborrecidos fugiram, deixando-o praticamente impossibilitado de prosseguir.

(8) Êsse «roteiro» tanto pode ser o de João Coelho de Sousa, quanto o outro cuja cópia foi fornecida, mais tarde, ao seu primo Belchior D'as Moreira (neto do Caramuru) aludido romanescamente nas *Minas de Prata*, de José de Alencar. Belchior, por sua vez, em 1593, se interna pelo sertão onde permaneceu cêrca de oito anos — levou em sua companhia o mineiro Marcos Ferreira, da expedição de Gabriel Soares. Mas Alencar, com imaginação, confunde a «entrada» de 1591 de G. Soares com a de Robério Dias, filho daquele.

e lhe deu glória foi a sua famosa «Memória» anônima: «Roteiro do Brasil»

II — A OBRA

A «Memória» de Gabriel Soares de Sousa é a mais notável e completa notícia que se escreveu sobre a terra e a gente do Brasil no 1º século (1587). Ele foi, talvez, cronologicamente o primeiro cronista civil que viveu naquela terra (Bahia), no século inicial da sua existência, e que escreveu em língua portuguesa. (As cartas jesuíticas e os «relatórios anuaes» de Anchieta, Nóbrega e Cardim não contam — porque visavam outra finalidade, a espiritual, da catequese — e não tiveram divulgação contemporânea, confinados nos arquivos da Sociedade de Jesus (9).

Gabriel Soares de Sousa é considerado pelos eruditos e historiadores brasileiros, como o mais completo cronista, em referência ao século XVI. Francisco Adolfo de Varnhagen, Oliveira Lima, Calógeras, Rodolfo Garcia, Carlos Teschauer S.J., José Honório Rodrigues, Domingos Jaguaribe, Artur Neiva, Afrânio Peixoto, Afonso Costa e Pirajá da Silva, gabam-lhe os méritos, louvam-lhe o escrito. Capistrano de Abreu chamou-lhe (a «Memoria») «a enciclopédia viva do século XVI» — conceito repetido, quase com as mesmas palavras, por Eugênio de Castro.

Os estrangeiros são unânimes no aprêço que lhe dão ao trabalho e as observações: C.F. von Martius, Ferdinand Denis, A. Metraux, Lafone Quevedo, Jaime Cortesão.

Apesar de permanecer por muito tempo inédito, correram dele cópias e apógrafos, anônimos, e foi amplamente utilizado por outros, que o seguiram: Simão de Vasconcelos (1663), Jaboatão (1761), Southey (1810) e Aires do Casal (1817) (10).

(9) Os trabalhos, em francês, de André Thevet (Paris — 1558) e de Jean de Lery (La Rochelle — 1578) e os, em alemão, de Hans Staden (Frankfort — 1556) e Ulrich Schmidel (1556) são episódios esporádicos. O de Pero de Magalhães Gandavo, editado em Lisboa (1576), embora em português, é de autor que não esteve no Brasil, segundo depõe Pedro Calmon (*História do Brasil* — Tomo I — 1940, pág. 210). Era escrivão, na Torre do Tombo, da qual se servia para colher dados para a sua história. Contra a opinião de Pedro Calmon, levanta-se, todavia, a afirmação do historiador quinhentista, que, no prefácio do seu trabalho, declara ter sido *testemunha de vista dos fatos* (Ed. do Instituto Histórico — Revista n.º XXI — 1858) passados no Brasil. Quando? Em 1570? O Ms que existe, na Biblioteca do Escorial, dessa sua *História da Província de Santa Cruz* — é de 1575.

(10) Varnhagen assinala também Frei Vicente do Salvador, cronista contemporâneo de Gabriel Soares. Mas Pirajá da Silva demonstra que este não poderia ter tido diretamente conhecimento do Ms de Soares, mas sim através dos «Diálogos» de P. Mariz (1597).

Essa «Memória», êle a deve ter escrito, não em 1587, como assevera Varnhagen — por a ter entregue a D. Christovam de Moura nessa data (Carta-dedicatória de 1-3-87), mas seguramente antes : «obrigado de minha curiosidade fiz, por espaço de 17 anos que residi no Estado do Brasil, muitas lembranças por escrito, do que me pareceu digno de notar» (Carta-dedicatória) (11).

Neste último período, a partir de 1586, a nosso ver, Gabriel Soares permaneceu em Madrid, pleiteando na Côrte de Felipe II as concessões para a descoberta de minas no interior do Brasil, que afinal obteve (1590) e regressando à Bahia, aprestando a sua «bandeira», penetrou o interior, passando pelo seu engenho, seguindo na direção do rio São Francisco e morrendo no caminho. Tinha privilégio real para as minas que descobrisse e o título : capitão-mor e governador das conquistas e descobrimento do rio São Francisco (vide : Rio Branco — «Efemérides» — 10-7-1592).

Os originais desse famoso documento, escrito primitivamente em português, a língua do autor — parece que se perderam, talvez no incêndio da Livraria preciosa do Conde de Vimieiro, na ocasião do terremoto de Lisboa.

Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto-Seguro), o maior historiador brasileiro do século passado, andou aqui, em buscas infatigáveis (1847) para descobri-lo. Em vão. Esteve até em Valência, na Biblioteca que pertenceu a D. Christovam de Moura — depois propriedade do Príncipe Pio e não o encontrou.

(11) Jaime Cortezão no seu livro *Gabral e as origens do Brasil* (Rio, ed. 1944) procura localizar a data da redação por volta de 1580, salvo a parte da Bahia, que é sem dúvida mais recente (há referências a fatos passado ali em 1584). Demonstra como G. Soares se aproveitou, na 1ª parte do seu trabalho, do Atlas Roteiro de Luís Teixeira, embora impresso no ano de 1612 — foi redigido na Bahia (1574). Acrescenta, ainda, que providências foram tomadas para a fortificação de São Vicente, que Soares reclama, dada a invasão de Tenton em 1583, foram logo depois tomadas (Ob. cit., pág. 60). Portanto, o escrito de Soares, nessa parte, é anterior aquela data. Restará saber se G. Soares teria conhecido também o *Tratado da Terra do Brasil* de Gandavo, redigido por volta de 1570, ou antes (Ob. cit., pág. 85), embora este tivesse ficado então inédito, e a *História da Província de Santa Cruz* cuja edição é de 1576 (Lisboa) o Ms do Escorial é de 1575. Confrontando-os, vê-se que a história de Gandavo só tem 14 capítulos e a de Soares 74 na 1.ª parte e 196 na 2.ª. Embora tratem ambos de temas semelhantes, o de Soares pela sua minúcia e agudeza de informações é tão importante e meritório, que se julgou até não fôsse trabalho dele ou de um só homem (Zeferino Cândido, Basílio de Magalhães).

Deixou tão só a indicação de que talvez êsse mesmo Ms original se escondesse na Biblioteca do Conde de Vila Umbrosa, em Palma da Maiorca (Códice citado por Barcia) (12).

Não se encontrando o «original» existiam, entretanto, aqui e em Portugal, cêrca de 20 apógrafos, em português, que foram vistos por Varnhagen.

Ouçamos o próprio Varnhagen, em 1851 : «não há dúvidas senhores que foi o desejo de ver o exemplar da Biblioteca de Paris o que mais me levou a essa capital do mundo literário em 1849. Não há dúvida que, além dêsse Códice, tive ocasião de examinar uns vinte mais. Vi três na Biblioteca Eborense, mais três na Portuense, e outros na das Necessidades, em Lisboa. Vi mais dois exemplares existentes em Madrid; outro mais que pertenceu ao Convento da Congregação das Missões e três da Academia de Lisboa, um dos quais serviu para o prelo, outro se guarda no seu arquivo e o terceiro na Livraria Conventual de Jesus. Igualmente as três cópias de menos valor que há no Rio de Janeiro (uma das quais chegou a estar licenciada para a impressão), a outra da coleção Pinheiro na Tôrre do Tombo, e uma que em Niewied me mostrou o velho Príncipe Maximiliano, a quem na Bahia fôra dada de presente. Em Inglaterra deve seguramente existir, pelo menos o Códice que possuiu Southey, mas foram inúteis as buscas que ali fiz após êle; e no Museu Britânico nem sequer encontrei notícia de algum exemplar». (*in* Introd. a ed. de 1851 — na Revista do Instituto Histórico — Tomo XIV) (13).

(12) Outra pesquisa recente, promovida a pedido do interessado, pelo Ministro Licurgo Costa, em Palma da Maiorca, declara que dita livraria está há muito dispersa (há cêrca de 200 anos), não havendo notícias, nas quatro bibliotecas locais, do referido Ms. Informa-me o pesquisador brasileiro, Sr. Eliseo Araújo Lima que a biblioteca e arquivo de Vila Umbrosa pertencem à família ducal de Albuquerque (Madrid). Nessa biblioteca e arquivo não há nenhuma referência a Gabriel Soares de Sousa. Pois bem o Ms *incompleto* da Biblioteca Nacional de Madrid foi de propriedade do Marquês de Montalegre, como está anotado na folha inicial, com a sua própria letra. É de se supor, portanto, que êsse é que é o Ms de Vila Umbrosa. Ademais, o Marquês de Montalegre, (Vila Umbrosa) nos finais do século XVI já identificava o Ms, como sendo de Gabriel Soares de Sousa — conforme ali está assinalado.

(13) Os Mss consultados por Varnhagen, em Madrid, devem ser os da Biblioteca Nacional (Seccion de Mss ns. 3.007 e 3.139. Os da Biblioteca Pública do Pôrto tem as seguintes indicações : ns. 119, 1.041 e 610 (Vide: Catálogo respectivo com prefácio de Magalhães Basto. Ed. (1938). Na Biblioteca da Ajuda (Lisboa) há quatro exemplares : Mss ns. 51-IX-14, 51-IX-15, 51-IX-16 e 51-IX-28). Num dos Mss de Évora, no Tombo, tem o título em papel : «Cunha»; *Noticias do Brasil*. E, no frontespício, há uma nota que diz ter sido o autor dessa obra (em entrelinha) Francisco Cunha. Varnhagen atribui essa indicação entrelinhada a Aires do Casal, talvez,

Nenhum dêesses apógrafos (exceção de dois que atribuem a Francisco Cunha) no final da carta-dedicatória de 1 de março de 1587, trás a assinatura ou a indicação de Gabriel Soares. Corriam anônimos. Desejo proposital do autor, de ficar encoberto? Por que motivo? Deu isso margem, mais tarde, a atribuição de outro autor: Francisco Cunha, devido a indicação errada aposta com letra diferente, na lombada de um dos Mss do Pôrto (proveniente do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra) e outro na Biblioteca de Évora. Nesse engano caíram vários eruditos, entre os quais: o inglês Southey (1810), o Padre Aires do Cazal (1817), o alemão von Martius (1832) e o francês Ferdinand Denis (1837). Os dois últimos depois do estudo de Varnhagen, corrigiram a primeira impressão (14).

O texto só foi publicado a primeira vez, e ainda assim parcialmente (77 capítulos), por Frei José Mariano da Conceição Veloso, quando dirigiu, em começos do século XIX a «Tipografia do Arco do Cego», em Lisboa, embora sem indicação do autor, sob o título: «Descrição Geográfica da América Portuguesa».

pelo seguinte, que consta da *Corografia* (vol. 2.º, pág. 88): «A razão porque cuído ser o mencionado Ms de Francisco Cunha he por dizer o author, da justificação referida que aquelle fizera um «Roteiro da Costa do Brasil» por ordem de D. Christovam de Moura; e uma cópia, que vi, e que não passa da primeira parte (e não me lembro si tôda) trás uma dedicatória aquelle fidalgo, datada da Côte de Madrid, no primeiro de Março de quinhentos e oitenta e sete. Essa dedicatória falta na cópia, que existe na Biblioteca Real e que he muito maior». Num dos Mss da Biblioteca das Necessidades (in folio 1019 a dedicatória a D. Christovam de Moura, datada de 1-3-1587, trás com letra disfarçada (assevera Pirajá da Silva) a assinatura de Francisco Cunha. Recentemente, o pesquisador brasileiro, Sr. Eliseu Araújo Lima descobriu, na biblioteca da Casa Ducal de Medinaceli (Madrid) outro Ms em *português*, do Roteiro de Gabriel Soares, até agora não mencionado por ninguém. Exemplar formoso, letra do final do século XVI, provavelmente o mais antigo dos até agora conhecidos.

(14) Aires do Cazal diz na sua *Corografia do Brasil* (Tomo I — pág. 42): «Francisco da Cunha ou qualquer que he o auctor do Ms intitulado: «Descrição Geográfica da América Portuguesa, escrito em quinhentos e oitenta e sete. O mais curioso é que, em 1947, se faz a reedição official da *Corografia* e o seu erudito prefaciador Caio Prado Júnior ainda deita a seguinte anotação (pág. XXI — nota 10): «Um documento que vem bastante citado é «Descrição Geográfica da América Portuguesa» de Francisco Cunha. Foi-me impossivel identificar êsse trabalho e seu autor». Bastaria ter lido Varnhagen nos seus trabalhos conhecidos de 1839, 1851 e 1879, nos estudos e nas edições que fêz, para saber da autoria de Gabriel Soares de Sousa.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem um exemplar precioso, obtido em 1928, por doação (15).

Ao depois, a Academia de Ciência de Lisboa, na base de um dos Mss existentes no seu arquivo sempre apógrafos, fêz publicá-lo integralmente, sob anonimato, na sua «Coleção de notícias para a história das nações ultramarinas» (Tomo III — págs. 1-342 — 1825). Aí o título era : «Notícia do Brasil»).

A seguir, saíram apenas 29 capítulos no «Patriota Brasileiro» impresso em Paris, em 1830 — copiados provavelmente de Ms existente na Biblioteca Nacional francesa. Nessa publicação, o título é «Roteiro do Brasil», como o trabalho era mais conhecido, em diversos outros apógrafos.

Adiante, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recém-criado (1838) faz a publicação na sua «Revista» só de 20 capítulos (Tomo I — 3º trimestre — pág. 201 — 1839) dizendo-os extraídos de um Ms pertence à biblioteca de S.M. o Imperador. Parece ser o «Original» (sic) de que se servira Frei Conceição Veloso, para a sua edição parcial do comêço do século.

F.A. de Varnhagen, além de outras descobertas admiráveis, fêz a sua estréia nas letras históricas, publicando as «Reflexões críticas sôbre o escrito do século XVI», na mesma Coleção da Academia de Ciências de Lisboa : isto é, nas «Notícias para a história das nações ultramarinas», em 1839 (Tomo V, nº 2 — págs. 1-120).

Aí se identifica, com abundância de argumentos e rigor de raciocínio, a verdadeira autoria de Gabriel Soares de Sousa : Colono português que esteve 17 anos no Brasil, e na época estava em Madrid, só foi êle; referência ao seu próprio nome no texto, como fazendeiro ali estabelecido (Cap. 40 da 1ª parte. Caps. 29 e 30 da 2ª parte); referência ao seu irmão João Coelho (Cap. 20 da 1ª parte). Essas agudas observações seriam confirmadas mais tarde — pelas cartas régias de Felipe II (descobertas por João F. Lisboa — 1858, pelo «Testamento» encontrado por J. A. de Melo Moraes (1866) e pelos «Capítulos contra os Jesuítas», publicados pelo Padre Serafim Leite (Anais de B. Nacional — Rio, 1942).

Aquêlê trabalho foi que abriu as portas da Academia de Ciências, ao jovem pesquisador, como sócio correspondente.

(15) J.C. Figanière foi quem mencionou primeiro na sua *Bibliografia Histórica* (1850) essa edição. Seguiu-o Inocêncio F. da Silva no seu *Dicionário Bibliográfico* (1858).

É verdade que a autoria de Gabriel Soares já era sabida e Varnhagen honestamente a indica. Vinha mencionada na segunda edição (1597) dos «Diálogos de vária história» de Pedro de Mariz. A primeira a, de 1584, silenciava. Era o testemunho de um autor contemporâneo; a pág. 340 dos «Diálogos» fazia-se a indicação, a margem: «Gabriel Soares — Cap. XVI». Na confrontação dos textos — via-se que a matéria transcrita era a mesma, com as mesmas palavras.

Vinha também referida com acêrto em Diogo Barbosa Machado, abade de Sever, na sua «Biblioteca Luzitana» (Tomo II — pág. 32 — Lisboa — 1745).

Os espanhóis também não faltaram para o esclarecimento da autoria, com o seu voto. Antônio Leon Pinelo, em 1629, assinalara na sua «Epítome da Biblioteca Oriental e Ocidental» (pág. 93) a existência do Ms em português, embora sem designar o autor, na biblioteca do Sr. Conde Duque (Olivares). Mas o adicionador de L. Pinelo (Barcia) no apêndice nº 4 (da ed. de 1738) já acrescenta:

«*Gabriel Soares de Souza*» Derrotero general, en dos partes. Una de la Costa del Brasil, en que por espacio de 300 leguas describe muchos lugares, especialmente de la Baia de Todos Santos — en 74 capitulos; otra de los casos notables de toda la Costa».

Por sua vez, Nicolau Antonio, na 2ª edição da sua obra «Biblioteca Hispana Sive Hispaniorum» (Madrid — 1788), tomo I, pág. 509, diz:

«Gabriel Soares de Souza. Lusitanus. Olisiponensis. Scripsit Cardoso teste: «História do Brasil».

No 2º Tomo (pág. 339) adianta que na biblioteca do Conde de Vila Umbroza existia um Ms anônimo, em português com o título:

«Derrotero y descripción del Estado del Brasil y Baia de Todos os Santos». Dedicado a D. Christovam de Moura».

O estudo crítico de Varnhagen pode, entretanto, ser considerado completo: foi êle quem restabeleceu no século XIX a autoria de Gabriel Soares, já esquecida, na redação do «Roteiro». Tirou a verdadeira atribuição, escoimando-a de interpolações espúrias, de deduções erradas e do próprio anonimato de quase todos os apógrafos, para a merecida reivindicação da memória do

colono lusitano, tão injustamente obscurecida, durante cêrca de 300 anos.

Sem dúvida, êsse trabalho foi também, que deu entrada a Varnhagen no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil como sócio correspondente. Êle morava então em Lisboa. (Vide o parecer da Comissão respectiva — *in* Revista — Tomo 2 — págs. 109-112 — 1840).

Com elementos de estudo, tão significativos, em suas incansáveis pesquisas, F. A. de Varnhagen publica 12 anos depois, integralmente, o texto já expurgado pela confrontação dos diversos apógrafos, e desde aí considerado como definitivo. Saiu na «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro» (Tomo XIV — ano 1851) acompanhado de uma introdução (reedição ampliada e corrigida das «Reflexões Críticas» de 1839) e acrescentada de notas ao texto. O título arbitrário escolhido pelo sábio historiador foi: «Tratado descritivo do Brasil, em 1587», mas nas partes em que a obra se divide, foram respeitadas os sub-títulos de Gabriel Soares: «Roteiro Geral do Brasil» (1.^a) e «Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia» (2.^a) (16).

Em 1879 — 40 anos, portanto, depois das primeiras pesquisas de Varnhagen, sai a 2.^a edição do «Tratado descritivo do Brasil» (Tip. de João Inácio da Silva — Rio de Janeiro).

Modernamente, há no Brasil mais duas edições de Gabriel Soares de Sousa: a de 1938 da Companhia Editora Nacional de São Paulo, na série «Brasiliana», com o mesmo título das edições de Varnhagen; e, mais recentemente, sem data (1944?) com o título «Notícia do Brasil», pela Livraria Martins Editora, também de São Paulo, na sua série: Biblioteca Histórica Brasileira, em dois tomos (de 346 e 340 págs., respectivamente) com ampla introdução e abundantes notas do Professor Pirajá da Silva, o sábio e erudito baiano. Para o texto, desta, foi aproveitado o constante da 2.^a edição de Varnhagen (1879).

A de Varnhagen — para o século XIX — deve ser considerada, para os leitores de língua portuguesa, como a verdadeira edição crítica de Gabriel Soares. A de Pirajá da Silva, com abundantíssimas anotações, talvez excessivas, não excede o trabalho erudito do seu eminente antecessor.

Por que permaneceram por mais de dois séculos, quase anônimos e inteiramente inéditos, os escritos de Gabriel Soares, apesar das cópias apógrafas existentes?

(16) Houve separata da Tip. Universal de Laemmert, *in* 8.^o de XI — 422 págs. 1851. Laemmert era então o impressor da Revista.

Seria pensamento ridículo atribuir-se a trabalho malicioso dos Jesuítas, para ficar esquecida a memória do seu inimigo e realçar os meritórios estudos dos padres da Companhia. Nesse caso, estariam vivos os seus amigos, os beneditinos da Bahia, que foram os seus herdeiros, para o fazer editar. Foi ali (cidade do Salvador) que o Príncipe Maximiliano obteve um exemplar dêsse Ms. Embora poderosos e influentes, o prestígio colonial dos Jesuítas arrefeceu, em muito, depois da expulsão injusta, promovida pelo Marquês de Pombal. Por que, então, não foi publicada depois?

Seria, do lado português, por ter Gabriel Soares aderido à dominação espanhola e obtido favores de Felipe II? Mas, quem não o fez naquela época?

E do lado espanhol — de onde êsse documento era originário — por que não saiu editada, até agora, a versão castelhana, que existia aqui, ao menos a partir do século XVIII? Misterioso véu que fica a envolver, sem resposta, essas curiosas interrogações — a denunciar as vicissitudes ingratas, pelas quais, depois da sua morte, passou a figura de Gabriel Soares e a sua preciosa «Memória». Gabriel Soares, residindo em Madrid, redigiu os «Capítulos», compostos de 44 articulados, contra os jesuítas do Brasil, — que também entregou a D. Christovam de Moura. Êste, mandou dar conhecimento dêles aos acusados, que responderam vitoriosamente, a 13 de setembro de 1592 — já morto Gabriel Soares.

O Padre Serafim Leite S.J., resumiu-os em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Tomos I e II), publicando-a posteriormente em sua íntegra (acusações e respostas) nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio* (Tomo 62). Adverte sôbre a «duplicidade» de Gabriel Soares: em público — elogiava os jesuítas «que têm feito muitas obras na terra»; e em particular — levantava acusações contra êles.

Quem entretanto confrontar as referências da «Memória» (Cap. 9 da 2ª parte), quando êle fala dos Jesuítas, com o que disse dos beneditinos (Cap. 11 da 2ª parte), comprovará que aquelas parecem irônicas ou propositadamente exageradas.

Em réplica, os jesuítas acusam a Gabriel Soares de Sousa de ter sido «apresador» de índios. Impedido, pela ação apostólica dos Padres, que com ela lhe obstaculizavam o meio fácil de realizar fortuna, tornou-se seu inimigo acérrimo. Sejam explicitos: na «entrada» para os sertões, em 1574, sob o governo de Luís de Brito, entre os que «faziam o que não deviam» com os índios, estava incluído Gabriel Soares, o qual «bem sabe a parte que

lhe cabe». «Depois que o dito governador (L. Britto) tirou do sertão gentio com que ambos fizeram engenhos, cada um o seu, além de muitas barcasas de índios que o informante mandou vender pelas capitanias» (Resp. 13). Por fim: «Porque, enquanto tenham poder colocá-los em suas bolsas e vestir-se das suas peles, não haverá gentio que baste e não se consuma, como a experiência tem demonstrado e o informante pode ser uma testemunha, que alguma parte lhe cabe disso e boa» (Resp. 44). «Todos eles (os índios) não chegam a metade de uma barcasas, de algumas que elle (o informante) tem mandado vender a Pernambuco e outras capitanias, conquanto zela a necessidade que a terra tem de gente que sirva».

Portanto — agora — Gabriel Soares aparece como tendo enriquecido no tráfico de índios. Como conciliar essa aptidão, de cubiça desvairada, para os bens materiais, adquiridos por forma criminosa com o seu «testamento» (1584), ao qual deixa «toda a sua fazenda» aos beneditinos? E, ademais, como conciliar esse último desprendimento, em vésperas de partir para a Europa, com a embriaguez dos descobrimentos (prata e esmeraldas) que o faz esperar aqui, de 5 a 7 anos, pelas licenças reais e o levou a caminhar, logo a seguir, atrás dêsse espelho enganador (1591), em que vem a morrer?

Cupidez demasiada por dinheiro? Espírito de aventura? ou a febre de arrependimento que o fez mandar colocar sobre a própria sepultura a humilde inscrição: «Aqui jaz um pecador»? Por que essas disposições cristãs (1584), se em Madrid (1590) elle arremete, em reserva contra os jesuitas?

Seria simples desejo de honrar a memória do irmão, ou vaidade pelos títulos e cargos? Mistérios em que permanece envolto o temperamento do ilustre colonizador, para cuja psicologia a distância não se encontra adequada explicação (17).

(17) No «fundo jesuítico» da Academia de História de Madrid (Tomo 185 n.º 6) há um documento do 1.º século entitulado: «Informação sobre as cousas do Brasil» que esclarece a situação dos habitantes: diz que dando os particulares a apresar índios para escravos. já as aldeias dêstes se despovoavam. E cita o cronista anônimo: «na Bahia, as aldeias de Sebastião da Ponte, Diogo Corrêa de Sarde, como as de Gabriel Soares, Fernão Cabral, Antônio Ferraz, João Baptista e Christovam de Barros já não têm nada, e o mesmo ocorre em Pernambuco com quantas «entradas» que se tem feito ao sertão». E ajunta: «A razão é porque se servem dêles, como escravos e os tratam mal, pelo que morrem de melancolia e não querem baixar dos bosques; e os trazidos, tornam-se a êles, escandalizados do que lhes fazem e os que os vão buscar — dizem que os enganam e assim não querem mais sair dos bosques».

Os Mss apógrafos, encontrados por F. A. de Varnhagen em Madrid, há mais de 100 anos (1847) devem ser os existentes na Biblioteca Nacional, conforme a indicação do «Catálogo de Manuscritos de América» de Julian Paz — 193? (nº 1.073, págs. 476) :

«Roteiro geral com/largas informações de toda a/costa que pertence ao Estado do/Brasil e a descrição de muitos lugares delle, especialmente da Ba/hia de Todos os Santos (por Gabriel Soares de Souza) (18).

Examinando-se a cópia, na Biblioteca Nacional, vê-se que a epistola inicial de 1-3-1587 não está assinada. O catalogador declara que a letra do Ms é de fins do século XVII. Esse Ms tem, na Biblioteca Nacional, (Sec. de Mss) o nº 3.007. Outro, ali existente, tem o nº 3.139. Parece que Varnhagen não viu, ou não lhe deu importância, por ser cópia incompleta, o outro apógrafo : o Ms de nº 2.939 (Reproduz a 1ª parte e somente 31 capítulos da 2ª parte).

O que nenhum pesquisador brasileiro atinou, salvo uma atilada suposição levantada por Afonso de Taunay (in *Jornal do Comércio* — do Rio — de 13-3-1932) foi a da existência de um apógrafo do Ms, em *espanhol*.

Pirajá da Silva acha essa hipótese possível, mas alinha argumentos contra ela, (na citada Introdução — pág. 16).

Encontrei a confirmação da hipótese de Taunay, em feliz indicação do «Catálogo da Biblioteca do Palácio Real» de J. D. Bordona : «Manuscritos de América» (Madrid, 1935). Aí se lê, a pág. 213, sob o nº 556 :

«Memorias histori-cosmográficas de la Bahia de Todos los Santos — capital del Estado del Brasil, derrotero de toda sua costa, rios, puertos y encenadas y relación pontual de sua abundante producción de frutas, metales y preciosidades, variedad de naciones, su caracter, costumbres y gentilidades, y necesidad de ponerlas en estado de defensa. *Escrito em idioma portuguez — Ano de 1587 y traducido al castellano*».

(18) P. de Sarto Maior no seu trabalho : «Nos Arquivos de Espanha» (in *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* — Tomo 81, pág. 26 — n.º 96) considera erradamente esse Ms como do ano de 1589 — quando a data é sabidamente de 1-3-1587. Declara-o apenas «atribuindo» a G. Soares. O seu catálogo é de 1914...

São, dizia o «Catálogo», 275 fôlhas. Mss. 300 x 200 mm. letra del Século XVIII. Pasta 1637.

Corri a Biblioteca do Palácio Real, a verificar o documento. Se não falhava a indicação do Catálogo : letra do século XVIII — devia ser uma cópia de outro Ms mais antigo, que servira à leitura real. A data (1587) e a menção de ser o «original» em português, o assunto descrito na ementa, embora também sem indicação do seu autor, fizeram-me logo desconfiar ser esta a cópia espanhola que estava faltando. Examinei-a com curiosidade ansiosa. É realmente o mesmo texto em castellano dos outros dois, em português que estão na Biblioteca Nacional de Madrid (19).

Assim como a obra de Gabriel Soares, andou por tempo desligada do seu autor, com o «original» português perdido, correndo só em Mss, anônimamente, ou atribuídos a outrem (Francisco Cunha), também o seu título nos vários apógrafos existentes sofreu modificação de espantar. Podemos alinhar os seguintes :

a) «*Descrição Geográfica da América Portuguesa*» (Ed. de Frei Conceição Velozo). Consta ainda dos Códices 1.041 e 614 da Biblioteca do Pôrto. Está também no Ms incompleto da Biblioteca do Museu Naval (Madrid);

b) «*Notícias do Brasil*», título com que foi publicado na «Col. de Notícias para a história das nações ultramarinas» — Lisboa — 1825. É o mesmo dos Mss da Biblioteca da Ajuda — Lisboa (N.ºs 51-IX-14, 15 e 16) e de um dos Mss da Biblioteca de Évora. Foi o utilizado pelo Professor Pirajá da Silva, na sua edição crítica de 1944?), a conselho de Afrânio Peixoto;

c) «*Tratado descritivo do Brasil, em 1857*». É o da edição de Varnhagen, na Revista do Instituto Histórico (vol. XIV — 1851) e na sua 2ª ed. — Rio — de 1879. Seguiu-lhe com nome idêntico a edição da Livraria Editora Nacional — São Paulo — 1938;

(19) Encontrei, mais recentemente, na Biblioteca do Museu Naval de Madrid, uma outra cópia anônima em espanhol, mas incompleta do Ms de Gabriel Soares. Intitula-se : «*Descrição Geográfica da América Meridional do Estado do Brasil*» (Parecido com outro da Biblioteca do Pôrto — Ms 610, n.º 2 — Ver Catálogo, pág. 13). Há 13 documentos encadernados em um só volume que se intitula : «*Atlântico Meridional e Pacifico*» (Tomo I). O primeiro documento é a cópia do Ms traduzido de Gabriel Soares. Naturalmente, só a primeira parte — Descrição da Costa — porque a restante (2ª) — não interessava ao colecionador marítimo. Trás, internamente, o sub-título: «*Costas del Brasil, desde el Pará hasta el R'io de la Plata*». Embora os documentos sejam antigos, a miscelânea foi preparada em 1874. Pertencia ao antigo «Depósito Hidrográfico».

d) «*Roteiro Geral da Costa do Brasil*». Consta do Ms 119 da Biblioteca Municipal do Porto (Vide «Catálogo de Mss — de Magalhães Basto — Lisboa, 1938) De Docs. Mss de Évora — Códices CXV e CXX 1, 10 1-11. Também assim os da Biblioteca Nacional de Madrid (Ms 3.007 — *Roterio y relación*; Ms 3.139 — *Roteiro Geral* e Ms 2.939 — *Roteiro Geral*); e da Biblioteca de Ajuda Lisboa — Mss n. 51-IX-16 e 51-IX-28;

e) «*Memorias histori-cosmográficas*» Ms 2.657 da Biblioteca do Palácio Real (Madrid).

Portanto : cinco indicações diferentes para a mesma coisa, ocasionando confusões, propositadas ou não. Como se uma só pessoa usasse cinco nomes de batismos diversos : só caften, ladrão ou judeu!

Qual adotar, para a nova publicação de obra tão preciosa? A *Notícia do Brasil* que já se abona com duas edições, ou o *Tratado Descritivo* que conta com 3? Inclina-mo-nos por outro, que é o da maioria dos apógrafos conhecidos : «*Roteiro geral do Brasil e memorial das grandesas da Bahia*». Num mesmo título, embora mais longo: dá-se a perfeita noção do seu conteúdo, que se divide, realmente, em duas partes distintas.

Dada a importância excepcional desse documento — no interesse das relações culturais que fazem, mais do que quaisquer outras, a aproximação dos povos, fiz a sugestão ao benemérito Instituto de Cultura Hispânica para mandar microfilmar Ms tão precioso (oferecendo-se, se possível, uma cópia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e, a seguir, promover a sua publicação, em edição em que houvesse a colaboração de estudiosos dos dois países.

Para a fatura desta «Introdução» — os estudos anteriores de F. A. de Varnhagen e do Professor Pirajá da Silva, foram considerados indispensáveis. Seria incorreto não mencionar a aportação que as «Reflexões críticas» e as notas de um e a «Introdução» e notas do outro trouxeram, para facilitar a minha árdua tarefa, escrevendo longe dos meus livros, sem outros meios de consulta, senão os que o acaso e a diligência me forneciam.

À memória do primeiro — o historiador insuperado — inclino-me reverente; ao saber do segundo : rendo as minhas públicas homenagens. Aquêlê é a poderosa cariatide sôbre a qual se assenta, para o futuro, o monumento de Gabriel Soares.

Deram-me ambos, com a sua colaboração, a distância, no tempo e no espaço, a satisfação de um esforço assíduo, para, longe da pátria, não servir mal ao Brasil.

Madrid, 3-11-1955.

BIBLIOGRAFIA (*)

A) De Gabriel Soares e sua obra

- 1 — *Descrição Geográfica da América Portuguesa* — Impressa na Tipografia Calcográfica do Arco do Cego — Lisboa (Princípios do século XIX — 77 capítulos, 202 páginas. Sem indicar o nome do autor. O exemplar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro só contém 190 págs).
- 2 — *Notícia do Brasil* — (Descrição verdadeira da costa daquele Estado que pertence à Coroa de Portugal) — Impresso na «Collecção de notícias para a história e a geografia das Nações Ultramarinas». Real Academia de Sciencias. Lisboa — 1825 (Tomo III — parte II, págs. 1/342. Com LXXIV capítulos na 1.^a parte (Roteiro) e CXCVI capítulos na 2.^a parte (memória) Sem indicar o nome do autor.
- 3 — *Roteiro Geral do Brasil*. Pub. no «Patriota Brasileiro» Paris, 1830. Apenas 29 capítulos, sem nome de autor. Provavelmente copiados do Ms existente na Biblioteca Nacional de Paris. (Apud Varnhagen, pág. XXVIII da 2.^a ed. de Gabriel Soares (1879).
- 4 — *Extrato de um manuscrito* — que se conserva na Biblioteca de S.M. o Imperador entitulado: «Descrição Geográfica da América Portuguesa» e tem a data de 1587. (in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo I — 3.^o trimestre — Rio de Janeiro, 1839. págs. 201/228. São os capítulos LI e LXX (20) da obra de Gabriel Soares. Sem indicar o nome do autor.
- 5 — *Tratado descritivo do Brasil em 1587* — Obra de Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho na Bahia, nela residente por 17 anos, seu vereador à Câmara, etc. Edição extraída do cotejo entre vários códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, em Espanha e na França; e completado com alguns comentários feitos por Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro, 1851. Pub. na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(*) Atualizada para a presente reedição.

Tomo XIV. Com IX pág. de introdução. 74 + 196 capítulos — págs. 13/365 (texto) e breves comentários de F.A. Varnhagen (pág. 367/415), índice (págs. 418/422) e errata (1 pág.). Há separata, editada no mesmo ano pela Tipografia Universal de Laemmert, que era a editôra da Revista. Pela 1ª vez se publicou o Ms assinado com o nome do autor.

- 6 — *Tratado descritivo do Brasil, em 1587* — 2ª edição corrigida e aumentada de uma introdução (págs. XIII a XXVIII) Rio de Janeiro. Tipografia de João Inácio da Silva, 1879. É a reedição completa do Tomo XIV da Revista do Instituto, acrescida com a adição de 15 páginas, em que se reproduz a biografia de Gabriel Soares que Varnhagen editou, em 1858 na *Revista* (Tomo XXI) e que publicará na 2ª edição da sua *História Geral*.
- 7 — *Tratado descritivo do Brasil em 1587* — 3ª ed. Companhia Editôra Nacional — São Paulo, 1938 — 493 págs. (Reproduz exatamente a 2ª ed. de 1879).
- 8 — *Notícia do Brasil* — com introdução, comentários e notas do Prof. Pirajá da Silva. Edição da Livraria Martins Editôra, S. Paulo (s/d 1944?), 2 volumes de 346 e 351 páginas. (Exclui as anotações de Varnhagen). A «introdução de Pirajá da Silva, consta das 56 páginas iniciais. O 1º vol. contém os 74 capítulos da 1ª parte e 49 da 2ª parte. No apêndice — há um estudo de Pirajá da Silva sôbre os «senhores de engenho do Recôncavo» (págs. 323/332 do 2.º v.) e os índices onomásticos e o do respectivo volume.
- 9 — *Capítulos de Gabriel Soares contra os padres da Companhia de Jesus, que residem no Brasil*. Com introdução do Padre Serafim Leite S.J. e as respostas dêstes (in «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro» Tomo LXII — 1942, pág. 348. Há separata de 45 págs. — Rio, 1943).

B) Sôbre Gabriel Soares e sua obra

- 1 — *Diálogos de vária história* por Pedro de Mariz. Coimbra — Segunda edição — 1597. (Diálogo V — cap. 2.º — pág. 340) Referência de Gabriel Soares como autor.
- 2 — *Epitome de la Biblioteca Oriental y Occidental* — De Antônio Leon Pinelo — Madrid 1629 (pág. 93) Referência ao Ms — como de autor anônimo.
- 3 — Idem. 2ª edição (1738) — Tomo III — apêndice n.º 4 — pág. 1.710. Referência a Gabriel Soares como autor.

- 4 — *Biblioteca Luzitana, histórica, crítica e cronológica* — De Diogo Barbosa Machado — Lisboa, 1745 (Tomo II, páginas 321/322). Referência a Gabriel Soares, como autor.
- 5 — *Biblioteca Hispanica sive hispaniorum* — De Nicolas Antônio. 2ª edição — Madrid — 1738/1788 (Tomo I, pág. 509 e tomo II, pág. 339) — Referência a Gabriel Soares.
- 6 — *Corografia brasilica* — do Padre Ayres do Casal — 1ª edição. Impressão Régia — Rio de Janeiro, 1817 (Há nova ed. em fac-simile — Ministério da Educação — Rio, 1947. Em 2 vols. com introdução de Caio Prado Júnior). Dá como autor a Francisco da Cunha.
- 7 — *Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI.* — De Francisco Adolfo de Varnhagen. (in «Collecção de noticias para a historia e a geografia das nações ultramarinas») (Tomo V — n.º 2 — págs. 1/120). Lisboa, 1839. Publicação da Academia Real de Sciencias.
- 8 — *Parecer sobre as «Reflexões críticas»* — in Instituto Histórico (Revista — Tomo 2 págs. 109/112 — 1840).
- 9 — *Gabriel Soares de Sousa* — Memória por F.A. de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro). Seguida de 12 documentos, fornecidos por João Francisco Lisboa, inclusive o capítulo da «História do Brasil» (inédita) de Frei Vicente do Salvador, que trata de Gabriel Soares.
- 10 — *História do Brasil* — de Frei Vicente de Salvador — escrita em 1627. Publicada: 1ª edição — 1885/86, in «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Tomo XIII — 261+7 páginas 2ª ed. Weisflog — S. Paulo, 1918: 3ª ed. — S. Paulo, 1931 e 4ª ed. Melhoramentos, S. Paulo, 1954 (págs. 285/286). Introdução de Capistrano de Abreu (XIX págs).
- 11 — *História Geral do Brasil* — do Visconde de Pôrto Seguro (F.A. de Varnhagen) 3ª ed. S. Paulo — Tomo I (1927), págs. 462/463, 468 e 485. Tomo II (1929) páginas 8/10, 25/26, 38/48, 79/97 e 151/153. A *História Geral* de Varnhagen teve sua 1ª ed. 1854 (1.º vol.) e 1857 (2.º vol.) a 2ª ed. é de 1877 (Viena). Hoje já se encontra em 5ª ed.
- 12 — *Bibliografia histórica portuguesa* — de Jorge César Figanhère — Imp. na Tipografia do Panorama — Lisboa, 1850 (págs. 154/155 e 2ª, pág. 870).

- 13 — *Coleção de documentos inéditos do Arquivo das Índias* — Tomo 5 — Madrid, 1866 (págs. 42 e seguintes. Declaração de Pedro Sarmiento de Gamboa, de 15-9-1589).
- 14 — *Catálogo da Exposição de História do Brasil* — 1881 — Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. IX (2 vols. e suplemento) Rio de Janeiro ns. 9 e 10 do 1.º vol. (pág. 5). Trata de Gabriel Soares.
- 15 — *Aspectos da literatura colonial brasileira* — por M. de Oliveira Lima (ed. Brockhaus — Leipzig, 1896 — págs. 65/73).
- 16 — *O album de William Gore Onsely* — art. de Afonso de Taunay — in *Jornal do Comércio* — Rio, 13-3-1933.
- 17 — *Le Bresil* — par Ferdinand Denis — Paris 1837.
- 18 — *Orbe Seráfico* (crônica) de Fr. Santa Maria Jaboatão — Lisboa, 1761.
- 19 — *Dicionário bibliográfico português* — de Innocencio Francisco da Silva — Lisboa — 1859 (Tomo III, páginas 112/114).
- 20 — *Brasil Histórico* — de A.J. de Melo Moraes — Rio, 2ª série 1866 — Testamento de Gabriel Soares, páginas 251/252).
- 21 — *Brasil* — de A. Zeferino Cândido — Rio, Imprensa Nacional — 1900 (Câp. XII da 2ª parte: O autor do Roteiro, págs. 308/321).
- 22 — *Biblioteca brasiliense* — Catálogo anotado de livros sobre o Brasil — de José Carlos Rodrigues — Rio, 1907 — ed do *Jornal do Comércio* (pág. 250 — ver ns. 1.050 e 1.051).
- 23 — *Minas do Brasil e a sua legislação* — de J. Pandiá Calógeras — ed. Rio, Imprensa Nacional — 1904 (Tomo II, págs. 434/436) — 2ª ed. S. Paulo, 1938.
- 24 — *Biblioteca Marítima Espanhola* — de Fernando Navarette (Madrid, 1851).
- 25 — *O Jazijo de Gabriel Soares de Sousa* — por Teófilo Azevedo (pseud. O Brasiliense). Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (Tomo 54 — 2ª parte — 1928, págs. 256/258).
- 26 — *Achegas à Geografia do Ceará* — pelo Barão de Studart (in Revista do Instituto do Ceará. Tomo 20 — 1906 — págs. 220/228). Transcreve a parte do Roteiro relativa ao Ceará.

- 27 — *Primeiros povoadores do Brasil* — por J.F. de Almeida Prado — Ed. da Cia. Editôra Nacional. S. Paulo — 1939 — págs. 143 a 148, 160/162, 165/186 e 202.
- 28 — *Pernambuco e as capitanias do Norte* — por J.F. de Almeida Prado — Ed. da Cia. Editôra Nacional — S. Paulo — 1941 — Tomo 2.^o, págs. 60, 183, 203, 249, 279, 434/435, 439.
- 29 — *A Bahia e as capitanias do Centro do Brasil* — por J.F. de Almeida Prado — Ed. da Cia. Editôra Nacional — S. Paulo (1944?) Tomo 2.^o — especialmente o cap. «Antagonismo entre a atividade dos jesuítas e Gabriel Soares de Sousa» (págs. 229/269).
- 30 — *Expansão geográfica do Brasil colonial* — por Basílio de Magalhães — 2.^a ed. S. Paulo, 1935 (págs. 44/46 e nota).
- 31 — *História do Brasil* — de Pedro Calmon. Ed. de S. Paulo — 1.^o Tomo — 1939 (págs. 316, nota 7, 307/309, 313/314, 374/375 e 422/423).
- 32 — *Estudos da língua nacional* — de Artur Neiva — Est. de S. Paulo (1940), págs. 147/151, 221/224 e 241/256.
- 33 — *Do escambo à escravidão* — por Alexandre Marchant, Trad. de Carlos Lacerda (Ed. S. Paulo, 1943, págs. 199/200).
- 34 — *Botânica e agricultura no Brasil, no século XVI* — por F.C. Hoehene (Ed. S. Paulo, 1937, págs. 174/308).
- 35 — *Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública do Pôrto* — por A. de Magalhães Basto (Lisboa, 1938).
- 36 — *Esbôço sobre a botânica e a geologia do Brasil* — De Gabriel Soares de Sousa, 1587, a 7 de setembro de 1922 — por Artur Neiva — S. Paulo, 1929.
- 37 — *História da Companhia de Jesus no Brasil* — pelo Padre Serafim Leite, S.J. (Tomo I — 1938 — Lisboa, páginas XI, XXVI, XXXI, 22, 23, 46, 99, 125, 136/138, 151, 156, 165/167, 177, 406, 411/412, 441, 443, 469/470. Tomo II, Lisboa, 1938, págs. X, XV, 6, 10, 11, 47, 53, 55, 71, 92, 129, 157, 160, 177/179, 186, 209, 212, 292, 301/302, 307/308, 410, 507, 579, 587, 622, 630.
- 38 — *Efemérides brasileiras* — pelo Barão do Rio Branco — Ed. do Ministério das Rel. Exteriores — Rio, 1946. (páginas 4, 59, 179, 319, 320 e 530). A 1.^a ed. do *Jornal do Brasil* (1893) estava incompleta. Outra ed. (2.^a) foi feita pelo Instituto Histórico (Tomo 82 — 1918).

- 39 — *Livro velho do Tombo da Bahia* — Edição dos Beneditinos (Bahia, 1944, pág. 287 e seguintes e 395/400) Transcreve o testamento de Gabriel Soares.
- 40 — *Cabral e as origens do Brasil* — por Jaime Cortezão. Ed. da Imprensa Nacional — Rio — 1944.
- 41 — *História do Brasil* — de Afrânio Peixoto, 2ª ed. de S. Paulo — 1944 (pág. 159).
- 42 — *História de um engenho do Recôncavo* — por Wanderley de Pinho. Ed. de Zélio Valverde. Rio, 1946 (páginas 33 nota 2).
- 43 — *Capítulos de história colonial* — de Capistrano de Abreu — 4ª ed. Rio 1954 (pág. 226).
- 44 — *Correspondência* — de Capistrano de Abreu — Ed. do Instituto do Livro — Rio de Janeiro, 1954 (Tomo I, páginas 3, 70, 103 e 112 — Tomo II, págs. 110, 191, 430).
- 45 — *Teoria da História do Brasil* — de José Honório Rodrigues — Ed. de S. Paulo, 1949 (págs. 189/190 e 208/209).
- 46 — *História do Brasil* — de Rocha Pombo — Nova ed. de W.M. Jackson Inc. (Rio, 1953 — págs. 260 e seguintes).
- 47 — *O Segredo das minas de prata* — (novos aspectos da conquista da terra) — Tese de Pedro Calmon — Rio, 1950 (págs. 3/5, 8/9).
- 48 — *História da literatura baiana* — de Pedro Calmon — Rio, 1940 (nota à pág. 18).
- 49 — *Aspectos do Brasil médico* — Conf. do Prof. A. da Rocha Brito (in Brasília — vol. I — Coimbra, 1942 — Ver: Gabriel Soares (págs. 459/469)).
- 50 — *Enciclopédia Espasa-Calpe* — Ed. de Madrid (Tomo 57, pág. 699). Nota biográfica de G. Soares.
- 51 — *Minas e Aventuras* — de Afonso Costa (in Revista do Instituto Histórico e G. Brasileiro, tomo 228 — julho/setembro, 1955 — págs. 438, 452).
- 52 — *O Rio Grande do Norte e o Roteiro de Gabriel Soares* — por José Moreira Brandão Castelo Branco (in Revista do Instituto Histórico — vol. 202 — 1949 págs. 133/138).
- 53 — *Cidade do Salvador — dia de N.S. das Neves de 1569* — por José Antônio Soares de Sousa (in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — vol. 215, 1952 — págs. 11/15).

- 54 — *Historiografia del Brasil* — Siglo XVI — por José Honório Rodrigues. Publicação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — México 1957 — Há um capítulo sobre Gabriel Soares (págs. 47 a 56).
- 55 — *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — Ed. Enciclopédia L. — Lisboa, Rio — vol. XXIX, págs. 791/792 — Nota biográfica de G. Soares.
- 56 — *Biblioteca Exótica Brasileira* — por Alfredo de Carvalho. Compl. por Eduardo Tavares — Ed. Empresa Gráfica Editora — Rio, 1930 (Tomo II, págs. 194/195).
- 57 — *História do Brasil* de Roberto Southey — trad. de L.J. Oliveira Castro — Rio, 1862. Tomo I, págs. 435 e seguintes.
- 58 — *Roteiro literário do Brasil e Portugal* — por Alvaro Lins e Aurélio Buarque de Holanda — Rio — J. Olimpio, 1956 (Tomo II — págs. 377/8).
- 59 — *Manual Bibliográfico de estudos brasileiros* por R. Borba de Moraes e W. Berriex — (Rio — Ed. Souza, 1949) Ver: ns. 310, 311, 2.073, 3.322 e 5.822; e especialmente Sérgio B. Holanda — Período colonial — págs. 395/396.
- 60 — *História do Rio Grande do Sul* — do P. Carlos Teschauer — S.J. — (vol. I — págs. 13 e 15).
- 61 — *Etnologia Argentina* — de D. Lafone Quevedo (B. Aires — 1909 — pág. 196).
- 62 — *La civilization materielle des tribus Tupi-guaranis* — par A. Metraux — (ed. Paris, 1928).
- 63 — *Migrations historiques des tupis-guaranis* — de A. Metraux (Paris, 1927).
- 64 — *La religion des tupinambas* — par A. Metraux — Paris, 1928 (Há Trad. brasileira de Estevão Pirilo — ed. Brasiliana — S. Paulo, 1950 — págs. 135, 137, 181, 185, 187, 194, 198, 205, 211, 212, 214, 218, 226, 256, 258, 266, 268, 294, 297, 299, 315, 317, 323 e 414).
- 65 — *Formation historique de la nationalité bresilienne* — de M. Oliveira Lima — (Conf. na Sarbonne — páginas 25/26).
- 66 — *Novo Orbe Seráfico Brasilico* (crônica) — por Frei A. de Sta. Maria Jaboatão — Lisboa, 1761 — 1ª parte — Rio, 2ª ed., 2 vol. — 1858).
- 67 — *Von dem Rechtszustande inter den Ureinsohnern Brasilensis* — por C. F. von Martius — (Munchen, 1832).

- 68 — *Herbarium Florae Brasiliensis* (introd.) — de C. F. von Martius (Munchen, 1837).
- 69 — *Introdução de Pirajá da Silva* — (ao 1º vol. das «Notícias do Brasil» de Gabriel S. de Sousa — ed. de S. Paulo, 1944 — págs. 5/56).
- 70 — *Senhores de engenho do Recôncavo da Bahia* — em 1587 — por Pirajá da Silva — (apêndice à ed. das «Notícias do Brasil» — de G.S. de Sousa — ed. S. Paulo, 1944 — 2.º vol., págs. 323/338).
- 71 — *Reisen in Brasilien* — por C.F. von Martius — (vol. III, pág. 1.095).
- 72 — *O direito entre os indígenas do Brasil* — por C.F. von Martius — (ed. Leipzig — 1867).
- 73 — *Caminhos e fronteiras* — de Sérgio Buarque de Holanda — (ed. J. Olímpio, Rio, 1957 — págs. 16, 41, 42, 56, 110, 115, 206 e 302).
- 74 — *Teoria da História do Brasil* — de José Honório Rodrigues — (2ª ed. Cia. E. Nacional — S. Paulo, 2 vols., 1957 — págs. 215, 319, 340, 387, 488, 544, 545, 546, 602, 603 e 604).
- 75 — *Resumo de história literária* — pelo Cônego J.C. Fernandes Pinheiro — Ed. Garnier, Rio, 1873 (Tomo II, páginas 301/302).

O SUL DA ÁFRICA NO GLOBO DE BEHAIM

DESEMBARGADOR VIEIRA FERREIRA

Se a Renascença começa na Itália em meados do século XIV, é na segunda metade do século XV que se intensifica o seu brilho, com o helenismo de emigrados fugindo à conquista otomana.

Os tipos móveis da imprensa propagam essa luz por toda a Europa, até a Alemanha do humanista João Reuchlin (1455-1522), contemporâneo de Martim Behaim (1459-1506), o leitor de Estrabão, o discípulo de Regiomontano, o executor, como navegante e cosmógrafo, de um descobrimento que era a idéia grandiosa de D. João II.

O humanismo é favorável ao pleno desenvolvimento da inteligência e à correspondente educação da sensibilidade, sendo expressiva nesse preparo a palavra *humanidades*, ao passo que o tolhe a estreiteza do especialismo técnico, principalmente onde avultam com o crescente progresso industrial as aplicações científicas da mecânica e da química.

O especialista quanto mais se aperfeiçoa na sua especialidade menos enxerga além dela, enquanto no humanismo a visão tem outro horizonte e a vida espiritual outra amplitude.

Foi numa época de florescente humanismo que viveu Martim Behaim. Com a alma aberta para a grandeza oceânica, deixou Nuremberg para ir morar nos Açores; tendo aprendido com Regiomontano a precisar latitudes pela declinação do sol a meio dia, levou para as navegações de Portugal uma técnica oportuna.

Historiou no seu Glôbo o descobrimento dos cabos da Boa Esperança e das Agulhas, por ele e Diogo Cão, em duas caravelas, por ele principalmente, que adaptara o astrolábio ao mastro grande da sua.

Vimo-lo em Lisboa em conferência com os médicos de D. João II, os judeus José Vizinho e mestre Rodrigo, dois físicos entendidos em astrologia médica. Acompanhavam o sol pelos signos do Zodíaco, sem tábuas de declinações no meridiano, para assinalarem conjunções de astros tidas como causa de moléstias.

Esses conhecimentos de astrologia é que levaram D. João a considerar seus médicos, não seus capitães do navio, as pessoas mais aptas para compreender o que Behaim ensinava.

Nada significava, para a solução do problema das latitudes, nenhum valor científico podia ter a etiologia astral dos dois médicos nessa conferência, que foi mais tarde ridiculamente imaginada formando uma junta de sábios astrônomos, pondo-se nela, porque três eram poucos, todos os figurões enfronhados em leituras do *Almagesto* (1).

D. João II, convencendo-se de que era segura a técnica exposta por Behaim, tirou logo da novidade o melhor partido: confiou, sem perda de tempo, ao cosmógrafo uma das duas caravelas destinadas ao descobrimento da passagem pelo sul da África para o mar das Índias, dando a Diogo Cão (o *Jacobus Canus* de Hartmann Schedl) o comando da outra.

Não se diz nas notas do Globo o mês em que partiram de Lisboa em 1484, mas assentaram os padrões de pedra de Portugal no cabo da Boa Esperança no dia 18 de janeiro de 1485.

Não era ainda o fim da África, mas só a esperança, justificada com o prosseguimento da expedição até o cabo das Agulhas (*Capo Leste*) onde o atingiram.

Declara-se na respectiva nota que daí voltaram a Portugal depois de porem padrões no cabo e que a expedição durara dezoito meses. O abastecimento das caravelas fôra para três anos; duraram portanto pouco mais da metade do tempo marcado para toda a viagem.

Do cabo das Agulhas traçou Behaim a costa no rumo leste-nordeste que toma sobre o mar das Índias. Os caravelistas com muito acêrto consideraram o cabo um *finis terrae* africano.

Entretanto, no Globo não é só por êsse cabo que a África termina, mas por um grande golfo que não existe, formado pelo cabo das Agulhas, a oeste, e por uma comprida península, a leste, que atinge dirigida para o sul a latitude do cabo, com uma ilha posta perto da ponta. Essa chanfradura imaginária no sul da África lembra a do golfo de Tarento entre a sola no peito do pé e o salto da bota ao meio dia da Itália.

Por que, depois de considerar fim da África o cabo de onde voltou, fê-la Behaim acabar por um golfo irreal no Globo? Como se explica nêle o desenho dessa excrescência peninsular que falseia a verdade geográfica?

A costa segue no Globo o rumo leste-nordeste, que toma a partir de cabo das Agulhas, como a vira Behaim, mas o longe

(1) V. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1953), vol. 219, pág. 81.

paredão de uma estreita península corta-lhe o rumo e a separa do oceano Índico. Há como que uma contradição entre a história de sua viagem e a geografia que desenhou no Globo; entre o que Behaim viu em 1485, e o que conjecturou em 1492, com um êrro do ingente vulto. A causa dessa incongruência deve estar nas informações, ou mal prestadas por Bartolomeu Dias, ou mal entendidas por Behaim, por faltarem esclarecimentos suficientes:

Deve-se, para explicar a excrescência geográfica, ler nas *Décadas* de João de Barros o que se refere à expedição de Bartolomeu Dias (2).

Transcrevo e critico êsse interessante capítulo, dividindo-o em partes aliquantas.

A

Diz o excelente João de Barros, referindo-se a D. João II:

«E também lhe pareceu que, prossequindo os seus navios a Costa que iam descobrindo, não podiam deixar de dar na terra onde estava o Praso promontório, fim daquela terra».

Êsse Praso é o último cabo africano na geografia de Ptolomeu. Em *Notas* a Heródoto sustentei que muitos séculos antes de Cristo os marinheiros do Puanit já tinham chegado em sua navegação pelo oceano Índico ao cabo das Agulhas. Inferi-o do célebre périplo efetuado pelos fenícios de Nécao.

B

«Assim que, conferindo tôdas estas coisas, que o mais acendiam em desejo do descobrimento da Índia, determinou de enviar logo, neste ano de 1486, dobrados navios por mar e homens por terra, para o fim destas coisas que lhe tanta esperança davam».

João de Barros está um pouco atrasado: não foi em 1486, mas em 1484, a expedição para o descobrimento. Só o envio de homens por terra: João de Covilhã e Afonso de Paiva, é que foi em 1486, já descoberta a passagem marítima em 1485 pelos caravelistas para isso mandados em 1484.

Garcia de Rezende, cronista de D. João II e contemporâneo do descobrimento, diz que já se tinha descoberto a costa além do cabo da Boa Esperança quando em 1486 foi mandado Afonso de

(2) João de Barros e Diogo da Costa, *Da Asia*, Nova edição oferecida a S.M.D. Maria I, Rainha Fidelíssima. Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica. Ano MDCCCLXXVIII. Vol. I, págs. 181 e seguintes.

Paiva, que morreu no Egito. Seria intempestivo comissioná-lo antes do descobrimento da passagem marítima.

C

«Armados dois navios de té 50 tonéis cada um e uma navêta para levar mantimentos sobressalentes, por causa de muitas vêzes desfalecerem os navios dêste descobrimento, com que se tornam para o Reino, partiram no fim de agôsto do dito ano».

O Globo de Behaim, dá sômente duas caravelas para a expedição do descobrimento. Eram embarcações mais velozes e iam com provisões para três anos, na incerteza do tempo e das distâncias da viagem. João de Barros fala em navios, que podiam não ser caravelas, mas naus, e se caravelas fôssem teriam de atrasar a viagem por causa da navêta. O D. João de Behaim era mais previdente do que o de João de Barros.

D

«A capitania da qual viagem deu a Bartolomeu Dias, cavaleiro de sua casa, que era um dos descobridores desta costa, o qual ia em um navio de que era pilôto Pero de Alenquer e mestre Leitão. E João Infante, outro cavaleiro, era capitão do segundo navio, pilôto Álvaro Martins e mestre João Grêgo. E em a nau que levava mantimentos ia por capitão Pero Dias, irmão de Bartolomeu Dias, de que era pilôto João de Santiago e mestre João Alves, todos, cada um em seu mister, muito expertos».

E

«E pôsto que Diogo Cão tenha descoberto por duas vêzes trezentas e setenta e cinco léguas de costa do cabo de Catarina té o cabo chamado do Padrão, todavia, passado o rio do Congo começou Bartolomeu Dias seguir a costa té chegar onde ora se chama a Angra do Salto, por razão de dois negros que Diogo Cão ali salteou. Os quais el Rei, por êle Bartolomeu Dias já ensinados do que haviam de fazer, mandava tornar aquêle lugar».

Neste ponto se intercala na história de João de Barros uma fábula ridícula, que, se não fôsse fábula, muita insensatez atestaria nas deliberações de D. João II.

F

Além dos negros já ensinados, continua João de Barros: «E assi levou quatro nêgras dest'outra costa de Guiné, a primeira das quais

deixou na Angra dos Ilheus, onde assentou o primeiro padrão, e a segunda na Angra das Voltas, e a terceira morreu, e a quarta na Angra dos Ilhéus da Cruz, com duas que ali tornaram, que andavam mariscando, e não as quiseram trazer, porque mandava el Rei que não fizessem fôrça nem escândalo aos moradores da terra. A causa de el Rei mandar lançar esta gente por tôda aquela costa, vestidos e bem tratados, com mostra de prata e ouro e especiarias, era para que, indo ter a povoado, pudessem notificar de uns em outros a grandeza de seu Reino e as coisas que nêle havia, e como por tôda aquela costa andavam seus navios...» Até aí compreende-se o bom senso del Rei, que queria boas relações com os prêtos. Mas vem logo a bobagem: «...e que mandava descobrir a Índia e principalmente um príncipe que se chamava Preste João, o qual lhe diziam habitar naquela terra, tudo a fim que pudesse ir ter esta fama ao Preste e fôsse azo pera êle mandar de lá de dentro donde habitava a esta costa do mar, porque pera todas estas cousas os nêgros e nêgras iam ensinados, e principalmente as nêgras, que, como não eram naturais da terra, ficavam com esperança de tornarem aos navios per ali e as trazerem a êste Reino. Que entretanto elas entrassem pelo sertão e aos moradores notificassem estas cousas e aprendessem muito bem as que pudessem saber das que lhes eram encomendadas. E ficassem seguras, porque eram mulheres, com quem os homens não tem guerra, não lhes haviam de fazer mal algum».

Com esta fábula infantil tenta João de Barros suprir a falta de documentos sôbre os fatos encobertos no mistério exigido por D. João II sôbre o que se fazia nos mares por seu mandado.

A tirada é absurda. As negras de Guiné iam entender-se com os prêtos do Congo, para descobrirem o paradeiro do negus etiope, como se em tôda a África só se falasse uma língua, tal qual na Ásia das Mil e uma Noites. O próprio João de Barros mostra que D. João sabia de que lado ficava a Etiópia, mandando pelo Egito o seu emissário Afonso de Paiva, ao mesmo tempo que recorria às negras, segundo João de Barros.

Palpável é a incongruência.

G

Sério é o que João de Barros escreve em seguida: «Além de assentarem padrões que levavam, nas distâncias do comprimento da costa que lhe bem parecia, e eram postos em lugares notáveis, assi como o primeiro chamado Santiago no lugar a que puseram nome de Serra Parda, que era em altura de vinte e quatro graus e cento e vinte léguas do derradeiro que pôs Diogo Cão. Punham também os nomes aos cabos, angras e mostras da terra que desco-

briam, ou por razão do dia que ali chegavam, ou por qualquer outra causa, como a Angra a que ora chamam das Voltas, que per as muitas em que então ali andaram lhe deram êste nome, Angra das Voltas, onde se Bartolomeu Dias deteve cinco dias com tempo que lhe não deixava fazer caminho. A qual angra está a vinte e nove graus da parte do sul».

Temos nesta passagem o clarão que desfaz a fábula narrada por João de Barros.

Descoberto o caminho da Índia por Martin Behaim e Diogo Cão, lógico era e psicológico em D. João II o desejo de assinalar num portulano, dando-lhes nomes oportunos, os acidentes geográficos da costa que ia ser freqüentada por seus navios, marcando também com padrões a posse do litoral africano. Encarregou de tudo isso Bartolomeu Dias, não só de restituir as pretas a sua terra.

Não só no Atlântico deviam ser postos os padrões; Bartolomeu Dias reservou o último para o ponto mais distante que atingisse além de cabo das Agulhas, explorando a costa.

Ao mesmo tempo iam dois portugueses ao Oriente estudar os reinos, as terras e os mares para onde fôsse e por onde houvesse de ir a frota lusitana, cujos nautas já mereciam as oitavas dos Lusíadas.

H

O modo por que se descobriu a passagem ao sul da África é inverossímel em muitos pontos, como a conta João de Barros. Ei-lo:

«Partidos daqui (de Angra das Voltas), na volta do mar, o mesmo tempo os fêz correr treze dias com velas a meio mastro, e como os navios eram pequenos e os mares já mais feios e não tais como os da terra da Guiné, pôsto que os da costa de Espanha em tempo de tormenta eram mui feios, êstes houveram por mortais. Mas cessando o tempo que fazia aquela fúria do mar, vieram demandar terra pelo rumo de leste, cuidando que corria a costa de norte a sul em geral, como tê ali trouxeram. Porém, vendo que por alguns dias cortavam sem dar por ela, carregaram sôbre o rumo norte, com que vieram ter a uma angra a que chamaram dos Vaqueiros, per as muitas vacas que viram andar na terra guardadas por seus pastores. E como não levavam lingua que os entendesse, não podiam haver fala dêles, antes como gente espantada de tal novidade carearam seu gado para dentro da terra».

A inverossimilhança está na impaciência de Bartolomeu Dias, que sem esperar na Angra das Voltas que cessasse o mau tempo, teria preferido, a continuar o serviço que vinha fazendo arriscar-se em mar alto durante a tormenta.

Outra inverossimilhança temos na explicação do nome Angra das Voltas pelas que ali teria dado Bartolomeu Dias, não dizendo como.

O nome tem uma razão de ser na anemografia daquela parte do mundo, nos ventos ali dominantes.

Disse-me Gago Coutinho que nas proximidades do Cabo o vento sul sopra constantemente no Atlântico. Por isso os navegantes em veleiros se afastavam da costa, procurando, além do sôpro de sueste, a contra-corrente que sopra de oeste ou de noroeste, para voltarem pelo sul à costa d'África. E vejo isso confirmado nos mapas anemográficos.

Concluo daí que essa foi a causa do nome dado à Angra em que a volta começava e que Bartolomeu Dias, com instruções de Behaim e Diogo Cão, executou com grande perícia, muito longe de marear às cegas, a navegação que o levou, pouco além do cabo das Agulhas, à costa que se devia explorar dêsse lado.

I

«Correndo mais avante a costa já por novo rumo, de que os capitães iam contentes, chegaram a um ilheu que está a uns trinta e três graus e três quartos da parte do sul, onde puseram o padrão chamado da Cruz, que deu nome ao ilheu, que está da terra firme pouco mais de meia légua. E porque neste estavam duas fontes muitas lhe chamaram penedo das fontes».

O ilheu da Cruz está na baía d'Algoa, formada pelos cabos Recife e Padrão, nome que faz supor engano em João de Barros, pondo no ilheu o padrão e não no cabo.

J

«Aqui, como a gente vinha cansada e muito temerosa dos grandes mares que passaram, tôda a uma voz começou a se queixar e requerer que não fôsem mais avante, dizendo como os mantimentos se gastavam, para tornar a buscar a nau que deixaram atrás com os sobressalentes, a qual ficava já tão longe que, quando a ela chegassem, seriam todos mortos a fome. Que assaz era de uma viagem descobrir tanta coisa e que já levavam a maior novidade que daquele descobrimento levaram acharam que a terra se corria quase em geral para leste, devendo parecer que atrás ficava algum grande cabo, o qual seria melhor conselho tornarem de caminho a descobrir».

Seria desconhecer a natureza humana admitir com João de Barros que Bartolomeu Dias, tendo descoberto a passagem austral

para a Índia, não quisesse logo voltar para dar a boa nova, tão anelada por D. João II.

Iria dizer ao príncipe que, *post tantos tantos que labores*, assentara um padrão além do Prazo.

K

«Bartolomeu Dias, para satisfazer aos queixumes de tanta gente, saiu em terra com os capitães e oficiais e alguns marinheiros principais e que dissessem a verdade do que lhes parecesse que deviam fazer por serviço del Rei e todos consideraram que se tornasse para o Reino, dando as razões de cima, dos quais pareceres mandou fazer um ato em que todos assinaram».

Sua missão era de certo, na costa sôbre o mar das Índias, ir o mais longe que pudesse e assentar o padrão nesse ponto. A ata destinava-se por não ter ido além, a salvar a sua responsabilidade.

Manifesta vê-se a incongruência dêsse temor com o descobrimento atribuído a Bartolomeu Dias.

L

«Pero, como seu desejo era ir avante e sômente quis fazer êste cumprimento à obrigação do seu ofício e regimento del Rei, per que lhe mandava que as coisas de importância consultasse com as principais pessoas que levava, pediu a todos, quando veio aí assinar a determinação em que assentaram, que houvessem por bem correrem mais dois ou três dias a costa e, quando não achassem coisa que não os obrigasse prosseguir mais avante, que então fariam de volta, o que lhe foi concedido. Mas no fim dêstes dias que pediu não acharam mais que chegar a um rio que está a trinta e dois graus e dois têrços. E porque João Infante, capitão do navio São Pantaleão, foi o primeiro que saiu em terra houve o rio o nome que ora tem do Infante, donde se tornaram, por a gente tornar a repetir seus queixumes. Chegados ao ilheu da Cruz, quando Bartolomeu Dias se apartou do padrão que ali assentou, foi com tanta dor e sentimento como se deixara um filho desterrado para sempre, lembrando-lhe com quanto perigo de sua pessoa e de tôda a gente vieram sômente aquêlê efeito, por lhe Deus não conceder o principal».

O descobrimento da passagem para a Índia que lhe atribuem não o consolava!

M

«Partidos dali, houveram vista daquele grande e notável cabo, encoberto per tantas centenas de anos como aquêlê que quando

se mostrava não descobria sòmente a si, mas a outro mundo de terras. Ao qual Bartolomeu Dias e os de sua companhia, por causa dos perigos e tormentas que ao dobrar dêle passaram, lhe puseram nome Tormentoso, mas el Rei...» (3)

Do cabo das Agulhas não se fala. Entretanto, é por êle que a África termina ao sul e não pelo cabo da Boa Esperança.

N

«Bartolomeu Dias, depois que notou dêle o que convinha à navegação e assentou um padrão chamado São Felipe, porque o tempo não lhe deu lugar de sair em terra, (4) tornou a seguir sua costa em busca da nau de mantimentos, à qual chegaram havendo nove meses que dela eram partidos. E de nove homens que ali ficaram eram vivos três sòmente...»

Já não interessa aqui o prosseguimento da navegação, indo encontrar na ilha do Príncipe Duarte Pacheco Pereira; mas o capítulo enumera no fim os padrões postos na África por Bartolomeu Dias e diz que o último dêles foi o do ilheu da Cruz.

Não ficou, portanto, nenhum para ser pôsto em São Felípe, ainda que o tempo o permitisse.

O segrêdo que se guardou em Portugal sôbre o descobrimento do rio Congo e dos cabos extremos no sul da África fêz que o não narrassem os cronistas da época, Garcia de Rezende e Rui de Pina.

Daí as conjecturas aventadas para historiar o que se ignorava dessas navegações e as incongruências da tradição recolhida por João de Barros e escrita meio século depois dos fatos em suas Décadas.

Os romances nela enxertados são mais desculpáveis de certo do que os erros ensinados *ex-cathedra* por historiadores que notam os do Globo, tomando êsse precioso documento por um ensaio cartográfico, João de Barros não conhecia êsse Globo, quando escreveu as Décadas.

Combinando-se as notas históricas do Globo com o que se acha escrito por Garcia de Rezende, por Rui de Pina e até por João de Barros, onde não faz romance, tem-se a verdadeira história de Bartolomeu Dias na Costa d'África.

Além do serviço topográfico de que fôra encarregado no Atlântico, devia continuar para lá do cabo das Agulhas (*Capo leto*) a exploração da costa, que só fêz até o rio do Infante, marcando a terra com pedra lisboeta.

(3) Veja-se o volume 228, págs. 374 e 377.

(4) Onde pôs êsse padrão, se não foi a terra?

Pelo que lhe relataram dessa exploração teve Behaim notícia de uma angra entre dois cabos (a bahia d'Algoa), e de uma ilha, o ilheu da Cruz, que ficava perto. Mal informado, pensou que um dos cabos era o das Agulhas e pôs o ilheu perto do outro, o cabo Recife.

Como só aí lhe diziam que a costa mudava de rumo Behaim supôs que o cabo se prolongava para o sul até a latitude do das Agulhas.

Puxou por isso o cabo Recife, tornado uma estreita península, anônima no Globo, como a ilha que se figura fora da bahia.

Desconhecendo a topografia do lugar, parece que Behaim quis sòmente dar notícia da existência do cabo e da ilha, arriscando-se a errar na figura de ambos.

Se o sul da África fôsse como está no Globo, Behaim e Diogo Cão teriam começado no *Capo leto* o descobrimento da passagem de um oceano para outro, mas só Bartolomeu Dias haveria atingido, além da falsa península, o oceano Índico.

O cosmógrafo devia estar disso convencido quando em 1492 fabricou seu Globo e esticou tanto o cabo Recife.

Dáí talvez provenha a usurpação histórica de sua glória, conquistada no cabo das Agulhas, a que chegou primeiro com Diogo Cão, sem que fôsse necessário dobrar uma excrescência terrestre que não existe.

CÔNEGO FERNANDES PINHEIRO

(VIDA E OBRA)

M. P. FERNANDES PINHEIRO

«O nosso espírito não se retira inteiramente dêste mundo quando nêle deixamos o fruto dos nossos estudos, pensamentos e cogitações».

MARQUÊS DE MARICÁ

«Não é possível, meu prezado Amigo, que a esponja, por mais áspera e persistente, possa eliminar traços feitos no bronze, como é forçoso considerar o honesto trabalho do talento e da força de vontade devotado ao impulso da civilização pelo Cônego Fernandes Pinheiro».

AGNELLO BITTENCOURT

PREAMBULO

I

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (Rio, 1825-1876) — doutor em Teologia, cônego da Imperial Capela, Cronista do Império, comendador da Ordem de Cristo, vice-diretor, capelão e professor do Instituto dos Meninos Cegos, catedrático de Retórica e Poética do Colégio de Pedro II, lente do Seminário de São José, examinador sinodal, sócio de numerosas agremiações nacionais e estrangeiras — sagrou-se um dos beneméritos varões de nossa Pátria.

Historiador, crítico, ensaísta, geógrafo, poeta, jornalista, gramático — em suma — polígrafo com erudição profunda e variada, situa-se entre os escritores mais proeminentes do século passado.

De suas obras organizou o acatado bibliógrafo Osvaldo Melo Braga, sob o título *Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro (Ensaio Bibliográfico)*, uma excelente catalogação — que será publicada nesta *Revista* — tanto mais valiosa quanto compreensiva também de trabalhos esparsos, divulgados em jornais e revistas

da época, e ignorados, por falta de anterior indicação, de muitos estudiosos.

A influência marcante e decisiva que exerceu na cultura nacional não poderá jamais ser esquecida.

Não medirei sacrifícios para levar avante o propósito de comprovar o que afirmo, escudando-me, sempre que possível, em documentos e citações indispensáveis ao objetivo que tenho em vista.

II

O HOMEM

Nascido no Rio de Janeiro, a 17 de junho de 1825, descendia do Major Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (irmão de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo) e de Maria Filadélfia de Bustamante Fernandes Pinheiro. Por ter nome igual ao do pai, até a morte deste, usou o Cônego o aditivo «Júnior». Eram seus avós paternos o Coronel de Milícias José Fernandes Martins e Tereza de Jesus Pinheiro. Então, vigorava o costume português de não adotar a mulher o nome do marido e de o nome do pai preceder ao da mãe. Nessa conformidade, formou-se o nome *Fernandes Pinheiro*, que, assim, passou às demais gerações.

Estudou o Cônego no Seminário Episcopal de São José, ordenando-se presbítero, em 1848, após brilhante curso (1).

Côncio dos predicados morais e intelectuais do jovem e recém-ordenado sacerdote, não tardou o Bispo do Rio de Janeiro, Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Conde de Irajá, em escolhê-lo para secretário particular, função que desempenhou de 1849 a 1852, período em que lecionou Teologia no Seminário Episcopal de São José.

Assinalou este último ano uma nova fase na existência de Fernandes Pinheiro. Outras honrarias lhe advieram: foi nomeado professor de Retórica, Poética e História Universal do mencionado Seminário, (2) examinador sinodal e, por fim, cônego da Imperial Capela. Ainda em 1852, partiu para a Europa, retornando, dois anos após, doutor em Teologia pela Universidade de Roma.

(1) Vide Apêndice I.

(2) Equivoquei-me quando, no *Esboço Bibliográfico Sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*, citei o Imperial Colégio de Pedro II (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 217, 1952, pág. 109).



Cónego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro

Do que fêz pelo Instituto dos Meninos Cegos, onde ingressou em 1854, na qualidade de vice-diretor, capelão e professor, nada mais significativo para patentear o seu «zêlo edificante» do que o decreto imperial que lhe conferiu a comenda da Ordem de Cristo — *atendendo aos distintos e relevantes serviços que tem prestado no exercício das respectivas funções* — e o atestado de 9 de janeiro de 1858, passado pelo Conselheiro Dr. Cláudio Luís da Costa, diretor dêsse estabelecimento (3).

«Ide ao Instituto dos Meninos Cegos, exorta Antônio Joaquim de Macedo Soares, sob o pseudônimo de Sandoval (4), a essa escola sublime, onde a inocência luta com o infortúnio para conquistar a ciência, onde a luz mortíça da inteligência infantil debate-se nas trevas para conquistar idéias de um mundo para ela todo ideal: lá ouvireis abençoar o nome de Fernandes Pinheiro» (5).

Também em 1854 foi o Cônego admitido sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, mais tarde, em 1857, convergiram as suas atenções para o Imperial Colégio de Pedro II. Encontrava-se vaga a cátedra de Retórica e Poética, em virtude

(3) É o seguinte o atestado em aprêço:

«9 de janeiro de 1858.

«Cláudio Luís da Costa, Doutor em Medicina, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Cavaleiro da de Cristo, condecorado com a Medalha da campanha de guerra da Independência, Diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, etc. etc.

«Atesto que o Ilm.^o Sr. Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que serviu neste Instituto desde sua instalação os empregos de vice-diretor, capelão, e professor de história sagrada e dogma, pelo diminuto ordenado de cinquenta mil-réis mensais, desempenhou êstes três empregos diferentes com tanta ilustração, pontualidade, e zêlo caridoso, que nem só no curto espaço de três anos obteve completa a instrução religiosa da maior parte dos alunos do Instituto, como iniciou-os nos melhores ditames da educação civil e moral, do que têm êles manifestado exuberantes provas, em seus exames públicos e em sua conduta colegial.

«E como por motivo de seus novos empregos foi obrigado a pedir demissão daqueles que aqui exercia tão dignamente, para dar-lhe um testemunho do quanto foram relevantes e proveitosos êstes seus serviços a prol desta benéfica instituição, lhe ofereci espontaneamente o presente atestado por mim feito e assinado, cuja verdade confirmo com juramento.

«Dr. Cláudio Luís da Costa.

«Diretor».

(4) É Sandoval pseudônimo usado por Antônio Joaquim de Macedo Soares, conforme se verifica por uma carta de José Antônio de Azevedo Castro ao Cônego Fernandes Pinheiro, existente na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(5) *Retratos a Lápis. In o Kaleidoscopio. São Paulo, n.º 22, 1-9-1860.*

do falecimento do Professor Francisco de Paula Menezes. Ambicionando lecionar no principal educandário do País, de tantas e honrosas tradições, submeteu-se a concurso e, vencedor, foi nomeado catedrático dessas duas disciplinas por decreto de 20 de novembro do referido ano de 1857.

Além de Retórica e Poética, ensinou Fernandes Pinheiro Literatura Nacional e Gramática Filosófica no Externato do Imperial Colégio de Pedro II, do qual foi professor até a sua morte (1876), isto é, durante dezanove anos.

Por causa da nomeação em aprêço, deliberou sair do Instituto dos Meninos Cegos e pedir vênia para renunciar à efetividade do canonicato. Em requinte de especial distinção, conservou-lhe o Governo as credenciais de cônego da Imperial Capela.

Decorre da renúncia feita a seguinte confusão de José Tito Nabuco de Araújo, que, procedendo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao elogio dos sócios falecidos, afirma que o Cônego Fernandes Pinheiro:

- a) não abraçou a carreira religiosa por vocação;
- b) abandonou-a e dedicou-se inteiramente ao ensino da mocidade;
- c) nunca mais celebrou, somente vestindo os hábitos sacerdotais quando ia examinar os discípulos do Imperial Colégio de Pedro II.

É preciso, quanto antes, desfazer semelhantes equívocos.

Abdicando da efetividade do canonicato, embora mantidas as credenciais do cargo, é possível que nunca mais houvesse o Cônego Fernandes Pinheiro celebrado na Imperial Capela. Mas, a partir de então, rezava missa no Instituto dos Meninos Cegos. Quanto aos hábitos clericais, nem sempre dêles se utilizava. No século passado, porém, excetuando-se os casos de celebração de atos religiosos, podiam os sacerdotes andar em trajes civis.

Partindo de um engano, qual seja o de considerar que a *renúncia à efetividade do canonicato* redundava no *abandono do sacerdócio*, fantasia José Tito Nabuco de Araújo que o Cônego Fernandes Pinheiro não abraçou a carreira religiosa por vocação.

Tal assertiva, ver-se-á, carece de veracidade.

Educado em ambiente religioso, muito cedo sentiu-se Fernandes Pinheiro tocado pela vocação sacerdotal. No Seminário de São José, revelou-se aluno modelar, tanto que, ordenado, foi logo convidado para secretário particular do Bispo do Rio de Janeiro, Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Conde de Irajá. Não lhe notasse êsse prelado especiais aptidões para o estado sacerdotal, não o teria, por certo, escolhido para o mencionado

cargo. Fôsse Fernandes Pinheiro malquistado perante o Clero, também não o distinguiria o Imperador Dom Pedro II, nomeando-o cônego da Imperial Capela. Quando não bastassem tais circunstâncias, os atestados de dignitários da Igreja, que transcreverei no Apêndice II, dissipariam quaisquer dúvidas a respeito da vocação religiosa a que sempre foi absolutamente fiel.

Considera-o Dom Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia, Metropolitano e Primaz do Brasil, *um dos Eclesiásticos mais distintos do Império, não só por seu raro talento e variados conhecimentos, mas, sobretudo, pelo nobre uso que tem feito, de tão felizes disposições. Elogia-o pelo edificante zêlo na defesa do Catolicismo e de suas admiráveis instituições e, por sua superior inteligência e ótimas qualidades, classifica-o um dos ornamentos da Igreja Fluminense. (Vide Apêndice II).*

Atesta Dom Mancel Joaquim da Silveira, Bispo do Maranhão, que o Cônego Fernandes Pinheiro deu *decididas provas de não vulgar talento, tendo, além disso, um comportamento irrepreensível (Vide Apêndice II).*

Atesta, também, Dom José Afonso de Moraes Tôrres, Bispo do Pará, que Fernandes Pinheiro é *um Sacerdote distinto pelas suas qualidades intelectuais, e morais e que os seus conhecimentos estão acima do vulgar. Louva-o porque se tem mostrado acérrimo defensor dos direitos da Igreja, e da Santa Sé, e por ser a sua conduta sempre exemplar, ilibada, e sem a mais pequena nódoa, torna-se êle digno da estima geral das pessoas sisudas, e circunspectas, sendo em consequência um Sacerdote que honra a sua classe (Vide Apêndice II).*

Não menos elogioso do que os anteriores é o atestado de Dom Antônio, Bispo de São Paulo. Depois de proclamar os *altos serviços* prestados à Igreja pelo Cônego Fernandes Pinheiro, a sua preocupação constante de escrever para o público, *moralizando, e instruindo*, declara que a Igreja do Rio de Janeiro, *que teve a fortuna de o possuir, deve-se lisonjear de um tal Sacerdote, tendo bem fundados títulos, para esperar dêle, em todo o tempo, a prova de mais altos, mais importantes serviços (Vide Apêndice II).*

Por sua vez, ressalta o Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá, que Fernandes Pinheiro, (com quem privara assiduamente, pois o teve como secretário particular durante quatro anos), é *dotado de insignes qualidades que o recomendam e fazem digno de toda estima e que, versado nas letras divinas e humanas, os seus costumes são irrepreensíveis (Vide Apêndice II).*

Em discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia em que se comemorou o centenário de ingresso

do Cônego nesse agosto Sodalício, afirmou o Desembargador Mário Guimarães Fernandes Pinheiro:

«Recordando os áureos tempos de infância passados nesse Colégio (6), minha Mãe referiu-se, por várias vezes, à predileção que por ela manifestava o Cônego e à emoção que se apossava dêsse querido mestre sempre que falava na Virgem Maria. Então, seus olhos se umedeciam lacrimosos, numa demonstração de místico fervor, que muito impressionava à classe... Não houvesse êle sido tocado pela vocação, suas aulas não teriam tido essa nota de fina sensibilidade cristã» (7).

O próprio Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, ao estudar a personalidade de Junqueira Freire, rebela-se contra a «leviandade (grifei) com que muitos mancebos, julgando ouvir em doirados sonhos a voz de uma firme e inabalável vocação, trocam as galas do mundo pela estamenha do claustro» (8).

Estivesse Fernandes Pinheiro em situação análoga ou semelhante, dêsse modo não se manifestaria.

Acresce que o Clero nêle sempre encontrou um advogado dos mais prestimosos. Para melhor servi-lo e dignificá-lo, doutorou-se em Teologia, lecionou no Seminário Episcopal de São José, exerceu atividades na Imperial Capela, ministrou aulas de Teologia, Dogma, História Sagrada e Catecismo, e publicou diversos trabalhos pertinentes à Religião que, com tanta veneração, professou: *Apontamentos Religiosos, Catecismo da Doutrina Cristã, História Sagrada, Manual do Pároco...*

Desejando vulgarizar os feitos de grandes homens que nobilitaram a Igreja, elaborou uma série de biografias, algumas das quais publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e na *Revista Popular*.

Militando na Imprensa, organizou a parte religiosa do *Jornal do Comércio*, do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Correio Mercantil*. Fundou, em 1851, a *Tribuna Católica*, dela tornando-se principal redator.

É o Cônego Fernandes Pinheiro quem escreve, *após abdicar da efetividade do canonicato*:

«Em princípios de 1848 começou a publicar-se o primeiro jornal religioso, redigido pelos Srs. Monsenhor Dr. Miranda Rêgo e Padre Dr. Patrício Moniz, aos

(6) Refere-se o Desembargador Mário Guimarães Fernandes Pinheiro ao Colégio Inglês, de Botafogo.

(7) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 225, 1954, pág. 405.

(8) *Curso Elementar de Literatura Nacional*, 1.º ed., 1862, pág. 562.

quais mais tarde também nos associamos. Era o nosso propósito instruir o povo nas *verdades da santa crença que professamos* (grifei) e combater a propaganda socialista que então devastava a França. Lutávamos nessa arena quando a grave moléstia e lamentável morte do principal redator (Monsenhor Miranda Rêgo) obrigou-nos a suspender o certame.

Buscamos depois preencher a lacuna que de um jornal religioso existia na nossa imprensa, e fundamos em 1851 outro sob a denominação de *Tribuna Católica* — que sustentou-se até a nossa partida para a Europa» (9).

Sacerdote de rara independência, em nenhum momento de sua vida eximiu-se o Cônego Fernandes Pinheiro de cumprir os seus deveres para com a Santa Madre Igreja.

Embora não possuísse «sonoridade de voz», segundo informação de seus contemporâneos, entre os quais Antônio Joaquim de Macedo Soares e o Visconde de Taunay, seus admiradores, sagrou-se Fernandes Pinheiro um dos bons oradores sacros dos meados do século XIX, impressionando pela «fria argumentação do filósofo» (10).

«É distinto orador sagrado», atesta o Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá. (*Vide Apêndice II*).

À vista dos argumentos que aduzi, creio ter ficado suficientemente provada a confusão de José Tito Nabuco de Araújo ao atribuir a renúncia à efetividade do canonicato o sentido de abandono da carreira sacerdotal, e dos que afirmam não houvesse Fernandes Pinheiro seguido o sacerdócio por vocação.

Apesar de diligentes pesquisas, não consegui averiguar qual a tese defendida pelo Cônego ao concorrer à cátedra de Retórica e Poética do Imperial Colégio de Pedro II (11). É o arquivo dêsse educandário bastante deficiente e omissa a *Memória Histórica do Colégio de Pedro II*, de Escragnoille Dória. Das referências que encerra colige-se apenas que, «desfavorecido de voz, mas muito querido de alunos» (12), era Fernandes Pinheiro in-

(9) *Resumo de História Literária*, II, Rio, 1873, pág. 475.

(10) José Tito Nabuco de Araújo, *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 39, II, 1876, pág. 510.

(11) Agradeço a colaboração prestada nesse sentido pelos Srs. Professores Gildásio Amado, José Gonçalves Villanova, Luis Fellipe Vieira Souto, Niel Casses e Olmar Guterres da Silveira.

(12) *Op. cit.*, pág. 99.

cluído, por Vieira Fazenda, no rol dos professôres «benévolos» (13).

Em 1859, principiou o Cônego a ministrar, no Seminário Episcopal de São José, os ensinamentos de Teologia Moral, continuando, com regularidade, a dar aulas no Externato do Imperial Colégio de Pedro II. No Colégio Inglês, de Botafogo, ensinou História Sagrada e Catecismo, em época que escapa ao meu conhecimento.

Nomeado Cronista do Império (14), foi-lhe confiada a incumbência de elaborar os seus *Anais*. Tolhido pelo prematuro falecimento aos cinquenta anos de idade, não chegou a publicá-los, «o que, de certo, foi pena para as nossas letras históricas» (15), como lastima Mozart Monteiro. Dizia, porém, que os *Anais do Império*, a exemplo de Menandro, estavam prontos, só faltando escrevê-los (16).

Diretor da prestigiosa *Guanabara*, «revista mensal, artística, científica e literária», colaborou o Cônego Fernandes Pinheiro nos principais jornais e revistas do País, ombreando com os jornalistas mais distintos da época em que viveu (17).

Para que se possa conhecer mais intimamente o sacerdote, cuja biografia estou traçando, transcrevo alguns trechos dos

(13) *Op. cit.*, pág. 112.

(14) Baseado no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio, afirmo, no já mencionado *Esbôço Biobibliográfico*, que o Cônego Fernandes Pinheiro fôra nomeado Cronista-Mor do Império. Retifico tal informação. O cargo em apêço é o de Cronista do Império, pois assim se intitulava Fernandes Pinheiro.

(15) *Cronista-Mor do Império*. In *O Jornal*. Rio, 24-10-1954.

(16) Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 4.º volume, Rio de Janeiro, 1898, pág. 113.

(17) Do quanto era solicitada a sua colaboração, sirva de exemplo a seguinte carta de Quintino Bocaiúva e Henrique Muzzio, que encontrei na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional:

«Ilm.º e Revm.º Sr. Dr. J.C. Fernandes Pinheiro

«Tendo a honra de oferecer a V.S. o 1.º número da *Biblioteca Brasileira*, revista literária de que somos diretores, rogamos e esperamos que V.S. se dignará honrar as páginas da nossa revista com trabalhos próprios. O nosso programa e o nosso desejo é que a *Biblioteca Brasileira* a favor de uma colaboração tão vantajosa como pode ser a de V.S., consiga tornar-se o representante da atividade literária dos homens de letras nossos patrícos.

«Queira V.S. aceitar a nossa oferta e corresponder ao nosso desejo.

«De V.S. Patrícios e servos

«Q. Bocaiúva

«Henrique Muzzio».

Retratos a Lápis, de Antônio Joaquim de Macedo Soares, seu preclaro contemporâneo:

«É homem assim: quando pedem-lhe que escreva, escreve, sem ostentação, sem orgulho; querem conversar, conversa, com espírito, com agudeza, rindo-se, embalando-se numa cadeira de balanço, criticando a época, falando de política, — eu já disse que êle é um homem plástico, — contando anedotas de sua vida na Itália; mas tudo isto sem causticar ninguém, sem mordacidade. Discute, sabe lógica, porém não disputa.

Tem uma fisionomia particular: rosto largo e cheio, fronte vasta, expressão franca e simpática; em criança era um *bambino santo*. Fala bem e com eloquência, mas não é orador, falta-lhe a sonoridade da voz, não tem desembaraço de mímica, nem êsse talhe de corpo que impõe ao auditório, que é o ponto de vista dos grandes oradores.

.....

Escreve cartas muito interessantes pelas observações de gosto, pelo estilo animado e correto, pela cortesia quase faceira que as distinguem.

.....

Sua vida é regular, mas não monótona. Vai ao Colégio (18) todos os dias, às quintas-feiras tem Instituto Histórico, aos domingos *diz missa no Instituto dos Meninos Cegos* (grifei), passeia na rua do Ouvidor até o Garnier, onde fala francês e italiano, à noite recolhe-se e põe-se a estudar quando não há nenhum amigo de carne e osso com quem conversar. De *carne* e osso, porque há outros, genêricamente falando, mais leais, mais constantes e menos cáusticos: são os livros e dêsses possui excelentes o nosso herói.

.....

Vê-se que o nosso *modelo* adora a atividade. Êle rejeitaria um bispado para não se desconsertar em seus hábitos de vida ativa» (19).

Fêz parte o Cônego Fernandes Pinheiro de elevado número de agremiações estrangeiras e de quase tôdas as nacionais. Dentre tantas, aludirei apenas às de maior renome: Instituto

(18) Trata-se do Imperial Colégio de Pedro II.

(19) O *Kaleidoscopio*. São Paulo, n.º 22, 1-9-1860.

Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi primeiro secretário durante dezessete anos (de 1859 à sua morte, em 1876), Conservatório Dramático, Sociedades Auxiliadora da Indústria Nacional e Amante da Instrução do Rio de Janeiro. Quanto às instituições estrangeiras, foi sócio-correspondente do Instituto Histórico de França, das Sociedades Geográficas de Paris e New York, das Academias das Ciências de Lisboa e de Madri, da Sociedade Científico-Litteraria-Artística ed Umanitaria El Chark, de Constantinopla, e de outras.

Ocorreu o seu falecimento, motivado por um abscesso no fígado, no Rio de Janeiro, às 22,30 horas de 15 de janeiro de 1876, tendo sido sepultado, em 16, no atual cemitério perpétuo nº 1.020 do quadro 36 do Cemitério de São João Batista (20).

III

O DIDATA

«Há um nome — escreve Antônio Joaquim de Macedo Soares — que estamos acostumados a ler em frente de todas as empresas literárias do Rio de Janeiro; um nome por mais de um título credor da simpatia e do respeito de quantos amam o progresso desta terra de tanto futuro; um nome que recorda uma de nossas glórias literárias: Cônego Dr. Fernandes Pinheiro. De todos os nossos literatos é talvez o único de que se possa dizer: Eis o amigo da mocidade! Os outros cuidam de si, e incidentemente das letras; elle, ao contrario, cuida de seus interesses por passatempo, a occupação séria é a literatura, é a história pátria» (21).

De fato, a infância e a juventude sempre mereceram do *Amigo da mocidade* um carinho especial. Mestre dedicado e proficiente, enobreceu, sobremaneira, a elevada missão do ensino.

(20) No *Dicionário Bibliográfico Português* (tomo décimo segundo, 1884, pág. 27), enaltece-lhe Inocêncio a personalidade nos seguintes termos:

«Era um excelente caráter e homem laborioso e realmente de valia. Toda a imprensa brasileira comemorou o seu óbito, exaltando-lhe o nome entre os dos illustres varões do Império do Brasil e honrando-lhe a memória».

Transcreverei, no Apêndice III, o discurso pronunciado pelo representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Visconde de Taunay, à beira da sepultura do Cônego.

(21) *Retratos a Lápis. In O Kaleidoscopio*. São Paulo, n.º 22, 1-9-1860.

Em carta datada de 25 de maio de 1861, assegura o mesmo Macedo Soares a Fernandes Pinheiro:

«Nada tenho feito, meu ilustre mestre, que recorde, de longe como é de razão, as suas magníficas lições professadas no Seminário» (22).

Carlos de Laet, ex-aluno do Cônego no Imperial Colégio de Pedro II, assim se expressa no *Microcosmo do Jornal do Comércio* de 12 de agosto de 1883:

«Mas o que nunca se esvaeceu foi a impressão profunda que na intelligência dos que o ouviam deixava aquêle notável professor.

Tempo houve em que foi moda abatê-lo: punham-se em relêvo os seus defeitos de estilo, que por vêzes o tinha artificioso e tímido, e apoucavam-lhe o mérito da não vulgar erudição. Hoje, que está morto, não faz mal dizer tôda a verdade; foi um laborioso escritor e professor consciencioso; na cadeira que ocupou talvez tenha sido igualado, mas ainda não foi excedido».

Declara-me Affonso d'Escragnolle Taunay, em missiva de 7 de dezembro de 1956:

«Meu pai, que foi aluno de Retórica do Cônego, dêle fazia a melhor idéia como dêle várias vêzes ouvi que o prejudicava muito um defeito nas cordas vocais que o fazia emitir, involuntariamente, ásperos e esquisitos sons. Disse-me várias vêzes que era muito bom professor e fazia-lhe muitos elogios».

E é fiel a êsse conceito que o Visconde de Taunay, à beira do túmulo do antigo Mestre, proclama o «quanto fêz pela educação da mocidade, pela amena instrução da infância». (Vide *Apêndice III*).

Na didática do País, exerceu êsse eminente professor, notável influência, patenteada não só pelas afirmações de seus confrades e discípulos, pela nomeada que adquiriu, mas, também, pelos livros que publicou: *Catecismo Constitucional*, *Catecismo da Doutrina Cristã*, *Curso Elementar de Literatura Nacional*, *Episódios da História Pátria*, *Gramática da Infância*, *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa*, *História do Brasil Contada aos Meninos*, *História Sagrada Ilustrada*, *Lições Elementares de Geografia*, *Meandro Poético*, *Resumo de História Contemporânea*, *Resumo de História Literária* e, finalmente, *Postilas de*

(22) Carta existente na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Retórica e Poética (23). Adotados oficialmente, tiveram êles muitas reedições, prova de indefectível aceitação.

Desbravando novos caminhos, «em face das conquistas doutrinárias do tempo», concorreu o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, de modo assaz proveitoso, para o alicerçamento de nossa cultura e formação intelectual de numerosas gerações.

«O Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, cujas obras têm merecido insuspeitos elogios de abalizados literatos europeus... é um dos poucos soldados intrépidos, que na indisciplinada milícia das letras pátrias tem com invejável denodo afrontado o inimigo do progresso literário», afirma Castro Lopes, no prefácio da *Gramática da Infância* (1864).

Ressalta Sacramento Blake que o Cônego «foi um dos brasileiros que melhores serviços prestaram às letras pátrias e ao magistério superior» (24). No *Dicionário Universal de Literatura* (25), relembra Henrique Perdigão «os grandes serviços que prestou, não só às letras pátrias, como à instrução pública».

«Convirá notar — observa Laudelino Freire — que Fernandes Pinheiro e Gonçalves de Magalhães foram sem contes-

(23) Convém especificar:

- I) *Catecismo Constitucional*, por Demophilo, 1.^a ed. 1873.
- II) *Catecismo da Doutrina Cristã*, 1.^o ed., 1855;
- III) *Curso Elementar de Literatura Nacional*, 1.^a ed., 1862;
- IV) *Episódios da História Pátria*, 1.^a ed., 1859;
- V) *Gramática da Infância*, 1.^o ed., 1864;
- VI) *Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa*, 1.^a ed., 1870.
- VII) *História do Brasil Contada aos Meninos*, por Estácio de Sá e Menezes, 1.^a ed., 1870.
- (VIII) *História Sagrada Ilustrada*, 1.^a ed., 1863;
- (IX) *Lições Elementares de Geografia*, por Estácio de Sá e Menezes, 1.^a ed., 1869;
- (X) *Meandro Poético*, 1.^a ed., 1864;
- (XI) *Resumo de História Contemporânea*, por um professor, 1.^a ed., 1866;
- (XII) *Resumo de História Literária*, 1.^a ed., 1873;
- (XIII) *Postilas de Retórica e Poética*, 1.^a ed., 1872.

As omissões existentes no presente registro quanto ao número de edições poderão ser supridas consultando-se o trabalho de Osvaldo Melo Braga, intitulado *Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro (Ensaio Bibliográfico)*, a ser publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*

Nos Apêndices IV/VII transcreverei conceitos relativos ao *Catecismo da Doutrina Cristã*, aos *Episódios da História Pátria*, à *Gramática da Infância* e às *Postilas de Retórica e Poética*.

(24) *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Quarto volume. 1898, pág. 107.

(25) *Op. cit.*, 2.^a ed., ilustrada, Porto. 1940, pág. 313.

tação grandes individualidades, opulentos escritores e beneméritos servidores das letras.....» (26).

Oportuno é mencionar, no momento, as seguintes palavras de Celso Vieira:

«Ao serviço da mocidade no Brasil-Império, foi um dos seus mais proficientes, mais ilustres educadores» (27).

Sublinhando a *importância* e *influência* do Cônego Fernandes Pinheiro em nossas letras didáticas, assevera o Professor José Gonçalves Villanova:

«Esta preocupação do ilustre professor, em preencher lacunas existentes em nossas paupérrimas letras didáticas de então, assim como a correspondência de suas obras com as necessidades reais do ensino, levaram-nas a alcançar sucessivas e numerosas edições, fato que atesta a estima geral e aplauso com que eram distinguidas e, portanto, a sua *importância* e *influência* na formação de gerações que deram ao Brasil alguns de seus mais eminentes filhos» (28).

Também Fernando de Azevedo, o notável Mestre, em carta que me escreveu a 15 de julho do corrente ano de 1957, declara ser o Cônego Fernandes Pinheiro um «grande erudito, educador e historiador ilustre». E confessa: «É a sua, uma obra com que se impôs ao reconhecimento e ao respeito de todos nós. Remontam à minha mocidade já distante os primeiros contatos que tive com seus livros, e a eles tenho tido necessidade de voltar, não poucas vezes, em meus estudos».

Registro ainda a valiosa opinião do Professor Agnello Bitencourt, expendida em carta que tenho em mãos, datada de 3 de agosto do presente ano (1957):

«O Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi uma das maiores e mais cultas mentalidades do seu tempo. Trata-se, assim, de um dos espíritos mais destacados na evolução da cultura nacional.

Todaya, não lhe tinham dado tódia a glória que merece, pela tenacidade dos estudos e valor de sua produção. E, ainda por cima foram-lhe feitas críticas

(26) *Os Clássicos da Língua*. In *Revista de Língua Portuguesa*, Rio, n.º 20, 1922, pág. 160.

(27) Cônego Fernandes Pinheiro, In *Jornal do Comércio*, Rio, 9-1-1955.

(28) *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*, In *Jornal do Comércio*, Rio, 8-1-1956.

acerbas, desfigurando sua memória, na tentativa, talvez, de apagar luminosos serviços prestados às letras, ao ensino, à religião e à Pátria.

Não é possível, meu prezado Amigo, que a esponja, por mais áspera e persistente, possa eliminar traços feitos no bronze, como é forçoso considerar o honesto trabalho do talento e da força de vontade devotado ao impulso da civilização pelo Cônego Fernandes Pinheiro.

No meu desvalioso conceito, o Cônego Fernandes Pinheiro foi um grande e inspirado didata, numa época em que a ciência pedagógica ainda não dispunha dos recursos oferecidos pela metodologia e pela psicologia, bem mais tarde. Escreveu muito. Além de outros livros sobre geografia, história e religião, aí estão o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o *Resumo de História Literária*.

Interessante é notar-se que foi coevo do Cônego um outro compatriótico ilustre, o Dr. Joaquim Caetano da Silva.

Quando, em meados do século XIX, se falava de Joaquim Caetano, logo surgia a pergunta: qual dêles, o que ensina a língua francesa a franceses, em Paris, ou o que ministra aulas de geografia, literatura, história e religião, no Rio de Janeiro? Mas, nesta missiva, não mais quero tratar do sacerdote, pois o que acima disse é suficiente para patentear o meu aprêço ao seu vasto e apreciado acervo literário».

«Corroborando tôdas essas opiniões, sustenta Phocion Serpa:

«*Magister provento*, honrando-se e dignificando a nobre tarefa a que se impusera, firmou reputação de mestre excelente, não sòmente na sua época e entre os seus iguais, pois que a sua fama, vencendo o tempo, permanece intacta, chegando até aos nossos dias.

.....

Pela proficiência, pela erudição, pelo extremado devotamento à causa do ensino, pela altura a que elevou a cátedra, pelo amor e seriedade com que serviu às letras, pensando sempre na grandeza do Brasil, Fernandes Pinheiro permanecerá indelével na memória da pátria, integrado na falange dos homens mais ilustres de sua geração e de seu tempo. Na estante clássica da didática de nosso país, os volumes pacientemente elaborados pelo

grande mestre, ocupam a prateleira inicial, por servirem de marco e roteiro à pirâmide simbólica que o tempo faria crescer, dando novos rumos ao ensino e à cultura do Brasil.

Por todos êsses feitos, a personalidade polifacetada de Fernandes Pinheiro deve merecer não só o nosso respeito, mas, com êle e através dêle, o reconhecimento a quem dedicou as horas integrais de sua fecundidade espiritual ao labor das letras e, de pena na mão, *nulla die sine linea*, arroteou o terreno, ainda virgem, de nossa cultura nascente, para ombrear com os representantes mais notórios daquela florescente geração dos meados do século XIX» (29).

Não resta dúvida, em face de tão respeitáveis opiniões, que, em nossas letras didáticas, ocupa o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro uma posição de excepcional relêvo. Bastaria êsse fato para recomendá-lo à gratidão da Pátria.

IV

O FUNDADOR DA HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA LITERÁRIAS

Reivindicando para o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro o título de fundador, situei, no opúsculo intitulado *A Exatidão e a Pesquisa Literária* (II), o problema da origem de nossa historiografia e crítica literárias. Então, tive o ensejo de sustentar o meu ponto-de-vista em relação a êsse assunto de magna importância.

Carlos Maul (30), Joaquim Ribeiro (31), Maurício de Medeiros (32) e Virgínia Côrtes de Lacerda (33) vêm no Cônego o pioneiro da crítica literária no Brasil.

As principais contribuições de Fernandes Pinheiro para a nossa historiografia e crítica literárias são o *Curso Elementar de*

(29) *Os Versos do Cônego Fernandes Pinheiro*, In *Jornal do Comércio*, Rio, 13-2-1955.

(30) *O Pai da Nossa Historiografia Literária (Carta-aberta a Mário Portugal Fernandes Pinheiro)*, In *Ilustração Brasileira*, maio/junho, 1957.

(31) *Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a Historiografia do Brasil*, In *Jornal do Comércio*, Rio, 6-3-1955.

(32) *Da Crítica Literária e Seus Cultores*, In *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Tomo especial, parte 5, 1917, pág. 729.

(33) *Leitores e Livros*, ano IV, n.º 14, Rio, 1953, pág. 95.

Literatura Nacional (1ª ed., 1862; 2ª, 1883) e o *Resumo de História Literária* (2 tomos, 1873). Nem tampouco se pode esquecer o seu *Discurso Sobre a Poesia Religiosa em Geral e, em Particular, no Brasil* (1852), anteposto ao *Livro de Job*, parafraseado, em verso, para o português, por José Elói Otôni.

Dêsse *Discurso*, estimado por Joaquim Manuel de Macedo «a chave de ouro, que abre a porta de um momento» (34), diz Celso Vieira:

«anteposto com erudição, por vêzes com eloquência, à paráfrase de Otôni... é um longo e sério estudo, filiado na história das letras européias e das nossas letras, remontando às origens, tradições e modalidades da poesia heróica e sacra, desde os hinos dos patriarcas às vozes dos profetas bíblicos» (35).

Merecem menção pormenorizada o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o *Resumo de História Literária*. É necessário que, uma vez por tôdas, se preste o devido tributo a essas duas obras, que, segundo Joaquim Ribeiro, «não são contribuições pequenas, como deixa supor a modéstia dos títulos. Bem ao contrário, pondera, tais livros são verdadeiros tratados que, para a época e para o Brasil, abriram novos caminhos» (36).

Lançado em 1862, é o *Curso Elementar de Literatura Nacional* a PRIMEIRA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA. Através do volumoso compêndio, dá o Cônego Fernandes Pinheiro início à sistematização de nossa história e crítica literárias.

Em tese apresentada ao Primeiro Congresso de História Nacional, sustenta Maurício de Medeiros:

«Crítica literária propriamente dita, como o estudo comparativo das várias tendências literárias, da filiação dos autores a determinadas escolas, a comparação destas entre si, etc., só começou com o trabalho de Fernandes Pinheiro, o primeiro trabalho de fôlego, depois do livro do austriaco Fernando Wolf» (37).

Corrigindo o equívoco, existente na ordem de apresentação das obras, lembro que a de Ferdinand Wolf é *posterior* à de Fernandes Pinheiro. Ora, se o *Curso Elementar de Literatura*

(34) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.* Tomo 18, 1855, sup., pág. 23.

(35) Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio, 9-1-1955.

(36) Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a *Historiografia do Brasil*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 6-3-1955.

(37) *Da Crítica Literária e Seus Cultores*. In *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*. Tomo especial, parte 5, 1917, pág. 729.

Nacional (1862) foi publicado e *littes* de *Le Brésil Littéraire* (1863), não há como qualificar este último livro de «marco» da historiografia literária do Brasil, como faz Jamil Almansur Haddad, no prefácio da tradução desta obra, publicada em 1955 pela Companhia Editôra Nacional de São Paulo. É marco de nossa historiografia literária o *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Nessa qualidade reconhecem-no, entre muitos, Alceu Amoroso Lima (38), Artur Mota (39), Carlos Maul (40), Joaquim Ribeiro (41) e Virgínia Côrtes de Lacerda (42).

Alguns autores conferem a Varnhagen o título de fundador de nossa historiografia literária. É que, conforme afirmação de José Veríssimo, assentou êle, no *Florilégio*, a história da nossa literatura (43).

Não procede semelhante assertiva.

Nessa antologia, apresenta o Visconde de Pôrto Seguro um esboço histórico em que, da literatura brasileira, trata quase que exclusivamente da poesia, sem submeter as nossas letras a nenhuma divisão sistemática, como ressalta Alceu Amoroso Lima, na *Introdução à Literatura Brasileira* (44).

Já no *Curso Elementar de Literatura Nacional*, dentro de um critério rigorosamente sistemático, em que os autores são filiados às escolas a que pertencem, é a nossa atividade intelectual analisada sob diversos ângulos: poesia, romance, teatro, história, epistolografia, oratória...

No conceito de outros, é Varnhagen o fundador da história literária brasileira «sob o aspecto da comprovação dos fatos, da retificação de erros teimosos, da separação entre a lenda e a verdade, da análise dos documentos, da investigação cuidadosa e paciente dos arquivos».

Tal a opinião de Armando Prado, transcrita por Wilson Martins (45).

(38) *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*, Rio, 1956, pág. 42.

(39) *História da Literatura Brasileira*, I, São Paulo, 1930, pág. 272.

(40) *O Pai da Nossa Historiografia Literária* (Carta aberta a Mário Portugal Fernandes Pinheiro). In *Ilustração Brasileira*. Rio, maio/junho, 1957.

(41) *Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a Historiografia do Brasil*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 6-3-1955.

(42) *Reivindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*, In *Jornal do Comércio*, Rio, 7-10-1956.

(43) *História da Literatura Brasileira*, 1.º milheiro, 1916, pág. 407.

(44) *Op. cit.*, Rio, 1956, pág. 75.

(45) *A Crítica Literária no Brasil*. São Paulo, 1952, pág. 69.

Não apresentou Varnhagen um panorama geral de nossa literatura, e as suas atividades, nesse domínio, se processaram «*longe da preocupação das perspectivas de conjunto* (grifei), sem concepções estéticas e sem forma artística, numa visível incapacidade para retratar uma personalidade, traçar um caráter, descrever os cenários dos grandes sucessos históricos, dramatizar as lutas das multidões e o formidável combate do homem contra a natureza».

Eis ainda o que proclama Armando Prado.

Ao contrário, além das pesquisas que empreendeu, muitas das quais de real proveito, apreciou o Cônego Fernandes Pinheiro, no *Curso Elementar de Literatura Nacional*, a história das letras brasileiras *na multiplicidade de seus aspectos, no seu conjunto* (46), como declara Levi Carneiro, em conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras, a respeito da crítica do Romantismo.

É autor da «*primeira obra de brasileiro sobre o conjunto de nossa história literária* (grifei), por sinal que entrosando a literatura colonial em suas origens portuguesas mais agudamente que muitos historiadores que lhe sucederam» (47), afirma Wilson Martins.

Tôdas essas circunstâncias invoquei no opúsculo *A Exatidão e a Pesquisa Literária* (II), recentemente publicado (1957).

Em apoio da tese que sustento, escreveu-me Carlos Maul a seguinte carta-aberta (48), que ora transcrevo:

«Li com muita satisfação os originais de seu trabalho *Cônego Fernandes Pinheiro (Vida e Obra)*. O copioso material que V. acumulou para a demonstração de seu ponto de vista — que é, aliás, o de quantos estudam o nosso passado — de que ao cônego cabe a primazia da historiografia literária do Brasil, não deixará no espírito dos leitores nenhuma dúvida a respeito dessa prioridade.

Ao ilustre clérigo e professor, seu eminente antepassado, tocou o que tem tocado a muitos dos que escrevem em nossa terra: a omissão de seu nome exatamente pelos que lhe aproveitaram as lições e as pes-

(46) *A Crítica do Romantismo. In Curso de Crítica (Conferências Realizadas na Academia Brasileira de Letras)*. Rio, 1956, pág. 80.

(47) *A Crítica Literária no Brasil*, São Paulo, 1952, pág. 46.

(48) *O Pai da Nossa Historiografia Literária, In Ilustração Brasileira*, Rio, maio/junho, 1957.

quisas. Não se negará a alguns dos que versaram o mesmo assunto, posteriormente, mérito ou talento. São evidentes os esforços dos continuadores, mas o que não se tolera é a injustiça para com quem proferiu a primeira palavra e coordenou os primeiros elementos necessários a tudo o que se produziria mais tarde com base nas suas investigações. As várias histórias da literatura aparecidas no Brasil, de brasileiros e de estrangeiros que por aqui andaram, serviram para a repetição de numerosos erros e equívocos, porque tôdas traziam a eiva da carência de um exame das obras referidas, e no que estavam certas reproduziam o texto do Cônego Fernandes Pinheiro.

Nada perderiam os autores dêsses livros se houvessem prestado ao antecessor a devida reverência pelo que lhes deixou de caminho percorrido e de colheita abundante. Poderiam ter feito o que V. acabou fazendo com energia, brilho e probidade. Agora, ao ler-se o que V. reuniu em suas páginas, verificar-se-á, à luz de um riquíssimo documentário da melhor autoridade, que ninguém mais ousará tirar ao Cônego Fernandes Pinheiro o título que lhe pertence por direito de conquista. Discutir, nos moldes de determinados escribas, se era ou não brilhante a prosa do velho mestre, não lhe tira o valor, nem ao esforço nem à vastidão de conhecimentos. Lá está no Píndaro que o «mérito pertence a quem teve a primeira idéia». No caso em aprêço teve-a, indiscutivelmente, o Cônego Fernandes Pinheiro, que V. indica como o pai de nossa historiografia e crítica literárias. Tudo o que possuímos nesse sentido é posterior ao seu advento. A êle, portanto, o que se lhe reconhece como de sua iniciativa».

Não se pode negar ao Cônego Fernandes Pinheiro, em face de tudo o que até agora foi desenvolvido, o título a que tem incontestavelmente direito: o de **FUNDADOR DA HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA LITERÁRIAS DO BRASIL**.

Explicando as razões que o levaram a concretizar tão importante trabalho — o *Curso Elementar de Literatura Nacional* — expõe o autor:

«Quando em 1857 fomos nomeado professor de Retórica, Poética e Literatura Nacional do Imperial Colégio de Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compêndio adaptado à última parte do nosso

curso. Para preencher êsse vazio tomamos sôbre os nossos débeis ombros uma emprêsa que a outros melhor caberia; e o resultado é o que ora apresentamos ao público.

Não temos a vaidade de crer que completo seja o nosso trabalho; é de supor que tenha defeitos, originados uns da nossa insuficiência, e outros da estreiteza do plano que abraçamos, tendo em atenção a multiplicidade de matérias que estudam os alunos do sétimo ano do referido colégio, para os quais principalmente o escrevemos. Consola-nos porém a persuasão de sermos o primeiro a realizar um pensamento que, quando aperfeiçoado, será de grande vantagem para a juventude.

Estudando sucessivamente os autores que mais se abalizaram, tivemos o escrupuloso cuidado de conservar-lhes a fisionomia, não só lhes respeitando a dicção, como ainda nos conformando com a sua ortografia, por mais estranha que nos parecesse. Nada seria mais ridículo (quanto a nós) do que rebocar e cair um velho edifício gótico, que no sombrio do seu aspecto ganha em veneração o que porventura perde em beleza: assim também entendemos que cumpre seja acatada a ortografia dos clássicos, por ter ela o cunho da sua época e servir, até certo ponto, para caracterizá-los. Infelizmente, porém, não nos foi sempre possível observar o rigor que nos havíamos prescrito, pela dificuldade de obter as edições primitivas.

Receando da fraqueza de nossos juízos, buscamos escudar-nos com os dos mais afamados criticos, sempre que isto nos foi possível.

Se porventura erramos no conceito que de alguns escritores formamos, foi sempre de boa-fé, e com o desejo veemente de seguir a verdade.

Tal foi o nosso programa, tal o pensamento que nos guiou na confecção dêste *Curso Elementar de Literatura Nacional*, ao qual consagramos os poucos lazeres que nos sobram da nossa atarefada vida» (49).

Em resumo: tratando, em conjunto, das literaturas brasileira e portuguesa, pretendeu o Cônego Fernandes Pinheiro, em particular, atênder ao programa de ensino adotado no Imperial Colégio de Pedro II. Escuda-se em boas fontes e, sempre que pode, respeita a ortografia dos autores apreciados.

(49) *Op. cit.*, 2.^a ed., 1883, págs. VII/VIII.

Todos êsses aspectos, como se vê, deixou o fundador de nossa historiografia e crítica literárias expressos, com sensível modéstia, na explicação que antecede ao compêndio.

«Não se pode negar a valia do dito compêndio, observa o Professor Alfredo Balthazar da Silveira, merecendo leitura atenta a lição primeira, concernente à origem da língua portuguesa.....

Quem o ler, com a atenção dedicada aos livros, cuja publicação representa grande operosidade, grande sênso analítico, grande entusiasmo pelas plagas nativas, há-de adquirir excelentes conhecimentos, pois êle nunca se escravizou aos impulsos da odiosidade, ou aos exa-geros da lisonja» (50).

«Se em alguns pontos, mais próximos das origens, se demora pouco, ou se apressa mais, não lhe estranhemos como delito», salienta Rebelo da Silva, que, a seguir, prossegue:

«Nem a brevidade, nem a índole do estudo, que se propôs, lhe prescreviam outra coisa. Todavia, as páginas que dedicou à formação da língua, e à concisa explicação dos primeiros vagidos da nossa infância poética, abonam a instrução e a superioridade do seu espírito. Na parte hipotética e arqueológica, mesmo desajudado dos auxílios que teria colhido em Portugal e na Europa no estudo dos arquivos mais opulentos, guiou-o a natural sutileza com mão tão hábil, que raro se equivoca, ou se deixa ofuscar» (51).

Nomeado pela Inspetoria da Instrução Pública da Côrte, para dar parecer a respeito do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, opina Joaquim Norberto:

«... Abrangendo o curso elementar as literaturas de língua portuguesa, o autor cometeu por certo uma empresa árdua e difícil, e pode-se-lhe dar os parabéns pelo complemento de sua obra, que é indubitavelmente a mais completa que temos. Além do que se encontra nas memórias de literatura portuguesa publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa e os trabalhos resumidos do Visconde de Almeida Garrett, Freire de Carvalho, Costa e Silva e Lopes de Mendonça, nada

(50) Cônego Fernandes Pinheiro. In *A Cruz*. Rio, 3-2-1957.

(51) *Jornal do Comércio*. Lisboa, 2-9-1863.

mais existe na língua portugueza sobre a sua literatura! Os que a quizerem estudar nessas obras, algumas raras e de alto preço, só poderão possuir noções destacadas, informes, incompletas, com perda de tempo e paciência. Reunindo os materiais dispersos, juntando ao seu juízo o juízo dos críticos que o precederam, o autor andou bem; não impôs a sua opinião com a ênfase do *magister dixit*; mostrou antes que havia apelação para outros juízos mais autorizados pelo tempo; e, conhecendo a pouca vulgaridade das obras clássicas da língua portugueza, o custo dos livros, a dificuldade que teriam os seus alunos em consultar tôdas as obras de que trata, juntou alguns excertos, dando à sua obra um triplicado valor.

O autor dividiu o seu curso em quarenta e três lições, que abrangem seis épocas distintas. Em cada uma dessas épocas trata das escolas que mais se assinalaram, expõe os gêneros das composições mais em voga e suas espécies, e fala de cada autor como seu representante. A biografia figura a par da bibliografia; o retrato do autor acompanha a exposição das suas obras; o aluno adquire conhecimento tanto de um como de outras, sem necessidade de recorrer a outros livros e jornais, tão vários e tão custosos.

.....
É, pois, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro digno de todo o acolhimento; e até o presente os prelos ainda não deram em nossa língua coisa mais completa neste gênero e que, por um esforço digno de seu autor, reúne às subdivisões dadas geralmente ao curso a escolha própria das seletas, a notícia das obras e seus autores e a crítica dos literatos abalizados. É uma obra que dispensa, com economia de tempo e despesa, o trabalho de haver, de juntar, de consultar muitas obras, podendo o autor dizer como Camões:

«..... Aqui vereis presente
«Cousas que juntas se acham raramente!» (52).

Não ficou circunscrito ao Brasil o êxito alcançado pelo *Curso Elementar de Literatura Nacional*, pois que, à vista do parecer de Rebelo da Silva e Antônio da Silva Túlio, deliberou

(52) *Revista Popular*. Rio, tomo XVI, 1862, págs. 301/303.

a Academia Real das Ciências de Lisboa agraciou o Cônego Fernandes Pinheiro com o diploma de sócio-correspondente estrangeiro.

Reza, assim, o parecer da douta Comissão:

«Em obediência às prescrições da classe examinamos o *Curso Elementar de Literatura Nacional* composto pelo professor do Colégio Imperial de Pedro II, no Brasil, o Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Se esta obra, pela sua índole peculiar, como compêndio, ainda não é o livro de que tanto carecem as nossas letras, parece-nos todavia um dos escritos mais completos e noticiosos, que saiu dos prelos brasileiros, ou portugueses, nos últimos tempos. O autor soube riscar o seu plano com afouteza e sem temeridade; e nos lugares mais árduos ou escabrosos ostenta o juízo sereno e perspicaz, e o conhecimento refletido do assunto, essenciais à crítica imparcial e instruída. Dividindo a História literária portuguesa em seis épocas, e caracterizando cada uma delas com os traços mais apropriados, o Sr. Fernandes Pinheiro, simplificando o método, tornou acessível aos alunos os temas de suas lições. O estilo é sóbrio e fluente; e a exposição recomenda-se pela clareza e propriedade dos termos, e pela lucidez e discernimento das opiniões. Poucos, no estreito espaço que a obra desta natureza é dado percorrer, conseguiriam igual triunfo, sobretudo em um ramo perigoso, no qual o menor passo em falso ameaça de queda inevitável.

Em presença destas circunstâncias, que fôra facilímo desenvolver detidamente, entende a comissão que o *Curso Elementar* merece os louvores que a imprensa lhe dedicou, e que o Sr. Pinheiro, pelo serviço valioso prestado com êle aos progressos literários, está muito no caso de ser pela Academia contemplado com o diploma de seu sócio-correspondente estrangeiro. — Lisboa, 28 de janeiro de 1864. — *Luís Augusto Rebelo da Silva*. — *Antônio da Silva Túlio*» (53).

Não menos importante do que o *Curso Elementar de Literatura Nacional* é o *Resumo de História Literária*.

«Tanto o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, que nada tem de elementar, como o *Resumo de História Literária*, que nada

(53) Parecer publicado na segunda edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, Rio, 1883, págs. IX/X.

tem de resumo, constituem os marcos iniciais do estudo da história literária no Brasil» (54), declara Joaquim Ribeiro.

É comum situar-se a publicação desta última obra em 1872. Eu mesmo, no *Esbôço Biobibliográfico Sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*, incidi no equivoco por ter levado em conta algumas das informações existentes, e interpretado, literalmente, estas palavras do autor:

«Resta-nos porém a grata consolação de havermos sido o primeiro em trilhar semelhante vereda: assim como coube-nos a honra de ter escrito, *há dez anos* (grifei), o primeiro *Curso Elementar de Literatura* que possuiu a língua portuguesa» (55).

Hoje estou certo de que o *Resumo de História Literária* foi publicado em 1873, conforme referência expressa na página 480 do segundo tomo.

Explica o Cônego Fernandes Pinheiro:

«Obrigado pelos deveres do magistério a estudar as fontes da literatura nacional, concebemos a idéia da obra, que ora submetemos à correção dos doutos.

Lançando rápido olhar sobre as literaturas estrangeiras, apreciamos perfunctôriamente as hebraica, grega, latina, italiana, francesa, inglêsa, alemã e espanhola; que, mais ou menos, influíram para a formação, ou aperfeiçoamento da nossa.

Detivemo-nos mais na portuguesa, e passando à luso-brasileira procuramos cuidadosamente seguir-lhe os lineamentos, como que surpreendendo-a nos recônditos arcanos do seu gênese.

No desempenho do nosso plano é bem possível que não tenhamos atingido o alvo; que numerosos sejam os erros e omissões, involuntariamente cometidos; resta-nos porém a grata consolação de havermos sido o primeiro em trilhar semelhante vereda: assim como coube-nos a honra de ter escrito, *há dez anos*, o primeiro *Curso Elementar de Literatura* que possuiu a língua portuguesa.

Com franqueza e lealdade citamos os mananciais onde fomos saciar a nossa sede de saber, e, como a abelha, sugamos de tôdas as flôres o suco que mais nos aprouve.

(54) *As Antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro*. Estudo a ser publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*

(55) *Resumo de História Literária*, I, Rio, 1873, pág. 7.

Respeitando os indivíduos, e acatando as suas opiniões, não renunciámos o direito de aquilatá-las pelo crisol da nossa crítica.

Aceitamos e agradecemos conselhos e admoestações, firme porém no propósito de não entreter polémicas, nem repelir *injúrias*» (56).

Novamente, impõe-se o Cônego Fernandes Pinheiro como precursor. Esparsos, incompletos, falhos, errados e, não raro, desconhecidos eram os informes que, no Brasil e em Portugal, havia das literaturas estrangeiras. Compreendendo a utilidade e o proveito que resultariam da sistematização de todos esses dados, a ela se inclinou o fundador de nossa historiografia e crítica literárias, que, poliglota, dominou a matéria.

Despertaria, pois, o *Resumo de História Literária* entusiásticas saudações.

«A imprensa, apreciando esta nova obra, fê-lo de um modo muito lisonjeiro para o Cônego Fernandes Pinheiro» (57), comenta Inocêncio.

Aclarando os motivos que o impeliram a denominar nossa literatura — «luso-brasileira» — escreve Fernandes Pinheiro:

«A epígrafe que adotamos manifesta a tódia a luz nosso modo de sentir na debatida questão da nacionalidade literária que alguns eruditos quiseram atribuir aos escritores brasileiros. Havendo lido e meditado no que a tal respeito disseram os senhores Magalhães, Varnhagen, Pereira da Silva, Abreu e Lima, Gama e Castro, Santiago, Norberto, Alencar, e outros, chegamos à íntima convicção de que — a nossa literatura é um garfo do tronco português, um ângulo que se afasta do seu vértice, à proporção que se distancia a época do descobrimento e colonização, e pela força das causas que modificam a índole e os costumes dos dois povos irmãos. Em vez de entrar no pleito, onde nada de novo poderíamos ajuntar ao que tão luminosamente foi alegado pró e contra, preferimos demonstrar praticamente a nossa opinião bosquejando a história dessa literatura, desde a aurora da sua aparição até o momento em que estas linhas traçamos. Dividi-la-emos em três períodos. a

(56) *Op. cit.*, I, pág. 7.

(57) *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo décimo segundo, 1884, pág. 29.

saber: o da *formação* (séculos XVI-XVII), o do *desenvolvimento* (século XVIII) e o da *reforma* (século XIX)» (58).

Considerando essa divisão da nossa literatura reconhece-lhe Silvio Romero a superioridade sobre a estabelecida por Ferdinand Wolf, em *Le Brésil Littéraire*. Proclama, porém, que o autor «deixou-se evidentemente iludir pela separação material dos séculos, *sem atender que o andar das idéias e doutrinas não obedece o mais das vezes às marcações exteriores do tempo*» (59). (Grifei).

Desde que se omite a ressalva do Cônego Fernandes Pinheiro, acho-me na contingência de reproduzi-la textualmente:

«Adotando a divisão por períodos literários na ordem dos séculos, não desconhecemos a incongruência de semelhante classificação, *visto como prolongam-se indeterminadamente no seguinte as idéias dominantes no anterior, não se sabendo ao certo quando acabam as antigas, nem se podendo fixar o ponto de partida das novas idéias*» (60). (Grifei).

Nessas condições, sente-se que a crítica feita por Silvio Romero não passa de uma *simples repetição* da ressalva constante do *Resumo de História Literária*.

Aliás, apressa-se o Cônego Fernandes Pinheiro em justificar a sua preferência pelo critério que adota, por causa da deficiência de melhor método (61).

Sem dúvida, influíu êsse critério de divisão da literatura em muitas das outras apresentadas, posteriormente, inclusive no de Silvio Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho e Artur Mota, como sustenta Alceu Amoroso Lima (62).

Em carta ao Cônego Fernandes Pinheiro, felicita-o José Feliciano de Castilho, pela publicação do *Resumo de História Literária*:

«Exmo. Sr. Cônego J. C. Fernandes Pinheiro

Agradeço cordialmente a V. Excia. o valioso mimo do seu *Resumo de História Literária* que acabo de ler atentamente, com muita satisfação. Se todo o Magistério

(58) *Resumo de História Literária*, II, Rio, 1873, pág. 293.

(59) *Livro do Centenário*, 1900, I, vol., III, pág. 4.

(60) *Resumo de História Literária*, II, Rio, 1873, págs. 418/419.

(61) *Op. cit.*, II, pág. 419.

(62) *Introdução à Literatura Brasileira*, Rio, 1956, págs. 77, 83 e 84.

Exmo. Sr. Conde J. C. Fernandes Pinheiro

Agadez cordialmente a V. Ex.^a o volume
mimo de seu "Resumo de Historia Litteraria",
que acabo de ler attentamente, com muita
satisfaccão. Se todo o Magisterio comprehendeu-
se aos deveses como V. Ex.^a, a sciencia marcharia
entre nós a passos agigantados, e os prelos do
nosso idioma honrariam as nossas patrias... se é
que, em materia litteraria, não é mais proprio
singularizar este plural. Já o Sr. Luro de Littera-
tum "the havia colligido valiosos subsídios para
esta importante obra; mas a aquia tempo visto
por mais largo horizonte, e o Sr. toma um servio
de complemento a seu estudo geral, comparativo
e utilissimo. De proprio que, uma ou outra vez,
descobramos de algumas ideias, sendo obrigados a
prostar-lhe a justiça de que a forma de V. Ex.^a
é sempre sincera, illustrada, real, benévola, preziosa,
lito q. a tornam inextinguivel^o sympathica.

Contendo V. Ex.^a, como Mestre, a doctrina sua,
e prometta que na lucta dos seus redmidoes
continue aliado quem é, com elevada consideração,

De V. Ex.^a

collega resp.^o ob.^o

J. T. de Castello

An. 19 outubro 1863.

compreendesse os seus deveres como V. Excia., a ciência marcharia entre nós a passos agigantados, e os prelos do nosso idioma honrariam as nossas pátrias... se é que, em matéria literária, não é mais próprio singularizar este plural. Já o seu *Curso de Literatura* lhe havia coligido valiosos subsidios para esta importante obra; mas a águia lançou vistas por mais largo horizonte, e o 1º tomo veio servir de complemento a um estudo geral, comparativo e utilíssimo. Os próprios que, uma ou outra vez, discordarem de algumas idéias, serão obrigados a prestar-lhe a justiça de que a pena de V. Excia. é sempre sincera, ilustrada, leal, benévola, predica dos estes q. a tornam inexcedivelmente simpática.

Continue V. Excia., como Mestre, a doutrinar-nos, e permita que na turba dos seus admiradores continue alistado quem é, com elevada consideração,

De V. Excia.

colega resp.^{so} obr.

Rio, 19 outubro 1873. — J.F. de Castilho.

Também Inocêncio, em artigo dedicado ao Cônego Fernandes Pinheiro, diz do *Resumo de História Literária*:

«Neste, como em todos os seus trabalhos de índole semelhante ou análoga, o Sr. Dr. Fernandes Pinheiro mostra-se crítico atilado e imparcial nos seus juízos, ainda que mais propenso ao louvor que à censura; mas sempre superior às preocupações e preconceitos de que mal podem despir-se a maior parte dos seus patricios, descambiando em agras declamações quando têm de referir-se ao regime dos tempos coloniais. O Sr. Pinheiro sabe fazer justiça a todos» (63).

Protesta José Verissimo, na *História da Literatura Brasileira* (64), que a crítica, no Brasil, nasceu com as academias literárias do século XVIII.

Nada mais disparatado. Como qualificar de crítica o acervo de elogios desmesurados, pomposos, adulatórios, ridículos até, com que os supostos críticos daquelas academias brindavam os trabalhos sujeitos à sua apreciação?

(63) *Dicionário Bibliográfico Português*, décimo-segundo volume, 1884, pág. 29.

(64) *Op. cit.*, 1.º milheiro, 1916, pág. 404.

Compôs José Pires de Carvalho e Albuquerque a Academia Brasileira dos Renascidos, um poema em homenagem à Santíssima Virgem, do qual seleciono duas estrofes:

«Foi a mãe do pecado enriquecida
De graça original: logo era justo
Que a Mãe da graça fôsse concebida
Em tôda a graça, isenta a todo o susto,
E se quem causa a culpa, prevenida
Foi de graça, como vemos
Antecipadas tem da graça extremos.

«O nome de Joaquim interpretado
Foi graça, o qual foi Pai desta Senhora,
Também de Ana o nome celebrado
Foi graça, que foi Mãe da bela Aurora.
É logo por discurso bem formado
Em graça à Conceição que a igreja adora;
Pois quem de dois princípios vem de graça
Não se concebe na fatal desgraça» (65).

Bem ilustra a qualidade da «crítica» realizada nas academias do século XVIII, o seguinte parecer, lavrado por João Ferreira Bittencourt e Sá, ao considerar a referida versalhada:

«...contém em si matérias tão sublimes e cantos
tão suaves, diz elle, que parece ser todo inspirado do
céu, ainda que organizado na terra.

.....
É tão sublime a musa do nosso acadêmico que a
sair do eminente cume do Parnaso, só passaria, como
passou, ao mais elevado ápice do Olimpo. Feliz idéia,
divino furor, soberana inspiração, que de todo se em-
prega em formar harmoniosos cantos que mais parecem
angélicos do que humanos!» (66).

Severo e justo, divergindo dêsse parecer, que condiz com o espírito de lisonja imperante nas academias do século XVIII, afirma o Cônego Fernandes Pinheiro:

«O poema que servia de assunto a tão bombásticos elogios
não passa de uma insulsa narrativa da vida da Virgem Santíssima

(65) Cônego Fernandes Pinheiro, *A Academia Brasileira dos Renascidos*, In *Estudos Históricos*, II, Rio, 1876, págs. 282/283.

(66) *Op. cit.*, II, pág. 281/282.

desde a Conceição até a Assunção, recheado de alegorias de péssimo gosto e entretecido de antíteses e trocadilhos» (67).

É a crítica literária, no Brasil, produto do Romantismo. Nasce, então, se propaga, vacilante ainda, para, enfim, se estruturar, já agora sistematizada, no *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

«Destarte, assevera Celso Vieira, para a história das letras do Brasil, colônia, reino, império, tivemos nêlo o precursor de estudos laboriosos, dificilmente realizáveis nos meados do século XIX, considerando-se a difusão do material, a incerteza das fontes remotíssimas, a escassez de seguros dados cronológicos ou informativos. Redobramos tamanhas dificuldades por haver o autor, compendiando seis épocas (1140-1826...), abreviado os ciclos da literatura portuguesa em todos os gêneros. Desde as origens seiscentistas, reconstitui-lhe o desenvolvimento, em síntese, filiando na vetustez dessas letras a nossa infância literária, cujas formas ou tendências, ainda mal definidas, remontavam às fontes lusitanas, mas delas se desprendiam agora, nacionalizadas» (68).

Qual o conceito que forma o Cônego Fernandes Pinheiro da crítica literária? Acha-se a melhor resposta nas *Postilas de Retórica e Poética*, que organizou para os seus discípulos do Imperial Colégio de Pedro II (Vide *Apêndice VIII*).

O conceito de crítica literária firmado pelo Cônego Fernandes Pinheiro, e copiado, sem a devida menção, pelo ilustre e saudoso Professor José Ventura Boscoli (69), traduz o elevado prisma sob o qual o fundador de nossa historiografia e crítica literárias encara a matéria.

Conquanto inclua o Cônego Fernandes Pinheiro entre os «cultores de subido mérito» (70) da crítica literária, nenhuma referência especial às suas obras faz o citado Professor José Ventura Boscoli, embora transcreva, em suas *Lições de Literatura Brasileira* (1912), trechos e trechos do *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), das *Postilas de Retórica e Poética* (1872) e do *Resumo de História Literária* (1873) (71).

(67) *Op. cit.*, II, pág. 282.

(68) Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio, 9-1-1955.

(69) *Lições de Literatura Brasileira*, Niterói, 1912, págs. 16/18.

(70) *Op. cit.*, pág. 256.

(71) Vide Mário Portugal Fernandes Pinheiro, *Outras Reivindicações a Favor do Cônego Fernandes Pinheiro*. Rio, 1956, págs. 16/22.

«A nosso ver, observa o Professor José Gonçalves Villanova, essa é a consagração definitiva e a prova irrefutável da *importância e influência* da obra do Cônego Fernandes Pinheiro: cinquenta anos depois foi *servilmente* plagiado por um professor famoso» (72).

Passo agora a examinar o procedimento de outros autores em relação ao fundador de nossa historiografia e crítica literárias.

Silvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho praticam deploráveis injustiças. Foram os principais causadores do silêncio que, durante muito tempo, se fez em torno dos méritos do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Refutarei aquelas injustiças que me parecem mais graves a fim de evidenciar, à luz da razão e da verdade, a improcedência das apreciações que fazem, e a posição ingrata, insustentável, em que se colocam.

Na *História da Literatura Brasileira* (73), informa Silvio Romero:

«O livro de Ferdinand Wolf, *Le Brésil Littéraire* (1863), tem sido, e continua a ser com razão, o nosso oráculo na matéria; porque é único em seu gênero. O escritor austriaco foi o primeiro a fazer um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura, quadro pálido e incorreto, é certo, mas que se impõe, por estar no singular. E já lá vão mais de vinte anos que o livro foi publicado, e ainda hoje é o compêndio oficial de nossos cursos!

Antes de Ferdinand Wolf ainda a estrangeiros coube a tarefa de traçar as primeiras notícias de nossas letras».

Pela análise do articulado, percebe-se, incontinenti, a preocupação de omitir o nome do Cônego Fernandes Pinheiro. Foi *Le Brésil Littéraire* (1863) publicado após o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), circunstância que Silvio Romero bem conhecia, porquanto, na própria *História da Literatura Brasileira*, assinala, com fidelidade, a data da publicação de ambos (74).

Destarte, não era o livro do escritor austriaco o único existente até aquela época. Nem coube a Ferdinand Wolf, «tão pouco conhecedor de nossa vida espiritual» (75), como afir-

(72) *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 8-1-1956.

(73) *Op. cit.*, 1.^a ed., 1888, I, págs. 3/4.

(74) *Op. cit.*, I, págs. 3 e 5.

(75) *Historia da Literatura Brasileira*, 3.^a ed., tomo primeiro, Rio, 1943, pág. 302.

maria, mais tarde, Silvio Romero, a gloriosa *prioridade* de apresentar «um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura».

Pertence essa primazia ao Cônego Fernandes Pinheiro, com a publicação, em 1862, do *Curso Elementar de Literatura Nacional*.

Injusto é ainda Silvio Romero, quando declara:

«A autores nacionais só devemos alguns ligeiros ensaios, pequenas monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto.

«Os principais dentre eles vêm a ser..... Fernandes Pinheiro — *Discurso Sobre a Poesia Religiosa em Geral e em Particular no Brasil*, na tradução de Job por Elói Otôni (1852), e também no *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) (grifei) e no *Resumo de História Literária* (1872) (sic) (76).

Não cabem semelhantes classificações ao *Curso Elementar de Literatura Nacional* nem ao *Resumo de História Literária*. Em ambos, empreende o autor um estudo *sistemático e continuado* de nossa literatura, do século XVI ao XIX.

Embora antecedam aos livros do Cônego Fernandes Pinheiro, não são as obras de Friedrich Bouterwek, Simonde de Sismondi e Ferdinand Denis — *histórias* — da literatura brasileira, como admite Otto Maria Carpeaux, na *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira* (77). Representam apenas, na opinião de todos os nossos críticos, deficientes *subsídios* ao estudo da literatura pátria.

«Êsses livros — escreve o Professor José Gonçalves Villanova — trataram especialmente da literatura de Portugal e só secundariamente, e mesmo assim com muitas lacunas, tratavam de alguns poetas brasileiros. Por êsses motivos — língua estranha e insuficiência com que tratavam de nossa literatura, até então colonial — de maneira alguma, poderiam ser usados em nossas escolas» (78).

É de se notar que *Le Brésil Littéraire*, de Ferdinand Wolf — escrito em francês, sem quaisquer intenções didáticas e manifestamente desajustado ao programa de ensino — não poderia

(76) *Op. cit.*, I, págs. 4 e 5. O *Resumo* é de 1873.

(77) *Op. cit.*, 2.^a ed., 1955, pág. 21.

(78) *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*, In *Jornal do Comércio*, Rio, 8-1-1956.

jamais ter sido o «compêndio oficial de nossos cursos», como declara Silvio Romero.

Na verdade, *compêndios oficiais de nossos cursos* foram o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o *Resumo de História Literária*, circunstância que Carlos de Laet deixa subentendida no artigo intitulado *Ensino Oficial da Literatura* (*Breve e Curioso Resumo do Ensino da Literatura no Colégio de Pedro II*) (79):

«Quando por lá passou o octogenário que escreve estas linhas, afirma, o alto ensino literário constituía o objeto de duas cadeiras: uma, a de retórica e poética, no 6º ano do curso; e outra, a de literatura nacional, no 7º ano — confiadas ambas ao Cônego Dr. Fernandes Pinheiro.

Mais tarde foi criada, e com tôda razão, a docência de literatura geral, e para esta disciplina, como já o havia feito para a literatura nacional, escreveu o doutíssimo professor um extenso compêndio...».

Realmente, se o *ensino oficial da literatura* era ministrado pelo «doutíssimo professor» (80), catedrático do Imperial Colégio de Pedro II, e se os seus livros foram elaborados tendo em vista o *programa oficial de ensino*, «com notícias e citações sempre exatas e graduadas para a capacidade de compreensão dos alunos» (81), por que atribuir-se a *Le Brésil Littéraire* o caráter de *compêndio oficial de nossos cursos*?

Em suma: não assiste razão a Silvio Romero quando:

1º) afirma que *Le Brésil Littéraire* (1863), de Ferdinand Wolf, estava no *singular*, porquanto já haviam sido publicados, além de outras obras, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873);

2º) considera que o escritor austríaco foi o primeiro a fazer um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura;

3º) atribui a *Le Brésil Littéraire* o caráter de *compêndio oficial de nossos cursos*;

(79) *O Frade Estrangeiro e Outros Escritos*, Organização de Múcio Leão, Rio, 1953, pág. 224.

(80) *Loc. cit.*

(81) José Gonçalves Villanova, *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 8-1-1956.

4º) declara que antes de Ferdinand Wolf, ainda a estrangeiros coube a tarefa de traçar as primeiras notícias de nossas letras;

5º) inclui os supracitados livros do Cônego Fernandes Pinheiro entre os trabalhos que enumera como *ligeiros ensaios, pequenas monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto*.

Defende Silvio Romero, em 1888, a possibilidade de se escrever a história da literatura pátria sem «recorrer nunca» (82) às publicações de seu antecessor.

Mais uma vez, não tem razão o erudito crítico. Sobreponha-se a parcialidade à evidência dos fatos.

As primeiras e pálidas notícias a respeito das academias literárias do século XVIII foram prestadas por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, cabendo ao Cônego, seu sobrinho, ampliá-las consideravelmente, por ter obtido a necessária documentação, e traçar, no tocante àquelas academias, que floresceram na Bahia, dois estudos básicos: — *A Academia Brasileira dos Esquecidos* (83) e a *A Academia Brasileira dos Renascidos* (84).

«E já que falamos de estudos sérios, observa o Professor José Gonçalves Villanova, não podemos esquecer que, tendo em vista a probidade das pesquisas e o valor da documentação reunida, é o Cônego Fernandes Pinheiro o autor do melhor estudo feito até o presente sobre a *Academia Brasileira dos Esquecidos* e a *Academia Brasileira dos Renascidos*, estudo de que tanto serviram os seus sucessores sem o citarem» (85).

Nesse número, como demonstrei, inclui-se o próprio Silvio Romero.

Após informar que os principais poetas do século XVIII pertenciam à Academia Brasileira dos Esquecidos, conclui:

«Os escritos desta gente quase todos se perderam, e os que de alguns chegaram até nós, são tão insignificantes, tão chochos, tão imprestáveis, que só o gosto de encher papel poderá

(82) *História da Literatura Brasileira*, II, Rio, 1888, pág. 777.

(83) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 31, II, 1868, págs. 5/32; *Estudos Históricos*, II, Rio, 1876, págs. 235/270.

(84) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 32, II, 1869, págs. 53/70; *Estudos Históricos*, II, Rio, 1876, págs. 273/296.

(85) *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*, In *Jornal do Comércio*, Rio, 8-1-1956.

justificar qualquer despesa de considerações a seu respeito. É tarefa que deixo de boa mente a qualquer homem-traça que por aí deseje desencavar do pó das bibliotecas velhos manuscritos e regalar com êles o nosso tempo de curiosos enfastiados» (86). Salienta ainda que «os arguciosos de hoje desdenham do fato, por julgarem-no através de algumas amostras de versos deploráveis que chegaram até nós saídos da sociedade dos *Esquecidos*.....» (87).

Ora, se Silvio Romero sabia que aquêles acadêmicos compuseram «versos deploráveis» deveria tê-los lido e, portanto, *recorreu* ao estudo do Cônego Fernandes Pinheiro, único lugar onde encontraria as transcrições de que se valeu para assentar o seu juízo. Se sabia, igualmente, que os principais poetas do século XVIII pertenciam à Academia Brasileira dos Esquecidos, não poderia deixar, também, de ter *recorrido* ao estudo do Cônego Fernandes Pinheiro, que contém, em apêndice, a relação completa dos nomes dos acadêmicos, única publicada até então.

Não compreendo, porém, que, protestando contra os que desdenham de «fato altamente significativo» (88), declare que «só o gosto de encher papel poderá justificar qualquer despesa de consideração», no que concerne aos trabalhos produzidos naquela Academia.

É preciso sublinhar que um «fato altamente significativo» na história de nossas letras merece ser encarado em todos os seus aspectos. Assim procedeu o Cônego Fernandes Pinheiro, ao tratar das academias do século XVIII.

Evidenciadas as contradições de Silvio Romero, espírito brilhante, mas sensivelmente contraditório e apaixonado, anoto a analogia existente entre estas frases: refere-se êle ao *lazer que tinham as altas classes para o cultivo das letras* (89), e o Cônego Fernandes Pinheiro, aos homens *que consagraram seus lazeres ao cultivo da inteligência* (90). No caso, a memória de Silvio Romero o trai, pois que a semelhança entre as duas frases está a denunciar a leitura atenta do trabalho de Fernandes Pinheiro.

Também o critério de divisão da literatura brasileira, estabelecido pelo Cônego no *Resumo de História Literária*, influê

(86) *História da Literatura Brasileira*, I, 1888, pág. 189.

(87) *Op. cit.*, I, pág. 188.

(88) *Op. cit.*, I, pág. 188.

(89) *Op. cit.*, I, pág. 188.

(90) *A Academia Brasileira dos Esquecidos, In Estudos Históricos*, II, Rio, 1876, pág. 270.

no de Sílvio Romero, como declara Alceu Amoroso Lima (91), prova notória de que também a essa obra *recorreu* o autor da *História da Literatura Brasileira*.

Causa-me a mais profunda estranheza que se afirme, em 1888, a possibilidade de se empreender a história das letras pátrias sem *recorrer nunca* às publicações de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, pois representavam elas imprescindível guia para os estudos subseqüentes, continuando, até a presente data, a constituir fontes de grande proveito.

Assevera Sílvio Romero, sempre parcial, sempre apaixonado, que o Cônego Fernandes Pinheiro não possuía «qualquer talento analítico» (92). Contudo, está a capacidade de análise dêste escritor presente no *Curso Elementar de Literatura Nacional* e no *Resumo de História Literária*, que, segundo Joaquim Ribeiro, encerram, «não raro, observações valiosas» (93).

Elogiando a crítica da obra de Antônio José, feita por Ferdinand Wolf, reconhece Sílvio Romero, implicitamente, o *talento analítico* do Cônego Fernandes Pinheiro.

É o que provarei a seguir.

Entende Sílvio Romero que o autor de *Le Brésil Littéraire* «estuda com grande habilidade o caráter dramático do poeta, gabando, sobretudo, o seu *chiste vigoroso*, suas *idéias picantes*, e sua *habilidade na invenção dos enredos*» (94).

Acontece apenas que tais circunstâncias foram ventíladadas no *Curso Elementar de Literatura Nacional*; conseqüentemente, antes de Ferdinand Wolf, analisou o Cônego Fernandes Pinheiro, com *grande habilidade*, a obra de Antônio José.

Registro a primeira observação: o *chiste vigoroso*.

Em seu mencionado *Curso*, ressalta o fundador de nossa historiografia e crítica literárias que nas peças de Antônio José há sempre «um criado vivo e espirituoso» (95), e que suas «argúcias e chistes distraem o auditório» (96). E adiante: «chistoso é o testamento do dito Sancho Pansa ditado a um almoceve que fazia as vêzes de tabelião» (97).

(91) *Introdução à Literatura Brasileira*, Rio, 1956, págs. 77 e 78.

(92) *História da Literatura Brasileira*, Rio, 1888, II, pág. 789.

(93) Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a *Historiografia do Brasil*, In *Jornal do Comércio*. Rio, 6-3-1955.

(94) *História da Literatura Brasileira*, Rio, 1888, I, pág. 195.

(95) *Op. cit.*, 1.^a ed., 1862, pág. 442.

(96) *Op. cit.*, pág. 442.

(97) *Op. cit.*, pág. 444.

Em seguida, consigno a observação relativa à *habilidade na invenção dos enredos*.

No *Curso Elementar de Literatura Nacional*, escreve o Cônego Fernandes Pinheiro:

«Ninguém mais do que Antônio José aproximou-se a Aristóteles pela originalidade da invenção.....» (98). E além: «Na escolha dos assuntos, na invenção e urdidura do enredo, no embate das paixões, e na feliz e natural peripécia não conhece Antônio José rival na literatura portuguesa» (99).

Por fim, o que se relaciona ao *sabor popular* da vítima do nefando Tribunal da Inquisição.

«Escrevendo para o povo — afirma o Cônego Fernandes Pinheiro — acomodava à sua compreensão a linguagem dos personagens, graduando-a contudo seguindo a sua classe e condição» (100).

Ora, se a crítica de Ferdinand Wolf, quando distingue o *sabor popular* das composições de Antônio José, é *profunda e exatíssima* (101), como julga Silvio Romero, *profunda e exatíssima* não poderá deixar de ser a anterior e idêntica crítica do Cônego Fernandes Pinheiro, que deveria, para Silvio, ter possuído *talento analítico*.

Com perceptível interesse de apoucar o seu antecessor, assegura o autor da *História da Literatura Brasileira*:

«O Cônego Fernandes Pinheiro disse uma vez que os *Cânticos Fúnebres* de Magalhães são superiores às *Contemplações* de Hugo. Eu não conheço uma igual heresia em crítica literária» (102).

Onde descobriu Silvio Romero a heresia citada?

Nos escritos do Cônego Fernandes Pinheiro, não a encontrei. A propósito, confirma Múcio Leão:

«Pelo meu lado, não me lembro também de ter lido, quando andei estudando as obras de Fernandes Pinheiro, essa descarada heresia literária» (103).

(98) *Op. cit.*, pág. 441.

(99) *Op. cit.*, pág. 442.

(100) *Op. cit.*, pág. 442.

(101) *História da Literatura Brasileira*, Rio, 1888, I, pág. 196.

(102) *Op. cit.*, 1888, II, pág. 877.

(103) O Cônego Fernandes Pinheiro, In *Jornal do Brasil*, Rio, 27-2-1954.

Ao proceder, nessa mesma *História da Literatura Brasileira*, à apologia de Tobias Barreto, diz Silvio Romero:

«A crítica-ciência, pois, não nasceu no Rio com a retórica do Cônego Pinheiro» (104).

Cumprе notar, de início, que essa crítica-ciência, que defende, não era — nem poderia ser — a crítica-ciência, tal como é entendida nos dias de hoje. Inspirada no positivismo da época, está a primeira «inteiramente superada nos seus exageros historicistas e sociologistas e no seu errôneo ponto-de-vista filosófico» (105), como entende Afrânio Coutinho.

Aclarado êsse ponto, procurarei perquirir o sentido daquela frase de Silvio Romero:

«A crítica-ciência, pois, não nasceu no Rio com a retórica do Cônego Pinheiro».

Dessa asserção deduz-se, em raciocínio *a contrario sensu*, que outro tipo de crítica com êle houvesse nascido. Se, porventura, não tivesse Silvio Romero a convicção de que a crítica, diversa da «crítica-ciência», que exalta, surgiu, entre nós, com o Cônego não restringiria sua declaração à essa «crítica-ciência»; escreveria, tão-sòmente, que a crítica não nasceu com Fernandes Pinheiro. E mais: tanto nêle enxergava o iniciador da crítica que é o seu nome — exclusivamente o seu nome — que aparece no trecho citado:

«A crítica-ciência, pois, não nasceu no Rio com a retórica do Cônego Pinheiro».

Certo é que Silvio Romero, pugnando por uma «crítica-ciência», pretendeu, fiel aos cânones da corrente a que se filiou, promover a ruína da crítica romântica. Para isso, urgia vibrar acerbos golpes contra o seu representante máximo no Brasil. Daí, em parte, o azedume de seus conceitos em relação ao Cônego Fernandes Pinheiro.

Também a precedência dêste escritor nos estudos de história e crítica literárias concorreu para despertar a animosidade do autor da *História da Literatura Brasileira* porque, como bem resalta Joaquim Ribeiro, Silvio Romero «nunca desejava reconhecer precursores de valor nos setores culturais em que pretendia levar a efeito inovações» (106).

(104) *Op. cit.*, 2.^a ed., II, Rio, 1903, pág. 474.

(105) *Correntes Cruzadas*, Rio, 1953, pág. 66.

(106) Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a *Historiografia do Brasil*, In *Jornal do Comércio*, Rio, 6-3-1955.

Caustica Silvio Romero o emprêgo da *retórica* nos livros do Cônego Fernandes Pinheiro. *Retórica e crítica* não se confundem. Mas, por quanto tempo se aplicaram regras de retórica nas apreciações críticas? É melhor invocar, para responder à pergunta que formulei, a autoridade do próprio Silvio Romero:

«Nos primeiros dias do século XIX, com Stäel e Chateaubriand, e, mais tarde, com Villemain, Guizot e Cousin — afirma — os ensinamentos e tradições da retórica, da poética e da gramática alargam-se pelo estudo comparativo das letras estrangeiras e se deixam substituir em parte pela história. Mas as velhas tendências lá estão no fundo: na crítica perdura o vêzo de a confundir com a arte de bem dizer, de bem escrever, de bem falar, de bem aplicar as regras, de bem imitar os modelos.

A roupagem histórica não chega para ocultar o íntimo das cousas para quem sabe ver claro.

A crítica, na Europa tôda, e nomeadamente em França, até Villemain, não passou essencialmente de uma prolação dos ensinamentos da velha poética e da velha retórica, modificados, ampliados por considerações histórico-sociais, neste ou naquele ponto, conforme o temperamento dos autores» (107).

Pergunto eu: deve-se desprezar a enorme influência que exerceram todos êsses escritores europeus na crítica literária? Pode-se, dentro do panorama nacional, argüir o Cônego Fernandes Pinheiro de anacrônico porque são vislumbrados na sua crítica ensinamentos de retórica e poética?

Admite Silvio Romero que êstes subsistem na crítica de grandes pensadores europeus do século XIX. Logo, se na do Cônego Fernandes Pinheiro — que escreveu nos meados dêsse século — a retórica e a poética ainda subsistem, nada mais natural. Acresce que era Fernandes Pinheiro professor catedrático de Retórica e Poética do Imperial Colégio de Pedro II, fato que atesta não apenas a especialização do Cônego nessas disciplinas, mas, também, a atenção que mereciam, a ponto de constituírem uma das cadeiras do colégio padrão.

Seguia o fundador de nossa historiografia e crítica literárias «uma conceituação de crítica que em nada fica a dever aos mais

(107) *História da Literatura Brasileira*, 3.^a ed., tomo primeiro, 1943, pág. 321.

adiantados doutrinadores críticos do seu tempo, sobretudo no Brasil» (108), proclama Virginia Côrtes de Lacerda.

Sustenta Silvio Romero, para dizer que a «crítica-ciência» não surgiu com o Cônego Fernandes Pinheiro, que «no Rio de Janeiro só de 1874 em diante é que pela vez primeira os nomes de Darwin e Comte foram conscientemente pronunciados em público em conferências e escritos, quando em Pernambuco eram de vulgar notícia entre os moços de talento desde 1869». Em nota, informa: «As primeiras exibições sobre Darwin foram no Rio de Janeiro as conferências do Dr. Miranda de Azevedo em 1875, aparecidas depois em folhetos. Sobre Comte, os artigos do Sr. Miguel Lemos, a datar de 1874, e publicadas em opúsculo em 1877» (109).

Convém ponderar que, baseados em outras doutrinas filosóficas ainda hoje válidas (enquanto as seguidas por Silvio Romero já passaram de moda), antecedem o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873) às datas indicadas.

Seja-me lícito confirmar neste estudo o que sustentei no *Esbôço Biobibliográfico Sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*: mostra-se Silvio Romero, na *História da Literatura Brasileira*, «irritado contra os seus predecessores, na preocupação em que estava de desprezar todo o pensamento antigo, na presunção e vaidade de representar o saber moderno, a concepção filosófica que, de tôdas as maneiras, dizia estar ignorada. Daí a sua condenação de ignorantes, proferida a cada passo» (110).

Iludia-se, porém, o crítico. Justamente vários defeitos da obra de Silvio Romero resultam de suas «vistas filosóficas».

«Reconhecemos em Silvio Romero — confessa o Padre Leonel Franca — algum talento, atividade literária incansável, fecunda e precipitada por excesso de operosidade, certa versatilidade de engenho aplicada a variados ramos do conhecimento, mas não hesitamos em declará-lo pensador medíocre, e sua obra filosófica, de influência desastrada. Ressentem-se os seus escritos de todos os defeitos de um autodidata: desorientação de idéias, ausência de princípios sólidos, de demonstrações seguras, de convicções pessoais fundamentadas. Sua erudição filosófica é muito limitada e unilateral («einseitig»,

(108) *Reivindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*, Rio, 7-10-1956.

(109) *História da Literatura Brasileira*, 2.^a ed., II, 1903, pág. 474.

(110) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 217, 1952, pág. 121.

como diriam os alemães); cinge-se ao conhecimento dos autores materialistas, positivistas e evolucionistas do século XIX. Entre êsses, o tempo parece ter sido o critério principal de suas preferências. Daí erros grosseiros na apreciação dos homens e das idéias do passado. Numa palavra, no tempestuoso mar das opiniões modernas, Sílvio Romero foi um barco sem leme e sem bússola» (111).

Durante o Império mourejava, no Rio de Janeiro, o principal núcleo cultural do País — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na capital residiam as figuras mais representativas de nossa intelectualidade. Em virtude da má recepção que teve ao chegar à Côrte — sua «velha inimiga» (112), como não-lo declara — quis Sílvio Romero enaltecer os escritores provincianos, muitos dos quais de inegável valor, em detrimento daqueles sustentáculos da cultura nacional. O provincialismo ofuscou-lhe a razão. Não conseguindo sufocar o seu descontentamento, exprime-o em palavras repassadas de revolta e azedume, assegurando:

«Os homens que no Brasil se não ilustrado por algum mérito do espirito nada deveram à côrte» (113).

Então, refere-se agressivamente a Varnhagen («aristocrata e medíocre») (114), ao Visconde de Taunay («senador áulico») (115) a Machado de Assis, a Joaquim Nabuco, a Francisco Otaviano, a Capistrano de Abreu...

Quem semeia ventos, colhe tempestades, diz o prólogo. Vozes autorizadas erguem-se em protesto contra as injustiças de Sílvio Romero. Assim, sob o pseudônimo de Labieno, afirma o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira:

«E durante êsse longo período de vinte anos, o Sr. Romero não tem cessado de agredir, atacar, abanhar os talentos mais peregrinos, as inteligências mais excelentes do nosso país. Tácito fala-nos de um sicofanta político que procurava chamar sobre si a atenção de Roma, cobrindo de insultos, de doestos e de improperios os nomes mais ilustres do tempo. Queria obter pelo escândalo do insulto o que não podia conquistar

(111) *Noções de História da Filosofia*, 5.^a ed. s/d, Rio, págs. 285/286.

(112) Carlos Süssekind de Mendonça, *Sílvio Romero-Sua Formação Intelectual-1851-1880*, São Paulo, 1938, pág. 189.

(113) *História da Literatura Brasileira*, II, Rio, 1888, pág. 1.253.

(114) *Op. cit.*, I, pág. 334.

(115) *Op. cit.*, II, pág. 812.

pelo talento. Tem sido êste o processo do Sr. Romero, como homem, que pretende ser de letras.

Cumpre, no entanto, reconhecer (é uma homenagem à verdade) que a picareta do Sr. Romero ainda não demoliu, não aluiu, nem diminuiu uma só reputação literária, uma só reputação científica.

Pode dizer-se dêle o que o poeta disse de outro farfante:

«*Tous ceux que vous avez tués, se portent bien*» (116).

Os escritos dos provincianos, em prosa ou verso, não foram louvados apenas por Silvio Romero, conforme queria êle que se acreditasse. Antes, também os exaltou o Cônego Fernandes Pinheiro. Servirá de testemunho a seguinte carta de Bernardo Guimarães, encontrada na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional:

«Ilmo. Sr. Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.
Ouro Preto, 5 de julho de 1872.

Como moro em um retiro afastado da cidade, e não sou assinante do *J. do Commercio* nem do *Correio do Brasil*, há poucos dias é que tive o prazer de ler naquele jornal o belo artigo, em que V.S. com sua crítica esclarecida aprecia tão vantajosamente o meu romance — *O Garimpeiro* — e é por isso que há mais tempo não me apressei em manifestar a V.S. meus cordiais e sinceros agradecimentos. Não me é possível exprimir quanto me lisonjeou e encheu de orgulho êsse tão favorável quão espontâneo juízo partindo de tão competente e ilustre autoridade. Não é com efeito pequeno motivo de glória e ufania para mim, obscuro *escritor de província* (grifei), e que não tenho a honra de ser pessoalmente conhecido por V.S., o ver as minhas produções aquilatadas em tão subido grau de merecimento pelo ilustrado e provecto preceptor, ante o qual se curva respeitosa tôda a mocidade brasileira, pelo sábio literato, que com dous outros ilustres mestres já falecidos — o Cônego Januário da Cunha Barbosa, e o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama completa a tríade veneranda, que é e será sempre objeto de respeito e culto no templo da literatura nacional.

(116) *Vindiciae*, 1899, págs. 53/54.

O artigo com que honrou-me V.S., considero-o como uma coroa de louro imarcescível, com que aprouve a V.S. brindar-me publicamente, e que coloco sôbre minha obscura frente com tanto mais prazer e ufania, quanto sei que me vem ela das mãos de quem sabe distribuir tais prêmios com inteira justiça e o mais perfeito critério.

Creia V.S. que estas minhas palavras são a sincera expressão dos sentimentos de minha alma, e digno-se aceitar os protestos de alta consideração e respeito com que sou de V.S.

Atento V.^{or} e Cr.^o

Bernardo Joaq.^m da Silva Guimarães».

Em carta ao Cônego Fernandes Pinheiro, encontrada também na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, louva-lhe Gonçalves de Magalhães o espírito patriótico e construtivo, concitando-o a prosseguir nos seus empreendimentos literários:

«..... Julgo-me feliz por ter despertado no seu coração sentimentos de simpatia iguais ao que me inspirou V.S. e a isso devo a benevolência com que V.S. tem relevado os meus escritos.

É uma qualidade do verdadeiro mérito, e das almas generosas, não necessitarem abocanhar os trabalhos alheios para melhor se inculcarem; e V.S. presta um verdadeiro serviço à glória literária do nosso País, chamando a atenção dos indiferentes sôbre os que por ela se afadigam, sem esperança de recompensa.

Já que a providência concedeu a V.S. bela inteligência e boa-vontade, continue a honrar o nosso País, e não esmoreça em tão nobre empresa:

Que por esta, ou por outra qualquer via,
Não perderá seu preço e sua valia,

como diz o épico português, que bastante razões de queixa tinha dos seus concidadãos, e nem por isso deixou de honrá-los...».

Vê-se, pois, à vista das transcrições feitas, que visava a crítica do Cônego Fernandes Pinheiro a distribuir justiça a quem de direito.

Transcreve Carlos Sússekind de Mendonça, em seu livro *Silvio Romero* (117), a seguinte increpação que a Fernandes Pinheiro faz o autor da *História da Literatura Brasileira*:

«Em crítica literária, o Cônego Dr. Fernandes Pinheiro ensinava com todo o sério: — «preferiu Barros «a tuba épica ao buril da história, e, assim como precedera Heródoto a Homero, publicou êle a sua primeira «década no mesmo ano em que Camões partia para a «Índia». E interpretava — «tinherabos, non tinherabos por *tinhe-rabos, non tinhe-rabos...*».

Que tal? Coisas professadas no Colégio de Pedro II e repetidas diante do Imperador...».

Quanto à primeira observação, intuitiva é a falta da conjugação se entre «assim como» e «precedera». Erudito cultor da História Universal, e professor dessa matéria no Seminário de São José, não ignorava o Cônego Fernandes Pinheiro que Heródoto viveu *depois* de Homero. Verifique-se, inclusive, no primeiro tomo do *Resumo de História Literária* (118).

A outra falha de revisão, apontada por Silvio Romero, já está devidamente corrigida na segunda edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1883), revista pelo sobrinho e afilhado do autor, o filólogo Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro (119).

Não se me afigura crível que o Cônego Fernandes Pinheiro, ao transcrever a *Canção de Gonçalo Hermiguez à sua mulher D. Oureana*, houvesse substituído *tinherabos, non tinherabos* por *tinhe rabos, non tinhe rabos*, quando, duas linhas abaixo, transcreve, sem descontinuidade, *tinheradesme, non tinheradesme* (120).

Ao contrário do que afirma Silvio Romero, procurando melhormmente ferir o seu antecessor, não colocou Fernandes Pinheiro traço de união entre «tinhe» e «rabos» (121).

(117) *Op. cit.*, 1938, pág. 50.

(118) No tomo I é Homero incluído pelo Cônego Fernandes Pinheiro no «período épico-lírico (de 1184-594 A.C.)» da literatura grega, e Heródoto, no «período áureo (de 594-336 A.C.)» dessa mesma literatura. Destarte, pelo confronto das datas estabelecidas, verifica-se que o Cônego Fernandes Pinheiro não ignorava que o nascimento de Homero precedera ao de Heródoto.

(119) Da segunda edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, diz Carlos de Laet no *Microcosmo do Jornal do Comércio* de 12 de agosto de 1883:

«As retificações, poucas e sensatas, foram feitas por mão de um parente e amigo do morto e em nada lhe alteraram a índole da obra».

(121) Carlos Sússekind de Mendonça, *Silvio Romero — Sua Formação*

(121) Carlos Sússekind de Mendonça, *Silvio Romero — Sua Formação Intelectual* — 1851-1880, São Paulo, 1938, pág. 50.

Mas o autor da *História da Literatura Brasileira* vai mais longe. Na ânsia de desacreditar, por completo, o fundador de nossa historiografia e crítica literárias, assevera:

«seus livros são cópias mais ou menos hábeis dos antecessores» (122).

Semelhante increpação é de suma gravidade; mas, desprovida de base e consistência, fere em cheio o sentido de lealdade devida às manifestações da crítica. Se o Cônego foi um *pioneiro*, quais êsses antecessores? Não os indica — nem poderia tê-los indicado Silvio Romero. Quando não bastasse a circunstância invocada, a *total ausência de fundamentação* fulminaria a validade de tão desairosa acusação.

Proclamar que o Cônego Fernandes Pinheiro não tinha «probidade literária» (123) é atentar contra o patrimônio moral e intelectual de quem sempre revelou essa virtude.

«Com franqueza e lealdade — afirma o Cônego — citamos os mananciais onde fomos saciar a nossa sede de saber...» (124).

Crítico algum, à exceção de Silvio Romero, que o fez sem o menor fundamento, ousou contestar a honorabilidade de Fernandes Pinheiro, honorabilidade invulnerável, credora do máximo respeito.

Utilizando-me das expressões do Visconde de Taunay, respondendo que a pena de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro «só serviu às causas sérias, dignas e justas e, nunca do ressentimento, da paixão e do orgulho recebeu inspirações» (125).

Artur Mota, que se confessa «grande admirador» (126) de Silvio Romero, proclama, com tãda razão, que a *História da Literatura Brasileira* é «injusta, parcial e apaixonada», intervindo sempre o autor com «o critério extremamente pessoal e o seu temperamento irritadiço, para abalar reputações firmadas, derrocar ídolos, animado de intuitos iconoclásticos, e exaltar figuras, quando aureoladas por sua simpatia ou amizade» (127). Ressalta ainda que Silvio Romero «procura a todo o momento diminuir conceitos consagrados» (128), apresentando um «trabalho demolidor, quase

(122) *História da Literatura Brasileira*, Rio, 1888, II, pág. 777.

(123) *Op. cit.*, II, pág. 777.

(124) *Resumo de História Literária*, I, Rio, 1873, pág. 7.

(125) *Vide* discurso do Visconde de Taunay. (Apêndice III).

(126) *História da Literatura Brasileira*, I, São Paulo, 1930, pág. 274.

(127) *Op. cit.*, I, pág. 274.

(128) *Op. cit.*, I, pág. 274.

sempre propenso ao negativismo sistemático, a um pessimismo orgânico, visceral» (129).

Convenha-se com o Marquês de Maricá que «a razão se turva como a água sendo agitada pelas paixões» e que «os erros dos homens se articulam e se reproduzem como os pólipos».

É lamentável — profundamente lamentável — que escritores ingênuos ou precipitados, estribando-se nas injustiças de Sílvio Romero, hajam relegado os livros do Cônego Fernandes Pinheiro para um plano subalterno e, não raro, deprimente.

O mesmo ocorre com o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, de Francisco Sotero dos Reis. É por êsse motivo que Levi Carneiro, em conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, salienta a importância dos dois *Cursos*, o de Fernandes Pinheiro e o de Sotero dos Reis, notadamente na época e para a época em que foram escritos:

«Ao leitor atual — explica — parecem êsses livros defeituosos e se tem chegado a criticá-los àsperamente. No entanto, atendendo à sua finalidade e às suas datas, há-de reconhecer-se que iniciaram o estudo atento e sereno da produção literária brasileira, na multiplicidade de seus aspectos, no seu conjunto» (130).

Por sua vez, adverte Wilson Martins:

«Deixando de lado alguns nomes realmente pouco importantes de historiadores e críticos..... cujos trabalhos nessa especialidade foram ou puramente incidentais ou alheios à finalidade literária, deparamos com a obra de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) à qual é de hábito reservar os juízos menos lisonjeiros e mais deprimentes. O velho cônego entrou em nossa história literária como um escritor de pobres recursos, de julgamento falho e de miserável argúcia. Tanto podem em nosso país as opiniões apaixonadas de Sílvio Romero!» (131).

Entre os precursores, declara Wilson Martins ser Fernandes Pinheiro um dos maiores vultos (132).

(129) *op. cit.*, I, pág. 274.

(130) *A Crítica do Romantismo, In Curso de Crítica (Conferências Realizadas na Academia Brasileira de Letras)*, Rio, 1956, págs. 79-80.

(131) *A Crítica Literária no Brasil*, São Paulo, 1952, pág. 46.

(132) *Op. cit.*, pág. 48.

Felizmente, nos tempos que correm, as alusões de Sílvia Romero ao seu digníssimo antecessor têm sido veementemente repelidas e contestadas. A verdade ressurge pura e cristalina.

No número dos escritores que se salientaram na crítica e na história literária classifica Manuel Bandeira o Cônego Fernandes Pinheiro (133). E Múcio Leão, imprimindo o cunho de sua autoridade, honra-me, asseverando:

«Um jovem publicista — Mário Portugal Fernandes Pinheiro — acaba de divulgar, em *separata* da *Revista do Instituto Histórico*, um trabalho que vale como um protesto contra uma injustiça. O trabalho intitula-se *Esbôço Biobibliográfico Sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*. A injustiça contra a qual o trabalho protesta é o desdém com que Sílvia Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*, trata o autor do *Resumo de História Literária*.

Esse desdém é realmente grande, e, dada a autoridade magistral com que Sílvia pesa em nossos juízos literários, tem sido o ângulo sob o qual o Cônego Fernandes Pinheiro passou a ser visto por todos os estudiosos da nossa literatura.

.....

Uma coisa não podemos negar ao velho professor: é que ele foi um trabalhador formidável, um pesquisador de boa-vontade, um coração devotado, como poucos, aos seus discípulos.

Ele nos merece, portanto, êsse aprêço, essa gratidão, que devemos ter por todos aqueles que se esforçaram para nos abrir fáceis caminhos em meio a selvas difíceis» (134).

Igualmente, repudia Joaquim Ribeiro as investidas de Sílvia Romero contra o Cônego Fernandes Pinheiro:

«O muito com que Fernandes Pinheiro contribuíra para a nossa erudição — assevera — estava obscurecido em virtude de críticas injustas que se repetiam sem a devida aferição de sua procedência.

E não há dúvida que coube a Sílvia Romero a principal responsabilidade nesta errônea apreciação. In-

(133) *Noções de História das Literaturas*, 2.^o vol., São Paulo, 1954, pág. 105.

(134) *O Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Brasil*. Rio, 27-2-1954.

justa e ingrata fôra, de fato, a severa crítica que ~~fixera~~ aos trabalhos do Cônego, pois dos mesmos se aproveitara na elaboração de sua *História da Literatura Brasileira*.

Desde então, a opinião de Silvio Romero principiou a ser repetida, parafraseada e, às vêzes até, exagerada. Nem sequer se reconhecia ao autor do *Curso Elementar de Literatura Nacional* a prioridade que lhe cabia» (135).

Também o Professor Nelson Romero, ilustre filho de Silvio Romero, que, a partir da terceira edição, organizou editorialmente a *História da Literatura Brasileira*, prestigia a verdade nestas expressivas e nobres palavras:

«Rio, 24 de maio de 1954.

Meu jovem patricio,

Mário Portugal Fernandes Pinheiro.

Recebido seu estudo sôbre o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, tive o cuidado de o ler com a mais atenta simpatia. E fiz bem.

Conheci o *Curso Elementar de Literatura Nacional* nos bancos do Colégio Anchieta, de Friburgo, e guardo grata lembrança e estima dêsse meu caro iniciador no estudo da difícil arte literária.

Sinto profundamente não poder diminuir o desagrado que ao meu jovem patricio causam as passagens, que enumera, do velho Silvio Romero sôbre o respeitável mestre Cônego Fernandes Pinheiro.

Permito-me apenas notar-lhe o seguinte: Silvio Romero não me passou procuração para explicá-lo. Pelo que dêle, porém, conheço, estou certo que a desatenção dêle para com o nosso (dêle e meu também) antecessor no Pedro II. foi devida à má recepção que teve ao chegar à Côrte.

Sotero dos Reis e Fernandes Pinheiro representaram para Silvio o retoricismo passado.

Lastimo que o Professor Silvio Romero, tendo retificado alguns de seus julgamentos, como aconteceu em relação a Capistrano, a Luís Delfino, a Machado de

(135) *A Contribuição Cultural do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*, Rio, 20-1-1957. (Tendo havido supressões no trecho transcrito, completei a citação de acôrdo com o original).

Assis e a Taunay, não tenha revisto também as frases não comprovadas que deixou escapar sobre o ilustre e laborioso mestre Cônego Fernandes Pinheiro, do Colégio de Pedro II, cuja cátedra dignificou.

Agradeço sua distinção para comigo.

Nelson Romero».

Creio haver comprovado, suficientemente, a improcedência das críticas feitas por Silvio Romero à obra do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Motivo não há, pois, para aceitá-las.

Firmada essa convicção, passarei a analisar a conduta de José Veríssimo, quando cuida, na *História da Literatura Brasileira* (136), da crítica literária no Brasil:

«Quem mais sistematicamente a fez depois das duas primeiras gerações românticas, pelo menos como professor oficial de literatura, declara, foi o Cônego Fernandes Pinheiro, que deixou dois livros consideráveis de matéria cujo docente era no Colégio de Pedro II, *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e *Resumo de História Literária* (1873). De fundo próprio, quer de erudição, quer de pensamento, pouco havia do autor destes livros, onde se continuavam extemporaneamente sistemas críticos já ao tempo obsoletos. Demais, apesar do título, o seu *Curso* era sobretudo de literatura portuguesa, para o qual o autor achava o trabalho já feito. A brasileira, mormente no seu mais importante período, o nacional, apenas ocupava algumas páginas».

«De fundo próprio, quer de erudição, quer de pensamento, pouco havia do autor destes livros, onde se continuavam extemporaneamente sistemas críticos já ao tempo obsoletos», observa José Veríssimo.

Flagrante é o desacerto contido no período transcrito.

Como já demonstrei anteriormente, enquadravam-se os processos críticos do Cônego Fernandes Pinheiro na época em que escreveu. Mesmo Ronald de Carvalho, cujo procedimento em relação ao fundador de nossa historiografia e crítica literárias é, igualmente, pouco lisonjeiro e insustentável, como mostrarei, adverte que o Cônego «não escapou ao meio, pois era assim que

(136) *Op. cit.*, 1.º milheiro, 1916, pág. 409.

se entendia a crítica, eram êsses os seus processos no Brasil, de 1830 a 1870» (137).

Entende, também, Joaquim Ribeiro que, para se poder formular um juízo acertado sobre os processos críticos de Fernandes Pinheiro, «é indispensável reconhecer que êle estava em dia com as idéias e doutrinas de seu tempo» (138). Igual opinião externam ainda os Professôres José Gonçalves Villanova (139) e Virginia Côrtes de Lacerda (140).

No *Curso Elementar de Literatura Nacional* e no *Resumo de História Literária*, ao contrário do que informa José Veríssimo, patenteia o seu autor notável erudição, erudição que a ninguém poderia passar despercebida.

Acrescentando citações ao texto, põe à prova o Cônego Fernandes Pinheiro os sólidos e variados conhecimentos que possuía dos livros, opúsculos e artigos dos mais consagrados escritores nacionais e estrangeiros. Citar não deixa de ser uma maneira de revelar erudição. Servindo-se de citações, enriquece Fernandes Pinheiro as suas obras, dando expansão à sua cultura, tão exaltada pelos que lhe fazem justiça. Registra conceitos favoráveis e desfavoráveis ao seu modo de pensar, evidenciando, assim, a superioridade de seu espirito. Vastíssima é a bibliografia de que se utiliza. Todos os autores em que se baseia são escrupulosamente mencionados.

Contudo, nem o *Curso Elementar de Literatura Nacional* nem o *Resumo de História Literária* são trabalhos compilatórios, como deixa transparecer José Veríssimo, porquanto manifesta o Cônego Fernandes Pinheiro opiniões próprias e doutas.

Crítico honesto, entregava-se à tarefa de ler os autores que analisava para, depois, de consciência limpa, emitir o seu juízo. Essa circunstância, que tanto o abona, percebeu Rebelo da Silva, que acentua:

«Vê-se que leu e meditou os poetas e os prosadores que avalia. Colige-se dos seus juízos, ponderados e prudentes, que não dispensou a luz, que a informação dos críticos podia ministrar-lhe, mas que, fiel ao seu

(137) *Pequena História da Literatura Brasileira*, 1.^a ed., Rio, 1919, página 272.

(138) *O Símile na Crítica do Cônego Fernandes Pinheiro*. Publicado no presente estudo, por especial deferência de Joaquim Ribeiro.

(139) *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*, Rio, 8-1-1956.

(140) *Reivindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*, Rio, 7-10-1956.

designio, os ouviu para se esclarecer, e não para escravizar a sua opinião». E além: «Sabe dizer tudo o que deseja e só o que deseja. Se não imita a Quintiliano e alguns antigos no artifício de retratar nos movimentos e afetos, e na urdidura da locução, a fisionomia dos autores, sistema mais próprio de retóricos do que de críticos, nobremente responde aos deveres de juiz e de sisudo apreciador, pesando nas duas conchas da balança as qualidades e os defeitos, as belezas e as nódoas, e mantendo o fiel com tanta inteireza, que, exceto em questão de gosto e de predileção, não será fácil achá-lo em êrro, ou lançar-lhe em rosto negligência ou omissão» (141).

«Demais, apesar do título, o seu *Curso* era sobretudo de literatura portugueza, para o qual o autor achava o trabalho já feito», prossegue José Veríssimo.

Novamente em foco a imprecisão do crítico. Situa-se também o Cônego Fernandes Pinheiro entre os principais desbravadores da literatura portugueza, impondo-se um dos precursores de sua historiografia. Muito expressivo é o parecer da Comissão da Academia Real das Ciências de Lisboa, ao indicá-lo para sócio-correspondente, e o de Joaquim Norberto, ao opinar, oficialmente, sobre a conveniência da adoção do *Curso Elementar de Literatura Nacional* nos estabelecimentos de ensino.

Entende a Comissão, integrada pelos nomes ilustres e respeitáveis de Rebelo da Silva e Antônio da Silva Túlio, que esse livro do Cônego Fernandes Pinheiro é *um dos escritos mais completos e noticiosos, que saiu dos pretos brasileiros, ou portuguezes, nos últimos tempos*. Considera ainda que o referido *Curso* merece os louvores que a imprensa lhe dedicou e que o Sr. Pinheiro, pelo serviço valioso prestado com elle aos progressos literários, está muito no caso de ser pela Academia contemplado com o diploma de seu sócio-correspondente estrangeiro (142).

Salientando a importância — a inestimável importância — do *Curso Elementar de Literatura Nacional* na história das letras portuguezas, assevera Joaquim Norberto de Sousa Silva:

«Abrangendo o curso elementar as literaturas de lingua portugueza, o autor cometeu por certo uma empreza árdua e difficil, e pode-se-lhe dar os parabéns pelo

(141) *Jornal do Comércio*. Lisboa; 2-9-1863.

(142) Parecer publicado na segunda edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, 1883, págs. IX/X.

complemento de sua obra, que é indubitavelmente a mais completa que temos. Além do que se encontra nas memórias de literatura portuguesa publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa e os trabalhos resumidos do Visconde de Almeida Garrett, Freire de Carvalho, Costa e Silva e Lopes de Mendonça, nada mais existe na língua portuguesa sobre a sua literatura! Os que a quizerem estudar nessas obras, algumas raras e de alto preço, conclui, só poderão possuir noções destacadadas, informes, incompletas, com perda de tempo e paciência» (143).

Invoco ainda o valiosíssimo testemunho de Rebelo da Silva, quando proclama que o *Curso Elementar de Literatura Nacional* representa, na historiografia literária portuguesa, um *passo agigantado em um estádio quase deserto até hoje*, sendo o *mais completo e noticioso que as letras de Portugal e do Brasil conhecem nesse ramo* (144).

Como concordar, ante a exposição de provas cabais, concretas, irretorquíveis, insofismáveis, que o Cônego Fernandes Pinheiro «achava o trabalho já feito», no que respeita à literatura lusa, consoante a afirmação de José Veríssimo?

«A (literatura) brasileira, mormente no seu mais importante período, o nacional, apenas ocupava algumas páginas», remata o crítico.

Não é verdade que a literatura pátria ocupe apenas «algumas páginas».

No *Curso Elementar de Literatura Nacional* estuda-a, metódicamente, o Cônego Fernandes Pinheiro, incluindo, entre os portugueses, os autores brasileiros do período colonial (145), e revela sobre os mesmos documentos importantes, que os seus sucessores reproduziram. Só a escola romântica, cuja origem é por ele fixada em 1826, é que, então, considera brasileira. Onze anos depois, no *Resumo de História Literária*, separa as duas literaturas e aprecia tôdas as manifestações literárias, a partir do século XVI.

Publicando o *Curso Elementar de Literatura Nacional* em 1862, não poderia o Cônego Fernandes Pinheiro, dada a natureza de sua obra, criticar prosadores e poetas como José de Alencar (*O Guarani*, 1857), Casimiro de Abreu (*Primaveras*, 1859),

(143) *Revista Popular*, tomo XVI, Rio, 1862, págs. 301/302.

(144) *Jornal do Comércio*, Lisboa, 2-9-1863.

Machado de Assis (*Da Queda que as Mulheres têm para os Tolos*, 1861), Fagundes Varela (*Noturnas*, 1861), que apenas principiavam. Castro Alves ainda estava no futuro.

Ao se referir ao *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e ao *Resumo de História Literária* (1873), observa Múcio Leão que êsses livros *abrangem todos os autores que até aquêlê momento seria possível ao mais devotado estudioso conhecer*. E, depois de enumerá-los, conclui: *Ser-lhe-ia difícil avançar mais do que isso* (146).

Ê, precisamente, por causa dessa dificuldade, encontrada por todos os historiadores literários ao atingirem a seara dos vivos, que acrescenta o Cônego Fernandes Pinheiro ao *Resumo de História Literária* o seguinte epílogo:

«Transpondo o limiar dos tempos coevos ocupamo-nos tão-sòmente com os que primeiro se mostraram no horizonte das pátrias letras, imitando nisso o sol, que, ao nascer, doura os cimos das montanhas, deixando na sombra veigas e quebradas.

Lamentamos que o círculo de Popílio, que voluntariamente nos traçamos, tolhesse-nos a apreciação dos vultos proeminentes e esperançosos engenhos da nova geração literária, dessas iriantes falenas que aí estão a surgir da crisálida cuja formação e desenvolvimento toscamente esboçamos» (147).

Publica José Veríssimo, em 1916, a sua *História da Literatura Brasileira*. Abrangendo essa obra o período de 1601 a 1908, ou seja, «de Bento Teixeira a Machado de Assis», deixa êle de lado os autores que se distinguiram de 1909 à data da publicação de seu livro. Tal acontecendo, não deveria êsse crítico estranhar cuidasse Fernandes Pinheiro sucintamente dos escritores da sua época, pondo à margem muitos dos seus contemporâneos, porque também êle, José Veríssimo, adotou a mesma orientação, orientação inevitável.

«Ao tempo em que o Cônego Pinheiro professava aqui as lições, que depois tirou em livro, informa José Veríssimo, um outro professor de literatura no Ma-

(145) Em companhia de outras obras, representam o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o *Resumo de História Literária*, para Capistrano de Abreu, o «manual da literatura colonial».

(*Ensaio e Estudos*, 1.^a série, 1931, pág. 91).

(146) O Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Brasil*. Rio, 27-2-1954.

(147) *Resumo de História Literária II*, Rio, 1873, pág. 476.

ranhão, Sotero dos Reis, fazia o *Curso de Literatura Brasileira e Portuguesa*, publicado depois em quatro tomos, de 1866 a 1868. Com o seu desenvolvimento e proporções, é não só a primeira obra de estudo histórico, literário e crítico da nossa literatura, mas ainda da portuguesa, e era na nossa língua uma novidade» (148).

Se o crítico houvesse lido, com a devida atenção, a mencionada obra de Francisco Sotero dos Reis, não teria dado, por certo, mais um passo em falso.

O «desenvolvimento» e as «proporções», que tanto o impressionaram, são antes resultado de terrível prolixidade e de extensas e desnecessárias transcrições, que da real exposição da matéria.

A posição cronológica, as razões já especificadas e a amplitude do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, em que pese à modéstia do título adotado, aniquilam a opinião de José Veríssimo, quando atribui ao cometimento do professor maranhense uma prioridade fantástica, inexistente.

É, aliás, a parcialidade de José Veríssimo para com os críticos que o precederam bastante acentuada. E, no prefácio da *Pequena História da Literatura Brasileira*, com todo acerto, pondera Medeiros e Albuquerque:

«Ronald de Carvalho é demasiado generoso com Veríssimo, quando diz que, fazendo crítica, êle não via os homens e só as obras. O que há é que êle dissimulava melhor. Assim, a sua antipatia pessoal por Silvio Romero o levou a esta monstruosa injustiça: consagrar à obra de um dos mais formidáveis trabalhadores da literatura nacional apenas 7 linhas».

Explica-se o fenômeno porque, quase nunca, toleram os nossos escritores a prioridade dos que versaram o mesmo assunto e, à custa de ataques às suas produções, a êles se procuram avantajarem. É vêzo antigo entre nós.

Concordo, inteiramente, com Afrânio Coutinho, quando sustenta que «os donos da Literatura no Brasil não toleram que alguém trate antes dêles de temas que considerem seus assuntos; sua propriedade» (149), e quando sublinha que Silvio Romero e José Veríssimo «nem sempre demonstram muito senso de responsabilidade do ato de escrever, e a ligeireza e a obrigação de

(148) *História da Literatura Brasileira*, 1.º milheiro, 1916, págs. 409/410.

(149) *Correntes Cruzadas*, Rio, 1953, pág. 106.

produzir periódicamente é causa de muita afirmação leviana, não fundamentada pelo estudo e a observação acurada» (150).

No prefácio destinado à terceira edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional*, a ser publicada, protesta Celso Vieira:

«Não foram gratos nem justos alguns escritores, que se utilizaram copiosamente do antigo e honesto subsídio: — o *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Valeram-se do texto e detraíram o Mestre, confirmando a experiência humana segundo a qual todo benefício resulta em decepções e agruras para o benfeitor» (151).

Evidentemente, Sílvia Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho não escapam à incriminação.

Em regra, a *Pequena História da Literatura Brasileira*, dêste último crítico, só é original na matéria não tratada pelos que o antecederam. Quase sempre limita-se o autor a divulgar conceitos de Sílvia Romero (152) e José Veríssimo, estatuinto a média entre ambos, em caso de divergência.

Não deixa dúvidas a êsse respeito Almir Câmara de Matos Peixoto (153).

Assim sendo, é certo que Ronald de Carvalho não reivindicaria para os livros do Cônego Fernandes Pinheiro uma reabilitação perante a história da literatura brasileira. Não é êsse, contudo, o meu argumento central: representa mero ponto de partida para a exposição que farei, a seguir.

Segundo Ronald de Carvalho, compromete o emprêgo de paralelos o *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Ora, as comparações que estigmatiza eram de uso fluente nos meados do século XIX. Disso tinha êle conhecimento, pois salienta que

(150) *Op. cit.*, págs. 65/66.

(151) *Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 9-1-1955.

(152) «Ronald de Carvalho, ao compor a sua *Pequena História da Literatura Brasileira* para uso nas escolas de segundo grau, desdenha dos méritos e dos planos adotados pelo gigante da *História da Literatura Brasileira*, amesquinha-lhe os processos, insinua incorreções, e no entanto limita-se a copiá-lo em tudo, no plano, nas referências a épocas e a autores, com visível intenção de parecer original naquilo que não passa de paródia mal conduzida. Êsses aspectos já receberam de Sílvia Romero Filho uma severa análise em uma série de artigos divulgados em 1921 no vespertino *A Fôlha*, de Medeiros e Albuquerque».

(Carlos Maul, *Resposta de Fogo à Revisão de Valores*. In *O Dia*. Rio, 20-1-1957).

(153) *Direção em Crítica Literária* (Joaquim Norberto de Sousa Silva e Seus Críticos. Rio, 1951).

Joaquim Norberto equipara os madrigais de Silva Alvarenga «aos melhores de Marot, Dorat e Voltaire, bem como Palestrina, Marênsio, Scarlati, e outros» (154); Sotero dos Reis irmana o Marquês de Maricá a La Rochefoucauld (155); Pereira da Silva coloca, em igual plano, Sousa Caldas, Milton e Klopstock (156).

Crítério eminentemente literário, adaptavam-se os paralelos ao espírito da época, no Brasil e no estrangeiro.

Recordemo-nos da grande (e sempre atual) lição do Cônego Fernandes Pinheiro:

«Condição essencial é do crítico transportar-se pela imaginação à época em que foi escrita a obra que tem de julgar, fazendo consciencioso estudo das idéias que então dominavam e do caráter dos homens que tomaram ativa parte nos acontecimentos» (157).

Desta forma, explica Joaquim Ribeiro *O Simile na Crítica do Cônego Fernandes Pinheiro* (158):

«Um dos critérios preponderantes na crítica literária do período romântico foi, sem dúvida, o simile.

A reação anti-romântica, valorizando outros critérios (a raça, o meio social etc.) e, ainda hoje, a reação sociológica, pondo em relêvo as condições econômicas da sociedade, procuraram derrubar e, até mesmo, ridicularizar o critério do paralelismo literário.

Não há dúvida que o simile, como fundamento de uma crítica, não é suficiente, mas representa, todavia, um critério subsidiário de inegável valor.

O paralelismo literário baseia-se na comparação, e toda comparação é, na essência, um princípio de *medida*.

Ora, no campo literário, a única metrologia possível é justamente a dos símiles.

Quando, por exemplo, se denomina Rocha Pita, o autor da *História da América Portuguesa*, de Tito Lívio brasileiro, pode, ao primeiro exame, parecer um exagero, mas, na verdade, não o é se o encararmos em

(154) *Pequena História da Literatura Brasileira*, Rio, 1919, pág. 270.

(155) *Op. cit.*, pág. 266.

(156) *Op. cit.*, pág. 269.

(157) *Postilas de Retórica e Poética*, 1.^a ed., Rio, 1872, págs. 168/169.

(158) Publicado no presente estudo por nímia gentileza de Joaquim Ribeiro.

seus atributos. Não há dúvida que Rocha Pita é um clássico do idioma. E dos autores clássicos brasileiros é, inegavelmente, o maior historiador do nosso período clássico. Ora, Tito Lívio, na literatura romana, foi o mesmo: clássico de escol e o maior historiador clássico de Roma.

O símile, por conseguinte, não é absurdo, pois se baseia em atributos comuns, que permitem avaliar, comparativamente, a grandeza de dois autores em suas respectivas literaturas.

Vê-se, claramente, que, por êsse aspecto, o paralelismo literário não passa de mera *medida*, ditada pela necessidade de caracterizar um autor no seu campo literário.

Êsse critério, tão do gosto do Cônego Fernandes Pinheiro, e tão apreciado pelos críticos do Romantismo, tem um mérito substancial: é um critério essencialmente literário.

A tendência moderna da crítica, atualmente, preconiza a adoção de critérios próprios e tem evidenciado a relatividade dos critérios extraliterários (raça, meio social, fator econômico, etc.). Hoje, o que se tem em mira é a interpretação da própria obra literária, independente de fatores externos. Por certo, não se pretende voltar aos símiles, mas estabelecer uma exegese puramente literária (estilística, sobretudo).

Por aí se vê que os critérios adotados na crítica literária variam com o tempo. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro reflete, entre nós, a crítica romântica e, nessa posição histórica, foi a mais alta expressão. Nenhum outro crítico romântico, no Brasil e em Portugal, o ofusca no mister.

Juntamente para se poder formular um juízo acertado sobre os seus processos críticos é indispensável reconhecer que êle estava em dia com as idéias e doutrinas de seu tempo. Ninguém o ultrapassou na aplicação».

Os paralelos entre os escritores nacionais e estrangeiros, a comparação de suas produções, imperavam durante o Romantismo. Mesmo depois dêsse movimento, continuaram os símiles a ser empregados, se bem que em menor quantidade.

Provarei.

Na *História da Literatura Brasileira*, após transcrever algumas máximas do Marquês de Maricá, completa Silvio Romero:

«Não há aí a nota melancólica do ceticismo de Pascal, a bonomia zombeteira de Montaigne e ainda menos a profundidade dilacerante do pessimismo de Schopenhauer» (159).

Considera José Veríssimo que *Napoleão em Waterloo*, de Gonçalves de Magalhães, não tem «a profundidade, a intensa emoção humana e poética do *Cinque Maggio*, de Manzoni», não se revelando a personalidade do poeta «no vigor do sentimento ou no ressalto da expressão, como com Victor Hugo em França ou Garrett em Portugal» (160).

Cinquenta e sete anos depois, na *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919), Ronald de Carvalho, que nega o valor da crítica do Cônego Fernandes Pinheiro por causa do estabelecimento de paralelos, empregou-os em profusão. Para êle, não possuiu Varnhagen «aquêlê instinto de percepção de um Draper ou de um Macaulay» (161); era Silvio Romero «um temperamento franco de polemista desabusado, à maneira de um Léon Daudet» (162); «o panteísmo de Gonçalves Dias não tem a exaltação do de Victor Hugo, é, antes, como o de Lamartine e Keats, resignado, o nostálgico» (163); a «*Lira dos Vinte Anos*, de Alvares de Azevedo, trouxe às nossas letras o amargor irônico de Byron, a melancolia de Musset, a inquietação de Shelley e Spronceda, e o pessimismo imaginativo de Leopardi» (164).

Se o símile invalida a crítica, razão pela qual impugna Ronald de Carvalho o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, por que fazê-lo, mais de meio século depois, na *Pequena História da Literatura Brasileira*? Lógicamente, por influência de seus modelos...

«Quem examinar cuidadosamente, neste livro [*Positilas de Retórica e Poética*] os conceitos emitidos pelo cônego, declara Virgínia Côrtes de Lacerda, achará a explicação de sua preferência pelo método comparativo: julgava êle que a beleza literária, manifesta nos *ornatos* que procediam quase sempre dos *similes* (energúeias, semelhanças, parábolas, imagens, bosquejos, ênfases),

(159) *Op. cit.*, 1.^a ed., 1888, I, pág. 678.

(160) *História da Literatura Brasileira*, 1.^o milheiro, 1916, pág. 206.

(161) *Op. cit.*, pág. 267.

(162) *Op. cit.*, pág. 323.

(163) *Op. cit.*, pág. 218.

(164) *Op. cit.*, pág. 223.

dos tropos, das figuras, ou dos gêneros e formas poéticos — só podia ser avaliada através dêles, que caracterizavam o estilo do prosador ou do poeta. Conseqüentemente, em campo mais amplo, a crítica tinha que proceder por *comparações* entre as obras. E são justamente essas comparações, — ora simples, ora demoradas, ora próprias, ora extremadas — que, vistas à luz da crítica naturalista, não podiam ser entendidas no sentido verdadeiro em que eram usadas. Daí o parecerem bombásticas, desproporcionadas, inadequadas, ridículas até, principalmente quando expressas em citações muitas vêzes truncadas ou adrede escolhidas para tal efeito» (165).

Retorno ao juízo crítico de Ronald de Carvalho. Afirma êle, em tom zombeteiro, que o Cônego Fernandes Pinheiro «achou os versos de Pôrto Alegre, nas *Brasilianas*, dignos do Dante; conferiu a Gonçalves Dias «uma reputação européia», confundindo naturalmente Lisboa com Paris e Londres; rotulou as sensaborias rimadas de Teixeira e Sousa com os nomes ilustres de Lucano e Voltaire...» (166).

É êsse trecho mais do que suficiente para provar que o crítico, ao manifestar-se sobre o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, escorrega no condenável vício de *deturpar citações*.

Não passou tal acontecimento despercebido ao Professor José Gonçalves Villanova, que declara:

«É, todavia, falso que o Cônego Fernandes Pinheiro afirme que os *versos* de Pôrto Alegre nas *Brasilianas*, são dignos de Dante. A citação exata é esta: «Digna de Dante é a profética *imprecação* com que «termina o seu magnífico canto». (*Curso Elementar de Literatura Nacional*, 2ª ed., pág. 578). A imprecação e não os versos, a grandeza dos sentimentos e não a forma.

Quanto a Gonçalves Dias, é claro que quando o Cônego Fernandes Pinheiro fala de *consagração européia* é em Portugal mesmo que êle está pensando. É em Portugal, país de nossa língua e não em outro, que os *Cantos* não haviam sido ainda traduzidos. Depois o foram, como podemos ver no terceiro volume do *Pan-*

(165) *Reivindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*, Rio, 7-10-1956.

(166) *Pequena História da Literatura Brasileira*, 1919, pág. 271.

teon Maranhense, de A. H. Leal. Mas não há exagero, nem confusão do Cônego Fernandes Pinheiro. É só fazer a citação completa da passagem incriminada, sem a mutilação maliciosa que Ronald lhe impõe: «O Sr. Antônio Gonçalves Dias tem já uma reputação européia; «sagrou-o o patriarca das lusas letras como um dos primeiros engenhos americanos» (*Curso Elementar de Literatura Nacional*, 2ª ed., pág. 582). E, fiel ao método adotado, o Cônego Fernandes Pinheiro faz a citação do texto da *Revista Universal Lisbonense*, tomo VIII, em que Alexandre Herculano sagrara o nosso patricio. Realmente, naquele ano de 1847, palavras, como as de Alexandre Herculano, consagrariam qualquer estreante e realmente consagraram Gonçalves Dias.

A respeito de Teixeira e Sousa, reponhamos a citação da pág. 588, porque Ronald mutila sempre: «Como já dissemos, preferimos os *Três Dias de um Noivado* a todas as outras composições poéticas do «Sr. Teixeira e Sousa, ainda mesmo à sua epopéia da «*Independência do Brasil*, onde a sua fulgurante imaginação se viu sopeada pela verdade histórica, como «*aconteceu com Lucano e Voltaire*». Ora, aqui não há evidentemente nenhuma comparação de versos de Teixeira e Sousa com os de Lucano e Voltaire. Não há mesmo elogio ao poema citado. Há até uma restrição. O livro data exatamente de quarenta anos depois da Independência. Teixeira e Sousa havia escrito um poema que os patriotas exaltavam. O Cônego Fernandes Pinheiro prefere ao poema aplaudido um outro de natureza mais concorde com o romantismo. Ele não compara os poetas e nem mesmo os seus sentimentos. O que o Cônego Fernandes Pinheiro, autor de uma literatura universal e erudito cultor da história literária compara é a situação semelhante em que se encontraram os autores: Lucano, compondo a *Farsália*; Voltaire, a *Henriade*; Teixeira e Sousa, a *Independência do Brasil*, quando os acontecimentos históricos, que pintam, ainda estavam vivos na memória dos contemporâneos. A comparação é, portanto, pertinente» (167).

A malícia dos desafetos gratuitos do Cônego Fernandes Pinheiro também repercutiu em nossos meios estudantis. Os autores didáticos, simples repetidores de Ronald de Carvalho, salvo

(167) *Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro. In Jornal do Comércio, Rio, 8-1-1956.*

raras exceções, tratam com desprezo os livros de literatura de Fernandes Pinheiro, prestando, por conseguinte, um desserviço às letras nacionais. Desde cedo, recebem os estudantes ensinamentos incorretos a respeito da obra do fundador de nossa historiografia e crítica literárias.

Farei uma demonstração do que sustento, selecionando, para exemplificar minha assertiva, o compêndio *Português Para o Colégio* (*Terceiro Ano dos Cursos Clássico e Científico*), do Professor José Cretella Júnior.

Nesse livro, lêem-se as seguintes palavras:

«Fernandes Pinheiro, autor do *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e do *Resumo de História Literária* (1873), não tinha ainda noção de crítica literária.

Nem era possível que de outro modo fôsse.

Para êle, discípulo da velha escola de retórica, a crítica resumia-se em acumular nomes e datas, sem ligá-los por uma relação de causas e conseqüências, dentro de um sistema de certo modo coerente.

Abusando dos paralelos, ainda modernamente tão do gosto de Ronald de Carvalho, que, aliás, os condena, procura descobrir em cada escritor nacional o seu correspondente na literatura de outros países, colocando, por exemplo, Pôrto Alegre ao lado de Dante, descobrindo em Teixeira e Sousa semelhanças com o latino Lucano e com o francês Voltaire...» (168).

Note-se, antes de tudo, que o Professor José Cretella Júnior não conhece as obras do Cônego Fernandes Pinheiro. Se as conhecesse, não aceitaria, com tanta facilidade, as opiniões de Ronald de Carvalho. Todos os paralelos que aponta são, exatamente, os que aparecem indicados na *Pequena História da Literatura Brasileira* dêste crítico. Dando acolhida às citações deturpadas de Ronald de Carvalho, afirma o Professor José Cretella Júnior que, em seu *Curso Elementar de Literatura Nacional*, colocara o Cônego Fernandes Pinheiro «Pôrto Alegre ao lado de Dante, descobrindo em Teixeira e Sousa semelhanças com o latino Lucano e com o francês Voltaire...» (169).

Eis o perigo a que estão sujeitos os que não lêem o que criticam!

(168) *Op. cit.*, 1952, págs. 84/85.

(169) *Op. cit.*, pág. 85.

Para o Professor José Cretella Júnior, a crítica do Cônego Fernandes Pinheiro «resumia-se em acumular nomes e datas, sem ligá-los por uma relação de causas e conseqüências, dentro de um sistema de certo modo coerente» (170).

Como chegar-se a uma conclusão de tal natureza?

Encontra-se a resposta na *Pequena História da Literatura Brasileira*, onde escreve Ronald de Carvalho:

«Ficamos, apenas, com alguns nomes e datas na memória, mas sem poder ligá-los, tolhidos na apreciação dos valores em tal ou qual época, em certo e determinado momento». (171)

Sirva de contraste o que disse Maurício de Medeiros, em 1914, do Cônego Fernandes Pinheiro:

«O que é inegável é que êle soube coordenar com grande método tudo quanto havia de sabido na literatura geral, e força é convir que ninguém melhor do que êle fêz um escôrço da nossa» (172).

Dessas circunstâncias, proclamadas cinco anos antes da publicação da *Pequena História da Literatura Brasileira*, resulta, mui provavelmente, o descontentamento de Ronald de Carvalho, pois também êle empreendera um escôrço da nossa literatura e, nessa época, continuavam os livros do Cônego Fernandes Pinheiro a ser adotados nos estabelecimentos de ensino. Esse é outro fator que provocou a iconoclastia daquele crítico, que, receando a permanência do prestígio e da aceitação dos livros do fundador de nossa historiografia e crítica literárias, cita, apenas de passagem, o *Resumo*, e desmerece o *Curso* para, com maior facilidade, impor e engrandecer a *Pequena História da Literatura Brasileira*.

Da famosa obra do Cônego Fernandes Pinheiro — *Curso Elementar de Literatura Nacional* — não trepida em afirmar Carlos de Laet:

«Substituam-na, a bem do ensino da pátria literatura, aquêles que para tanto se julgarem com forças; mas, enquanto o não fizerem, resignem-se a entender comigo que é êste dos livros em língua portugueza o mais adaptado para preencher o fim a que foi destinado» (173).

(170) *Op. cit.*, pág. 85.

(171) *Op. cit.*, 8.^a ed., 1949, pág. 269.

(172) *Da Crítica Literária e Seus Cultores*. In *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*. Tomo especial, parte 5, 1917, pág. 730.

(173) *Microcosmo*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 12-8-1883.

Por se tratar de uma publicação oficial, vi-me na contingência de denunciar os enganos e omissões que, em relação a Fernandes Pinheiro, pratica, deliberadamente, Otto Maria Carpeaux, na *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. Escrevi, a esse respeito, elucidativo opúsculo — *A Exatidão e a Pesquisa Literária* (II), publicado neste ano de 1957.

Além de ter sido o fundador de nossa historiografia e crítica literárias, conquistou Fernandes Pinheiro os foros de principal crítico do período romântico, donde a seguinte declaração de Joaquim Ribeiro:

«Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro reflete, entre nós, a crítica romântica e, nessa posição histórica, foi a mais alta expressão. Nenhum outro crítico romântico, no Brasil e em Portugal, o ofusca no mister» (174).

Felizmente, na atualidade, escritores esclarecidos continuam sustentando a *importância* e *influência* do Cônego Fernandes Pinheiro em nossa historiografia e crítica literárias, e reivindicam, para seus livros, definitiva reabilitação.

Virgínia Côrtes de Lacerda bem situou o problema. E, dada a mestria com que o tratou, julgo de utilidade transcrever os seguintes trechos:

«É justamente essa fidelidade às próprias convicções críticas que dão à obra do Cônego Fernandes Pinheiro uma *unidade* que ainda não foi devidamente acentuada e que constitui, a nosso ver, o principal mérito de sua produção de historiógrafo e crítico literários. É essa unidade que a torna digna de registro e justifica a revisão do seu valor na evolução da nossa historiografia e crítica literárias.

É que essa unidade se traduz numa teoria que, sendo a da crítica do seu tempo, a da crítica romântica, contudo se extremou singular por uma coerência absoluta entre doutrina e obra, entre obra e ação didática, entre ação didática e vocação sacerdotal.

Conceituando a *crítica* como «juízo imparcial e esclarecido» que exige «polidez e cavalheirismo», o cônego julgava os *críticos* «magistrados da literatura que aplicam as leis com amplo conhecimento de causa».

Considerando que três *métodos* havia para o julgamento crítico — o impressionista, que julga pela im-

(174) *O Símile na Crítica do Cônego Fernandes Pinheiro*. Publicado neste trabalho com o consentimento de Joaquim Ribeiro.

pressão da leitura; o analítico, que o faz pelo análise das partes; e o comparativo que procede à comparação com obras semelhantes — condenava o primeiro pelo seu subjetivismo, o segundo por sua falta de unidade, preferindo o terceiro, acrescido das análises do segundo.

A crítica literária tinha para êle um *fundamento estético* e se baseava no conhecimento da obra, e, no exame da obra, era absolutamente fiel, respeitando até «a dicção e a ortografia dos autores» e nò emprêgo do método comparativo mantinha «perfeita honestidade de citações e consultas», embora tudo isto fôsse vazado no estilo romântico do tempo: *com franqueza e lealdade citamos os maneyciais onde fomos saciar a nossa sêde de saber, e, como a abelha, sugamos de tôdas as flôres o suco que mais nos aprouve.*

Quer-nos parecer que foi por essas galas do estilo oratório, rebuscado e altissonante, tão próprios do tempo e da escola literária a que pertenciam, que os românticos, não raro, atraíram sôbre a sua crítica a má-vontade dos críticos posteriores, nem sempre muito fiéis ao pensamento dos autores, deixando-se impressionar pelas roupagens opulentas que o revestiam».

Concordo com as razões invocadas pela illustre Professôra para explicar a aludida animosidade dos críticos posteriores ao Cônego Fernandes Pinheiro ou, mais precisamente, de Silvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho. Insisto, porém, na influência de outras causas, já apontadas no transcurso dêste trabalho.

Prosseguindo em suas conclusões, Virginia Côrtes de Lacerda, que leu no original o presente estudo, conclui:

«Era, pois, já tempo de fazer-se à obra do sistematizador de nossa historiografia e crítica literárias a devida justiça. Fá-la Mário Portugal Fernandes Pinheiro não só neste como em outros domínios.

A nosso ver, o melhor modo de fazê-la, neste particular, é proclamar a unidade de sua obra, reconhecendo-lhe:

1) uma conceituação de crítica que em nada fica a dever aos mais adiantados doutrinadores críticos do seu tempo, sobretudo no Brasil;

2) um fundamento estético, retirado dos Diálogos de Platão, da Retórica e Poética de Aristóteles, «genuinos códigos do bom-gôsto»;

3) uma coerência absoluta entre conceituação e aplicação didática;

4) um respeito objetivo ao texto, nas reedições que empreendeu e nas citações que fêz;

5) uma base objetiva da crítica na leitura das obras;

6) uma grande fidelidade ao método adotado, que exigia visão ampla e que lhe permitiu aplicar à crítica os preceitos estéticos do tempo.

Quem relê hoje, dentro dos amplos horizontes da crítica atual, as obras do Cônego Fernandes Pinheiro, tem por força que reconhecer nelas uma cultura cuja unidade se deveu sem dúvida à base filosófica que as sustinha e que lhes deu uma coerência nem sempre fácil de encontrar na obra dos polígrafos, pela natureza mesma da erudição que representam.

Sua crítica pode parecer — ao leitor de hoje menos avisado em matéria de metodologia crítica — encomiástica, declamatória, ufanista. No entanto, bem examinados os fatos, êstes eram os defeitos do estilo romântico, pois a coerência, nos livros que escreveu, entre a conceituação crítica e o método adotado é manifesta.

.....

No conceito de crítica do Cônego Fernandes Pinheiro encontramos já os traços da *nova crítica* do seu tempo, que Villemain representou em França: objetividade, julgamento imparcial, comparações com literaturas estrangeiras, historicismo. E até também os defeitos: muita eloquência, muito brilho, muitas hipóteses...

.....

A coerência absoluta, que já assinalamos, entre conceituação e aplicação críticas está longe de significar, na obra do cônego, uma estagnação no tempo. Pelo contrário: examinando-se-lhe as obras neste domínio, verifica-se que houve entre o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862) e o *Resumo de História Literária* (1873) grande progresso, revelado sobretudo por uma posição mais autônoma, relativamente à literatura produzida no Brasil, posição que sabemos ser um resultado da própria índole nacionalista do romantismo.

.....

As obras do Cônego Fernandes Pinheiro representam, pois, neste domínio — como exuberantemente

provou Mário Portugal Fernandes Pinheiro — um momento importante da evolução de nossa historiografia e crítica literárias, e só nelas, pela unidade e coerência que apresentam, pelo corpo de teoria e de aplicação que reúnem, se pode realmente avaliar o sentido e a significação da historiografia e da crítica literárias românticas no Brasil; o grau e o método do seu ensino entre nós» (175).

Mesmo depois de publicadas as histórias da literatura brasileira de Sílvio Romero, José Veríssimo e Ronald de Carvalho, sustenta Carlos de Laet, em 1927, que as obras do «doutíssimo professor» — *Curso Elementar de Literatura Nacional* e *Resumo de História Literária* — têm sido «manancial de instrução e de cópia para acerbos censores» (176).

Aos «cardiais da literatura nacional» (177) acrescenta Nilo Bruzzi o Cônego Fernandes Pinheiro. Reconhece-lhe o prestígio, incluindo-o entre os que «faziam e desfaziam glórias de escritores» (178).

É «permanente o nome do Cônego Fernandes Pinheiro na historiografia literária brasileira», declara-me Luís da Câmara Cascudo, em carta de 28 de agosto deste ano (1957).

Protesta Nelson Costa que «o serviço relevante que prestou o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, com a publicação em 1862 do seu *Curso Elementar de Literatura Nacional* e depois com a do *Resumo de História Literária*, não pode ficar subestimado, pois essas duas obras representam de fato contribuição magnífica ao estudo da nossa literatura». E conclui: «Bem pouco era o que então existia a respeito entre nós, ainda assim parcial e disperso, cabendo ao cônego douto a sistematização do material, que facilitou a tantas obras de maior vulto e repercussão» (179).

«O *Resumo de História Literária* daquele ilustre sacerdote e professor foi o primeiro compêndio que sobre o assunto me chegou às mãos e ao estudo, no velho Colégio dos Padres Jesuítas em Itu, no longínquo ano de 1892... Conservo ainda hoje com carinho o exemplar desse livro que me despertou o culto pelas

(175) *Reivindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*, Rio, 7-10-1956.

(176) *O Frade Estrangeiro e Outros Escritos*. Organização de Múcio Leão. Rio, 1953, pág. 224.

(177) *Casimiro de Abreu*, Rio, 1949, pág. 112.

(178) *Op. cit.*, pág. 112.

(179) *Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Correio da Manhã*. Rio, 15-1-1955.

boas letras», reconhece Altino Arantes, em carta que me dirigiu a 4 de dezembro de 1956.

Batendo-se pela necessidade da reedição das obras do Cônego Fernandes Pinheiro, Barbosa Lima Sobrinho, que as considera «indispensáveis ao estudo de nossa historiografia literária», (180) afirma que o *Curso Elementar de Literatura Nacional* «é o que de melhor se escreveu em seu tempo, a respeito da história literária do País».

«Se nos detivéssemos nas suas apreciações, prossegue, chegaríamos à evidência de que os seus juízos críticos não chegam, de um modo geral, a destoar até mesmo do parecer de alguns dos seus mais veementes opositores. Não há nêle tanto exagêro quanto se apregoa e não faltam alguns reparos bem apanhados e exatos. Que êle não ignorava o surto da Crítica, correspondente ao próprio século XIX, vêmo-lo, quando nos diz, a propósito de Varnhagen, que ao nosso patricio «coube a «glória de haver chamado ao tribunal da crítica o que «até então passava com o pomposo título de História «do Brasil» (181).

Admitindo a estética por base de sua crítica, tornou-se o Cônego Fernandes Pinheiro, em nossa Pátria, o eminente antecipador da orientação seguida pelos mais adiantados doutrinadores da atualidade, a exemplo de Afrânio Coutinho.

Sob êsse aspecto, assim situa Joaquim Ribeiro a posição do Cônego Fernandes Pinheiro:

«O Cônego Fernandes Pinheiro colocou o estudo da história literária nos seus verdadeiros limites: o *campo estético*.

Naturalmente o seu ângulo estético era a retórica romântica, mas o seu ponto de apoio estava certo e fundamentado.

Os que o sucederam e o contestaram (Silvio Romero e outros) é que desvirtuaram o estudo da história literária, tirando-o do *campo estético* para o terreno histórico-social e, por vêzes, para o *campo de um exagerado naturalismo* (raça, influxo do meio físico, etc.).

O Cônego Fernandes Pinheiro colocara certo o problema da história literária. Os seus críticos é que erraram.

(180) *Reedições Necessárias*. In *Jornal do Brasil*. Rio, 20-1-1957.

(181) *Loc. cit.*

Hoje, felizmente, já se processa essa revisão, pois a história da literatura readquire, em boa hora, a orientação puramente estética. E essa diretriz, vitoriosa na crítica moderna, veio desmascarar os equívocos sociológicos e naturalistas que pretendiam explicar as características de uma super-estrutura, como é a literatura, por elementos dela divorciados substancialmente.

O caminho aberto pelo Cônego Fernandes Pinheiro estava certo e a ele retornamos, pois não é possível estudar-se a história da literatura fora do campo da estética. Claro está que o ângulo estético já não é mais a retórica romântica, mas o ponto de apoio é o mesmo em que o Cônego Fernandes Pinheiro assentou as bases de sua obra.

.....

O que desejo é frisar a sua *antecipação* no que se refere ao estudo histórico da literatura, enquadrando-a no campo da *estética*. Não era justificável que, sistematizando as antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro, esquecesse o seu papel, aliás importantíssimo, no setor da história literária.

A reedição da vasta obra do cônego historiador revelará essa importância, sobretudo em face do tempo em que apareceu. Pioneiro e precursor, foi mais do que isso, foi um *antecipador* das diretrizes que hoje dominam na historiografia literária» (182).

Se maior desenvolvimento dei a esta parte do presente trabalho, se de tantas citações me vali, se com veemência defendi as minhas convicções, foi porque as circunstâncias assim o exigiram.

Não poderia deixar de proclamar, aclarando dúvidas, corrigindo erros e repelindo injustiças, o quanto devem a nossa historiografia e crítica literárias às iniciativas honestas, eruditas e proveitosas do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Merecem registro ainda as apreciações críticas, de sua autoria, antepostas a diversos livros, a exemplo dos de Antônio Ferreira (183), Camões, Gonçalves Dias e São Carlos.

(182) *As Antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro*. Estudo a ser publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*

(183) Como observa Virgínia Côrtes de Lacerda, foi a edição das *Obras Completas*, de Antônio Ferreira, existente na Casa de Rui Barbosa, «toda anotada pela mão de Rui, evidentemente com intuítos de estudioso, e, como se

V

O POETA

Muito embora não seja a poesia a facêta intelectual em que melhor se revelou o Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, impõe-se-me o dever de consagrar algumas linhas à personalidade do poeta. Se, como tal, não foi dos que mais se distinguiram em sua época, não se lhe pode, contudo, negar os méritos que teve.

Aos vinte e cinco e vinte e seis anos de idade, publicou Fernandes Pinheiro dois livros de poesia: *Carmes Religiosos* (1850) e *Melodias Campestres* (1851), obras raríssimas, das quais só conheço a primeira, que localizei na Secção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Com ela, situa-se o autor entre os representantes da *poesia religiosa* no Brasil. Destarte, sugiro seja considerada, em nossa literatura, a *trindade religiosa* do Romantismo, integrada por Gonçalves de Magalhães, Pôrto Alegre e Fernandes Pinheiro.

Outro poeta que, no Romantismo, versou assuntos religiosos foi Junqueira Freire. Há, porém, fundamental diferença entre os dois sacerdotes: ufano de sua condição sacerdotal, reflete sempre Fernandes Pinheiro, em seus versos, um temperamento plácido, filosófico e resignado. Junqueira Freire, não. Sente-se a cada passo, a dor, o desespero, a indignação, a incerteza e a amargura. Uma de suas características mais acêntuadas é o pessimismo.

Contraste impressionante formam os dois vates!

Se a projeção de Junqueira Freire, na poesia, é, com razão, bem maior que a do Cônego Fernandes Pinheiro, deve-se observar que, por suas convicções arraigadas, aproxima-se o autor dos *Carmes Religiosos* de Gonçalves de Magalhães e Pôrto Alegre, divergindo, radicalmente, do caráter cético e inconformado de Junqueira Freire. E, sob o prisma religioso, sobressaem as produções do cônego poeta, que imprime a seus versos a candura de sua alma, a grandeza de seus sentimentos e a bondade de seu coração, procurando, como salienta Dom Romualdo Antônio de

pode conferir para servir às citações clássicas da *Réplica* — o que muito abona a edição do Cônego, dando o extremo cuidado de Rui em só se basear em edições seguras».

(*Revindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro. In Jornal do Comércio. Rio, 7-10-1956.*)

Seixas — «chamar a Poesia Nacional aos mais tocantes e elevados sentimentos religiosos» (Vide *Apêndice II*).

«Fernandes Pinheiro, escreve Phocion Serpa, não só no ensaio em que tomou para tema *A Poesia Religiosa*, e, ainda, pelas epígrafes com que condecorou os próprios versos, evidenciou, à saciedade, o conhecimento que possuía dos maiores poetas do seu tempo, no Brasil e para além de nossas fronteiras. Em nenhuma de suas produções, porém, tentou versejar à maneira dêles. Preferiu o metro das redondilhas, que era a medida exata dos seus pensamentos cristãos, a forma breve e leve, a mais adequada à sua Musa singela, inteiramente voltada para o céu, com que, talvez, procurasse justificar a Poesia, como êle a entendia e amava: «flor do céu transplanta-tada para os jardins do mundo...».

Nos seus alegretes espirituais, as flores não valiam pelas pompas das pétalas, pelo exotismo da forma ou variegado do colorido, mas pela suavidade e pureza dos perfumes que exalavam.

.....

Aqui e ali, recorre ao verso decassílabo, a exemplo dêstes em que escreveu o:

Epitáfio

«Quem quer que sejas tu, ó passageiro
«Que a tal sítio de dor teus passos guias,
«Onde o triste cipreste mortuário
«Entre as fôlhas abriga a cruz modesta...

«Ah! levanta das flôres a cortina
«De uma relva nascente tapizada
«E na cruz que encontrares, lê um nome
«Que meu pranto, quiçá, tenha apagado...

Também os empregou neste *Salmo*, igualmente em versos brancos, e onde o patriotismo reluz ao fim da prece:

«Meu Deus e meu Senhor, Tu que regulas,
«Lá da Santa Sião, do mundo a sorte,
«Os teus olhos a nós volve clemente,
«Nossa Pátria protege!

Citamos finalmente estes em que canta o amor filial:

A Minha Mãe

«Oh! minha Mãe! Oh! minha Mãe querida!
«Da morada da luz, onde fazias
«Meu mais grato prazer, o meu consôlo,
«Da morte o triste arcanjo segregou-te.

«Os teus braços que, meigos, me embalavam
«Jamais apertarão em doce amplexo
«Junto a teu peito, a mim, teu filho amado...

Composições, como estamos vendo, de puro sentimento, sem quaisquer preocupações de forma nem rebuscamentos de estilo, nas quais o versejador, sem maiores ambições de glória e fama, desdenha de Apolo para render graças ao verdadeiro Deus.

Na modéstia e pobreza dos seus versos, Fernandes Pinheiro, sem invejas mesquinhas, soube proclamar a grandeza daqueles que se alçaram às alturas do Parnaso, celebrando-os nos seus escritos.

Certamente, o Cônego Fernandes Pinheiro não conquistaria fama e renome com os versos que reuniu em volume, mas ninguém dirá que às suas pequeninas produções não se ajustem, à perfeição, o título de *Carmes Religiosos*, que lhes deu.

Esses lhe foram os pecados de polígrafo, e, quem nos dirá, não seriam, também, a forma tangível de suas penitências?» (184).

Disse Phocion Serpa tudo quanto, com justiça, poderia ser dito da obra poética do Cônego Fernandes Pinheiro.

VI

O SÓCIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
BRASILEIRO

Antes de apreciar, em seu conjunto, a atuação do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro na historiografia nacional, penso ser de proveito focalizar o importante papel que desempenhou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(184) Os Versos do Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio, 13-2-1955.

Justificam-se algumas considerações em torno da memória intitulada *Ensaio Sobre os Jesuítas* (185), que apresentou, em 1854, como título de admissão ao venerando Sodalício, e onde analisa, livre de quaisquer preconceitos, a conduta da Companhia de Jesus no cenário tanto mundial quanto nacional. Para êle, não merecem os Jesuítas, incondicionalmente, o respeito, a admiração e os encômios da humanidade. Faz severas restrições. Erros que praticaram, abusos que cometeram, revoltas que provocaram, intrigas que arquitetaram, perpassam, também, pelo crisol da esclarecida apreciação que empreende.

Apesar de jovem, pois contava vinte e nove anos de idade, elabora êsse arguto pesquisador de nosso passado relevante trabalho a respeito dos Jesuítas, abrangendo delicado tema, qual seja o de averiguar, pela seleta documentação que coligiu, se os filhos de Santo Inácio de Loiola «tinham sido úteis, ou prejudiciais ao mundo em geral e em particular ao Brasil» (186).

Não pairam dúvidas que o *Ensaio* do Cônego Fernandes Pinheiro «tinha, para aquela época, como teria ainda hoje, incontestável mérito, bastante para justificar, perante o Instituto, a admissão do jovem autor» (187).

Em regra, quando se propõem a estudar a Companhia de Jesus, descambam os historiadores na mais ostensiva parcialidade. Pomposos elogios ou ataques iníquos tomam o lugar da crítica imparcial. Bem ao contrário, mantém-se o Cônego Fernandes Pinheiro fora da órbita dos exageros e das mesquinhasarias, conservando, no desenvolvimento de seu *Ensaio*, a mais completa isenção.

Para mostrar a independência que norteia o Cronista do Império, contento-me em transcrever a conclusão a que chegou após circunstanciadas investigações:

«O Instituto de Loiola no Brasil, bem como em tôda a parte, passou por diferentes fases: corrompeu-se depois com o andar dos tempos; mas em sua degeneração foi menos fatal à nossa terra do que ac velho continente, porque o nosso teatro era mesquinho e por isso menos destros os atores, que nêle representaram. Como brasileiro não deixaremos jamais de tributar o testemunho da nossa gratidão pelos serviços que ao país prestaram: nós tudo lhe devemos; formam a antigüidade da nossa história, e foram os arquitetos da presente prosperidade,

(185) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 18, 1855, págs. 67-157.

(186) *Loc. cit.*, pág. 67.

(187) Mozart Monteiro. *Cronista-Mor do Império*. In *O Jornal*, Rio, 24-10-1954.

e da nossa futura grandeza. Hoje porém, não desejamos a sua volta: ser-nos-ia ela danosa, uma vez que se não despissem pisando as nossas fronteiras do manto de políticos, o que seria talvez exigir dêles o impossível. Côncios da sua superioridade intelectual querem dominar por ela; esquecem muitas vêzes o lugar de modestos operários do Evangelho para se emaranharem no intrincado labirinto da política, e então tornam-se prejudiciais, deixam de ser uma congregação religiosa para se converterem em seita política, em *carbonários* da Igreja. Tal é a nossa opinião» (188).

Reconhece Mozart Monteiro que «nesse trabalho do Cônego Fernandes Pinheiro, sôbre assunto difícil para um sacerdote católico, manifestam-se, claramente, os dois requisitos essenciais, em escrito de tal natureza: sinceridade e imparcialidade» e que «sinceramente, imparcialmente, ora elogiando, ora criticando a Companhia de Jesus, o Cônego Fernandes Pinheiro só diz, no seu trabalho, o que lhe parece a verdade histórica» (189). Entende, porém, que o autor «elegu, para tema de sua obra de estréia naquela douta associação cultural, uma questão difícil: difícil para tôda a gente, sobretudo para um sacerdote católico, ainda bastante jovem para julgar, — com conhecimento de causa, isto é, através de fontes puras, — fatos e fenômenos da História Universal, sujeitos a controvérsias entre os próprios mestres» (190).

Cumpr-me ponderar que, ao compor o *Ensaio Sôbre os Jesuítas*, apesar de «bastante jovem», já havia Fernandes Pinheiro exercido, no Seminário Episcopal de São José, em 1852, a cadeira de História Universal, e obtido, em Roma, o grau de doutor em Teologia.

É inegável que a condição sacerdotal, a esmerada formação religiosa de que era aquinhoado e os seus conhecimentos profundos de História Universal foram fatores que imprimiram autoridade ao *Ensaio Sôbre os Jesuítas* e, como sublinha Joaquim Ribeiro, «geralmente uma das deficiências do historiador leigo é o desconhecimento da história religiosa e das questões canônicas» (191). Além disso, de acôrdo com êsse esclarecido historiador, o Cônego Fernandes Pinheiro, «excelente ensaísta, se-

(188) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 18, 1855, págs. 156-157.

(189) *Cronista-Mor do Império. In O Jornal*. Rio, 24-10-1954.

(190) *Loc. cit.*

(191) Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a *Historiografia do Brasil. In Jornal do Comércio*. Rio, 6-3-1955.

guro, probo, claro, conciso e, sobretudo, com esplêndida vocação para o exame interpretativo da história», aliava à sua cultura «profundos conhecimentos dos problemas religiosos, do Direito Canônico e de Teologia» (192).

Acresce que, vinte e dois anos depois de apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi o *Ensaio Sobre os Jesuítas* inserto nos *Estudos Históricos* (1876), do Cônego Fernandes Pinheiro, que, em quase nada, modificou o ponto de vista anteriormente esposado, continuando a defendê-lo com desassombro e «rude franqueza». As ligeiras alterações introduzidas não depõem a favor da Companhia de Jesus.

Sem dúvida, encontrava-se o historiador muito em condições de emitir um conceito sobre os Jesuítas. E o Instituto Histórico, em sinal de aprêço, admite-o sócio em virtude dessa memória que Inocência recomenda aos estudiosos porque, diz êle, «o Instituto e as ações dos filhos de Santo Inácio aparecem tratados com visos da mais extensiva imparcialidade» (193).

Assim é que, no relatório anual de 1854, consigna o então primeiro secretário Joaquim Manuel de Macedo:

«O Sr. Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que faz honra ao nosso clero por seu nobre caráter e sua ilustração, e que com um zêlo patente e reconhecido cultiva as letras e a história pátria, foi o novo adepto recebido no grêmio do Instituto, que exultou ao ver abonado por tanto merecimento um homem, cujo nome lhe veio recordar o daquele prestante varão, que fôra o seu primeiro presidente [José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo], e que tão notável se fizera por sua sabedoria, por seus escritos, por seu patriotismo, e por suas virtudes cívicas e privadas.

.....

O Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, ambicionando a honra de ser admitido no grêmio do Instituto, apresentou um longo trabalho de sua feitura. a que deu o título de — *Ensaio Sobre os Jesuítas*. A Comissão que teve de considerar esta importante memória, examinou-a cuidadosa e minuciosamente, e trouxe ao Instituto a agradável convicção, de que no valioso manuscrito do ilustrado candidato a par de mui sério estudo e brilhante erudição demonstra-se uma independência na maneira de ver os fatos, que muito abona

(192) *Loc. cit.*

(193) *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo segundo, pág. 130.

o seu autor. A nossa associação recebeu pois com verdadeiro júbilo em seu seio este novo adepto, que tão belas esperanças lhe faz conceber» (194).

De fato, iria o Cônego Fernandes Pinheiro desfrutar, no Instituto Histórico, uma posição de relêvo e prestígio.

No mesmo ano de 1854, em que ingressou nesse Sodalício, foi eleito secretário suplente e membro da Comissão de Revisão de Manuscritos, desempenhando, cumulativamente, as duas funções até 31 de dezembro de 1858, mês em que foi sufragado o seu nome para a segunda secretaria.

Substituindo Manuel de Araújo Pôrto Alegre, que partira para a Europa, passou a exercer em 1859 o cargo de primeiro secretário, nêle permanecendo, em caráter efetivo, de 1 de janeiro de 1860 a 15 de janeiro de 1876, quando a morte veio surpreendê-lo, em pleno fastígio, privando a cultura nacional de um dos luminares da geração do século passado.

Sempre distinguido pelos seus confrades, que exaltavam o zêlo que invariavelmente dedicou ao Instituto Histórico, foi o Cônego Fernandes Pinheiro quem, durante o Brasil-Império, em maior espaço de tempo, sempre amparado por eleições sucessivas, se manteve no cargo de primeiro secretário dêsse Instituto, prestando-lhe memoráveis serviços, entre os quais a elaboração de excelentes relatórios.

Nos *Retratos a Lápis*, de Antônio Joaquim de Macedo Soares, lêem-se as seguintes palavras:

«Ide ao Instituto Histórico: entre os sócios dedicados e freqüentes distinguireis dois: o Imperador e Fernandes Pinheiro. O ilustre sobrinho do Visconde de São Leopoldo segue à risca as tradições de seu parente: é um *homem de letras* no sentido genuíno da palavra» (195).

Quem consultar a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, certificar-se-á da assiduidade com que o Cônego Fernandes Pinheiro freqüentava as suas sessões. Sômente em 1870, por causa do precário estado de saúde, viu-se êle na contingência de ausentar-se da capital e partir para o Maranhão, seguindo prescrição médica. Mesmo assim, cumpriu todos os deveres re-

(194) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 17, sup. 1854, págs. 11 e 18.

(195) *O Kaleidoscopio*, São Paulo, nº 22, 1-9-1860.

lativos ao Instituto. Prova-o a seguinte declaração do presidente Marquês de Sapucaí, a 15 de dezembro daquele ano:

«Dura ainda o impedimento do erudito 1º secretário, o qual, não obstante a deterioração da saúde, desendividou-se galhardamente das obrigações do cargo, com exceção sòmente do comparecimento nas sessões, até o dia em que comunicou ao Instituto a necessidade de ausentar-se da còrte partindo para o Maranhão por conselho de médicos» (196).

No relatório anual, concernente às atividades de 1876, ano em que veio a falecer, enaltece-lhe Carlos Honório de Figueiredo a personalidade. (Vide *Apêndice IX*). Procedendo ao elogio dos sócios falecidos, assevera José Tito Nabuco de Araújo:

«Extremoso amigo do Instituto, ao qual prestou muitos e preciosos serviços, o Cônego Fernandes Pinheiro, perseverante e assíduo, dedicava-se ao progresso desta associação, que de coração amava, organizando o trabalho da secretaria e do arquivo» (197).

Mais tarde, já em 1888, invocaria o Visconde de Taunay, que representara o Instituto por ocasião do sepultamento de Fernandes Pinheiro, (Vide *Apêndice III*) a memória do ilustre sacerdote:

«E vós também, Cônego Fernandes Pinheiro — a síntese da dedicação mais completa e ininterrompida por muitos lustros a êste Instituto, que tanto vos deve e de vós tanto se lembra» (198).

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (199) — observa Celso Vieira — «figuram dezenas de

(196) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 33, II, 1870, pág. 416.

(197) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 39, II, 1876, pág. 508.

(198) *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 51, sup. 1888, páginas 45/46.

(199) São os seguintes os trabalhos do Cônego Fernandes Pinheiro publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*:

A Academia Brasileira dos Esquecidos, t. 31, II, 1868, págs. 5/32;

A Academia Brasileira dos Renascidos, t. 32, II, 1869, págs. 53/70;

A Carioca (Memória Histórica e Documentada), t. 25, 1862, págs. 565/587;

A França Antártica, t. 22, 1859, págs. 3/134. (Transcreverei, no *Apêndice X*, a opinião de Manuel de Araújo Porto Alegre sobre êsse estudo);

As Batalhas dos Guararapes, t. 29, II, 1866, págs. 309/331;

Antônio José e a Inquisição, t. 25, 1862, págs. 363/419;

Apontamentos Biográficos Sobre o Visconde de São Leopoldo, t. 19, 1856, págs. 132-142;

Biografias de:

André Vidal de Negreiros, t. 32, 1869, págs. 329-342;

trabalhos do Cônego Fernandes Pinheiro, relevantes pela sua orientação e pelo seu alcance» (200).

- Antônio Filipe Camarão, t. 32, 1869, págs. 201-208;
Cláudio Manuel da Costa, t. 32, II, 1869, págs. 113-124.
Custódio Ferreira Leite — Barão de Aiuruoca, t. 34, 1871, págs. 299-306;
Henrique Dias, t. 31, 1868, págs. 365-383;
Frei José da Costa Azevedo, t. 34, II, 1871, págs. 123-128;
Mont'Alverne, t. 33, 1870, págs. 143-156;
Breves Reflexões Sobre o Sistema de Catequese Seguido Pelos Jesuítas no Brasil, t. 19, 1856, págs. 379-397. (Transcreverei, no Apêndice XI, a opinião de Joaquim Manuel de Macedo a respeito desse estudo);
Discurso proferido em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por ocasião de dar-se à sepultura o cadáver de Mont'Alverne, t. 21, 1858, págs. 497-498;
Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, t. 27, II, 1864, págs. 194-227;
Ensaio Sobre os Jesuítas, t. 18, 1855, págs. 67-157;
Luís do Rêgo e a Posteridade (Estudo Histórico Sobre a Revolução Pernambucana de 1817), t. 24, 1861, págs. 353-490;
Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro (Prelúdios da Independência), t. 37, II, 1874, págs. 341-366;
O Brasil Holandês, t. 23, 1860, págs. 67-111;
O Cônego Luís Gonçalves dos Santos — Sua Vida e Suas Obras, t. 23, 1862, págs. 163-175;
O Conselheiro Dr. Cláudio Luís da Costa, t. 34, 1871, págs. 117-139;
O Que se Deve Pensar do Sistema de Colonização Seguido Pelos Portugueses no Brasil, t. 34, II, 1871, págs. 113-122;
Os Padres do Patrocínio ou O Porto Real de Itú, t. 33, II, 1870, págs. 237-248;
Os Predecessores de Colombo — João Cousin, t. 37, II, 1874, págs. 71-77;
Os Últimos Vice-Reis do Brasil, t. 28, II, 1865, págs. 225-273;
Pareceres sobre:
a História Jesuítica do Paraguai, do Cônego João Pedro Gay, t. 25, 1862, págs. 660-663;
a Memória do Conde de La Hure, relativa às inscrições achadas nas ruínas de uma cidade incógnita que se diz existente nos sertões da Bahia, t. 29, II, 1866, págs. 373-390 (*);
os documentos legados ao Instituto pelo Conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, t. 37, II, 1874, págs. 424-426;
os vinte e seis manuscritos propostos à compra do Instituto, t. 30, II, 1867, págs. 495-506;
Paulo Fernandes e a Polícia de Seu Tempo, t. 39, II, 1876, págs. 65-76;
Relatórios: t. 22, 1859, págs. 683-704; t. 24, 1861, págs. 771-796; t. 25, 1862, págs. 707-717; t. 26, II, 1863, págs. 915-924; t. 27, II, 1864, págs. 393-402; t. 28, II, 1865, págs. 334-342; t. 29, II, 1866, págs. 433-445; t. 30, II, 1867, págs. 495-506; t. 31, II, 1868, págs. 405-420; t. 34, II, 1871, págs. 389-403; t. 35, II, 1872, págs. 607-618; t. 36, II, 1873, págs. 611-623; t. 37, II, 1874, págs. 457-466; t. 38, II, 1875, págs. 393-400.
(*) «Na Revista do Instituto Histórico, tomo 29, parte 2ª, relativo ao ano de 186, escreve Max Fleiuss, vêm publicados pareceres interessantes do Cônego Fernandes Pinheiro e de José de Saldanha da Gama Filho, relativamente a trabalhos, apresentados pelo Conde de la Hure, sobre as inscrições achadas nas ruínas duma cidade incógnita nos sertões da Bahia e quanto aos penedos de dioritos, por êle estudados no vale do Paraíba».
(Recordando... (Casos e Perfis). Rio de Janeiro, 1941, págs. 229-230)
(200) Cônego Fernandes Pinheiro. In Jornal do Comércio. Rio, 9-1-1955.

Verifica-se, claramente, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro guarda, para com o antigo secretário, uma dívida de imperecível gratidão. Testemunha evidente é, sem dúvida, a comemoração do centenário de seu ingresso no douto Sodalício.

A 4 de agosto de 1954, com a presença de altas autoridades, realizou-se, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a inauguração do retrato do prestimoso sócio desaparecido. Nessa solenidade, representando a sua família, falou o Desembargador Mário Guimarães Fernandes Pinheiro. (Vide *Apêndice XII*). De improviso, agradeceu a oferta do retrato, pelo Instituto, o erudito segundo secretário, Professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, cuja memória reverencio com respeito e saudade.

Não ficou, porém, a comemoração do centenário em aprêço circunscrita a essa solenidade. Diversos escritores comprovaram a *importância e influência* das obras do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nas letras nacionais e estrangeiras. Organizou-lhe a bibliografia o Professor Osvaldo Melo Braga.

VII

O HISTORIADOR

Das mais distintas na historiografia nacional é a posição do «ilustre e sábio conterrâneo, carregado de serviços às letras históricas» (201), como ensina Américo Jacobina Lacombe, ou «rebuscador de velhos textos, esmerilhador paciente e arguto» (202), nas palavras de Celso Vieira.

Não fôsse o alto aprêço de que gozava, não teria sido o Cônego encarregado de elaborar os *Anais do Império*, ascendendo ao cargo de Cronista. E mais: tal era o seu prestígio que, ao ser traduzida para o português a *História do Brasil*, de Robert Southey, em seis volumes, recebeu a incumbência de anotá-la, reparando as inexactidões nela existentes. O mesmo aconteceu com o *Novo Orbe Seráfico Brasilico*, de Jaboatão, que corrigiu. Precede à segunda edição (1864) da *Crônica da Companhia de Jesus*, do Padre Simão de Vasconcelos, uma *Introdução* de Fernandes Pinheiro.

Se, na qualidade de Cronista do Império, não chegou o Cônego a publicar os *Anais* em virtude de seu falecimento, no ano

(201) O Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio, 17-6-1956.

(202) Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio, 9-1-1955.

em que principiaria a escrevê-los, importante incremento às letras históricas imprimiu o comentador da *História do Brasil*, do afa-
modo historiador inglês.

Trilhando o gênero biográfico, compôs o autor dos *Estudos Históricos* (2 tomos, 1876), além das biografias do Visconde de São Leopoldo e do Bispo Manoel Joaquim da Silveira, publicadas na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de S.A. Sisson, muitas outras, insertas principalmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e na *Revista Popular*, das quais foi colaborador assíduo.

«As biografias que o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro imprimiu, reunindo quase tôdas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de que era membro e figura representativa, escreve Feijó Bittencourt, formam grupos diferentes, denotam motivos históricos diversos, que vieram à mente do historiador, e dizem muito do meio social brasileiro». E adiante: «A biografia, na pena de Fernandes Pinheiro, progrediu, tomou expressão no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E vê-se que êle as escreveu muitas, concorrendo para que a instituição a que pertenceu com grande relêvo fôsse um dos altos centros de cultura do Brasil» (203).

Panteon Brasileiro foi o título escolhido por Fernandes Pinheiro e Joaquim Norberto para as biografias que imprimiram na *Revista Popular*. Dividir-se-ia o *Panteon*, que não chegou a ser publicado, em duas partes: a primeira — *Brasileiras Célebres* — conteria as biografias feitas por Joaquim Norberto; a segunda — *Brasileiros Ilustres* — as escritas pelo Cônego Fernandes Pinheiro.

Informa êste historiador:

«Faz esta biografia (de Antônio Felipe Camarão) parte de uma galeria de homens ilustres nas ciências, letras, armas e virtudes, que deixaram de pertencer ao número dos vivos; a qual, de combinação com o Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, temos entre mãos, havendo para ella escolhido o título coletivo de *Panteon Brasileiro*.

A primeira parte, devida à hábil e elegante pena do Sr. Norberto, é conhecida dos leitores pela denominação de *Brasileiras Célebres*, e se acha no prelo» (204).

(203) *A Biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Estu-
tudo a ser publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

(204) *Revista Popular*, tomo XII, Rio, 1861, pág. 196.

Nos *Estudos Históricos* (1876) encontram-se os principais ensaios do Cônego Fernandes Pinheiro, que, ao publicá-los, desta forma se expressa:

«Anuindo às benévolas solicitações de alguns amigos, deliberamos colecionar em dois volumes os nossos *Estudos*, expensos no vasto repositório da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Revendendo trabalhos, compostos no longo período de vinte anos, poucas correções e aditamentos lhes fizemos, para que não perdessem o sabor da atualidade, e servissem outrossim de termômetro dos progressos que porventura tenhamos feito na difficilima ciência de Tucídides e de Tácito.

É bem possível que errôneas sejam as nossas apreciações, e mal deduzidos os corolários das causas apontadas; afiançamos porém aos leitores que a maior isenção de ânimo guiou a nossa pena, e que nos mais autênticos documentos haurimos os fatos que relatamos.

Os *Estudos Históricos* que ora reunimos são fragmentos de obra de maior tomo, que desde verdes anos temos entre mãos, e que, por causas alheias à nossa vontade, talvez nunca chegou a seu têrmo, nem veja o lume da publicidade. Sirva esta confissão de atenuante à sua falta de coesão. Dedicando-os ao Instituto Histórico rendemos-lhe homenagem de profunda gratidão, pela nímia benignidade com que serviu-se de acolhê-los. Acêrca do mérito absoluto, ou relativo, pronunciará o público o verdadeiro *veredictum*» (205).

Compreendem os *Estudos Históricos*, no primeiro tomo, os seguintes trabalhos: *Ensaio Sôbre os Jesuítas, França Antártica, Brasil Holandês, As Batalhas dos Guararapes e A Carioca*. No segundo, estão: *Luis do Rêgo e a Posteridade, Antônio José e a Inquisição, Os Últimos Vice-Reis do Brasil, A Academia Brasileira dos Esquecidos, A Academia Brasileira dos Renascidos e Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro (Prelúdios da Independência)*.

Ressaltando a independência da crítica desse "ilustrado sacerdote a quem sobejam títulos que lhe dão jus à consideração e respeito de todos quantos apreciam uma ilustração superior e um

caráter distinto» (206), como sustenta Alfredo Moreira Pinto, assim declara Barbosa Lima Sobrinho:

«Teve posição destacada na Igreja, como secretário particular do Bispo, Conde de Irajá. Foi lente no Seminário Episcopal, examinador Sinodal e Cônego da Capela Imperial. Não obstante, pôde escrever sobre processos da Inquisição com sentimento de justiça, sem traduzir, em qualquer momento, o desejo de atenuar as responsabilidades, que êle próprio atribui ao Tribunal do Santo Ofício, no julgamento do nosso infortunado comediôgrafo.

.....

Essa independência de orientação concorria para atribuir aos seus estudos a autoridade de um julgamento imparcial e que sabia colocar-se acima das limitações que pudessem decorrer da posição eclesiástica do autor» (207).

Em seus ensaios, observa Joaquim Ribeiro, patenteia o Cônego Fernandes Pinheiro «esplêndida vocação para o exame interpretativo da história» (208).

Historiar com crítica, imparcialidade e documentação fidedigna, tal foi o seu lema: «... afiançamos porém aos leitores que a maior isenção de ânimo guiou a nossa pena, e que nos mais autênticos documentos haurimos os fatos que relatamos» (209).

Essa é a declaração do autor, ao explicar o plano em que assentou as bases dos *Estudos Históricos*.

Já no *Curso Elementar de Literatura Nacional*, demonstrara o Cônego Fernandes Pinheiro o cuidado que lhe merecia o «exame interpretativo da história», pouco lembrado pela maior parte dos historiadores do Romantismo.

Tal o que afirma:

«De duas diversas maneiras pode-se escrever a história: ou como testemunha impassível dos acontecimentos, registrando-os sem fazer-lhes o menor comentário; ou apreciando as causas de onde dimanam os sucessos, e

(206) Antônio José da Silva, Rio, 1873, pág. 26.

(207) O Cônego Fernandes Pinheiro e o Judeu. Estudo a ser transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

(208) Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a *Historiografia do Brasil*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 6-3-1955.

(209) *Estudos Históricos* I, 1876, págs. VII-VIII.

procedendo à rigorosa autópsia das circunstâncias que mais ou menos atuaram sobre elles. O primeiro destes métodos produz a crônica, que rejeita a crítica, e, interrogando as tradições populares, apressa-se em enfeixá-las em um ramalhete de maior ou menor fragrância.

.....

Submete a segunda escola todos os fatos à luz da crítica, e nunca conta sem que moralize ou raciocine. É mais filosófico e infinitamente mais útil o segundo destes métodos: cumpre porém reconhecer que exige elle da parte dos escritores e dos leitores certo grau de adiantamento que lhes permita estudar com imparcialidade o passado, cortando não raro por legendas que sobremodo lisonjeiam o orgulho e a vaidade nacionais» (210).

É ainda esse seu propósito de imparcialidade confirmado no seguinte trecho:

«Historiadores há que entendem ser lícito adornar com os arabescos da ficção os fastos nacionais, exaltar as vitórias alcançadas sobre os contrários, e esconder, ou atenuar as próprias derrotas; a esta escola pertenceram Heródoto, Tito Lívio entre os antigos, e João de Barros e Rocha Pita entre nós. Por mais respeitáveis que sejam tais autores, por mais patriótico que pareça seu propósito, apartamo-nos de seu método, pensando que abdicaria a história a mais nobre das suas prerrogativas se deixasse de falar aos homens a verdade» (211).

Coube a Joaquim Ribeiro a prioridade de apreciar, nos diversos aspectos, os estudos históricos do Cronista do Império, que, cultivando o ensaio, apresentou achegas de notável utilidade, comprovantes do quanto se deve à pena desse historiador de primeira grandeza.

É precisamente ao ensaísta que consagra Joaquim Ribeiro as seguintes linhas:

«Modernamente é que se tem dado valor ao ensaio histórico.

E, sob esse aspecto, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi um antecipador.

(210) *Curso Elementar de Literatura Nacional*, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1883, págs. 158-159.

(211) *As Batalhas dos Guararapes*. In *Estudos Históricos*, I, Rio, 1876, pág. 368.

Ninguém, antes d'êle, versou com igual maestria êsse ameno e agradável gênero.

Todos os ensaios de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro caracterizam-se por suas qualidades mais sugestivas.

Geralmente condensa o seu estudo, sem exagêros de laconismo e sem excessos de prolixidades.

Em todos êles, prevalece, preponderantemente, acuidade interpretativa.

Não se restringe a um relato narrativo. Ao contrário, procura sempre apontar as causas e evidenciar as consequências.

Ai nessas pesquisas das *causas* e das *consequências* dos sucessos históricos, o Cônego Fernandes Pinheiro põe à mostra os seus conhecimentos eruditos.

Êle não vê apenas os sucessos dentro dos quadros nacionais. Vai além. Procura relacioná-los com os sucessos internacionais, estabelecendo conexões expressivas e delas tirando conclusões convincentes.

Essa intenção interpretativa está sempre presente em seus estudos históricos.

Justamente o valor de suas contribuições à história pátria reside na afirmação de um ponto de vista interpretativo acêrca dos temas estudados.

.....

O Cônego Fernandes Pinheiro foi, na verdade, um dos grandes eruditos brasileiros, graças à sua formação humanística e religiosa. Havia amplitude no seu espirito. Nunca restringiu a sua análise por preconceitos de qualquer ordem.

Religioso, nunca deixou de censurar os excessos e erros da intolerância.

Nacionalista, nunca se deixou envolver em equívocos jacobinistas.

Foi um ensaísta. Um excelente ensaísta. Seguro, probo, claro, conciso e, sobretudo, com esplêndida vocação para o exame interpretativo da história.

Creio que ainda não se frisou a importância de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro na historiografia nacional. No meado do século passado, foi êle, sem favor, o melhor ensaísta no gênero histórico.

Ao lado de Varnhagen, Norberto, Abreu e Lima, o seu papel positivamente é de realce.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, exerceu, com dignidade, a função de historiador. Enobreceu as letras históricas com expressivas contribuições, que ainda hoje devem ser consultadas pelos estudiosos, pois constituem fontes proveitosas» (212).

É ainda Joaquim Ribeiro quem, pela vez primeira, procurou sistematizar as *antecipações* do Cônego Fernandes Pinheiro em diversos ramos de nossa história.

«Dentre os nossos historiadores do século passado, declara, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro talvez seja o que mais revele antecipações, na realidade dignas de observação. É que o Cônego Fernandes Pinheiro era um espírito amplo, voltado para tôdas as curiosidades intelectuais, e sabia apreciar os sucessos históricos numa órbita mais larga que os limites da história nacional. E, além disso, pesquisava a história sob múltiplos ângulos. Foi justamente essa flexibilidade espiritual que garantiu ao consagrado historiador o papel de antecipador em relação a diversos aspectos da nossa vida retrospectiva.

Hoje quem versar a nossa história militar, a nossa história religiosa, a nossa história política, a nossa história administrativa ou a nossa história urbana não pode desprezar as contribuições esclarecidas e honestas do ilustrado historiógrafo.

Percebeu o Cônego Fernandes Pinheiro que, numa época em que se principiava a devassar os arquivos, era cedo ainda para escrever uma obra de síntese sobre o Brasil. E, realmente, tinha razão. O que se impunha foi o que ele fez: era elaborar contribuições parciais sobre este ou aquêle setor da história.

Limitando as pesquisas, evitava lacunas, garantia maior objetividade e, sobretudo, analisava o tema histórico em profundidade.

Como era homem douto e de larga erudição, só tomava para estudo aspectos mal interpretados e obscuros de nossa historiografia. E nesse mister trazia sempre dados inéditos, elementos valiosos e documentação idônea. Não há dúvida que abriu caminhos para os historiadores futuros.

(212) Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a *Historiografia do Brasil*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 6-3-1955.

Na verdade, era impossível, nos meados do século XIX, escrever-se uma história de síntese sobre o Brasil. Varnhagen, que a tentou, nada mais fez que reunir farta documentação, idônea e utilíssima é certo, sem jamais conseguir traçar as largas perspectivas da síntese histórica. Era cedo ainda. E a acuidade do Cônego Fernandes Pinheiro demonstrou que a orientação acertada era realizar contribuições parciais como, com seguro espírito analítico, realizou.

Estávamos ainda na fase da análise histórica, trabalho preliminar e indispensável para se empreender, em tempo oportuno, a desejada síntese.

Versando temas parciais do nosso passado, selecionando-os de acôrdo com os diversos aspectos da vida retrospectiva, o autor dos *Estudos Históricos* tornou-se, pelo mérito de suas achegas, uma das fontes fundamentais para a nossa historiografia especializada.

A história militar, a história religiosa, a história literária, a história política, a história administrativa e a história urbana tiveram nêle um antecipador» (213).

Eis a sistematização proposta por Joaquim Ribeiro das principais *antecipações* do Cronista do Império:

- 1) contribuição para a história administrativa: *Os Últimos Vice-Reis do Brasil*;
- 2) contribuição para a história literária: *Curso Elementar de Literatura Nacional e Resumo de História Literária*;
- 3) contribuição para a história militar: *As Batalhas dos Guararapes, Brasil Holandês e França Antártica*;
- 4) contribuição para a história política: *Motins Políticos e Militares no Rio de Janeiro*;
- 5) contribuição para a história religiosa: *Ensaio Sobre os Jesuítas*;
- 6) contribuição para a história urbana: *A Carioca*.

Após analisar, uma por uma, essas contribuições do Cônego Fernandes Pinheiro para a história pátria, conclui Joaquim Ribeiro:

«Essas antecipações processaram-se em múltiplos domínios da história, o que, aliás, demonstra a amplitude de seu espírito e a largueza de sua erudição. Em todos êsses setores sempre trouxe esclarecimentos úteis, achegas proveitosas e conclusões acertadas.

(213) *As Antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro*. Estudo a ser publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Se êle, por um lado, foi um espírito de seu tempo, aceitando pontos de vista de ordem romântica na história e na crítica, por outro devemos reconhecer que ultrapassou a sua época, revelando antecipações que o colocam, nos dias de hoje, em posição de relêvo excepcional.

É justo que na comemoração do seu centenário de ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se faça, na plenitude, o cômputo de quanto concorreu para o esclarecimento de nossa história.

Bem significativas foram as suas contribuições, tôdas elas inspiradas na esplêndida intenção de preencher lacunas, eliminar erros, esclarecer obscuridades e destruir equívocos.

O que trouxe de novo e de antecipador só poderá ser avaliado em tôda extensão quando forem publicadas as suas *Obras Completas*, iniciativa que se impõe. A posteridade deve-lhe essa justa e merecida homenagem, que não deve ser retardada.

Já é tempo de resgatar essa dívida.

A obra do Cônego Fernandes Pinheiro tem sido, em grande parte, espoliada e obscurecida propositadamente pelos que dela se serviram. Como todo precursor, não pôde fugir a essa fatalidade de ser esquecido quando justamente deveria ser lembrado.

A comemoração de seu centenário de ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro veio, felizmente, desmascarar essa injustiça. Várias vozes autorizadas se fizeram ouvir, reabilitando a sua memória» (214).

Américo Jacobina Lacombe, (215) Barbosa Lima Sobrinho, (216) Feijó Bittencourt, (217) Joaquim Thomaz (218) e Mozart Monteiro (219) tiveram também o ensejo de enaltecer, por ocasião do centenário em aprêço, a *importância e influência* do Cônego Fernandes Pinheiro na historiografia nacional.

(214) *Loc. cit.*

(215) O Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*, Rio, 17-6-1956.

(216) O Cônego Fernandes Pinheiro e o Judeu. In *Jornal do Comércio*. Rio, 13-11-1955.

(217) *A Biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Estudo a ser publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*

(218) *Três Estudos do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*, Rio, 11-7-1954.

(219) *Cronista-Mor do Império*. In *O Jornal*. Rio, 24-10-1954.

Todos êles, sem discrepância, reconhecem o valor dos ensaios históricos do Cronista do Império.

De Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro diz Sílvio Júlio:

«... o seu papel não é inferior ao dos melhores da fase bragantina da evolução brasileira». E acrescenta: «Posso adiantar-lhe uma rápida observação: como literato, como escritor em geral, como cultor do vernáculo, incontestavelmente paira a prosa florida e fluentíssima do Cônego Fernandes Pinheiro bem acima da dos historiadores daqueles dias. Nenhum revelou tanta sonoridade espontânea, tanto ritmo natural, uma adjetivação mais bonita e variada, a correção lingüística tão equilibrada e hábil. Fora de sua eloquência, o que de melhor existe, de 1808 a 1889, encontramos-lo no romance, não na historiografia plúmbea e feiarrona que então aqui se arras-tava» (220).

No «grande Cronista do Império» reconhece Walter Spalding uma «autoridade das mais acatadas de seu tempo e, através de sua obra, mestre incontestável da geração hodierna» (221)

«Entre os livros deixados pelo Cônego Fernandes Pinheiro, escreve Joaquim Thomaz, nenhum nos parece mais digno de recordação que os *Estudos Históricos*. . . . Alguns poderão falar mais alto da sua cultura, como o *Curso Elementar de Literatura Nacional* e o *Resumo de História Literária*. Outros dirão da polimorfia de seu talento poético e crítico. Ainda outros denunciarão os seus dotes de biógrafo. Nenhum tem porém o sentido nacional dos *Estudos Históricos*, cheio de perspicácia e lucidez, bem traçado num plano alto e sem ondulações» (222).

Para apreciar-se, com maior objetividade, a produção do Cônego Fernandes Pinheiro como historiador, é indispensável uma visão panorâmica da historiografia brasileira na época do Romantismo.

(220) O Cônego Fernandes Pinheiro e a Historiografia do Brasil. In *Diário Carioca*. Rio, 20-1-1957.

(221) *Impressões de Leitura*. In *Estado do Rio Grande*. Porto Alegre, 10-8-1957.

(222) *Três Estudos do Cônego Fernandes Pinheiro*. In *Jornal do Comércio*. Rio, 11-7-1954.

Não pôde o autor dos *Estudos Históricos* fugir ao espírito da tempo.

Na sua obra, vasta e variada, inevitavelmente se reflete a criteriologia histórica que preponderou no período romântico, fase em que a história se metamorfoseava de puro gênero literário, bem próximo da eloquência, para o sentido documental e crítico de ciência histórico-social.

Há nêle, sem dúvida, o molde do orador, com todos os seus arroubos, mas aparece também, nas suas páginas, o espírito do pesquisador, preocupado com a identificação da verdade histórica.

Possuía êle a paixão profundamete romântica pelos valores históricos.

De fato, foi a história uma grande inspiradora do Romantismo. Tôda a revolução contra o classicismo se fêz no sentido de repudiar o elemento greco-romano em favor da história nacional. As antigüidades clássicas opunham os românticos as antigüidades nacionais, que, na Europa, eram sobretudo as medievais. Recaía a atenção dos historiadores para o passado pátrio, até então pouco conhecido e devassado.

No Brasil, também essa revolução se fêz sentir e principiou a ser pesquisada a nossa vida retrospectiva em suas fontes mais remotas.

Alinhou-se o Cônego Fernandes Pinheiro, com grande brilho, entre os pioneiros dêsses estudos históricos.

Havia ainda no processo da historiografia romântica outra motivação de realce: o propósito de valorizar as tradições nacionais.

Aos heróis da antigüidade opunham-se os heróis da nacionalidade; aos mártires da Grécia e de Roma, os mártires da pátria.

E se êsse sentimento cívico insuflou o patriotismo, é certo que provocou algumas deformações históricas, pelas quais é o Romantismo responsável.

Nesse ponto, convém sublinhar, revela o Cônego Fernandes Pinheiro louvável conduta. Não o afastou o patriotismo da documentação, ou seja, do respeito às legítimas fontes de informação histórica. Não há, nos seus estudos, intenção de louvores graciosos aos vultos do passado nacional. O que procura é a verdade histórica.

Não cabe dúvida que, implicitamente, tôda interpretação envolve um juízo, mas não se deve confundir o mister interpretativo com o critério, demasiadamente subjetivo, de julgar. Apesar de ainda hoje se repetir que a história é um *tribunal*, convém lembrar que, se a história pretende ser uma ciência, tem de deixar de lado essa pretensão, pois tôda ciência é, por natureza, objetiva, e não tem outro propósito ético senão *explicar* a realidade, e não julgá-la.

Decerto, não poderia o Cônego Fernandes Pinheiro livrar-se dessa criteriologia romântica, que, no seu tempo, preponderava.

Na verdade, nenhum escritor pode divorciar-se do clima espiritual de sua época.

A apreciação dos méritos dêsse historiador há-de ser avaliada, portanto, em face da historiografia do Romantismo. É deplorável equívoco pretender criticá-lo em função dos métodos de hoje. No seu tempo, é a sua posição de indiscutível realce pelo critério que o orienta e do qual nunca se afasta. Está sempre voltado para o esclarecimento dos fatos mediante comprovação documental. Denotam todos os seus estudos o alto propósito de documentar o que afirma. E é com êsse espirito que êle próprio retifica asserções que, antes, fizera. Basta isso para recomendá-lo como historiógrafo.

Aprimorou-se a sua mentalidade no grande cenáculo que, no século passado, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não existia então, em plena efervescência do romantismo brasileiro, instituição cultural de maior repercussão. Reunia o Instituto a fina flor da intelectualidade pátria. Nessa época, era a história o fulcro da cultura nacional. Os próprios poetas, a exemplo de Gonçalves Dias, historiavam.

Amigo de Varnhagen, muito lucrou o Cônego Fernandes Pinheiro com êsse convívio.

Foi aí, no Instituto Histórico, que exercitou a sua pena de historiador. Aí, aprendeu a amar o documento como fonte insubstituível para a elaboração da obra histórica. Aí, enfrentou debates e discussões, que aguçaram a sua curiosidade e desenvolveram a sua vocação para a pesquisa do passado.

Infelizmente, a grande obra histórica, que pretendia escrever — os *Anais do Império* — não foi realizada.

Constituem os seus *Estudos Históricos* uma preparação para obra de maior fôlego.

Não há dúvida a respeito. Assim o confessa o próprio Cônego Fernandes Pinheiro:

«Os *Estudos Históricos* que ora reunimos são fragmentos de obra de maior tomo, que desde verdes anos temos em mãos...»

Vê-se, por essa confissão, como não era precipitado. Estudava sem pressa, como sói fazer todo pesquisador consciente.

Apesar de tudo, permitem êsses fragmentos da obra não realizada segura apreciação de seus méritos, comparados com os dos demais historiadores da época.

Pelas respeitosas referências que faz ao Visconde de Pôrto Seguro, percebe-se, claramente, que foi Varnhagen o seu mestre, muito embora, não raro, dêle discordasse.

Está patente que não pode nem deve ser a sua obra comparada com a do autor da *História Geral do Brasil*, trabalho beneditino e inestimável. O Cônego apenas apresentou estudos, ao passo que Varnhagen realizou um cometimento de larga extensão. Tanto quanto o Visconde de Pôrto Seguro, procurou esclarecer a verdade histórica. A probidade os orienta. Em ambos, há, sempre, a preocupação de reconstituir a verdade, quando escondida ou deformada. Em ambos, há, permanentemente, o sentido de vigília diante dos horizontes turvos das obscuridades históricas. São qualidades comuns que devem ser apontadas, para melhor julgamento das virtudes de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Não possui o autor dos *Estudos Históricos* a largueza do espírito filosófico de João Francisco Lisboa. É mesmo condenável qualquer comparação nesse sentido, a não ser para apontar antagonismos.

João Francisco Lisboa, por exemplo, dava grande valor aos fatos econômicos. O Cônego Fernandes Pinheiro, ao contrário, preferia o tema político-cultural, e realizava uma análise histórica de supra-estrutura.

Não se pode, nesse ponto, negar que o critério de João Francisco Lisboa é mais atual que o do Cronista do Império. Mas, se revela aquêle essa antecipação metodológica, cabem também ao último inúmeras antecipações, que o colocam, com enorme relêvo, em nossa historiografia.

Igualmente, há nítida diferença entre o Cônego Fernandes Pinheiro e o historiador Felício dos Santos. Avantaja-se êste na ressurreição do episódio histórico, feita nos processos de Michelet.

Ao contrário, analisa o Cônego friamente o tema, submetendo-o a um exame, que bem o distancia da reconstituição pictórica de Felício dos Santos.

Embora os dois não se esqueçam dos documentos cada um segue por caminhos nada parecidos.

Entre Joaquim Norberto e Fernandes Pinheiro, reside a dissimelhança principalmente no fato de preferir aquêle a monografia histórica e êste o ensaio.

Existe, de fato, diversidade de método em ambas as formas.

Exaustiva é a monografia de Joaquim Norberto a respeito da conjuração mineira.

Já os ensaios do Cônego Fernandes Pinheiro são esboços, bem planejados, é certo, mas suscetíveis de maiores desenvolvimentos.

Em regra, é a monografia definitiva. Já o ensaio pressupõe ser trabalho preliminar de obra futura. E foi o que desejou o Cônego fazer. Como salientei anteriormente, era intenção do Cro-

nista do Império empreender um trabalho histórico a propósito do Brasil com perspectivas mais amplas.

Naturalmente, os distancia a diferença de intenções.

Superior é a contribuição do Cônego Fernandes Pinheiro em reiação à do historiador Pereira da Silva.

Com arguto espírito de pesquisador, buscava sempre Fernandes Pinheiro a precisão, a segurança de dados e a fiel documentação.

Sob êsse prisma, supera de muito autor da *História da Fundação do Império*, que, sem embargo de suas qualidades, nem sempre revelou o espírito de exatidão que transparece na obra de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Pereira da Silva, inegavelmente, está sujeito a críticas severas, e a sua obra impõe sucessivas e numerosas retificações. Dos *Estudos Históricos*, de Fernandes Pinheiro, não se pode dizer o mesmo. Há segurança. Há propósito de documentar. Há vontade de esclarecer, com objetividade, os fatos. Nêles a probidade do historiador paira acima de qual quer suspeita.

O que prepondera nos *Estudos Históricos* é o exame crítico.

Para o Cônego Fernandes Pinheiro, é o documento histórico utilizado para esclarecimento do passado. Não é um fanático da documentação, sem a devida análise da mesma. E, nisso, é que se distancia de Melo Moraes (pai). Êste amava documentar, mas aborrecia sistematizar. Ninguém poderá negar a utilidade da divulgação de documentos que aparece em suas obras, mas, por certo, é de se lamentar que reduzisse ao mínimo o comentário crítico.

Com Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro dá-se o contrário. O documento só é chamado para esclarecer uma dúvida, evidenciar um fato ou preencher uma omissão. Aí, sim, representa o documento um papel vital na historiografia. É uma fonte e, como tal, não pode ser esquecida.

Como se vê, fica o Cônego Fernandes Pinheiro bem situado entre os nossos melhores historiadores românticos.

Se não se livrou dos preconceitos preponderantes na época do Romantismo, não comprometeu as suas produções com infidelidades e frioleiras. Todos os seus estudos históricos são ditados pelo espírito de pesquisa e interpretação.

Firmou seu conceito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e prestou reais serviços à cultura pátria.

Num País, como o nosso, em que facilmente se detrata o homem de valor, já se esboça, com tóda pujança, a revisão das críticas infundadas feitas ao competente historiador. Na atualidade, está a memória do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro

plenamente reabilitada, e vozes autorizadas vêm apontando, em diversos setores, o seu papel de precursor.

Não é hoje possível, no campo da historiografia nacional, esquecer-se a sua contribuição, honesta e valiosa, sobretudo para a época. Deu expressivas provas de amor à pesquisa e demonstrou que sabia, com segurança, orientar o estudo crítico do passado.

Em face dos principais historiadores do tempo, é a sua posição deveras sugestiva.

Criou, em nossa historiografia romântica, como observa Joaquim Ribeiro, este delicado gênero que é o *ensaio histórico*. Basta isso para lhe atribuir originalidade e lhe garantir a consagração dos pósteros.

VIII FONTES

AMOROSO LIMA (Alceu)

Introdução à Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, 1956.

Quadro Sintético da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, 1956.

BALTHAZAR DA SILVEIRA (Alfredo)

Cônego Fernandes Pinheiro. In *A Cruz*. Rio de Janeiro, 3-2-1957.

BANDEIRA (Manuel)

Noções de História das Literaturas. São Paulo, 1954.

BARBOSA LIMA SOBRINHO (Alexandre José)

O Cônego Fernandes Pinheiro e o Judeu. In *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13-11-1955.

Reedições Necessárias. In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20-1-1957.

BOSCOLI (José Ventura)

Lições de Literatura Brasileira. Niterói, 1912.

BRUZZI (Nilo)

Casimiro de Abreu. Rio de Janeiro, 1949.

CAPISTRANO DE ABREU (João)

Ensaio e Estudos (Crítica e História). Rio de Janeiro, 1931-1933.

CARNEIRO (Levi)

A Crítica do Romantismo. In *Curso de Crítica*. (Conferências realizadas na Academia Brasileira de Letras). Rio de Janeiro, 1956.

CARPEAUX (Otto Maria)

Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1955.

CARVALHO (Ronald de)

Pequena História da Literatura Brasileira, 1ª e 8ª eds. Rio de Janeiro, 1919 e 1949.

CASTRO LOPES (Antônio de)

- Prefácio da *Gramática da Infância* (1864), do Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.
- CÔRTEZ DE LACERDA (Virgínia)
Reivindicações Críticas em Torno da Obra do Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 7-10-56.
- COSTA (Nelson)
Cônego Fernandes Pinheiro. In *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15-1-1955.
- COUTINHO (Afrânio)
Correntes Cruzadas. Rio de Janeiro, 1953.
- CRETELLA JÚNIOR (José)
Português Para o Colégio (Terceiro Ano dos Cursos Clássico e Científico). São Paulo, 1952.
- DENIS (Ferdinand)
Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal et du Brésil. Paris, 1826.
- ESCRAGNOLLE DÓRIA (Gastão)
Memória Histórica do Colégio de Pedro II (1837-1947). Rio de Janeiro.
- FEIJÓ BITTENCOURT (Leopoldo Antônio)
A Biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Estudo a ser publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*.
- FELÍCIO DOS SANTOS (Joaquim)
Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio. Rio de Janeiro, 1868.
- FERNANDES PINHEIRO (Cônego Dr. Joaquim Caetano)
Apontamentos Religiosos. Rio de Janeiro, 1854.
Catecismo Constitucional. Rio de Janeiro, 1873.
Carmes Religiosos. Rio de Janeiro, 1850.
Curso Elementar de Literatura Nacional, 1ª e 2ª eds., 1862 e 1883.
- Episódios da História Pátria*, 11ª ed. Rio de Janeiro, 1887.
Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1876.
Gramática da Infância, 1ª ed. Rio de Janeiro, 1864.
Gramática Teórica e Prática da Língua Portuguesa, 1ª ed. Rio de Janeiro, 1870.
- História do Brasil Contada aos Meninos*, 4ª ed. Rio-Paris, s/d.
História Sagrada Ilustrada. Nova edição correta e aumentada. Rio-Paris, s/d.
- Lições Elementares de Geografia*, 5ª ed. Rio de Janeiro, 1902.
Manual do Pároco, 2ª ed., 1867.
Meandro Poético, 1ª ed. Rio de Janeiro, 1864.
Resumo de História Contemporânea, 1ª ed., 1866.
Resumo de História Literária. Rio de Janeiro, 1873.
Postilas de Retórica e Poética, 4ª ed. Rio-Paris, 1901.

FERNANDES PINHEIRO (Mário Guimarães)
Discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

FERNANDES PINHEIRO (Mário Portugal)
A Exatidão e a Pesquisa Literária (11). Rio de Janeiro, 1957.
Esboço Biobibliográfico Sobre o Cônego Fernandes Pinheiro.
In *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, vol. 217, 1952.

Outras Reivindicações a Favor do Cônego Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro, 1956.

FIGUEIREDO (Carlos Honório de)
Relatório. In *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, tomo 39, II, 1876.

FLEIUSS (Max)
Recordando... (Casos e Perfis). Rio de Janeiro, 1941-1943.
FRANCA (Padre Leonel)
Noções de História da Filosofia, 5ª ed. Rio de Janeiro, s/d.
FREIRE (Laudelino)
Os Clássicos da Língua. In *Revista de Língua Portuguesa.*
Rio de Janeiro, nº 20, 1922.

GONÇALVES DE MAGALHÃES (Domingos José)
Suspiros Poéticos e Saudades, 1ª ed. Rio-Paris, 1836.

HADDAD (Jamil Almansur)
Prefácio do *Brasil Literário (História da Literatura Brasileira)*, de Ferdinand Wolf. São Paulo, 1955.

IRAJÁ (Conde — Manoel do Monte Rodrigues de Araújo)
Parecer a respeito do *Catecismo da Doutrina Cristã*, do Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro.

JUNQUEIRA FREIRE (Luís José)
Inspirações do Claustro, 2ª ed. Coimbra, 1867.

LACOMBE (Américo Jacobina)
O Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio.* Rio de Janeiro, 17-6-1956.

LAET (Carlos de)
O Frade Estrangeiro e Outros Escritos. (Organização de Múcio Leão). Rio de Janeiro, 1953.

LISBOA (João Francisco)
Obras Completas, 2ª ed. Lisboa, 1901.

MACEDO (Joaquim Manuel de)
Relatórios. In *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomos 17 (1854), 18 (1855) e 19 (1856).

MACEDO SOARES (Antônio Joaquim de)
Retratos a Lápis. Fernandes Pinheiro. In *O Kaleidoscópio.* São Paulo, nº 22, 1-9-1860.

MARICÁ (Marquês de — Mariano José Pereira da Fonseca)

Novas Máximas, Pensamentos e Reflexões. Rio de Janeiro, 1839.

MARTINS (Wilson)

A Crítica Literária no Brasil. São Paulo, 1952.

MATOS PEIXOTO (Almir Câmara de)

Direção em Crítica Literária (Joaquim Norberto de Sousa Silva e Seus Críticos). Rio de Janeiro, 1951.

MAUL (Carlos)

O Pai da Nossa Historiografia Literária (Carta-Aberta a Mário Portugal Fernandes Pinheiro. In *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, maio-junho, 1957.

Resposta de Fogo à Revisão de Valores. In *O Dia*. Rio de Janeiro, 20-1-1957.

MELLIROS (Maurício de)

Da Crítica Literária e Seus Cultores. In *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*. Tomo especial, parte 9, 1917.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE

Prefácio da *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho.

MELO BRAGA (Oswaldo)

Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro (Ensaio Bibliográfico). Trabalho a ser publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

MELO MORAES FILHO

Curso de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, 1870.

MENDONÇA (Carlos Süsskind de)

Silvio Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1888. São Paulo, 1938.

MOREIRA PINTO (Alfredo)

Antônio José da Silva. Rio de Janeiro, 1873.

MOTA (Artur)

História da Literatura Brasileira. São Paulo, 1930.

MOZART MONTEIRO

Cronista-Mor do Império. In *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24-10-1954.

NABUCO DE ARAÚJO (José Tito)

Elogio dos Sócios Falecidos. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 39, II, 1876.

PEREIRA (Lafayette Rodrigues)

Vindiciae. Rio-São Paulo, 1899.

PEREIRA DA SILVA (João Manuel)

História da Fundação do Império Brasileiro. Rio de Janeiro, 1864-1868.

PERDIGÃO (Henrique)

Dicionário Universal de Literatura, 2ª ed. Pôrto, 1940.

PÔRTO ALEGRE (Manuel de Araújo)

Brasílianas. Viena, 1863.

Relatório. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 21, 1858.

PÔRTO SEGURO (Visconde de — Francisco Adolfo de Varnhagen)

Florilégio da Poesia Brasileira. Rio de Janeiro, 1946.

História Geral do Brasil, 3ª ed. São Paulo, s/d.

REBELO DA SILVA (Luís Augusto)

Considerações a respeito do *Curso Elementar de Literatura Nacional*. In *Jornal do Comércio*. Lisboa, 2-9-1863.

Parecer sobre a obra supracitada.

REIS (Antônio Simões dos)

Bibliografia da História da Literatura Brasileira de Silvio Romero, 1º vol. Rio de Janeiro, 1944.

RIBEIRO (Joaquim)

A Contribuição Cultural do Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20-1-1957.

As Antecipações do Cônego Fernandes Pinheiro. Estudo a ser publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e a Historiografia do Brasil. In *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 6-3-1955.

ROMERO (Sívio)

A Literatura. In *Livro do Centenário*.

História da Literatura Brasileira. 1.ª, 2.ª e 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1888, 1903 e 1943.

SACRAMENTO BLAKE (Augusto Vitorino Alves)

Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Quarto volume. Rio de Janeiro, 1898.

• SAINTE BEUVE

Essai Sur les Ouvrages et la Vie de M. Villemain. In *Cours de Littérature Française*. Bruxelas, 1852.

SERPA (Phocion)

Os Versos do Cônego Fernandes Pinheiro. In *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13-2-1955.

SILVA (Inocência Francisco da)

Dicionário Bibliográfico Português. Tomo décimo-segundo. Lisboa, 1884.

SILVA (Joaquim Norberto de Sousa)

Crítica a respeito dos *Episódios da História Pátria*. In *Revista Popular*. Rio de Janeiro, 5-1-1860.

História da Conjuração Mineira. Rio de Janeiro, 1873.

Parecer a respeito do *Curso Elementar de Literatura Nacional*. In *Revista Popular*. Tomo XVI, Rio, de Janeiro, 1862.

- SILVA TÚLIO
Parecer a respeito do *Curso Elementar de Literatura Nacional*.
SÍLVIO JÚLIO
O Cônego Fernandes Pinheiro e a *Historiografia do Brasil*.
In Diário Carioca. Rio de Janeiro, 20-1-1957.
SOTERO DOS REIS (Francisco)
Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira. Maranhão,
1866-1873.
SOUTHEY (Robert)
História do Brasil. Rio de Janeiro, 1862.
SPALDING (Walter)
Impressões de Leitura. *In Estado do Rio Grande*. Pôrto
Alegre. 10-8-1957.
TAUNAY (Visconde de — Alfredo d'Escragnoile).
Discurso transcrito na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*
THOMAZ (Joaquim)
Três Estudos do Cônego Fernandes Pinheiro. *In Jornal do*
Comércio. Rio de Janeiro, 11-7-1954.
VERÍSSIMO (José)
História da Literatura Brasileira. 1.º milheiro. 1916.
VIEIRA (Celso)
Cônego Fernandes Pinheiro. *In Jornal do Comércio*. Rio de
Janeiro, 9-1-1955.
VILLANOVA (José Gonçalves)
Importância e Influência da Obra do Cônego Fernandes Pi-
nheiro. *In Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 8-1-1956.
VILLEMAIN
Cours de Littérature Française. Bruxelas, 1852.
WOLF (Ferdinand)
Brasil Literário (História da Literatura Brasileira). São
Paulo, 1955.

IX

APÊNDICE I

CERTIFICADOS DOS EXAMES PRESTADOS POR JOAQUIM FERNANDES PINHEIRO NO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO JOSÉ

1

Joaquim Pinto Brasil, Bacharel formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Olinda, Professor de Retórica, Poética, Geografia e Francês no Seminário Episcopal de São José, ex-Pro-

fessor substituto de Filosofia e Geometria no Colégio das Artes do Curso Jurídico de Olinda, interinamente regendo a Cadeira pública de Filosofia da Côrte, etc. etc. etc.

Atesto que, tendo de proceder aos exames da Aula pública de Filosofia, convidando para Examinadores aos Ilm.ºs Srs. Rm.º Pe. Me. Frei José de Santa Maria do Amaral, Professor de Filosofia Racional e Moral no Mosteiro de S. Bento, e Dr. Francisco de Paula Menezes, Professor público de Retórica e Poética, passei a efetuar os ditos exames, e, entre os demais Alunos, tendo feito exame *vago* o Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, foi aprovado *optime cum laude*. O referido é verdade o que afirmo em fé do meu Título, e vai além disso confirmado pelos Il.ºs Srs. Examinadores. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1846.

Joaquim Pinto Brasil — Dr. Francisco de Paula Menezes
— Fr. José de Santa Maria Alvares do Amaral.

2

João Matias de Carvalho Bueno, Presbítero Secular, Professor de Gramática Latina, Vice-Reitor, e Secretário dos Estudos do Seminário Episcopal de S. José nesta Côrte do Rio de Janeiro etc.

Certifico que do livro em que se lançam os termos dos Exames que se fazem neste Seminário Episcopal de S. José a fls. 61 v. consta que o Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro Júnior em o dia onze de dezembro de 1846 neste Seminário Episcopal em presença do Ilm.º e Rev.º Monsenhor Prefeito dos Estudos Manoel Joaquim da Silveira fêz Exame público por ponto de Retórica, Poética e Geografia, e aberto o escrutínio foi aprovado *nemine discrepante et cum laude*.

O referido é verdade, e ao mesmo Livro me reporto.

Rio, 22 de dezembro de 1846.

O Pe. João Matias de Carvalho Bueno.

3

Certifico que do Livro em que se lançam os Exames feitos neste Seminário Episcopal de S. José a fls. 66 e 67 v. consta que o Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro Júnior fêz Exame público de História Sagrada e Eclesiástica neste Seminário em o dia 29 de novembro de 1847 e foi aprovado *nemine discrepante et cum laude*. O referido é verdade, e ao mesmo Livro me reporto. Rio, 13 de dezembro de 1847.

O Cônego João Matias de Carvalho Bueno, Secretário.

APÊNDICE II

ATESTADOS CLERICAIS

1

Dom Romualdo Antônio de Seixas, por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo da Bahia, Metropolitano e Primaz do Brasil, do Conselho de S.M. O Imperador, Grande Dignitário da Ordem da Rosa, Grã Cruz da de Cristo etc. etc. etc.

Atestamos, que o R.mº Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, natural do Rio de Janeiro e Cônego da respectiva Catedral e Capela Imperial, é um dos Eclesiásticos mais distintos do Império, não só por seu raro talento e variados conhecimentos, apesar da sua pouca idade, como sobretudo pelo nobre uso, que tem feito, de tão felizes disposições, já no exercício de lente do Seminário Eclesiástico da sua Diocese, já na interessante redação da — *Tribuna Católica* — em que tanto brilha, a par da ciência, um edificante zêlo na defesa do Catholicismo e de suas admiráveis instituições, já enfim na composição de alguns escritos onde, com uma crítica esclarecida e com o seu próprio exemplo, procura chamar a Poesia nacional aos mais tocantes e elevados sentimentos religiosos, como seu primitivo e magnífico destino, e perene fonte das mais sublimes inspirações. Folgamos de render este público testemunho de apreço, que justamente Nos merece o jovem literato, que Consideramos, por sua superior inteligência e ótimas qualidades, como um dos ornamentos da Igreja Fluminense.

Dado nesta Cidade da Bahia sob Nosso Sinal e sêlo das Nossas Armas aos 2 de novembro de 1852.

Romualdo, Arcebispo da Bahia.

2

D. José Afonso de Moraes Torres, p. Mercê de Deus, e da Santa Sé Apostólica, Bispo da Diocese do Pará, do Conselho de S.M. O Imperador, (ilegível) da Ordem de Cristo, Deputado à Assembléia Geral Legislativa pela Província do Amazonas etc. etc.

Atestamos que M.tº R. do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Prebendado da Capela Imperial, e Catedral da Diocese do Rio de Janeiro, é um Sacerdote distinto pelas suas qualidades intellectuais, e morais: seus conhecimentos estão acima do vulgar, p. cujo motivo tem merecido a escolha de seu Prelado Diocesano pª o ensino das matérias Eclesiásticas no Seminário Episcopal, e são atestados pelos seus discursos oratórios na Cadeira Evangélica, e dissertações sôbre matérias Eclesiásticas, em que

igualmente se tem mostrado acérrimo defensor dos direitos da Igreja, e da Santa Fé: sua conduta sempre exemplar, ilibada, e sem a mais pequena nódoa o tem elevado ao Canonicato que hoje possui naquela Catedral, e tornado digno da estima geral das pessoas sisudas, e circunspectas, sendo em consequência um Sacerdote que honra a sua classe. Em fé do que lhe mandamos passar o presente atestado munido com o Nosso Sinal, e sêlo pequeno de Nossas Armas. Dado nesta Cidade do Rio de Janeiro aos 27 de setembro de 1852.

Josê Bispo do Pará.

3

Atestamos que o Rmº Sr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Cônego da S. Igreja Catedral e Capela Imperial desta Côrte do Rio de Janeiro, é dotado de insígnies qualidades que o recomendam e fazem digno de tóda a estima. É versado nas letras divinas e humanas, e os seus costumes são irrepreensíveis. É distinto orador sagrado; e exerce alguns cargos, que bem tem desempenhado, como o de Examinador Sinodal, e de Professor de Retórica, Poética e História Geral no Episcopal Seminário desta Côrte.

E por nos ser pedida, damos a presente, Residência Episcopal da Conceição 6 de dezembro de 1852.

Manoel, Bispo Capelão Mor.

Conde d'Irajá

4

D. Manoel Joaquim da Silveira, por Mercê de Deus, e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Maranhão, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Comendador da Ordem de Cristo etc. etc. etc.

Atestamos em consequência de têmos servido os empregos de Reitor, e Professor de Teologia Moral no Seminário Episcopal de São José do Rio de Janeiro, que o Rmº Sr. Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro cursou as Aulas Teológicas do referido Seminário com muita assiduidade, e aplicação, dando decididas provas de não vulgar talento, o que lhe mereceu a nomeação primeiramente de Substituto das referidas Aulas Teológicas, e depois de Professor de Retórica, Poética, e História profana, que exerce com notória vantagem. Durante alguns impedimentos nossos nos fez o favor de substituir no nosso magistério, e satisfazer devidamente às obrigações de Mestre, tendo além disto um comportamento irrepreen-

sível. Por ser verdade, e para constar onde convier passamos a presente munida com a nossa assinatura, e selo das nossas armas, nesta Cidade de São Luís do Maranhão aos 28 de setembro de 1852.

Manoel, Bispo do Maranhão.

5

Atesto, que o Rmº Senhor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Cônego Prebendado da Sé Catedral, e Capela Imperial do Rio de Janeiro, tem por seus altos serviços feitos à Igreja, no pouco tempo, que se acha ordenado, já no Púlpito, já pela Imprensa, merecido a confiança de seu Prelado, e a do Monarca Brasileiro; aquêlê fazendo-o seu Secretário particular, nomeando-o Lente de uma das Cadeiras do seu Episcopal Seminário, e enchendo-o de outras bem merecidas honras; o Monarca, escolhendo-o Cônego, nos primeiros anos de sua ordenação, pelos relevantes serviços, que nesse pouco tempo o tem visto fazer, e espera dêle, que continuará a fazer.

Outrossim atesto, que o Rmº Cônego Pinheiro tem alcançado nome entre os homens literatos, pertencendo a diferentes Sociedades Científicas, e escrevendo constantemente para o Público, moralizando, e instruindo.

A Igreja do Rio de Janeiro, que teve a fortuna de o possuir, deve-se lisonjear de um tal Sacerdote, e tem bem fundados títulos, para esperar dêle, em todo o tempo, a prova de mais altos, mais importantes serviços.

Eu, testemunho da verdade, e para bem de seu Direito, sempre, e aonde lhe fôr necessário, lhe mandei passar êste atestado, que vai assinado por meu próprio punho.

São Paulo 11 de Novembro de 1852.

Antônio Bispo de S. Paulo.

APÊNDICE III

DISCURSO PRONUNCIADO PELO VISCONDE DE
TAUNAY, REPRESENTANTE DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, POR
OCASIAO DE BAIXAR À SEPULTURA O CÔNEGO
DR. JOAQUIM CAETANO FERNANDES
PINHEIRO

«Senhores! No ano passado, por esta mesma época, teve o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de cumprir uma penosa obrigação: acompanhar até o limiar da derradeira morada seu velho e sempre chorado presidente, o ilustre Marquês de Sapucaí.

«Mal sanada a terrível impressão de perda tão sensível, novamente hoje nos congregamos no fúnebre recinto dos mortos para entregarmos à terra quem em vida foi um dos membros mais preciosos de nosso Instituto, um dos mais infatigáveis trabalhadores de nossa sociedade, uma das mais valentes colunas de nossos edifícios literário e científico.

«Depois de longos anos de ilimitada abnegação de si em favor dessa bela associação, baixa hoje à sepultura o Cônego Fernandes Pinheiro, seu secretário, exonerado para com êle da mais miúda e singela dívida.

«Atacado, há longo tempo, de cruel enfermidade que desapietadamente lhe torturava o corpo, não houve com efeito uma só folga do intenso sofrimento que êle, pressuroso, não aproveitasse para sempre cuidar do Instituto Histórico, para exaltar e promover o seu engrandecimento.

«Prostrado já no leito de morte, nem mesmos assim quis deixar de concorrer para nossa última sessão solene e, com êsse esforço que só conhecem os que têm a consciência do dever, escreveu um longo relatório que não pôde ler, prestação de contas, que havia de ser final e que êle fazia antes de recolher-se ao eterno e inquebrantável silêncio.

«Como pagar tanto sacrifício?

«Como substituir êsse lidador que não conheceu lazeres senão para bem preenchê-los com vantagens para as letras e para a Pátria?

«Suas obras aí ficam. Falarão dêle, de sua benevolência, de seu espírito amável, de seu amor à verdade, de quanto fez pela educação da mocidade, pela amena instrução da infância; mostrarão que sua pena só serviu às causas sérias, dignas e justas e nunca do ressentimento, da paixão e do orgulho, recebeu inspirações.

«Delas resultarão claros os traços característicos da existência que sempre soube honrar; delas surgirá o juízo imparcial dos que nos seguirem e que não tiveram a felicidade de conhecê-lo neste mundo e de apreciar as eminentes e nobres qualidades de sua inteligência e de seu coração.

«Nesses livros, porém, nós que tão de perto com êle convivêramos, nós, seus colegas e amigos, não precisaremos decerto buscar a recordação do que êle foi; nas obras que produziu não iremos estudar a sua feição moral.

«Não! Na memória agradecida e saudosa, teremos sempre presente o Cônego Fernandes Pinheiro, êsse amado consócio, êsse ilustrado Mestre, êsse amigo sincero, êsse cidadão laborioso, êsse

homem, enfim, que no círculo de sua bela e valiosa iniciativa, tanto, tanto trabalhou pela Pátria quanto o guerreiro ou o estadista.

«Agora... o último adeus! E, de envôlta a esta saudação de dor, suba uma prece fervorosa aos pés d'Aquêlê entre cujos divinos atributos resplandece a suprema e ilimitada Misericórdia!»

APÊNDICE IV

PARECER DE MANOEL DO MONTE RODRIGUES DE ARAÚJO, CONDE DE IRAJÁ E BISPO DO RIO DE JANEIRO, SÔBRE O CATECISMO DA DOCTRINA CRISTÃ

«No seu Catecismo V.S. considerou a Religião Cristã sob os quatro aspectos da sua História, Dogma, Moral e Culto, e dentre os variados objetos que cada uma dessas divisões abrange, V.S. escolheu para resumir os principais e mais notáveis, que expôs com brevidade, clareza e precisão inimitáveis, e não menos com as graças do estilo que lhe são próprias. V.S. não seguiu o método vulgar entre os escritores de Catecismos de *perguntas e respostas*; estabeleceu breves teses, ou pontos necessários em um Catecismo, e deixou que os alunos, depois de estudados êsses pontos tão simples, êles mesmos por si, e exercitando-se, dessem as convenientes respostas, e para isso ofereceu-lhes V.S. um *Questionário* — no fim de cada lição.

«Enfim eu não vejo no Catecismo senão motivos para a sua geral aceitação: ordem, estilo, sobretudo (e o que é mais apreciável) a estrita doutrina católica...»

(*Catecismo da Doutrina Cristã*, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1862, pág. 3).

APÊNDICE V

OPINIÃO DE JOAQUIM NORBERTO SÔBRE OS EPISÓDIOS DA HISTÓRIA PÁTRIA

«Um dia o ameno literato, o erudito Visconde de S. Leopoldo, que era presidente do Instituto Histórico, apresentou-se ante esta associação, trazendo pela mão o seu filho primogênito. «Consenti, disse êle a seus consócios, que tanto o respeitavam e amavam, que êste menino se aveze à respirar esta atmosfera; dar-me-ei por muito feliz se aqui tiver um sucessor, que se sente no meu lugar, e que recorde o meu nome». O sucessor que alguns anos depois deveria sentar-se naquele recinto, herdeiro de seus talentos e de sua atividade literária, e pudesse recordar o seu nome, não se fêz

esperar; veio por si mesmo inscrever-se entre os sócios da illustre associação e pedir um lugar honroso entre os historiadores da pátria: o Instituto, admitindo-o ao seu grêmio, elevou-o para logo à dignidade de seu secretário.

«Este novo adepto das letras não era o mesmo menino, filho do ilustrado visconde; os seus desejos porém, se completavam na pessoa de um sobrinho, e o Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro não se olvidou de sua parte de seu illustre ascendente; completou as notícias, que o Instituto possuía sôbre a biografia do elegante, conciso e ameno historiador, o autor dos *Anais das Províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, e por uma ativa e constante colaboração, que lhe faz honra, occupou desde então a atenção do Instituto com a leitura de suas brilhantes memórias, repletas de erudição, elaboradas conscienciosamente, e notáveis pelo seu estilo pomposo e poético, que lhe dá grande realce e interêsse, e torna fácil, encantadora e agradável a sua leitura.

«Incansável em seus trabalhos, o illustre cônego compreendeu a missão de historiador; votou-se a tôdas as classes da sociedade, e à maneira que escreve para os sábios, que investigam, repartindo com êles das suas lucubrações, não se esquece da infância brasileira, e vem como digno discipulo do Divino Mestre que amava a companhia dos pequenos, sentar-se no banco das escolas, e esboçar-lhes sem o aparato e erudição ou o alarde de historiador, êsses quadros da história pátria, que tão facilmente se prestam à compreensão infantil, pelo seu colorido tão natural e tão cheio de novidade.

«A obra, que o exímio cônego Dr. escreveu para as escolas, e que o governo adotou, é a melhor que possuímos em seu gênero, e que satisfaz o preceito do sábio mestre Horácio, quando manda mesclar o útil ao agradável, ou o do harmonioso Tasso, que se dê o remédio adoçando-se a borda da taça, que o contém.

«Nesses trinta capitulos em que se divide a nova obra do Sr. Cônego Dr. Fernandes Pinheiro, encontra-se de tudo quanto há mais belo na história nacional; narra êle os fatos principais, cheios pela maior parte de amor da pátria, repletos de exemplos de heroicidade e desinterêsse; compulsa cuidadosamente os melhores cronistas, sem que contraia o enfadonho estilo, e aridez, que se nota nas suas páginas, e tendo apenas dêles a pureza de língua; procura cingir-se à verdade ou pelo menos ao que lhe parece mais verossímil, quando tem de oscilar entre as dúvidas que ainda obscurecem muitos fatos de nossos annaes. Nas laudas do illustre cronista da infância, brilha essa luz pura e conscienciosa, que dimana das obras de Gandavo, Vasconcelos, Lery, Thevet, Jaboatão, Rocha Pita, Southey, Barleus, Netscher, Laet, Fr. Rafael de Jesus, Fr. Manuel Calado, conde de Ericeira, Ferdinand Denis, Fernandes

Gama, Pizarro, B. da Silva Lisboa, Fr. G. da Madre de Deus, visconde de S. Leopoldo, Acioli, Baena, Fr. G. de Santa Teresa, e de outros muitos autores, cujos nomes figuram na *Revista Trimestral* do Instituto.

«Omitiu o autor os quadros da história primitiva do país, e a par das paisagens do novo Eden, em que a sua pena se transformaria em pincel, deixou de esboçar as aldeias povoadas pelas nações selvagens, com seus usos e costumes originaes, com suas tradições e crenças. Em compensação, porém, demorou-se no período da guerra brasileira, em que o Brasil ensaia ainda no bêrço a sua força de gigante, e vence a hidra da invasão holandesa; ato cheio de heroicidade, que fêz dizer aos conselheiros do reino que o Brasil tinha em si mesmo o germe da sua independência, e o exemplo de sua força e poder. E desde então Portugal tomou sérias e severas precauções, que o Marquês de Pombal procurou coonestar, salvando as aparências, e chamando os brasileiros mais perspicazes e talentosos para os empregos de além mar. Era um exílio, que poucos ou nenhum dêles compreendeu!

«Seja benvindo às escolas brasileiras o novo opúsculo do illustre escritor! Nacionalize-se tudo entre nós sem exceção da própria leitura, eduquemos os nossos filhos de modo que sejam dignos de formar o povo do império diamantino, e que aí se levanta como o primeiro da América do Sul!

(*Revista Popular*, Rio de Janeiro, 5-1-1860).

APÊNDICE VI

PREFÁCIO DE CASTRO LOPES À GRAMÁTICA DA INFÂNCIA

«Marcavam os romanos *albo lapillo* os dias assinalados por algum successo feliz: nós, que à raça latina pertencemos, imitaremos também a prisca usança, não com a *pedrinha branca*, mas registrando-os no álbum universal da imprensa.

«O dia de hoje será portanto registrado.

«— E por que o contaremos no número dos dias faustos?

«— Porque mais um livro útil escrito por um brasileiro surge dos prelos.

«O Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, cujas obras têm merecido insuspeitos elogios de abalizados literatos europeus, incansável no empenho de ilustrar o seu país, tendo a feliz idéia de dirigir sua cultivada inteligência para um ponto, que mais do que todos reclamava cuidadosa atenção, acaba de con-

feccionar uma utilíssima obra apropositadamente por êle denominada — *Gramática da Infância*.

«Bem andaria o respeitável autor do novo opúsculo, se o juízo de um simples amator das belas letras, como só e já com alguma imodéstia nos podemos classificar, tivesse aquêlê valor, que unicamente confere a proficiência literária de gramáticos encanecidos no magistério da língua; bem estariam o autor e sua obra, por ser então o nosso parecer, assim prestigioso, prévia recomendação para que desde logo adotassem o livro mestres e discípulos, povo e govêrno...

.....

«O ilustrado autor da *Gramática da Infância* é um dos poucos soldados intrépidos, que na indisciplinada milícia das letras pátrias tem com invejável denôdo afrontado o inimigo do progresso literário.

«Com efeito, muito pendor, muita dedicação devem ter êsses, que no Brasil em uma época de mercantilismo, e a despeito da grita atordoadora, com que nos salões de suas orgias a política, nova Messalina, estraga e corrompe uma mocidade talentosa, ousam ainda compor livros, escrever compêndios, e curar da instrução pública!...

.....

«A *Gramática da Infância* é um livro, que há muito tempo se tornava preciso nas escolas de instrução primária.

«Para quem reflete sôbre a matéria de ensino era na verdade repugnante ver meninos de 7, 8 ou 9 anos estudando tratados gramaticais da língua portugueza, e carregando inútilmente a cabeça de um acervo ingente de definições metafísicas, que ingeridas facilmente pela memória voraz da criança são expelidas pela língua sem jamais se poder fazer a digestão cerebral.

«Cumpre que o menino aprenda gramática; mas a gramática que deve ser ensinada ao menino não é a mesma por que deve aprender o adulto, o que já tem a inteligência desenvolvida pela idade, e mais ou menos enriquecida pelos variados conhecimentos adquiridos.

«Êste ponto porém foi sempre desprezado. Em nossa humilde opinião uma gramática da língua portugueza, onde tôdas as questões gramaticais fôsem larga e profundamente discutidas, onde a doutrina fôsse a mais completa, onde nada faltasse, seria péssima para as escolas de instrução primária.

«Tôdas quantas passam aí por breves resumos gramaticais não o são, ainda que na forma pareçam; porquanto, ou pecam omitindo até o essencial à força de quererem ser breves; ou não

o são realmente, tratando e expondo com maior extensão a matéria.

«Isto só quanto ao *volume*, e sem relação ao *pêso*.

«Era portanto uma necessidade, que devia ser satisfeita, compor-se uma gramática, que escrita em estilo e frase inteligível para a criança, contivesse de mecanismo gramatical o que fôsse só e estritamente essencial; cujas regras fôsem verdadeiras, claramente expressas; curtas para bem se gravarem na memória; e mais que tudo, cujo sistema fôsse o mais racional e simplificado.

«Apraz-nos examinar se o trabalho do Sr. Cônego Dr. Fernandes Pinheiro satisfaz a êstes requisitos.

«Começemos pelo título *Gramática da Infância*. Esta denominação, que exprime perfeitamente o fim a que destinou o autor o seu opúsculo, é também, por assim dizer, o escudo que o cobre, e deve livrá-lo dos golpes, que talvez lhe prepare o pedantismo dos gramaticadores da época.

«Dividiu o Sr. Dr. Fernandes Pinheiro o seu livro em 36 *Lições*.

«Cada *Lição* contém um pequeno número de regras, as principais, e indispensáveis, relativas ao objeto da mesma *Lição* marcadas com um algarismo.

«As regras, expressas com a maior clareza e concisão, são acompanhadas imediatamente dos exemplos, que as confirmam.

«Em cada *Lição*, após a exposição das regras, vem um *Questionário*, onde cada pergunta é precedida de um algarismo igual àquele, com que está marcada a regra, que deve constituir a resposta à pergunta.

«Segue-se ao *Questionário* em cada *Lição* um *Exercício*.

«Desta descrição vê-se que o plano da *Gramática da Infância* é simples, e muito mais racional que o das gramáticas até agora seguidas nas aulas de instrução primária.

«Confessaremos aqui que o nosso aplauso ao aparecimento desta obra é não só uma homenagem ao seu mérito intrínseco, e à ilustração do seu autor, mas ainda uma expressão do prazer, que sentimos vendo executada, pôsto que com alguma diferença no plano, mas por certo com inimitável mestria, a mesma idéia, que tivemos, lembrando-nos de escrever uma gramática portuguesa; folgamos sempre que em obras elementares vemos realizado o princípio de Jacotot com tão feliz artifício aplicado pelo grande Robertson...

«Mas não se sobressaltem os Srs. Membros do Conselho de Instrução Pública da Côrte, não se sobressaltem alguns Senhores

Professôres... na *Gramática da Infância* o muito prudente Senhor Dr. Fernandes Pinheiro não applicou em sua pureza o método de Robertson, essa praga que veio tirar aos cansados Professôres a possibilidade do repouso: apenas há um longínquo simulacro dessa peste nos *Questionários e Exercícios* em cada *Lição*.

«O plano, com que havíamos tentado escrever a gramática portugueza, era pouco mais ou menos, o que ora vemos na *Gramática da Infância*, com a diferença porém de ser ainda o *maldito* sistema de Robertson applicado à obra; mas já nos vai faltando com os anos a coragem; vimos quanto nos tem saído caro a applicação do tal sistema ao latim, quantos inimigos essa malfadada gramática latina nos tem criado nesta terra semibárbara; reflectimos, e a conseqüência foi — desprezarmos a idéia.

«Felizmente porém uma intelligência superior à nossa, sem que do nosso plano soubesse, e reconhecendo conosco a necessidade de uma gramática elemental, encheu a lacuna. Mestres e discípulos foram felizes; êstes por terem um bom compêndio, aquêles, porque êsse bom compêndio não tem por arcabouço o sistema de Robertson em tôda a sua pureza.

«As *Lições*, em que está distribuída a *Gramática da Infância*, têm uma extensão conveniente; cada uma delas contém, no máximo, vinte e tantas regras.

«Estas são tôdas expostas, como já dissemos, com a desejável clareza e concisão, constituindo períodos curtos de fácil retenção na memória.

«Os *Exercícios* são excelentes: abundantes de exemplos, em que se verificam as regras pouco antes expressas, além de utilidade prática para o fim gramatical, encerram a vantagem de versarem sôbre variadissimos assuntos, como sejam: história sagrada, história e geografia geral, e *principalmente as do país*. De uma atraente amenidade, e adequados a ambos os sexos, há nesses *Exercícios* sentenças, máximas, reflexões, apótemas, em suma, proposições, já do próprio autor, já de clássicos portuguezes como Vieira, Camões, Bernardim Ribeiro, etc., as quais contendo verdades e doutrinas interessantes, é de tôda a utilidade implantar no ânimo tenro das crianças. Quando nenhum outro merecimento tivesse a *Gramática da Infância*, os *Exercícios* por si só bastariam para recomendá-la ao ensino da mocidade, que nêles acharia larga cópia de proficuas lições.

.....

«Na *Gramática da Infância* a doutrina é a geralmente seguida por escritores que têm o *Fôro Grande* de gramáticos concedido por essa que chamam — Rainha do Mundo — opinião pública: o método

simplificado tanto quanto é possível, a clareza convincente às obras elementares destinadas a crianças, a aliança contínua das regras com a prática dos exemplos, eis a boa novidade, que traz a *Gramática da Infância*.

«Cansado dêsse tecnicismo irracional, dessas classificações anti-nômicas e absurdas da maior parte das gramáticas, folgamos de ver que ao menos o autor da *Gramática da Infância* teve a coragem de acabar na conjugação dos verbos com a ilógica denominação de *pretérito imperfeito*, *pretérito perfeito*, e do absurdíssimo *Pretérito mais que perfeito* !!!

«A denominação, com que substituiu a antiga no pretérito e no futuro, é sem dúvida muito racional e apropriada.

«Assim quisesse o autor estender a reforma dessa linguagem técnica às cerebrinas classificações de conjunções *copulativas* e *disjuntivas*!!... Mas assaz conhecemos as causas de suas restrições: é que elle sabe quanto incorrem no desagrado e animadversão os que se arrojam a reformar ainda mesmo com evidente melhoria: louvamo-lo pela sua prudência, nós, que por este pecado temos sofrido excomunhão maior, e estamos ainda ameaçados de carocha e sambenito.

«Outra mudança notável e boa é a criação de um novo modo nos verbos, o *modo condicional*. Com efeito, a existência, o estado, ou a ação não é condicional porque se efetuem neste ou naquele tempo; mas unicamente porque se realizem de um modo dependente de tal ou tal condição.

«Não menos fundada na lógica é a doutrina seguida pelo autor dando no *modo imperativo* só a segunda pessoa do número singular e plural, assim como a denominação de *futuro absoluto* ao único tempo que nesse modo admite.

«Não foi o nosso Gramático, como foram outros, iludidos pela aparência das palavras. *Filho, estuda a lição, detesta o ócio*, são proposições, em que a ação do verbo *tem de ser* (tempo futuro) *exercida*, e em que não se exerce atualmente. Para maior prova do que dizemos, vê-se que pode aplicar-se a este tempo do imperativo um advérbio, que encerre idéias de tempo futuro *verbi gratia*: *Pedro entrega amanhã este livro a Paulo*.

«Mas onde nos leva a imprudente pena? *Ne sutor ultra crepidam*... cumpre-nos apenas expor a nossa humilde opinião, e não discutir; terminemos portanto o nosso parecer, que todo se resume nas seguintes conclusões:

«A *Gramática da Infância*, composta pelo Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, contém a doutrina geralmente admitida; é escrita em estilo e frase ao alcance das inteligências

infantis, para as quais foi expressamente destinada; abrange o resumo essencial das regras indispensáveis da gramática portuguesa, expostas com perfeita lucidez; e aliando sempre a teoria à prática, preenche cabalmente o seu fim didático.

«Damos cordiais parabéns ao seu autor, aos jovens, que por ela têm de aprender, e aos mestres, que a têm de aplicar.

«Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1864.

«Dr. A. de Castro Lopes».

APÊNDICE VII

CRÍTICA AS POSTILAS DE RETÓRICA E POÉTICA

«Sob o modesto título de *Postilas de Retórica e Poética*, acaba de surgir à luz da publicidade um novo trabalho do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

«Composto no intuito de franquear à mocidade inexperiente os arcanos da eloquência e os segredos da palavra melodiosa, o livro que o distinto literato escreveu vem preencher uma grande lacuna aberta no sistema do estudo nacional.

«Escrita em estilo simples, acomodada à inteligência juvenil, metódica na exposição, revelando a lucidez do espírito que a engendrou, a monografia do Cônego Fernandes Pinheiro encontrará da parte do público a mais ampla e cordial aceitação.

«Registrando o aparecimento de mais esta produção literária, esperamos que o seu distinto autor, homem de talento reconhecido e aceito, não se recusará a enriquecer os fastos literários do país com outras e tão importantes produções.

«Orador sagrado, historiador amante da verdade alcançada a trôco de penosas indagações, crítico de fôrça, estilista apurado, todos veneram-lhe o nome de lidador ativo, para quem a vida científica tem sido um manancial de incessantes troféus».

(*Correio do Brasil*, 30-1-1872).

APÊNDICE VIII

CONCEITO DE CRÍTICA LITERÁRIA

«PONTO XXV

«DA CRÍTICA LITERÁRIA

«*Crítica literária* é o juízo imparcial e esclarecido das obras dos escritores antigos e modernos. Exige retidão de espírito, senti-

mento vivo e delicado das belezas e defeitos, grande honestidade e elevação de vistas, inteligência profunda da verdade, e erudição sólida e variada.

«Uma severidade exclusiva que reduzisse o belo a formas convencionadas, a condições externas e secundárias, não seria verdadeira *crítica*, a qual deve ser obra do talento e muitas vezes do gênio que julga com indulgência e não dá pábulo ao ciúme e à inveja.

«Dá-se vulgarmente o nome de crítica a um acervo de juízos mesquinhos em que o capricho e a malignidade profligam sem plano o lado mau das coisas e os ridículos do autor. Essa nunca foi a verdadeira *crítica*, que fazendo garbo de desinterêsse, folga com os triunfos alheios, e jamais se esquece da polidez e cavalheirismo tão necessários no trato das letras.

«A crítica originou-se do exame das boas obras, assim como a retórica nasceu do estudo dos primores da eloquência. Os exemplares legados pelos grandes mestres revelam-nos as belezas em tôda a sua plenitude e nos dão idéias claras daquilo de que só possuíamos confusas e vagas noções. O gôsto apura-se com o manusear dos grandes modelos; a reflexão corrige os erros e desenvolve o sentimento do belo. O gênio em sua pasmosa irradiação pode compreender e exprimir o que há de mais elevado, independentemente do estudo e aplicação das regras; os grandes mestres da antiguidade acharam em si próprios as mais belas e sublimes inspirações. Mais tarde porém conheceu-se que havia necessidade de preceitos para evitar erros que os maiores engenhos haviam cometido, fazendo outrossim caminhar o espírito humano a novas conquistas e poupando-lhe experiências e tentativas por outros já ensaiadas. Foi êste o pensamento que determinou Platão a escrever os seus *Diálogos* e Aristóteles as suas *Retórica* e *Poética*, genuínos códigos do bom-gôsto, destinados a um povo que achava a representação viva e animada do belo nos versos dos seus poetas e nos discursos dos seus oradores.

«Convém o papel de crítico aos espíritos sãos e delicados, que destituídos da qualidade inventiva limitam sua ambição a analisar os trabalhos alheios, apontando-lhes as belezas e defeitos: são os magistrados da literatura que aplicam as leis com amplo conhecimento de causa. Bem que modesta, não é menos útil a sua missão; e Horácio, que com tanta proficiência a desempenhou, comparava-se à pedra de afiar que dá corte ao ferro sem ter a virtude de cortar.

«..... *Fungar vice cotis, acutum*

«*Reddere quae ferrum valet, exsors ipsa secandi*».

«Há três maneiras de proceder-se à crítica: pela impressão que resulta da primeira leitura de qualquer obra; pela análise detida e minuciosa de cada uma de suas partes, tomadas em separado; e pela confrontação da obra que analisamos com outra de natureza idêntica, ou semelhante.

«O primeiro método é mui suscetível de erros; porquanto quase sempre nos entusiasmos, ou indignamos com as primeiras palavras do que lemos, e se formos julgar pelas impressões que resultam dessa rápida e imperfeita leitura, raramente deixaremos de incorrer em graves injustiças e inexatidões.

«O segundo método tem o inconveniente da falta de unidade, podendo acontecer que o mérito da obra esteja no conjunto de todas as suas partes, algumas das quais, consideradas destacadamente, não sejam escoimadas de imperfeições.

«O terceiro método deve ser o preferido com a cláusula de uma conscienciosa análise, tanto absoluta como relativa ao espírito da obra.

«Deparando o crítico com a razão da sua existência, confronta-la-á com outras congêneres, tendo em atenção as diferenças de tempo, lugar, etc.; porquanto absurdo seria pretender que os personagens da *Ilíada* procedessem do mesmo modo e tivessem idênticas idéias que os contemporâneos de Péricles, ou Alexandre.

«Condição essencial é do crítico transportar-se pela imaginação à época em que foi escrita a obra que tem de julgar, fazendo consciencioso estudo das idéias que então dominavam e do caráter dos homens que tomaram ativa parte nos acontecimentos. Aristarco é apresentado como o tipo do bom crítico, e Zoilo do mau».

(Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro, *Postilas de Retórica e Poética*, 4ª ed., 1901, págs. 169-172).

APÊNDICE IX

PALAVRAS DE CARLOS HONÓRIO DE FIGUEIREDO, INSERTAS DO RELATÓRIO ANUAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1876)

«A primeira sessão ordinária, celebrada em 20 de abril, foi estéril: nenhum dos colaboradores da nossa história e geografia, então presentes, se achava em estado de exhibir trabalho, pois estavam sob a pressão da mais pungente saudade, lembrando-se do prematuro passamento de um dos mais dignos obreiros, cuja cadeira

se achava vazia. Quereis que vos lembre êsse tão pranteado consócio? Basta exhibir a seguinte moção, unânimemente aprovada:

«Sendo esta a 1.^a sessão dêste Instituto depois do passamento do nosso ilustrado consócio o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, propomos que se faça na ata menção do profundo pesar que sente esta associação por tão sentida perda, levantando-se a sessão. — Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior, Dr. Manuel Duarte Moreira de Azevedo, — Dr. João Ribeiro de Almeida, — Carlos Honório de Figueiredo, — José Tito Nabuco de Araújo».

«Na verdade, senhores, foi o devido tributo rendido à memória do Cônego Fernandes Pinheiro, que por espaço de tão longos anos ilustrou a cadeira de 1.^o secretário, e produziu trabalhos de mérito real, tanto para a história pátria, como para a literatura.

«Filósofo, historiador e distinto clássico da nossa língua, o Sr. Cônego Fernandes Pinheiro deixou no Instituto Histórico um vácuo bem difícil de preencher. Nêle perdeu a nossa academia um amigo sincero e trabalhador, e o país uma de suas ilustrações.

Grande alma e grande talento, robustecido por um rico cabedal de erudição, o seu espírito viverá eternamente na luz que verteu sobre a humanidade.

«Quando se revê na humanidade, segundo o distinto orador espanhol, e se morre na glória, o sepulcro é como que uma transfiguração. O seu féretro foi rodeado por tudo quanto há de ilustre nesta terra, desde os anciãos avergados pelos seus gloriosos trabalhos até os jovens cheios de vívidas esperanças.

«Uma pátria livre oferece eterna segurança a seus ossos; o espírito nacional, eterno agradecimento aos seus serviços. Morrer assim é desaparecer no tempo para reaparecer perenemente na imortalidade. (Palavras de E. Castellar).

«O Instituto agradecido tratou de mandar colocar o seu busto na sala de suas sessões... ..

«Não obstante o mau estado de sua saúde, o nosso saudoso colega jamais se olvidou de cumprir os deveres inerentes a seu cargo.

«Raras vêzes deixava de comparecer aos trabalhos do nosso Instituto, e um mês antes de abandonar o invólucro terrestre para receber das mãos do Eterno a coroa de glória a que tinha jus, êle proferiu o discurso por ocasião da distribuição de prêmios do Colégio de Pedro II, como professor de retórica, e iluminou a cadeira

em que se assentara, e que tanto soube honrar, com os reflexos majestosos da eloquência e da sabedoria.

«Veneremos a sua memória e procuremos imitá-lo».

(*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 39, II, 1876, páginas 475-477).

APÊNDICE X

OPINIÃO DE MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE SÔBRE O ENSAIO INTITULADO «A FRANÇA ANTÁRTICA»

«De todos os nossos colegas inscritos para leituras de trabalho dois sòmente honraram nossas sessões com suas estimáveis lucubrações, o Sr. Cônego Fernandes Pinheiro e o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo.

.....
«A memória apresentada pelo Sr. Cônego Pinheiro, intitulada *A França Antártica*, compõe-se de três partes: na primeira occupa-se o nosso estimado consócio com o estabelecimento de Villegaignon no Rio de Janeiro, e aí traça um rápido esbôço da projetada França Antártica; na segunda trata da expedição de Duclerc; e na terceira da entrada de Duguay Trouin. A primeira parte recebeu um mais amplo desenvolvimento, porque o nosso laborioso colega remontou à descoberta e fundação do Rio de Janeiro e provou pelo diário de Pero Lopes que não foi Martim Afonso o pai da formosa Sebastião-nópolis, mas sim Gonçalo Coelho.

«No ardente e natural desejo que tinham os calvinistas de possuir uma terra tòda sua e do seu culto achou o nosso autor o motivo principal desta conquista, e o demonstrou lúcidamente percorrendo o estado religioso da França naqueles tempos, os crimes do fanatismo pelos tribunais especiais, *les chambres ardentes*, e as terríveis matanças de Paris e dos Alpes. É notável a apreciação que o Sr. Cônego faz de Villegaignon para com os seus companheiros de seita e a investigação dos motivos que operaram sua conversão ao catolicismo, que, na opinião do escritor, firmaram-se mais no desejo calculado de agradar ao cardinal de Lorena, favorito de Henrique II, do que nas revoluções de consciência e na evidência da unidade católica. Finda esta parte com um bem merecido estigma sôbre a frente daquele especulador cruel e pérfido para com os companheiros de Dupont.

«A história da colônia portuguesa até 1710 serve de pórtico à entrada de Duclerc. Na guerra da sucessão e na opulência da

colônia viu o nosso consócio a origem da invasão daquele chefe temerário; e no descrever a heróica defesa do povo fluminense mostrou o quanto é nefanda a memória do soldado cobarde quando se esquece de que a banda é um laço de honra que o liga ao heroísmo, a espada a ceifa das palmas da vitória e a morte no campo da batalha a sua vida de memória eterna. Depois de haver considerado como um horrendo crime oficial a morte de Duclerc, passa à última parte da sua memória tôda consagrada à narrativa da tomada do Rio de Janeiro por Duguay Trouin.

«Passemos a esponja sôbre esta página vergonhosa, atestada ainda por um documento irrefragável, como é o da capitulação da cidade, cujo original está no Arquivo Público, e do qual extraiu o nosso colega uma cópia, que serve de apêndice à sua memória.

«O atencioso silêncio com que o Instituto ouviu a leitura dêste escrito significa o seu mérito.

«Muitos pontos duvidosos e contradições dos nossos cronistas ali estão elucidados com critério e com a amenidade de um estilo corrente, claro e as mais das vêzes conciso...».

(*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 21, 1858, páginas 506-508).

APÊNDICE XI

OPINIÃO DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO A RESPEITO DAS «BREVES REFLEXÕES SÔBRE O SISTEMA DE CATEQUESE SEGUIDO PELOS JESUÍTAS NO BRASIL»

«O nosso ilustre consócio o Sr. Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro apresentou ao Instituto um trabalho muito recomendável, a que intitulou *Breves reflexões sôbre a catequese dos Jesuítas*. Ele seguiu com um olhar indagador, profundo e consciencioso, a marcha dos padres da Companhia de Jesus desde os primeiros passos daqueles que desembarcaram com Tomé de Sousa no Brasil, até que os raios fulminadores da política do Marquês de Pombal destruíram o seu poder na terra de Santa Cruz, arredando-os dela para sempre. Imparcial e consciencioso, o Senhor Cônego Dr. Fernandes Pinheiro espalha flôres pelo caminho trilhado pelos Nóbrega e Anchieta, proclama os serviços e a dedicação dos santos missionários, que entregues aos piedosos cuidados da catequese acendiam a luz da verdade e da religião de Cristo nas almas dos míseros selvagens sem arrancar-lhes o dom piedoso de sua liberdade; mas ao mesmo tempo o nosso distinto consócio profliga o falso zêlo dêsses outros, que arrancavam de suas tabas

os filhos do deserto para fazê-los escravos depois de os tornar cristãos; louva, tece coroas à caridade, e censura e fere no coração a cobiça; em uma palavra, patenteia a verdade no que ela tem de mais honroso e também no que ela tem de mais acerbo para os Jesuítas; enumera os seus belos feitos, pinta as suas virtudes; mas igualmente abre a nossos olhos o feio quadro dos erros e dos abusos lamentáveis que êles cometeram no Brasil.

«As *Breves reflexões sobre a catequese dos Jesuítas* produziram a mais agradável impressão no espírito de todos aquêles que ouviram a sua leitura, e indisputavelmente fazem tanta honra aos talentos como ao nobre caráter do seu ilustrado autor».

(*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, tomo 19, sup., 1856, págs. 117-118).

APÊNDICE XII

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DESEMBARGADOR MÁRIO GUIMARÃES FERNANDES PINHEIRO, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO RETRATO DO CÔNEGO DR. JOAQUIM CAETANO FERNANDES PINHEIRO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁ- FICO BRASILEIRO (4-8-1954)

«Habituei-me, desde menino, a reverenciar a memória do Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

«Meu Pai, Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro, era seu sobrinho e afilhado; minha Mãe, Leonor Guimarães Fernandes Pinheiro, fôra sua aluna de História Sagrada e Catecismo, no Colégio Inglês, de Botafogo.

«Recordando os áureos tempos de infância passados nesse colégio, minha Mãe referiu-se, por várias vezes, à predileção que por ela manifestava o Cônego e à emoção que se apossava dêsse querido Mestre sempre que falava na Virgem Maria. Então, seus olhos se umedeciam lacrimosos, numa demonstração de místico fervor, que muito impressionava à classe. Na simplicidade dessa evocação está a resposta aos que supõem que o Cônego se ordenara, ávido de conhecimentos, para poder instruir-se. Não houvesse êle sido tocado pela vocação, suas aulas não teriam tido essa nota de fina sensibilidade cristã.

«Volvem os anos, e meu Pai, o mais querido dos sobrinhos, une-se, pelo casamento, à discípula predileta do Cônego, o qual não chegou a ter a ventura de poder abençoar tão feliz união.

«Muito deveu meu Pai, no início da carreira, aos sábios conselhos e ao amistoso prestígio do Cônego, que, como tio e padrinho, tudo fêz por êle.

«Animador dos moços, prefaciou o Cônego, em 12 de abril de 1873, o primeiro livro de versos de meu Pai, intitulado *Primícias*. Tinha o autor apenas 18 anos e morava ainda em Macaé. Em alguns trechos, observa o prefaciador: «a musa do poeta vagou por demais desassombrada». Não obstante, com a superioridade que lhe era peculiar, o Cônego, que, pela sua excepcional ascendência espiritual sobre o jovem, poderia ter determinado a supressão do que bem quisesse, preferiu respeitar-lhe a incipiente personalidade literária, não tirando à obra o cunho de «nativismo» de que se revestia, e expressou êsse respeito, com a ressalva de seu entendimento em contrário, ao declarar: — «Tal foi o nosso escrúpulo pelas opiniões do autor que conservamos ilesos os pontos mais diametralmente opostos às nossas convicções». À sombra dêsse prefácio, erudito e nobre, o livro foi publicado pelo livreiro editor B.L. Garnier de quem, ainda pelas mãos benfazejas do Cônego, veio meu Pai a aproximar-se, cuidando de obras mais úteis à instrução pública, inclusive da segunda edição do *Curso Elementar de Literatura Nacional*. Ao receber um exemplar dessa edição, Carlos de Laet confessa ter tremido de susto, lendo em seu frontispício que a edição tinha sido melhorada, e recordando-se de que o próprio Cônego costumava chamar as alterações póstumas «edições de hiena». Felizmente, porém, chegou o temível crítico à última folha do livro sem que lhe houvesse deparado, como disse, o feroz digitigrado, e reconheceu que «as retificações, poucas e sensatas, foram feitas por mão de um parente e amigo do morto e em nada lhe alteraram a índole da obra».

«Julgando-se suspeito, pelo parentesco e pela gratidão, para escrever acêrca do Cônego, limitou-se meu Pai, anônimamente, a revidar, pela imprensa, os ataques às suas obras, vibrados pelos que, mal formados, pretendiam elevar o próprio mérito sobre os destroços do mérito alheio.

«Meu irmão e eu, por motivos vários, nada pudemos fazer.

«O silêncio sobre a figura do Cônego e suas obras, que se acham esgotadas, dominou novas gerações. Entretanto, ainda Carlos de Laet, já octogenário, ressaltou, em artigo intitulado *Ensino Oficial da Literatura*, publicado em *O Jornal* de 17 de novembro de 1927, que as obras do «doutíssimo professor» — *Curso Elementar de Literatura Nacional* e *Resumo de História Literária* — têm sido «manancial de instrução e de cópia para acerbos censores».

«Foi com intenso júbilo, pois, que, certa vez, ouvi de meu filho Mário Portugal Fernandes Pinheiro, vindo do colégio, interessada

pergunta a respeito do juízo que eu formava do Cônego Fernandes Pinheiro e das suas obras. Respondi-lhe, incontinenti, o que pensava, o que ouvira de meu Pai e de pessoas cultas e, no tocante ao *Curso Elementar de Literatura Nacional*, apontei-lhe o parecer, anexado à segunda edição desse *Curso*, da Academia Real das Ciências de Lisboa, firmado pelas autoridades insuspeitas e incontestes de Rebelo da Silva e Antônio da Silva Túlio.

«Mostrou-me meu filho, indignado, a opinião existente no compêndio de literatura por que estudava e, com o ímpeto próprio da adolescência, publicou, sob o título de *Julgamento Injusto*, o seu primeiro artigo, uma severa e intolerante crítica ao dito compêndio.

«Estimulado por essa criadora indignação, procurou meu filho, pessoalmente, estudar a vida e a obra do Cônego Fernandes Pinheiro e, como resultado desse estudo, que tantas pesquisas demandou, escreveu o *Esbôço Biobibliográfico Sobre o Cônego Fernandes Pinheiro*, ao qual deu honrosa guarida a *Revista* deste Instituto, publicando-o e imprimindo-lhe, com essa publicação, o cunho de sua autoridade.

«Vê-se nesse trabalho, de que há separata, quem foi e o que fez o Cônego, cujo nome já era familiar a esta Casa, da qual participara antes dêle, como fundador e Presidente Perpétuo, outro Fernandes Pinheiro, seu tio José Feliciano, Visconde de São Leopoldo, de quem descende o nosso prezado Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, operoso Secretário do Instituto, Membro da Comissão Diretora da *Revista* e zeloso continuador da tradição de seus maiores.

«Não cabe a mim, sobrinho neto do Cônego, fazer o elogio daquele que levou ao máximo os seus esforços por bem servir a este magno Instituto, quer como seu secretário, quer nas comissões de que fez parte, quer como colaborador assíduo de sua inestimável *Revista*. Vivia o Cônego, todos vós o sabeis, a própria vida desta Casa, a que se consagrara de corpo e alma.

«Prostrado já no leito de morte — declarou o Visconde de Taunay, como representante oficial do Instituto, no discurso fúnebre, por ocasião do sepultamento do grande lidador — nem mesmo assim quis deixar de concorrer para nossa última sessão solene e, com esse esforço, que só conhecem os que têm a consciência do dever, escreveu um longo relatório, que não pôde ler, prestação de contas que havia de ser final e que êle fazia antes de recolher-se ao eterno e inquebrantável silêncio». Mais tarde, em alocução pronunciada em 1888, ainda invoca o mesmo ilustre orador a figura do Cônego com estas sentidas palavras: «E vós também, Cônego Fernandes Pinheiro — a síntese da dedicação mais completa e

ininterrompida por muitos lustros a êste Instituto que tanto vos deve e de vós tanto se lembra».

«O Instituto, agradecido, mandou colocar o busto do Cônego na sala de suas sessões, como ficou acentuado no relatório anual lido em sessão de 15 de dezembro de 1876.

«Agora, é a família do inesquecível morto, representada por seus sobrinhos, que, numa demonstração de aprêço e afeto, oferece a êste Instituto o retrato de quem nêle ingressou há cem anos, com o propósito, sempre mantido, de dar-lhe a mais completa colaboração.

«Comemorando, assim, êsse centenário, conforta-nos a certeza de que, compreendido ainda em vida pelos seus consócios, o Cônego Fernandes Pinheiro há-de ser lembrado neste tradicional Sodalício, que lhe cultua, como nós, a veneranda memória».

[illegible]

João Bispo do Pará

10. subinclinatum suba. subinclinatum per. exim. Thunberg.
 per. exim. 10. December 1832.

James Brown Knorr

Chrysomelidae: Anthrenus subfuscus (L.)

D. Manuel Joaquim de Oliveira, por ordem
de D.º de Santa Sé Apostólica, Bispo de elle-
ranha, do Conselho de Sua Magestade e Super-
intendente da Ordem de Christo &c &c &c.

Attestamos em consequencia de termos ouvido
os impetores de Rito, e Professor de Theologia cat-
olico no Seminario Episcopal de São João de Rio
de Janeiro, que o Rev.º Sr.º Lourenço Joaquim
Lustosa Thomazinho Pinheiro entrou no Colégio
Theologico do referido seminario com muito
aviduidade, e applicação, e sendo decidida por
nos de sua vulgar sabedoria, e que elle se en-
com a sciencia, e principalmente da Sabiduria
das escripturas, e das Theologias, e de mais
de Professor de Rhetorica, Poetica, e Historia
profana, que o que com auctoridade e integridade
durante alguns impedimentos entrou nos
fz e favor de sublevar os seus magistros,
e satisfz devidamente as obrigações de elle, e
tendo allem disso um comportamento compen-
sacional. Por ser verdade, e para comtudo m-
de comio gracioso, e presente munda-
com a nova assignatura, e delle das novas
actas, nesta Cidade de São João de Ilherna-
das aos 28 de Setembro de 1852.

Manuel, Bispo de elle-
ranha.

Em villa de São Paulo, 28 de Setembro de 1852.
Ilmo. Sr.º Lourenço de Oliveira, Bispo de
Ilherna, e de mais.
Vigilante da Ordem de Christo &c &c &c.

Attesto, que o Rev. Senhor Joaquim Caetano
Formando Reitor, Cônego Prebendado do
Cathedral e Capella Imperial do Rio de Ja-
neiro, tem por seus altos superiores futeo a Ig-
reja, no pouco tempo, que se achou ordenado, já
na Párpita, já pela Sengra, e, mais a san-
fiança de sua Corôa, e de de attenção de
libros; aquelle fundado a sua Secretaria para
atender, e de 20.º de uma das Ordens
de sua Igreja, dominando, e encubindo a de
outros, tem encubido livros, e encubido, en-
tão de a Igreja, nos primeiros annos de sua
ordenação, pelos relevantes serviços, que se effe-
pou ao tempo a sua vida futeo, e se puz a
que continuamente a futeo.

Outros attesto, que o Rev. Cônego Reitor
tem alcançado muito entre os homens litteratos,
pertencendo a diferentes sociedades de letras,
e servindo constantemente para a Igreja, en-
calhando, e encubido.

A Igreja de Rio de Janeiro, que tem a fortu-
na de o profecto, deve a honras de um tal sa-
cedote, e tem bem fundados titulos, para se
pouar d'elle, em todo o tempo, e porra de
mais altos, mais importantes, serviços.

do Testamento de vontade e nova liberdade de
viver, sem mais e ainda de se for necessário
de mais, para passar este testamento, que não
afogando por mais propria punção.

San Paulo 11 de Novembro de 1882.

Antonio Dias do Paul.

Se a testemunha de vontade e nova liberdade de
viver, sem mais e ainda de se for necessário

de mais, para passar este testamento,

afogando por mais propria punção.

REFLEXÕES SÔBRE A HISTÓRIA DA REPÚBLICA ATÉ 1945

CEL. REF. DO EX. J. B. MAGALHÃES

INTRODUÇÃO

Comemorou-se solenemente, há cêrca de duas décadas, em todo o território nacional, o meio centenário da transformação do regime de govêrno, operada no Brasil. Comemorou-se o gesto heróico de Deodoro, acolitado por Benjamin Constant, de solidariedade com o homem de ação, que foi Floriano, o qual deu por terra com o sistema político-dinástico dos Braganças.

Não obstante a vida da humanidade se contar por séculos, parece-nos interessante balancear o que tem ocorrido nestes quase três quartos de século da existência da República. E começaremos por homenagear as três personagens que decidiram a crise de 1889, Deodoro, Benjamin e Floriano.

Êles decidiram a liquidação da monarquia. Não são, porém, os únicos agentes da rebelião, que causou a derrota do Império e pode-se mesmo dizer, sem injustiça nem êrro, que, de todos três, sòmente Benjamin era de longa data ostensivamente republicano. Floriano tendia apenas, como os militares que na monarquia se agrupavam em tôrno da empolgante figura de Osório, para a República. Deodoro era essencialmente soldado. Êle e Floriano parecem haver agido, na oportunidade, pela convicção, que adquiriram afinal, de não ser mais possível solucionar a crise surgente em 1889 sem adoção de um novo regime político, como aspirava Benjamin, com sua formação positivista.

Seja como fôr, êsses três nomes nacionais resumem em si, nesse momento, 15 de novembro de 1889, em síntese político-social marcante, um passado de tendências liberais e as ânsias de um presente de equilíbrio instável. Tiveram o grande mérito da compreensão de deveres patrióticos imponentes reclamando ação denodada conseqüente.

Decidem-se a agir. E decidem-se do modo mais harmônico com os então interesses do Brasil, na grave crise em que o lançara a decomposição, a bem dizer-se espontânea, do Império. Decomposição marcada pela degenerescência dos partidos e costumes políticos, pela incompreensão das condições novas impositivas da civilização, das necessidades reais da nossa evolução, por parte dos que então nos governavam...

Deodoro é excitado pelos acontecimentos militares que se vinham desenrolando desde 1885. Cede aos apelos que se lhe vinham fazendo, tendo mesmo a animá-lo o exemplo do Barão de Pelotas, que, embora senador, sentia predominar em si a *solidariedade militar*, sentimento bem adquirido nos campos de batalha. Reage contra a incompreensão que o Governo mostra da *psicologia das classes armadas* e acaba tomando o rumo que lhe é apontado pela insistente propaganda republicana. Envereda pela única porta que se lhe não poderia fechar na manobra político-administrativa da época. Age com recalque de certos sentimentos íntimos, mas corajosamente.

Figura prestigiosa do Exército, sentindo profundamente suas queixas e seus males, cede aos impulsos do entusiasmo e toma, mesmo enfêrmo, resolutamente, o comando da revolta, muito embora haja de sopitar no coração sentimentos, não menos nobres.

Benjamin é o homem de firmes convicções filosóficas, de inteligência lúcida e ilustrada, de cultura ordenada, cheio dos entusiasmos vibráteis dos criadores de prosélitos. É orador que arrebatava pelo fogo candente de seu verbo inflamado, com que transborda as idéias que o absorvem todo. Empolga. Resume em si a plêiade dos propagandistas da nova fé política que, no Norte, no Centro e no Sul do país, levantam o estandarte da reforma radical; da eliminação do sistema de governo hereditário e oligárquico. Entra na revolta com o poder representativo que lhe dão oficiais para solucionar o dissídio, indo mesmo até a República, se fôsse preciso...

Florianos segue, atento e tranqüilo, o abalo nacional. Não se sabe que haja conspirado, mas vê-se que acompanha vigilante a marcha dos acontecimentos. Informa-se. Mede e pesa as forças em presença. Pressente a luta e prepara, silenciosamente, o seu desfêcho. Entre a República e o choque sangrento, seguido certamente, mesmo vitorioso, de intermináveis perturbações, talvez do fracionamento da Pátria, porque a *Monarquia resiste à federação e as demais reformas reclamadas pela evolução*, decide-se pela primeira. E o faz tão firmemente, que é ele quem vai depois consolida-la. Tudo com o seu ar *impassível, indiferente e esquivo*, como o retrata Euclides da Cunha.

Os acontecimentos aqui recordados com destaque propositadamente feito dessas três figuras históricas, não se processaram, porém, como um passe de mágica. São o termo de uma fase evolutiva no caminhar do nosso povo pelas sendas do progresso; encerram uma fase da vida nacional, fecham uma crise. Abrem novas portas que dão para um futuro... Neste só se divisava então desabrido prosperar, sem suspeitar das agruras do atual presente... Agruras que nada mais representam que a subordinação fatal do homem e da sociedade às leis que os governam sob inexoráveis condições como fenômenos da natureza; subordinação a que não podem fugir quer as conheçam ou ignorem...

Tais acontecimentos têm raízes profundas. Resultam de razões inexoráveis. Nada mais são, de um lado, do que efeitos longínquos do trabalho cerebral dos homens de gênio, penetrando em seu cogitar profundo os segredos das verdades científicas, sobre a natureza física, a sociedade e o indivíduo; de outro lado, assentam nas condições do meio físico em que vivem as sociedades humanas e nas reações, dos diversos grupos que elas formam, uns sobre os outros. Resultam do *complexo nacional, nem sempre* suficientemente discernido...

Aqui, no advento da República, de nossos retardos, só as mais fortes *resistências anímicas* às imposições do progresso, certos vícios educacionais, herdados da era colonial, e permanentes na Monarquia, eram percebidos. Atribuía-se ao *homem*, à raça, muito do que advinha das condições da *terra*, olvidando o que era a determinante principal da prosperidade econômica, com seus efeitos políticos e sociais, dos povos líderes do século XIX. Era um vício, ainda hoje existente, do processo de nossa formação espiritual, no qual a erudição prevalece sobre a *instrução*, a retenção mnemônica dos conceitos sobre a assimilação dos respectivos significados, o conhecimento sobre a assimilação, conduzindo mais a reagir por cópia do que por efeitos da compreensão das necessidades e conveniências pátrias...

Foi somente a partir de Alberto Tôrres, não obstante alguns espíritos do passado haverem se batido pela solução *científica* de nossos problemas, entre os quais não se pode olvidar José Bonifácio, que se começou a perceber o que eram nossas *realidades* residentes nas condições da terra. Mas, o conceito ajustado a êsse respeito, é muito recente, e só foi divulgado por J. Pires do Rio, com o seu *O Combustível na Economia Universal* e as *Realidades Econômicas do Brasil* complementados por *A Moeda Brasileira*, que evidenciaram as condicionantes fundamentais de nossa situação na senda do avançar da civilização moderna, e o porque dos *desacertos*, ou

melhor, os *pretextos*, para os desatinos dos *politicóides*, que muito falam em progresso olvidando os seus elementos básicos... os fundamentos econômicos... *Fundamentos econômicos* que condicionam as reações da vida *individual* e dos *grupos sociais*, a que o *espírito* tem de atender para poder prosperar tranqüilamente...

A prosperidade da Monarquia na década dos 50, marcada pelo enveredar na rota das realizações industriais, não pôde perdurar em ritmo bem compassado. As razões disto, uma vez que as iniciativas adotadas denunciavam boa percepção das características do *progresso da época*, não está na *incapacidade* dos homens, pois que tais iniciativas foram adotadas... Está nas condições do país... Está nos progressos da *maquinofatura*, fundamentada no emprêgo das energias advindas do *carvão de pedra*, como muito bem viu o engenheiro Pereira Cabral, em sua memória geológica da famosa década dos 50 (1).

Hoje, muito embora haja progredido a compreensão de tais fatores na mentalidade de nossas elites, não se formou ainda bem ajustado conceito a propósito das características nacionais em face dos progressos da *civilização ocidental*, já *universal*... Há ainda retardos, sobretudo quanto ao concernente ao *processo econômico* em seu conjugado com o *progresso geral*, com um desajustamento entre *realidades e ficções*, que abrem porta larga às *demagogias* e à prosperidade dos, no dizer de Mme. Staël, *chevaliers de la circonstance*...

Nada sintetiza melhor nossa situação no quadro dos progressos da era da revolução industrial que a *política-financeira monetária* por isso que o dinheiro, por seu poder aquisitivo, traduz as condições de *equilíbrio* de ordem geral em que vive uma sociedade, prosperando tranqüilamente, confiantemente, ou em tumultuosidades atravessadas de crises mais ou menos graves que podem causar colapsos...

Tudo que diz respeito a uma *sociedade* tem que ser visto não somente examinando-se o que se processa nela, mas olhando-se o que ocorre no meio a que pertence, em cada época. O que atua sobre sua vida e como reage ela nas diversas circunstâncias do seu viver...

Não será, portanto, demasiado nem sem propósito, relembrarmos perfunctôriamente alguns fatos do passado que nos permitam integrar o que aqui se passou, já há cerca de três quartos de século, nos conceitos inevitáveis da continuidade e da solidariedade humanas. Muito menos é desarrazoado recordarmos também, embora em traços largos, os fatos nacionais que de etapa em etapa conduziram nosso Brasil à proclamação da República.

(1) Memória geológica sobre os terrenos de Curral Alto e Serro do Roque na Província de S. Pedro do Sul.

I PARTE

A IDÉIA REPUBLICANA

Das origens a 1930

A *idéia republicana* surge no Brasil desde cedo, mal começa êle a adquirir feição nacional autônomo. Diz-se que é própria do clima da América... Mas, que é *República*?...

Na verdade, é uma noção política de profundas raízes, mergulhadas em remota antiguidade.

Conhece-se a «*República*» de Platão, afora outras mais antigas, e sabe-se que foi, sob a preponderância do Senado, o regime que assegurou a prosperidade Romana.

Certo, para Platão e os romanos, a República era principalmente a *coisa*, o interesse público e não apenas a forma jurídica de governo, que se lhe empresta hoje...

Seja como fôr, tanto nos tempos greco-romanos, como na era moderna, o fato característico essencial da instituição do governo é garantir a *liberdade*, sem prejuízo da *segurança*.

É o destino das *sociedades* facilitar a vida dos *indivíduos*... Os *sacrifícios admissíveis* da *liberdade individual*, resultam dos interesses da *segurança* e do conjugado da liberdade de uns com a dos outros, para que todos a possam desfrutar num *maximum*... Se assim não fôsse, o viver em *sociedade* não seria ilógico, contra a *inteligência*? E isto ao menos para os mais *fracos*?

Nos antigos tempos, como ainda agora, a idéia de República, isto é, de *liberdade* regulada pela lei do *interesse público*, é fundamentalmente a mesma.

Mas, se a noção de *interesse público*, traduzido pela palavra *República*, nunca sofreu alteração nem dúvida, o mesmo não se dá com a noção de liberdade, embora hoje seja corrente ter como condição das formas *republicanas de governo* assegurar a *liberdade*... E isto não obstante a coexistência de *despotismos* em *Repúblicas* e de *liberdade*, a mais completa, em *monarquias*... A noção de liberdade, de feito, em virtude dos interesses da *segurança*, individual ou coletiva, é noção mui relativa...

Discute-se o que seja *liberdade*, ao menos, desde Aristoteles, que a representa tendo por fundamento o *mérito*. Platão, que em sua *República* assegurava deveres ou direitos idênticos para os homens e as mulheres, conservava a *instituição da escravidão*, como legítima. Em Sparta e Atenas a lei militar preponderava. Não é fundamentalmente diferente o conceito moderno de liberdade, que inspirou os republicanos do Brasil, mas, se bem que seja funda-

mentalmente o mesmo, na forma é diferente. Deriva diretamente de uma época muito mais recente em que a sociedade havia já sofrido os influxos das reformas impostas pelo progresso da ciência, vindos da era da Renascença...

Até aqui, o exposto mostra que a *idéia de liberdade*, não abarcava todo o *gênero humano*. Era relativa a grupos sociais, a *classes*... É recentíssimo o conceito de sua *generalidade*, o que, aliás na sua aplicação apresenta ainda *nuanças e diferenciações*; umas lógicas, outras meros remanescentes dos velhos tempos...

As *classes privilegiadas* só começaram a desaparecer das legislações em fins do século XIX, com o evoluir da *revolução industrial*, após séculos e séculos de sacrifícios, lutas, caudais de sangue...

A *República*, de hoje, das chamadas democracias modernas, e já agora também, após a revolução *bolchevista*, *democracia popular*, cuja existência se verifica sob o mais ferrenho despotismo de um grupo, formando *partido único*, é uma derivada, ou complemento da Revolução Francesa, que instituiu o *mito da soberania popular*. Deriva do mecanismo econômico da *economia maquinofatora*, estendendo o campo da *luta de classes*, intencionando dar a ditadura ao *maior número*, operário e camponeses. Não leva em conta a escala dos valores individuais, do medíocre ao gênio, nem a *importância relativa* das *funções sociais*... É, porém, confessadamente uma situação transitória...

Nossa República surgiu da *influência mental* da Revolução Francesa, e reveste características próprias do ambiente sulamericano. A bem dizer-se, *existe* desde a Monarquia quando a liberdade de crítica era mais tolerada que em muitos âmbitos chamados aqui republicanos.

Na sua época a *sociedade* era ainda acentuadamente heterogênea. Havia a *escravidão* e a *nobreza*; o rico; herdeiro dos *latifúndios*; as reações de uma imigração livre recentemente iniciada; a indústria — com as precárias *fontes de energia* essencialmente derivadas da *lenha*; a monocultura do *café*, preponderante sobre a do açúcar e do gado, fundamentando nossa verdadeira riqueza econômica... Havia os hábitos herdados do *senhor* e do *escravo*... Em meio de tudo isto, operam os impulsos do progresso antevisto e almejado pela inteligência dos *instruídos*, não raro viciosos ou incompletos; os impulsos de um *patriotismo* mais ou menos orgânico, nem sempre porém, convenientemente informado ou esclarecido.

A SEDUÇÃO DA LIBERDADE

«Liberdade» e «opressão» marcham de par e meia na história humana, não obstante apresentarem aspectos diversos, de acôrdo

com as características dos tempos. São noções «relativas», que convém fixar desde já, para bem penetrarmos o sentido das manifestações e mesmo a razão de ser das *idéias republicanas no Brasil*, em parte reflexo do que se passa alhures, em parte resultado da pressão das contingências nacionais. Reflexos da pressão vinda dos progressos da civilização na Europa...

A ânsia pela «liberdade», que varia de forma e de aspecto, conforme o estágio da civilização, opõe-se sempre à «opressão», muito embora resulte esta da própria «fraqueza dos governos» ou do relaxamento dos costumes, conseqüente da preponderância *prática* dos elementos culturalmente deficientes. Tal fato, que se verifica em tôdas as sociedades quando o mecanismo da *ordem existente* não mais corresponde às *condições novas* mais convenientes à vida coletiva, traduz-se cristalinamente por uma lei de economia política: — *a má moeda expulsa a boa...* Mas, isto, apenas num certo prazo...

Nos tempos heróicos de Grécia e Roma, a «escravidão» e depois na idade média a *servidão*, eram instituições aceitas e indiscutidas em sua legitimidade. Assim foi, até o momento em que a descoberta da atrelagem dos animais pelo peito e não pelo pescoço conforme assinala um historiador francês: a larga navegação a vela com a invenção do leme, complementando as reações de *moinho de vento*, permitiram ir dispensando, para satisfação das necessidades da vida coletiva, o concurso do braço escravo. Deram surto às cidades livres e ampliaram o *comércio entre os povos*...

A escravatura, instituição milenar que os filósofos legítimavam, começou então a tornar-se odiosa, por desnecessária. A «opressão» que, de fato, representava, *caracterizou-se*. Depois ressurgia, como legítima com o colonialismo do século XVI e seguintes, por necessidades de ordem fundamentalmente econômica... Tudo isto não obstante, o cristianismo proclamar a idéia da igualdade dos homens, a «fraternidade sem distinções». É que o aperfeiçoamento moral daí resultante, não bastava para dominar o impulso dos instintos excitados por *novas necessidades*, impelindo os *homens civilizados* a esquecer os progressos que haviam já realizado. Era o *egoísmo humano*, eram as imperfeições da natureza que faziam recorrer a «opressão» de uns pelos outros, para a satisfação de interesses imediatos, muito mais enérgicos e sensíveis que os de uma vida futura... Ficando a fraternidade relegada para mundos espirituais...

No século XVIII ainda, no âmbito da civilização ocidental, já *ufanosa de científica*, havia o direito de propriedade sobre seres humanos, sendo que em nosso país o seu desaparecimento é obra política já dos nossos dias, do último quartel do século XIX.

Nada, porém, de reverso ocorre sem penalidades...

A instituição da escravidão, depois de ter sido um instrumento de progresso humano, tornando-se prescindível, transformou-se em fator de retardo da evolução da sociedade com o fomento que produz nas tendências ao despotismo, ao servilismo e à revolta... O Brasil talvez sinta ainda êsses efeitos, embora já atenuados, por suas novas condições de vida...

Seja como fôr, importa-nos principalmente consignar aqui não ser a noção de «liberdade» a mesma em todos os povos e que as «aspirações» que a caracterizam variam, porque a «opressão reveste» as mais «diversas formas», sendo relativa ao «momento» de civilização vivido.

Em tôda parte êsse fenômeno é regido pelo que poderíamos chamar a *lei das necessidades*, muitas vêzes criadas pela imperfeição dos que governam os povos, nem sempre capazes de atuar acordes com os progressos da ciência e suas reações sôbre a indústria moderna. Por isto na atualidade, embora facilitadas enormemente a *produção* e a *circulação das riquezas*, a «opressão» de uns sôbre os outros não foi ainda totalmente abolida... Criam-se conseqüentemente novas «ânsias de liberdade...»

A «opressão» toma às vêzes formas indiretas e invisíveis, mas é sentida. Existe de fato, embora inconfessada, embora mesmo negada. Oprimir é agir contra as leis da natureza...

E por que isso ?

Assim como o cristianismo, depois de haver elevado as almas na contemplação de um Deus único perfeito, oniciente, onipotente e paternal, mas paternal à antiga, depois de haver libertado os escravos de Roma, torna-se opressor na fase de decomposição da Idade Média, e na era moderna, quando luta ainda francamente contra a reforma que os conhecimentos científicos determinam, — fato análogo se dá com a «indústria moderna». A máquina, feita para libertar, escraviza, a seu turno... E vem o *marxismo*...

Um novo estado revolucionário passa a agitar, a abalar, a ameaçar a sociedade humana, sob forma, não mais de luta pela «igualdade política», como no século XIX, mas de guerra entre as chamadas classes sociais.

A lei da persistência ou da inércia social, pela qual tôda situação tende a resistir às mutações necessárias, até que, vencida pelas forças superiores do progresso, não mais pode resistir, explica êsses fenômenos.

A «sabedoria política», portanto, está em perceber a mudança da «opinião», que reflete a necessidade de mudanças da ordem existente e em ceder a tempo de evitar choques violentos... A *sociologia*, porém, fundada como ciência positiva no início do sé-

culo XIX, por A. Comte, ainda não adquiriu pleno desenvolvimento para tornar suas *leis impositivas* aos espíritos, como as das ciências concernentes à *natureza física, à matéria...*

A EVOLUÇÃO DAS IDÉIAS REPUBLICANAS NO BRASIL

Nasceu nosso Brasil no século XVI, justamente quando se iniciava a reforma das concepções do Mundo, das quais, porém, só vai ter plena consciência três séculos mais tarde!...

Sua infância foi longa e é caracterizada por todo aquêl período do descobrimento português, do processo das capitâneas, da escravidão do índio, da catequese, e da importação do negro; das lutas pela posse da terra...

É longa essa infância. Sômente no século XVII dá êle mostras de possuir uma personalidade definida quando luta, a bem dizer-se por conta própria, contra novos invasores e resiste, de certo modo, ao domínio espanhol.

«Os triunfos obtidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância dos gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o govêrno da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população influíram consideravelmente sôbre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos além mar, os humildes e envergonhados mambombos do século XVII, por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos, da coroa portuguesa», registra Capistrano de Abreu (2).

«Tal a gênese, refere Tasso Fragoso, dos movimentos de rebeldia que se propuseram a dar-nos a emancipação política e quase sempre um govêrno republicano» (3).

De fato, aí se vê o início de nossa luta da «liberdade contra a opressão», luta que toma entre nós, a partir da última parte do século XVIII, um caráter cada vez mais «acentuadamente republicano».

Nela não aparece sômente o ardente desejo de adquirir igualdade com Portugal ou de tornar-se dêle independente.

Aspirava-se também mudar o regime de vida, sob a influência certamente do calor das idéias novas, que agitavam forte-

(2) Capítulos de História Colonial.

(3) *A Revolução Farroupilha* — Volumes XVI-XVII da Biblioteca Militar.

mente a Europa do século XVIII. Eram as labaredas das então modernas *ideologias políticas e sociais*, que batiam nas costas da América e queimavam a matéria essencialmente combustível dos descontentamentos reinantes.

Não estava, porém, ainda nessa época, o povo brasileiro, cujo convívio com os outros povos era interdito, convenientemente *esclarecido*. Sòmente alguns homens de escol, os que se destacam da massa, sentiam diretamente os influxos dos progressos do pensamento moderno. Nem mesmo haviam ainda sido abertos os seus portos ao comércio universal e por isso vivia enclausurado na limitada esfera do fechado ambiente português, cuja *política* impedia o *surto industrial* e o *desenvolvimento da instrução* na colônia...

Além disto, sua vida *íntima* era ainda moldada pelo *latifúndio*. A extensão das terras e as dificuldades de comunicações davam aos senhores dos latifúndios características dos senhores *feudais*. Eram domínios políticos e sociais. O fundamento de toda a vida econômica, social e política da realidade nacional. No norte, no oeste, no centro ou no sul, havia diferenças específicas nos costumes e práticas, mas a *mentalidade* era a do dominador e a do dominado, do senhor e seus dependentes...

As hostes napoleônicas de Junot invadem, porém, Portugal e D. João VI emigra para o Brasil. Aí encontra a influência de José da Silva Lisboa, arguto político baiano, depois Visconde de Cayru, que lhe inspira um dos seus melhores atos de sabedoria política.

Abrem-se, então, ao Brasil, logo depois feito reino autônomo e sede nova da monarquia portuguesa, as vias do comércio internacional; criam-se nêle instituições culturais e certas indústrias, por força dessas circunstâncias. Atende-se destarte à tendência nacional brasileira, francamente progressista e se atenuam naturais ímpetos rebeldes, já espocados antes...

Antes de D. João VI ter emigrado de Portugal haviam-se registado já no Brasil dois movimentos de caráter denominado republicano, que ficaram cognominados de *inconfidências*: a mineira e a baiana. Eram, porém, sobretudo, lutas pela independência...

A primeira, planejada para rebentar em 1789 e redimir o país do regime, que o explorava e oprimia, não logra efetuar-se. Foi denunciada. O espetáculo, porém, do processo dos heróis, que a tentaram, entre os quais sobressai Tiradentes, com efeitos levados até além da morte, era bastante para a justificar no tribunal da história... A semente ficou plantada no espírito público brasileiro. Cêrca de uma década mais tarde, tenta germinar

na Bahia. Fracassa. Faz novas vítimas. O solo, em que deverá proliferar afinal, mais ainda se aduba...

Mas, enquanto o vento revolucionário, disciplinado e amortecido agora por Napoleão, convulsiona a Europa, destrói o regime espanhol e joga o futuro D. João VI para as plagas americanas, o continente de Colombo veste as asas da liberdade. Pouco a pouco, vão as antigas colônias espanholas tornando-se independentes.

Seguem o exemplo dos Estados Unidos, onde aportaram os emigrados ingleses, rebeldes às acomodações do regime político religioso, que se havia operado em sua pátria de origem, e que também não puderam mais sofrer as novas opressões que sobre eles se tentaram. Fizeram-se livres em 1792.

As idéias que acossaram D. João VI da Europa, com êle penetraram mais largamente no Brasil, embora sem propósito definido, pelo vai-vém dos comerciantes e navegadores, que trazem as notícias dos diversos acontecimentos e introduzem também novos *livros e escritos*.

A antiga colônia prospera material e culturalmente. É excitada pelo espetáculo do que se passa na América e animada pela idéia de que a República de Washington era favorável e ajudava o movimento da independência americana. Era também acalentada pelo inglês que, não obstante ser aliado a Portugal, não via com maus olhos a abertura de novos mercados, sem o intermédio forçado de Lisboa...

Em 1817, Domingos José Martins, inflamado patriota e comerciante que mantém constantes relações com a Inglaterra, José Inácio de Abreu Lima (o Padre Roma) Frei Caneca, Antônio Carlos e outros, tentam a independência com a *republicana* rebeldia de Pernambuco. Vive esta a vida das crisálidas. Mas demonstra que a semente, plantada por Tiradentes, já consegue germinar.

Em 1822, cinco anos depois, o Brasil fêz-se independente, com D. Pedro I à frente.

Não foi um ato simples. Houve que dominar tendências regionais divergentes. Houve riscos de esfacelamento ou quebra da unidade nacional que se manteve graças à sabedoria e ao bom senso de José Bonifácio e à sua capacidade de ação prática. Não tardou êle em neutralizar os riscos do perigoso princípio da chamada soberania popular, aclamando D. Pedro *defensor perpétuo do Brasil por unânime aclamação dos povos*. Isto evitou os desvarios da demagogia efervescente, assegurou a *unidade política nacional* e permitiu manter a *ordem*. Conciliou a *realidade*

latifundiária com a influência dos *novos impulsos*, vindos de fora e repercutentes no nosso íntimo, nêles penetrantes...

Houve, necessariamente um período de intranquilidade e rebeldia, nas cidades...

Foram rompidos os laços que amarravam o Brasil a Portugal, mas ficavam os remanescentes da mentalidade do *despotismo português*, cuja primeira incisiva manifestação está na dissolução da Assembléia Constituinte, em 1824.

Acende-se de novo o facho da revolta, ainda no Norte, sob a chefia de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que tenta formar a *Confederação do Equador*, na qual de novo surge a figura heróica de Frei Caneca, em virtude do que é fuzilado.

O movimento, porém, continua... «O aniquilamento da Confederação do Equador — diz Tasso Fragoso — não importava a paz dos espiritos, se não que, ao revés disso, fazia recrudescer a irritação e as disposições combativas liberais. Não arrefecia a prevenção contra a índole absolutista de D. Pedro I».

Ou, equivale dizer, continuava o forcejar da *liberdade* contra a *opressão*...

Neste período deu-se a *queda* de José Bonifácio, dos Andradas... Do homem feito chefe político que contemplava o Brasil em afastado futuro, no qual, embora meio romântico, via-o como a *palmeira que domina ufana a floresta espessa* sul-americana, com a sua capital então localizada no centro geográfico de sua área. Até lá, porém, havia-se de ir evitando os inconvenientes da devastação descontrolada das *florestas*; de cuidar da incorporação metódica e sistemática das populações indígenas; e de iniciar a libertação dos escravos... Choque tremendo na *mentalidade* dos senhores *latifundiários*... e em seus costumes...

Mas, a queda de José Bonifácio foi uma efêmera vitória dos resistentes às conveniências do progresso.

Em 1831, dá-se violenta reação, cujo resultado força D. Pedro I a retirar-se do Brasil. Todavia, não se faz o movimento de caráter republicano, embora, evidentemente, houvesse de permeio os que sonhassem com a *república*. Seu móvel aparente principal fôra somente o temor de que, morto D. João VI, em virtude da ação de D. Pedro I e do chamado partido português, pudesse voltar o Brasil, por efeito da reconstituição da dupla monarquia a reincorporar-se ao sistema político luzitano. Se a idéia republicana não foi seu móvel, não esteve ausente no entanto: — é o que indica a revolta de *Miguel Frias*, o *mensageiro dos revolucionários*, tentando a república em 1832.

A deportação de D. Pedro I, segue-se no Brasil um terrível período de lutas políticas, que enche tôda a fase histórica da Regência e só vai terminar depois do decreto da maioria prematura de D. Pedro II. É quando avulta no horizonte da Pátria a figura excelsa de Caxias, por sua formação essencialmente monárquica, suas habilidades de estadista e seu saber militar, salvando do risco de esfacelamento o grande Império do Atlântico Americano.

Foi a revolta parlamentar. Nela sòmente tomam parte os *letrados*, a *massa* fica ausente... Os latifundiários mais ou menos indiferentes...

Das numerosas rebeldias e agitações armadas, que ocorrem de norte a sul, cujos móveis imediatos são em grande parte reações, puramente locais, contra os *abusos das autoridades* quase sempre conseqüentes de interesses do individualismo político, só merece aqui menção, por seu caráter republicano, a *guerra farroupilha*, que rebenta em 1835.

Movimento inicialmente insurreto, apenas, contra a *opressão local* exercida pelo govêrno da província, cedo adquire os mais extremados caracteres. Não só é *proclamada a república* pelos gaúchos em revolta, mas a própria integridade do Império fôra ameaçada, com a separação da província, que os revolucionários declaram independente.

A guerra civil durou dez anos. Alimentada pelas facilidades das relações através da fronteira, favorecida pela amplitude e as condições gerais do teatro das operações e as dificuldades de comunicações com o resto do país, pela imperícia dos primeiros agentes políticos e militares representantes do Império que a combateram, termina com a magnífica ação de Caxias, que consegue êxito militar, relativamente rápido e a mais completa vitória civil.

Terminam aí as manifestações armadas, a marcha das idéias republicanas e o Império entra, em seguida, numa fase relativamente calma de progressos e notáveis realizações, cujo zênite Euclides da Cunha coloca na década dos 50, década cujas características Capistrano de Abreu regista, anotando Varnhagen.

Daí por diante os partidos monarquistas — o Conservador e o Liberal — ambos surgidos com o processo da independência, revezam-se no poder, acalentados ou reprimidos pelo jovem imperador D. Pedro II — que usa, como melhor lhe parece, dos privilégios do Poder Moderador que lhe dá a Constituição.

As lutas agora travam-se na imprensa, no parlamento e nos distritos eleitorais, sendo que nestes assume, não raro, expressão de selvática violência.

A *idéia republicana* fica porém, durante largo tempo, adormecida no Brasil. Via-se anestesiada pela liberalidade do sistema constitucional e pelo espetáculo do caudilhismo reinante nas repúblicas da América do Sul, que a ninguém certamente seduzia no quadro singular da nossa monarquia.

Durante êsse tempo, até a guerra do Paraguai, o Império consolidado prospera como pode. Tem, porém, um capital problema a resolver: — a *questão da escravatura*. Daí lhe surgem dificuldades sérias, principalmente em suas relações internacionais. Há ainda a necessidade de modernização do seu sistema econômico. Além dos desencontros com o trêfega Inglaterra de então, conservadora, comerciante e liberal, a um tempo, o problema da imigração branca para o povoamento do solo em vista da necessária reforma econômica do Brasil, torna-se difícil, quiçá, muito tempo impossível, pela existência no País do negro escravo. A *escravidão* iria miná-lo e corrompê-lo... Envenenaria as discussões parlamentares... Em tôrno dela digladiam-se os homens e a política...

Os fatos *sócio-políticos* em sua justa interpretação reclamam exame das influências *estimulantes*, advindas dos impulsos do progresso, e das *causas retardadoras*. No fundo há sempre um complexo de ordem econômica, explícito ou implícito, consciente ou inconsciente, mas sempre mais ou menos fortemente atuante. É o que se passa com os próprios indivíduos em cujas atitudes há os impulsos do conservantismo egoísta, dos estímulos altruístas, variáveis com o seu complexo *orgânico* e o seu estado de *instrução e cultura*, de cujo desenvolvimento depende o sobrepujar sobre as heranças inconscientes do passado...

Ao se examinar o processo da nossa *democracia*, é mister, não olvidar a situação do complexo da população, cuja grande maioria, na época da Independência, não era de *cidadãos*. Êstes eram menos de um têrço e, neste têrço, havia consideráveis e decisivas diferenciações de poder efetivo na atuação política. A dependência, fora das cidades principais, entre os *chefes*, alguns indivíduos, e os subordinados, ou dependentes, que formavam a massa, era uma espécie de escravagismo disfarçado...

O *polarizador* das contendas era, porém, o complexo do problema da *libertação dos escravos*, o qual, como assinala O. Tarquino de Sousa, fôra a causa profunda da queda de José Bonifácio, e continuava a condicionar a realidade política, em nosso teatro geográfico... Realidade de nossa política que se desenvolvia num quadro inspirado, ou copiado do *mecanismo britânico*...

A MARCHA DIRETA DOS ACONTECIMENTOS PARA A REVOLUÇÃO DE 1889

A degenerescência crescente dos partidos monárquicos e as conseqüências advindas para o prestígio do Império pela prática do *poder moderador* constituem, em nosso ver, razões principais, causas ostensivas da queda da *Monarquia*.

O prestígio dos partidos, que existiam mais por efeito das idéias importadas que de resultantes das realidades e aspirações nacionais, dependia do modo de ver e sentir do imperador, cujo poder constitucional se sobrepunha ao da chamada *soberania do povo*. A permanência no poder não resultava da força eleitoral de que dispusessem, mesmo porque esta residia em grande parte no *funcionalismo público instável*, na violência e na fraude, não obstante tôdas as reformas eleitorais efetuadas.

A permanência no poder dependia do imperador. Êste conduzia-se de modo a equilibrar o jôgo das reações, mas em tôrno dêle debatiam-se as questões de *prestígio pessoal* e de *pequena política*. Sôbre êle convergiam, em conseqüência, os descontentamentos.

Resultou dêsse estado de coisas o enfraquecimento constante dos partidos. Viviam êles mais da influência pessoal das personagens que incorporavam, que do valor das idéias ou da opinião que representavam. Houve também o desprestígio e conseqüente desrespeito ao imperador, pela insatisfação de ambições e o malôgro de aspirações. Assim se enfraqueceu todo o sistema.

Os ataques ao monarca foram cada vez mais *abalando o trono*, pois, em regra, os que eram apeiados do poder, mesmo quando daí havia benefício para a causa pública, acusavam-no, atacavam sua personalidade e não sômente seus atos, assinala Calógeras (4).

E é curioso constatar, de passagem, que em meio dessas disputas partidárias na monarquia, observa-se, de um lado, a maior capacidade política do partido conservador, que foi o realizador de numerosas e importantes reformas liberais; de outro, a decomposição e as transformações do partido liberal, incapaz de compreender seus próprios interêsses partidários, por ser extremamente personalista e que, por sua conduta política indisciplinada, provocava constantes dissidências e dava lugar à criação do *partido republicano*...

Em meio de tôdas as lutas, no fundo de tôdas as questões a sombra negra da escravatura aparece sempre sinistramente.

(4) Formação Histórica do Brasil.

Surge, desde as primeiras crises cêrias que, de agravo em agravo, levam a Monarquia até a revolução de 1889; de outro, dá origem à entrada da *influência característica do militar na política*.

«Outra questão — diz Calógeras — de suma importância que se apresentava no primeiro plano do cenário político nacional, como consequência da guerra do Paraguai era o problema da eliminação da escravidão».

«Do Rio Grande do Sul, D. Pedro II havia voltado fundamentalmente impressionado pelo prejuízo que a escravidão causava ao Império, no conceito unânime das nações cultas estrangeiras».

«Nesse modo de pensar, o soberano não se achava isolado; poucos anos depois, Silva Paranhos declarava no Senado quanto havia sentido essa pressão moral, exercida pelo estrangeiro, e que mais de 50.000 brasileiros tinham regressado a seus lares com a mesma impressão».

A influência das questões militares na política faz-se de modo tragi-cômico e põe em foco a inferioridade ou insuficiência da cultura dos militantes do *partido liberal*, incapazes de se portarem conforme comandavam, na oportunidade, as exigências da vida nacional.

Dá-se, porque assim o quis a imperícia dos próprios políticos que temiam as *espadas políticas*, mas, incessantemente, ao mesmo tempo, *as desejavam a seu favor*...

Ouçamos, ainda a êsse respeito o que diz Calógeras, na sua *A Formação Histórica do Brasil*.

«Os partidos políticos nunca silenciaram seus antagonismos e despeitos, mesmo diante do inimigo da Pátria. Exércitos, baixas, mortes, moribundos e feridos, hospitais e epidemias, consideravam-se coisas distantes, assuntos para discursos de oposição ou de críticas a governos, ocasiões para paralelos entre liberais e conservadores no corpo de oficiais».

Aqui é interessante considerarem-se as condições de vida da época, notadamente a situação do Rio de Janeiro em face dos teatros provincianos e sobretudo dos de *operações militares*, longínquos... Os reflexos, ou embates, do que ocorria nêles chegavam à côrte *retardados* e, não raro, deturpados, neutralizados, modificados, pelos seus respectivos condutos... Havia sòmente, do que ocorria no teatro da guerra do Paraguai uma atenuada, ou indireta, repercussão.

Mas, continuemos a ler Calógeras...

«Os injustos ataques a Caxias, porque era conservador, muito embora o houvesse nomeado um Gabinete Liberal, desgostaram-no e levaram-no naturalmente a reagir, junto ao próprio

Governo, que os permitia e cruzava os braços, embora desencadados por seus partidários».

Mas Caxias era, no momento, insubstituível, de modo que os ataques que lhe lançavam os liberais redundaram em derrota para o seu próprio partido. O velho militar não podia suportá-los, não só porque eram injustos como porque, partindo de gente do partido que estava no poder, criavam uma situação de tácita desconfiança e davam lugar a dificuldades para a consecução do bom êxito da campanha.

Vê-se bem quanto os interesses da guerra, em tais espíritos, ficavam em plano secundário...

Caxias demite-se, dando por pretexto oficial necessidades de saúde, mas revela em carta particular os motivos que o desgostam e ditam, de fato, essa sua atitude.

Caem os liberais. E essa queda é apresentada ao público na tribuna parlamentar e na imprensa por inconsciência das responsabilidades cívicas do momento, por *miopia política*, como uma *imposição dos homens de espada*...

O partido liberal caiu, de fato, como não poderia deixar de ser, enfraquecido pela derrota que a si mesmo infringira, resultante de sua própria indisciplina.

Derrota advinda da cegueira conseqüente do excesso de *personalismo* sobre o *civismo*, do individualismo sobrepujante sobre o *patriotismo*. *Vício velho*... até hoje perdurante... Até hoje e até quando?...

É então que dêle, — o partido liberal —, se destaca um primeiro *grupo republicano*, do qual diz ainda Calógeras: «Nunca mais cessou êste de agir sobre o espírito público; da queda de Zacarias datam os pródornos da desintegração do instituto monárquico. O império estava sendo combatido pelos próprios monarquistas, por competições baixas e egoistas de candidatos a pastas e ignorância de disciplina e dos alvos reais do esforço partidário».

É bem certamente dessa época que se pode datar o início da derrocada do Império. Foi, então, que se apresentou, no cenário da política nacional, reclamando solução urgente, o problema da escravidão. Surgiu a influência das *questões militares*. *Nasceu a propaganda republicana*. Havia ainda, porém, no fundo de tudo isto as conseqüências dos desequilíbrios econômico e financeiro, causados pela guerra.

Em 1870, com a fundação do Clube Republicano no Rio de Janeiro, inicia-se a propaganda republicana, e, a bem dizer, a criação de um novo partido, o Republicano.

Em 1878, o movimento é reforçado com a fundação, por Benjamin Constant, da Sociedade Positivista.

Sobre o imperador, figura máxima do Império, convergem os ataques, no Parlamento e na imprensa, dos próprios monarquistas descontentes, que até o seu liberalismo e o seu amor pela cultura, não respeitam e metem a ridículo. Os republicanos tudo aproveitam.

Uns e outros apresentam-no, às vezes, como um tipo epicurista, que prefere viajar a defender os interesses do Brasil, cuidando dos seus progressos; outras vezes, como simplesmente um incapaz.

A monarquia se enfraquece.

Na realidade, sua decomposição processa-se espontaneamente, porque não resolve os problemas que a situação e as necessidades do progresso do Brasil reclamam.

Não foi, como querem alguns partidários dos regimes de a *ferro e fogo*, o liberalismo do imperador que causou a queda do Império. Esse talvez tenha até contribuído para prolongar sua agonia. Foi a indisciplina dos próprios partidários da Monarquia ou o seu personalismo excessivo. Foi a insuficiência de seus homens cujos discursos mal velavam o triste panorama de labutas absorventes em prol de conveniências pessoais restritas, sem finalidades nacionais. Não mais eram *políticos*: haviam-se tornado, com raríssimas exceções, meros *politiqueiros*. Nem sentiam, inconscientes, as possíveis conseqüências de seus atos...

Não hesitava, atenta e apaixonada, a *propaganda republicana*, em prevalecer-se logicamente, com inteligência e viveza, de tal estado de cousas. Explorava as crises, falando em nome da história e da filosofia... ou fazia-se sentimental e romântica.

Seja como fôr, os acontecimentos conduzem ao que os historiadores apresentam como *factos decisivos*, na queda da Monarquia, marcantes dos movimentos estertóricos de sua morte, às chamadas:

- questão religiosa,
- questão militar,
- problemas da libertação dos escravos.

Tudo isto, reflete os impulsos incidentes na vida nacional do processo da Revolução Industrial que se acelera na Europa e já caracteriza o desenvolvimento marcante do evoluir *americano*, *yanque*.

Processo que esbarra no Brasil com as heranças de sua *formação colonial* e a falta de *carvão de pedra*, a *energia*, o fundamento da riqueza dos progressos de então...

Há ainda a registrar, para meditada consideração, o processo de formação de nossas classes letradas, no qual raros têm assimilação, profunda dos conhecimentos *sócio-científicos*, reagindo mais por imitação do que se passa alhures que por meditada ponderação das condicionantes do progresso, em face de nossas realidades *geológicas*, *geográficas* e da posição evolutiva das massas nacionais, das *características sociológicas*.

E esse vício que abre porta larga ao preponderar dos *individualismos* nas reações de ordem política ou cívica, é agravado, pelas heranças dos hábitos de *despotismo* ou *servilismo*, advindos da prática prolongada da escravidão, como tem registado estudiosos. Nesse amálgama, havendo ainda a se registrar as influências da mentalidade do *imigrantismo*, dominado pela idéia de lucrar, e nas regiões de fronteira os reflexos do *caudilhismo*; e outros...

A QUESTÃO RELIGIOSA

A questão religiosa afastou do imperador os homens do clero. Fatos da pura disciplina interna da igreja foram trazidos para o plano governamental. Resume-se em pouco. As autoridades temporais tentam revogar interditos impostos pelo Bispo de Olinda, D. Vital, contra jurisdicionados seus, no que é logo imitado pelo Bispo do Pará. Os interessados, prevalecendo-se de sua influência eleitoral apelam para a Coroa e o Conselho de Estado. O Governo interpela os bispos. Êstes desatendem. São processados, condenados e presos. O monarca prestigia o *Conselho do Estado*. O *Governo* considera tão importante a questão para o prestígio majestático, que torna conhecida sua vontade aos juizes chamados a decidir no pleito. Absorveu o imperador destarte, as antipatias da contenda. Alienou de si o apoio da igreja.

A condenação dos bispos foi considerada pelo clero e pelos católicos ortodoxos como um atentado inominável contra as prerrogativas da igreja. Levanta-se de súbito profunda agitação. «Só restava uma solução: voltar atrás do êrro cometido, e abater as armas, diz Calógeras».

Decretou-se a anistia dos bispos, mas o prestígio da Monarquia e do imperador saíam profundamente abalados dessa luta inglória. «Nenhuma questão — diz ainda o mesmo autor — tanto como esta, perturbou o espirito público durante a Monarquia ferindo a consciência nacional». «Nenhuma teve conseqüências iguais às desta, duradouras, de alcance alongado e que tanto enfraquecesse o sentimento de lealdade ao Império».

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

O problema da necessidade da eliminação do trabalho escravo surge desde a Independência, tal já registamos, tendo sido *causa da queda* de José Bonifácio, tal considera O. Tarquino de Sousa. Muitas questões de aparência diversa, tinham nêle os seus fundamentos.

A partir de 1870, isto é, da guerra do Paraguai, a campanha pela libertação do escravo tomou ritmo acelerado. Fêz-se cada vez mais intensamente, no meio político, no meio literário e até na via pública.

Propagou-se pela palavra e pelo exemplo. Proprietários de escravos houve que os libertaram espontaneamente. A perseguição ou pega dos negros fugidos era cada vez mais difícil e a força pública, digna e decisivamente, começava a negar-se à sua apreensão.

O *processo político administrativo* da libertação, nesse ambiente agitado, caminhava, porém, lentamente, entrechocado e emperrado pelos grandes interesses pessoais e econômicos dos latifundiários. Os proprietários, de modo geral, aceitavam a liberação, se fôsem indenizados, o que era pesado encargo para o Império e contrariava o sentimentalismo público, que a campanha libertária, com sua côr romântica e filosófica, havia superexcitado. Os políticos hesitavam entre os interesses dos seus eleitorados e os das grandes necessidades nacionais, que, de resto, nem todos viam... Cada vez mais se enfraqueciam...

Em 1888, as resistências foram batidas. Um projeto apresentado na Câmara dos Deputados e constituído apenas de dois artigos, — um, abolindo, sem considerações ou explicações supérfluas, a escravidão; e outro, revogando as disposições em contrário, liquidava sumariamente o assunto.

Passou rapidamente em tôdas as discussões e rapidamente foi levado à assinatura de D. Isabel, regente, pois que D. Pedro viajava, havendo, então, interessantes manifestações de elegância e cavalheirismo parlamentar, por parte de alguns que a êle se haviam oposto.

Cotegipe, chamado pela princesa imperial para constatar o entusiasmo que a nova lei havia suscitado, define precisamente a situação quando lhe afirmava: «Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu seu trono». Tinha razão. Vira claro.

A propaganda libertária causara profundo abalo no sistema monárquico. Havia decomposto o *partido conservador* e mais agravado a situação do *partido liberal*.

O decreto abolicionista lançara para o campo dos desafetos da monarquia e da família imperial a massa dos proprietários prejudicados. Desorganizara de súbito a *economia nacional*. Soprou o fogo da revolução.

A QUESTÃO MILITAR

A questão militar constituiu o ponto de fricção donde jorrou a centelha que deu por terra com a monarquia. Foi mais efeito do que causa. Era uma consequência da desordem e do descrédito que reinava nos bastidores dos partidos e do governo cada vez mais incapazes de atenderem à situação e às necessidades do progresso nacional. As discussões dos mais sérios problemas degeneravam em questiúnculas. As soluções administrativas eram muito retardadas pelas manobras políticas. A começar pela designação dos presidentes de província, tudo dependia da corte, *fato que, além do mais, se fazia muito sensível numa época de difíceis comunicações.*

Os políticos não compreendiam a necessidade de um regime de Federação, como propugnavam alguns dêles mais esclarecidos.

O desgoverno cada vez maior e os abusos de toda ordem *oprimiam* por toda parte a *liberdade*, a qual era, no entanto, efetiva no que diz respeito à manifestação das opiniões.

Os interesses militares da Nação, a natureza moderna das classes armadas e a psicologia dos militares, ficavam tão incompreendidos como os da própria Monarquia. A indisciplina fomentada e não combatida pela ação indireta e direta dos políticos, no poder ou fora dêle, campeava livremente. Destarte, foi se cavando profundo fôssô entre as classes armadas e as instituições vigentes.

«Enquanto isso — diz Calógeras — politiqueiros inspirados no que chamavam a lição de 1868, procuravam achar aliados por entre os oficiais». Procuravam esteiar seus partidos políticos, em *espadas prestigiosas*, sem contar, porém, que em caso de crise a alma militar haveria de sobrepujar facilmente o espírito de politiquice com que procuravam dividi-la».

O Exército sabia ser de fato, em tudo e por tudo, solidário, quaisquer que fôsem os partidos a que se filiassem os oficiais.

Os primeiros atritos começaram com a simpatia que manifestaram pelo abolicionismo. Nos comícios públicos frequentemente eram vistos oficiais e cadetes da Escola Militar. Tornavam-se, por isso, multiplicadas as censuras, as punições disciplinares.

As reformas de caráter liberal, e até a República, eram discutidas em institutos de ensino militar, onde o gôsto pela ciência e a filosofia sobrepujava o do estudo dos assuntos profissionais.

Em 1885 o Coronel Cunha Matos, que havia, após uma inspeção, promovido a punição de um capitão, é, por isto, acusado da tribuna da Câmara. Defende-se pela imprensa. Punido pelo ministro da Guerra, é patrocinado no Senado por Pelotas. Faz-se celeuma política em torno de um mero assunto de intimidade administrativa da caserna!...

Mais grave foi ainda a questão de Sena Madureira, censurado por haver se manifestado publicamente a favor da abolição dos escravos.

Pede êste para ser submetido a Conselho. Nega-se o ministro da Guerra a atendê-lo. A classe tôda agita-se. Há uma reação coletiva, à qual Deodoro empresta seu prestígio. Pelotas do Senado ataca o Gabinete. A agitação torna-se por sua natureza e manifestações, francamente revolucionária. Caracteriza o fato de correr em tôdas as guarnições uma lista para dar a Deodoro poderes de representação geral da classe, na defesa de *seus brios ofendidos e de seus interesses ameaçados*.

Os republicanos não hesitaram em tirar bom proveito desse estado de cousas e fizeram numerosos prosélitos entre os militares.

Todavia, transcorriam mais ou menos calmos os anos de 87 e 88, quando a situação se agrava de súbito com a substituição do Gabinete. A João Alfredo succede Ouro Preto. É árdua a tarefa do novo Govêrno: — consequências da libertação dos escravos, restabelecimento da disciplina ofendida pelos atritos militares, neutralização da agitação promovida pela propaganda republicana. Ouro Preto, homem rígido, pretende enfrentar os acontecimentos de modo violento. Trata de criar uma *força miliciana*, bem armada, para opor ao Exército, cujo armamento chega mesmo a mandar substituir, em parte, por tipo antiquado. Essas providências, e outras da mesma ordem, acabam de separar o Exército definitivamente do Império e vão levá-lo à proclamação da República. A Ouro Preto sobravam energias e coragem, mas faltava tato. Seu govêrno legitimaria a indisciplina. Não era o homem talhado para a situação.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A agitação produzida no Exército pelas medidas do Govêrno e o espírito de prevenção, atingiam tão alto grau, que nenhuma providência relativa aos oficiais que lhes desagradasse, ou con-

cernente a movimento de tropas, era já possível. Fôsse qual fôsse, levantava suspeitas e provocava indisciplina, franca desobediência.

A situação era positivamente revolucionária. Todavia, o imperador e mesmo a família imperial, pareciam permanecer indiferentes em meio da borrasca...

Benjamin Constant, que por suas virtudes pessoais, instruída inteligência, havia empolgado a mocidade militar, é instado para assumir francamente a direção do movimento reacionário contra o Governo e, se necessário, ir até a proclamação da República. Mas Deodoro, cujo prestígio na tropa tornara-o dominante, após a morte de Osório e do Duque da Vitória, que se fizera uma outra figura lendária, e *por isso candidato do partido conservador à senatoria*, para ocupar a cadeira de Caxias, leal ao imperador, não pensava em República.

A conspiração, porém, prossegue célere. Não descansam os republicanos, chefiados por Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Campos Sales, Sampaio Ferraz, Lopes Trovão, Rui Barbosa e outros, em sua acerba luta na imprensa e nos comícios públicos. Discutem o Império que denigrem em face das doutrinas políticas do século, explorando suas fraquezas e erros.

O pretexto principal e aparente de toda agitação eram ainda as punições de Cunha Matos e Sena Madureira, as quais só não haviam sido anuladas, porque se recusavam êles a solicitar êsse ato ao Governo; e também as medidas que o Gabinete Ouro Preto adotava para reformar o Exército. Estas últimas decidem Deodoro a assumir a chefia da revolução. Justificavam-no.

Enfêrmo, ao saber que o Governo ia reduzir o Exército ou intentava fazê-lo, substituindo-o em parte por guardas cívicas e pela guarda nacional, declara ainda no leito que não consentiria em semelhante cousa. Levaria os ministros à praça pública! Dai à República, que havia a transpor?

A revolução estava combinada para 20 de novembro. O Governo sentia que algo de anormal se processava, mas só se apercebeu da gravidade da situação quando Floriano, então ajudante general, na primeira parte da jornada de 14 de novembro, instado para dizer como encarava os acontecimentos, os boatos que corriam, declarou *estarem todos sôbre um vulcão*. Até o dia marcado para o movimento, que, segundo uns, seria a 20, como dissemos, e, segundo outros, na noite de 15 para 16, o Governo haveria talvez ainda tempo de neutralizá-lo. Tomou a si o então Major Solon a responsabilidade da iniciativa de precipitar os acontecimentos. Na tarde do dia 14 fez correr a notícia de que haviam sido expedidas ordens de prisão contra Deodoro e Benjamin.

«Acendeu-se o rastilho da mina, — diz Calógeras. Anteciparam-se as ordens. Começaram a mover-se as tropas na madrugada de 15 do mesmo mês».

Às nove horas da manhã dêsse dia, reunidas as forças, na frente do Quartel General, onde estavam os Ministros, menos o da Marinha, Barão de Ladário, foi deposto o Ministério Ouro Preto. Mal houve tempo para avisar o imperador do que ocorria.

Nesse mesmo dia, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, lavrava-se uma ata consagrando a mudança do sistema do governo.

As adesões vieram rápidas de tôda parte do Brasil!...

DEPOIS DE PROCLAMADA A REPÚBLICA

Caía assim a Monarquia, muito embora por sua organização teórica, pela modéstia e brandura de seus costumes palacianos, pelas diversas instituições que a caracterizavam, comportasse as reformas que não soube promover.

De fato, diferia da República liberal, como dizemos hoje, por sua origem, pelos privilégios da família imperial, por seu sistema centralizador, pelo predomínio sistemático normal de certas famílias e pela religião do Estado oficial e legal. Foram essas diferenças, que acabaram por torná-la *ilegítima*, ou incompatível com as circunstâncias nacionais. Era, quanto ao resto, liberal. Lançada a Monarquia sobre a dupla base da existência de um *chefe de estado* todo poderoso mas *irresponsável* e de um *governo representativo*, igualmente poderoso, mas responsável, não podia mais subsistir em face dos progressos gerais que, não obstante as circunstâncias adversas, o Brasil realizara. Tudo era emanente da *soberania popular*, mas esta, era dividida entre o eleitorado e o poder do imperador, feito «por unânime aclamação dos povos defensor perpétuo do Brasil», recurso de que José Bonifácio se utilizara na organização da Independência para afastar os perigos dos excessos demagógicos da época, que poderiam pôr em risco a integridade nacional. Assim a influência do eleitorado fazia-se demasiado limitada. A *soberania do povo* ficava subordinada à da Coroa.

Além disto, a existência do sistema representativo não lograra, como vimos, êxito para se firmar sólidamente. Era falseada pelos costumes...

Seja como fôr, o rápido exame dos acontecimentos que acabamos de fazer, indicando como, desde 1868, se processou a solapa do edifício monárquico, é bastante para mostrar quanto era difícil a tarefa de reerguimento nacional, que sobre si tomava a República.

A par da organização econômica que devia seguir-se ao processo da libertação dos escravos, que deixara as fazendas desertas e os senhores em grande parte arruinados, era preciso refazer a mentalidade e os costumes políticos dos brasileiros, a cuja educação não poderia ter bastado a propaganda republicana. Tarefa tanto mais difícil quanto eram eles uns iludidos sobre as realidades de sua terra, em face das condições novas da civilização industrial e atribuíam tudo que sofriam a só insuficiência dos homens e do regime político. Tarefa tanto mais difícil quanto as adesões em massa, que se fizeram à República, não eram movidas pelo ardor das convicções, e muitas vêzes, apenas, só pela frieza dos despeitos e o amargor dos descontentamentos. O *imigrantismo desordenado*, elemento que enfraquece o sentimento patriótico, sentimento derivado das tradições nacionais, ia mais tarde trazer, a par de outras dificuldades, a agravação dos males pelos anseios de riqueza de indivíduos sem certos escrúpulos morais, cujos afoitamentos o arcabouço mais ou menos fixo da Monarquia não mais tolhia.

De outro lado, as classes armadas tomam hábitos e costumes de *uma mentalidade política longamente exercitada*, o que as afasta das preocupações de ordem profissional, embaraça seu natural evoluir e torna-se uma das causas do depauperamento de todo organismo militar do país, por largos anos.

Tinha, pois, a República a vencer desde o início, as maiores dificuldades. Era mister seguir, lutando contra os dissídios de seus partidários, as tentativas de reacionarismo dos saudosistas que multiplicavam suas intrigas; e, mais do que isso, enfrentar o pseudo republicanismo de muitos republicanos. Surgem dissidências e lutas armadas...

A revolução branca de 15 de novembro de 1889 transformou-se, logo após, em caudal sangrenta.

Salvou-a, então, a energia calma e o patriotismo ativo de Floriano, o homem cívico silencioso, que se não intimidava nem se deixava perturbar peloslouvaminheiros e os sutis manejadores do suborno. Salvou-a a capacidade política e o estoicismo de um Prudente de Moraes que, sucedendo a Floriano, soube sacrificar-se na aceleração do processo da liquidação revolucionária.

Fôra necessário quase uma década decorrida, para que o Brasil República pudesse iniciar a fase de progresso que lhe prometera a Revolução.

Não foi, porém, totalmente calmo, mesmo depois, o seu viver. Era patente que a empresa ultrapassava o valor dos homens, mesmo daqueles que, como Campos Sales e Rodrigues Alves,

haviam estabelecido a ordem financeira e promovido grandes reformas materiais.

Houve sempre agitações e perturbações diversas. Sòmente Campos Sales teve ânimo e coragem de governar sem o recurso ditatorial do estado de sítio.

A política republicana também deixava a desejar. Os presidentes dominam o Congresso, eleito pelo ditado dos governadores e pela fraude, o qual perde dia a dia a sua razão de ser. Avilta-se pelo servilismo e os inescrupulosos interesses negociastas. A justiça torna-se falha e morosa.

A representação nacional faz-se um produto de fraudes eleitorais, a tal ponto deslavadas que se chega mesmo a recorrer a artifícios grosseiros, como o célebre *erro de soma* que, embora desmascarado, dá ganho de causa ao senador candidato do Governo...

A prática do regime torna-se dia a dia uma farça, a República, em face de suas leis, uma escandalosa mentira...

Na Monarquia a corrupção era essencialmente política e de certos costumes consequentes da convivência das senzalas. Havia, no entanto, ao contrário do que se deu mais tarde, um certo pudor de honorabilidade no trato dos negócios públicos, que honrosamente a caracterizava, se bem que nem todos fòssem puritanos. A simples suspeita de negociatas era grave prejuízo para a posição política de quem quer que fòsse. O imperador dava aprêço à moralidade.

Na República, desde o seu nascer, o gòsto pelas oportunidades de ganhar dinheiro, fòsse como fòsse, desenvolveu-se desabridamente e a tal ponto que se fizeram muitas injustiças suspeitando de homens nimiamente honestos pelo simples fato de exercerem certas funções públicas, onde se decidiam os grandes negócios.

Ela decaiu assim continuamente no conceito popular. A *chantage* tornou-se uma arma e os *testas de ferro* proliferaram, fazendo-se alguns de bem triste renome. O fato de ser político não era boa recomendação de conceito moral.

Seria fastidioso enumerar exemplos, mas, para que ao leitor despreocupado não possa parecer que exageramos, apesar do profundo desgòsto que a nós ambos causa esta narrativa, vamos apoiar a nossa apreciação num simples documento, um *veto presidencial*.

Um veto presidencial a uma lei orçamentária da República, uma daquelas cujas *caudas* tornaram-se célebres pelo abuso da função parlamentar e o descaso do interêsse público nas dispo-

sições que encerravam. Falamos de veto ao orçamento votado para 1922, veto que o Congresso que fêz essa lei aprovou, sem constrangimento nem a menor dificuldade, o *veto e suas razões*!

O principal motivo da negativa do acôrdo presidencial foi o enorme *deficit* de 360.000 contos! — sem que o Congresso dissesse como cobrir êsse excesso de despesa! Fôra liberalissimo com os seus amigos. O Presidente da República, porém, faz ver o impatriotismo de um tal procedimento e quanto havia nisto de *mistificação política*, pois irônicamente acentuou que fôra tudo feito com a intenção de criar dificuldades ao Govêrno! Analisa o orçamento pormenorizadamente e conclui suas razões de recusa empregando, nos lugares próprios, frases como estas:

— «É evidentemente uma mistificação do preceito constitucional»;

— «Para favorecer os comissários (da Armada) com promoções indevidas, dispensou-os do interstício e do tempo de embarque. E fez tudo isto numa tabela orçamentária e no correr de uma simples oração incidente»;

— «Êste dispositivo é um primor de dissimulação»;

— «Qual então o intuito da medida? Iludir os pseudos beneficiados?»;

— Quando numa nação de recursos limitados como o Brasil, o Poder Legislativo dá ao Govêrno um orçamento com 360.000 contos de excesso na despesa ordinária, não é possível admitir que êsse Poder esteja convencido que o orçamento será executado. O seu ato reveste-se então de um aspecto tal que resistir-lhe é cumprir dever de patriotismo, é defender a ordem constitucional» (5).

De todos os males, porém, da insuficiência política, o pior é o ascendente das incompetências e o desconhecimento dos méritos reais. A carreira pública não dependia do conhecimento das matérias a tratar e sim de relações com os detentores do poder e seus amigos. O mérito não era apreciado pelo valor do saber e da firmeza moral das personalidades e sim pela capacidade de acomodar-se aos caprichos dos poderosos. Preferiam-se só as *qualidades negativas*. . . Assim, tudo se desmoraliza, porque as elites se abastardam cada vez mais.

O poder central, enfraquecido, mantém-se à custa de artifícios da corrupção. Vale o apôio dos dominadores nos Estados, obtido por concessões, sem cuidado das conveniências nacionais.

(5) *Jornal do Comércio* de 26 de janeiro de 1922.

O país se encalacra no estrangeiro pelas facilidades dos empréstimos, nem sempre *justificados e*, quase sempre, *delapidados*. Fazem-se *valorizações* como a do *café*, sem olhar o futuro...

A chamada política dos governadores de que Campos Sales teve de lançar mão para realizar sua obra financeira, gera e consagra as *chamadas oligarquias*.

Os governos tornam-se *opressores*; a *liberdade* é sofismada, ou faz-se *licenciosidade*. O bem público é menosprezado, esquecido ou criminosamente utilizado pelos que dominam o poder ou vivem à sua sombra...

O Brasil parece entrar em processo de desagregação. O auticismo e o caciquismo, a *licenciosidade* e a corrupção, o abastardamento dos caracteres, a *cupidez* e o *negocismo*, prosperam.

Ainda, tal como no Império, cometiam-se também na República, graves erros, entre os quais devem ser especialmente mencionados:

- o *negocismo administrativo*,
- a *desordenada política imigrantista*,
- a *incompreensão das classes armadas*.

O primeiro, corrói a seiva de todo organismo nacional tudo corrompendo. O segundo, sob o fundamento de satisfazer a legítimos interesses do progresso nacional, deixa formarem-se, isoladas, importantes zonas estrangeiras no Brasil, porque o espírito restrito dos políticos só vê os manejos da mentira eleitoral. Cria o grave problema da nacionalização que advinda a 2ª Grande Guerra — com o nazismo e fascismo, nos assoberbaram, trazendo-nos sérias ameaças. O terceiro, impediu o Brasil de *organizar-se militarmente* como lhe convinha, promovendo o definhamento da *força nacional*, em benefício das *forças regionais*... As polícias, de certos Estados, como Rio Grande, São Paulo e Minas, tinham foros de *exércitos*. Os dois últimos contrataram missões estrangeiras, francesa e suíça...

Há resistências às reformas que implicam na incorporação do *proletariado* à *sociedade*, considerando-se, entre outros fatos, as *greves* *casos policiais*... E se diz que governar é *abrir estradas*, tudo a denunciar ausência de idéia da situação e necessidades nacionais...

Em meio de tudo isto fermenta a crise econômica e financeira. Retarda-se a *indústria siderúrgica* e a normalização de outras convenientes iniciativas. A moeda entra em crise com o *debacle* da *Caixa de Conversão*...

Surgem as eleições presidenciais sob a égide do *quero, posso e mando*...

Chega-se, assim, por tôdas essas razões, à necessidade da Revolução de 1930, por causas fundamentalmente análogas às que levaram às de 1831 e 1889, pois em tôdas essas oportunidades ou o Brasil é capaz de reagir e reage, salvando-se, ou corre risco de perecer, devorado pela *corrupção* e o *desatino* (6), das *pseudo-elites*, a *gente letrada*, mas quase sempre insuficientemente culta, que opera na política.

Mas vem a revolução de 1930...

Desde então, o que mais se fez, foi expandir os defeitos e vícios que vieram conturbando o Brasil até então. Deixou-se de *render à virtude as homenagens da hipocrisia*. O Estado serviu-se mais do país que o serviu, e os que atuavam nêle, mais se serviram dêle que o serviram...

Todavia quebraram-se as rotinas e se abriram vias novas ao progresso muito embora a desordem do trânsito por elas empreendido...

As chamadas elites continuaram a falhar... Nas massas, no entanto, sempre ludibriadas pelos que se alardeiam seus protetores, sentem-se reações orgânicas, ânsias de correção dos costumes, embora ainda sem um rumo definido em idéias claras e precisas, sem guias *lúcidos* e *bastante enérgicos*, na respectiva capacidade de ação. Alguns não conseguem mostrar mais que boas intenções. Outros, suficientemente instruídos falham por deficiência de cultura... Surgem as atividades dos *pelêgos*... Muitos enriquecem com os dinheiros do Estado e as *negociatas* do Govêrno... Os orçamentos do Estado devoram os recursos das receitas por superlotação de funcionários (civis e militares, ativos e inativos); *fabrica-se dinheiro*; absorvem-se rendas de institutos, a vida encarece cada vez mais; as *desordens* e *desajustamentos* invadem até a vida dos lares; os campos correm para as cidades... Mas, no meio dêsse *tumulto* em que alguns enriquecem enquanto a massa nacional mais fica pobre, vão surgindo aqui e ali reações sadias em todos os grupos sociais e já se esboçam tentativas de formação de correntes orgânicas... O mal não está, portanto, na má qualidade do nosso homem, está apenas nas deficiências da terra e dos que assumem postos de comando na vida da nacionalidade... O mal não é também do *analfabetismo* do maior número, é sobretudo do falseamento dos *letrados*... Está na *insinceridade* dos *campeões* que dominam as multidões de eleitores, que

(6) Este trabalho constitui a matéria de uma Conferência feita na guarnição de Santiago, sede da 1ª Divisão de Cavalaria, que o autor então comandava, em comemoração ao 50º aniversário da República. Foi, depois, publicado no *Jornal do Comércio* de 30 de maio de 1943. E é agora aqui republicado depois de *revisto e complementado*.

nenhuma idéia podem fazer das conveniências do momento... Muito se fala na Pátria, mas na ação coletiva, e sobretudo na individual dos dirigentes ou influentes na causa pública, esta é expressão sem positividade, fantasma, pretexto para conseguir lucros...

Todavia houve *progressos*, embora *tumultuários* e com sacrifícios da felicidade nacional...

Órgãos novos surgem que nos faziam falta. Criam-se fontes novas de riqueza... Iniciam-se reformas de estrutura... Fica faltando coibir as *desenvolturas* e *tornar efetivas as responsabilidades*... Firmar a consciência dos deveres cívicos, dando mais realidade às *hierarquias dos grupos sociais*... Então haverá a ordem dinâmica, necessária a um progresso real, a começar pelo mecanismo da política *econômica-financeira-monetária*, elemento básico que assegura a ordem social de fato, que difere da de caráter meramente policial...

Finalmente, é bom considerar-se para uma justa apreciação dos fatos, que tais fenômenos não são exclusivos do Brasil. Resultam das diversas condicionantes da formação dos povos, desde a *geografia* às peculiaridades que presidiram sua formação e desenvolvimento, no ambiente geral da Civilização. Salvo certos aspectos, no Brasil há menos violência nas tendências ao despotismo... E, apesar de tudo apresenta progresso confortador...

2ª PARTE

DE 1930 A 1945

Vimos, pela degenerescência dos ideais republicanos de 1889, tornarem-se *ilegítimos* os poderes governamentais e opressores, por essa circunstância mesma, provocando reações da opinião pública que redundaram na revolução vitoriosa de 1930.

Para melhor caracterizar a situação criada pelos viciosos costumes que continuavam desenfreadamente, no novo regime político, basta-nos recordar o que Joaquim Murtinho assinalou num dos seus relatórios, no período de reconstituição financeira do Governo Campos Sales. *O govêrno convertia-se numa sociedade beneficente e a nação numa confraria de pedintes*. No dizer popular, o Estado transformara-se na *viúva rica*, que se explora desavergonhadamente...

Foi destarte que a *inverdade da República* tornou-se flagrante e a condenava, impondo a necessidade de reação. O povo desesperançado, profundamente atingido em seus legítimos interesses e a braços com dificuldades econômicas, agravadas pela

desordem financeira, efeito de uma política insuficiente a que se vinham somar as conseqüências gerais da primeira guerra mundial aqui fortemente refletidas, tendia para uma reação violenta indisfarçavelmente, sem que os dominadores do momento, disto se apercebessem. Havia em curso além disto, o processo de *trabalhismo*, da incorporação do *proletariado* à sociedade...

Nesse ambiente, as *classes armadas* sôbre que repercutiam fortemente todos os malefícios eram, tomadas de roldão, justamente num momento de crise interna do Exército, crise de disciplina, conseqüente de falhas do processo que fôra adotado para a sua revalorização profissional.

O trabalho de refacção de sua estrutura mental, e de sua reorganização material em vista da guerra moderna, iniciado pelo Ministro Mallet e ativado pelo Marechal Hermes, cujo paradigma foram as instituições militares germânicas, em choque aliás, com a espiritualidade até aí predominante, tôda de formação francesa, foi súbitamente interrompido.

A vitória dos aliados na primeira guerra mundial impusera a volta à orientação francesa, criando-se desde logo no seio do Exército um choque com a mentalidade germanófila, cujo ascendente vinha-se impondo, com visível êxito. Dêsse choque, resultou uma errônea utilização dos serviços da Missão Francesa, então mandada vir, a qual exerceu apenas ação indireta e atuou, sômente, no início, de modo sensível, sôbre o pessoal dos baixos postos da hierarquia dos oficiais.

Instruídos êstes à moderna, enquanto seus chefes permaneciam de feitio antigo, e outros teimavam por suas preferências germânicas, criou-se no Exército um estado de indisciplina latente, terrivelmente dissolvente da solidez de sua força vital. Ficou maduro para as revoluções e, a partir do fínal do govêrno Epitácio Pessoa, que o não soube manter fora da política, impedindo que elementos seus a fizessem a favor do govêrno, entrou em franca agitação. A êsse tempo, seja-nos perdoada esta anotação, éramos tenente e efetivo colaborador de *O Jornal* então recém fundado, onde redigíamos *O Momento Militar*, registro prático dêsses aspectos aqui mencionados.

Quando surgiu a questão da renovação do período presidencial tudo se agravou. A uma primeira explosão em 1922, seguiu-se segunda em 1924, e terceira em 1930, tôdas motivadas fundamentalmente pela incompreensão que os governos aqui mostraram sempre a respeito da psicologia das forças armadas e a propósito de tudo que se refere aos interêsses do seu vigor. Ê que agem vendo o limitado horizonte dos seus interêsses da oportunidade...

Em 1930, a situação militar agrava-se súbitamente com os efeitos gerais da crise econômica e financeira, mal compreendidos pelo espírito estreito dos políticos dominantes, persistentes nos vícios deformadores do sistema democrático.

Sem o disfarce de qualquer aparência, a vontade forte do chefe do Estado — homem de *quero, posso e mando* — demonstrando evidente desprezo pelas imposições do *sistema governamental*, quer impor um sucessor. Nasce daí revolta generalizada para cuja adesão o Exército que para isto estava preparado, dominado pelos que já gozavam foros de *revoltosos históricos* e pelos que então se deixaram empolgar por entusiasmos do momento e assumiram responsabilidades na sua direção, não relutou muito.

Uns, em pequeno número, possuíam sinceridade cívica; a maioria *foi na onda*... Alguns trataram apenas de aproveitar a oportunidade para puxar brasas para a sua sardinha com mais ou menos inescrupulosidade e esperteza. Raros revelaram possuir a necessária madureza de espírito para efetuar as reformas realmente necessárias.

A vitória da revolução de 1930 fez-se assim naturalmente caótica, obtida mais pela força negativa dos descontentamentos que pela construtiva das legítimas aspirações de renovação do sistema político nacional. Faltava-lhe um elemento bastante forte e bem colocado para dirigi-la com capacidade. Criou-se destarte uma situação pior que a da revolução para a instalação do regime republicano. Não fôra como aquela bafejada pela idéia de um novo ideal político a realizar, de longo tempo acionando os espíritos.

O regime que se lhe seguiu foi conseqüentemente caracterizado pela ascensão de elementos de segunda ordem, por inescrupulosa demagogia e a subversão de valores. Dominaram fácil a direção política do país, pela *inexperiência de agitados tenentes, utilizados por sabidos políticos*, de sinceridade sempre duvidosa.

Os disputatórios dêsses dominadores de um momento de confusão política, criaram logo uma situação intolerável, da qual resultou a revolta constitucionalista de São Paulo de 1932.

Depostas as armas, essa nova revolução, *incontestavelmente vitoriosa*, pois atingira os seus objetivos e demonstrara quão era meramente aparente o *poder real dos tenentes centralizado no Clube 3 de Outubro*, em cujo nome o Governo falava, fez-se a Constituição de 1934. Regime constitucional efêmero...

Não bastou evidentemente para que o país iniciasse a normalização de sua vida. A gente que fez a nova Constituição era de mentalidade multiforme e das mais diversas tendências culturais. Raros foram os que mostraram conhecimentos seguros

das realidades brasileiras. Tal obra resultava, portanto, numa superposição de idéias mal cosidas, desde as do mais marcado retrogratismo até as de um socialismo bastante avançado. Seu texto vinha abarrotado de prescrições de mero caráter administrativo, cuja presença num ato jurídico destinado a reger longamente as condições essenciais da existência brasileira, revelava grave incapacidade política e ingenuidades da superviabilidade humana.

Facilitou-se assim o surto das intenções ditatoriais dos que se haviam assenhoreado do poder, os quais gozavam as delícias de um franco *deboche* administrativo, se assim podemos dizer, à vista do que ocorreu e do modo por que ocorreu...

As crises, econômica e financeira, agravam-se conseqüentemente com o descontrôle político e cresce o descontentamento geral, facilitando a formação de duas novas tendências no meio brasileiro: a *comunista* e a *fascista*, os dois princípios aparentemente opostos da luta pela renovação do sistema social, mas *mutatis-mutandis*, análogos...

Originaários da civilização industrial, e reflexos do que se passava na Europa aqui penetraram, entrando em choque direto. O surto do *comunismo* ativo gerou o do *integralismo* reacionário ambos igualmente combativos, mas este francamente dominador por sua organização prática e o apoio natural que encontrava no meio nacional, de formação católica prevalescente, naturalmente conservador e ansioso de ordem e disciplina. Aquêles, era principalmente agitador, confessadamente revolucionário, de caráter mais demagógico e se exercia preferentemente no campo parlamentar e da publicidade... Ambos eram inimigos do sistema democrático, que reputavam desmoralizado e incapaz de assegurar bom governo.

O debate entre essas duas correntes favorecia os detentores do poder, por ambas desmoralizarem a democracia.

Em 1935, o comunismo ainda *inexperiente*, tentou apoderar-se do poder por um golpe de audácia. Foi facilmente esmagado e o *integralismo*, deixado só em campo, proliferou largamente.

O chefe do Governo, que o protegia e servia-se dêle, acolitado pelos que o secundavam mais de perto, aproveitando-se da situação e do descrédito dos congressistas de 1934, deu o golpe de Estado que dissolveu o Congresso. Proclamou-se ditador, e outorgou a carta de 1937, renovando mal a propósito o gesto de Pedro I. Apoiou-se na tendência orgânica das classes armadas, na maioria simpatizantes do integralismo, fatigadas das agitações reinantes, ansiosas pela restauração da disciplina, havia cinco anos. Favoreciam-no ainda as tendências do movimento anti-democrático

que parecia vitoriosa na Europa — Alemanha, Itália, Espanha, Portugal...

Com isto evitou que se fizesse a eleição para a renovação do período presidencial.

Embora não possuamos autoridade para opinar em definitivo no assunto, *não coramos* em dizer que essa *constituição ortogada*, tirantes certos excessos demagógicos, pretensamente científicos, parece-nos que correspondia melhor à realidade das aspirações nacionais, e às necessidades de nosso processo evolutivo, que a de 1934, fato que facilitou o início do regime resultante do golpe de Estado. Era mesmo melhor que a de 1891 e até do que a atual, de 1946.

Evitava a exorbitante influência das tendências dissolventes, originárias de nossos costumes e práticas políticas abastardadas; quebrava a impulsão das forças centrífugas do regionalismo; assegurava bastante liberdade pública e o controle necessário da administração, contendo-a em regras determinadas.

Mas, a outorga não fôra sincera como a de Pedro I, nem os que acolitavam o chefe do poder tinham a mesma cultura, o mesmo patriotismo e o civismo dos homens de antanho. Fôra apenas uma manobra política...

A sua insinceridade manifesta não tardou a se tornar visível a olho nu, mesmo dos mais míopes. Aliás, havia diversas manifestações anteriores dêsse defeito moral, como se vê do que ocorreu com o Exército.

No rápido período que vai de 1932 a 1934, para aproveitar as facilidades do governo ditatorial, foi projetada e decretada uma reforma completa das instituições do Exército, a qual, nada havia de revolucionária e se houvesse sido posta inteligente, sincera e enêrgicamente em execução teria contribuído muito para criar nelas uma ordem militar estável e viva, capaz de efeitos progressistas permanentes.

Não foi, porém, executada. E o não foi porque chocava velhos hábitos mentais, e tendia a contrariar o livre arbítrio dos poderosos, minorando a irresponsabilidade no exercício das principais funções de comando. Conseqüentemente, logo no início do novo período ditatorial, acoimada de inexecutabilidade, que provinha só da incapacidade de alguns e da nenhuma vontade de outros para *reformular de fato o que era preciso reformar*, foi posta de lado. Em 1938, nova *organização* foi feita, adotando-se critério completamente diferente, para que se deixassem mais à vontade os vícios velhos de arraigada mentalidade. É interessante notar-se, no entanto, que certos elementos das concepções adotadas em 1934 persistiram, embora os mais importantes, tais como

as leis reguladoras das *promoções* e da *repartição das funções pelos quadros de oficiais* — errada e infelizmente chamada de *movimento dos quadros* — sofressem até cerca de uma dezena de revisões em cerca de dois anos, para que se acomodassem melhor à mentalidade que justamente visavam reformar. Outros elementos, dos que foram logo rejeitados, cerca de uma dúzia de anos depois, eram restaurados, embora com sua eficácia muito diminuída. O *conjunto*, porém, perdeu-se quase completamente. Tudo, *pela natural incúria, auxiliada pelos ócios da paz* podemos dizer, imitando Christovam Ayres, ao criticar o seu Portugal do século em que veio reagir Pombal. Mas, aqui, a coisa era sem remédio, pois não houve como lá um novo *perigo eminente que fizesse lembrar que no Exército a verdadeira salvaguarda da integridade da Pátria*. Havia perigo, mas, porque de algum modo sutil, pouca gente tinha capacidade para vislumbrar, os esforços positivos perderam-se.

Na Marinha por certo tudo isto se refletia, mas um tanto menos intensivamente, ou, *visivelmente*. Ela depende mais que o Exército do seu *material*...

Em 1934, procurara-se dar plena autonomia aos chefes responsáveis do Exército naquilo que dizia respeito com o arranjo do mecanismo técnico profissional, do mesmo passo que se lhes impunha plena responsabilidade pelo exercício de suas funções, no quadro das possibilidades administrativas nacionais, cuja gerência superior cabia ao ministro da Guerra. Este exercia função política, de supervisão administrativa e de fiscalização geral. Preferiu-se voltar ao sistema em que tudo depende do ministro, no qual não há, de fato, responsável algum. É um sistema de melhor sabor para a política e que se adapta melhor aos costumes herdados da era *colonial*...

As perturbações resultantes de tão radicais e rápidas mudanças de orientação; com o desenvolvimento de um sistema essencialmente pessoal, como jamais houvera sido antes de 1930, acabaram por desanimar o Exército e criar nêle um estado de alma inquieto, de desconfiança no futuro da própria instituição. Dava a impressão de que se ia demasiadamente abastardando...

Na administração geral do país, a ditadura caracterizou-se pela mesma lógica de procedimento: — extrema facilidade de decretar reformas, das quais resultavam consideráveis ônus para o povo, pela multiplicação de órgãos e funcionários, sem reais proveitos para as necessidades do progresso; e, surgia uma licenciosidade extrema na advocacia administrativa donde resultavam outros tantos ônus, e até piores...

Nada, porém, define melhor a política ditatorial que o propositado *inflacionismo monetário*, praticado, na mesma oportunidade mundial em que todos os países, mesmo os que a isso eram levados por insopitáveis necessidades de guerra, tratavam o mais possível de evitar ou de reduzir a sua amplitude.

Ouvimos dizer, seja-nos tolerado registrar aqui, quando ponderamos em certa ocasião a um chefe deliberante, ser necessário dinheiro para dar vida a projetos que formulara, que *dinheiro* faz-se... E isto evidenciava a ausência de *conhecimentos básicos* então, e ainda hoje, dominante...

O *inflacionismo monetário propositado*, filho da corrupção dos detentores do poder e, por si mesmo, terrivelmente corruptor, agravou tudo. É mal pior do que a guerra, pois não é compensado pelas vibrações de energia que esta implica.

A *guerra* — a segunda guerra mundial —, para o Brasil, cujo povo se dispusera sinceramente a coparticipar da luta mundial, por afinidade com as democracias e porque fôra atacado e era constantemente humilhado, serviu apenas de pretexto para abusos do poder e para que este visivelmente anti-democrático — lhe atribuisse culpas que cabiam só à sua desastrada política monetária, às suas finanças sem contrôlê e à sua economia política a golpes de decretos mirabolantes.

No entanto, os discursos demagógicos, as culpas atiradas aos governos passados de que alguns dos da ditadura fizeram parte, o pregão de realizações dadas por acabadas, iam aturdindo a opinião da maioria do público, incapaz de bem julgar... Esta maioria mergulhando cada vez mais na miséria, nutria esperanças... e aplaudia.

A comêço, iludidas como tôda gente, as forças armadas apoiaram, incontestavelmente, a ditadura, que lhes prometia tudo e confessava insistentemente de público, *sômente* ~~helas se apoiar~~. Depois, vendo que as afirmações sôbre feitos que lhes diziam respeito, eram absolutamente enganosas, começaram a se dissuadir. Mais tarde, negaram-lhe por completo o seu aplauso, que se não deve confundir com o de alguns poucos eternos louvaminheiros, sempre em busca de boa coleta de vantagens pessoais, utilizadas para o brilho das publicidades. Muitos se aturdiram com o estardear dos seus nomes nas vias da publicidade... Outros, que só atuam em superfície, sem profundidade, sem examinar o passado e olhar para o futuro, serviam e serviam-se das oportunidades...

Enquanto tais coisas se passavam em relação ao Exército, *mutatis mutandis* à Marinha e depois à Aeronáutica criada, não pelas razões que lhe poderiam ter dado legitimamente nascimento,

mas, por uma manobra política, um passe de mágica, visando a enfraquecer aquêles que se mostravam descontentes, à parte mais culta da opinião, transbordava de desgostos. Tinha sobejas razões para isto. A *ditadura* falhava aos seus apregoados propósitos de exercer apenas uma ação provisória, enquanto necessária, para restabelecer no país uma ordem suficiente. Não executava em nada a Constituição de 1937 que ela mesma decretara. O aparelho de ação e contrôle governamental, que montara, nunca chegou nem mesmo a se esboçar. O compromisso de submetê-la ao julgamento nacional pelo plebiscito, à moda nazista, foi postergado indefinidamente. Por que? O poder embriagava...

Essa *constituição* de 1937, a que já nos referimos anteriormente, se houvesse sido executada, teria certamente evitado muitos males de que vimos sofrendo até hoje... A *insinceridade* dos vencedores de 1930, fica patente pelo fato de a haverem decretado como um expediente *momentâneo* e jamais terem-lhe dado vida...

O deboche administrativo favorecido pela opressão da opinião pública, que só podia se manifestar para aplaudir; a invalidade da justiça, cujas sentenças ficavam dependentes da vontade do poder ditatorial; a corrupção, de tudo, sem nenhuma preocupação mais de disfarce, e sobretudo o inflacionismo, cada vez mais voraz, utilizado pelos aproveitadores sem nenhuma consideração pelas misérias públicas e a anulação total da soberania nacional, criavam um mal estar intolerável. Evidentemente, tal situação não poderia durar indefinidamente. E não durou.

Desde que as circunstâncias internacionais, com a derrota da Alemanha e do Japão, impuseram fôsse deixada livre manifestação à opinião pública, a ditadura ficou com os seus dias contados. Sua *ilegitimidade* não mais podia perdurar e não perdurou.

As *forças armadas* — que se não devem confundir com alguns elementos seus — escarmentadas dos malefícios que a política sempre lhes causou, só desejosas de desenvolverem seu valor profissional, limitavam-se até aí a *não aplaudir*. Deixavam que alguns a elas pertencentes falassem, crentes de que todo mundo sabia não traduzirem realmente seus sentimentos e tolhidas pelas regras da disciplina. De resto, parecia-lhes que a ditadura era do agrado nacional, pois era o seu chefe incontestavelmente ovacionado, nas costumeiras solenidades públicas.

Tornada livre, porém, a manifestação da opinião, começou a surgir dia a dia uma corrente mais volumosa de desaprovação, que ia causando impressão e fazendo ver que existia no seio delas, já profundamente desgostosas, um movimento subterrâneo de reação e protesto.

A ditadura sentindo-se abalada procurou reagir e o fez desatinadamente. O aplauso popular que ainda a bafejava não inspirava ao chefe do Estado confiança bastante para correr os riscos de uma eleição regular, onde certamente a influência da maioria mais esclarecida se faria sensível. Ele bem sabia que esse aplauso era fruto de seus engodos. A eleição, para a qual se teria de desincompatibilizar, deixando o poder, era um risco tanto maior quanto mais o voto secreto, o processo eleitoral, a ampliação do eleitorado, um dos poucos reais serviços prestados ao país neste período revolucionário, tornavam difíceis e incertos o cômputo prévio das forças políticas. Em tais condições, excedeu-se em lisonjas à população menos culta e tirou da cadeia o chefe comunista para se aliar a ele. Isto afastou de si muitas simpatias de iludidos pelo pregão das realizações que dizia ter efetuado e, de modo decisivo, fez reagirem as *classes armadas*.

Tudo lhes fazia crer, como a todo mundo, que as eleições prometidas não seriam realizadas. Pensaram, então, em depor a ditadura.

Nessa situação difícil, há a crise da chefatura da polícia, que foi resolvida de modo inábil e desastroso para os interesses dos ditatoriais, pois era um desafio, um menosprezo às declarações positivas de elementos representativos do Exército, sobre a realização das eleições, feitas evidentemente para tranquilizar os ânimos, neutralizar os mais impetuosos e evitar explosões violentas.

Em 29 de outubro de 1945 era, conseqüentemente, sem qualquer reação dos seus apaniguados, dos que a desfrutavam, e dos que a aplaudiam arrogantemente, até nos seus derradeiros momentos, deposta a *ditadura*.

Assim, terminou uma outra fase da história republicana no Brasil, da qual seria injustiça, no entanto, dizer-se nada haver resultado de útil. A intensificação das reformas sociais, pela legislação trabalhista, a mais direta focalização de certos problemas, e o início da solução de outros como o da siderurgia, embora de maneira não feliz, são-lhe devidos. Nenhum serviço, porém, mais útil ela nos deixaria que o da experiência vivida, se dela soubéssemos fazer bom proveito. Nenhuma, porém, das suas práticas, exceto o *inflacionismo*, foi mais perniciosa, do que a maléfica reação sobre a *mentalidade das classes armadas* e a desordem que introduziu no sistema militar do país. Desordem de que resultou o afoito desenvolvimento dos *individualismos* com prejuízo do valimento das *instituições*, dos *interesses dos indivíduos* sem cuidado do das instituições, como denuncia o título de um código: o de *vencimentos e vantagens... etc., etc.*

CONCLUSÃO

A maior utilidade que há no estudo da *história* parece-nos residir na aquisição de elementos que habilitem a agir acertadamente no presente, isto é, a fazê-lo, do modo mais conveniente, aos interesses do futuro. Para isto, é preciso aprender as lições, que ela fartamente oferece, até senti-las, o que exige bom discernimento entre as *causas* e os *efeitos* dos acontecimentos nos diversos meios e épocas em que se desenvolveram. Sem se a compreender até a penetração no *sentimento*, não é possível caminhar firme e tranqüilamente em meio das perturbações de toda ordem, que surgem dos fortes interesses do *indivíduo*, todos com tendências mais ou menos divergentes dos diversos elementos componentes da *sociedade*.

As incompreensões que levaram o Brasil da Independência à abdicação de 1831, daí à República de 1889 e desta à revolução de 1930, não diferem fundamentalmente das razões que ditaram a revolução de 1945. No fundo, tudo foi produzido pelas reações naturais que a *opressão* e a *corrupção* promovem no organismo social que, ou reage ou se decompõe...

A *opressão* resulta da *ilegitimidade jurídica* ou moral do governo e se manifesta pelo desacôrdo de sua conduta com as condições da existência nacional. Pode caracterizar-se por abuso da autoridade ou por insuficiência desta.

A *corrupção* que é sempre *opressão*, surge da incompetência intelectual, ou, mais freqüentemente, da insuficiência moral dos que detêm o poder. Manifesta-se, pelo descrédito da justiça, em seus diversos aspectos, pela freqüência da mentira e da má fé nas práticas do governo, pelo proveito do poder do Estado feito por apaniguados, só *pro domo sua*. Revela fraqueza. Gera indisciplina e desordem.

Uma e outra são atitudes opostas às forças da evolução.

No exame desses acontecimentos de nossa história, vemos sempre, nos momentos mais críticos, o papel saliente que desempenham as classes armadas e notadamente o Exército, a sua fração mais numerosa e em mais íntimo contacto com o corpo nacional. Será isto uma tendência militarista, como algumas vezes se tem acusado?

Nunca a houve no Brasil. Nem poderia haver porque jamais houve aqui uma *casta militar*, a qual só a *ditadura* tendeu a *formar*.

Na monarquia, época em que o número de chefes militares de influência política era assaz considerável, notadamente no Rio Grande do Sul, onde tudo convidava a fazer política, como dizia

o General Tibúrcio, a farda cedia lugar, em regra, para êsse mister, aos títulos de nobreza honorífica do Império.

Por que então, em certos momentos, momentos decisivos da história nacional, vemos as nossas classes armadas, tão em evidência no ambiente brasileiro?

Não parece difícil a resposta e já foi dada alhures por outrem: — *elas são como que um esqueleto da nacionalidade*. Nos momentos de crise, quando a nação se agita movida pelo seu instinto de conservação, quando nas aperturas de sua vida *emagrece*, é o seu esqueleto que mais se vê...

No Brasil a sua entrada na cena dos embates políticos — falamos sempre do grupo militar, e não de alguns dos seus indivíduos, — tem sido solicitada pelos acontecimentos e para corresponder a apelos ansiosos da opinião pública. Tôdas as questões em que se envolveu a força armada foram sempre agitadas antes no meio puramente civil. Nelas o elemento militar vai entrando pouco a pouco, até que é arrastado na voragem e, então, arrosta decisivamente a responsabilidade dos acontecimentos. Referimos aqui somente aos acontecimentos ocorridos até 1945...

O militar é, por formação profissional e moral, *tipicamente conservador*.

Osório, na monarquia, resiste à sedução dos republicanos e aos impulsos partidários apaixonados, que o empurram no sentido de jogar seu imenso prestígio, — *que seria decisivo* — na balança dos destinos do país, em prol de uma revolução armada que modificasse a forma de governo.

Benjamin Constant é caso único talvez de elemento militar propagador de idéias políticas formadoras de uma corrente nova, por própria conta. Mas, êsse mesmo, quando surgiu ativamente com sua doutrinação republicana, formando prosélitos, já estavam constituídas ardorosas correntes pugnadoras da renovação política, exercendo uma propaganda entusiástica. Corifeus republicanos ressoavam sem cessar no ambiente político da monarquia, suas sedutoras teorias.

Por fim, veio a República e vimos como o *grupo militar* se portou. Em tudo há causas profundas que motivam a fraqueza da *opinião pública nacional* como a história revela. Em duas expressões se podem explicar as razões dos nossos males: — *pobreza da terra; incultura*, notadamente das chamadas elites *instruídas*, de que tudo depende...

Meditemos a *História*. . . «*Ne pardons rien du passé, Ce n'est qu'avec le passé qu'on fait l'avenir*» (7).

(7) Anatole France — *Le Livre de Mon Ami*.

A RECEITA E DESPESA DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO, EM 1800 E 1801

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

De um códice existente na Biblioteca Nacional, consta interessante mapa de receita e despesa das câmaras, que formavam a comarca do Rio de Janeiro, nos anos de 1800 e 1801. É trabalho bem delineado, que demonstra não só capacidade, mas ainda paciência e gosto de quem o planeou, principalmente na composição do quadro, onde se encaixam os títulos de um sem número de contas.

Ainda hoje êsse documento conserva o rótulo que lhe deram então: *Mapa da Receita e Despesa das Câmaras pertencentes à Comarca do Rio de Janeiro* (1). Não o assinou o modesto amanuense, que o compôs com bastante senso estético, senão o Ouvidor da comarca, José Albano Fragoso, que o datou do Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1802 (2).

Iniciaremos o exame de tão sugestivo mapa, como é natural, pela sua primeira coluna, onde se alinham, verticalmente, os «lu-

(1) Encontra-se êste mapa na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, em um códice com vários documentos referentes à Capitania de Santa Catarina, tanto que o seu título é: «Mapa de Tropas de Santa Catarina, 1802» (1-17, 12, 1). Há duplicata dêste documento, no mesmo códice. O *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, no Vol. 2.º, n.º 8.636, já o menciona.

(2) Foi durante muitos anos Ouvidor da Comarca. Joaquim Noberto de Souza e Silva, na sua conhecida e importantíssima *Memória Histórica e Documentada das Aldéas de Índios na Província do Rio de Janeiro* (Tipografia Universal Laemert, 1855, Rio de Janeiro) transcreve, na íntegra, várias informações e representações de José Albano Fragoso, justamente no exercício do cargo de Ouvidor da Comarca. Pouco depois seria nomeado desembargador, cargo êste que exerceu, no mínimo, até 1818 (*Vide*: José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo, *Legislação Brasileira, ou Coleção de Leis, Decretos, Resoluções de Consultas, Provisões, etc.*, do Império do Brasil Tomo II, pág. 201, ano de 1817, e pág. 304, ano de 1818 — Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp., 1837, Rio de Janeiro). Há, no Arquivo Histórico do Itamarati, uma carta de José Albano Fragoso, original, de 1817, em que se vê o prestígio que desfrutava junto ao monarca. (Lata 195, maço 7).

gares das câmaras». Eram êsses lugares, com referência ao ano de 1800, os seguintes:

Cidade do Rio de Janeiro;
Cidade de Cabo Frio;
Vila de Santo Antônio de Sá;
Vila de Magé;
Vila de São José del-Rei;
Vila da Ilha Grande e
Vila de Parati.

No año seguinte, de 1801, aparece mais uma vila, fazendo parte do conjunto, que é a de Resende. Embora criada a 29 de setembro de 1801, e a instalação de sua câmara se verificasse em dezembro, ainda assim figura no mapa, com receita e despesa consignadas em seu nome (3).

Determinadas as cidades e as vilas, que constituíam a comarca, vamos, preliminarmente, esquadrihar-lhes a receita. Logo o que nos chama a atenção é a quantidade de títulos, enfeixados em três grandes divisões da receita, que reproduzimos neste esquema, respeitando a nomenclatura do mapa: (4)

RECEITA:

A) Certa na qualidade e na quantidade:

- 1) Foros;
- 2) Juros;
- 3) Rendas de Casa.

B) Certa na qualidade e incerta na quantidade:

- 4) Talhos;
- 5) Aferições;
- 6) Cabeças;
- 7) Rendas do Ver;
- 8) Selos;
- 9) Subsídios;
- 10) Pesca na Praia;
- 11) Passagem.

(3) J. P. Favilla Nunes, *Recenseamento do Estado do Rio de Janeiro*, pág. 90, (Companhia Tipográfica do Brasil, 1893, Rio de Janeiro).

(4) São do mapa do Ouvidor Frágoso as divisões e subdivisões da receita, bem como a respectiva nomenclatura. É de se notar o sistema seguido para a classificação da receita, agrupando os tributos pela relação de cada um com o todo e não, como o fazemos hoje, de acôrdo com a percursoria de cada um deles nos atos e fatos sobre os quais incidem. A única modificação que fizemos no mapa foi no tocante à grafia, que passamos para a em vigor.

C) Incerta na qualidade e na quantidade:

- 12) Cobrança nos açougues pela venda;
- 13) Laudêmios;
- 14) Condenações;
- 15) Restituições;
- 16) Custas.

Não figuram êsses dezesseis títulos, obrigatòriamente, em tôdas as câmaras da comarca. A cidade do Rio de Janeiro, sem dúvida a mais rica, movimenta apenas dez. E a de Cabo Frio é a única a utilizar-se dos títulos: *Pesca na Praia e Passagem*.

Não intentaremos refazer o mapa. Não nos interessa o balanço da comarca da maneira por que interessou ao Ouvidor José Albano Fragoso, como um todo, nem temos o paciente amanuense, que traçou e, certamente, ideou o mapa, para o reajustar aqui. Interessa-nos conhecer a receita de cada uma das cidades e vilas da comarca, separadamente, e compará-las com as suas próprias despesas. Vamos, pois, repassar a situação financeira de cada uma das câmaras, constantes dos dois balanços, confrontando-lhes a receita dos exercícios apontados, para, em seguida, cotejar a receita com a despesa.

Os títulos da despesa não obedecem a uma sistematização igual à da receita, por isso os mencionaremos um a um, considerando aquêles poucos que se agrupam, no quadro do Ouvidor, como sub-títulos:

DESPESA:

- 1) Ordenados;
- 2) Propinas;
- 3) Expostos;
- 4) Festas: Ordinárias e Reais;
- 5) Obras: Calçadas e Pontes e Consertos;
- 6) Esmola de Jerusalém;
- 7) Secretário do Ultramar;
- 8) Salários do Ouvidor: Peloiros e Correição;
- 9) Aposentadorias extraordinárias;
- 10) Pagas de Letrados por falta de Síndico;
- 11) Aos escrivães por devassas e diligências;
- 12) Aluguel de casas;
- 13) Comissão pela cobrança de Foros;
- 14) Móvelia;
- 15) Dos Recrutados; (5)

(5) No original: «Das reclutas».

- 16) Do azeite para as Guardas;
- 17) Dívidas: Atrasadas e pagas; Pagas por sentença da Relação e por pagar;
- 18) Miúdas.

As denominações são as do mapa, apenas com a grafia atualizada. Inteiravam, portanto, a despesa vinte e três títulos e sub-títulos. Como na receita, nem uma só câmara registrou despesa em tôdas essas contas. A cidade do Rio de Janeiro é a que se utiliza de maior número; mas não passa de quatorze.

Embora seja pequeno o período de dois anos para uma conclusão definitiva no tocante às finanças, não deixa o seu estudo de proporcionar uma idéia bastante exata, não só da complexidade, que já existia, da administração financeira de então, mas ainda, até certo ponto, da situação das finanças locais. E isso se verificará com mais nitidez se pudermos fixar a produção do território, em que se encontravam as cidades e vilas da comarca, e as vantagens, tanto financeiras quanto econômicas, que, desta produção, retirava o govêrno geral.

Cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro é a primeira colocada: a mais importante e sede do vice-reinado desde 1763. Obedecendo a ordem estabelecida no mapa do Ouvidor, por justa, começaremos o exame, discriminando-lhe a receita, no seguinte quadro:

RECEITA		1800	1801
A)	1) Foros	2:179\$630	642\$325
	2) Juros	600\$000	600\$000
B)	4) Talhos	4:287\$500	4:054\$060
	5) Aferições	627\$250	3:027\$250
	6) Cabeças	490\$750	4:000\$000
	7) Rendas do Ver	400\$000	1:425\$000
C)	13) Laudêmios	661\$010	1:216\$215
	14) Condenações	166\$726	154\$320
	15) Restituições	15\$100	—
	16) Custas	11\$653	—
Totais:		9:439\$619	15:119\$170

Houve, de um para outro ano, considerável aumento na arrecadação dos tributos, referentes aos títulos 5, 6 e 7 do grupo B, responsável pelo acréscimo, no total da receita, de mais de 60%. É difícil, senão impossível, apontar a causa de tão notável aumento, se resultante de modificação de taxas ou consequência de arrecadação mais honesta. Porém, por mais que se elevasse a receita, a despesa sobrepujava-a sempre, não só em número de títulos, mas também no valor. Assim temos o quadro da despesa:

DESPESA	1800	1801
1) Ordenados	631\$400	629\$400
2) Propinas	131\$000	158\$200
3) Expostos (6)	600\$000	600\$000
4) Festas: Ordinárias	857\$913	1:351\$240
Reais	757\$590	—
5) Obras: Calçadas e Pontes	2:040\$983	7:157\$320
Consertos	4:127\$545	1:623\$981
7) Secretário do Ultramar	11\$250	—
8) Salários do Ouvidor: Pe- loiros	10\$490	—
Correição	—	40\$290
11) Aos escrivães por de- vassas e diligências	34\$300	—
12) Aluguel de casas	192\$000	192\$000
13) Comissão ao cobrador dos Foros	152\$574	44\$992
14) Mobília	—	316\$540
17) Dívidas: Atrasadas e pagas	1:193\$791	432\$035
Pagas por sentença da Relação	—	921\$822
Por pagar	—	3:703\$495
18) Miúdas	111\$126	150\$000
Totais:	10:851\$962	17:321\$315

(6) Segundo nota existente no mapa, esta importância se refere a três quartéis.

Ainda que deficitário o resultado dos dois balanços, não nos parece fôsse má a situação financeira da cidade do Rio de Janeiro. De um lado encontramos a receita que reage, de um ano para o outro, com um aumento considerável. Do outro, a despesa, da qual mais da metade se destina a obras públicas. O próprio *deficit*, com que deparamos nos dois exercícios, é consequência de despesas de anos anteriores. Em 1800, as dívidas somam o total de 1:193\$791 e, em 1801, o de 5:057\$352. Deduzindo-se estas duas importâncias das respectivas despesas, por se não realizarem dentro do exercício, a conclusão, a que se chega, como se vê da demonstração abaixo, é que sômente em 1800, houve um *deficit* real:

1800 —	Despesa	10:851\$962
	Receita	9:439\$619
	<i>Deficit</i>	1:412\$343
	Dívidas em atraso	1:193\$791
	<i>Deficit do Exercício</i>	218\$552
1801 —	Despesa	17:321\$315
	Receita	15:119\$170
	<i>Deficit</i>	2:202\$145
	Dívidas em atraso	5:057\$352
	Saldo do Exercício	2:855\$207

As despesas de exercícios anteriores, portanto, motivaram, principalmente, o desequilíbrio do orçamento, pois os próprios gastos com ordenados eram reduzidos. Porém o êrro mais notável, que ressuma das contas de despesa, é de administração e não de finanças. Gastava-se, em 1800, nada menos de 1:615\$503, com festas «ordinárias» e «reais», e, em 1801, com festas «ordinárias», a quantia de 1:351\$240, quando se não despendia um só tostão com a limpeza da cidade. Daí a imundície, tão decantada, do Rio de Janeiro, mas que, financeiramente, poderia ter sido evitada, desde que se empregassem as verbas consignadas para as festas

no asseio das ruas da cidade (7). Diga-se, porém, em desagravo do Rio de Janeiro, que Paris não lhe ficava muito atrás em sujeira, basta que se leia o livro de Retif de la Bretonne *Les nuits de Paris*, ou a interessante e viva descrição, feita por Funck-Brentano, dos passeios de Retif pelas ruas parisienses dos tempos da

(7) Eram celebradas no Brasil inteiro festas reais e religiosas. No fim do século XVIII anotava o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira em um dos seus trabalhos o seguinte fato, contado pelo Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 1843, assim: «Em dias do século passado, veio ordem de Portugal para que as câmaras municipais dessem demonstração de regosio pelo nascimento de um príncipe. A Câmara da Vila de Moreira tinha oito tostões em cofre; gastou-os num pote de manteiga para luminárias e ficou sem nada». (*Apud* José Antônio Soares de Souza, *Um Caricaturista Brasileiro no Rio da Prata*, pág. 30, R.I.H.G.B., vol. 227, 1955). Não eram, porém, as festas reais as únicas dignas de tamanho sacrifício. Tinham os santos, também, este privilégio. Na cidade do Salvador, por exemplo, em dezembro de 1641, verificou o Procurador do Conselho que não havia dinheiro em cofre para festejar Santo Antônio por se ter despendido até o último real nas festas del-Rei Nosso Senhor. Não se conformaram os oficiais da Câmara com isso. A festa devia de se realizar, ainda que as despesas corressem por conta das «rendas futuras». Dias depois tomam nova resolução. Voltando à baila a impertinência do Procurador, em não festejar o santo sem dinheiro, «responderam os ditos Oficiais que a dita festa se havia de fazer que para ela se empenhassem e vendessem as salvas de prata e tinteiros que havia na Câmara e que assim lh'o ordenaram fizesse». (*Documentos Históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara*, Vol. II, págs. 54 e 59, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1949). Neste mesmo volume, pág. 211, consta a *Repartição* das festas, a serem realizadas em 1641, e as pessoas encarregadas dos festejos, tôdas elas «que amassão pão». Eram as seguintes festas: S. Sebastião, S. Felipe e S. Tiago, Corpo de Deus, Santa Isabel, Anjo Custódio, Santo Antônio e aclamação de Sua Majestade. No Rio de Janeiro, a lamaceira e imundície das ruas prejudicavam as festas. Para dar uma idéia do que devera ser uma procissão em 1800 e 1801, basta atentarmos para o fato ocorrido, já em 1831, quando se atolaram na lama da rua da Cadeia os acompanhantes da procissão de Corpus-Cristi, dando margem a que a Regência advertisse a Câmara Municipal de «quão mal servido se acha o público desta cidade». (João Paulo de Figueirôa Nabuco de Araujo, *Legislação cit.*, Tomo VII, pág. 320, Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Comp., Rio de Janeiro, 1844). No ano seguinte, era o Padre Feijó que descrevia a cidade do Rio de Janeiro da seguinte forma e isso no preâmbulo de uma portaria: «Sendo freqüente nesta Capital as carreiras de cavalo com ofensa manifesta da se-

Pompadour (8). A imundície não foi privilégio exclusivo de uma só civilização. Outras, mais requintadas, tinham o mesmo vizo: preferiam à limpeza as festas.

Cidade de Cabo Frio

Do Rio de Janeiro passamos a Cabo Frio, a mais antiga cidade existente no atual território do Estado do Rio de Janeiro, criada a 13 de novembro de 1615 (9). É a segunda colocada no mapa do Ouvidor, pois não havia outra cidade na comarca. As suas

gurança pública, e não poucos os funestos acontecimentos, que têm resultado de tão insensato procedimento: e continuando a divagar por tôdas as ruas um prodigioso número de cães sem dono, nem domicílio, e a ouvirem-se a cada momento vozerias estrondosas, que perturbam o sossego dos cidadãos, e ofendem a decência pública por suas expressões torpes e obscenas: e sendo finalmente notável a imundície, de que se acham infectadas várias praças, e outros lugares de concorrência pública, sem que os fiscaes, respectivos a cada uma das Freguesias, vigiem como devem...» (José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araujo, *Legislação cit.*, Tomo VII cit., anexo com o título: *Decretos, Portarias, Editais, Tratados e Artigos Officiais publicados desde a Sessão de 1831*, págs. 17 e 18. No entanto, desde 1821, confessava a Câmara a sujeira da cidade, ou seja, «a falta de limpeza», delicadamente, e determinava a maneira por que se devia proceder à limpeza das ruas. Porém não passou do papel a medida tomada, como provam os dois atos da Regência. (*In Diário do Rio de Janeiro*, n.º 18, de 18 de junho de 1821).

(8) Frantz Funck-Brentano, na sua notável biografia de Retif de la Bretonne, escreve: «...rue Montmartre, c'était un fleuve d'immondices» (pág. 300). «Aussi Retif réclame-t-il des balayeurs publics; il demande des égouts pour l'écoulement des eaux...» (pág. 301). «Nous n'imaginons plus la saleté des rues parisiennes aux temps graves de la Pompadour». (Pág. 302) (*Retif de la Bretonne*, Albin Michel, éditeur, Paris, 1928). Richardt, *Un hiver à Paris, 1802-1803*, pág. 103 (*apud* Jean Robiquet, *La vie quotidienne au temps de Napoléon*, pág. 77), narra o seguinte: «Hier, en me rendant à pied au Jardin national des Plantes, j'ai passé par des ruelles où la misère, la saleté, l'impudeur des passants sont telles que, rien que d'y penser, il m'en vient des nausées...» Jules Bertaut, no seu notável livro, *Le Faubourg Saint-Germain sous l'Empire et la Restauration*, escreve: «Du reste, c'était une chose bien connue: ni la maison du roi ni celle de la Dauphine n'étaient tennues. Il y avait des cuisines à tous les étages, les égouts étaient absents ou engorgés, si bien qu'on sentait les odeurs pestilentielles dans les appartements, la salle à manger et la chapelle». (Págs. 181 e 182, Éditions Jules Tallandier, Paris, 1949). No século XVIII havia uma contribuição para a limpeza de Paris, denominada «des boues et lanternes», destinada à limpeza e iluminação da cidade. (Camille Rosier, *Traité Théorique et Pratique de Législation Fiscale*, I, pág. 131. Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1926).

(9) Favilla Nunes, *op. cit.* pág. 84.

contas, no entanto, são modestas, principalmente na posição em que se acham, logo após as da cidade do Rio de Janeiro:

RECEITA		1800	1801
A)	1) Foros	10\$340	10\$340
B)	5) Aferições	46\$000	80\$000
	7) Rendas do Ver	15\$000	22\$000
	9) Subsídios	300\$000	260\$000
	10) Pesca na Praia	55\$668	34\$935
	11) Passagem	2\$240	5\$000
C)	12) Cobrança nos açougues pela venda	\$800	1\$760
	16) Custas	16\$530	35\$170
Totais		446\$578	449\$205
DESPESAS		1800	1801
	1) Ordenados	28\$400	28\$400
	4) Festas: Ordinárias	208\$100	220\$500
	5) Obras: Calçadas e Pon- tes	—	263\$200
	Consertos	34\$400	212\$260
	11) Aos escrivães por de- vassas e diligências	6\$835	—
	14) Mobília	—	372\$045
	18) Miúdas	32\$860	1\$530
Totais		310\$595	1:097\$935

Foi praticamente igual a arrecadação nos dois anos. Já não aconteceu o mesmo no tocante aos gastos. Em 1800, na sua modestia, fechou a câmara de Cabo Frio o orçamento com um saldo de 135\$983, sem dúvida importante em relação à receita. No ano seguinte a situação se modificou completamente e, como resultado do balanço, aparece um *deficit* de 648\$983, ou seja, mais de 100% da receita. Figuram, porém, nas despesas de 1801, duas importâncias despendidas em obras públicas, que, somadas, cobrem em parte o *deficit*, justificando-o. Houve, também, o gasto eventual com a aquisição de mobília, e mobília bem mais cara do que a adquirida, nesse mesmo ano pela câmara do Rio de Janeiro.

Nota-se que a receita de Cabo Frio se constituía, principalmente, do tributo intitulado «subsídios». Não nos parece fôsse

um imposto específico, com o talho, por exemplo, que incidisse sobre um determinado ato. Era, antes, um acréscimo que ia recair, indistintamente, sobre atos já tributados. Caracterizava-se, porém, o *subsídio* pela aplicação especial, a que se destinava a sua arrecadação.

Nas cidades do Rio de Janeiro e do Salvador havia, no mínimo, desde meados do século XVII, criado pelas respectivas câmaras, um *subsídio*, que incidia sobre o vinho, para ocorrer às despesas com as fortificações do presidio, no Rio de Janeiro, e com a manutenção da infantaria, na Bahia. No entanto, quer numa quanto noutra cidade, o vinho verde, importado de Portugal, já arcava com imposição anterior, denominada, na do Salvador: *donativo dos vinhos* (10).

O mesmo ocorreu com o intitulado *subsídio voluntário*, a que foram obrigadas as câmaras das cidades e vilas brasileiras a criar, a fim de possibilitar a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755 (11). Na Câmara do Rio de Janeiro se fez incidir o *subsídio voluntário*, principalmente, sobre as mercadorias entradas na alfândega. Em Vila Rica, o novo impôsto foi taxar as entradas de bestas, cavalos, gado, vinhos e aguardentes do reino. As vendas de aguardente do país, desde que realizadas em taberna, estavam, também, sujeitas à nova taxaçaõ (12). Em São Paulo, a câmara estabeleceu tributo idêntico ao de Vila Rica (13). Sõmente Santos se rebelou contra a ordem ou sugestão, vinda do reino, rejeitando o *subsídio* (14).

Devera o novo imposto ser arrecadado pelo prazo de dez anos. Porém continuou e existia, no momento da Independência do Brasil, em muitos lugares. Esclarece Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, na sua *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da*

(10) Sobre o Rio de Janeiro, in Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos, documento com o seguinte título: *Assento em que se assentou o modo da arrecadação do imposto nos vinhos e vintenhas, para as fortificações do Presidio, 1643-1648 — Atas da reunião da Câmara do Rio de Janeiro*, documento II-34, 15, 61. Sobre a Bahia, vide: *Documentos Históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara*, cit., Vol. II, pág. 372.

(11) *Inventários dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, organizado por Eduardo de Castro e Almeida, in *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. 71, págs. 52 e 53.

(12) *Ibidem*, págs. 53 a 55.

(13) *Ibidem*, págs. 98 e 99.

(14) *Ibidem*, págs. 99 e 100. Mas acabou a câmara de Santos por decretar, como as outras, o tributo destinado à reedificação de Lisboa, como se vê do documento, de 30 de abril de 1759, relacionado no *Catálogo de documentos sobre a História de São Paulo*, in R.I.H.G.B., Tomo especial V, pág. 233, 1957.

Capitania de Minas Gerais, o motivo da instituição do *subsídio voluntário*. «Começando pelo subsídio voluntário», escreveu êle, «cumpre saber que foi instituído por ocasião do terrível terremoto de 1 de novembro de 1755, que reduziu a cinzas a maior parte dos edifícios públicos, e particulares da cidade de Lisboa». Em 1778, a câmara de Vila Rica conseguiu abolir o tributo; mas, alguns anos depois, em 1795, foi obrigada a restabelecê-lo, como conta o mesmo Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, para auxiliar a reconstrução do Palácio Real da Ajuda, destruído por um incêndio. Fôra, por excelência, o impôsto das destruições, que sobreviveu ao seu fim, na mesma forma por que se renovara em 1795 (15).

Este subsídio é o que nos parece se arrecadava ainda, em 1800 e 1801, na cidade de Cabo Frio. Em 1756, no momento de ser o subsídio criado, das câmaras constantes do mapa do Ouvidor Frágoso, existiam, além do Rio de Janeiro e Cabo Frio, as de Angra dos Reis, desde 1608, de Parati, 1667, e Santo Antônio de Sá, 1679 (16). Na cidade do Rio de Janeiro, consistira o novo tributo no acréscimo de taxas sôbre mercadorias importadas, que se arrecadavam na alfândega, parte da Real Fazenda, não figurando, por isso, na receita da câmara. Na vila de Santo Antônio de Sá, possivelmente, não se chegara a criar o novo subsídio, porque já existia outro tributo, de aplicação especial, destinado à construção da câmara e da cadeia. Mas, se criado, fôra abolido no prazo de dez anos, estabelecido oficialmente, prevalecendo o outro imposto de interêsse local. Assim, apenas, Cabo Frio, Angra dos Reis e Parati continuariam a arrecadar o *subsídio voluntário*, já com o nome de mudado para *subsídio*, sômente; incorporado inteiramente às respectivas receitas, e não mais visando ao fim especial de sua criação.

Constam da receita de Cabo Frio dois tributos, que lhe são privativos. Não os encontramos em outra câmara da comarca. Um se denominava: *Pesca na Praia*, e o outro: *Passagem*. Ambos chegaram, sem modificações, até a organização administrativa da Província, em 1835. Sem esta circunstância, talvez, não pudéssemos determiná-los. Assim, em leis fluminenses de 1836 e 1837, se discriminam as rendas especiais da câmara de Cabo Frio, revigorando os velhos tributos: «1.º) O impôsto que atualmente cobra na praia

(15) *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da Capitania de Minas Geraes* — Offerecida ao Illmo. e Exmo. Senhor Pedro Maria Xavier Ataíde e Mello, do Conselho de Sua Alteza Real, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes. Vários exemplares na Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos. As citações foram do I-2, 1, 28, constantes dos §§ 3.º, 5.º, 7.º, 8.º e 25.

(16) Favilla Nunes *op. cit.*, págs. 82 e 90.

da Ilha do Cabo. 2.º) O direito de passagem no Itajuru, segundo a taxa que atualmente se paga: e não poderá ser alterada» (17).

Estavam, pois, estes dois tributos ligados a fatos pertinentes à vida de Cabo Frio. Um recaía sobre a pesca na praia da Ilha do Cabo: tipicamente um impôsto, como o classificaram os primeiros legisladores fluminenses. Mas que praia seria essa da Ilha do Cabo? A resposta a esta pergunta se acha no plano dos arredores de Cabo, levantado pelo ilustre mineiro Antônio Pires da Silva Pontes Leme, justamente, no começo do século XIX, poucos anos depois do mapa do Ouvidor. Três pontos estão marcados, no plano, como lugares de pescaria. Todos eles poderiam estar sujeitos ao imposto de pesca, porém o que deu nome, foi a Praia da Pescaria, na Ilha da Tromba, hoje de Cabo Frio, fronteira, mais ou menos, à Praia do Anjo, e que devera ser conhecida pela Praia da Ilha do Cabo, antes de Praia da Pescaria, ou, concomitantemente, pelos dois nomes, pois tanto um quanto outro a identificavam perfeitamente bem (18).

A outra contribuição limitava-se a uma contraprestação paga por serviço prestado, tipicamente uma taxa, que se cobrava pelo transporte de pessoas e cargas do continente para a restinga, justamente, no canal de Itajuru. Os legisladores de 1836 classificaram-na como direito de passagem, denominação genérica, sem dúvida, que englobava tanto a passagem de uma para outra margem dos rios, como o Paraíba ou Paraibuna, por uma ponte ou numa canoa, quanto à passagem por um caminho, verdadeiro pedágio,

(17) Lei de 3 de janeiro de 1837, Cap. II, Art. 2.º, in coleção de avulsos, «Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional, 1837», com a indicação em letras e não em números: BR. Já se dissera mais ou menos o mesmo na Lei de 6 de maio de 1836, Cap. III, Art. 10, in coleção de avulsos, «Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1836». As duas leis foram referendadas por Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai).

(18) *Carte de la Province de Rio de Janeiro redigée d'après un manuscrit portuguais inédit et les cartes nautiques de M.M. Roussin et Givry par M. Louis Freycinet, Capne. de Vaisseau. 1824.* No canto, à direita e em baixo, desta carta é que vem o trabalho de Silva Pontes, com o título em francês: *Plan des environs de Cap Frio par Antº Pires da Silva Pontes Leme.* A carta portuguesa, a que se reporta Freycinet como inédita, deve ser uma, que, em 1824, já não era inédita, pois fôra publicada, em Lisboa, no ano anterior. Existe na Biblioteca Nacional uma carta com o seguinte título: *Carta Geográfica da Provincia do Rio de Janeiro copiada no Real Arquivo Militar — Lisboa, 1823,* que é, forçosamente, de onde Freycinet tirou os elementos (copiou, inteiramente) para a sua carta de 1824. O erro na localização de Nova-Friburgo e de Cantagalo, que tantos aborrecimentos causaram aos sesmeiros do Macuco, as aproxima e prova ser esta a carta portuguesa, a que se refere Freycinet. Na Mapoteca do Itamarati se encontram esta carta francesa e uma cópia da portuguesa, mandada fazer por Duarte da Ponte Ribeiro, de sua missão a Portugal.

ao transpor determinados pontos, que se denominavam registos ou barreiras. Destinava-se esta contribuição, geralmente, ao custeio da passagem, canoa ou barca, ou à conservação da ponte ou do caminho, e sua origem era das mais remotas (19). No orçamento

(19) Tanto nos municípios quanto nas províncias, os tributos de passagem de rios, pontes e caminhos destinavam-se à conservação e manutenção dos serviços ou obras. Muitas vezes era a cobrança entregue diretamente ao ~~Chefe~~ da Secção de Obras Públicas e este quem indicava os lugares em que as barreiras e postos fiscais deviam de ser localizados. Entre os serviços efetuados pelo Major Júlio Frederico Koeler, constantes de seus «assentamentos Militares», se encontram, justamente, vários com relação às barreiras. Assim é que a 3 de dezembro de 1836 foi incumbido, naturalmente por Paulino de Souza, então presidente da Província do Rio de Janeiro, de fazer «exames precisos para se conhecerem quais as estradas e pontes dela (Secção), em que se deviam estabelecer as barreiras, qual a tarifa das taxas, que se devia cobrar em cada uma delas, e o orçamento provável de sua receita e de acôrdo com os chefes de outras secções propor o (regulamento) mais conveniente para a administração das mesmas barreiras». Este encargo devera ser estendido aos outros chefes de Secção, no tocante às respectivas estradas, pontes e barcas. (*Assentamentos Militares*, de Koeler, in *Tribuna de Petrópolis*, de 16 de junho de 1954, publicação feita por Guilherme Auler). O mesmo se vê de vários relatórios dos Chefes de Secção de Obras Públicas, escrevendo o então Major Galdino Justiniano da Silva Pimentel, em 1841, sobre a passagem «no caudaloso Douo Rios» o seguinte: «A imposição de uma pequena taxa naquela passagem dará para as despesas do custeio da barca, que orça em Rs: 700\$000». Quanto ao Rio Muriaé dizia: «Segundo informações que pude obter, o número de passagens que se efetuam no espaço de um mês, em cada um destes dois portos do Muriaé, varia de 150 a 200 pessoas, e de 500 a 600 animais. Ainda quando não houvesse razão para crer-se, que este número deverá aumentar com o estabelecimento das barcas, bastaria o produto do impôsto sobre as passagens, que ora se efetuam, para cobrir com pequeno saldo as despesas de custeio, que orça em Rs: 500\$000 por ano». (*Relatório da Quarta Secção das Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro*, págs. 10, 13 e 14. Rio de Janeiro. Tipografia de C. Ogier, 1841). Vide parecer do Ouvidor de São Paulo, sobre a criação de um tributo de 20 réis, em 1742, para a construção do caminho de Santos a São Paulo (in R.I.H.G.B., Tomo especial IV, pág. 9, *Catálogo de Documento sobre a História de São Paulo*, 1957). Sobre origem remota do direito de portage, pedágio e passagem, vide: Antônio Caetano do Amaral *Memória V, para a história da legislação e costumes de Portugal*, pág. 164, nota b (Livraria Civilização — Editora, Porto, 1945) e Viterbo *Elucidário das palavras, termos e frases...* Tomo II, págs. 210 e 211, v. «Pena de Sangue», e 229 e 230, v. «Portadigo» (Lisboa, MDCCXCIX — Tipografia Régia Silviana). Em França, vide: Camille Rosier, *op. cit.*, I, pág. 43; *Mélanges d'Histoire du Moyen Age dédiés à la mémoire de Louis Halphen*, pág. 112 (Louis Carolus-Barré, *Y eut-il une commune a Pont-Sainte-Maxence au Moyen Age?*) e pág. 281 a 289 (Jacques Godard, *Un document inédit concernant le Péage de Bapaume*); H. Taine, *L'Ancien Régime*, págs. 471 a 473, (París. Librairie Hachette et Cie., Paris, 1891), V. Chomel e J. Ebersolt, *Cinq siècles de Circulation internationale vue de Jougne* (Paris, 1951, S.E.V.P.E.N.).

de Cabo Frio, para o ano financeiro de 1837 a 1838, contribuía cada um dos dois tributos com a importância de 200\$000 (20).

Por insignificante que fôsse a arrecadação local, em se tratando de uma cidade, o ponto fraco de Cabo Frio, no mapa do Ouvidor Fragoso, não se achava na receita, mas na despesa. Só em 1801 é que aparece uma importância razoável, em relação ao orçamento gasta em obras públicas: pouco mais de 470\$000. Em 1800, nesta rubrica, apenas se despendeu 34\$400, em consertos: nada em calçadas e pontes. Em compensação, eram excessivas as verbas destinadas às festas *ordinárias*, nos dois exercícios. Queimou a câmara em velas, fogos e azeite, nos festejos preferidos, a quantia de 428\$600. Semelhante despesa, na cidade do Rio de Janeiro, pode considerar-se um desperdício, porque poderia ser aproveitada em coisas mais úteis. Em Cabo Frio, porém, era loucura, uma vez que a sua arrecadação efetiva mal dava para cobrir os gastos com as festas (21).

Vila de Santo Antônio de Sá

É a vila de Santo Antônio de Sá a terceira a alinhar-se no mapa do Ouvidor. Das câmaras localizadas no atual território do Estado do Rio de Janeiro, é a que apresenta um orçamento mais perfeito, como podemos observar no seguinte quadro:

RECEITA		1800	1801
A)	1) Foros	2\$800	2\$800
	3) Rendas de casa	19\$200	19\$200
B)	5) Aferições	60\$000	64\$000
	6) Cabeças	—	4\$000
	7) Rendas do Ver	450\$000	606\$000
	8) Selos	883\$333	602\$000
C)	14) Condenações	9\$617	62\$000
Totais		1:424\$950	1:360\$000

(20) Lei de 5 de janeiro de 1837, referendada por Paulino de Souza. In coleção de *avulsos*, «Rio de Janeiro. Na Tipografia Nacional, 1837» BT, pág. 38. No ano seguinte, ou seja no exercício financeiro de 1838-1839, a arrecadação dos dois tributos caiu, figurando no orçamento: a passagem do Itajuru, com 161\$000, e a pescaria na praia da Ilha do Cabo, com 130\$000. Lei de 5 de fevereiro de 1838, in *avulsos*, «Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional, 1938». IH, pág. 52.

(21) Cabo Frio não tinha prédio próprio para a Câmara. Em 1837 devia ainda 112\$000 de aluguel de 14 meses da casa em que a Câmara fez as suas sessões desde maio de 1834 até julho de 1835. (Lei de 5 de fevereiro de 1838, cit., pág. 46). Os 200\$000 anuais com as festas, no mínimo desde 1800, teriam dado para uma casa própria para a Câmara,

DESPESA	1800	1801
1) Ordenados	57\$000	57\$000
4) Festas Ordinárias	252\$200	253\$830
5) Obras: Calçadas e Pontes	604\$200	412\$600
8) Salários do Ouvidor: Pe- loiros	12\$070	—
9) Aposentadorias extraor- dinárias	6\$780	—
10) Pagas de Letrado por falta de Síndico	49\$600	—
11) Aos escrivães por de- vassas e diligências ...	50\$304	3\$600
15) Dos Recrutados	—	11\$340
17) Dívidas: Atrasadas e pa- gas	23\$027	34\$295
Totais:	1:055\$181	772\$665

Constituía-se a receita de tributos que incidiam, principalmente, no comércio local: *aferições, cabeças, rendas do ver e selos*. Além disso, já havia formado uma renda patrimonial, da qual retirava 19\$200. Do confronto da despesa com a receita, encontramos um saldo de 369\$769, em 1800, e, em 1801, de 581\$335, bem significativos para o montante do orçamento. As maiores despesas destinavam-se às obras públicas, *calçadas e pontes*, num total de 1:016\$800. Enquadraram-se, perfeitamente, dentro da receita arrecadada, os gastos extraordinários, correspondentes aos títulos 9, 10, 11 e 17. Tudo isso demonstra ponderação por parte dos responsáveis pelas finanças locais. Os festejos são as únicas despesas supérfluas, porém obrigatórias na época. Atingiu a mais de 500\$000 o total desta conta nos dois anos, só inferior ao da cidade do Rio de Janeiro. Afigura-se-nos o orçamento mais equilibrado. É o segundo em importância da comarca, embora sejam as suas cifras bem menores do que as que se encontram no orçamento daquela cidade.

Há, no entanto, em Santo Antônio de Sá, um imposto que lhe é peculiar. Sòmente aí se arrecadava o que figura no mapa do Ouvidor com o nome de *selos*. Não o encontramos em outro orçamento da comarca. Daí concluirmos que o *sêlo*, como a *pesca na praia* em Cabo Frio, devera ser uma imposição local. Mas que imposto seria este?

Felizmente, de uma briga entre vereadores e negociantes de Santo Antônio de Sá, pudemos deslindar não só a natureza do impôsto, mas ainda o seu destino.

É de se esclarecer, preliminarmente, que o sêlo, em si, não é impôsto, mas sim, uma forma, das muitas existentes, de que se utiliza o fisco para a cobrança de vários tributos. É forma relativamente recente no Brasil, onde apareceu com os papéis selados, possivelmente, pela primeira vez. Acabou por se espalhar de tal maneira que até o *causa-mortis*, quando transferido para a Província do Rio de Janeiro, foi arrecadado, logo no início, em sêlo (22).

Não era, porém, de natureza fiscal o sêlo que deu o nome ao imposto de Santo Antônio de Sá. Tratava-se de um sêlo destinado, unicamente, à fiscalização dos vinhos e da aguardente. Selavam-se as pipas com o intuito de impedir que os comerciantes, por mera ganância, fizessem as suas adições costumeiras, já de água, já de vinhos inferiores, a fim de lhes aumentar a quantidade. Cabia a fiscalização dêste sêlo, colocado pelas câmaras, ao Rendeiro do Ver. Tôda infração, como a ruptura ou retirada do sêlo, era punida com multas ou coimas, para se usar a linguagem da época, e até com a prisão do infrator. Na Bahia, durante alguns anos, existiu um rendeiro especial das coimas do Ver, estigmatizado pelo comércio local em veemente libelo, dirigido à Rainha (23).

O imposto de Santo Antônio de Sá, não tirando o seu nome da forma por que o arrecadavam, mas dos selos colocados nas pipas de vinho e de aguardente, por proteção, só poderia incidir sobre

(22) Há na Biblioteca Nacional um alvará, já assinado pelo Príncipe Regente, datado de 1799, do Palácio de Queluz, dirigido a D. Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, em que se criava a décima urbana, aumentava o imposto sobre vários artigos e determinava a cobrança do papel selado (II-33, 21, 119). Em outro alvará, de 1809, publicado por José Paulo de Figueirêa Nabuco de Araujo, *op. cit.*, Tomo I, pág. 179 (1836) fazia-se, no preâmbulo, um retrospecto do papel selado, da maneira seguinte: «sendo preciso estabelecerem-se novos impostos para acudir às precisões do Estado; e sendo o papel selado um dos indiretos que, pelo tempo e economia com que é arrecadado, pela maneira com que é exigido, pela prática da maior parte das Nações cultas, e pelo que em outro tempo se observou nesta Monarquia já mereceu a minha real aprovação: fui servido estabelecê-lo pelos Alvarás de 10 de março de 1797, de 24 de abril de 1801, de 27 de abril de 1802, e reduzi-lo pelo Alvará de 1804...» Refere-se, em seguida, à incidência, a que fôra reduzido, dando, nos Arts. 1.º e 2.º a discriminação dos atos sobre os quais também recairia. Vide: Camille Rosier, sobre papel timbrado, *op. cit.*, I, págs. 112 e 113. Sobre a cobrança do *causa mortis*, em sêlo, vide Lei de 22 de dezembro de 1837, referendada por Paulino de Souza, *in avulsos*, cit., págs. 32 e 33 HZ.

(23) Biblioteca Nacional documento datado de 15 de julho de 1797 (II-33, 21, 120), «Petição dos Habitantes da Bahia».

o consumo local dos mesmos gêneros, e a sua cobrança se verificaria no momento de se applicarem os selos protectores nas respectivas pipas.

Era isso, mais ou menos, o que, na realidade, acontecia. Da briga, a que nos reportamos, se conserva ainda hoje um requerimento, dirigido a D. Pedro I, em 1822, no qual diziam os interessados, confirmando a nossa suposição: «Dizem os Negociantes da Vila de Santo Antônio de Sá que fizeram subir à Augusta Presença de Vossa Magestade Imperial um Requerimento, pelo qual pediam a graça de mandar abolir o impôsto de um vintém em cada medida de aguardente da terra, da Europa e vinho, que a Câmara da dita Vila havia lançado em cima dêstes gêneros, a fim de poder edificar a casa da Câmara e Cadeia, o que lhe foi autorizado por Carta Régia de 17 de dezembro de 1710, só, unicamente, pelo espaço de dez anos, ampliada esta graça por mais alguns, pela Provisão de 14 de janeiro de 1715».

Recaía, por consequente, o impôsto, peculiar à vila de Santo Antônio de Sá, denominado do sêlo, sôbre o vinho e aguardente, à razão de um vintém por medida, pagando-se de uma só vez o valor da pipa, ou seja, 3\$600. Destinava-se o produto do sêlo à construção da câmara e da cadeia. O prazo de sua duração seria, como o do *subsídio voluntário*, de dez anos; porém, espaçado em 1715 por mais alguns anos, acabou por se implantar, definitivamente, no orçamento local, onde persistiu, sem reclamações, por mais de um século. Só então é que foi alvo de protesto, por parte dos negociantes, que o consideraram, a partir de 1820 ou 21, como exceção odiosa, pois afirmavam: «Os suplicantes pagam Direitos na Alfândega do Vinho e Aguardente de fora: pagam no Banco Nacional 10\$000 de Impôsto na Aguardente da terra, e no Consulado 4\$000 em cada pipa, e logo devem pagar 3\$600 por cada pipa de aguardente, que corresponde a 20 réis a medida, vindo portanto a pagar dois impostos em cada um gênero, vendido no mesmo País; o que não acontece nas outras Vilas e Câmaras da Província, que só pagam os Direitos na Alfândega e o Impôsto do Banco e Consulado, e nada à Câmara do lugar: nestes têrmos sendo todos os habitantes desta Província e Império, súditos de Vossa Magestade Imperial, não devem uns ser consumidos com Impostos, e outros livres dêles, especialmente, não se vendo no Distrito de Santo Antônio de Sá applicação daquelle Impôsto tão lucroso e excessivo. A Câmara de Santo Antônio de Sá tem rendimentos suficientes para as despesas públicas, por que tem o contrato do Rendeiro do Ver, que, no ano passado de 1821, foi arrematado por 1:300\$000, anuais; tem o rendimento das Afilacões, que, em alguns anos, se tem arrendado por 400\$000: tem mais o contrato das Cabeças de Gado, e outros que muito bem chegam para as

despesas necessárias, como acontece nas mais câmaras da Província».

Na verdade, nos vinte anos decorridos do mapa do Ouvidor, a renda da câmara havia aumentado bastante. A *renda do ver* atingira a 525\$000, em média: passou a arrecadar 1:300\$000. A média para as *aferições* fôra de 62\$000: elevou-se a 400\$00. E o *sêlo*, que motivou a desavença, fixara-se a média em 740\$000. No entanto, afirmavam os negociantes que, naquele ano, de 1822, se arrematara o contrato por 2:000\$000.

Foram, contudo, um pouco injustos os negociantes com os seus contrerrâneos vereadores, declarando que não havia necessidade da continuação do imposto «e se continuar», acrescentavam, «só poderá servir de interesse a alguns oficiais da Câmara e seus afilhados». Mas confessaram que o objetivo a que se destinara o imposto fôra culminado, com a construção da câmara e cadeia, não existindo, na Província, outra câmara que tivesse «casa de câmara e cadeia, tão nobre e elegante, como a de Santo Antônio de Sá». O *d.ñheiro* fôra aplicado, corretamente, nas obras públicas. Os próprios detratores não puderam deixar de reconhecer que o prédio era de aparência nobre e elegante (24).

Porém não se livraram os zangados negociantes do impôsto sôbre vinho e aguardente. Os deputados fluminenses, em 1835, generalizariam a imposição especial de Santo Antônio de Sá a todos os municípios da Província, aumentando-lhe a taxa de 20 para 40 réis e ampliando-lhe a incidência, com o nome de imposto sôbre os líquidos. Em 1837, orçava-se êste imposto para Santo Antônio de Sá, em 800\$000. Aparentemente, apenas, o impôsto diminuíra. Dividira-se o território de Santo Antônio de Sá em dois municípios. No outro, o mais rico, de Itaboraí, a arrecadação do mesmo imposto fôra orçado em 5:000\$000 (25).

(24) Biblioteca Nacional, documento I-34, 18, 11. Sôbre a incidência do imposto dizia: «... o imposto de um vintem em cada uma medida de aguardente da terra da Europa, e vinho, que a Câmara da dita Vila havia lançando em cima dêstes gêneros...» Êste requerimento já é recurso uma vez que o anterior fôra indeferido, dando-se à municipalidade o direito de continuar a cobrança. Está assinado pelo Procurador José Ferreira e Coelho. Tem uma nota com letra do procurador, que não deciframos, datado de 26 de novembro de 1822. O recurso devia ser de outubro ou setembro, pois tem o seguinte despacho: «Requeiram à Assembléia Geral Constitucional e Legislativa. Em 25 de outubro de 1822».

(25) Lei n.º 23, de 14 de abril de 1835, referendada pelo presidente Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), art. 3.º, r.º 2: «O imposto de quarenta réis em cada canada de líquido espirituoso...» (*Coleção de Leis e Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro, desde 1835*, pág. 70, Niterói, Tipografia Niterói, de M.G. de S. Rêgo, 1839). E lei de 5 de janeiro de 1837, cit., *in avulsos cit.* pág. 36.

Vila de Magé

Segue-se a Vila de Magé, cuja fundação datava de junho de 1789. (26) Eram modestas as suas finanças, porém equilibradas, como podemos verificar dêste quadro:

RECEITA

B)	5)	Aferições	65\$000	76\$800
	6)	Cabeças	36\$400	31\$400
	7)	Rendas do Ver	60\$000	102\$400
C)	12	Cobrança nos açougues pela venda	4\$000	4\$000
	14)	Condenações	45\$300	7\$500
Totais:			210\$700	222\$100

DESPESAS

		1800	1801
	1)	Ordenados	35\$600
	4)	Festas: Ordinárias	\$400
	5)	Obras: Consertos	32\$910
	6)	Esmola de Jerusalém ..	1\$200
	11)	Aos escrivães por de- vassas e diligências ...	17\$514
	12)	Aluguel de casa	46\$080
	17)	Dívidas: Pagas por sen- tença da Relação	—
	18)	Miúdas	6\$560
Totais:			140\$264
			159\$778

Há um aumento considerável nas *Rendas do Ver* e sensível nas *Aferições*. O total da receita, porém, só é superior ao da Vila de São José del-Rei. As despesas, comedidas, enquadram-se na receita, com saldos nos dois exercícios. É digno de nota que, em 1800, apenas se despendeu um cruzado com as festas. No ano seguinte, no entanto, foi a maior despesa. Com o aluguel de casa, para albergar a câmara, se gastava 46\$080. Com as obras públicas, reduzidas a consertos, as despesa, nos dois anos, não foram além

[26) Favilla Nunes, *op. cit.*, pág. 88. dá, para a fundação da cidade, a data de 9 de junho de 1789, e, para a instalação, a de 12 de junho do mesmo ano. Em documento que se encontra na Biblioteca Nacional. II-34-16, 52, uma petição da própria câmara de Magé, se dá, como sendo a da fundação a data da instalação, de 12 de junho de 1789. O engano ou confusão deve ser da própria Câmara.

de 36\$000. Era a única das câmaras da comarca a pagar, religiosamente, 1\$200 de «Esmola de Jerusalém».

Magé havia sido, até a data de sua fundação, parte integrante de Santo Antônio de Sá. Pagara de 1710 a 1789 o imposto do sêlo privativo daquela câmara, para a construção da respectiva casa. Mas, uma vez desligada, formando um organismo autônomo, deixara de pagar o imposto. Ora, com isso não concordavam os vereadores de Magé, ponderando, em petição de 1811, que, se os magêenses puderam pagar o imposto para a construção da casa da câmara de Santo Antônio de Sá, também o poderiam fazer em relação à sua própria câmara. Atribuíam êste fato e mais outros prejuízos no tocante aos limites à «aceleração de sua fundação, principiada e acabada em um só dia, 12 de junho de 1789». Assim solicitavam a permissão para a câmara arrecadar os 20 réis por medida de vinho ou aguardente. A situação financeira piorara com o tempo. A despesa elevava-se em 1811 a 457\$000, enquanto a receita não fôra além de 379\$600. Nos três últimos anos deixara a câmara de pagar o aluguel de sua casa. Além disso tinha obras públicas para fazer com urgência, como a casa da câmara e cadeia e sete pontes que reedificar nas estradas reais (27).

Vila de São José Del-Rei.

RECEITA		1800	1801
B)	5) Aferições	53\$000	60\$200
	6) Cabeças	—	1\$920
	7) Rendas do Ver	80\$500	58\$000
C)	14) Condenações	14\$100	3\$000
Totais:		147\$600	123\$120
DESPESAS		1800	1801
	1) Ordenados	16\$000	16\$000
	4) Festas: Ordinárias	—	\$690
	5) Obras: Consertos	106\$240	33\$440
	8) Salários do Ouvidor: Pe- loiros	12\$070	—
	14) Mobília	3\$200	30\$220
Totais:		137\$510	80\$350

(27) Documento citado em nota anterior.

No tocante às despesas foi a câmara da vila de São José Del-Rei que menos gastou. Com as festas, apenas, 690. Com as obras públicas é que despendeu quantia maior, chegando a quase 140\$000. Comprou também mobília: mesa e cadeiras, talvez, para que os seus vereadores se reunissem em vereação. Seria interessante se pudéssemos averiguar qual a peça de mobiliário que custou, em 1800, 3\$200. Só uma cadeira, das que se importavam de Portugal, poderia ser adquirida com 3\$200. Em 1803, por exemplo, entraram na Alfândega do Rio de Janeiro 224 cadeiras de palinha, no total de 537\$600, o que dá 2\$400 para cada cadeira. A este preço, acrescenta-se o lucro do comerciante, teremos os 3\$200, que a câmara de São José gastou, em 1800, com mobiliário. Este preço, porém, oscilava. Em 1804 foram importadas, de Portugal, 469 cadeiras, num total de 1:407\$000. O preço da cadeira subiu a 3\$000. Com o lucro do revendedor e despesas, o preço para o consumidor só poderia ser de mais de 4\$000 (28).

É a vila de São José Del-Rei a mais humilde de tôdas as câmaras da comarca do Rio de Janeiro. Continuava, mesmo 20 anos depois de sua fundação, pelo Marquês de Lavradio, a ser o que fôra desde o seu início, uma aldeia de índios, espoliada em suas terras. Mas, na sua humildade, manteve-se sem *deficit*, com certa dignidade. Eram os próprios índios, segundo Joaquim Norberto de Souza e Silva, que formavam a câmara da antiga aldeia de São Barnabé, transmutada em vila, «na qual os seus naturais exerciam as altas funções de vereadores de sua câmara de envolta com os seus habitantes» (29). As suas filhas se entrelaçaram, pelo casamento, com os mais importantes povoadores da baixada. O Bispo D. Frei Antônio do Desterro afirmava em 1757: «Eu conheço algumas famílias das mais nobres desta terra, que procedem de índias tiradas das aldeias de S. Barnabé e S. Lourenço, que são aldeias dêste recôncavo, e certissimamente se estas índias não tivessem saído das suas aldeias não teriam hoje netos tão honrados» (30). Isso não só no apogeu da vila, que não durou muito, mas ainda nos tempos da aldeia.

Vila da Ilha Grande

Na carta topográfica do Sargento-Mor Manuel Vieyra Leão, datada de 1767, da Capitania do Rio de Janeiro, não figura vila ou baía com o nome de Ilha Grande. A vila é de Angra dos Reis

(28) *Mapa das Fazendas e Gêneros importados na Alfândega da Cidade do Rio de Janeiro*, dos anos de 1803 e 1804. Biblioteca Nacional, códice citado em nota 1.

(29) *Op. cit.*, pág. 71.

(30) *Inventário dos Documentos*, cit., pág. 141.

e a baía, que não tem nome, termina por um canal denominado Caiçu (31). Noutra carta, de procedência portuguesa, datada de 1823, publicada em França, por Freycinet, em 1824, aparece a baía com o nome Caiçu e a vila, como na anterior, com o de Angra dos Reis. Assim, quando se transformou, em 1835, a vila de Ilha Grande na cidade de Angra dos Reis, havia muito tempo que esta denominação prevalecia, ao menos nas cartas da Capitania (32). O nome oficial, porém, era, como consta de documento de 1778, vila de Angra dos Reis da Ilha Grande (33).

Mas, no mapa do Ouvidor Fragoso, elaborado em 1802, encontra-se, como parte integrante da comarca do Rio de Janeiro, a vila de Ilha Grande apenas, sem os dois primeiros nomes e mais a partícula: Angra dos Reis. Os títulos de receita e despesas, que figuram, são:

RECEITA		1800	1801
A)	1) Foros	13\$800	13\$800
B)	4) Talhos	53\$664	53\$664
	5) Aferições	30\$999	30\$999
	9) Subsídios	416\$664	416\$664
C)	13) Laudêmios	—	25\$120
	14) Condenações	—	14\$500
Totais:		515\$127	554\$747

(31) Na *Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro*, de 1953, se encontra a Baía da Ilha Grande. O espaço compreendido entre esta ilha e Parati, que formava o canal de Caiçu, da carta de Vieyra de Leão, não tem denominação alguma.

(32) A Lei n.º 63, de 28 de março de 1835, referendada pelo Presidente Rodrigues Torres, no seu art. 2.º, elevou à categoria de cidade «a Vila da Ilha Grande, com o nome de cidade de Angra dos Reis». Isso concorda com o mapa do Ouvidor Fragoso, em que se lê, apenas, Ilha Grande. (Coleção de avulsos, «Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional. 1835»).

(33) *Relações parciais apresentadas ao Marquês de Lavradio*, R.I.H.G.B., Vol. LXXVI, 1913, pág. 345. Estas relações concernentes à Capitania do Rio de Janeiro, em 1778, se encontram anexadas ao ofício-relatório, datado de 11-6-1779, com o qual o Marquês de Lavradio entregou o governo do Brasil ao seu sucessor D. Luiz de Vasconcellos e Souza. A publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi tirada, como se vê do final, de documento existente no Arquivo Nacional. Deve ser este documento cópia do original. A publicação do Instituto tem várias falhas e alguns erros. Existe uma cópia da época, muito bem feita, formando um pequeno caderno, no Arquivo Particular de Varnhagen, Arquivo Histórico do Itamarati (Lata 352. Doc. IX). Também está cheio de falhas. O original encontra-se na Biblioteca Nacional. Forma um códice com o título: «Instrução que o

DESPESA	1800	1801
1) Ordenados	68\$000	68\$000
3) Expostos	—	22\$800
4) Festas: Ordinárias	187\$635	258\$290
5) Obras: Calçadas e Pontes	35\$840	—
Consertos	—	9\$920
9) Aposentadorias extraordinárias	—	71\$590
11) Aos escrivães por devassas e diligências	—	14\$600
15) Dos recrutas	39\$360	42\$960
16) Do azeite para as guardas	55\$410	54\$500
18) Miúdas	6\$000	30\$860
Totais:	392\$245	573\$520

No final dos dois exercícios, apura-se um saldo de 104\$109, que bem espelha a situação financeira da câmara, equilibrada, porém modesta. Constitui a receita, quase que exclusivamente, dos *subsídios*, cuja procedência já apontamos na cidade de Cabo Frio. Não sabemos ao certo a incidência, que supomos se assemelhasse à determinada em Vila Rica, quando da implantação do subsídio em 1755 (34).

As despesas de Angra dos Reis da Ilha Grande são excessivas, nas rubricas de ordenados e festas. Era a câmara, com exceção da do Rio de Janeiro, que mais gastava com ordenados. Santo Antônio de Sá, que, neste particular, vinha logo abaixo de Ilha

Ilmo. e Exmo. D. Luís de Vasconcellos e Souza, Vice-Rei e Capitão General do Brasil, recebeu do seu antecessor o Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês de Lavradio». (5-2, 11). É um dos mais importantes documentos sobre a antiga Capitania do Rio de Janeiro, constituída então dos atuais territórios do Estado do Rio de Janeiro e cidade do Rio de Janeiro. No *Inventário dos Documentos*, já citado, há menção de documentos de 1756 e 1757, em que a Vila é oficialmente denominada: Vila da Ilha Grande, não se dizendo uma só vez Angra dos Reis. No entanto, o Sargento-Mor João de Abreu Pereira escrevia, nas *Relações Parciais*: «As Villas, e Arrayaes, e Aldeyas do Distrito da Villa de Angra dos Reys da Ilha Grande, em 15 de Novembro de 1778».

(34) *Inventário dos Documentos*, cit., págs. 53 a 55.

Grande, despendia, com ordenados, 37\$000. A média de sua arrecadação anual, no entanto, era de 1:350\$000 e não pouco mais de 530\$000.

Aquinhoavam-se as festas com verbas quase iguais ao restante das despesas. Em compensação, as obras públicas eram relegadas a plano inteiramente secundário. Em 1801, que se gastara em festas 258\$290, num total de despesas de 573\$520, as obras públicas figuraram, apenas, com consertos, na importância de 9\$920. Há, em Ilha Grande, um título de despesa: *do azeite para as guardas*, que, somente, em Parati, se encontra outro igual. É a única rubrica do mapa do Ouvidor que nos dá a idéa de custeio de iluminação. Era o azeite destinado ao guarda da prisão, para a iluminação das celas dos presos. É esta rubrica, que, evolvida, se transformou nos orçamentos municipais de 1836, em diante, padronizados pela Assembléia Provincial, em *luz e água para presos*. Em Ilha Grande, em 1936, esta verba fôra orçada em 36\$000. Em 1800, o *azeite para as guardas*, murinhento sem dúvida, ia a 55\$410.

Vila de Parati

Outra vila fluminense, localizada ao sul da capitania, que aparece no mapa do Ouvidor Fragoso, é Parati. A receita é a terceira da comarca: Rio de Janeiro, em primeiro; Santo Antônio de Sá, em segundo, e Parati, em terceiro lugar. Espanta-nos, hoje, encontrarmos Parati com uma arrecadação superior a Angra dos Reis, Cabo Frio e Magé. Porém, não só em quantidade era a receita de Parati superior, mas ainda por se desdobrar em alguns impostos, que demonstram a existência de comércio local. As suas contas de despesa e receita são as seguintes:

RECEITA		1800	1801
A)	1) Foros	39\$915	28\$110
B)	5) Aferições	36\$000	36\$400
	6) Cabeças	200\$000	240\$000
	9) Subsídios	394\$200	374\$000
C)	14) Condenações	20\$291	—
Totais:		690\$406	678\$510

DESPESA	1800	1801
1) Ordenados	22\$000	19\$500
3) Expostos	93\$960	31\$000
4) Festas: Ordinárias	105\$300	129\$480
5) Obras: Calçadas e Pontes	372\$152	249\$100
Consertos	17\$040	81\$590
6) Aos escrivães por devassas e diligências ...	4\$430	—
14) Mobília	16\$120	—
15) Dos recrutas	31\$770	6\$160
16) Do azeite para as guardas	36\$480	36\$480
17) Dívidas: Atrasadas e pagas	—	70\$050
Pagas por sentença da Relação	—	71\$975
18) Miúdas	5\$210	9\$550
Totais:	704\$462	707\$885

Constituíam, principalmente, a receita os dois tributos *cabeças* e *subsídios*. Esse último, em Parati, tomara feição típica. Recaía sobre liquidos. Isso o sabemos porque, ao contrário do que aconteceu em Cabo Frio e Ilha Grande, o subsídio em Parati subsistiu à própria padronização das finanças municipais, pela legislação de 1835 a 1837. Arraigou-se ao orçamento de Parati, como um fóssil, da mesma forma por que a *pesca na praia* se manteve em Cabo Frio. Depois de 1835, caíram na craveira de tributos extraordinários. O denominado «subsídios» não chegou a figurar na lei de 1836, porém aí, indiretamente, se lhe autorizou a cobrança, declarando no seu Artigo 17: «As câmaras continuarão a cobrar quaisquer rendas, que estejam em posse de cobrar, ainda que delas se não faça menção nesta lei» (35).

Além dessa autorização, no final do artigo, se abolia o direito «denominado subsídio dos vinhos», na cidade de Campos e na Vila de São João da Barra. Embora não fizessem parte da comarca do Rio de Janeiro, vieram estes dois municípios, mais tarde, a constituir parte da Capitania do Rio de Janeiro (36). No momento

(35) Lei de 6 de maio de 1836, cit., pág. 13.

(36) Pouco antes do Ato Adicional, pelo Decreto de 15 de janeiro de 1832, expedido pela Regência trina, sendo ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná, dividia-se a Província do Rio

da patronização financeira dos municípios, Campos e São João da Barra perdiam o antigo subsídio, dos tempos do Marquês de Pombal, enquanto Parati, não tendo abolido o seu subsídio, nomeadamente, continuou arrecadando-o como imposto consentido. Assim, na receita orçada para o exercício financeiro de 1837-1838, encontramos em Parati o tributo intitulado: «subsídios dos líquidos de mar em fora» (37). Evolvera o tributo de 1755 de tal maneira, em Parati, que se especializara não só no tocante à mercadoria a incidir, mas ainda ao local da cobrança. Por isso explicamos ter sido o último município fluminense a arrecadar, bastante mascarado é verdade, o revelho imposto, ou melhor, direito, que se cobrou no Brasil para reconstrução de Lisboa.

Campos e São João da Barra tê-lo-iam cobrado até o exercício anterior, de 1835-36, com o nome de «subsídio dos vinhos», abolido, somente, a partir de maio de 1836 (38).

de Janeiro em seis comarcas, a saber: Ilha Grande (termos das vilas de Angra dos Reis da Ilha Grande, Parati, Mangaratiba e Itaguaí); Resende (termos das vilas de Resende, Valença, S. João Marcos e Barra Mansa); Cantagalo (termos das vilas de Cantagalo, Nova Friburgo, Paraíba do Sul e Vassouras); Campos (termos das vilas de S. Salvador de Campos, S. João da Barra, S. João de Macaé e cidade de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frío); S. João de Itaboraí (termos das vilas de S. João de Itaboraí, Magé, Santo Antônio de Sá de Macacu, Maricá e Praia Grande), e Rio de Janeiro (termos da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e da vila de Iguaçu). No ano seguinte, por Decreto de 23 de março de 1833, referendado pelo ministro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, desanexava-se a Ilha de Paquetá, a pedido de seus moradores, da vila de Magé, anexando-a à cidade do Rio de Janeiro. Em 1834, pelo Ato Adicional, foi separada a administração da cidade do Rio de Janeiro (Município Neutro) da que, então, se formava, autônoma, de cinco das seis comarcas de 1832 e de um dos termos da sexta comarca, a vila de Iguaçu. Assim, em 1834, no momento de sua autonomia administrativa, se constituía a Província do Rio de Janeiro desligada da cidade do Rio de Janeiro e da Ilha de Paquetá, anexada a esta cidade no ano anterior. (*Coleção das Leis e Decretos do Império do Brasil*, Vol. VIII, págs. 25 a 27 e 43 e 44. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher E Comp., 1833. Este volume divide-se em duas partes com numeração de páginas diferentes. Cito a que se refere a decretos, portarias, etc.). Existem dois decretos de 15 de janeiro, ambos sobre a Província do Rio de Janeiro, um referendado pelo ministro da Justiça e o outro pelo ministro do Império. Embora o do ministro do Império venha publicado depois, na *Coleção* citada, é de se entender como sendo anterior ao outro, pois, nêle, se eleva à categoria de vila a povoação de Itaboraí, enquanto que, no do ministro da Justiça, se fala de Itaboraí como vila e não como povoação.

(37) Lei de 5 de janeiro de 1837, citada, pág. 38.

(38) Lei n.º 18, de 18 de maio de 1838, referendada pelo vice-presidente Manuel José de Oliveira. *Coleção de avulsos*; «Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional, 1828». A decadência de Parati era atribuída, pelo ministro Vergueiro, ao péssimo estado, a que ficara reduzida a sua estrada. No re-

Voltando aos anos de 1800 e 1801, temos que apontar no mapa do Ouvidor um pequeno *deficit*, nos dois balanços, de 43\$431. Porém êste saldo negativo não depõe contra as finanças de Parati. As dívidas pagas em 1801, referentes a outros exercícios, montaram a 142\$025. Sem o pagamento dêsses encargos, seria um saldo razoável, que se teria verificado. Há, ainda, a manutenção dos expostos, com a despesa de cêrca de 130\$000 nos dois aões, e a compra de mobília. Figuram as infalíveis festas, dignamente, não exageradamente, como em outras câmaras. Mas, no que mais sobressai a parte referente às despesas, é o fato da câmara de Parati gastar mais da metade de suas rendas com obras públicas, num total de mais de 720\$000.

latório do Ministério do Império, apresentado na sessão de 8 de maio de 1833, dizia êle : «A Vila de Parati tem decaído muito do seu comércio, por se haver tornado cada vez menos transitável a sua estrada da Serra, que horroriza a todos os viandantes. Há mais de vinte anos se dispõe o melhoramento dela e apenas há poucos meses se concluíram os exames necessários, a planta e orçamento, que monta a 42:000\$000». (*Coleção das Leis e Decretos*, citada em nota 36, págs. 48 e 49). Por lei de 26 de agosto de 1828, o governo geral especificara as fontes de receita destinadas à construção da estrada de Parati, que vinham a ser as seguintes : 200\$000 anuais, oferecidos pela Câmara da Vila; o imposto de 80 réis por alqueire de sal, vendido em Parati, e outros 80 réis por pessoa ou animal que transitasse pela estrada. Dêstes 80 réis, 40 eram oferecidos pelos próprios tropeiros. (*Coleção das Leis do Império do Brasil, desde a Independência*. 1826 a 1829. Vol. II, pág. 234 (Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1830). Vergueiro, no passo transcrito, fala de vinte anos, nos quais se pretendia o melhoramento da estrada. Assim é possível que a decadência ocorresse pouco antes dêsses vinte anos, ou seja, de 1810 a 1813. Em 1808, em dois alvarás do Príncipe Regente, ambos de 27 de junho, se encontram mencionadas quatro vilas do mapa do Ouvidor, como florescentes, dignas de possuírem um Juiz Letrado, que eram Angra dos Reis, na Ilha Grande, Parati, Santo Antônio de Sá e Magé. No alvará, referente às duas primeiras se dizia : «e havendo-me informado D. Fernando José de Portugal, sendo Vice-Rei dêste Estado, que as vilas de Angra dos Reis na Ilha Grande e de Parati estavam nestas circunstâncias, por haver nelas assaz prosperado a agricultura e o comércio». Criou-se, então, um Juiz de Fora do Civil, Crime e Orfãos, «com ordenado, propina e emolumentos que vence o Juiz de Fora da Cidade de Mariana»; devendo residir em Angra dos Reis. Perfeitamente igual era o alvará destinado às vilas de Santo Antônio de Sá e Magé, modificando-se, apenas, no que dizia respeito às qualidades das duas vilas, pois os termos eram mais elogiosos : «pelo aumento de sua povoação e agricultura, extensão e fertilidade de seu território». O Juiz foi criado nas mesmas bases, podendo, no entanto, residir na vila que escolhesse. (José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araujo, *Legislação*, cit., pág. 32). No orçamento de 1837-38, de Parati, os subsídios estavam orçados em 250\$000, menos, portanto, do que se arrecadara nos anos de 1800 e 1801. Orçavam-se, porém, as aferições, em 1837-38 em 400\$000, quando em 1800 e 1801 se arrecadara a quantia de 26\$000. A despesa, em 37-38, era bem maior, figurando, entre outras, a calçada da rua da Ferraria e a colocação de três lampiões. (Lei de 5 de janeiro de 1837 cit., pág. 33).

Vila de Resende

Aparece a vila de Resende, apenas, em 1801, e isso mesmo o que se lhe atribui como receita e despesa só pode referir-se ao último mês do ano, pois a sua câmara se instalou em dezembro de 1801. Na receita se encontram os seguintes títulos :

B)	4)	Talhos	2\$400
	5)	Aferições	20\$000
C)	13)	Laudêmios	2\$880
Total			25\$280

Limita-se a despesa a uma única parcela : *Obras, Calçadas e Pontes*, 22\$620. De tão reduzidos elementos não se pode concluir coisa alguma no que respeita às finanças locais. No entanto, para a história do município de Resende, são interessantíssimas as cifras constantes do mapa do Ouvidor Fragoso, porque representam a primeira receita e a primeira despesa, realizadas pelo atual município, depois de sua elevação à vila, ou seja, por conta própria.

A COMARCA DO RIO DE JANEIRO

Depois de analisar uma a uma as sete câmaras, que formavam a comarca do Rio de Janeiro, com suas rendas e despesas locais, vamos à síntese e apresentar os totais, tanto de 1800 quanto de 1801.

RECEITA	1800	1801
Cidade do Rio de Janeiro	9:439\$619	15:119\$170
Cidade de Cabo Frio	446\$578	449\$205
Vila de Santo Antônio de Sá	1:424\$950	1:360\$000
Vila de Magé	210\$700	222\$100
Vila de São José del-Rei ..	147\$600	123\$120
Vila da Ilha Grande	515\$127	554\$747
Vila de Parati	690\$406	678\$510
Vila de Resende	— 3:435\$361	25\$280 3:412\$962
Totais	12:874\$980	18:532\$132

A receita da cidade do Rio de Janeiro era a principal da comarca. Corre, assim, por conta de sua arrecadação, unicamente, o aumento que se verifica em 1801, quando há pequeno decréscimo

da receita das câmaras localizadas em território do atual Estado do Rio de Janeiro. É que estas se encontravam em zonas nitidamente rurais, e, sobre isso, já não eram as povoações mais populosas e ricas dessas mesmas zonas. Outras localidades surgiam, que, em menos de trinta anos, se elevariam à categoria de vilas, com outras possibilidades econômicas. Isso já se pode divisar nas interessantes estatísticas, anexadas pelo Marquês de Lavradio ao minucioso relatório, com que transmitiu o cargo de vice-rei a D. Luiz de Vasconcelos e Sousa.

A cidade do Rio de Janeiro representa, não só a cabeça da Capitania, mas ainda o centro principal das relações comerciais das Capitanias do Sul e de Minas Gerais com a Europa. Foi, justamente, neste final do século XVIII e começo do XIX, que se estenderam as povoações pelo território fluminense, conhecido por «Sertão do Cantagalo», onde, ainda na carta de Vieyra Leão, figurava como habitado pelos índios brabos (39).

Dilatava-se cada vez mais o comércio do Rio de Janeiro com o exterior. Com a África era o intercâmbio comercial feito, diretamente. Porém, com a Europa e Ásia, realizara-se, até bem pouco tempo, por intermédio de Lisboa e Pôrto, principalmente. Pouco antes de 1800, obteve a Inglaterra autorização para que seus navios introduzissem, diretamente, mercadorias inglesas no Rio de Janeiro. Esta autorização foi muito combatida pelo contador geral do Real Erário, Maurício José Teixeira de Moraes, que, por vêzes, emitiu parecer em defesa das manufaturas portuguesas. Em um dêles, constante da balança do comércio de 1800, dizia o ilustre e honesto funcionário fiscal português, responsável, em parte, pelos resultados financeiros da balança: «A importação da América (Brasil) êste ano é igual a do ano de 1799, porém a nossa exportação diminuiu de 16 milhões (de cruzados). Esta diferença procedeu da introdução das Fazendas Inglesas no Rio de Janeiro em navios da mesma Nação, e que fizeram estagnar as nossas manufaturas como se pode ver na Demonstração final da Balança de 1799, em que o Artigo: Produções das Fábricas Exportadas, foi de 14 milhões e neste ano de 9 milhões e meio» (40).

Durante vários anos se opôs, em vão, Teixeira de Moraes à intromissão inglesa, diretamente, no mercado do Rio de Janeiro,

(39) *Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, Feita por ordem do Côde de Cunha Capitão General e Vice Rey do Estado do Brazil, Por Manuel Vieyra Leão Sargento-mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro em o anno de 1767.* Exemplares na B'lioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

(40) Códice existente na Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos.

por trazer sérios prejuízos às fábricas privilegiadas do Reino, que tinham no Brasil o seu principal freguês. Esses pareceres, porém, ainda que não alcançassem o seu objetivo, mostram-nos que, dez anos antes da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, as mercadorias inglesas eram trazidas, por navios ingleses, para o Rio de Janeiro.

Dos trabalhos pacientes e interessantíssimos de Teixeira de Moraes, verificamos que as exportações efetuadas pela Alfândega do Rio de Janeiro pesavam consideravelmente na balança internacional de Portugal. A renda arrecadada na mesma repartição fiscal, como se vê de outros documentos, montava a algumas centenas de contos de réis.

Deixemos, porém, a Alfândega do Rio de Janeiro e os trabalhos de Teixeira de Moraes para depois e vamos determinar o total da despesa realizada, nos anos de 1800 e 1801, na comarca:

DESPESA	1800	1801
Cidade do Rio de Janeiro	10:851\$962	17:321\$315
Cidade de Cabo Frio	310\$595	1:097\$935
Vila de Santo Antônio de Sá	1:055\$181	772\$665
Vila de Magé	140\$264	159\$778
Vila de São José del-Rei ..	137\$510	80\$350
Vila da Ilha Grande	392\$245	573\$520
Vila de Parati	704\$462	707\$885
Vila de Resenda	—	22\$620
Totais	13:592\$219	20:736\$068

O resultado dos dois exercícios foi o seguinte :

1800 — Despesa	13:592\$219	
Receita	12:874\$980	717\$239
1801 — Despesa	20:736\$068	
Receita	18:532\$132	2:203\$936
Total do deficit		2:921\$175

Este resultado deficitário, nos dois balanços, corre por conta, unicamente da cidade do Rio de Janeiro. As câmaras, pertencentes

hoje ao Estado do Rio de Janeiro, chegaram, ao final, com um saldo de 693\$313, que se vê da seguinte demonstração :

1800 —	Receita	3:435\$361	
	Despesa	2:740\$257	695\$104
1801 —	Despesa	3:414\$753	
	Receita	3:412\$962	1\$791
	Total do saldo		693\$313

Passamos e repassamos as contas de receita e despesa da comarca do Rio de Janeiro, como nos apresentam os balanços de 1800 e 1801, do mapa do Ouvidor José Albano Fragoso. Apenas, não apresentamos, por não nos interessar, o total de cada um dos títulos. Mas as parcelas estão discriminadas uma a uma, nos vários quadros estampados neste trabalho, possibilitando a quem se interessar pelo resultado, grupá-los e obter, por exemplo, o total dos gastos com as *festas* ou o total da arrecadação do *talho*.

OS IMPOSTOS

Mais interessante se nos afigura a indagação de certos títulos, principalmente da receita, dos quais as respectivas denominações já não sugerem coisa alguma. Não será necessário, nesta indagação, de o exame alongar-se por todos os títulos da receita. Muitos são perfeitamente compreensíveis ainda hoje, bastando, num caso de dúvida, o recurso do dicionário para se saber o que significam os seguintes títulos : *Foros, Juros, Rendas de casa, Laudêmios, Condenações, Restituições e Custas*. Todos êstes vocábulos continuam com o mesmo valor, isto é, significam o mesmo que significavam em 1800 e 1801.

Já não acontece o mesmo com os títulos de receita, que se englobam no mapa do Ouvidor, com a denominação de «Receita certa na qualidade e incerta na quantidade» (41). Êsses títulos, embora formados de palavras ainda em uso, têm o sentido específico de tributos, às vêzes, especializadíssimos, já no tocante ao ato sobre o qual recaem, já no que diz respeito à pessoa capaz de os arrecadar. São, na maior parte, reveltos impostos, que, há mais de um século, desapareceram, ou, então, evoluíram em determinados sentidos com nomes diferentes, ou, ainda, caducaram com o tempo. Tentaremos, neste final esclarecer a natureza de alguns.

(41) Vide discriminação da receita no começo dêste trabalho.

dêles, num simples ensaio, passível de correções, pois a história do nosso direito tributário ainda está por contar.

SUBSÍDIOS

Ao tratar da receita de Cabo Frio e Parati, apontamos um desses tributos desaparecidos, mas que ainda se inclui no mapa do Ouvidor, com o título de *subsídios*. Subsídio era o nome genérico que servia para indicar o tributo criado e arrecadado pela câmara, por indicação do governo colonial, mas destinado a despesas, que, normalmente, deveriam correr por conta do Real Erário. Assim foi, na Bahia, para a manutenção da infantaria, assim, foi no Rio de Janeiro, para a construção das fortificações do presídio.

Com o terremoto de Lisboa, em 1755, o subsídio passou a designar o auxílio solicitado pela Coroa, para a reedificação da capital do reino. Em algumas câmaras do Brasil foi suspensa a cobrança do tributo, por alguns anos; reiniciada, porém, para a reconstrução do Palácio da Ajuda. Em outras, continuou o subsídio, sem discontinuidade da cobrança, mas, incorporando-se ao total da receita, gasto com as despesas ordinárias da própria Câmara.

Em Cabo Frio e Angra dos Reis persistiu o *subsídio*, como imposto local, no mínimo, enquanto existiu a Comarca do Rio de Janeiro, nos moldes de 1800 e 1801. Em Campos e São João da Barra, com a designação de «subsídio dos vinhos», perdurou o tributo até 1836, quando foi abolido. Somente em Parati vamos o encontrar, depois de 1836, com o nome de «subsídios dos líquidos de mar em fora» (42).

SELOS

Já nos referimos também a este imposto privativo de Santo Antônio de Sá. Não repetiremos o que ficou dito sobre a sua

(42) Não confundir os subsídios cobrados pelas câmaras com o subsídio literário, que segundo Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, «começou em Minas no governo de Antônio Francisco Furtado de Mendonça, por ordem do Real Erário de 17 de outubro de 1778». Incidia este tributo, segundo o mesmo autor, sobre «as águas ardentes de cana de que se pagam nos engenhos 80 réis por barril, e nos gados, que vão para os açougues, a 225 réis por cabeça». (*Op. cit.*, § 25). Por contrato de 7 de janeiro de 1809, o negociante Manuel Pinheiro Guimarães, morador na Rua Direita, se encarregou, de 1809 a 1811, da cobrança do subsídio literário, na Capitania do Rio de Janeiro. O preço da arrematação foi de 120:200\$000. Recaía ainda o subsídio sobre a aguardente e a cachaça, de acordo com o rol apresentado pelos senhores de engenho, e sobre a carne. (José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo, *Legislação*, cit., pág. 133). Acabou o subsídio literário por figurar na receita da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

natureza, o seu destino e a briga, que suscitou, entre negociantes e vereadores.

Aqui, apenas, o mencionamos, porque não só os *subsídios*, mas ainda os *selos*, deram origem ao imposto de quarenta réis em cada canada de liquido espirituoso vendida, por miúdo, em armazéns, botequins e tabernas, criado pela Lei nº 23, de 14 de abril de 1835, e daí incluído entre as «rendas gerais consignadas a todos municípios da Província». Êste imposto vem repetido nas leis de 6 de maio de 1836, orçamento dos municípios, e de 3 de janeiro de 1837, a primeira em que se normalizam as finanças municipais, fora do orçamento respectivo, formando um verdadeiro código tributário municipal (43).

Evolucionaram ainda mais êstes dois tributos, *subsídios* e *selos*, na sua nova forma, fixada em 1835 e mantida ainda em 1837. No ano seguinte, a Lei nº 18, de 18 de maio de 1838 reuniu, formando um só imposto, os que figuravam na lei de 3 de janeiro de 1837, incidindo sobre líquidos espirituosos e alimentares (40 e 20 réis, respectivamente) e sobre o ato de abrir e manter aberta casa comercial, de qualquer natureza. A junção dos três impostos resultou na instituição de um novo que se chamou «imposto sobre Patentes ou Alvarás de licença anual para abrir ou continuar a ter aberta casa de negócio, ou de outro qualquer mister». Esta desmesurada denominação seria hoje traduzida por «Imposto de Indústrias e Profissões». E, na realidade, foi o primeiro imposto, instituído pela Assembléia Provincial, a incidir sobre o comércio e a indústria, não sobre o consumo e a venda de determinado gênero, mas sobre a natureza do estabelecimento (44).

Quando nos referirmos ao tributo denominado «Rendas do Ver», que não conseguiu transpor a fase de transição da capitania para província, voltaremos aos subsídios, aos selos e à forma final, por que desapareceram, em 1838, muito semelhante ao vetusto e curioso impôsto.

TALHOS E CABEÇAS

O direito do *talho* ou *talhos*, simplesmente, como se lê no mapa do Ouvidor, foi, talvez, o mais antigo impôsto que as câmaras das cidades e vilas brasileiras receberam de Portugal. Segundo Viterbo, no *Livro dos Forais Velhos*, já se mandava cobrar dos peixes do mar o *talio*, equivalente a um *moio de pam* de 32 alqueires. «Era pois», acrescenta Viterbo, «o talho dos

(43) Estas leis já foram citadas, *in* avulsos.

(44) Lei n.º 18. de 1838, também citada.

peixes o mesmo que hoje o talho das carnes, isto é, o cepo, ou banco, ou barraca, onde o peixe se vendia, ou fôsse inteiro, ou em posta» (45).

De Portugal passou o *talho* para o Brasil, já na sua forma de uma espécie de taxa a incidir sobre a carne, como no tempo de Viterbo. Porém não fôra o único tributo no gênero. Outras imposições, com características semelhantes, também recaíram sobre o gado abatido.

Existira o direito de *açougagem* que, de início, se cobrava de todas as compras e vendas de mercadorias, indistintamente (46). Acabou, no entanto, como tributo muito especializado, porquanto passou a incidir somente sobre as rêses abatidas em talhos mantidos pelas pessoas, às quais coubesse o direito. Em um foral de D. Manuel, de 1510, citado por Viterbo, se inclui esta cláusula, que define o tributo: «O qual direito se pagará daquelas rêses, que se matassem ao talho, e doutras não; contanto que os açougues, em que as ditas carnes se cortarem, sejam feitos e reparados por nós, ou por aquelas pessoas, que os ditos direitos tiverem» (47).

Ainda outro direito, de *Brancagem*, se confundia em determinados lugares de Portugal, com o de *açougagem*. No mencionado foral de 1510 se declarava o seguinte: «se paga o direito de *Brancagem*, que se chamava antigamente de *Açougagem*; e isso só na Vila e não no Têrmo. E por ela se pagará de cada boi, ou vaca um real do porco 4 ceitis; do carneiro, ou ovelha 3 ceitis; do bode, ou cabra 2 ceitis; e do cordeiro, ou cabrito um ceitil. O qual direito se pagará daquelas rêses, que se matarem ao talho, e de outra não» (48). Porém, em outro foral, de 1512, estão os dois tributos claramente diferenciados: o de *brancagem*, recaindo no pão exclusivamente, enquanto o de *açougagem*, na carne, peixe, frutas e panelas (49).

Três impostos, no mínimo, incidiram sobre rêses abatidas, o do *talho*, o de *açougagem* e o de *brancagem*. Dois especificavam

(45) Viterbo, *op. cit.*, Tomo II, cit., pág. 339.

(46) Viterbo, *op. cit.*, Tomo I, págs. 50 e 51 (Lisboa — MDCCXCVIII — Officina de Simão Thaddeo Ferreira). Frei João de Souza, *Vestígio da Língua Árábica em Portugal*, pág. 9, palavra *açougue* (Lisboa, 1830).

(47) Viterbo, *op. cit.*, pág. 51, Tomo I.

(48) *Ibidem*, pág. 205. Há um erro, fácil de se ver, na transcrição de Viterbo, erro êste de impressão. Corsta o seguinte: «que sem atarem ao talho», quando deve ser: «que se matarem ao talho».

(49) Viterbo, *op. cit.*, Tomo I, pág. 50. Vide também Antônio Caetano de Amaral. *Memórias — Memória V. Para a História da Legislação e Costumes de Portugal*, págs. 164 a 168, notas (Livraria Civilização, editora, Pêrto, 1945).

a natureza do talho, mantido por quem tivesse o direito, e um, apenas, indicava o lugar da cobrança, que era na vila e não no termo. Todos, primitivamente se caracterizaram pela sua maior ou menor generalidade : no *talho* se incluíam as vendas de peixe; na *brancagem*, as vendas de pão e carne, conforme o lugar, e na *açougagem*, tôdas as mercadorias, indistintamente.

No Brasil, como em Portugal, o *talho* foi imposição típica da alçada das cidades e vilas, não obstante, por vêzes, o governo geral tributar a venda ou a matança de gado, como ocorreu ainda na regência de D. João VI (50).

Das Atas da Câmara da cidade do Salvador constam inúmeros passos referentes ao direito do talho e as suas conseqüências, como o concôrto dos açougues : «assi os dos marchantes como o dos talhos onde se corta a carne de porco». Um tal Manuel Pires, vendeiro e cortador de carne, por se utilizar de pesos falsos, foi prêso, tendo-se-lhe tirado o talho e cassado a licença. De outro termo de resolução, datado de 11 de abril de 1656, se verifica uma das características apontadas, ou seja, aquela de ser a câmara obrigada a fornecer o talho, o açougue e a balança: «esta Câmara sendo sempre obrigada a dar aos ditos criadores currais, açougues, consêrto dos talhos, balanças, com obrigação que os ditos moradores serão obrigados a dar a esta Câmara um tostão por cabeça de gado, que cortarem no dito curral...» (51)

Era, pois, o direito que percebiam as câmaras do gado abatido uma verdadeira taxa, com os seus principais característicos: de se tratar de uma contraprestação paga em troca de um serviço privativo das mesmas câmaras. E assim é que vamos encontrar o *talho*, ainda em 1835, na Província do Rio de Janeiro.

No mapa do Ouvidor Frágoso, de 1800 e 1801, também se mencionam três tributos sôbre a rês abatida ou sôbre o gado em pé: *Talhos, Cabeças e Cobranças nos Açougues pela venda*. O direito do talho cobrava-se no Rio de Janeiro, Ilha Grande e Resende. A *cobrança nos açougues pela venda* encontra-se em

(50) Pelo alvará de 3 de junho de 1809, cobrou-se o tributo de 5 réis de cada arratêl de carne verde de vaca, cortada em açougue e talhos públicos, para a Real Fazenda; pelo alvará de 22 de janeiro de 1810, destinou-se ao cofre de Saúde outro tributo de 200 réis por cabeça de gado *vacum*, «que se matar e cortar nos açougues». Este segundo tributo, pelo alvará de 28 de julho de 1810 foi extinto, justamente, porque: «Sendo inconveniente onerar com impostos novos a carne de vaca, um dos alimentos de primeira necessidade, e recaindo nos que a consomem por miúdo a taxa, aumentando-se por arratêis o preço, e podendo além da carestia resultar falta de gados para o consumo desta Capital, que se vai tornando cada vez mais populosa». (José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araujo, *Legislação*, cit., Tomo I, págs. 175, 226 e 287).

(51) *Atas da Câmara*, cit., Vol. 2.º, pág. 310, e Vol. 3.º, pág. 315.

Cabo Frio e Magé. São, possivelmente, duas designações de um mesmo tributo, que incidia sôbre a venda de carne verde, nos açougues, talhos ou cepos. Já a imposição denominada *cabeças* devia ser coisa um pouco diferente, ainda que o resultado fôsse o mesmo. Taxava-se o gado, abatido ou em pé, mas liberando-se as câmaras do onus da manutenção do talho. Inclui-se êste imposto na receita do Rio de Janeiro, Magé e Parati. Temos, por conseguinte, em duas câmaras a dupla tributação : *talhos e cabeças, no Rio de Janeiro, e cabeças e cobranças nos açougues pela venda em Magé*. Em compensação, Santo Antônio de Sá e São José del-Rei, as duas vilas localizadas no antigo Têrço do Recôncavo, dos tempos do Marquês do Lavradio, não tributaram o gado de maneira alguma.

Assim, dos três impostos sôbre o gado, que figuram no mapa do Ouvidor, concluímos que dois são idênticos, *talhos e cobranças nos açougues pela venda*, ou com diferenças insignificantes; enquanto o terceiro, *cabeças*, se acha bastante diferenciado, a ponto de se cobrar, em duas câmaras, concomitantemente, com os outros dois, sem que houvesse a indispensável reclamação.

É bem provável, que o denominado *cabeças*, seja uma derivação atenuada do *talho*, ou melhor, o *talho* sem a sua característica de uma contraprestação. Isso aconteceu em Vila Rica, onde, de início, os oficiais da câmara permitiram fôsse livre o corte de gado, pelos negociantes e criadores. Mas, para não perder a vila o direito ao talho, comutaram-no em verdadeiro imposto, cobrando a quarta parte de uma oitava de ouro por cabeça de gado que se cortasse na vila ou em seu têrmo. Esta resolução foi tomada em janeiro de 1712. Dois anos depois, pretenderam os novos vereadores substituir o imposto de *cabeças* pelo direito do *talho*, dando como motivo, para a modificação, de ser êsse o estilo geral, à vista da regalia concedida por Sua Majestade a tôdas as câmaras de seu reino. Porém não tiveram os vereadores força para a substituição pretendida. Pôsto em arrematação o talho, insurgiram-se imediatamente os negociantes e criadores, conseguindo a interferência, no caso, não só do governador Brás Baltazar da Silveira, mas ainda do ouvidor da comarca desembargador Manuel da Costa Amorim, que, em cartas, determinaram a reposição do sistema anterior. Assim o fizeram os vereadores, tornando nula a arrematação, e, mais uma vez, declarando livre a matança do gado, desde que se lhe pagasse a taxa estabelecida (52).

(52) *Atas da Câmara Municipal de Villa Rica* (Anais da Biblioteca Nacional, Vol. XLIX, 1927. Rio de Janeiro, 1936), págs. 221, 227, 302, 315 e 316.

Assim a imposição cobrada em Vila Rica diferia essencialmente do *talho*. Ao abrir mão do que chamou de regalia, a câmara liberou a matança do gado, transformando, com isso, a natureza do tributo, que de taxa se constituiu num verdadeiro imposto.

Na Província do Rio de Janeiro, foram os três tributos do mapa do Ouvidor, conglobados em um só, quando, pelo Ato Adicional, passou a ser da competência das Assembléias Legislativas a feitura dos orçamentos municipais. Uma das primeiras leis fluminenses, n.º 23, de 14 de abril de 1835, tratou de reunir os impostos municipais, numa verdadeira codificação, onde se classificou a renda dos municípios em geral e especial. Esta classificação apareceu no final do orçamento municipal, que constituía a primeira parte da mencionada lei n.º 23 (53).

No ano seguinte, de 1836, foi repetida, pela mesma forma, a classificação. Porém, em 1837, desligou-se do orçamento esta parte final, normativa, que veio formar, em lei à parte, de 3 de janeiro, um verdadeiro Código Tributário. Houve sem dúvida, com esta inovação, um considerável avanço no tocante à técnica de legislação fiscal, principalmente se considerarmos que o governo geral ainda normalizava impostos no final dos seus orçamentos. Ainda mais avulta a obra dos legisladores fluminenses, o fato de terem feito seguir ao Código Tributário outra lei, referendada a 4 de janeiro, que se estabelecia um Código de Contabilidade Municipal. Com esta lei se regulava a maneira de administrar as rendas, de escriturar as contas de receita e despesa, de proceder ao tombamento dos bens, e, finalmente, de prestar contas à Assembléia Legislativa Provincial. A não apresentação das contas, no prazo estipulado, importava na multa de 200\$000, a ser paga pelos vereadores e secretário da câmara faltosa (54).

Nas leis fluminenses de 1835 a 1837, os três tributos primitivos sobre gado fundiram-se num só. A de 14 de abril de 1835, no seu art. 3.º, item 4.º, deu-lhe, acertadamente, o seu antigo nome: *direito de talho*, que se cobrava à razão de \$500 por cabeça de gado abatido, «sendo as câmaras obrigadas a manter matadouros». Era, tipicamente, uma renda de natureza local, a ser arrecadada por todos os municípios, e uma taxa, visto que as câmaras continuavam com a obrigação de manter os matadouros.

(53) Lei citada em nota 25.

(54) Lei de 6 de maio de 1836 citada, Capítulos III a V, e leis de 3 e 4 de janeiro de 1837 BR e RS, respectivamente. Todas referendadas pelo presidente Paulino de Souza. (In avulsos citados, de 1836 e 1837, Tipografia Nacional).

Em 1836 se manteve, na lei de 6 de maio, a situação do ano anterior; pois o art. 6º, item 4º, desta mesma lei estatuiu : «O direito de talho, que fica taxado em 500 réis por cabeça de todo o gado *vaccum*, *ovelhum* e *cerdum*, que se matar para o consumo dentro dos Municípios; sendo obrigadas as Câmaras a prestar matadouro coberto, com balança, cepo e machadinha para os marchantes matarem e talharem o gado» (55).

Continuou, portanto, até 1836, na Província, a existir o talho, com as suas características principais : de imposição municipal e de contraprestação de um serviço, obrigatoriamente prestado pelas câmaras.

Porém, ainda em fins de 1836, a idéia contrária devera de prevalecer, pois a lei que modificou o tributo está datada de 3 de janeiro de 1837 e à qual já nos reportamos acima. O liberalismo individualista, que prevalecia então, intrometera-se, como era natural, em todos os recantos da vida brasileira, insinuando-se, aliás desde o fim do século XVIII nas relações de comerciantes e poder público, a fim de libertar, o máximo possível, os primeiros da dependência do segundo. Já podiam ter os marchantes os seus açougues, os seus talhos, as suas machadinhas e os seus cepos, livremente, fora da tutela e da fiscalização das câmaras, não só na parte fiscal, mas ainda na referente à qualidade da carne vendida. Por outro lado, as câmaras, que se iniciavam, por assim dizer, em nova experiência financeira, ao menos na Província do Rio de Janeiro, com o Ato Adicional, teriam solicitado o novo regime, no qual ficavam dispensadas da construção e manutenção dos matadouros. Assim, na citada lei de 1837, se modificou o conceito do *direito do talho*, estabelecendo : «O imposto de quinhentos réis por cabeça de gado *vaccum*, *ovelhum* e *cerdum*, que se cortar para consumo dentro do Município» (56).

Substituiu-se, com isso, a velha denominação de «direito de talho» pela nova de «imposto de quinhentos réis por cabeça». Também se modificou o conceito do tributo, apenas com o retirar das câmaras a obrigação de prestarem aos marchantes os matadouros cobertos, originariamente um serviço privativo do poder público local. Já não havia razão, portanto, da contraprestação por parte dos marchantes, que passaram a cortar e talhar livremente o gado, como quiseram; enquanto as câmaras se satisfizeram com a cobrança do imposto sobre o gado consumido dentro do município, à razão de quinhentos réis por cabeça.

(55) Leis de 14 de abril de 1835 e de 6 de maio de 1836, já citadas.

(56) Art. 1º, item 4º, Lei de 3 de janeiro de 1837, citada.

Parece-nos, no entanto, que esta transformação do tributo na Província do Rio de Janeiro foi reflexo do que ocorreu na classificação das rendas do Município Neutro, depois da execução do Ato Adicional. A lei orçamentária do Império, de 31 de outubro de 1835, no seu art. 11, ao discriminar as rendas da cidade do Rio de Janeiro, incluiu o «imposto sôbre gado de consumo», sem outra qualquer determinação (57).

AFERIÇÕES

O direito de *aferições*, como o de *talho*, resumia-se no pagamento de uma contribuição às câmaras, por um serviço prestado. Neste caso, era, unicamente, a coletividade local beneficiada com o serviço, que consistia na fiscalização dos pesos e medidas utilizadas pelo comércio. Como os demais tributos, fôra sempre objeto de arrendamento, por parte dos contratadores. Primitivamente não se dizia «aferição», mas, sim, «afilação», do verbo afilar, com o significado de aferir, afinar (58). É com êste nome que se encontra nas *Atas da Câmara da Cidade do Salvador*. Em um de seus termos, lê-se o seguinte: «a qual afilação andou em pregão com as mais rendas dêste Conselho pelas praças e lugares públicos desta Cidade» (59).

No mapa do Ouvidor Fragoso é o único tributo arrecadado por tôdas as câmaras da comarca, sem exceção. Até a vila de Resende, ao iniciar a sua vida autônoma, arrecadou a quantia

(57) José Maurício Fernandes Pereira de Barros, *Apontamentos de Direito Financeiro Brasileiro*, pág. 22 (Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1855), e Visconde do Uruguai, *Estudos Práticos sôbre a Administração das Províncias no Brasil*, Tomo I, pág. 241 (Rio de Janeiro, B.L. Garnier, Livreiro Editor, 1865). No *Diário do Rio de Janeiro*, de 3 de janeiro de 1822, vem publicado um edital do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, anulando outro, anterior, que pusera em arrematação o serviço dos matadouros. Êste serviço, que se constituía dos matadouros de Santa Luzia e do Campo de Santa Ana, foi entregue a um encarregado, que, dizia o edital, «cobrará dos donos dos bois 320 réis por cada uma cabeça que matar». Era, tipicamente, o antigo talho, isto é, uma contraprestação por serviço executado, perfeitamente igual ao que se fazia na Bahia em 1656. No Rio de Janeiro, o sujeito passivo da obrigação tributária era o dono dos bois e na Bahia «os moradores... que cortarem no dito curral».

(58) Augusto Magne, *Dicionário da Língua Portuguesa — Especialmente dos Períodos Medieval e Clássico*, I, pág. 507 (Rio de Janeiro, 1950).

(59) *Atas da Câmara*, cit. Vol. 2.º, pág. 158 (7-2-1643). Em Vila Rica, ao contrário, prevalecia a forma *aferição*, para o tributo, e *aferir* e *aferidor*. (*Atas da Câmara Municipal de Vila Rica*, cit., págs. 315 e 316). No mapa do Ouvidor, da Comarca do Rio de Janeiro, está *aferições*. Na Província do Rio de Janeiro, de 1835 a 1837, nas Leis citadas, se encontra, sempre, *afilação*. Porém, na Lei n.º 18, de 1838 citada consta *aferição*.

de 20\$000, pela aferição dos pesos e medidas de seus comerciantes.

Continuou, depois do Ato Adicional, a pertencer à Receita municipal. Classificada, desde 1835, como renda geral, de todos municípios, assim permaneceu com pequenas modificações. A lei nº 23, de 1835, que fixou, pela primeira vez na Província, os orçamentos municipais, incluiu, logo no item 1º do seu art. 3º: «o produto da afilação anual de tôdas as medidas de qualquer natureza que sejam, tanto de gêneros secos, como molhados». Na lei de 6 de maio de 1836, também citada, se repetiu dispositivo idêntico. Porém, no ano de 1837, na lei que comparamos a um verdadeiro Código Tributário, não só se aumentou a taxa, mas ainda se mudou o nome de «produto de afilação» para o de «direito de afilação», o correto aliás, além de se tornar mais minuciosa a disposição legal. Em 1838, repetindo-se em parte as normas de 1837, aumentou-se a taxa e amplificou-se o texto, prevendo-se multas para os contraventores do «direito de aferição» (60).

RENDA DO VER

Não foi dos mais antigos tributos locais a *renda do ver*. Possivelmente tenha aparecido no último quartel do século XVII. Não existia na cidade do Salvador até 1659. Ao menos não encontramos uma só referência nas *Atas da Câmara*, até aquêlê ano, já publicadas (61).

Figura, no entanto, em Vila Rica, logo nas primeiras sessões de 1712. A 7 de janeiro resolveram os oficiais da câmara, em vereação, «pôr a renda do ver na praça para se arrematar a quem mais der» (62).

Era, seguramente, um imposto. Para a sua cobrança, deveria existir uma espécie de rol, onde se relacionavam as importâncias devidas pelos negociantes, previamente fixadas. Os rendeiros do ver verificavam, preliminarmente, em cada estabelecimento comercial, o movimento dos negócios e a qualidade e quantidade das mercadorias. Dêsse conjunto, provavelmente de acôrdo com um regimento, é que se obtinham os elementos para a taxação do imposto. Todos os anos a renda era posta em arrematação. Em Vila Rica, um dos seus contratadores, foi um tal Estevão da Cunha. Era êste contratador a quem se chamava «rendeiro do ver». O infrator estava sujeito a coimas. Em um dos têrmos de

(60) Tôdas as leis já citadas.

(61) Terho os volumes 2.º e 3.º, até 1659.

(62) *Atas da Câmara Municipal de Vila Rica*, cit., pág. 219.

veração de Vila Rica se lê a seguinte resolução: «Resolveram mais deferir a uma coima que requereu o Rendeiro do Ver contra Manuel dos Santos Lares, a qual se mandou cobrar» (63).

Tornou-se, com o tempo, a *renda* do ver um imposto em vigor em quase tôdas as câmaras do Brasil. Na comarca do Rio de Janeiro, apenas Ilha Grande e Parati não a incluíram nos seus orçamentos. Pela natureza da cobrança, que impunha a obrigação ao rendeiro de verificar o estabelecimento comercial, a fim de o enquadrar no regimento, podendo fiscalizá-lo a qualquer hora do dia, transformou-se o rendeiro do ver no homem mais importante e por isso mais perigoso do fisco local. Por vêzes lhe incumbiam as câmaras a fiscalização dos outros impostos, pelas possibilidades que tinha essa personagem de proceder ao exame do comércio local (64).

A cidade do Salvador, no século XVIII, já incluíra entre as suas rendas a do ver. É justamente de seus habitantes que nos chegou o grito de desespero contra os desmandos dos rendeiros do ver, principalmente. Nos últimos anos do século se insurgiram os comerciantes de molhados, vivandeiros, lavradores, o povo baiano em geral, contra o dirigismo da câmara local, que, como muitas outras (65), fixara os preços das mercadorias, impondo multas a todos aquêles que transgredissem a resolução, vendendo por preços acima dos permitidos. Para a fiscalização, foi criado um segundo rendeiro, a quem competia multar os infratores. Em petição de 15 de julho de 1797, dirigiram os habitantes de Salvador um verdadeiro libelo contra a administração da cidade, à Rainha de Portugal, em forma de súplica.

De início falavam do «abismo de confusões, miséria e penúria» a que fôra reduzida a cidade, pelo arbítrio do fisco. Logo, em seguida, entraram a descrever mais minuciosamente as proezas contra as quais se revoltavam. «Hoje», diziam os baianos, «se

(63) *Ibiden*, págs. 247 e 301.

(64) Em Vila Rica, o tributo sôbre o gado, passou a ser fiscalizado pelo Rendeiro do Ver (*Atas da Câmara Municipal de Vila Rica*, págs. 315 e 316. Na Bahia se criou um segundo Rendeiro, que, como o do Ver, gozava de um verdadeiro arbítrio fiscal (Documento existente na Biblioteca Nacional, II-33, 21, 120, *Petição dos Habitantes da Bahia*, de 15 de julho de 1797).

(65) Nas *Atas*, cit., de Vila Rica, acham-se publicados os regimentos dos oficiais de ferreiros, sapateiros e alfaiates, bem como o preço, pelo qual se autorizavam as vendas, por exemplo, de um frango e de uma galinha. (Págs. 260 a 263). Interessante documento para um levantamento dos preços, no Brasil colonial, nos moldes dos que se encontram no importantíssimo trabalho de Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850* (S.E.V.P.E.N., Paris, 1955).

paga dízima de tudo quanto pode inventar uma insaciável ambição : farinha, arroz, milho, feijão, açúcar, carnes secas, peixes, toucinhos, cebos e velas do mesmo sabão, fio de ouro, panos grossos de algodão para vestuário de escravos e da pobreza, madeira, tijolo, telha, cal, louças, oratórios, imagens de Santos, leitos, bofetes, cadeiras, solas, piassaba para cêrca de engenhos, finalmente tudo». Contra essa profusão de impostos, que repassam um a um, também se insurgiram os baianos, profligando a ação atrabiliária do «aferidor de medidas» e do «rendeiro do ver».

Justamente a descrição dêste último é que nos levou a rebuscar na cidade do Salvador as suas antigas rixas, entre vereadores e comerciantes. É digna de transcrita a página da petição sôbre o rendeiro. Por isso a reproduzimos na íntegra : «Últimamente Senhora resta falar sôbre o que praticam nesta Cidade os Rendeiros do Ver, e os das Coimas de cujo vexame para fazer uma verdadeira análise seria enfadonha a narração por conter esta só matéria um vastissimo tratado de miséria e males».

«O Senado da Câmara», prosseguiram os indignados comerciantes, «que nunca ignorou o que costumam obrar os Rendeiros do Ver, criou um segundo das Coimas, sem haver ordem expressa de Vossa Magestade e nem tal criação fazerem menção as ordens do Reino. Consiste êste segundo Rendeiro em que, como o Senado reservou da Renda do Ver as Coimas que se fazem nos Actos das Correições Gerais ou nas particulares dos Almotacéis, para repartir com os camaristas essa ganância, faz dela a rematação ao dito segundo Rendeiro, dando-lhe autoridade para entrar pelas casas particulares a qualquer hora, como pratica o do Ver, e assim se é oneroso e insuportável um só Rendeiro, como não serão dois. O do Ver logo que a remata em janeiro a renda, que ora anda acima de 2:000\$000 trata-se logo de avançar-se com os Rendeiros, e pessoas de mais grosso comércio, ratiando entre elles o valor da dita renda com o trato de lhes não entrar em suas casas, e todos aquêles que recusam entrar nesta contribuição, ou por pobre, ou por não desembolsarem tanto dinheiro, a ferro frio, ficam na sua indignação e lembrança para com elles exercitar no decurso do ano quantas arguições e tiranias podem inventar, entrando-lhes sem jazigo de dias ou horas com terror repentino pelas tendas, acompanhados de dois ou três Meirinhos seus juramentados que interessados nas diligências e ofertas dos Rendeiros, arguem as faltas que querem, arrancando os selos das pipas, levando moscas mortas nas mãos para lançarem nas vasilhas das medidas, e outras infinitas trapaças bem sabidas, valendo só sua

afirmativa pela fé dos oficiais, sem terem as partes gênero algum de defesa para contraditarem as falsidades arguidas» (66).

Com essa descrição autêntica da *renda do ver* e do respectivo rendeiro, temos o que era o imposto e a maneira por que se fazia a cobrança. Para o fisco era um imposto não só rendoso, mas ainda que facilitava a fiscalização dos outros. Por isso não seria abolido, embora o governo português encontrasse na petição dos baianos motivos suficientes para modificar, em parte, a situação opressiva existente. D. Rodrigo de Souza Coutinho oficiou, a 11 de julho de 1799, recomendando a D. Fernando José de Portugal fizesse observar na Bahia o Alvará, datado de Salvaterra dos Magos, a 21 de fevereiro de 1775, destinado à cidade de Lisboa. E acrescentava o ministro: «cessando desde logo as absurdas taxas existentes e praticadas pelas Câmaras, as quais servem somente para produzir monopólios e uma verdadeira esterilidade» (67).

O Senado da Câmara do Salvador cumpriu a ordem do Reino, em edital de 13 de janeiro de 1800, na parte em que determinava a liberdade do comércio de venda e transporte de mercadorias. No tocante aos impostos, não houve modificação substancial alguma, visto se declarar, no final do edital, o seguinte: «ficando porém em todo o seu vigor como até aqui a obrigação indispensável de afilarem as suas balanças, pesos e medidas, na forma da lei e a tirarem licenças das suas vendagens e regimentos do estado de seus efeitos, satisfazendo os respectivos emolumentos e observância das posturas do Conselho, fazendo-se a arrematação da Renda do Ver como os mais anos com as sobreditas condições» (68).

(66) Documento citado em nota 64: Biblioteca Nacional, II-33, 21, 120.

(67) Ofício de 1 de julho de 1799, de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Fernando José de Portugal, documento II-33, 21, 118, Biblioteca Nacional. Alvará datado de 21 de fevereiro de 1775, em anexo ao ofício citado. Está impresso, aliás em bela impressão, feita «Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo», sem data. Neste alvará, de 1775, se aboliam os preços de venda, fixados pela Câmara, «cessem tôdas as taxas e condenações delas provenientes em todos os viveres, que se venderem na dita cidade de Lisboa». As vendas tornaram-se livres dos preços fixados, no tocante aos viveres, podendo os interessados «livremente vender pelos preços, que ajustarem com os compradores». Porém, no final, dizia-se não ser intenção do Rei, abolir as estivas, bem como a fiscalização dos pesos e medidas, «e suas aferições». Também continuavam em vigor a condenação daqueles que vendiam «sem licença da câmara» e a diligência «para averiguação e extirpação dos monopólios e travessias».

(68) Documento existente na Biblioteca Nacional, I-31, 30, 90. Este documento está junto a outra petição dos comerciantes de molhado, vivateiros, vendeiros, lavradores, povo da Bahia, datado de 20 de junho de 1800.

Na comarca do Rio de Janeiro ignoramos se houve ou não, como na Bahia, o abuso do fisco e a reação dos negociantes. O certo é que, aqui, persistiu a *renda do ver* por muitos anos. Na vila de Santo Antônio de Sá, logo depois da Independência do Brasil, outubro de 1822, ainda subsistia a *renda do ver*. Em 1821 era o total da arrecadação desta renda de 1:300\$000, quando, em 1801, o fôra de 600\$000 (69).

Com a organização da Província do Rio de Janeiro, pelo Ato Adicional, e sua separação da cidade do Rio de Janeiro, desapareceu tanto no Município Neutro quanto na Província o malsinado tributo. Nesta última, na legislação financeira de 1835 a 1838, não achamos uma só referência à *renda do ver*. Sòmente na forma por que se passou a cobrar o imposto de quarenta réis sôbre líquidos, depois de englobado ao de mil réis por licença, é que sentimos a sobrevivência da *renda do ver*, com o seu rol, com o seu rendeiro, prefixando o montante do imposto, com as visitas do fisco aos estabelecimentos comerciais, e, finalmente, com suas multas (70).

(69) Documento, cit., I-34, 18, 11 Biblioteca Nacional.

(70) Lei n.º 18 de 1838, cit.

EXCURSÃO À FRONTEIRA OCIDENTAL (*) (1953)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

I

Enquanto a população carioca, sobremaneira angustiada por inúmeras causas de aborrecimentos, perde a maior parte da sua energia em trabalhos dispensáveis, ao longe, encontram-se condições mais propícias às atividades de que deriva o progresso do Brasil.

Nada melhor, para afastar preocupações amofinantes, do que uma excursão, ainda que rápida, às paragens distantes da Capital Federal.

Em vôo, efetivo de seis horas, descontadas as interrupções para abastecimento, ou consertos, como ocorreu em São Paulo, onde se alongou a demora por mais de três horas, no dia 17 de janeiro, o viajante, em rumo de oeste, irá pousar em Corumbá, de que se avizinha a fronteira boliviana.

Transpõe, sôbre parte do litoral e da morraria que o acompanha, o primeiro trecho até a Capital paulista, donde investe em rumo de Araçatuba, que não comemorou ainda o seu cinqüentenário, mas estadeia as pompas de cidade florescente.

Salta, além, sôbre o Paraná, que risca de amarelo barrento o colorido verdejante da mata juxtafluvial e do cerrado contínuo, estendido até Campo Grande.

No meio do descampado, prepara-se o aeroporto local para maiores missões futuras, com a nova pista afeiçoada a acolher os mais modernos tipos de aeronaves.

Após meia hora de parada, não tarda a transformar-se a paisagem, em que sobressai Terrenos, colônia emancipada, com lavouras em tórno.

(*) *Jornal do Comércio* — 22-2-953.

O planalto começa a escancelar-se, aprofundando-se em grotões, por onde acachoa as águas revoltas do Aquidauana e seu afluente Cachoeirão.

Manifesta-se, ainda, a erosão em outros trechos, assinalados pela cortina róseo-avermelhada de arenito, do Aquidauana, que o limita a oeste.

Observada de longe, parecerá talvez escarpa contínua. De perto, denteia-se de saliências e reintrâncias, quando não se reparte em trombas, mesetas e restos evanescentes de primitivo maciço. Em contraste com este quadro acidentado, de impressionante efeito decorativo, o terreno, adiante, deprime-se nas campinas do pantanal, onde se patenteiam indícios da próxima inundação, nas aguadas abundantes, que se distinguem do tapete esmeraldino da pastagem.

Rios vermelho-amarelados serpenteiam pela chanura, que lhes propicia facilidades para o traçado de meandros, indicativos de reduzido desnível.

Adiante, estadeia maior calibre o Paraguai, cuja travessia, pelo ar, denuncia proximidade de Corumbá, onde termina o vôo, de intuits profissionais.

A oportunidade ensejava condições propícias à visita, que se tornou memorável, graças à cerimônia prevista para o dia seguinte.

Rematava-se mais uma campanha empreendida pelo Conselho Nacional de Geografia, que resistiu à investida desmoralizadora, mercê principalmente da sua Divisão de Cartografia, onde não medrou, como em outros ramos, a semente da discórdia, propagada por quem não lhe compreendeu a alta missão patriótica, amesquinhada em farejar falhas alheias, por natural incapacidade de realizar algum projeto realmente construtivo.

Nenhum mais expressivo do que os trabalhos geodésicos de nivelamento de alta precisão, iniciados, no Rio Grande do Sul, pela antiga Comissão da Carta Geral do Brasil, em 1913, continuados pelo Serviço Geográfico do Exército. Simultaneamente, operava, no âmbito estadual, o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, até que, em 1945, o Conselho Nacional de Geografia organizou o seu plano de campanhas, em ritmo acelerado.

Confiada a direção dos trabalhos respectivos ao Professor Allyrio de Matos, principiou por homogenizar as turmas de operadores, mediante curso intensivo de aperfeiçoamento, que os adestrasse nos mesmos processos de observação, facilitadores de cálculos futuros.

Preparados de tal maneira, os engenheiros de campo distribuíam-se pelas Seções de Triangulação, de Nivelamento, de Bases, Astronomia e Gravimetria, e de Levantamentos Mistos, além dos que se encarregariam de tarefas de escritório.

Intensamente se entregaram à execução das obrigações que lhes cabiam.

E decorrido o primeiro quinquênio, em 1950, já podiam apresentar o resultado de seus esforços, expressos em:

27 cartogramas

19 fôlhas impressas da Carta na escala de 1:1.000.000

13 fôlhas impressas da Carta na escala de 1:500.000

19 fôlhas impressas da Carta na escala de 1:250.000

1 mapa do Brasil, na escala de 1:5.750.000

1 mapa do Brasil, na escala de 1:5.000.000

Mapas dos Estados do Amazonas, Paraíba, Alagoas, desenhados.

Para a elaboração dessas cartas, contribuíram, além da compilação obtida dos levantamentos de várias espécies, as operações de campo, constantes de triangulação geodésica de primeira ordem, em cadeias constituídas geralmente por quadriláteros, estendidas por 3.200 quilômetros, de Tôres, no Rio Grande do Sul, a Goiânia, aproximadamente acompanhando o meridiano de 49°, com medição geodésica do arco maior dessa espécie já realizado na América do Sul, esgalhada por várias ramificações, pelos paralelos 20° e 25° ao Sul:

18 bases medidas;

927 coordenadas geográficas observadas em localidades, em geral sedes municipais, do Amazonas ao Rio Grande do Sul;

30 pontos de Laplace determinados;

Nivelamento de alta precisão, com 12.000 quilômetros de desenvolvimento, em 26 circuitos, ligados aos marégrafos de Tôres (Rio Grande do Sul), Laguna, Imbituba, Florianópolis, Porto Belo e S. Francisco (S.C.), Paranaguá, Santos e Santa Cruz.

Para a execução correta de tais trabalhos, os seus dirigentes publicaram ensaios apropriados, a saber:

Teoria e prática da Projeção conforme Gauss — Allyrio de Matos — 1941.

Problemas da intervisibilidade na triangulação — Allyrio de Matos — 1948.

Determinação do azimute pela observação do Octantis — Allyrio de Matos — 1948.

Tábuas para o cálculo mecânico das posições geodésicas — Allyrio de Matos — 1948.

Instruções para nivelamento de precisão — Honório Bezerra.

Se bem as redigiu, com intuito de esclarecer os auxiliares, melhor as executou o engenheiro, a quem coube chefiar turmas de nivelamento, depois de ter determinado em campanhas anteriores, promovidas pelo Conselho, coordenadas geográficas no Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, e colaborado na triangulação em Santa Catarina e Goiás.

O curso de especialização que seguira no Conselho Nacional de Geografia, ao frequentar as aulas do Professor Allyrio de Matos, habilitou-o a desempenhar proficientemente qualquer das tarefas da Divisão de Cartografia, como aquela ultimada em Corumbá, a 18 de janeiro.

Começara à beira d'água, em Portes, cujo marégrafo regista as pulsações do Atlântico e lhe indica o nível médio. Do Rio Grande do Sul estendeu-se ao território catarinense, que varou, como o do Paraná, para se ligar à região paulista, onde se articulou com os resultados oferecidos pelo Instituto Geográfico e Geológico, antes de se expandir por Minas, Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Por último, empreendeu completar as suas observações com as que lhe proporcionassem os técnicos d'além fronteira.

Não obstante as inquietações da época, o Secretário Geral autorizara o Professor Allyrio de Matos a entabolar entendimentos com o Inter-American Geodesic Survey, que se propunha a prolongar o nivelamento pela Bolívia e países vizinhos, até o Pacífico.

Dai se causou a primeira viagem de engenheiros do C.N.G. e do I.A.G.S., a Corumbá, a fim de acertarem medidas de cooperação, iniciada a 30 de abril de 1951, apesar da surda e tendenciosa campanha de descrédito do Conselho, que o ameaçou de aniquilamento irremediável.

Felizmente para o Brasil, a Divisão de Cartografia não se contaminou da eiva deletéria, graças à atuação louvável do substituto do Professor Allyrio de Matos, Coronel Luís Eugênio de Freitas Abreu, cuja competência profissional não necessitava de cargos de relêvo para se empavonar de méritos postíços.

Acompanhou atentamente as operações realizadas antes da sua posse, por ser membro da Comissão de Cartografia, que lhes fixava as diretrizes.

Conhecia a contribuição dos operadores de campo e sabia, com o seu critério de justiça, aquilatar-lhes o valor.

Obstou, destarte, que se estendessem à Divisão confiada à sua chefia o regime de espionagem e sindicâncias, que gafou os outros ramos administrativos do Conselho. Por isso, puderam os profissionais continuar a sua missão, de que é exemplo o nivelamento alongado até as extremas ocidentais.

Nesta fase derradeira, partiram de Andradina, do circuito oeste de São Paulo, a 15 de maio passado.

Ao fim de 938 quilômetros, alcançaram Corumbá, com o dôbro do percurso, pois que se repete a medição em duplo sentido, como exige a verificação.

Aliás, a êste respeito, cumpre notar que jamais coincidem os resultados atuais com os dados da E.F. Noroeste do Brasil, ao longo da qual se realizaram as observações. Para facilitá-las, o seu diretor, General Marinho Lutz, cedeu-lhe velha composição, que não faria falta ao tráfego, mas seria de eficaz auxílio à turma B. de Nivelamento.

Nos três carros, que podiam ser rebocados do desvio em que parassem até o mais propício a novo acampamento, morava o pessoal, com a sua cozinha, dormitório, almoxarifado, escritório, com móveis apropriados ao arquivo das cadernetas e cálculos rápidos.

Estação padronizada de rádio permitia a ligação de área com a sede, para qualquer comunicação urgente.

Isentos do problema de habilitação, embora temporária, conseguiram os operadores acelerar os seus trabalhos, assinalados de três em três quilômetros, por marcos de referência, de que se valerão quantos pretenderem conhecer a altitude exata do local, em relação ao nível médio do mar, resultante de observações cuidadosas no marégrafo instalado em Tôres. Certo, a circulação dos trens não deixaria de perturbar a marcha dos observadores. Todavia, a cooperação da Empresa ferroviária compensava de sobejo as perdas de tempo ocasionadas, de maneira que, ao fim de nove meses, tornou-se possível a visada derradeira, no Jardim Público, centralizado pela estátua do Marechal Antônio Maria Coelho, a quem deve Corumbá o feito heróico da «Retomada».

Em local à vista dos curiosos, mas suficientemente protegido, assentou-se o marco indicativo da ligação do nivelamento da rede brasileira com o que realizaram os técnicos do I.A.G.S., em

cooperação com os geodestas da Bolívia, Peru e Chile, incumbidos de prolongá-lo até a orla do Pacífico.

Presentes autoridades e técnicos assistiram, à luz viva do sol corumbaense, mal coada pela folhagem protetora de árvore auspiciosa, ao batismo do marco memorável, cuja altitude foi determinada naquela manhã merecedora de registo especial nos anais da cidade.

Escolhida para cenário de significativa operação geodésica, ainda uma vez lhe avultou o papel de eficiente elo entre duas componentes do progresso da América do Sul.

II

Bem foi que se concretizasse em marco expressivo, chantado no Jardim Público de Corumbá, a articulação do nivelamento através do Brasil, do Atlântico para oeste, com o que prosseguirá no mesmo rumo, por cima dos Andes, até mergulhar no Pacífico.

Os dois oceanos ligar-se-ão por linhas geodésicas, traçadas esmeradamente, que terão o ponto comum de união em Corumbá, localidade predestinada a proporcionar encontros fecundos a correntes várias de comunicação.

Primeiramente, avultou-lhe a via fluvial, dádiva preciosa da hidrografia regional, a que serve o Paraguai de prestante coletor.

Por bem lhe prever a utilização conveniente, apontou João Leme do Prado as vantagens do sítio, que Marcelino Roiz Campóñez fecundou, ao fundar, a 21 de setembro de 1778, o embrião da moderna cidade, que compeia as suas galas à margem do rio bem fadado.

A colina calcárea, em que se lhe abrem as ruas retilíneas, sobranceira, alta de 50 a 65 metros, a planura sulcada pela via natural de navegação, que as monções bandeirantes freqüentaram no século dezoito.

Passavam sem deixar vestígio, ainda quando não preferissem o atalho proporcionado pelo Paraguai-mirim e baías, que lhe ampliavam os desvios laterais ao canal policiado pelos terríveis paiaguás.

Para lhes conter as investidas, aproveitadas com propósitos políticos, o Capitão General Luís de Albuquerque determinou a fundação do presidio, de vida mofina e triste nas primeiras décadas, apesar do nome excelso com que se individualizou — Albuquerque.

Pouco antes de fundar a primeira, visitou-o, em 1786, preclara Comissão exploradora, constituída por Lacerda e Almeida, Silva Pontes e o Comandante Ricardo Franco de Almeida Serra, que lhe descreveu os aspectos dominantes.

«Este estabelecimento tem a figura de um pátio retangular, e fechado com casas em roda e um portão na frente, constando de 75 passos de comprido e 50 de largura, sendo a sua população de 200 pessoas, que aqui plantam já muito milho e feijão, que é muito superabundante ao anual consumo, também há muito algodão, que aqui mesmo fiado e tecido pode ir para Cuiabá a troca das coisas mais necessárias aos moradores; a pesca e a caça é abundantíssima».

Viviam na fartura os povoadores, que se apressaram em deixar o primeiro sítio, escolhido em «uma ponta chamada Ladário», para a fixação definitiva no local referido pelas coordenadas que os astrônomos calcularam, a 28 de junho (lat. 19°-0'-8" — long. 320°-3'-15") (1).

Faltava-lhes, todavia, para lhes estimular o progresso, a utilização do rio por atividade comercial, então precária.

Mas, em 1853, decreto de 11 de abril, interpretativo do Tratado de 25 de dezembro de 1850, que ao Brasil garantiu o direito à navegação ou trânsito de sua bandeira e de seus súditos pelas águas do rio Paraguai e do alto Paraná, criou Mesa de Rendas em Mato Grosso, cuja localização dependeria de escolha ulterior.

Duas localidades pleitearam, então, as preferências alfândegárias, ambas denominadas Albuquerque, a velha, gerada pelo presidio e a nova, na ponta meridional da mesma serrania, onde se aldeavam tribos várias de índios, agremiados por missionários franciscanos.

Prevaleceu a antiga, por mais próxima do rio, do qual a outra distava cerca de uma légua, impedida de aproximar-se pela baixada interjacente, que as enchentes invadiam.

Contemporâneamente, aí fundeou o navio *Water-Witch*, da marinha norte-americana, cujo comandante, Capitão Th. Jefferson Page, se incumbia de explorações hidrográficas na bacia platina.

Outros lhe imitaram o exemplo, especialmente depois do Tratado de Comércio e Navegação, de 6 de abril de 1856.

(1) Observações da Comissão Demarcadora de Limites, em consequência do Tratado de Petrópolis, chefiada pelo Almirante José Cândido Guillobel, calculou as coordenadas de Corumbá — Lat. 18°-59'-38"; — long. 14°-25'-34". 34 O. Rio.

Por conveniências toponímicas para evitar a dualidade existente, começou a usar-se o termo — Corumbá —, a princípio impugnado oficialmente, mas afinal adotado sem restrições, quando já lhe avultava a nomeada de entreposto comercial, por onde transitava a principal importação da Província e correspondente exportação (2).

Para lhe orientar a expansão, o Presidente J. R. de Lamare ordenou o loteamento da área reservada à povoação, que ao Engenheiro Pais Leme se afigurou propícia ao traçado de ruas largas e extensas em xadrez.

Animava-se de entusiasmo criador, quando lhe sobreveio fatal colapso.

A investida lopesina, que lhe sustou o desenvolvimento, aprisionou-lhe os habitantes, cuja salvação dependeria da fuga oportuna.

Os retardatários, colhidos pelos invasores, sofreram em Assunção ou povoados próximos as agonias do quinquênio trágico, durante o qual sucumbiu a maioria.

Somente depois que, de Assunção, enviou Caxias, vitorioso de fulminante campanha, o aviso *Felipe Camarão* e *Marcílio Dias*, ao forte de Coimbra e Corumbá, novo período se abriu em sua evolução.

Em compensação aos estragos e prejuízos que a molestaram, lei especial franqueou-lhe o porto à importação, estimulando transações comerciais.

Simultaneamente, a assembléia provincial restaurou a 7 de outubro de 1871, o município que sossobrara durante o domínio nefando e, por lei de 10 de julho seguinte, elevou «à categoria de Vila a povoação de Corumbá».

Em correspondência às regalias oficiais que a beneficiavam, esforçaram-se os habitantes por acelerar a recuperação econômica da região devastada.

A isenção dos impostos alfandegários atraiu forasteiros, que em Buenos Aires, Montevideu, tiveram ciência dos favores oficiais e decidiram aproveitá-los.

E, então, aos nomes portugueses associaram-se principalmente os espanhóis e italianos, cujos descendentes lhes multiplicaram a influência nos destinos de Corumbá.

(2) A Alfândega foi instalada a 1º de maio de 1861, conforme registrou E. de Mendonça: «Interrompido o funcionamento desde 2 de janeiro de 1865, em consequência da invasão paraguaia, só voltou novamente a funcionar em data de 20 de fevereiro de 1872».

Dedicavam-se, as mais das vêzes, ao comércio, que floresceu, mercê da posição privilegiada de Corumbá, que recebia e distribuía os artigos importados e reunia os que se destinavam à exportação.

A construção da E. F. Noroeste do Brasil em Mato Grosso, denominada primitivamente E. F. Itapura-Corumbá, estimulou-lhes intensamente as transações mercantis, antes que se realizasse a ligação da linha iniciada em Porto Esperança com a que partira de Bauru.

A articulação das duas estradas em uma só, decorrente do decreto 12.740, de 12 de dezembro de 1917, afastou o planalto maracajuano e os municípios de Miranda e Aquidauana do comércio corumbaense, que experimentou acentuado declínio com a diminuição de grande parte de sua clientela.

Todavia, a economia regional já se robustecera, esteada na pecuária que lhe povoara os campos, especialmente da Nheco-lândia, cujos numerosos rebanhos bovinos iriam abastecer as charqueadas estabelecidas pelos próprios criadores.

Também os minérios de manganês e ferro, por ocasião da guerra européia, animaram a formação de empresas que se propunham a exportá-los.

Das tentativas contemporâneas, resultou a ferrovia, que deveria ligar as minas de Urucum ao porto de embarque, distante cerca de 22 km e, mais ainda, o reconhecimento cabal das reservas minerais, que opulentam aquele maciço.

Os estudos continuaram até a atualidade, embora iniciados na primeira década do século por sagazes geólogos, desde Públio Ribeiro e Arrojado Lisboa que deu o nome à série de Jacadigo.

Outros, de igual naipe, completaram-lhe as pesquisas, de sorte que os conhecimentos acerca das jazidas de minérios de manganês e ferro de Urucum admitem a estimativa da reserva de 33.600.000 toneladas de manganês exportável, apontada por Arrojado Lisboa, e de 3.729.600.000 toneladas com «teor em ferro variável».

«Em média, o minério superficial, um pouco enriquecido dá 58%», como asinalam Avelino Inácio de Oliveira e Pedro de Moura.

Aos dois minérios, em que se apoia a grande siderurgia, ajunta-se o calcáreo corumbaense, cuja primeira utilização Almeida Serra noticiou, ao assinalar em seu relatório: «tôdas estas serras são de pedra calcárea e é onde se arranca a de que se faz

a cal necessária tanto para Vila Bela como para o Forte do Príncipe da Beira».

Certo, a decisão do Governador Luís de Albuquerque contribuiria para facilitar o transporte do material necessário às construções em que se empenhara com todo o vigor.

Mas sòmente se tornou exeqüível por se achar a rocha prestante à beira do rio francamente navegável, que os batelões sulcavam, infletindo adiante, à esquerda, pelo Jauru, até as proximidades do atual Porto Espiridião, donde eram conduzidas as cargas, por terra, ao Guaporé.

E assim também alcançaram Cáceres, contemporânea de Albuquerque, sob o nome de Vila Maria e Cuiabá, e, a jusante, o Forte de Coimbra e Miranda, que lhe completaria o sistema defensivo.

Modernamente ampliou-se a rêde fluvial pelo Taquari, flaqueado de estabelecimentos pastoris, pelo Pequiri-Itiquira, pelo Tarigara-São Lourenço.

Embora desamparada e entregue aos seus próprios recursos, mantém-se a navegação, em benefício dos ribeirinhos, a cujas solicitações providências oficiais recentes cuidam de atender.

Assim, o cais em Corumbá, cuja construção estaria garantida pela taxa de 2% ouro, cobrada desde 1909, já se alonga por conveniente extensão, embora dependa ainda de atêrro para ligação com o terreno firme e de obras complementares.

Da via fluvial, estão cuidando profissionais especializados, porém, minguados de recursos.

O SNBP organizou o seu projeto de melhoramentos, encaminhado à Comissão Brasil-EE.UU., que o examinou em janeiro último, juntamente com a ilustrada Comissão da Bacia do Prata, que o engenheiro chefe da CMFBB, Mário Leite, preside.

Três entidades, das mais idôneas, destarte conjugam os seus esforços para restaurar o prestígio que outrora possuía o Brasil, quando a sua bandeira dignificava dezenas de navios mercantes aplicados à ligação regular de Corumbá com Montevideu e Rio de Janeiro, por um lado, de Cuiabá a Cáceres, para montante.

É de esperar que da reunião de tamanhas competências, resultem medidas garantidoras de melhores condições para a navegação regional.

Resolvidos alguns dos seus problemas econômicos e encaminhada a solução de outros, Corumbá retoma a sua trajetória ascendente.

E cuida carinhosamente de atividades culturais, de melhorar o seu padrão de vida, acorde com a situação singular que a beneficia.

Além do porto, para onde convergem as linhas de navegação existentes ou passíveis de utilização, em seu solo operou-se a junção da E. F. Noroeste do Brasil com a E. F. Brasil-Bolívia, de altos objetivos continentais.

Para o aeroporto local, convergem rotas aéreas, de Campo Grande-São Paulo, de Santa Cruz de la Sierra-La Paz, de Cuiabá-Manaus-Caracas.

Não admira que, de harmonia com tais fatores estimulantes, a iniciativa particular se manifeste na construção esmerada de casas, muitas das quais não destoariam de prédios cariocas nas zonas residenciais do mais apurado gosto.

Na organização e indústrias destinadas a auspicioso desenvolvimento.

Assim, opera a sociedade brasileira siderúrgica, de acôrdo com a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. dirigida pelos irmãos Chamma.

Para alimentação do alto forno, erguido a caminho de Ladário, fornece Urucum minérios abundantes e os fornhos especiais, que semelham, à distância, casas de cupim, o carvão de madeira necessário.

O ferro gusa obtido, que, transportado em chatas, dependia de baldeação para os vagões da E. F. Noroeste em Porto Esperança, já se carrega diretamente do pátio de manobras da fábrica, servida por desvio exclusivo, donde partem as composições, em rumo de São Paulo, com apreciável economia de tempo e nas despesas respectivas.

Na vizinhança, erguem-se colunas indicativas de futura fábrica de cimento, que está montando o consórcio industrial Itau.

E, mais próximo ao porto, já se esboça igualmente a estrutura do moinho de trigo, que em breve concretizará mais um empreendimento indicativo do progresso de Corumbá.

Em correspondência com os esforços particulares, as autoridades municipais, chefiadas eficientemente pelo atual Prefeito Otacílio Faustino da Silva, cuidam de melhorá-la progressivamente, quanto lhes caiba na alçada.

O calçamento de paralelepípedos amplia-se pelas ruas principais e cruzamentos.

Peña é que de algumas se tenham exilado as árvores, que as decoravam, protegendo, ao mesmo tempo, com a sua sombra, os transeuntes.

A nova caixa d'água, com moderno sistema de purificação, alteia-se em fase final de obras, para ser inaugurada em breve prazo.

A iluminação elétrica, deficiente para o consumo em ascensão, incluiu-se nos projetos a que atenderá a Comissão Brasil-EE.UU., cujos representantes foram examinar o problema corumbaense no local.

Assim é que luminosos se prenunciam os dias porvindouros de Corumbá, mercê da situação privilegiada, que a singulariza, das reservas praticamente inesgotáveis de minérios, de que têm fome a indústria no Brasil e no estrangeiro, da capacidade criadora dos seus campos, viveiro de gado, capaz de fornecer anualmente de 50.000 a 60.000 cabeças às charqueadas locais, sem inconveniente algum, da fertilidade do solo, como revelam ensaios agrários.

E principalmente, da energia produtiva do seu povo, consciente do papel de relêvo que lhe caberá desempenhar no futuro.

III

Antes da visita a Corumbá, um semestre, diferente objetivo inspirou peregrinação a local mais remoto nas extremas ocidentais.

O entusiasmo cívico do Professor Barroso Júnior incumbira-se de constituir especial comitiva, a quem avião da FAB proporcionou acomodação confortável para vôo seguro, apesar de longo.

Quando o sol esbraseava, como incandescente moeda, que os olhos ainda podiam fitar, sem proteção alguma, começou o vôo.

Pelas oito horas, Campinas aflorou à vista. A descida em Bauru, às 9,10 horas, permitiu abastecimentos, prolongados até as 10,20.

Mais uma hora de vôo, mostrava-se o Paraná, com a faixa amarelo-avermelhada, em contraste com o tom verdejante da paisagem.

O cerrado, mais ou menos limpo, prolonga-lhe o colorido até Campo Grande, onde se repete a parada necessária.

No derradeiro salto, denuncia-se o esboroamento do planalto, corroído, por milênios, pelos tributários do Paraguai, que lhe modelaram a escarpa ocidental, arqueada em anfiteatro majestoso, com as suas muralhas coloridas de róseo-avermelhado do arenito de Aquidauana, com as mesetas, colunas e trombas avançadas sôbre o pantanal.

Desponta Coxim, à margem do Taquari. Os escassos empolamentos do terreno mal se percebem do miradouro em marcha.

Afigura-se uniformemente achanado para a esquerda, e à direita, enquanto não se erguem as encostas que o limitam.

De quando em quando, o traço acéntuado de um rio, que pode ser o Piquiri, o São Lourenço, e, por fim, o Cuiabá, com as lagoas que o flanqueiam.

As 17 horas, desce o avião no aeroporto, onde o governador mais uma vez evidencia saber proporcionar acolhida cativante a individualidades merecedoras de seu aprêço.

Na própria «Residência», recebeu-as para o jantar, em que não faltaram especialidades da culinária cuiabana.

Por mais envolvente que se manifestasse a gentileza do governador de Mato Grosso e de sua encantadora família, não terminaria em Cuiabá o itinerário previsto, que daí por diante se honraria com a sua presença.

A assim, pela manhã seguinte, 8 de junho, empreendeu o avião a continuação da viagem, por cima das serrinhas em que terminam os contrafortes da serra das Araras e vizinhas.

Com uma hora de vôo, atravessou o Paraguai, a montante de Cáceres, que ficou à esquerda.

Os campos que se dilatam, da morraria para o sudoeste, não tardam a ser substituídos pela floresta, nas proximidades da serra de Aguapeí.

Especialmente à direita, adensa-se a mata, em contraste com as clareiras, às vêzes extensas, de campos à esquerda, que vão a Casalvasco.

Antes de ultimadas as duas horas de marcha, o aparelho desce no campo aberto à margem esquerda do Guaporé, em frente à primitiva capital de Mato Grosso.

Comemorava-se o bicentenário de sua fundação, ocorrência que atraiu à lendária capital insignes personalidades do Brasil e de Portugal, que tiveram ênsejo de conhecer a vila fundada por D. Antônio Rolim de Moura, a 19 de março de 1752.

Filho de Nuno de Mendonça, IV Conde de Val dos Reis, o fidalgo enviado a inaugurar a capitania criada por alvará de 9 de maio de 1748, munira-se das «Instruções», que lhe ministrara o govêrno luzitano.

Prescrevia um dos seus parágrafos: «Suposto entre os distritos de que se compõe aquela Capitania Geral, seja o de Cuiabá o que se ache mais povoado, contudo atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do govêrno se

puzesse no mesmo distrito de Mato Grosso, no qual fareis a vossa mais costumada residência».

Sabia-se em Lisboa que existia um arraial denominado São Francisco Xavier, «o qual consta ter muito doentio».

E, então, «como de nenhuma sorte convém que a residência principal do govêrno tenha um defeito tão essencial, vos recomendando que, examinando os sítios daquele distrito, onde bem possa colocar-se a vila, escolhai o mais próprio para a sua estabilidade e o mais cômodo pelas suas circunstâncias, atendendo a que o lugar seja defensável, e quando possível vizinho do Guaporé, ou algum outro navegável que nêle desague para lograr as comodidades da navegação e da pesca».

Decidido a cumprir satisfatòriamente a ordem real, o governador perlustrou a Capitania de agulhão em punho e atento às peculiaridades regionais, que anotou, do Tietê, pelo qual rodou, a Cuiabá, onde estanciou, de janeiro de 51 em diante.

Ter-se-ia agradado da vila bandeirante, onde, por seu gôsto, fixaria a sede governativa.

Mas, tinha que prosseguir a peregrinação, consoante lhe determinara o monarca.

A 3 de novembro, montou a cavalo, para encetar marcha morosa, compassada pelos cargueiros, que lhe transportavam a bagagem.

Sòmente a 19, bebeu água do Paraguai e, volvida uma semana, alcançou Cachoeira Grande, no Jauru.

A 17 de dezembro, atingiu o Guaporé, no local da sua travessia costumeira, ensombrado pela mataria.

O juiz de fora Teotônio de Gusmão, de estirpe bandeirante, indicou-lhe a exeqüibilidade de viajar por água, a partir dêsse porto.

Considerado intransitável, o rio permitira a exploração do magistrado, que mandara aviso ao governador âcerca do trecho misterioso do rio.

Não titubeou Rolim em aceitar a sugestão.

Despachou a comitiva por terra, com o secretário Bartolomeu Descalça Barros, o Padre Agostinho Lourenço e, em canoinha, com o tenente de dragões, Manuel da Rocha Pedreira, aventurou-se pela mal conhecida via fluvial.

«Rodei a onze, comunicaria à Metrópole, acompanhado sòmente de meu oficial e um soldado, pois a embarcação não era capaz de mais».

Nas primeiras três horas, mais de uma vez afigurou-se-lhe inevitável o naufrágio, devido à correnteza excessiva e atravancamento do rio, ainda estreito.

Freqüentemente era a canoa impelida de encontro ao baranco, ou a pontas de galhos de árvores cortadas recentemente, de sorte que só a habilidade sagaz dos remeiros impedia choques de consequência fatais.

A juzante, as condições melhoraram progressivamente e a navegação prosseguiu a contento, à sombra de espessa floresta.

Pela manhã de 14, enfim, maravilhou-se ao alongar a vista pela clareira marginal, de que lhe dera ciência o juiz de fora.

Alegrou-se com a paisagem ensolarada, tão diferente da anterior, de acanhados horizontes.

Agradou-se o governador do local, que lhe apontava o solícito vanguardeiro, para a implantação da vila futura.

Todavia, para não decidir precipitadamente, seguiu, a 18, a examinar a região chapadense, entre o Sararé e o Galera, onde enxameavam os arraiais auríferos, centralizados pelo de São Francisco Xavier.

«Esta é a povoação no alto de uma serra, a que chamam Chapada, anotaria, e para onde se sobe de tôda a parte légua e meia e duas léguas».

Não lhe causou impressão agradável, pelo relêvo acidentado e clima.

«É o mais destemperado que tenho visto e se pode considerar».

Não se admirou da insalubridade local, especialmente «pelo tempo de friagens, que são tão excessivas que obrigam se fechar as portas e janelas, e chegam a matar principalmente aos pretos por menos enroupados se os apanham no campo».

Não contou mais de 60 moradores brancos e outros tantos de mulatos forros, ao passo que o número dos escravos montava a 1.173, pela matrícula.

Examinada a situação dos arraiais chapadenses e suas particularidades, Rolim de Moura, mais convencido das vantagens da primeira escolha, desceu, a 14 de janeiro, na força das chuvaradas, à beira do Guaporé, decidido a implantar a vila raiana, «a que se deu começo a 19 de março».

Nesse dia, levantou o pelourinho, símbolo da hierarquia vilarenga, que abrolhava no êrmo.

Deu-lhe o título de «Vila Bela da Santíssima Trindade» e para lhe registrar a existência, «em uma casa que se armou de toldos, no lugar da praça, se fez o ato da criação da vila», e tomaram posse as primeiras autoridades municipais.

Acreditava ter procedido com louvável prudência, pois aguardara que declinasse a enchente para verificar se estaria, ou não, o local ao alcance das inundações.

E testemunhou, contente, que «nem o rio saiu do seu leito, nem se embarçou o caminho para os arraiais por causa das águas».

Como, porém, não houvesse alojamento para os moradores, consentiu que, ultimada a cerimônia, regressassem a São Francisco Xavier onde tinham as suas casas.

Poderia ausentar-se quem o desejasse. Menos o capitão general, que afirmaria, mais tarde: «porém eu não quiz afastar-me do sítio, tanto por ver até ao fim das águas, onde elas subiam, como me persuadir ser êste o meio mais propício de puxar gente para a vila e de a enganar de todo, pois o não estavam; parecendo ainda a muitos não haver de persistir aqui pela vontade com que cada qual estava de que ela se fundasse perto do seu sítio e ao seu cômodo particular».

Opunham-se os pioneiros estabelecidos na Chapada, à mudança e tinham a esperança de embarcá-la por longo prazo, mas o exemplo do governador, decidido a morar em rancho, à espera de casa mais apropriada ao seu alto posto, não tardaria a provar-lhes que se enganavam.

Pela vasante, adoeceu de sezões tôda a comitiva generalícia, sem exceção do chefe, que nem por isso incriminou de insalubre o local preferido.

Atribuiu a pestilência «à jornada tão trabalhosa, como de Cuiabá aqui, bebendo águas de charco e de cacimbas e outras muitas, ainda que de córregos salobros e de mau cheiro e sabor, fazendo sempre as marchas pelo rigor do sol, que neste clima é sumamente pernicioso».

Por fim, o desconforto do abrigo, constituído de «ramos de palha, que nem bem resguardam a chuva, nem o calor do sol, e muito menos os ventos e as friagens, e em que o assoalhado é a mesma terra úmida».

Para o fidalgo habituado à vida lisboeta da era de D. João V, com os seus encantos e comodidades, seria, em verdade, penoso o alojamento em simples rancho, coberto de fôlhas de palmeiras e piso de terra batida.

O dever, entretanto, prendia-o à localidade, que se empenhou por fazer progredir.

Do seu posto não se afastaria, senão para empunhar armas contra o agressor da Capitania confiada à sua guarda.

É assim conseguiu formar a vila, que os seus sucessores, entre os quais sobressaiu Luis de Albuquerque, aumentaram, até que o fim do regime colonial também lhe assinalou o termo do engrandecimento.

Mas, desempenhou cabalmente a função que lhe coube, na defesa do Brasil.

Era o baluarte fronteiriço, que marcava as extremas alcançadas pelos bandeirantes a oeste.

Com o desmembramento do imperialismo colonial castelhano alterou-se-lhe o destino.

Transfigurada em cidade, quando já lhe escapava a supremacia política, viu despovoarem-se as ruas traçadas por A. Rolim de Moura, em tórno da praça central.

Com o tempo, arruinaram-se as igrejas, tanto a de Santo Antônio, que lhe recordava a iniciativa, quase à beira do rio, como a grandiosa Matriz, mais afastada, em frente do Palácio dos Governadores, que o General Rondon restaurou, em parte.

Do outro lado, onde se erguia o Quartel, apenas restos de muros servem de suporte ao arvoredor, que se assenhoreou do local.

Ainda, permaneceram, todavia, algumas ruas, onde os transeuntes brancos serão forasteiros, sem exceção.

A população, que perdura, chumbada às casas remanescentes do passado esplendor, distingue-se pelo colorido forte da pele e traços marcantes de virilidade.

A compleição robusta evidencia-lhes a resistência orgânica, explicativa da alegria de viver, com que se despiciam do isolamento na cidade abandonada pelos brancos.

Admiraram-lhes os egrégios visitantes os traços finos, em constraste com a côr de ébano, a fala macia, o culto das tradições, exibido em festiva congada, nas cerimônias religiosas, e, maior surpresa, no cuidado em evitar que permaneça analfabeto qualquer dos seus conterrâneos.

Todos aprendem a ler e escrever e assim o demonstram, quando necessario.

Na ocasião, a cidade como que se aprimorara nas suas feições urbanas, para maior satisfação da comitiva excelsa, como jamais tivera, depois que se ausentara o derradeiro capitão general.

Convicta de que a festa era sua, pela comemoração do segundo centenário da fundação, reparou as ruínas das suas igrejas, quanto possível.

Limpou as ruas, que vão do pôrto ao Palácio, caiu as paredes de suas casas e infundiu maior alegria nos habitantes, a quem o governador do Estado prometeu maior assistência, assim como os representantes autorizados do Governo Federal.

Uma providência, pelo menos, antecedeu a cerimônia comemorativa, custeada em grande parte pelo Governo de Mato Grosso.

O Serviço de Malária destruiu os focos de possível contágio, de sorte que, apesar da sua fama de insalubridade, Vila Bela acolheu os seus hóspedes e os reteve por dois dias, sem mosquito à noite, nem preventivos contra o impaludismo, que não se manifestou em nenhum dos forasteiros, cujo organismo, aliás, não possuiria imunidade alguma.

À saída, porém, mostrou-lhes a inconstância do seu clima.

À noite estival, que obrigou os ocupantes do Palácio, acomodados em redes, a escancarar os janelões, que davam para a Praça clareada por evocativo luar opalino, sucedeu repentina transformação.

Pela madrugada, os mais cautos e chegados à parede, começaram a cerrar as pesadas fôlhas presas a fortes dobradiças.

E quando se levantaram, por cima dos leves trajes esportivos da véspera, enrolaram cobertor que os protegesse da friagem inesperada.

Desceu a neblina sobre o campo, alterando o programa de excursões.

A custo conseguiu os aviões, já tarde, rasgão nas nuvens, para o vôo de regresso, quando já minguava a esperança de partida nesse dia.

Comprova-se, desta maneira, a exatidão das informações de Rolim de Moura.

«Cheguei a experimentar em alguns dias calma e frio, sol, chuva, vento e névoa».

Decorridos dois séculos, o mesmo fenômeno ocorreu em menor prazo, de 24 horas apenas, para enfado dos excursionistas, que, todavia, apesar dos contratempos, não se arrependeram de ir prestar homenagens cívicas à bicentenária cidade que, a seu tempo desempenhou relevante papel histórico.

CRISTIANO OTONI E O PROGRESSO FERROVIÁRIO DO BRASIL (*)

ALFREDO VALLADÃO

Muito me desvaneceu o convite com que fui distinguido por êste nobre sodalício, para realizar em seu seio a presente conferência, aliás o lugar mais indicado para a mesma.

De um dos filhos ilustres da histórica Cidade do Sêro, da gloriosa Minas Gerais, que mais se projetaram no cenário nacional, aquêle que foi o notável jurisconsulto Felício dos Santos, falei na Conferência realizada a 31 de dezembro de 1951, no Instituto dos Advogados Brasileiros, êsse outro também nobre sodalício.

Hoje vou falar do que se chamou Cristiano Otoni, ou, por outra, dêsse componente da brilhante trindade dos Otonis.

Trindade de que era o terceiro, na ordem cronológica, sendo o primeiro, José Elói Otoni, e o segundo Teófilo Otoni.

Com referência à figura de José Elói, um dos poetas do quadro refulgente da Escola Mineira, e à figura de Teófilo, uma das maiores, e a mais popular, que apresentava no Império, o partido liberal; ambas já foram devidamente apreciadas pelos nossos historiadores.

Isto, porém, não acontece, quanto a de Cristiano. O único trabalho de tomo, até hoje existente a seu respeito, é a sua autobiografia (1) começada a ser escrita em maio de 1870, sendo concluída em fevereiro de 1889, e publicada em 1908, não lhe compreendendo assim a vida, dêsse ano de 1889 até 1896, quando êle desapareceu.

Fora disto, pela sua ordem cronológica, o que se me deparou, são apenas essas quatro páginas consagradas nas *Efemérides Mineiras* de Xavier da Veiga, duas no *Dicionário Bibliográfico* de

(*) Conferência pelo Centenário da antiga Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, proferida pelo Ministro Alfredo Valladão, no Clube de Engenharia a 9 de dezembro de 1955; e publicada no *Jornal do Comércio* de 12 de fevereiro de 1956.

(1) Existe essa *Autobiografia* na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde a consultei; bem como na Biblioteca Nacional.

Blake, uma no opúsculo *Serranos Ilustres*, de Nélson de Sena, uma na *Coletânea de Escritores Mineiros*, de Mário de Lima, e finalmente, três, na *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil* de Fernandes Figueira.

Na série dos *Vultos Nacionais*, á qual de algum tempo venho consagrando, de modo especial, a minha elaboração histórica, escolhi assim, agora, para o objeto do estudo, o vulto em causa.

O vulto dêsse ilustre brasileiro, que passo a apreciar nas diversas manifestações de sua vida, sobretudo no ponto culminante da mesma — o que diz respeito á Estrada de Ferro D. Pedro II.

E na maior das oportunidades, isto é a do centenário da sua posse a 25 de agosto de 1855, na Presidência da Companhia Nacional, então organizada para a construção dessa Estrada.

I

Nasceu êle, Cristiano Benedito Otoni, a 11 de maio de 1816, na então Vila do Príncipe, mais tarde Vila, e afinal Cidade do Sêrro.

Era filho de Jorge Benedito Otoni e D. Rosália Otoni. As qualidades dos quais, principalmente as de D. Rosália, exalta na sua citada *Autobiografia*, e pelo que respeita ao primeiro, significando ainda o sentimento cívico que o animava, por diversos modos revelado.

E era irmão de Teófilo Otoni, e sobrinho de José Elói.

Passou a sua infância na terra natal até 1828, ali fazendo o seu curso primário e secundário.

A respeito dêste, recorda: «Frequentei durante quatro anos o latim e aprendi muito imperfeitamente a traduzir francês com o Teófilo, que o aprendera com o Ouvidor Plácido Martins. Meu progresso era lentíssimo, não só pelo defeito do ensino, como pela minha vadiação, e preguiça que a meu pai parecia incorrigível».

E de como se corrigiu, presta interessante informe:

«A êste propósito ficou provada a ineficácia da repressão material. Nem a ferula do professor nem as ameaças de meu pai produziram efeito sensível sôbre a minha aplicação; mas um dia sendo informado o velho que havia algumas semanas sabia eu sempre a lição, disse-me com desusada brandura: «mas não é melhor isto do que precisares de castigo?» e os seus olhos se molharam de lágrimas que me causaram profunda impressão. Dêsse dia em diante estudei sèriamente, e afinal sem ser um latinista provecto como Teófilo, eu comprehendia bem a língua; agora

mesmo o verifico, voltando depois de longos anos a leituras latinas, com que amenizo um pouco os meus ócios».

Deixa êle ainda à mostra a precocidade de sua inteligência e de seus sentimentos patrióticos, ao recordar o seu caloroso ensaio poético, aos 11 anos de idade, nos festejos que ali na então Vila do Príncipe se efetuaram pela Independência.

Afinal, ei-lo que em 1828, — à semelhança do que antes já haviam feito seus irmãos Teófilo e Honório, — veio juntamente com o seu irmão Jorge para o Rio de Janeiro, à procura de estudos superiores.

A bagagem literária que trouxe era apenas, pode-se dizer, a daqueles quatro anos de estudo de Latim.

Mas tão opulenta!...

Dêsse Latim, base maravilhosa de cultura, como não me canso de proclamar, e que na sua pessoa iria confirmar, ainda, o juízo do sábio Henri Poincaré, da necessidade dessa disciplina para o estudo da própria matemática.

A semelhança também, do que aquêles seus dois irmãos haviam feito, matricularam-se ambos na Academia de Marinha.

Não foi, porém, a vocação que a êle, bem como a seus irmãos, levou para êsse curso de Marinha; mas, o ser o mais barato.

E assim explica:

«D. Pedro I empenhado em criar officialidade de mar, que não tinha mandava abonar 12\$000 mensais, a quem se matriculasse, dependendo o pagamento do atestado de freqüência e aproveitamento. O pôsto de Aspirante (cadete) até ali reservado aos fidalgos foi garantido a todos estudantes que obtivessem uma aprovação plena».

Procurando êsse curso de Marinha, os quatro irmãos aliviavam o pai das mesadas que eram onerosas, pois o mesmo embora possuindo recursos, oriundos da sua intensa atividade na carreira de comerciante, que escolhera, tinha considerável encargo de família, contando onze filhos.

Dos quatro sòmente Jorge adquiriu gôsto pela profissão, tornou-se um marinheiro de corpo e alma, havendo falecido capitão-tenente, aos 29 anos, e gozando de excelente reputação no Corpo da Armada.

Quanto a êle, apenas uma vez embarcou e por breve tempo.

Dedicou-se, a princípio, ao ensino de matemática, fora da Academia em curso particular, e depois nela própria, sendo professor substituto por concurso em 1834, e afinal em 1844, professor cate-drático, cargo em que se jubilou em 1855, obtendo ao mesmo tempo a sua reforma no pôsto que occupava de capitão-tenente.

Mas ensino êsse que se desenvolveu ao mesmo tempo na cátedra e no livro, abrangendo as matérias de que se compunha o 1.º ano do curso de Marinha, assim programado pelos Estatutos:

«1.º ano (matérias regularmente desenvolvidas) Aritmética, Algebra até equações de 2.º grau, Geometria, Trigonometria analítica».

Assim que, escreveu êle de 1852 a 1853, um Compêndio sôbre cada uma dessas matérias.

E tiveram todos, e por longo tempo, grande successo. Foram adotados, pode-se dizer, em todos os cursos de ensino secundário e superior.

Mas, ao lado de sua diplomação na Academia de Marinha, diplomou-se também pela Academia Militar, isto ocorrendo em 1837.

Academia esta de moldes adiantados, para sua época, e maxime com a reforma de 1832, publicada com o decreto do dia 9 de março; e da qual saiu a Escola Central, transformada em 1874, na então Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.

Isto significado, passo a considerar na figura do ilustre brasileiro o político e o escritor.

A sua vocação para política, não a estimulou apenas a brilhante carreira de seu irmão Teófilo.

De um modo geral, procedia de quem nascera na Terra da Inconfidência, e que assim já aos 11 anos de idade tomava calorosamente parte, como ficou referido, nos festejos que lá se realizaram pela Independência. E de um modo especial, êle lhe explica a gênese na sua *Autobiografia*.

Travara conhecimento com um freqüentador dos clubes a que pertencia Teófilo, com êsse Efigênio Pedroso, interessante personagem que descreve.

«Era Efigênio um republicano convicto e intransigente, mas cuja ação ao menos direta ou pessoal, nunca passou dos clubes; sua pequena livraria compunha-se quase exclusivamente de escritores do século XVIII; tinha boa inteligência e cultivava-a».

«Êste homem a quem depois liguei-me em estreita amizade, foi quem fêz, êle e seus livros, a minha educação política. Publicistas e Filósofos da época, de Voltaire, história da Revolução Francesa, *choix de rapports opinions et discours* do parlamento instalado em 1789...»

«Fiquei profundamente democrata, e tais são até hoje os meus sentimentos. Transigi depois com a monarquia, mas nunca pude vencer certas repugnâncias; por exemplo os lugares do Paço, Guarda Roupas, Veador Camarista, que tantos ambicionam, sempre me pare-

ceram lacaio mais ou menos agaloados. Vejo que servem tais empregos algumas pessoas, de excelente caráter e amigos que prezo; mas não posso resistir à idéia de que se rebaixam».

Sob a influência daquelas leituras de História, Direito Público e Filosofia, chegou a inclinar-se pela formatura em Direito, como assim conta:

«Concluído (1830) o meu curso de Marinha, e tendo de dar-me à vida do mar, senti por ela viva repugnância e decidida vocação para a Jurisprudência, desejo de ir para São Paulo formar-me em direito».

A dificuldade era a mesada que não se animava a pedir ao pai.

Vagando, porém, a cadeira de Geometria, anexa ao Curso Jurídico, ali localizado, e não sendo de esperar que ela fôsse por outros desejada, de vez que a sua remuneração era apenas de 600\$000 requereu-a, provando que fôra classificado o 1.º estudante de sua turma na Academia de Marinha certo de que nenhuma informação podia desaboná-lo.

Apresenta-lhe o nome o Ministro do Império, Silva Maia, ao Imperador, para a nomeação mas intervém o Marquês de Paranaguá presente ao ato, aconselhando D. Pedro I a que não assinasse o decreto para homens dêsse apelido: «em lhe soando aos ouvidos o nome Otoni — pode V.M. estar certo de que se trata de um inimigo».

«Inimigo pessoal», considera êle, «não era eu; da instituição monárquica, sim; mas não tendo aparecido em ato público algum, e nada de mim podia saber o ferrenho marquês, condenava a família o nome Otoni».

E explica: «Tinha-se êle irritado porque Teófilo Otoni sendo Guarda Marinha se envolveu com o Evaristo da *Aurora*».

«Talvez soube também que meu pai teve muito entusiasmo pela Independência e pela Constituição».

«Tinha ainda uma magoa com um Otoni. Nos movimentos de 1821, um dia no teatro meu tio José Elói, declamou um belo soneto que eletrizou as massas populares, então em ebulição. O fêcho — *Escravos ontem, sois Romanos hoje*, recebeu aplausos tão frenéticos, que D. João VI ergueu-se e disse: — *Escravos, não; Vassalos, sim*».

A sua entrada ostensiva para a política, marca-se em 1848.

Certo, em 1835 fôra eleito deputado à Assemblêia da Província do Rio; mas no ano de 1837, desinteressou-se da mesma.

E quanto à Revolução de 1842, eis o que conta:

«Em 1842, por causa da rebelião de Minas e São Paulo, estive prêso a maior parte do ano. O Governo conhecendo minhas opiniões e minha intimidade com Teófilo julgou-me comprometido nos movimentos políticos de Minas. Enganava-se; eu persistia em concentrar-me na vida privada; mas desdenhei justificar-me».

Foi em 1848 que êle se elegeu deputado a Assembléia-Geral no Império, pela Província de Minas, de novo sendo eleito pela mesma, nas legislaturas decorridas de 1861 a 1868; passando finalmente em 1879, a senador pela Província do Espírito Santo.

E certo ainda que, na República, o Estado de Minas em 1892 o elegeu senador federal, neste pôsto permanecendo até desaparecer em 1896.

Confirmam plenamente os Anais Parlamentares, aquela profissão de fé por êle expressa na sua *Autobiografia*: transigira com a Monarquia, mas era um democrata.

Bem como o que em uma daquelas quatro páginas das *Efemérides Mineiras*, consagradas à sua figura, já soube dizer Xavier da Veiga:

«Cristiano Otoni não era um tribuno; faltava-lhe mesmo para orador a vivacidade da inteligência e a palavra brilhante que arrebatava e arrasta o auditório».

Era, porém, «um argumentador temido pelo adversário, e que sabia prestigiar a causa de que se fazia paladino. Sua palavra fria mas correta feria as questões no âmago elucidando os assuntos com a clareza e a precisão das demonstrações matemáticas, a que habituara o seu espírito, em longos anos de magistério».

Confirmam tudo isso os mesmos Anais, bem como que se a sua cultura se alteava no assunto da matemática, e culminava na engenharia, tinha ainda outras importantes revelações.

Graças especialmente a estas, fôra mesmo eleito deputado.

«Em 1846», diz êle na sua *Autobiografia*, «fui chamado por Holanda Cavalcanti, Ministro da Marinha e da Fazenda, para auxiliá-lo no gabinete, e conservei a minha posição em 1847 e primeiros meses de 1848, com o Ministro da Fazenda, Alves Branco, e os seus sucessores».

«Não tinha ingerência alguma na política; minha missão era de estudo administrativo; examinava os negócios públicos e o Ministro tinha de resolver, relatava o pró e o contra, emitia meu parecer, e submetia o trabalho à decisão ou verbalmente, ou deixando na pasta o relatório por escrito».

«Êstes dois anos de gabinete ministerial deram-me boa reputação e a alguns respeitos tinha consciência de que o merecia. Fui muito assíduo no trabalho; muito liso e honesto no procedimento; e os ministros que auxiliei, bem como outros depois, fizeram menção honrosa de meus estudos administrativos».

«O aprêço em que Holanda tinha a minha coadjuvação, e o bem que de mim dizia nas rodas políticas, concorreu *juvente Teófilo*, para a inclusão de meu nome na lista dos deputados liberais de Minas de 1848...»

Foi então eleito deputado.

E novas revelações de seu saber, atestam de fato os Anais, se apresentam agora, no exercício do mandato legislativo.

Salienta-se não só nos debates, de que êle fala, sôbre as franquias provinciais e a compressão organizada da Lei de 3 de Dezembro, mas também na discussão da reforma eleitoral, propugnando a extensão das incompatibilidades a todos os funcionários amovíveis, e a lei dos círculos, na discussão de assuntos financeiros, e de concernentes aos ministérios da Marinha e da Guerra; mas certo que salientando-se principalmente nos debates relativos aos dois primeiros assuntos indicados.

Essas revelações, conjugadas com aquelas que favoreceram a sua entrada para a Câmara, determinaram o convite que recebeu para ministro, mas que não pôde aceitar.

Dêste fato, fala êle na sua *Autobiografia*, mas de um modo sumário, significando mesmo que perdera documentos sôbre o assunto.

Teófilo Otoni, porém, perfeito conhecedor do acontecimento em causa, circunstanciadamente o descreve, em uma das passagens da sua histórica *Circular* de 1860.

«Em 1848, por exemplo, o Sr. C. B. Otoni, foi convidado pelo falecido Visconde de Macaé, autorizado por Sua Majestade o Imperador, para aceitar a pasta da Fazenda ou da Marinha no ministério de que S. Exa. era presidente. O convite foi dois dias discutido no terreno do programa ministerial. O Sr. C. B. Otoni só entraria para o ministério comprometendo-se os seus colegas a restituir às assembléias provinciais as faculdades de que foram elas inconstitucionalmente esbulhadas a pretexto de interpretação do ato adicional. Ousou propor que fôsem retirados do conselho de estado ordinário os mais proeminentes chefes do partido conservador, a fim de que assim reconhecesse o país que a coroa depositava a necessária confiança nos conselheiros responsáveis. As condições da aceitação da pasta da fazenda ou da marinha sôbre que não se pudera chegar a acôrdo, foram com tôda a lealdade postas por escrito, e entregues ao falecido visconde, pelo qual foi o documento

levado a augusta presença de Sua Majestade o Imperador. Resolvida constitucionalmente a não entrada do Sr. C. B. Otoni...»

Restava-lhe, a Cristiano Otoni, ir apresentar ao Imperador a homenagem de sua gratidão pela alta confiança com que o distinguira. Isso foi feito, e, segundo informa ainda Teófilo Otoni, «retirando-se êle da presença imperial penhorado pelo gracioso acolhimento que teve, dignando-se Sua Majestade louvá-lo pela escrupulosa sinceridade de seu procedimento».

Com tal exigência feita, para que pudesse aceitar a pasta de ministro, deixou bem à vista, o modo como estava colaborando com os liberais, que o elegeram, o da ressalva de seus sentimentos democráticos (2).

Subiu ao poder, afinal, o partido conservador, constituído o Ministério de 29 de setembro, sob a chefia do Marquês de Olinda, e, a seguir, do Visconde de Monte-Alegre; notável Ministério de longa duração e obra fecunda, do qual era chefe, de fato, essa extraordinária figura de Eusébio de Queirós, de que tratei longamente em Conferência realizada no Instituto dos Advogados Brasileiros, na sessão de 14 de dezembro de 1950.

E êle próprio Cristiano Otoni, pinta em sua *Autobiografia*, o que constituiu a sua atividade política depois daquele momento:

«Com a ascensão dos conservadores, a minha fama política passou a ser na imprensa, achei-me colaborador do *Correio Mercantil*, dirigido por Paranhos (José Maria da Silva Paranhos, mais tarde Visconde do Rio Branco), que algum tempo depois da mudança da situação continuou a ser liberal. Na Imprensa tinha consciência de que não representava mal o meu papel; escolhia os assuntos e pois possuía-me dêles; demais sempre demonstro melhor escrevendo do que falando; o *Mercantil* prestou muito bons serviços e eu não entibiei senão depois da anistia de Pernambuco, quando a repressão moderou-se e começaram os primeiros sintomas da célebre conciliação».

«A conciliação foi o meio de ir abatendo o partido conservador, bem como a *justiça* e a *tolerância* tinha sido em 1848 água na fervura dos liberais; mas cessando as violências e enfraquecida a luta, foi-se apagando o meu entusiasmo e de todo me retirei da política, para a qual na verdade tinha pouco jeito».

Concentra então inteiramente a sua atividade no trabalho científico, de que já dei notícia, ralizado na cátedra em que professava e nos livros que produzia.

(2) Teoph'lo Ottoni trata do assunto, defendendo-se de uma crítica feita na imprensa indiretamente a êle, e diretamente a Christiano Ottoni de que êste havia ido ao «beija-mão» imperial. Certo que da mesma, êste também se defendeu na sua *Autobiographia*.

E de 1855 a 1865 está consagrado à Estrada de Ferro D. Pedro II, como Presidente da respectiva Companhia, e em obra verdadeiramente gloriosa, como deixarei visto na segunda parte dêste trabalho.

Isso não obstante, volta êle à Câmara nas legislaturas de 1861 a 1868.

Estava no poder a princípio, de 1861 a 1862 o partido conservador, com o Ministério organizado a 2 de março de 1861, sob a presidência do Marquês de Caxias; contra o qual êle Cristiano Ottoni se bate.

Operou-se entretanto no ano de 1862, aquêlê importante acontecimento da nossa história política, o da constituição da «Liga» dos Liberais com os conservadores progressistas.

Deu Cristiano Ottoni a sua colaboração à mesma, de que saíram os sucessivos Ministérios: Zacharias, Olinda, Zacharias (segundo), Furtado, Olinda (segundo) e Zacharias (terceiro).

Joaquim Nabuco, em sua admirável obra *Um Estadista do Império* tratou longa e exaustivamente, e com aquela felicidade e profundidade de conceitos que o caracterizam, da vida dessa «Liga» ou *Partido Progressista*: de sua constituição; de seu desenvolvimento; de suas inclinações, ora para os Liberais, ora para os Moderados.

«Os liberais e os Moderados da Liga», fala êle, «estão em antagonismo latente; são duas correntes que por enquanto se prezam mutuamente à espera de uma vencer a outra. A menor questão de superfície fazia aparecer a divisão no fundo da Liga».

«Com a retirada de Zacharias do segundo Ministério, é chamado Furtado. Gabinete dêste tem feição não moderada porém acentuadamente liberal. A divisão tornou-se profunda, começava a guerra intestina na Liga, o duelo entre progressistas e Históricos».

Culminou essa guerra no último Ministério Zacharias; prolongando-se até a sua queda, com a ascensão do partido conservador ao poder, constituído a 26 de julho de 1868 o Ministério Itaboraí.

Certo que a atitude tomada por Zacharias contra os Históricos, era a represália dos Moderados à que antes houvera assumido Furtado.

E na luta que se trava, aumentada pelo temperamento de Zacharias que, como assinala Joaquim Nabuco, deleitava-se em provocar o ódio de seus adversários; nessa luta, Cristiano Ottoni é dos mais aguerridos.

Ascende constantemente à tribuna, ora em longos discursos na discussão da Resposta à Fala do Trono, ou na discussão dos Orçamentos, ou em menores discursos em outros casos, e intrometendo-se ainda a cada instante, com apartes, nos discursos de seus adversários; e nessa atividade discute assuntos das mais variadas naturezas, na sua obra de opposição.

É a êle, especialmente, que se refere Joaquim Nabuco, quando fala nos adversários de Zacharias, certo subestimando os seus títulos oratórios, para que pudesse entrar em justa com o extraordinário, com o invencível esgrimista, que a todos levava de vencida, a dizer:

«Uma palavra assim penetrante, vitriólica, corroia todos os prestígios, e naturalmente exasperava os adversários, como Cristiano Otoni, que possuía em escala também excepcional, a faculdade de vitupério. A arma dêste porém, era pesada, embotada, difícil de manejar, ao lado da lâmina flexível reluzente, leve do consumado mestre».

Não era Cristiano Otoni, de fato um orador de imaginação viva, mas um forte argumentador, habituado ao trato dos problemas da matemática.

Apesar disso, na obra de espírito, obrigou algumas vêzes, pelo menos, Zacharias a dar mais de si, a afiar a sua lâmina, como por exemplo na sessão de 28 de agosto de 1867, nesse discurso que pronuncia em tôrno do Orçamento Geral do Império, na immediata resposta ao discurso do mesmo.

«O Sr. C. Otoni — Começarei por tributar a S. Exa. novos agradecimentos pela honra que me outorgou, proferindo as palavras graciosos que há pouco ouvimos».

«Julgo que S. Exa. me considera mais do que na realidade eu valho, quando se mostrou impressionado por supor que eu exigia discutir com S. Exa.».

«O Sr. Presidente do Conselho — Respondo sempre e immediatamente, a quem fale em minha presença. (*Apoiados e risadas*)».

«O Sr. C. Otoni — Mas quando o nobre presidente do Conselho não quizer responder as minhas observações, o país as apreciará pelo que elas valerem; e o meu amor próprio não exige que S. Exa. despenda comigo o seu tempo. Entretanto, logo que estranhou uma parte de certo discurso meu, a que chamei inventário de seus liberalismos; permitir-me-á explicar essa palavra que não tem sido empregada no sentido em que a proferi».

«Faz-se inventário de bens dos mortos; pensou-se talvez por isso que eu considere o ministério defunto».

«O Sr. Presidente do Conselho — Não; não; eu tenho consciência de que vivo».

«O Sr. C. Otoni — E infelizmente o país também tem essa consciência».

«A idéia de morte de partilha, e de herança, estava longe de meu pensamento, quando me servi da palavra inventário — «Inventário, disse o nobre ministro, só o faz quem tem bens, e êstes nós

os temos. Mas quem pode duvidar? De que bens se trata? De pensamentos, de idéias, de propriedade intelectual; já duvidei porventura da riqueza intelectual do nobre ministro? Portanto admirei-me de sua admiração quando disse Inventário faz quem tem bens, e então nós não o temos». Boa duvida!»

«Inventário faz é quem tem bens: mas não só por morte; há circunstâncias na vida em que o capitalista faz inventário de seus bens».

«O Sr. *Presidente do Conselho* — O herdeiro que conta com a herança também faz os seus cálculos. (Hilariedade)».

«O Sr. C. Otoni: — Depois que V. Exa. acabar de fazer rir a Câmara eu continuarei».

«O Sr. *Ministro da Justiça dá um aparte*».

«O Sr. C. Otoni — Que importa à casa saber se há circunstâncias em que o rico faz inventário de seus bens? O que me cumpre é expor qual era o pensamento do meu inventário. Uma das circunstâncias em que o capitalista tem necessidade de fazer inventário, é quando precisa recorrer ao crédito».

«Se não o tem pessoal, precisa saber a quanto pode montar a sua hipoteca de bens».

«Se os de raiz não estão estragados, os móveis gastos, tudo caduco, sôbre a sua garantia se levanta empréstimo; senão, não».

«Declaro que era posição análoga a em que me parecia estar o ministério; mas confesso que não fui bem claro. Explicar-me-ei pois».

E passa de fato a explicar-se, desenvolvendo considerações que obrigam Zacharias a ouvi-lo, certo apartando-o, mas com breves e sempre incisivas palavras.

Afinal, com a constituição, em 1868, do Ministério Itaboraí, sobe ao poder o partido conservador, em minoria na Câmara, mas isso em parte devido a capricho do próprio Zacharias.

Reconciliam-se então os liberais históricos e progressistas, organizam um programa de oposição governamental, cheio de reivindicações; fundam o *Clube da Reforma*, e o seu órgão — *A Reforma*.

É êle Cristiano Otoni, voto divergente; quer que as reivindicações liberais cheguem até a abolição do Poder Moderador e assina afinal o Manifesto Republicano de 1870.

Mas na sua *Autobiografia* explica as condições especiais que determinaram esta assinatura, lançada de momento, para não desgostar amigos.

Era radical, entendendo, porém, que ainda não era tempo para a propaganda republicana, que poderia pôr em perigo a integridade do Brasil.

E por isso, não compareceu ao Clube Republicano, nem colaborou no seu jornal *República*; antes, foi na *Reforma*, que colaborou, dando expansão, porém, como êle diz, ao seu *scribendi cacoethes*.

Afastou-se de fato da política militante, a que só voltaria em 1878, com a ascensão dos liberais ao poder, formado o Ministério Sinimbu.

Parecia-lhe bastante largo o programa dêste Ministério. Candidatou-se assim à Câmara, ainda pela Província de Minas Gerais, não conseguindo eleger-se; mas eleito foi para o Senado pela Província do Espírito Santo.

E seja dito, a sua transigência com a Monarquia, na aceitação de uma cadeira senatorial, foi deveras profunda: entrava para um Senado vitalício, e mediante a escolha do Poder Moderador.

O quadro de sua atividade nessa Casa foi semelhante ao que deixei descrito, da sua atividade na Câmara; mas sem aquêlê radicalismo incompatível com a mesma Casa.

Ê apenas o que me cumpre dizer aqui.

Depois da República, volta êle à política em 1892, eleito Senador Federal pelo Estado de Minas Gerais, na vaga de outro ilustre brasileiro, Cesário Alvim, que fôra eleito presidente daquele Estado.

Conta aí oitenta e um anos de idade.

Isto não obstante, freqüenta a tribuna até que falece a 18 de maio de 1896. Discute principalmente os assuntos ferroviários, dando lições magistrais a respeito, às gerações novas, em longos e vivos debates.

Ainda em 1895, já aos 84 anos, discute com calor, na sessão de 10 de junho, o projeto que aprovava os estados de sítio decretados pelo Marechal Floriano, pelo qual vota mas profligando os crimes com proporções de uma hecatombe praticados por agentes do Govêrno.

Concluido que fica o estudo da figura política do ilustre brasileiro, passo a estudar-lhe a figura de escritor.

Na imprensa, como já deixei visto, foi redator do *Correio Mercantil*, e escreveu alguma coisa na *Reforma*; e ao que conta Xavier da Veiga, nas suas citadas *Efemérides Mineiras*, revelou-se em alguns periódicos, polemista adestrado, vigoroso mas pelo seu temperamento de batalhador, não raro tornando-se violento, implacável.

Sôbre os trabalhos publicados, pondo de lado, por enquanto, os relativos ao assunto ferroviário, passo a considerar os históricos.

Neste gênero, importantes são a *Biografia de Teófilo Otoni* aparecida em 1870 e existente na Biblioteca Nacional, e a sua *Autobiografia* já tantas vêzes citada, e que também existe na Biblio-

teca Nacional, como na do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde a consultei.

Publica ainda, em 1890, um opúsculo intitulado *O Advento da República* e em 1893, uma rápida *Biografia de D. Pedro de Alcântara*, trabalhos ambos também existentes nessas duas Bibliotecas.

No primeiro, estuda êle as causas da queda da Monarquia, e lançando culpa, em parte, ao próprio Visconde de Ouro Preto.

Não tardaria, porém, que êste grande brasileiro que foi o Visconde de Ouro Preto, e de figura incomparável no 15 de Novembro, pela sua altivez e pela sua lealdade à causa da Monarquia Liberal, que fazia o orgulho do Brasil, saísse a campo em uma das passagens do seu conhecido trabalho o *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, publicado naquele mesmo ano, notável documento da nossa História Política.

Com a clareza, precisão e vivacidade, que eram de seu estilo, contradita afirmativas de Cristiano Ottoni.

E de modo especial, e fortemente, o fazendo quanto ao que se refere à sua pessoa.

Começa mesmo arguindo a suspeição do autor do *Advento da República no Brasil*.

São estas, de fato, as suas primeiras palavras:

«O Sr. Cristiano Ottoni foi um dos adversários com quem mais rijamente tive de bater-me na vida pública. São passados doze anos, depois que pela última vez terçamos armas. Nesse período esqueci — sabem-no todos que nos conhecem, as desavenças que nos separavam e no meu ânimo apagaram-se quaisquer ressentimentos. Por sua parte, ao menos ostensivamente, absteve-se êle de hostilidades».

«Decaído agora da posição que ocupava, esbulhado de meus direitos, banido da pátria, atira-me de longe o Sr. Ottoni gratuita agressão. Levanto-me para defender-me; não esperava a investida, que todavia não me admirou. Assim devia acontecer dadas as mudanças que se operaram no Brasil».

«Alimentasse eu outros intuitos, além da justificação dos meus atos como funcionário público, e larga expansão proporcionar-me-ia o libelo que se intitula *O Advento da República do Brasil*, firmado pelo meu comprovinciano e ex-colega».

E a prevenção de Cristiano contra êle, devo significar, vinha de longe.

Vinha de 1864, quando ambos deputados à Assembléia-Geral do Império.

Cristiano Ottoni, veterano da tribuna parlamentar, onde como ficou visto já se salientara em 1848; e êle, Ouro Preto, então Afonso

Celso de Assis Figueiredo, deputado pela primeira vez, e contando apenas 28 anos de idade.

Nos discursos que pronunciava sôbre a Estrada de Ferro D. Pedro II, Cristiano, com o justo orgulho do seu alto saber na matéria, não tolerava a menor contradita.

A isto entretanto, arrojou-se Afonso Celso, quanto ao assunto do prolongamento da Estrada, e com o successo assim contado por Eunápio Deiró, escritor contemporâneo, em seu trabalho *Estadistas e Parlamentares*, existente na Biblioteca do Instituto Histórico Brasileiro, onde o consultei:

«Eis senão quando ergue-se de improviso um jovem deputado e atira-se na arena de combate com a sobranceiria de um lutador impávido».

«Coberto de aplausos e admirado por todos, concluiu sua brilhante e veemente oração».

Finalmente sôbre aquela rápida *Biografia de D. Pedro de Alcântara*, na mesma Cristiano Otoni apenas se valeu de suas recordações pessoais, como confessou no Prefácio, a dizer: «Pede a lealdade que eu declare que não é êsse trabalho o resultado do exame de originaes, revisão de fôlhas politicas, exposição de documentos. Inspirei-me sômente na tradição de minha memória, e em alguns registros de impressões que tenha hábito formular no silêncio do meu gabinete».

II

Passo agora, a estudar-lhe a figura no seu ponto culminante, isto é, no que respeita ao progresso ferroviário do Brasil.

De quantos se salientaram nesse campo, foi êle Cristiano Otoni, quem mais alto pairou.

Gloriosa, deveras, a obra que se lhe deve. É o que vou deixar visto.

O espirito progressista que, por tão variadas formas, caracterizou o legislador brasileiro do periodo da Regência, teve uma nota sensacional nesse assunto das estradas de ferro.

Ainda em 1837-1838, a estatística das estradas dêsse gênero, revelava para a própria França, em construção e serviço, apenas 435 quilômetros.

Entretanto, já em 1835 era votada aqui, essa Lei de 31 de outubro, de vasto plano, autorizando o Govêrno «a conceder a uma ou mais companhias que fizerem uma estrada da capital do Rio de Janeiro, para Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, carta de privilégio exclusivo por espaço de 40 anos para o uso de carros para transporte de gêneros e de passageiros!»

E pelo mesmo diapasão afinou o Poder Executivo.

Naquele momento, realizou uma viagem à Europa, para tratar de interesses particulares, o notável brasileiro Marquês de Barbacena, estadista, diplomata, militar e industrial, e que gozava de excelentes relações nos meios políticos, sociais, econômicos e financeiros da Inglaterra.

O Regente Feijó aproveitou-lhe a mesma incumbindo-o de missão diplomática compreensiva de um conjunto de importantes assuntos.

Missão essa de que já tive ocasião de falar no meu trabalho *Minas na Diplomacia*, publicado em *O Jornal*, na edição especial de 1929, de homenagem a Minas Gerais.

E na qual se compreendia promover na Inglaterra uma concorrência para a construção da estrada em causa.

Entra êle, Barbacena, em ação a êste respeito.

Mas havendo de ponderar a Feijó, em ofício de 19 de janeiro de 1836 — transcrito por Antônio Augusto de Aguiar, no seu conhecido trabalho *Vida do Marquês de Barbacena* —, que o Ministro Limpo de Abreu (mais tarde Visconde de Abaeté), nas Instruções enviadas, «em lugar de fixar as penas e as garantias que bem lhe parecessem para formar-se a companhia que devia fazer a estrada de Minas, encarrega-me de convidar quem mande suas propostas ao Rio. Em negócios ordinários tudo isto pode ser, mas no caso presente, há muito risco de perder o momento propício. O atual ministério quer o que V. Exa. propuser, outro qualquer pode não querer. A opinião pública da praça de Londres é agora favorável à construção da estrada de ferro, seis meses mais tarde, pode ser bem diferente».

E, como informa Aguiar, «não podendo demorar-se em Londres por mais tanto tempo quanto era preciso, para mandar ao Brasil às propostas, e esperar a resolução do ministro sobre elas, cumpriu êle a primeira parte do que lhe fôra determinado, isto é, promover a concorrência dos capitalistas que tomassem a emprêsa, indicando-lhes que se dirigissem diretamente ao Governo do Brasil, ou ao seu Ministro Galvão, porque achando-se êste em Londres, poderia dar andamento ao negócio».

Se o Governo tivesse declarado a qualidade e a extensão da garantia que reclamava da emprêsa que se organizasse, não padece dúvida, proclama o escritor da *Vida do Marquês de Barbacena*, de que êste em poucas horas a teria organizado.

Mas considera: «Foi porém talvez uma fortuna para o Império que tal não tivesse acontecido, porquanto, sendo certo que o assunto de estradas de ferro era no Brasil então, quanto

a custo, praticabilidade, e direção completamente desconhecido por falta de ciência profissional sobre a matéria; nestas circunstâncias quaisquer tentativas seguidas de maus resultados podiam ter lançado o descrédito sobre a idéia, e feito esmorecer o espirito do progresso adiando para uma época ainda distante a realização adqueles beneficios que o Brasil já desfruta e que o incitam a novos ainda mais vastos cometimentos».

Certo acrescentando : «Entretanto o Marquês trouxe para o Brasil uma proposta para a construção da grande via férrea que o govêrno se propunha realizar».

Passo agora a referir o que, depois do que acaba de ficar exposto foi ocorrendo sobre o assunto em causa, até que surgisse a sábia Lei de 26 de junho de 1852.

A princípio é a concessão pela Província de São Paulo, para estradas (dentro de seu território, está visto), outorgada em 1836 à Casa Viúva Aguiar, Filhos & Cia.; concessão essa que ficou adormecida.

Seguiu-se a que o Govêrno Imperial, pelo decreto de 4 de novembro de 1840, outorgou ao Dr. Tomás Cochrane, para uma estrada que, partindo do município da Côrte, fôsse ter à Província de São Paulo; mas que se não ficou adormecida, não conseguiu vitalizar-se.

A seu respeito, é assim que se manifesta Cristiano Otoni, no seu *Esboço histórico das estradas de ferro do Brasil*, publicado em 1866, existente na Biblioteca Nacional, onde o consultei :

«Esta concessão que aliás não passou além da promulgação do respectivo decreto, foi no entanto um êrro que embaraçou o verdadeiro estudo da questão, e talvez retardou o melhoramento».

«O Dr. Cochrane, que é um homem inteligente anteviu no futuro a realização da Estrada de Ferro, e quiz segurar para si a glória da iniciativa e as vantagens pecuniárias da concessão».

Afinal, só nas vésperas da promulgação da célebre Lei de 26 de junho de 1852, cujo projeto fôra apresentado à Câmara dos Deputados em sessão de 11 de junho de 1851; só em tal momento foi que appareceu a concessão outorgada a Irineu Evangelista de Sousa (mais tarde Visconde de Mauá), pelo Govêrno da Província do Rio de Janeiro a 27 de abril para construção de uma estrada que, partindo do pôrto de Mauá, na baía de Guanabara, chegasse à raiz da Serra de Petrópolis, — concessão essa, de fato, destinada ao successo que conquistou em 1854, e de que para adiante darei notícia.

Se fôra, pois, intempestiva, a Lei de 31 de outubro de 1835, ao contrário, viera na hora essa de 26 de junho de 1852, autori-

zando o Governo «a conceder a uma ou mais companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do Município da Côte, termine nos pontos das Províncias de Minas Gerais, e de São Paulo, que mais convenientes forem».

Eis, de fato, como lhe coube explicar as causas, Cristiano Otoni, no seu citado *Esbôço*:

«A crescente facilidade de comunicações com a Europa, o desenvolvimento dos caminhos de ferro em todo o mundo, os debates tão ilustrados do parlamento francês de 1838 a 1842, para decretação de grande rêde, debates tão ecoados na imprensa de todo o mundo, a cessação do tráfico africano de 1850 e o conseqüente desempenho de vasto capital, tais foram as verdadeiras causas que deram valor ao projeto e alimentaram esperança do melhoramento».

Entretanto curioso é recordar, — ao que consta dêsse Esboço, e vem sendo repetido por diversos escritores, por exemplo Cunha Galvão, no seu trabalho *Estradas de Ferro do Brasil*, publicado em 1869, e Alberto de Faria, em uma das passagens do seu trabalho, *Mauá*, publicado em 1933; — curioso é recordar o êrro em que incidiram na França, sôbre êsse assunto das estradas de ferro, um sábio como Arago, e um vulto da estatura de Thiers, e em que também incidiram no Brasil, Bernardo de Vasconcelos, «o gigante intelectual», «o fundador do parlamentarismo no Brasil», e o maior de nossos legisladores e o grande estadista que foi o Marquês de Paraná.

Thiers, como salienta Alberto de Faria, não via necessidade de construir-se na França mais de vinte quilômetros por ano e receava que a linha de Paris para Bruxelas parasse em St. Quentin por falta de tráfego; e, mais interessante ainda, Arago combatia a idéia, pelos perigos dos defluxos apanhados à saída dos túneis, e pelo risco de efeminar-se os soldados, poupando-lhes as grandes marchas!

E eis o que conta Cristiano Otoni, quanto a Vasconcelos e Paraná:

«Vasconcelos dizia — «Estrada de ouro, e não de ferro.

Carregará no dia 1 do mês tôda a produção realizada, e terá trinta dias ociosos».

«Paraná respondia aos vassourenses (isto é, aos grandes agricultores de Vassouras, empenhados na construção da estrada) — Caisse do céu prontinha a estrada que todos desejam, a renda não daria para o custeio».

Não apurei em que momento e em que circunstâncias Vasconcelos teria usado das expressões que lhe atribui Cristiano Otoni.

Fôra, por certo, antes de 1850, pois nesse ano a 1 de maio falecia êle.

Antes, assim, da supressão do Tráfico Africano, o qual, de fato, absorvia e levava para o estrangeiro, grande parte do capital da nossa riqueza já formada.

Agora, de um ponto de vista geral, as nossas estradas de ferro eram realmente estradas de ouro, no sentido da despesa, de construção e custeio, havendo de galgar a Serra do Mar, e, a seguir, a Serra da Mantiqueira, razão pela qual o notável escritor e pensador que foi Euclides da Cunha havia de conceituar:

«Na Argentina, as estradas de ferro trouxeram o progresso, no Brasil o progresso trouxe as estradas de ferro».

Se a lei de 31 de outubro de 1835, foi intempestiva, como deixei visto, ao contrário, essa de 26 de junho de 1852, como soube significar Cristiano Otoni, chegou na hora.

E se foi de grande plano, não atingiu ao arrôjo daquela lei que estabelecia uma estrada, com dois braços, após a Serra do Mar, um que se estendesse a Minas Gerais e Bahia, outro, ao Rio Grande do Sul; antes determinou que êsses braços se estendessem apenas aos pontos das Províncias de Minas e de São Paulo, que parecessem mais convenientes.

Entretanto estipulou que os favores que consagrava, poderiam ser concedidos às Companhias que se propusessem a construir estradas em quaisquer outros pontos do Império; mas cautelosamente estabelecendo: «Neste caso porém serão os respectivos contratos submetidos a aprovação do Corpo Legislativo, a fim de resolver sôbre a conveniência das linhas projetadas e oportunidade das mesmas e a responsabilidade do Tesouro».

O pensamento do legislador era claramente, como significou Cristiano Otoni, no seu citado *Esbôço*, autorizar de preferência as linhas que tivessem recursos na produção do país de modo que não vivessem sômente da garantia de juros.

Afinal foi sábia e perfeita, essa lei de 26 de junho de 1852, nos seus dispositivos; assegurando ainda a sua exequibilidade, com o estabelecimento da garantia de juros.

Antes de entrar na apreciação do destino que ela teve devo falar do que teve aquela concessão de data anterior, feita pela Província do Rio de Janeiro, a Irineu Evangelista de Sousa, para a construção de uma estrada que, partindo do pôrto de Mauá, da baía de Guanabara, fôsse ter à raiz da Serra de Petrópolis.

Metendo ombros à empresa, resume Palhano de Jesus, em uma das passagens de sua *Rápida notícia histórica da Viação Férrea do Brasil*, publicada em 1922, Irineu Evangelista de Sousa, «e tendo incorporado a Imperial Companhia de Petrópolis inaugurava a 30 de abril de 1854 14½ quilômetros de linha férrea de bitola 1.676 (5½ pés), o que se passou no meio de grandes festas, presididas pelo Imperador D. Pedro II, acompanhado do que havia de mais fino na sua corte».

E Cristiano Ottoni, em maior e mais viva síntese, já havia dito em 1866 : «Foi em Mauá que se ouviu o primeiro silvo de locomotiva em terras do Brasil».

Glória esta de Irineu Evangelista de Sousa, que aliás tem ainda o seu nome estreitamente ligado, a um amplo quadro de realizações no sentido do progresso material do Brasil, e que dali de Mauá tirou o título de nobreza que lhe foi conferido — Barão de Mauá, afinal Visconde.

Incomparável foi o destino reservado àquela Lei de 26 de junho de 1852, para o progresso material do Brasil, desde quando em 1855, se constituiu a Companhia Nacional Construtora da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Até esse momento, do quanto ocorreu apresenta notícia Cristiano Ottoni, no seu citado *Esbôço*.

A princípio, o Governo abriu hasta pública, para a construção da linha planejada.

Mas logo mudou de orientação, seguindo-se os acontecimentos por elle, Cristiano Ottoni, assim descritos:

«Desprezou tôdas as propostas, e afetou o negócio à nossa Legação em Londres, que em 1853 contratou com uma mesa de banqueiros o lançamento da companhia. Esta diretoria provisória, mais tarde pede e obtem rescisão do contrato, alegando a alta de juros, resultado da Guerra do Oriente (1855), e desconfio que também assustados os banqueiros pelas dificuldades temerosas da Serra do Mar, que mandaram examinar pelo Engenheiro Chapman. Nasceu-me esta idéia de ter ouvido ao Dr. Joaquim, chefe da família Teixeira Leite, que seus engenheiros (os irmãos Waring), regressando do reconhecimento técnico que instituíram, haviam dito, «se não fôr possível na cordilheira um desenvolvimento acessível às locomotivas, construiremos uma estrada de ferro atmosférica».

«Rescindindo o contrato com os banqueiros, adjudicou a nossa Legação em Londres ao empresário Ed Price, a construção da primeira seção do Rio a Belém, por conta do Estado, reser-

vada ao Governo a faculdade de organizar uma companhia e transferir-lhe os ônus e direitos do contrato derivados».

E essa companhia se organiza, isto é, a referida Companhia Nacional Construtora da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Estabeleciam os seus Estatutos, aprovados pelo Decreto n. 1.599, de 9 de maio de 1855, que a mesma se compusesse de cinco diretores, que tivesse um presidente livremente nomeado pelo Governo Imperial, e um vice-presidente por êste também nomeado, mas dentre os diretores.

Foi Cristiano Otoni um dos diretores eleitos, e o mais votado; sendo os outros, o Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, o Dr. Jerônimo José Teixeira Júnior, o Desembargador Alexandre José de Siqueira e o Comendador João Batista da Fonseca.

E foi o escolhido para vice-presidente, havendo sido nomeado para Presidente o Visconde do Rio Bonito, que não aceitou o cargo, resolvendo o Governo deixá-lo não provido.

Assumiu assim êle, Cristiano Otoni, a presidência interina, que exerceria até 1857 quando, a 24 de agosto, nomeado presidente.

E ninguém mais indicado para o cargo.

Era, como já ficou referido, diplomado pela Academia de Marinha, e pela Academia Militar de moldes tão adiantados para o seu tempo, contando mesmo o curso de pontes e calçadas; e o consumado catedrático de Matemática na Academia de Marinha, autor de compêndios que tiveram grande sucesso.

Fôra, ao que parece, o primeiro a ocupar-se especialmente, em nosso país, das máquinas de vapor.

Assim é que publicou em 1844, um interessante trabalho *Teoria das Máquinas de Vapor* e, em 1846, uma tradução do trabalho *As Máquinas de Vapor*, por Dionísio Lendner, seguido de *Adições e Notas* por Janes Renwich (Tradução feita sobre a terceira edição americana). Trabalho e tradução êsses, de que há exemplares na Biblioteca Nacional onde os consultei.

E, por fim, especialmente quanto ao assunto das estradas de ferro, eis o que êle pode contar, em uma das passagens da sua *Autobiografia*:

«Refleti que se aproximava a minha jubilação na cátedra da Academia de Marinha, 1854, deixando-me no vigor da idade 43 anos, sem que nunca tivesse utilizado as noções de engenharia adquiridas no curso de pontes e calçadas, aliás muito incompleto, da antiga Academia Militar».

«E como ia então tomando corpo a idéia da construção de uma estrada de ferro do Rio de Janeiro para o interior, voltei par ela o meu pensamento e desde 1850 mandei vir da Europa livros sôbre caminhos de ferro dos quais fiz a minha primeira leitura nas horas vagas dos deveres domésticos e oficiais. Do resultado dêstes estudos, darei notícia no capítulo segundo, destinado aos 10 anos que empreguei da direção da Estrada de Ferro D. Pedro II».

Ninguém mais indicado pois, repito, do que êle, para o cargo de Presidente da Companhia.

Seria não apenas um administrador, mas um teorista ferroviário, a transformar-se em um verdadeiro prático da matéria, na supervisão que o cargo lhe impunha, sob todos os aspectos do grande empreendimento em causa.

Antes de ser eleito, em 1855, para um dos diretores da Companhia e como o mais votado, já havia escrito em 1853, uma série de artigos no *Jornal do Comércio*, de muito sucesso, criticando o Contrato Price, que considerava defeituosíssimo; e a isso, por certo, devendo-se a sua eleição, que não solicitara.

E a síntese da obra gloriosa e grandiosa, que de fato realiza é a que se segue.

Tira a estrada de ferro do país, dessa «amostra» certo muito significativa, de *Mauá*, ou ainda do trecho da *Estrada de Ferro de Pernambuco* inaugurado a 9 de dezembro de 1858; tira-a dessa situação, para alçá-la às vastas proporções da Estrada de Ferro Pedro II, a grande artéria ferroviária do Brasil, de cujo progresso material se tornou um dos maiores fatôres.

E a obra que assim realiza, em atividade onimoda e indefessa, é ao mesmo tempo de cultura, de patriotismo e de fé, como passa a ficar visto.

Em um dos capítulos da sua *Autobiografia*, descreve o notável brasileiro o quadro dessas tantas dificuldades de ordem técnica, administrativa, e financeira, que tiveram de ser superadas, para o bom êxito da obra monumental que lhe fôra confiada, e salientando o apoio que em tôdas as emergências ocorridas recebeu do Imperador, vivamente empenhado no melhoramento em causa, como aliás vivamente interessado foi sempre por tudo que pudesse servir aos maiores e melhores destinos morais ou materiais do Brasil.

Quanto à primeira seção da Estrada, isto é, a do Rio a Belém chega êle afinal com os trilhos em 1858, a Queimados, num percurso de 48.207 km., a contar da Estação do Campo de Santana.

A 29 de março com os júbilos dos poderes públicos e da população, do que dá desenvolvida notícia o *Jornal do Comércio* do dia seguinte, tem lugar a respectiva inauguração com a presença de Suas Majestades Imperiais, e do Bispo Capelão-Mor, acompanhado do cabido.

Realiza-se a cerimônia na referida Estação de Campo de Santana, verificando-se a benção das locomotivas, carros e estrada, benção para a qual achava-se ali preparado um altar, em que oficiou o mesmo Antistite.

Profere um discurso Cristiano Otoni, respondendo o Imperador com estas palavras entrelaçadas de fé e de acrisolado amor ao Brasil, e confiança nos seus altos destinos: «Rogo a Deus que me conceda uma longa vida para ver os brasileiros sempre amigos, sempre felizes, caminhando com a velocidade cada vez mais crescente da civilização, para o brilhante futuro que a Providência nos reservou».

Do discurso de Cristiano Otoni, quero salientar por agora, essa viva expressão de fé que orna o seu exórdio:

«Senhor! É só o sentimento do dever o que me inspira a coragem de levantar neste momento a minha voz ainda abafada pelos ecos dos hinos sagrados que subiram ao trono celeste! A religião acaba de implorar a proteção divina para as aspirações de progresso, que se desenvolvem sob os auspícios de V.M.I.».

«Temos fé, Senhor; a benção de Deus coroará nossos esforços, o rei dos reis sancionará do alto da esfera a animação oferecida por V.M.I. a êste grande benefício público».

Era a ajuda de Deus assim, solenemente invocada por Cristiano Otoni para a grande obra que lhe fôra cometida, e quando se aproximava o seu momento culminante — o do desafio à Serra do Mar!

Inaugurada depois, no dia 28 de novembro a estação de Belém, última da 1ª seção da Estrada, chegara a hora dêsse desafio, e para o qual já se vinha êle preparando.

Assim, a princípio, com as providências sugeridas a fim de anular estipulações do Contrato Price, que seriam ruinosas.

E afinal com os planos que em 1857 conseguiu apresentar ao Governo (planta perfil longitudinal e transversais, orçamento) dos 28 quilômetros que transporiam a serra, de Belém até a saída do grande túnel.

Planos os mesmos em que lhe coube essa importante parte de que dá notícia na sua *Autobiografia*:

«Eu não teria aptidão para fazer por mim êste trabalho técnico; mas possuía as luzes precisas para apreciá-lo; e tendo

presidido ao trabalho, acompanhado os engenheiros, passado muitas vezes o dia com eles nas picadas de exploração, podia atestar que aquêles desenhos não eram papel pintado, mas representavam fielmente os accidentes do terreno, como na execução foi verificado».

Só depois de tais resultados, considera, só depois de 1857 aceitou a nomeação para a presidência da Companhia, que vinha exercendo interinamente.

Com êstes resultados, declara : «caíram as minhas apreensões quanto à subida da serra; criei fé».

E a fé abala a montanha.

Põe mãos à obra Cristiano Otoni.

Enfrenta, com longos e exaustivos trabalhos, o grande, o temperoso obstáculo que já havia apavorado os primeiros técnicos que o observaram, aquêles citados engenheiros inglêses, os irmãos Waring.

Desafia e vence, a Serra do Mar, que transpõe com túneis que se sucedem até o túnel grande; chega com a Estrada a margem do Paraíba, levando-a ainda por Ipiranga, Vassouras e Desengano, iniciado por esta forma o braço direito da mesma, o que tudo solenemente se inaugura a 17 de dezembro de 1865.

Está consumada a grande vitória!

Com essa inauguração porém, encerra-se infelizmente a atividade de Cristiano Otoni, quanto à obra da construção da Estrada.

Encampada pelo govêrno, em julho de 1865, a Companhia, fôra êle nomeado diretor da Estrada. Mas dentro de alguns meses pediu demissão, que se lhe concedeu a 9 de dezembro.

Continuou entretanto no exercício do cargo até o dia 17, daquela histórica inauguração, porque o seu sucessor nomeado demorou a tomar posse, e isto certamente por deliberação do próprio govêrno senão por deliberação pessoal do Imperador.

Na sua *Autobiografia*, assim explica êle o motivo por que pediu demissão.

«Em princípios de 1865, maio, subiu de novo o Ministério do Marquês de Olinda que não me tinha perdoado a desobediência de que falei na pág. 126 (3). Começou logo a prevenir contra mim o espírito do Ministro da Agricultura, Paula Sousa, e tanto

(3) Refere êle nessa página as severas providências que em 1858, desrespeitando o então Ministro Marquês de Olinda, receioso êste de complicações diplomáticas com a Inglaterra, tomara, socorrendo-se da força policial contra Bâylor, representante do empresário da 1.^a seção, que estando em serviço a linha de Queimados, e concluída a de Belém, opunha-se materialmente,

intrigou que em dezembro, já encampada a empresa, e administrando-a eu em nome do governo praticou o ministro um ato que de todo me desautorou; nomear para meu primeiro auxiliar e substituto legal um homem que eu informara não possuir as habilitações necessárias para o cargo».

Nessa desautorização que sofreu assim, de Paula Sousa, ou melhor, do Marquês de Olinda, o herói da Estrada de Ferro D. Pedro II, força é reconhecer uma atenuante.

Ao mesmo tempo que Presidente da Companhia, e por fim diretor da Estrada, era elle Cristiano Otoni, com ficou visto, politico militante, liberal histórico, em acesos, ásperos e constantes debates na tribuna da Câmara dos Deputados contra os progressistas, de que constituía um dos chefes o Marquês de Olinda.

Finalmente, não se circunscreveu a essa obra gloriosa da construção do tronco da Estrada de Ferro D. Pedro II, a actividade de Cristiano Otoni quanto ao problema ferroviário no Brasil.

Foi mais longe.

Em discursos parlamentares e trabalhos publicados, estudou-o pelos seus mais variados aspectos; assim, técnico, administrativo, económico, político, social, estratégico e internacional.

Já naquele discurso proferido em 1858, quando se inaugurava o primeiro trecho concluído da Estrada, isto é, o do Rio a Queimados, elle fazia estas considerações :

«Não repetirei o que todos sentem, que dêste fato dependem a industria e a riqueza do país; erguendo-me, porém a idéias mais altas, a unidade do Império e as franquias provinciais, êstes dois pensamentos aparentemente diversos, encontrarão na rapidez das comunicações o principio fecundador que deve congregar-los, fazendo-os convergir igualmente para o bem da comunidade».

«Aproximem-se os centros; possa correr o irmão em defesa do irmão, reduzindo os meses as horas, e zombando dos canhões inimigos que porventura atroem os mares; chegue a palavra de V.M.I. em poucos minutos as extremidades do Império : ouça V.M.I. com rapidez eléctrica a voz de seus súditos, e a paz e a concórdia reinarão porque somente serão dependentes da illustração do governo de V.M.I.».

cercado de operários inglezes armados, a entregá-la, sob protestos frívolos, com o fim de extorsão.

Conta que Olinda chegara mesmo a propor a sua demissão, a que o imperador não assentiu, e que daí em diante jurou-lhe ódio.

E não parou nessas considerações.

Continuou :

«Seguindo o fio da minha idéia, Senhor, ousou esperar que a benevolência de V.M.I. me permita acrescentar um pensamento, que não tenho a audácia de erigir em conselho : a necessidade palpitante de nosso sistema de vias de comunicação consiste hoje principalmente Senhor, em ser metodizado. Seja estudada e traçada nos mapas a rede dos caminhos de ferro do Brasil, ligando os principais centros e adaptado para estender-se ao Paraguai e à Guiana Francesa. Subordinem-se todos os projetos ao plano geral».

«Para que esforços de cada um não possam isolar-se e todos tendam para um fim uniforme».

«Para que as forças sociais não se fatiguem, sem que do seu dispêndio cõlha a sociedade a máxima vantagem».

«Para que o principio civilizador circule sem interrupção por todo o corpo político, como o sangue pelas nossas artérias».

«Se bem compreendo Senhor, o pensamento que acabo de enunciar, a Estrada de Ferro D. Pedro II será para o futuro um dos troncos principais da gigantesca ramificação».

A tôdas essas altas considerações exaradas no discurso em causa proferido em 1858 seguir-se-ia logo, em 1859, esta memória que então publica *O Futuro das Estradas de Ferro do Brasil*.

Versa êle demoradamente o assunto.

De início significa :

«As estradas de ferro começam a aclimatar-se na América do Sul. Há trilhos em serviço, no Chile, onde novos projetos se elaboram, assentam-se carris em Buenos Aires; e o Brasil tem já em via de execução três linhas de máxima importância, a do Rio de Janeiro ligando êste vasto empório comercial com os grandes centros produtores de café e as da Bahia e Pernambuco, que ambas aspiram a comunicação com o vale imenso do rio de São Francisco. Chamo linhas de máxima importância a estrada de Ferro D. Pedro II, a de Joazeiro e a de Água Prêta, porque seguindo as razões que me é possível formar atualmente da futura rede de comunicações internas do Brasil, aquelas três linhas em nenhum caso poderão deixar de ser classificadas entre as principais artérias, pela razão de tenderem a ligar mais intimamente, e avançar paripassu no caminho da prosperidade a três grandes centros de produção que tanto pesam na balança política do Império, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco».

Mas considera :

«Esta aspiração que surge no sul do Equador, do Atlântico até o Pacífico, constitui uma advertência ao Brasil, que se deseja conservar o seu lugar de primeira potência da América Meridional, e desenvolver o seu poder e prosperidade, como lhe permitem sua posição geográfica e seus recursos, a condição *sine qua non* é pensar seriamente na criação de uma rede de comunicações a vapor adaptada aos fins industriais, sociais e políticos do Brasil que de ordinário permitem tais comunicações aliadas ao Telégrafo Elétrico».

Estimula por esta forma os espiritos para que dentro de alguns anos o Brasil não viesse a se achar no assunto, em face da América do Sul como em 1838 a França em face da Europa, dêsse quadro que pinta decorrente de preconceitos, de que não se puderam libertar nem mesmo um Aragó, nem mesmo um Thiers».

Fato que se daria, prossegue, *«principalmente se esgotamos em poucos projetos os recursos que destina o Tesouro para auxiliar este grande melhoramento público; se não pensamos na menos onerosa reversão das linhas ao poder do Estado; se não calculamos os recursos que do serviço das estradas concluídas podem derivar-se para auxílio de outras; se concedemos garantias e subvenções a linhas sem futuro; se deixamos que as concedam as Assembléias Provinciais, sem plano, sem vistas na unidade deste grande todo, e empregando capitais, tão escassos entre nós sem colher dêles a máxima vantagem pública; se, finalmente, nossos erros económicos, desanimarem as grandes emprêsas.*

Sublinha êle essas palavras declarando :

«Nas palavras sublinhadas está o programa desta Memória; não que eu tenha pretensão de resolver tão grandiosos problemas, mas vejo quase desprezada pelas grandes inteligências de meu país a magna questão das estradas de ferro; não digo a questão técnica em que tempos poucas habilitações, mas a questão financeira e a questão política das vias férreas, questões tão dignas das cogitações de nossos Estadistas e às quais está ligado indissolúvelmente o futuro da Pátria ! Discute-se, esclarece-se no Parlamento um ou outro ponto, sobre o qual as circunstâncias e a alheia iniciativa obrigam o deputado a dar voto; debate-se na Imprensa esta ou aquela deliberação secundária que suscitou diversidade de pareceres, ou de interesses, ou sub-levou paixões mesquinhas ou más. Mas tornar a questão em grande, encará-la do alto do interesse nacional com os olhos no futuro; pensar nos meios de melhor dirigir os esforços que cumpre empregar, regulá-los para que apro-

veitem ao maior número, é o que não se tem feito, e cumpre fazê-lo, para êstes objetos chamar a atenção dos nossos homens ilustrados e dos poderes do Estado».

Entra afinal plenamente no assunto da Memória, derramando magnificas lições, e de larga visão, sôbre todos os problemas em causa nos oito capítulos de que ela se compõe: I — *Rêde brasileira de comunicações a vapor*; II — *Primeiras linhas a decretar*; III — *Destino da Estrada de Ferro D. Pedro II*; IV — *Organização das Companhias*; V — *Levantamento de fundos*; VI — *Reversão das linhas ao domínio público*; VII — *Traço e construção*; VIII — *Administração e Tráfego*».

É o que verá quem leia essa Memória, existente na Biblioteca Nacional, onde a consultei; não permitindo o tempo que eu possa fazer aqui uma síntese de cada um dêsses capítulos, cujas inscrições aliás falam bem alto.

Apenas posso significar que sôbre a base dos ensinamentos aí exarados abrangendo assuntos técnicos, econômicos, financeiros, políticos, sociais, administrativos, estratégicos e internacionais, Cristiano Otoni lançou os traços gerais de uma vasta rêde de comunicações no Brasil, e não apenas por vias férreas, senão conjugadas estas com a navegação fluvial a vapor.

Rêde que seria obra para várias gerações.

Para a geração atual, para a sua geração, indicava êle Cristiano Otoni, a parte atinente ao eixo do Rio São Francisco.

A êste acorreriam as estradas de ferro de Pernambuco e da Bahia, formando assim o, como êle chama, primeiro abraço do Norte com o Sul do Brasil, que seria apertado pela Estrada de Ferro D. Pedro II, a grande artéria acompanhada de importantes linhas tributárias.

Impunha-se que esta estrada chegasse ao vale do nosso Mississipe.

Tanto mais quanto os títulos de Minas Gerais o exigiam, significava êle, dando expansão à sua alma mineira: «Ocorre que a Província de Minas não possui uma légua de estrada de ferro; e que ela não merece menos com ser província do interior do que Bahia, São Paulo, Pernambuco. Minas a sexta parte do império em população e representação; Minas que paga certamente a terça parte da renda arrecadada na Alfândega da Côrte; Minas cuja estatística judiciária é uma das que indicam maior moralidade; Minas crescendo em população homogênia devida aos nascimentos, e não à imigração estrangeira; Minas possuindo todos os climas, a maior salubridade inacessível à febre amarela; Minas, a Província em que mais domina o espírito público, a sinceridade das suas crenças políticas e religiosas; Minas, final-

mente, cujos filhos tanto a distinguem pelo amor ao trabalho, e espírito empreendedor; para uma tal população atrasada e acanhada pelo seu isolamento, nem está ainda decretada uma estrada de ferro, pois a Pedro II apenas toca na sua raia».

E com a mesma largueza de vistas com que assim tratava da obra a ser realizada pela sua geração, tratava da que deveria caber às gerações seguintes, dizendo :

«Para as seguintes ficará iniciar a grande comunicação do Rio da Prata ao Amazonas por barcos de vapor, por trilhos de ferro, e por barcos de vapor, imenso arco concêntrico do de São Francisco e que ligado a êle por diversos raios constituirá a rede brasileira que meus netos hão de ver, se nós e os nossos filhos tivermos juízo; rede que, ligando as águas do Sul aos tributários do Amazonas, e ao mar Pacifico, estará habilitada a estender-se a todas as Repúblicas vizinhas. Se sou um visionário, permita Deus que para consolação de minha velhice, não se destrua a visão».

Ainda não parou nessa importante Memória escrita em 1859, a brilhante pregação de Cristiano Ottoni em favor do progresso ferroviário no Brasil; continuou tempo em fora, na tribuna do Parlamento, tanto no Império como na República.

Ei-lo, por exemplo, na Câmara dos Deputados, em sessão de 26 de agosto de 1861, voltando a carga, ao discutir-se a Lei do Orçamento.

Referindo-se ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criado pela Lei de 28 de julho do ano transato, declara que se então fôsse legislador teria concordado com a sua criação, «não tanto para que êle se occupasse em prestar auxilio à agricultura, não tanto, para que cuidasse da fundação das escolas agrícolas cujos beneficios serão muito lentos e tardios; não para fundar fazendas normais, em que não creio; não para que se occupasse em mandar vir colonos estipendiados, ou se dedicasse principalmente a um estudo dos diversos sistemas de colonização».

O Ministério que encarava, prossegue, «seria o ministério das estradas, das pontes e dos rios navegáveis. Seria a sua mais útil missão estudar e decretar o sistema geral de vias de comunicação ligando as províncias à capital do Império. Rede de estradas gerais a cargo do governo central, ficando a cargo dos poderes provinciais todas as ramificações das respectivas províncias. Não se faz tudo de uma vez, eu bem o sei, mas a adoção do sistema do plano geral, seria uma idéia fecunda, seria a meta para a qual deveremos caminhar, quanto coubesse em nossas forças, procurando firmar nossos passos e não perder terreno por ventura ganho».

Insistia pela necessidade do plano geral.

E insistia ainda, por que êsse plano não encarasse apenas o presente senão também, e principalmente o futuro.

«É, preciso», considera, «atender ao presente e muito mais ao futuro; é preciso, pois, que perguntemos a nós mesmos — qual deva ser ao fim de certo tempo, por exemplo, no meado do século seguinte, qual deve ser, o estudo das vias de comunicação no Brasil. Eu penso que se o Brasil não aspirar uma rêde de estrada de ferro, em combinação com os seus rios navegáveis, deverá resignar-se a representar no Mapa Mundi um lugar quase desocupado».

«Eu julgo que sua aspiração deve ser esta; que para aí devemos marchar com o passo mais firme que pudermos».

«Nem a proposição me parece dependente de longas demonstrações. Direi unicamente que ao lançar os olhos para o mapa das nações se pode saber quais são as mais prósperas, as mais poderosas sem ler as inscrições, sem consultar a configuração geográfica, basta atentar paraa rêde de linhas férreas. O número e extensão das estradas de ferro designa o poder das nações; nenhum país se julga em estado de competir com os seus vizinhos, a qualquer respeito, sem que primeiramente se faça concorrência quanto ao número de caminhos de ferro».

«Conseqüentemente quanto ao futuro a nossa aspiração deve ser a que expus. Compreendo que há uma certa desarmonia entre a vastidão do horizonte que estou encarecendo e a escassez de nossos meios no momento presente. Mas é necessário compenetrar-mo-nos desta idéia para que possamos chegar ao ponto desejado, e não nos percamos como o viajante no deserto que não enxergando uma meta no horizonte, nem fonte luminosa, nem estrêla no céu, vaga afastando-se do verdadeiro caminho recua em vez de prosseguir, transvia-se».

«Sendo esta a meta a que desejo que o meu país se encaminhe, é conseqüência que quando se trata do presente eu desejaria naturalmente satisfazer do melhor modo possível as suas comodidades, mas não de maneira que prejudique o desenvolvimento futuro».

E ei-lo que passa a condenar pois as estradas de rodagem macadamizadas, assunto que na época atraía as simpatias, empolgava a opinião diante do extraordinário sucesso da União e Indústria, dessa obra monumental do engenho e da realização, de um outro ilustre mineiro, que foi Mariano Procópio, inaugurada a 23 de julho de 1861.

E ainda para a glória de seu autor, era a primeira estrada macadamizada que se contava na América do Sul.

Decorreu da concessão a êle, Mariano Procópio, outorgada pelo Decreto Imperial n. 1.031, de 7 de agosto de 1852, «a fim de incorporar uma Companhia para construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Província de Minas».

Estas linhas seriam vastas, desenvolvendo-se por diversas regiões, como consta dêsse diploma.

E no momento em que falava Cristiano Otoni, achando-se macadamizada a linha tronco de Juiz de Fora a Petrópolis e alguns ligeiros ramais.

«Entrados nestes caminhos», proclama Cristiano Otoni, «será também necessário voltar um pouco atrás, estender nossos ensaios dos caminhos de ferro, procurando saber se temos erros indagando os meios de corrigir, o que haja».

E foi vencedor o seu ponto de vista, — de que sobre tudo se devia cuidar das estradas de ferro.

Afinal tinha de desaparecer a Companhia União e Indústria; o leito em que rápido deslizavam as suas garbosas Diligências é cortado seguidamente pela «Pedro II», e pela «Leopoldina».

Mas da tão falada perfeição do mesmo, bem podia dizer em 1922, Lourenço Baeta Neves, no seu trabalho *Estradas de Rodagem em Minas Gerais no Império e na República*.

«A União e Indústria ainda hoje se conserva em vários trechos, e que desafiavam em perfeição de estabelecimento, a técnica observada nas modernas e mais bem construídas estradas».

Como em uma antevisão do automobilismo, era a própria estrada para os seus raides, a que de fato preparava Mariano Procópio, como aliás já soube significar Nelson de Senna, em uma das passagens do seu trabalho *Terra Mineira*.

Desnecessário, finalmente, seria notar que de outros assuntos, atinentes às estradas de ferro, ainda falou Cristiano Otoni no importante discurso em causa.

E do quanto até aqui acabo de dizer, bem posso concluir : aquêlê que primeiro se consagrou no Brasil a estudos especiais sôbre estradas de ferro; aquêlê que realizou a Estrada de Ferro D. Pedro II, no seu ponto culminante, o do tronco dessa grande artéria, desafiando e gloriosamente vencendo a Serra do Mar; aquêlê que em uma longa, indefessa, patriótica e brilhante pregação, se bateu pelos melhores e maiores destinos das nossas estradas de ferro; Cristiano Otoni é deveras uma figura sem par na obra do progresso ferroviário, no Brasil.

Ainda não encerrarei aqui esta Conferência.

Recordando pensamento de Pascal sôbre os rios, e ampliando e aplicando-o às ferrovias, disse êle Cristiano Otoni, em um de seus citados trabalhos: as estradas de ferro voam.

A sua estrada de ferro, a sua «D. Pedro II» — depois que êle, repito, desafiou e gloriosamente venceu a Serra do Mar, — pôde de fato voar até a Serra da Mantiqueira no território de Minas Gerais.

E como se isto já não bastasse, preparou no ponto mais apropriado, o dessas alturas, o bêrço onde nascesse para o maior de todos os vãos, Santos Dumont, o Rei dos Ares (4).

(4) Era Alberto dos Santos Dumont, filho do Engenheiro Henrique Dumont, nascido em Minas Gerais, de pais franceses; e de D. Francisca dos Santos Dumont, pertencente a antiga família mineira, sendo filha do Comendador Francisco de Paula Santos, residente em Ouro Preto.

Trabalhava Henrique Dumont na construção de um trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, no alto da Serra da Mantiqueira, das proximidades de Barbacena, residindo no sítio denominado «Cabangu», quando aí nasceu êle, Alberto dos Santos Dumont, a 20 de julho de 1873, em uma pequena casa até hoje existente.

ESTRANHAS HISTÓRIAS DE ALÉM MAR

OS PRIMEIROS JAPONESES NO BRASIL. REVELAÇÕES DE DEPOIMENTOS
TOMADOS EM 1805.

L. DE A. NOGUEIRA PÔRTO

A primeira notícia da passagem de japoneses por Santa Catarina, nos primeiros anos do século passado eu a tive num artigo do Senhor Heitor Kowyama, sobre os primórdios da imigração japonesa, publicado na *A Gazeta de São Paulo*, em abril de 1956.

Em Tóquio, com o auxílio de um amigo japonês, o Senhor S. Beppu, chefe da seção de pesquisa da Biblioteca da Dieta, foi possível localizar a obra mencionada naquele artigo. Trata-se de uma edição recente do *Kankai Ibun* publicada uma única vez no Japão, em 1944. A obra consta de 13 volumes, porém a parte referente ao Brasil é bastante reduzida. Mesmo assim pareceu-me que valia a pena mandá-la traduzir. A tradução foi confiada ao auxiliar e intérprete da Embaixada do Brasil no Japão Sr. T. Kikkawa a quem muita dedicação e estudo, bem como 30 anos de contato com os brasileiros que tem passado pela Embaixada, proporcionaram um extenso conhecimento do português. Pedi-lhe que respeitasse tanto quanto possível o texto original pois, não sendo o japonês língua que comporte tradução próxima do «pé de letra» é comum tomarem os tradutores liberdades excessivas.

Trata-se de depoimentos prestados por japoneses de regresso ao seu país após vários anos de internamento na Rússia.

A narração está intercalada de numerosas notas, observações e esclarecimentos do funcionário que tomou os depoimentos, cujo expurgo da tradução foi trabalhoso.

A Introdução à edição de 1944 esclarece as razões da presença de quatro japoneses naquelas remotas paragens ao alvorecer do século 19, a bordo de um navio de guerra do Czar.

Diz que na era de Kansei, isto é, os anos que medeiam de 1789 a 1800, do Shogunato Tokugawa, um barco de pesca japonês naufragou nas costas da Sibéria e a tripulação foi internada. Os náufragos foram levados para Irkutsk onde permaneceram por

vários anos e dali a Moscou. Nesse tempo já os russos demonstravam desejos de estabelecer relações com o Japão, para o que o conhecimento da língua lhes parecia condição essencial. Porisso foram aquêles náufragos utilizados como professores, por longos anos, mau grado seus ardentes desejos de serem repatriados. Viu nisso ainda, o Govêrno do Czar Alexandre I, a oportunidade de entabolar relações com o Japão que permanecia de portas cerradas para o mundo, concebendo o plano de servir-se dêles como pretexto para mandar uma embaixada à côrte do Shogum com presentes e propostas de paz e de comércio.

Do grupo de japoneses quatro (dos quais o mais velho se chamava Tsudayu), foram embarcados em Kromstaset no *Nadezda* (assim grafado em caracteres fonéticos Kana) da frota do Báltico comandada pelo Almirante Rezanow.

O navio se fêz de vela cruzando o mar do Norte e o Atlântico onde escalou nas Canarias. Daí rumou diretamente para o sul do Brasil aportando na Ilha de Santa Catarina («Ekaterina» conforme grafado no depoimento) onde permaneceu por mais de dois meses, seguindo viagem para o Japão, via Estreito de Magalhães.

Ao chegar à pátria a recepção que os aguardava não foi brilhante. Desconfiados de que estivessem a serviço da espionagem russa foram ameaçados de não desembarcar e só o conseguiram sob especiaes cautelas. Em terra foram interrogados exaustivamente na côrte do príncipe Date, Governador da Província de Sendai, sôbre suas experiências no exterior.

O funcionário a cargo do inquérito, Gentako Otsuki, (escolhido para essa missão devido a possuir algum conhecimento de países estrangeiros) tomou por escrito os depoimentos dos pescadores analfabetos.

Êsses depoimentos encheram 13 volumes e foram conservados nos arquivos do Shogunato. Nessa época havia no Japão grande curiosidade e interêsse em conhecer os territórios que ficam ao norte das ilhas Japonesas, como o Kamtchatka e as Kurilas e o interrogatório foi, em parte, conduzido para obter essas informações. Algumas cópias manuscritas foram feitas do depoimento original.

Em 1944 Kisaku Ohtomo fêz publicar algumas obras antigas sôbre aquêles territórios e incluiu na série, denominada «Hokumon» (a Porta Norte) o depoimento daqueles náufragos sob o título de «Kankai Ibun» em cujo vol. IV se encontra a referência ao Brasil.

Ibun significa literalmente «história singular» ou estranha e *Kankai* é o mar que cerca o Japão, mas também o além mar, as terras que ficam do outro lado dêle. Portanto a tradução dos depoimentos como «Estranhas histórias de além mar» parece adequada. O Sr. Ohtomo refere-se, na edição de 1944, a uma

cópia do original em seu poder e a outras pertencentes a um Senhor Nakamura (que não me foi possível identificar) e à Biblioteca Nacional (hoje Biblioteca de Ueno).

Diz o depoimento: «— Dia a dia o navio se aproximava de uma terra chamada América do Sul. À medida que o fazia, o calor ia aumentando e a tripulação passou, assim, a tomar banho todos os dias. Um dia, depois de 10 de novembro, ancoramos num grande pôrto chamado «Ecaterina», que parece ser um dos maiores da América do Sul (1)

Este lugar parece ser território de Portugal. O pôrto é muito amplo, porém de pouco fundo, razão pela qual os grandes navios não podem entrar. Muitos rios desembocam no pôrto. Encontramos ancorados ali dois navios pequenos e outros dois maiores, de tipo estrangeiro. O pôrto tem uma guarnição de soldados armados.

Os barcos locais têm a forma de fôlhas de bambu e parecem ser feitos de troncos de árvores.

Faz calor nessa região o ano inteiro; não há invernos e tomávamos banho, a bordo, duas ou três vezes por dia. O mais curioso é que a gente da terra não se despe completamente nem mesmo para tomar banho. Os seus trajes são de lã. Havia muitos negros. Tanto os homens como mulheres andam meio nus e os homens usam calças curtas. São parecidos com os negros das Canarias: Têm cabelos muito crespos e olhos pretos. As mulheres usam panos para se cobrir que parecem muito aos nossos «Furoshiki». Não fazem a tatuagem. As crianças andam completamente nuas. Tanto homens quanto mulheres, têm os dentes enegrecidos pelo costume de mascar constantemente uma substância que achamos parecida com a resina do pinheiro.

Numa distância de 20 ris (80 quilômetros) (2) do pôrto para o interior, existe uma cidade com cêrca de mil casas. Tajuro (nome de um companheiro de viagem) teve ocasião de visitá-la pessoalmente e viu que as casas eram feitas de tijolos e pedras, os telhados de casca de cerejeira (3). Existem aí templos, com cruzeiros nos telhados. Não tivemos a ocasião de ver o interior dêles, porém o modo de resar parece igual ao nosso.

Tsudayu (outro companheiro de viagem) esteve numa casa de beneficiamento de arroz, movida a água. A referida casa era de

(1) Conforme consta do livro *Diário de Navegação*, que o navio deixou as Ilhas Canarias em 16 de outubro de 1803 do calendário ocidental (1.º de setembro do japonês). A 19 de novembro (16 de outubro do calendário japonês) arribou ao pôrto que denomina de «Ecaterina».

(2) O *ri*, medida japonesa, corresponde a 4 quilômetros.

(3) O redator dos depoimentos observa que não se pode tratar de cerejeiras, árvore inexistente no Brasil.

pedra, com telhado de casca de cerejeira, que parecia, visto de longe, como de verdadeiras telhas de barro. A casa tinha 36 pilões que funcionavam ao mesmo tempo.

Cultiva-se muito arroz neste país, mas destinado à exportação. Não é permitido, porisso, consumi-lo em grande quantidade. O povo alimenta-se de milho em pó, e de pequenas quantidades de arroz. O milho que vimos parecia igual ao nosso. Os pratos em que comem são de madeira. O nosso navio comprou grande quantidade de milho para as vacas, porcos, gansos e patos que tem a bordo.

As montanhas dessa região são cobertas de árvores muito verdes. Entre elas a laranjeira foi a única que reconhecemos. Do pôrto se avista alta montanha de forma impressionante, na direção do interior, e nos constou que era inacessível.

Antes de chegar, nosso navio tivera o mastro quebrado e, por causa disso, teve que ficar ancorado durante muitos dias para substituí-lo (4). Uma árvore inteira foi comprada para se fazer novo mastro; a madeira era de côr vermelho-escura e de consistência duríssima. A gente da terra a chama «árvore vermelha».

A região é muito rica de gado e legumes: Compramos rabanos, melancias, abóboras, uvas, pimentas, tangerinas, laranjas, nozes, maçãs, batata doce e açúcar. Havia também uma espécie de fruta de casca duríssima, com um líquido dentro. Os vendedores dela vinham a bordo e comprávamos muitas, porque êsse líquido constituia um excelente refresco. Não sabemos quantas compramos.

Também vimos frutas que cresciam em cacho, cada uma medindo cêrca de duas polegadas de comprimento, de côr verde quando não madura e amarela nesse caso. A carne da fruta é branca e doce. Sua planta tem uma altura de 20 a 30 pés e ficamos sem saber se se tratava de uma árvore ou uma erva. A fruta tinha a forma abaixo desenhada».

Informações Avulsas:

«O algodão semeia-se tanto nas encostas das montanhas quanto nos campos de lavoura comum. O algodoeiro é uma planta que mede cêrca de seis pés de altura. Têm fôlhas amplas.

Uma árvore desconhecida de côr vermelho-escura, foi adquirida para se fazer um novo mastro. A madeira foi identificada mais tarde, em Nagasaki, como sendo sândalo. A região parece ter poucos peixes, entretanto, há muitos camarões. Os porcos têm den-

4) O *Nadezda* partiu de Santa Catarina no dia 8 de fevereiro de 1804 (27 de dezembro de 1803 do colendário japonês), depois de uma permanência de 71 dias.

tes enormes virados para fora. Também há muitos javalis. O gado é bem gordo. Tivemos grande surpresa com um passarinho azul de longo bico vermelho, muito bonito. Mergulhava o bico na boca das pessoas. Esquecemos o nome de um peixe de casco retangular, igual ao das tartarugas.

Os gatos eram de três côres, em geral, iguais aos nossos, entretanto pareciam mais espertos. Quanto a cachorros, não notamos nenhuma diferença com os nossos.

Havia macaquinhos de caudas muito compridas. Adquirimos um dêles mas, poucos dias mais tarde, morreu. Também notamos um animal de pêlo côr de rato, focinho comprido e cauda marcada com manchas de côr. Mede dois pés de comprimento e facilmente se domestica, porém seu cheiro é insuportável. Compramos quatro, porém morreram um depois do outro.

Um dia, foi trazido a bordo o filhote de um animal de quatro patas, chamado «garcarzer». Media o animal três a quatro pés de comprimento, tinha pele muito grossa, de côr escura, com escamas e espinhos na cauda. A bôca aberta era enorme armada de dentes muito agudos. Cada pata tinha três dedos com respectivas garras, medindo cada dedo uma polegada de comprimento. Dissera-nos que o animal vivia tanto no mato quanto no mar e que, quando crescido, chegava a devorar gente. Tinha a forma dos dragões representados em pinturas japonesas e estávamos certos de que se tratava de um filhote de dragão. Matamos o animal, mergulhando-o em *sakê* para conservá-lo.

Para se fazer compras naquela região, usavam-se moedas espanholas de ouro e prata».

BASÍLIO DE MAGALHÃES E O INSTITUTO HISTÓRICO (*)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Achava-se Basilio de Magalhães residindo em Campinas, onde lecionava História do Brasil, no ginásio local, além de colaborar no jornalismo, quando Max Fleiuss, Liberato Bittencourt, Roquette Pinto, indicaram, mediante proposta de 23 de maio de 1914, o seu nome para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

As obras que lhe serviriam de credenciais — *Lições de História do Brasil* (1895 — São Paulo) — *A monarquia Portuguesa* (Campinas — 1910) — *O Estado de São Paulo e o seu progresso na atualidade*, (Rio — 1913), evidenciaram que o mineiro, nascido em São João d'El Rei, a 7 de junho de 1874, encontrara no ambiente paulista condições propícias à plena expansão de seus pendores intelectuais e políticos.

A cidade em que se intensificou a propaganda republicana, mercê do entusiasmo cívico de Campos Sales, Francisco Glicério e seus ardorosos correligionários, exaltou os ideais democráticos do professor que não perdia ensejo de proclamá-los.

Assim o sublinhou o longo parecer da Comissão de História, em que o relator, Alfredo Valadão, não deixou de contestar-lhe as acusações excessivas tanto à casa bragantina, em Portugal, como ao seu ramo brasileiro, igualmente condenado pelo ensaista.

Mas terminou favoravelmente ao candidato, «que em seus trabalhos se revela um historiador, um escritor brilhante, e um espírito de variada cultura».

Ao tomar posse, a 28 de setembro de 1914, valeu-se do ensejo para, não somente confessar a sua plena satisfação, pela acolhida no grêmio tradicional, como ainda justificar as suas preferências ideológicas.

No tocante ao trabalho dos antecessores, declarou: «preiteio ao passado o mais profundo respeito. Mas a veneração me não leva a esculpar-lhe as errôneas, nem a querer-lhe a revivescência. Isso

(*) *Jornal do Comércio* — Rio.

seria contrário à evolução orgânica da Humanidade, ou, melhor, à concepção positiva do progresso».

Mais incisivamente se filiou aos discípulos de A. Comte, ao asseverar: «sou convicta e inabalavelmente republicano. Guiado pelo incomparável pensador de Montpellier, cheguei ao ponto em que estou, de só admitir a fé demonstrável, a mais simpática de quantas criaram homens, a mais humana de quantas se atribuem a super-homens, a que em suma possibilita a felicidade, neste efêmero transcurso da vida, pelo supremo influxo do amor em tôdas as suas excelsas manifestações».

Assim definida a sua inclinação filosófica, applicou-lhe as diretrizes ao estudo da história, qualificada como ramo da sociologia, conforme a classificação de ciências ideada por A. Comte, cujos ensinamentos recordou, para afirmar que «os povos sem tradições tateiam nas trevas como cegos».

Cumpria, pois, avivá-las, pelo estudo sistemático do passado, em seu conjunto harmônico, de que resultasse a elaboração de completa História do Brasil, em moldes não apresentados ainda, apesar de inúmeras contribuições parciais, não raro excelentes.

O melhor conhecimento da terra brasileira e suas peculiaridades, do povo com a variedade de tipos existentes, os seus gêneros de vida, crendices e indústrias prediletas, tudo concorreria para comprovar o esforço nacional na criação de uma variante civilizada, que não devia imitar nenhuma outra, embora lhe reconhecesse a magnificência.

«Extasiemo-nos, refletiu, ante o tesouro amealhado pela cultura ocidental, admiremos a elaboração greco-romana e até as civilizações levantinas, utilizemo-nos das experiências de outras pátrias, mas tudo isso depois que tivermos esgotado a matéria prima nacional, e como uma distração de viajeiros ricos e ociosos».

E concluiu, seguro dos seus conceitos: «só o culto acendrado de nossas tradições pode tonificar a geração de agora, amolentada, além do mais, por esta desoladora crise proteiforme que a alquebra e apavora simultaneamente».

Apenas a ligeira crítica rompente do último período evidenciava os ardores partidários de quem recebera a incumbência, em Campinas, de saudar o candidato do civilismo, quando peregrinava por cidades e sertões, em propaganda de seus ideais democráticos.

A força da sua eloquência, em que se diria refletir a de Vieira, não coroou, todavia, com a vitória, a campanha de Ruy Barbosa, e Basílio de Magalhães, que a prestigiou com a sua palavra, tornou aos livros de sua predileção.

Uma vez admitido no grêmio de estudos históricos, mais intensamente se devotou às pesquisas, que já lhe vinham solicitando a peregrina inteligência.

Quando a Revista do Instituto reeditou, em seu tomo LXXVIII, a famosa «Circular», de Teófilo Ottoni, divulgada em opúsculo de 1860, aceitou a tarefa de comentá-la.

E ao ler-lhe a introdução, asseverou Vieira Fazenda, que bem conhecia o assunto versado, «é o estudo mais completo que conheço sobre Teófilo Ottoni».

Sem tardança, traduziu o capítulo XVII da obra clássica de Karl von den Steinen, *Entre os Bororos*.

Pareceres vários elaborou acêrca de trabalhos de historiadores, que ingressariam no Instituto Histórico. Maior, porém, seria a sua contribuição para a utilização de duas obras que permaneciam inéditas, ou parcialmente divulgadas, apesar de sua alta valia.

Em uma, a *História da Independência*, que se estampou no tomo LXXIX da Revista, o seu esforço fêz jus ao voto de louvor e agradecimento com que foi premiado.

A obra não viera a lume em vida do Visconde de Pôrto Seguro, mas fôra parar às mãos do Chanceler, que a recolheu ao seu opulento arquivo e anotou esmeradamente.

Oferecidos os manuscritos ao Instituto, não tardou a nomeação de douta comissão, da qual participaram Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Max Fleiuss, Vieira Fazenda e Basílio de Magalhães, e mais Rodolfo Garcia e Pedro Souto Maior.

«Em menos de dez meses, testemunhou Afonso Celso, examinaram-se, coordenaram-se, completaram-se os autógrafos, enriquecidos pelos comentários do nosso glorioso ex-presidente perpétuo. Redigiu-se minucioso e erudito relatório sobre a obra, compôs-se, imprimiu-se, ultimou-se o volume de 600 páginas».

A excelência dos resultados colhidos inspirou análoga providência, quando se fêz mister pôr em ordem os apontamentos do Barão do Rio Branco oferecidos também ao Instituto.

A iniciativa coube ainda uma vez a Lauro Müller, seu sucessor no Ministério das Relações Exteriores, que adquiriu o arquivo do imortal Chanceler.

E como encontrasse «os originaes manuscritos, acompanhados das respectivas cópias, das Efemérides Brasileiras», resolveu, em boa hora, a 14 de junho de 1916, confiá-los ao Instituto, cuja Presidência o autor exercera, desde 21 de novembro de 1907, até succumbir, a 10 de fevereiro de 1912.

Começara Vieira Fazenda a examinar a documentação recebida, quando baqueou, deixando a tarefa para o companheiro, que iria ultimá-la, em nome da insigne comissão.

Do método adotado em suas investigações derivou relatório de fins de 1917, indicativo das alterações, que admitiu, em parte,

de acôrdo com o próprio barão, cujas anotações mais recentes corrigiam enganos de capítulos publicados na imprensa, longe da sua vista.

Graças à dedicação e competência de Basilio de Magalhães, apareceram as *Efemérides Brasileiras* no tomo 82 da Revista, manuseada pelos estudiosos, que em pouco lhe reduziram a edição ao mínimo possível, até se esgotar.

Tornou-se volume raro, até que dentre as *Obras do Barão do Rio Branco*, impressas pelo Ministério das Relações Exteriores, em 1946, se incluiu o número VI, dedicado exclusivamente às *Efemérides Brasileiras*, precedidas pela *Explicação de Rodolfo Garcia*.

Além da revisão de trabalhos alheios, a que trazia achegas valiosas, por meio de eruditas anotações, Basilio de Magalhães empreendeu ampliar o estudo dos feitos bandeirantes, que apresentara com o rótulo de «Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII», como relator de uma das teses da Seção de História de Explorações Geográficas, que lhe confiou o «Primeiro Congresso da História Nacional».

Tornou-se indispensável às consultas dos estudiosos, principalmente depois que nova edição atravessou os pelros.

Releva notar que não tinha ainda sido iniciada a monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas*, com que A. de Taunay relembrou a fase épica do bandeirismo.

O ensaio, apenas publicado, adquiriu características de clássico, exaltado pelos sabedores.

Dai se causou a proposta de 14 de junho de 1917, de Max Fleiuss, consoante a qual lhe conferiu o Instituto o prêmio «D. Pedro II», concretizado em medalha de ouro, ao mesmo tempo em que também foram galardoados Capistrano de Abreu e E. Roquette Pinto. Destarte, na mesma ocasião, o parecer dos doutos realçou os méritos de três obras de pesquisas notáveis, a saber: *A Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII*, a *Língua dos Caxinauás e Rondônia*.

Cada qual no seu gênero, tôdas evidenciavam faculdades inequívocas dos seus autores, que poderiam ufanar-se de ter ultimado trabalho incomparável, destinado a perdurar.

Por essa época, além dos pareceres e conferências, que elaborava, a pedido do Presidente Afonso Celso, destinou à Revista o *Vocabulário da língua dos Bororos — Coroados do Estado de Mato Grosso*, que teve oportunidade de estudar.

Depois, afasta-se, levado pelas seduções da política e da administração pública, em São João d'El Rei, onde dirigiu a prefeitura, e na Câmara, como deputado federal por seu Estado.

Professor depois, na Escola Amaro Cavalcante, no Instituto de Educação, na Universidade do Distrito Federal, era o consócio naturalmente indicado para atender à consulta oficial sôbre o questionário referente a futuro plano orientador dos rumos educacionais do Brasil.

Ao receber o ofício do ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, o Vice-Presidente em exercício, Manuel Cícero, nomeou comissão constituída de Rodrigo Otávio, presidente, Max Fleiuss e Basilio de Magalhães, relator.

Após interessantes considerações gerais, assinalou o professor.

«Cultura, no seu mais nobre e amplo sentido, é a resultante de duas componentes: ensino e educação. Assim, para que ambos fundamentem a arquitetura daquela e sirvam à segurança e à ordem, à continuidade ao progresso da nação brasileira, cumpre sejam alicerçados na boa disciplina moral da família, na mais elevada doutrina religiosa, nos mais alcandorados princípios filosóficos, na mais íntegra justiça social e no culto ininterrupto das tradições pátrias».

Reconhecia ser a civilização brasileira um simples prolongamento, em suas origens, da civilização ibérica, mas recebeu, durante quatro séculos, o influxo do «novo meio, de novas raças e de novas correntes migratórias», que tendem a constituir um organismo cultural emancipado.

Então, refletiu: «sejamos, pois, primeiro que tudo brasileiros; depois americanos, dentro da nossa indeclinável solidariedade continental, da qual temos dado, ainda ultimamente, as mais robustas e plausíveis provas; e, finalmente, como oriundos da velha civilização européia, tenhamos também, com a nitidez e fervor que nos advirão de uma cultura cada vez mais refinada, a «consciência da solidariedade humana, igualmente apregoada pelo referido artigo 149 da nossa atual magna-carta».

Assim contribuiu o Instituto com excelente «Plano Nacional de Educação», redigido por quem a preceito conhecia os problemas submetidos ao seu exame.

Datado de maio de 1936, o parecer estimulou novas colaborações, expressas na conferência sôbre o *Dia Panamericano*, a *Cabagem*, além de outras.

De maiores proporções, todavia, é o *Folclore no Brasil*, cuja primeira edição, de 1928, em três meses se esgotou.

Para a segunda, acolhida pelo Instituto, estendeu-se o ensaio por 400 páginas, em que, além de registrar os fatos referentes ao assunto, cuidou de classificá-los e interpretá-los de acôrdo com as suas concepções filosóficas.

E a obra deixou de ser mera coletânea de contos populares para abranger considerações históricas e sociológicas explicativas da evolução brasileira.

À vista da opulência informativa que mencionou, propôs a «fundação de um grêmio que se consagre exclusivamente aos estudos da nossa demopsicologia», ou, pelo menos, uma Seção de Folclore, cuja criação sugeriu à Academia Brasileira de Letras. O êxito do empreendimento, mais tarde realizado pelo I.B.E.C.C., apoiado no devotamento incansável do seu Secretário Geral, Doutor Renato de Almeida, evidenciou que sobejava razão a Basílio para indicar a solução queurgia adotar.

De passagem, acentuou que «a população de talvez uma quinta parte do território nacional vive divorciada da civilização e da cultura do país, por exclusiva culpa nossa, pois que não fornecemos escolas, nem vias de fácil comunicação com os centros adiantados, nem sequer a subordinamos a uma polícia regular e a uma justiça integral».

Fazia-se mister compreender-lhe a alma, que se espelha no folclore, cujo «estudo proporciona prazeres compensativos das fadigas que demanda».

As tradições, «que o opulentam e aformoseiam — lendas, contos, fábulas, adágios, adivinhas, jogos infantis, poemetos e trovas, constituem verdadeiros testes da inteligência assimiladora, transformadora e criadora, sempre lúcida e vivaz, que distingue o nosso mestiço em tôda a extensão do país», e a «carinhosa rebusca dessas formas de atividade mental e o constante contato com o nosso povo é que nos possibilitarão conhecê-lo melhor e amá-lo mais sinceramente habilitando-nos, assim, a que também mais eficientemente cooperemos, com êle, por êle, e para êle, no robustecimento do caráter nacional e na exaltação sinérgica da alma nacional».

Em nota final, de 15-10-1939, informou, ainda, que possuía considerável número de peças inéditas, que não intercalou, por falta de tempo necessário a coordená-las e interpretar, pois que os afazeres habituais lhe tomavam as horas, sem nenhuma folga, conforme esclareceu: «trabalhando exaustivamente aos 65 anos de idade, só as poderei incluir em obra de mais fôlego, quando, por força de lei e liberalidade da «pálida fechadora do caminho da existência», chegar eu a fruir o chamado *otium cum dignitate*».

Chegar-lhe-ia, com vantagem, esta fase promissora?

Ainda viveu, sem dúvida, entre os seus livros, de que afinal se desfez, conservando apenas os mais manuseados.

A saúde, porém, começou a exigir-lhe cuidados crescentes, a que Lambari proporcionou ambiente propício.

Aprazia-lhe, então, estanciar por vários meses na acolhedora cidade, onde, para maior comodidade, adquiriu imóvel do seu gosto.

E lá permanecia, reduzidos os seus afazeres, conforme lhe exigiam as condições orgânicas, até que se lhe abateu a resistência.

E a 14 de dezembro último, afinal, cerrou os olhos, privando o Brasil de um dos seus mais operosos investigadores do passado, a quem o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro premiou com sucessivas homenagens, até o elevar à categoria de sócio Grande Benemérito, desde 21 de outubro de 1944.

DOCUMENTOS

APRESENTAÇÃO

D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, remete-nos gentilmente, de São Paulo, em 8 de novembro de 1957, os documentos que aqui se publicam. Não lhes atribui, como se vê de sua carta de apresentação, *grande valor histórico*, mas, o fato é que contém «informações e luzes». Entre estas avultam as referentes aos derradeiros dias de D. Pedro II e aos seus funerais, frisamos nós.

A C.D.R. dando à luz da publicidade esses documentos visa não somente fazê-los conhecidos dos estudiosos de nossa *História*, mas também a prestar homenagem ao seu autor, D. Pedro Augusto que ingressou no I.H.G.B. como *sócio honorário*, em 2 de agosto de 1888, justificadamente, por *seus belos trabalhos mineralógicos publicados aqui e na Europa, e que tem merecido inserção nos anais científicos de Paris e Viena*. É o que regista o Tomo 52 — Vol. 80 desta Revista, relativo ao ano, de 1889, pág. 410.

CARTAS DO PRÍNCIPE DOM PEDRO AUGUSTO

Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

Não representa, talvez, grande valor histórico a correspondência que D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança manteve com sua tia S. A. R. a Duquesa Alexandrina de Saxe (1).

(1) S. A. R., a Duquesa Alexandrina de Saxe-Coburgo e Gotha nasceu «S. Altesse Grand-ducale, Margravine de Baden», em Carlsruhe a 6 de dezembro de 1820, primeira filha do Grão Duque reinante de Baden e Duque de Zähringen (os Grãos Duques de Baden são da Casa de Zähringen e de religião protestante) Leopoldo (29-X-1790 a 24-IV-1852) e da Grã Duquesa Sophia (21-V-1801 a 25-VII-1865) nascida Princesa Real da Suécia, da Casa de Holstein-Gottorp-Wasa.

Foi batizada com os seguintes nomes: Alexandrina, Luisa, Amélia, Frederica, Elisabeth, Sophia. Casou em Carlsruhe a 3 de maio de 1842 com S. A. R. o Duque Ernesto de Saxe-Coburgo e Gotha, mais tarde Ernesto II.



*S. A. O Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança. Paris 1890.
(Fotografia inédita, coleção de D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança no Rio
de Janeiro).*

Todavia, não deixam de encerrar significação, pelas informações e luzes que contêm, êsses papéis íntimos, traçados sob as inspirações da afeição e da confiança.

São escassos os documentos relativos ao príncipe brasileiro, que aqui se educou e veio a alcançar, após o curso na Escola Politécnica, o título de engenheiro, que constitui a primeira ocorrência, no gênero, registrada no mundo, entre os que pertenciam às casas dinásticas.

Afigurou-se-me, assim, oportuno promover a divulgação da referida correspondência (2), que representará subsídios para o conhecimento mais perfeito e fiel do neto mais velho de D. Pedro II, tão desfigurado pelo infortúnio e quase sempre recordado sob as sombras de sua tragédia. Como seu avô, o imperador, D. Pedro Augusto foi um órfão. Acolhendo o neto como um filho, o segundo monarca empenhou-se, com esmero e dedicação, na obra de educá-lo. Também era sem limites a veneração e o amor que lhe devotava D. Pedro Augusto.

Das cartas dirigidas à Duquesa de Saxe tem-se essa comprovação, como igualmente do interesse pelos seus amigos, para quem não se cansava de pedir mercês.

Se cedo morreu para a sociedade, não é possível desconhecerem-se os encantos de sua personalidade e os méritos de sua vida de estudioso e de pesquisador, de que dão notícias os trabalhos de mineralogia e numismática que produziu.

Ao decidir a publicação das presentes cartas, acudiu-me logo como mais indicado órgão, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que fez parte, como sócio, D. Pedro Augusto.

Eis por que, senhor presidente, passo às mãos de V. Excia. as inclusas cópias, que faço acompanhar das expressões do meu reconhecimento, aprêço e admiração.

(2) As cinco cartas que hoje divulgamos, encontram-se no Arquivo da Casa Ducal de Saxe, em Coburgo, Alemanha, estando catalogadas sob o seguinte número: A I 28 b 18 A IV u.º 100 a.

O arquivo do Estado, do Ducado de Saxe-Coburgo e Gotha encontrava-se desde 1858 no Castelo de Friedenstein na cidade de Gotha (hoje zona ocupada pelos russos), restando pouquíssimas esperanças na recuperação do mesmo.

CARTA Nº 1

Coburg, Hotel Grüdner Baum.

Le 25 Juillet à 8h du soir. 1888.

Ma chère Tante !

J'arrive directement de Paris, désirant vous voir avant de partir pour le Brésil; présentez mes respects à l'Oncle (3) et assister à la messe de demain.

Mon départ pour Dresden (4) est fixé pour après demain matin. Le temps me manque tout à fait pour rester ici plus longtemps, car le 4 au matin je dois rejoindre l'Empereur à Bordeaux. Les nouvelles des grandparents sont excellentes.

Vous seriez bien aimable de me faire dire où logent, (5) Papa, Grand-maman (6), quelle heure est la messe, quel le

(3) D. Pedro Augusto se refere ao marido da Duquesa Alexandrina, Ernesto II, Duque reinante, em virtude da renúncia de seu irmão mais velho, o «Príncipe Consorte» Alberto da Inglaterra.

Ernesto II nasceu em 21 de junho de 1818 e morreu a 22 de agosto de 1893. Sucedeu-lhe no trono o Duque Carlos Eduardo de Saxe-Coburgo e Gotha, filho do Duque de Albany (filho da Rainha Vitória e do Príncipe Alberto). Sendo este menor, ocupou a Regência do Ducado, o Príncipe Ernesto de Hohenlohe-Langenburg. O Duque Carlos Eduardo, falecido em 1954, foi o último Duque reinante, pois com a queda do império alemão em 1918, também foram destronados todos os soberanos satélites do Imperador Germânico, entre estes o Duque de Saxe-Coburgo e Gotha.

(4) A cidade de Dresden era capital do então Reino de Saxe (onde reinava a chamada linea «Albertina» da Casa de Saxe). D. Pedro Augusto mantinha também com estes parentes os mais estreitos laços de amizade.

(5) A pergunta pode parecer estranha, porém, levemos em consideração que em Coburgo existem as seguintes residências ducais: O Castelo de Ehrenburg, no centro da cidade, o Castelo-forte, dominando a cidade e o Castelo de Callenberg, residência de verão a 5 km da cidade, circundado por um lindo bosque de carvalhos. Existe ainda o Castelo de Rosenau perto do de Callenberg, onde residiam as quatro Princesas de Saxe, filhas do Duque de Edimburgo, netas da Rainha Vitória.

Também existe na cidade um pequeno castelo, de construção recente (1880), que pertencia ao falecido Czar Ferdinando da Bulgária. O Czar Ferdinando era o irmão mais moço do pai de D. Pedro Augusto.

(6) Trata-se da Princesa Clementina de Saxe-Coburgo e Gotha, filha do Rei Luis Philippe. Foi uma das personalidades mais marcantes de sua época e de uma privilegiada visão política. Seu filho o Czar Ferdinando, subiu ao trono da Bulgária, em parte, graças à atuação materna.

costume et si j'y dois amener Mr. le Baron d'Estrella, chambellan de l'Impératrice, un de mes amis et désigné par l'Empereur pour m'accompagner.

Merci dès à présent.

Pardón de ne pas vous écrire en allemand, étant très pressé et croyez moi votre très dévoué et

respectueux neveu

Pedro Coburg

CARTA Nº 2

Ma chère Tante.

Merci mille fois de votre bonne lettre et pardon de mon retard que je ne sais expliquer. Personne encore n'a reçu de mes nouvelles, car je n'ai pas écrit, ayant été pris d'un accès prolongé de anéantissement morale. — La mort de Joseph (7) si jeune, doux et intelligent, m'a frappé douloureusement au milieu des fêtes du retour.

Vous aurez soin, ma bonne Tante, de ce tombeau aussi bien que de celui de pauvre maman. Je n'oublierai jamais toutes vos bontés. Grandpapa se porte bien. C'est déjà ma consolation.

Grandmaman, Tante Isabelle, Oncle Gaston et les cousins sont bien portants. Gusty (8) est parti pour un voyage au tour

(7) Irmão do autor das cartas. O Príncipe D. José, Fernando, Francisco, Maria, Miguel, Gabriel, Raphael, Gonzaga de Saxe-Coburgo e Bragança, nasceu no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1869 e morreu de pneumonia na Escola Militar de Wiener-Neustadt (perto de Viena) a 13 de agosto de 1888.

(8) Segundo irmão do autor das missivas foi o Príncipe Dom Augusto, Leopoldo, Philippe, Maria, Miguel, Gabriel, Raphael, Gonzaga, nascido em Petrópolis a 6 de dezembro de 1867. Seguiu a vocação paterna ingressando na Imperial Armada Brasileira. Após brilhante curso na Academia Naval, serviu em várias unidades da Armada, entre elas a corveta *Nichteroy*, cruzador *Almirante Barroso*, encouraçado *Riachuelo*. A bordo do *Almirante Barroso* seguiu em viagem de circumnavegação, na qualidade de segundo tenente, tendo sido desembarcado no porto de Colombo, na Ilha de Ceilão, por ocasião da proclamação da República. Vejam-se a respeito — *Vinte e um meses ao redor do planeta* do Almirante Custódio José de Melo, Rio de Janeiro, 1896; também *O Almirante Barroso, à volta do mundo*, de Theophilo Nolasco d'Almeida, Rio de Janeiro, 1902; e também a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº 211, págs. 118-133.

A Fôlha de Serviço de Dom Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, encontra-se no Serviço de Documentação da Marinha (quarto livro mestre de Segundos Tenentes do Corpo da Armada, constante das fôlhas cento e setenta e um e verso).

du monde, pendant deux ans. Sûrement vous le verrez en Europe. Je vous prierai de présenter mes meilleurs souvenirs à la Duchesse de Meiningen (9), la Duchesse d'Edinburgh (10), que j'ai vu à Callemberg (11), chez-vous.

Mes hommages respectueux à l'Oncle.

Votre très dévoué neveu

Pedro Coburg.

P. S. Je serais charmé de vous écrire et de recevoir de vos nouvelles.

CARTA Nº 3

Cannes, Le 19 Avril, 1890.

Ma chère Tante.

Bien contrarié de ne pas avoir pu vous dire adieu en personne. Je pars demain pour Paris, Hotel Dominici, sous le nom de Baron de Mosna (12). Mon frère s'y trouve déjà. Nous comptons rester à Paris jusqu'au 16 Mai et en suite nous nous rendrons à Vienne et peut-être à Sofia, en rejoignant l'Empereur à la fin de Juillet, à Aix les Bains.

Tous ici vont bien portants. Veuillez-vous dire bien de choses affectueuses de ma part à l'Oncle, qui malheureusement ne pourra pas causer avec moi, comme j'en avais l'espoir. Vous aurez connaissance de tous mes mouvements.

(9) O título de Duquesa de Meinigen caberia a rigor somente à espôsa do Duque reinante de Saxe-Meiningen e Hildeburgshausen, todavia, naquela época o Duque era Jorge II, casado pela terceira vez e nesta morganaticamente com Helena Franz, em 18 de março de 1873, mesma data em que recebeu o título de Baronesa de Heldburg. Deve-se tratar, portanto, da espôsa do Príncipe Herdeiro Bernardo, a Princesa Carlota, nascida Princesa da Prússia.

(10) A Duquesa Maria d'Edimburgo era espôsa do segundo filho da Rainha Vitória. Nasceu a 5 de outubro de 1853, Grã-Duquesa da Rússia. Residia em Coburgo no Castelo de Rosenau, com suas quatro filhas.

(11) Castelo de Callemberg perto de Coburgo.

(12) O título de Barão de Mösna, D. Pedro Augusto o usava com frequência para se manter incógnito, como também o de Barão de Klein Alm, Conde de Helpa, etc. Correspondem a localidade e pavilhões de caça da propriedade florestal de Klein Sölk de 12.000 hectares (Província da Stíria, Austria), pertencente a seu pai, o Príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo e Gotha, Duque de Saxe.

Prière de soumettre à l'Oncle la liste de certaines personnes qui désireraient, si cela est possible, obtenir des décorations.

Le signe + indique une préférence.

Avec l'espoir de vous revoir, peut-être à Coburg.

Votre tout dévoué
neveu

Pedro

CARTA N° 4

Cannes, Le 1^{er} Janvier, 1891.

Ma chère Tante

Mes meilleurs voeux de bonheur pour 1891.

Dieu sans aucune doute, vous protégera toujours car vous avez toujours été si bonne et charitable envers tout le monde.

Par le coeur vous êtes une de mes parents les plus proches, car les soins donnés à des personnes chéris ne s'oublient pas.

L'Empereur, mon frère Gusty et tous les autres de la famille, sont en bonne santé. Mon séjour Cannes se prolongera jusqu'à la fin de Mars. Ensuite j'irai m'établir au Palais Coburg, à Vienne, provisoirement.

J'ai l'intention de faire un petit voyage en Italie vers le commencement de Février.

Vous seriez bien aimable en présentant mes voeux les plus respectés à l'Oncle, en lui témoignant combien je désire que son existence si utile et intéressante se prolonge le plus possible.

Au revoir, sans doute à Nice.

Votre tout dévoué

Pedro

CARTA N° 5

Paris, Le 29 Décembre 1891.

Ma chère Tante.

Je dois vous demander mille pardons de mon retard. Croyez, qu'il est dû à l'état de tristesse et mon repos dans lequel je me trouve depuis la catastrophe du 5 de ce mois.

Je tiens aussi à vous remercier de tout cœur de ces nouveaux témoignages d'affections presque maternelles.

Ma lettre vous paraîtra peut-être insuffisante pour exprimer tous mes sentiments. Veuillez-vous l'accepter comme elle est, dans ma sincérité sans phrases.

J'ai quitté Vienne le 30 Novembre après avoir reçu une dépêche m'annonçant que l'Empereur s'affaiblissait à vue d'oeil.

Arrivé à Paris, le 1^{er}, au soir l'Empereur couché m'a paru relativement bien portant. Le lendemain, son anniversaire, s'est passé très bien et S. M. causait encore avec un entraînement relatif. Le mal a commencé à s'aggraver vers le soir du 4 (fièvre de 39° oppression).

Le 4 vers midi, la fièvre est montée tout à coup, à 41° et la pneumonie a attaqué aussi l'autre poumon. Dès lors les médecins ont perdu tout espoir. À 4 heures l'Empereur a perdu connaissance et après une longue lutte il a rendu le dernier soupir à minuit et demi (du 4 au 5 Décembre) ayant reçu tous les sacrements de l'église et entouré de l'oncle G., Tante Isabelle, de moi et d'autres personnes de sa maison.

Gusty était assez souffrant à Vienne et n'a pas pu venir. Il va cependant mieux mais ne sort pas encore, ayant été atteint d'une forte angine. Immédiatement après le trépas de S. M., toutes les formalités ont été remplies par les officiers de sa maison et on a recouvert le corps du drapeau Impérial. Ce qui a été très bien.

24 heures après a été fait l'embaumement et l'Empereur a été placé en chapelle ardente habillé en Général en chef, avec toutes ses décorations brésiliennes. Grande affluence de personnes pour le voir et s'inscrire sur les registres.

Le 8 au soir, le corps a été transporté à la Madeleine et le 9 à 11h a été célébré l'office solennel auquel a assisté Mr. d'Ébart, tout de suite à côté du corps diplomatique. Je profite de ce parenthèse pour remercier de nouveau à l'Oncle pour cette attention et j'ajouterai que maintenant, plus que jamais, j'espère aussi son appui quand le moment se présentera. Les funérailles, si elles ont été bien réussies, ont le doit au Baron d'Estrella (13) qui s'est surpassé.

(13) Barão da Estrella (José Joaquim de Maia Monteiro) era filho do Visconde e do primeiro Conde da Estrella (por Portugal) e de sua segunda mulher, D. Luísa Amália da Silva Maia. Casou com D. Thereza de Vasconcellos Drumond. Foi feito barão por decreto de 13 de outubro de 1876. Os Barões da Estrella e de Maia Monteiro foram amigos dos mais dedicados de D. Pedro Augusto e de D. Augusto.

Ma tante ne pourrait-elle pas obtenir de l'oncle qu'il passe de Commandeur de 1^{ère} classe de l'Ernestine (14) à celui de Grand-Croix ?

Ma demande est peut-être indiscrete ?

Après la cérémonie, le corps a été conduit à la gare d'Orléans avec tous les honneurs royaux par ordre du gouvernement français et à 8h, un train spécial partait pour Irun. Pendant tout notre trajet en Espagne, tous les honneurs royaux ont été rendus et à la gare de Madrid toutes les autorités se trouvaient rassemblées.

A Lisbonne, tout s'est aussi très bien passé.

A ce retour nous nous sommes arrêtés à Madrid, où la Reine Régente a été très aimable.

Le plus triste est de penser que l'Empereur est mort en exil et le coeur est rempli de tristesse. Dans ses derniers moments j'ai pu gagner mieux encore qu'auparavant la grandeur de son âme. Après lui ne viendra personne qui lui soit comparable. Malgré sa disparition il me semble l'avoir toujours près de moi dans ma pensée et cela me console, me fortifie, et me donne l'espoir pour l'avenir.

Veuillez dire mille choses et amitié à l'Oncle et croyez-moi
votre très respectueux
et tout dévoué
neveu

Pedro

P.S. Mes meilleurs voeux pour le jour de l'an.

(14) Ordem Ernestina da Casa Ducal de Saxe. Foi fundada no ano de 1690 por Frederico I, Duque de Saxe e Gotha e Altenburg, filho primogênito do Duque Ernesto o Pio, sob o nome de «Ordem da Lealdade Alemã». Pertenciam a esta Ordem muitos brasileiros.

Dom Pedro Augusto possuía as seguintes condecorações:

Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro;

Grã-Cruz Nato da Imperial Ordem de D. Pedro I;

Grã-Cruz Nato da Imperial Ordem da Rosa;

Grã-Cruz da Ducal Ordem Ernestina da Casa de Saxe;

Grã-Cruz da Antiga Ordem da Torre Espada do Valor, Lealdade e Mérito de Portugal;

Grã-Cruz da Ordem de Leopoldo da Bélgica.

APRECIÇÃO DE LIVROS

Le Brésil — Structure Sociale et Institution Politique (6 capítulos — 165 págs.) — por Jacques Lambert — Librairie Armand Colin.

Na coleção *Cahiers de la Fondation National des Sciences Politiques* — Jacques Lambert apresenta em linhas mestras um panorama, admiravelmente delineado da estrutura social e política do Brasil de nossos dias.

Não se discute, a bem dizer-se, as causas determinantes do fenômeno, mas considera-as na sua muito acertada interpretação, para apresentar os motivos de nossos fenômenos social e político. Deixa bem visível o porque da razão de ser o que somos. Vê mui judiciosamente o Brasil, no processo de formação das nações sul-americanas, registrando as influências *geográficas* e o processo *etnográfico* que conduziram ao momento ainda atual. Não descuida do mecanismo político do período colonial que as ligava às respectivas metrópoles, embora, êsse aspecto colonial, não dê em nosso modo de ver a devida atenção, para fazer ressaltar sua influência, como uma das causas determinantes no processo da autonomia dos povos *hispânicos* e *lusitano* da América do Sul. Mas, acentua com bom relêvo, o mecanismo de nossa formação *etnográfica*, em comparação com a dos outros povos da América.

No exame dêsse aspecto, vem até a época atual considerando as *imigrações* de povos de diversas origens com suas características raciais e culturais, e o movimento de *migração interior*, a que dá bem acentuado valor em vista da manutenção da *unidade do povo brasileiro*, em seu imenso e ainda mui deficientemente habitado território. Referindo-se às migrações interiores, diz judiciosamente: *Elles sont nécessaires, non seulement à l'expansion économique du Brésil, mais elles sont nécessaires aussi à l'achèvement d'une complète unité nationale.*

Isto pôsto, considera a estrutura social, focalizando nitidamente nossas realidades do ponto de vista do problema racial. Vê o presente de nosso problema racial — o negro e o branco — sem nenhum romantismo; considera o conflito dos diversos grupos sociais, com objetividade, olhando sempre o futuro:

La société archaïque est encore du beaucoup la plus nombreuse, mais elle n'en est pas moins la plus faible et partout elle est sur la défensive. Entre les deux sociétés, la circulation est à sens unique, la population du vieux Brésil ne change point tant qu'elle reste sur place, mais elle s'enfonce en mouvement et, se port du Nord vers le Sud ou que, partout, elle se porte de la campagne vers la ville, elle quitte le vieux Brésil pour s'incorporer au nouveau.

Após o exame da estrutura social, examina Lambert nossas condições econômicas, em cujo conjunto se destaca a justa apreciação que faz a respeito do fator *energia*, em que se fundamenta a prosperidade na era em que vivemos.

No exame de *Les Institution et la Vie Politique* do Brasil, apresenta observações dignas de toda a atenção. Exceto uma ou outra ausência do registro de fatos que condicionaram nossa evolução de modo geral, Lambert vê claramente nossas realidades no campo da política. Encerrando o capi-

tulo, ao comentar a *influência* do comunismo em 1950, chama a atenção para o fato de que o Brasil, e os países sul-americanos *n'ont jamais été gouvernés que par le petit nombre*.

O livro se fecha com um exame da política externa e de nossas relações com a França. *Le Brésil*, de Lambert, merece ser lido, ponderado e utilizado pela nossa *élite*, notadamente por aqueles que influem no mecanismo das atividades do Estado.

J.B.M.

A Paz do Chaco — Como foi efetuada no campo de batalha (12 capítulos e Apêndice — 444 pags.) pelo General Estevão Leitão de Carvalho — Biblioteca do Exército, 1957. (Prêmio Tasso Fragoso — 1956).

Dedicado ao Embaixador Macedo Soares, a cuja ação *hábil e decisiva, foi devida a solução pacífica do conflito Bolívia-Paraguai*, em torno dos seus limites na região do Chaco, o livro do General E.L. de Carvalho, é uma narrativa preciosa dos acontecimentos que puseram termo à contenda, evidenciando a importância do espírito da *paz americana*.

O autor fez parte da comissão que executou no *campo de batalha* as cláusulas da paz firmada entre os beligerantes.

Começa a sua narrativa com um excelente retrospecto histórico da vida *incaica regional* simbolizada na palavra *Chaco*, cuja significação elucida ser a de *região de caças*. Prossegue registrando os fatos dominantes da conquista daquelas terras pelos espanhóis, no decorrer dos séculos XVII e XVIII; das correntes ibéricas vindas dos Andes ou do rio da Prata. Prossegue narrando os acontecimentos marcantes do histórico regional até o século XIX. Caracteriza o aspecto de *incultura* relativa das terras do Chaco até os nossos dias, não obstante o esforço paraguaio para colonizá-las, após as lutas da Independência.

Mostra nitidamente o processo da limitação da imensa região entre a Bolívia, o Paraguai e a Argentina, finda a *Guerra da Triplie Aliança*, contra Lopes, em virtude do tratado de paz de 1876.

Segue-se uma exposição sintética, mas bastante elucidativa, do esforço paraguaio para o aproveitamento econômico da região no âmbito que lhe pertencia, bem caracterizado pela implantação e desenvolvimento dado às vias férreas, que atingiram cerca de 500 kms.

Prossegue o autor, no capítulo seguinte, fazendo a exposição do processo da definição dos limites regionais, em torno dos marcos que mostram o respectivo trânsito no decorrer dos tempos. Trâmites em que se vê a ação conjugada do Brasil e da Argentina em prol de uma solução pacífica, logo após a guerra contra Lopes.

Prossegue com a narrativa do que ocorreu depois e que, não obstante, o espírito pacífico da política internacional americana, conduziu ao conflito paraguaio-boliviano. Fato que provocou a intervenção da *Liga das Nações*, e motivou a decisiva ação, em prol da paz, da chancelaria brasileira. Todos os esforços anteriores haviam sido praticamente frustrados.

Nos capítulos seguintes, do VII até o X — o autor dá o testemunho de sua presença nos acontecimentos da contenda.

Narra o que assistiu, desde as peculiaridades concernentes à sua nomeação como participante da «Comissão Mediadora» e as agruras de seu viajar, até o termo final da contenda. É de grande interesse o que se refere às atividades da comissão incumbida de dar realidade ao armistício no *campo de batalha*. Vê-se bem o labor considerável e a habilidade com que se operou a conclusão prática da suspensão das hostilidades.

No decurso da narrativa das atividades da *Comissão Militar Neutral*, de que fazia parte o autor, tornam-se evidentes as causas geratrizes do conflito, consideração de grande importância na época em que vivemos: o *petróleo* e a *Standard Oil*.

Nos capítulos XI e XII, prossegue o seu interessante discorrer, cuja fidelidade é testada pelos fatos narrados e as personagens mencionadas, terminando com o relato do encerramento da *Conferência da Paz* e de seu regresso do Brasil.

Em *Apêndice*, consigna o resultado prático do labor despendido, pelos que labutaram pela *paz do Chaco*.

O livro do General E. L. de Carvalho, ilustrado com numerosas fotografias que informam sobre o ambiente geográfico e as personagens, é acompanhado de elucidativas cartas geográficas. É lastimável lhe falem índices — que facilitem as consultas. E isto tanto mais quanto o livro vale não só como uma agradável leitura por sua apresentação e estilo, mas principalmente como *documento do interessante episódio da história sul-americana*. Sim, pelo que contém e por sua farta bibliografia.

J.B.M.

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Relativamente às publicações especiais (até agora 8 vols.) que o Instituto vem fazendo de sumários das datas que interessasse a História de São Paulo — existentes no Arquivo Ultramarino, o Sr. Embaixador J.C. de Macedo Soares, recebeu as seguintes cartas:

«Rio de Janeiro, 12-12-57. Exmo. Sr. Ministro do Exterior, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil,

Tenho grande prazer em oferecer a V. Excia. um exemplar do livro *Páginas de História Franciscana no Brasil*, o qual, revisto e aumentado, acaba de sair do prelo.

Aproveito o ensejo para dar sinceros parabéns pela publicação dos Documentos do Arquivo Ultramarino de Lisboa com relação à Província de São Paulo. Assim que recebi o primeiro tomo, fiz pesquisas e fui feliz, pois encontrei algumas notas que pude aproveitar.

Aproveitei nesta segunda edição outrossim os documentos que V. Excia., teve a gentileza de permitir a Frei Bonifácio fazer uma cópia. Confesso-me sumamente grato. Com a mais elevada estima de V. Excia. servo em N.S. (as) Frei Basílio Röwer, O.F.M.»

«Pôrto Alegre, 13 de dezembro de 1957. Of. 1.363. Ilm.º Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Eminentíssimo Patricio. Foi com imensa satisfação que recebi mais um número da «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», VI Tomo Especial do «Catálogo de Documentos sobre a história de São Paulo existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa» elaborado por ordem do Governo Português e publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em Comemoração ao IV Centenário da Fundação de São Paulo.

Trata-se de fato de uma importante divulgação de raro material de maior valia para o investigador. Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S. os protestos de apreço e consideração. as) Dante de Laytano — Diretor do Museu do Estado».

SÓCIOS FALECIDOS

General Cândido Rondon. O Instituto Histórico teve que registrar, com mágua, a 19 de janeiro último, o desaparecimento do venerando e ilustre sócio honorário General Cândido Mariano da Silva Rondon, falecido naquela data, nesta capital.

Nascido, em Cuiabá, a 5 de maio de 1865 e feitos ali os primeiros estudos, ingressou Rondon na carreira militar, formando-se ao mesmo tempo em engenharia civil e militar, com os cursos de estado-maior e engenharia, pelo regulamento Benjamin Constant (1890).

Notável desbravador dos sertões do Brasil e protetor dos índios, ocupou, entre outras, as seguintes missões: Chefe de várias Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas nos Estados de Mato Grosso e Amazonas; 1907-1915 Diretor da Engenharia do Exército; Diretor do Serviço de Proteção aos Índios; 1910-1930 Inspetor de Fronteiras.

Chefe da Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914); Professor de Mecânica e Astronomia da Escola Militar do Brasil; Membro representante do Exército na embaixada que foi ao Rio da Prata, 1925, chefiada pelo Ministro do Exterior do então General Lauro Müller; Delegado do Brasil na questão de Leticia, 1934-1938, de acôrdo com o Protocolo assinado no Rio de Janeiro entre o Peru e a Colômbia.

General de Divisão reformado do Exército com honras de marechal, em virtude da lei de 1955 — depois de 75 anos de laboriosos serviços. Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, com função honorária e gratuita; foi sócio honorário ou membro correspondente das seguintes Instituições: Sociedade de Geografia de Paris, de New York, Bélgica, Haya (Holanda), Roma (Itália), Lima (Peru), dos Estados de Sergipe, Pará e Pernambuco; do Instituto do Ceará; da Associação Brasileira de Educação; do Instituto Brasileiro de Cultura. Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense.

Possuía as seguintes condecorações:

Grande Oficial, depois promovido ao posto mais elevado, que é o de Gran-Cruz, da Ordem do Mérito Militar. Medalha de Ouro (30 anos) e passadeira de platina (mais de 40 anos) de bons serviços prestados ao Exército, sem nota alguma que o desabone. Comendador da Legião de Honra da França, da

Ordem do Rei Leopoldo da Bélgica (cujas insígnias lhe foram impostas pelo próprio Rei dos Belgas, Alberto I, quando esteve no Brasil e para isto lhe ofereceu um banquete), Comendador da Ordem Goiacá, da Colômbia, da Ordem do Sol do Peru, Prêmio Livingston (medalha de ouro) da Sociedade de Geografia de New York, medalha de bronze de «The Explorer's Club» de New York.

Trabalhos publicados : *Publicações da Comissão Rondon* — nº 1, 26, 39.

Relatórios sobre os trabalhos de Construção de Linhas Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas — nº 2. Etnografia — nº 42. Conferências de 1915, sobre os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas — nº 68. Conferências de 1910, em São Paulo — Várias outras conferências, publicadas nos jornais do Rio de Janeiro.

A *Etnografia e a Etimologia do Brasil em Revista* (tese apresentada em 1940 ao Conselho Nacional de Estatística e Geografia).

Bibliografias sobre o General Rondon: *Impressões da Comissão Rondon e Pelos Sertões do Brasil* — livros publicados pelo Coronel do Exército Amílcar Armando Botelho de Magalhães — Conferências do Dr. Ivan Lins (1940); A *Obra Educativa do General Rondon nas Selvas Americanas*, e artigo do General Valentim Benício — *Rondon, Civilizador do Sertão* (in *Jornal do Comércio*, de 8-6-952) — *Rondônia*, livro clássico de Roquette Pinto e um estudo do jornalista Bandeira Duarte para os moços.

O ilustre militar, que foi símbolo do pioneirismo desbravador e civilizador do Brasil, entrou para o Instituto Histórico como sócio honorário, a 14 de abril de 1939. A proposta havia sido feita por mais de 21 sócios, em data de 26-1-39. Essa proposta mereceu parecer favorável, sendo relator Alfredo de Nascimento e firmada ainda por Tavares de Lyra e Braz do Amaral, da comissão de admissão de sócios, em 13 de abril. Foi aprovada pela assembléia geral do dia seguinte.

Nessa ocasião foi ele saudado pelo Ministro Bernardino José de Souza (vol. 194, pág. 863). O General Rondon ocupara por duas vezes a tribuna do Instituto: a primeira, para falar sobre: *José Bonifácio e o problema indígena* (vol. 174, págs. 867-893) e a segunda sobre *Consagração militar e política de Santander* (vol. 176, págs. 509-538).

Sobre o General Rondon foi feita nesta revista (vol. 185, págs. 344-45) a respectiva bio-bibliografia, pela Srta. Maria Carolina M. Fleiuss.

Secundando a indicação recente do nome do ilustre soldado para o Prêmio Nobel, da Paz — o Instituto, acompanhando outras instituições nacionais, resolveu apoiar a referida indicação, conforme o «memorial» publicado no seu número 236 (págs. 470-494).

Afonso d'Escragnole Taunay — Faleceu a 20 de março último, em São Paulo, desfalcando os quadros do Instituto, um dos seus mais prestigiosos e eminentes sócios — que era seu grande benemérito.

Afonso de Taunay, filho dos Viscondes de Taunay, nascera na cidade de Desterro em Santa Catarina, quando o seu ilustre pai era ali presidente da Província (11-7-1876).

Curso colégio secundário em Petrópolis e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou em engenharia civil, no ano de 1900. Foi professor substituto da Escola Politécnica de São Paulo, em 1904 o professor catedrático da mesma escola em 1910. Foi ainda diretor do Museu Paulista do Ipiranga a partir de 1917 e do Museu do Estado de São Paulo, desde 1923. Aposentou-se em 1945. Naquela qualidade, além de reorganizar os referidos museus, adaptando-os às condições modernas — instalou o museu republicano da cidade de Itu. Editou então os *Anais do Museu Paulista* — que ele dirigiu desde a sua fundação (1922) até 1945.

Foi encarregado pelo presidente W. Luís para reorganizar a Biblioteca e Arquivo do Palácio Itamaraty (gestão Octávio Mangabeira). Professor por concurso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1937). Membro efetivo da Academia Brasileira de Letras (1930) na vaga de Luís Murat. Da Academia Paulista de Letras, da Academia Portuguesa de História, Presidente honorário do Instituto Histórico de São Paulo, para onde entrou em 1912. Pertencia ainda aos Institutos Históricos de Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Ceará, Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Pará e Paraíba. Sócio Correspondente da Academia de Letras de Minas Gerais.

O eminente escritor e historiador patricio foi proposto para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como sócio correspondente, em 15-7-1911. Essa proposta está assinada por Afonso Celso, Max Fleiuss, André Verneck, Eduardo Peixoto, Artur Gui-

marães e Gomes Pereira e justificada por diversos trabalhos históricos do candidato como sejam: «Crônica do tempo dos Phelyphes» publicado sob o pseudônimo de Sebastião Côrte Real. Na Revista do Instituto já publicara o «Diário da Viagem ao Alto Nilo» (vol. 72-1908) feita por D. Pedro II e uma coleção de «Cartas do inesquecível Carlos Gomes», ensaio biográfico do Conselheiro Azêvedo Castro (vol. 74). Anunciava-se já então o seu trabalho sobre Nicolau Antônio Taunay, bisavô do proposto (vol. 74-1911) — como ainda outro sobre: «A Missão Artística de 1816» (vol. 74 — 1911).

Essa proposta foi á comissão de história, onde recebeu parecer favorável, a 24-7-1911 — redigido por Ramiz Galvão e subscrito por Leite Velho e A. Jansen do Paço. Parecer da comissão de admissão de sócios, favorável ao candidato, em 25 de agosto do mesmo ano, e está assinado pelo barão de Alencar (relator), Manuel Cícero e Xavier da Silveira. Esses pareceres foram aprovados por unanimidade, na sessão de 23-IX de 1911.

Afonso Taunay passou a sócio benemérito do Instituto em 27-4-1925 e a sócio grande benemérito, por eloqüente moção assinada em 19-X-1956, por 48 sócios, e aprovada na assembléia-geral de 6-5-1957.

Quando passou a benemérito, Afonso de Taunay já publicara, entre outros, os seguintes trabalhos históricos: «Grandes voltos da Independência», «Na Era das Bandeiras» (vol. 84), «S. Paulo no século XVI», «Cultura e opulência do Brasil» — de Antonl (com estudo bio-bibliográfico). Na *Revista* colaborara com o prefácio as «Cartas de exílio de D. Pedro II ao visconde de Taunay», (vol. 75-1917) — «Frei Gaspar da Madre de Deus» (vol. 77); «Documentos sobre a vida e obra de Nicolau Antônio de Taunay» (vol. 78, 1915), «Missão artística de 1816», «Estudo biográfico de Pedro Taques» (Congr. de História, 1914, vol. 4) e «No Brasil Imperial».

Afonso de Taunay ainda publicou na *Revista* do Instituto: «Cartas inéditas da Imperatriz Leopoldina» (vol. 145 — 1922), «Viagens e viajantes» (vol. 146); «D. Pedro II e a guerra do Paraguay» (vol. 152); «A Formação intelectual de Pedro II» (vol. 152); «Pedro II — os grandes fatos do seu reinado» (vol. 152); conferência sobre o Padre José Maurício (vol. 161); «Uma obra pouco conhecida de Pedro II» (vol. 175); «S. Leopoldo e Rio Branco» (vol. 187 — 1945); «Iconografia carioca» (vol. 203 — 1949), Capistrano de Abreu — conferência (vol. 221 — 1953). «Fontes da História da Igreja Católica no Brasil» (vol. 223 — 1954). Trabalhador incansável, pesquisador de faro, a bibliografia de Afonso de Taunay é extensa. Mas duas grandes obras,

se não houvessem outras, bastariam para lhe firmar os méritos do seu conhecimento histórico e justificar a sua fama: «A história geral das Bandeiras paulistas» (10 vols.) e a «História do Café no Brasil» (15 vols.).

Afonso de Taunay publicou, entre outros, os seguintes trabalhos, na Revista do Instituto Histórico de S. Paulo: Os princípios da moderna crítica histórica (vol. XVI — 1911); Os representantes de S. Paulo no parlamento do antigo regime (vol. XIV — 1909); Os quatro primeiros lustros da vida do Instituto — (vol. XIX — 1914); Frei Gaspar da Madre de Deus e Documentos inéditos sobre Pedro Taques (vol. XX — 1915); O marco quinhentista de Cananéia (vol. XXVIII — 1930); João Ramalho e Santo André (vol. XXIX — 1932); A lenda de Amador Bueno (vol. XX — 1915); Algumas notas sobre Roque Luís de Macedo Paes Leme da Câmara (vol. XXXII — 1937); Nobiliarquia Brasileira (vol. XXXIII — 1937 e vol. XXXIV — 1938); Um inédito de Frei Gaspar da Madre de Deus (vol. XXXVI — 1939); A primeira casa da Moeda no Brasil (vol. XXXVII — 1939); A admiração de Amador Bueno e a controvérsia a êsse respeito (vol. XL — 1941); Silva Leme e o povoamento do Brasil central pelos paulistas (XXXVIII — 1940); Bartolomeu de Gusmão e os seus direitos a prioridade aerostática (vol. XLV — 1945); Antiquilhas paulistas (vol. XLVII — 1947 e XLVIII — 48); Antiquilhas de S. Paulo — séculos XVII, XVIII e XIX (vol. L — 1950) Luís Gonzaga da Silva Leme (vol. LI — 1952) — Capistrano de Abreu (Vol. LII — 1954). Efemérides Jubilares (vol. LIII — 1956).

Êsse denodado esforço de investigação, essa paciência beneditina no esmerilhar os documentos antigos, êsse labor incessante de estudioso benemérito, — deram a Afonso de Taunay, depois que morreu Capistrano de Abreu, o cetro das letras históricas no Brasil. Com essa autoridade gloriosa êle desaparece, deixando-nos um exemplo vivo de dedicação aos estudos da sua predileção, de amor incessante ao trabalho, para uma melhor produção histórica — êle que era, contemporâneamente, o mestre incontestado e o amigo das novas gerações de estudiosos.

Bibliografia de Afonso de Taunay:

FICÇÃO

«Leonor de Avila», romance brasileiro seiscentista (Crônica do tempo dos Felipes) — Tours, 1810.

HISTÓRIA DO BRASIL

Grandes vultos da Independência Brasileira. (S. Paulo — 1922).

- Na Bahia colonial (Rio, 1925).
Na Baía de Dom João VI — (Bahia, 1928).
Rio de Janeiro de antanho 1695 — 1831 — (Rio, 1925).
Sob El-Rei Nosso Senhor. Aspecto da vida Seiscentista brasileira — (S. Paulo, 1923).
No Brasil Imperial (Rio, 1922).
À glória dos Andradas.
Do Reino ao Império (S. Paulo, 1927).
Viagens e viajantes (Rev. do Inst. Histórico. — vol. 146 — 1922).
Santa Catarina nos anos primevos (S. Paulo, 1931).
A grande vida de Fernão Dias Paes Leme (S. Paulo, 1931, Rio, 1955).
Visitantes do Brasil colonial, Século XVI a XVIII — (São Paulo, 1938).
De Brasiliae rebus pluribus — (S. Paulo, 1936).
No Brasil de 1840 (S. Paulo, 1935).
Em Santa Catarina colonial (S. Paulo, 1936).
A guerra dos bárbaros.
A propagação da cultura cafeeira no Brasil.
Subsídios para a História do café no Brasil colonial (Rio, 1935).
História do café no Brasil — Quinze tomos (Rio, 1939).
Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil colonial (Rio, 1941).
O Senado do Império (S. Paulo, 1942).
Assuntos de três séculos coloniais (S. Paulo, 1944) em Anais do Museu Paulista — Tomo XII).
Pequena História do café no Brasil — 1727-1927 (Rio, 1945).
Viagens na Capitania das Minas Gera's (nos Anais do Museu Paulista. Tomo XII).
No Rio de Janeiro dos Vice Reis (S. Paulo, 1943) nos Anais do Museu Paulista — Tomo XII.
No Rio de Janeiro de Dom Pedro II (Rio, 1947).
A Câmara dos Deputados sob o Império (nos Anais do Museu Paulista — Tomo XIV).

HISTÓRIA DE SÃO PAULO

- Na era das bandeiras — Rio, 1920.
À glória das monções.
História Geral das Bandeiras Paulistas (onze tomos) — São Paulo — (1924-1949).
Índios! Ouro! Pedras! (S. Paulo, 1947).

Um grande bandeirante: Bartolomeu Pais de Abreu — 1674-1738 (S. Paulo, 1923).

Coletânea de documentos da antiga cartografia paulista (S. Paulo, 1922).

Ensaio de carta geral das bandeiras paulistas.

Estudos de História paulista (S. Paulo, 1927).

Antigos aspectos paulistas (S. Paulo, 1927).

Terra bandeirante (S. Paulo, 1931).

Ensaio de história paulistana (in Anais do Museu Paulista. Tomo X).

Amador Bueno e outros ensaios (S. Paulo, 1943) in Anais do Museu Paulista — T-XI.

Um paulista eminente Augusto C. de Lóbo Telles.

Velho S. Paulo: (S. Paulo, 1952).

S. Paulo: vetara a nova (in Anais do Museu Paulista — Tomo XIII — 1949).

Guia do Museu Paulista (S. Paulo, 1937).

Guia do Museu Paulista (S. Paulo, 1937).

Guia do Museu Convenção de Itu.

Curso de banderologia (S. Paulo, 1946).

HISTÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

S. Paulo nos primeiros anos (1554-1601) — Tours, 1920.

S. Paulo no século XVI — História da vila de Piratininga — (Tours, 1921).

História seiscentista da Vila de S. Paulo (Quatro tomos) — S. Paulo, 1926-1929).

História da Vila de S. Paulo, no século XVIII — 1701-1711 — (S. Paulo, 1931).

História da cidade de S. Paulo no século XVIII (Seis tomos) — S. Paulo, 1949-1951.

Piratininga — Aspectos sociais de S. Paulo Seiscentista (São Paulo, 1923).

Non ducor duco (S. Paulo, 1924).

História antiga da Abadia de S. Paulo — 1598-1772.

Relatos monçoneiros — (S. Paulo, 1953).

HISTÓRIA DA ARTE, DA CIÊNCIA E DA LITERATURA NO BRASIL

A missão artística de 1816 (in Rev. do Inst. Hist. S. Paulo, — 1912).

Nicolau A. Taunay. Documentos sobre sua vida e sua obra. Rio, 1916.

A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão (São Paulo, 1938).

Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aerostática (São Paulo, 1938).

Bartolomeu de Gusmão, inventor do aerostato, primeiro inventor americano (S. Paulo, 1948).

Zoologia fantástica do Brasil (S. Paulo, 1934).

Monstros e Monstregos do Brasil.

Pedro Taques e seu tempo (S. Paulo, 1923) in *Anais do Museu*. Tomo I).

Escritores coloniais (in *Anais do Museu Paulista* — S. Paulo, 1923).

Martim Francisco III.

Achegas à Biografia de Bartolomeu de Gusmão (in *Anais do Museu Paulista* — Tomo XI).

LINGUÍSTICA

Léxico de termos técnicos e científicos.

Léxico de Lacunas (Tours, 1914).

Vocabulário de omissões (Rio, 1924).

Coletânea de falhas (Rio, 1927).

Reparos ao Dicionário de Cândido de Figueiredo (Tours, 1928).

A terminologia científica e os grandes dicionários portugueses.

Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses (Polêmica com Cândido Figueiredo — Tours, 1928).

Inópia científica e vocabular dos grandes dicionários portugueses (S. Paulo, 1932).

ASSUNTOS CIENTÍFICOS

Ensaio de bibliografia referente ao Brasil e às ciências naturais (em colaboração) I parte: Literatura brasileira — (São Paulo, 1913-1919).

Ensaio de bibliografia (2.^a parte: Literatura estrangeira).

TRADUÇÕES

A Retirada da Laguna.

A segunda viagem de Saint Hilaire a S. Paulo (S. Paulo, 1938).

Contos de Edgard Pöe.

Contos de Hofman.

REEDIÇÕES COMENTADAS DE OBRAS CLÁSSICAS

Pedro Taques: Nobiliarquia paulistana

Informação sôbre as minas de São Paulo.

História da Capitania de S. Vicente (Rio, s/d).

Notícia da expulsão dos jesuítas.

Frei Gaspar da Madre de Deus: Memórias para a história da Capitania de S. Vicente.

Antonil: Cultura e opulência do Brasil (S. Paulo, 1923 — Reed. — 1938).

Bartolomeu de Gusmão: Obras completas. S. Paulo, 1934.

Jorge Marcgrave: História Natural do Brasil.

Guilherme Pizo: De Medicina do Brasil.

Roque de M. P. Leme Câmara: Nobili brasiliense arquivi.

Fuasto Nairons: Desaluberrima potiena cahve seu cafe nuncupate discurons.

NO PRELO

História Colonial da cidade de S. Paulo no século XIX.

Existe uma bio-bibliografia de Afonso de Taunay, feita pela Sta. Maria Carolina Max Fleiuss — publicada na *Revista* do Instituto (vol. 182 de 1944 — págs. 199 e 202).

D. Diego Carbonell. Notícia recebida por via diplomática assinala o falecimento, em Caracas dêsse ilustrado diplomata e escritor venezuelano, que era sócio honorário do Instituto Histórico.

Formado em medicina, foi reitor das Universidades de los Andes. Em 1922, quando o distinto homem de letras exercia no Rio as funções de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Venezuela foi êle indicado para sócio nosso honorário, em proposta de 21 de abril, assinada por Max Fleiuss, Homero Baptista, Juliano Moreira, A. Tavares de Lyra, Antônio Olyntho, Alfredo Valladão, Nuno Pinheiro e A. Pinto da Rocha.

O parecer da comissão de admissão de sócios, datado de 25 de junho do mesmo ano, foi inteiramente favorável à proposta.

Assinaram-no: Ramiz Galvão, relator, Miguel de Carvalho, Manoel Cicero e Antônio Olinto. Na sessão de 26-6 ficou decidido de ser ele votado, quando houvesse vaga.

Na assembléia geral ordinária de 20-7-1923 foi aprovado, sendo D. Diego Carbonell, desde essa data considerado sócio honorário do Instituto Histórico (Revista — Tomo 94, 1923, pág. 566).

A bibliografia de D. Diego Carbonell é vasta e importante. Na Biblioteca do Instituto existem os seguintes trabalhos:

— «La epilepsia del libertador» — Bolivar Juaregui — Comen-
tários — História (Merida — Tip. El Lapiz, 1920).

— «Del caos al hombre» (Merida — Tip. de la Univer-
sidad 1920).

— «General Don José de San Martín contribución al estudio
de su historia patológica — Merida Venezuela. Typ. El Lapiz
— 1920.

— Juicios históricos y conceptos de crítica (Tip. de Anuario
do Brasil, Rio — 1921).

— «Reflexiones históricas y conceptos de crítica» (Tip. do
Anuário do Brasil, Rio — 1922).

— «Resumen histórico de la última dictadura del Libertador
Simón Bolívar» (Rio, Emp. Editora o Norte — 1922) del.
Gal. José Ignacio de Abreu Lima — Prefacio y versiones de
Goulart de Andrade — Biografía y notas de Diego Carbonell.

— «Venezuela — Literária, científica e industrial» (Esc. G.
Pimenta de Melo — Rio, 1922).

— «Bocetos de honor, de dolor y de crítica» (Ed. del
Anuario del Brasil, Rio, 1923).

— «Problemas de hoy y de mañana (Caracas Tip. del Co-
mercio, 1926).

— «En torno a la Ciencia» (Caracas — tip. Vargas, 1929).

— Evolucion histórica de las ciencias biológicas» (Bogotá —
ed. Cromos 1934).

«Sobre el tablado» — Conferencias e discursos — Bogotá,
Ed. Cronis.

«De biología transcendental» (Bogotá) ed. El Grafico, 1935).

— «Temas psico-fisiológicos de abstracción y de experiencia
(Imprensa Lopes, B. Aires, 1940).

Além dessas obras diversas que denunciam as facetas poliédri-
cas do espírito científico, literário e filosófico de D. Diego Car-

bonell há ainda que assinalar na sua abundante e variada produção intelectual, mais os seguintes referências:

- «Química ancestral» (Caracas, 1909)
- «El problema de la digestion» (Caracas, 1911)
- «Cronicas y siluetas» (Paris, 1912)
- «Por los senderos de la biología» (Paris, 1912)
- «Psicopatologia de Bolivar» (Paris, 1916)
- «Prosas prosaicas» (Merida, 1919)
- «Botanica y biología» (Caracas, 1919)
- «A mi hermano el obrero» (Rio, 1922)
- «Pot-purri... talvez! (S. Paulo, 1922)
- «Vargas» (Caracas, 1929)
- «1830» (Paris, 1931)

Prof. Paul Rivet. Faleceu a 24 de março último em Paris, êsse ilustre cientista e professor, que era sócio honorário do Instituto Histórico desde 13-9-1930.

Sábio pesquisador e etnólogo o Prof. Rivet foi o organizador e fundador do «Museu do Homem», instituição de grande prestígio na capital francesa. Nascera em 1876 e era formado em medicina. Foi vice-diretor do Laboratório de antropologia do Museu Nacional de História Natural da França. Fêz ainda estudos acurados de pré-história, de antropologia e de linguística. Especialista em línguas indígenas da América organizou, em 4 volumes, uma bibliografia completa do falar *quichúa* e *aimára*. Consagrou outra obra às cidades *maias*. Publicou um estudo notável sobre: *As origens do homem americano*.

A proposta, para a sua entrada no Instituto Histórico, datada de 18-9-1928, está assinada por Max Fleiuss, Rodolfo Garcia, Manuel Cicero, Pandiá Calógeras, Agenor de Roure e Rodrigo Otávio (Revista, vol. Tomo 104, págs. 1.061-1.062).

Essa proposta alude às brilhantes conferências que realizou no Rio de Janeiro, como enviado do «Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura» — sobre «Americanismo e etnologia comparada da América e da Oceania». Indica a sua qualidade de secretário-geral da «Sociedade dos Americanistas», de Paris e redator da revista da mesma Sociedade. Assinala ainda, entre os seus trabalhos de valor: *Les malaio-polynesiens en Amerique* e *Les elements constitutives des civilisations du nord ouest sud-americain*.

Além do Brasil e do Peru, o prof. Rivet percorreu grande parte do continente americano, pondo-se em contato com os

silvícolas para estudar-lhes os caracteres físicos, os costumes, a língua, as tradições.

Mereceu essa proposta parecer favorável da comissão de sócios, em 18 de setembro de 1929 — assinado por Ramiz Galvão (relator) Agenor de Roure e Rudler de Aquino — e, no ano seguinte, foi aprovado pela assembléia-geral.

Na Biblioteca do Instituto, encontram-se ainda os seguintes trabalhos do prof. Rivet: «Cranes de la Region du Tchad» (Paris, 1914); «Les indian, canoeiros» (Paris, 1924), «La langue Andaki» (Paris, 1924); «La Langue Tunebo» (Paris, 1924).

C. G.

ERRATA

No nº 237 de outubro-dezembro, 1957, saíram diversas incorreções que precisam ser retificadas.

Assim, a pág. 368, onde se lê, nº 21 entre os sócios correspondentes, «Padre Serafim, SJ» — leia-se: «Pedro Serafim Leite S. J.»; no índice, pág. 387 — onde se lê: «Miguel Couto Filho» — leia-se: Miguel Costa Filho, e, a pág. 388 — onde se lê, (1ª linha) «Marquez de Abranches» — leia-se simplesmente: Dunschee de Abranches; e na pág. 223, na penúltima linha da nota de apresentação, onde se lê: «atirariam *sem* experimentado» — leia-se: «*seu* experimentado».

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS

Janeiro de 1958

- Revista de Direito da Procuradoria Geral* — Prefeito Francisco Negrão de Lima, Procurador Geral José Emílio de Oliveira — Prefeitura do Distrito Federal — 1956 — Rio de Janeiro.
- Staden Jahrbuch band* — 6 — 1958 — Oferta do Instituto Hans Stadem — São Paulo — 1958.
- Bulletin of The Geological Institutions of The University of Uppsala* — vol. XXXVII — parts 3 — 4 — Uppsala — 1957.
- The Catholic Historical Reviews* — vol. XLIII — number 3 — october — 1957 — The Catholic University of America Press — Washington.
- Revue de l'Institut de Demophilocratie pour la Paix Universelle* — 1957 — New York — Paris — Roma.
- Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* — n.º 14 — 1956 — Tip Andrade — Angra do Heroísmo.
- Revista Marítima Brasileira* — Julho — Agosto e Setembro de 1957 ns. 7 8 e 9 — ano LXXVII — Imprensa Naval — Rio de Janeiro.
- Revista das Academias de Letras* — n.º 71 ano XVIII — Gráfica Editôra Jornal do Comércio S.A. — Rio de Janeiro 1957.
- Boletim de Historia y Antigüedades* — Volumen XLIV ns. 507, 508, 509 — enero, febrero marzo de 1957 — Bogotá — D.E.
- Catalogue* n.º 779 — 1957 — 58 Francis Edwards Ltd. — London, W.L. England.
- Boletim Mineiro de Geografia* n.º 1 — Julho de 1957 — Belo Horizonte.
- Boletim Bibliográfico* — volume XXII — 1953 — Biblioteca Pública Municipal de São Paulo.
- Universidad Pontificia Olivariana* — Abril, Agosto — 1956, n.º 76 — vol. XXI — Bogotá.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — vol. 5 — n.º 1 — Janeiro, Março, 1957 — Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — vol. 29, 30 de Junho de 1957 — n.º 2 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro.
- Revista do Museu Júlio de Castilho e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* — ano 6 — n.º 8 — Rio Grande do Sul.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — Setembro de 1957 — n.º 9 — vol. III — Rio de Janeiro.
- Boletim A.E.C.* — Outubro e Novembro de 1957 — n.º 112 — ano X — Rio de Janeiro.

- Bulletin Société Suisse des Americanistes* — Setembro 1957 — VIII — année n.º 14 — Geneve (Suisse).
- Endeavour* — volumen XVI — número 64 — 1957 — Londres.
- Nação Brasileira* — ano XXXIV n.º 411 — Novembro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Rodovia* — ano XIX — Julho — 1957 — n.º 209 — Rio de Janeiro.
- Engenharia* — ano XVI — vol. XVI, n.º 178 — Setembro — 1957 — São Paulo.
- Brasil Açucareiro* — ano XXV — vol. L — Julho e Agosto — 1957 n.º 8 — Rio de Janeiro.
- Anuário Estatístico* — ano XXVIII — 1955 — Lourenço Marques.
- Revista do Instituto Genealógico da Bahia* n.º 9 — ano 1954 — Tip. Mauu Edit. — Ltda. — Bahia.
- Estúdios Americanos* ns 63, 64, 65, Diciembre — enero — febrero — 1956-1957 — Revista de la Escuela de Estudios Hispano Americanos — Sevilla.
- Boletim Geográfico* — Janeiro — Fevereiro — Março — Abril — Maio e Junho de 1956 — ns. 130 — 131 — 132 — ano XIV — I.B.G.E. — Rio de Janeiro.
- Revista Geográfica* n.º 45 — tomo XIX 2.º semestre de 1956 — Comemorativo da realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia — 1957 — Rio de Janeiro — Oficinas Gráf. do «Jornal do Brasil».
- Revista Geográfica de Chile* — «Terra Australis» — n.º 14 — 1956-1957 — Instituto Geográfico Militar — Santiago — Chile.
- Anales de la Universidad de Chile* — Tercer Trimestre de 1956 — n.º 103 — año CXIV — Chile.
- Indonésia* — 17 de Outubro de 1957 — vol. IV n.º 9 e 10 — Yakarta — Indonésia.
- Catalogue seventy* — nine — fall 1957 — Books and Periodicals Walter J. Johnson, Inc. — N.Y.
- Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch* — Heft 4-1957 — Frankfurt — M.
- Para Todos* — n.º 37, 38, 39 — 2.º quinzena de Novembro de 1957 e 1.º e 2.º quinzena de Dezembro de 1957 — ano II — Rio-São Paulo.
- Bulletin of the New York Public Library* — October — 1957 — vol. 61 — n.º 10 — New York.
- The Americas* — October — 1957 — number 2 — vol. XIV Washington — D.C.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — vol. 5 — n.º 2 — Abril — Junho de 1957 — Rio de Janeiro.
- Boletim do Clube Naval* — 3.º Trimestre de 1957 — n.º 15 — ano XXXVII — Rio de Janeiro.
- Delfos* — n.º 1 Agosto de 1957 — Rio de Janeiro.
- A Fátima Brasileira* — Dezembro 1957 — n.º 93 — ano XIV — Rio de Janeiro.
- América Indígena* — Octubre — 1954 — n.º 4 — vol. XVII — México — D.F.

- Filosofia y Letras* — U.P.B. — n.º 2 vol. 1 Enero — Abril de 1957 — Medellín — Editorial Grunamerica.
- Bibliografia Geográfica do Brasil* — 1951 — II — Geografia Publicação n.º 1 — Faculdade Nacional de Filosofia — Rio de Janeiro.
- Programme IX Assemblée Générale et XVIII Congrès International de Géographie* — Comité Nacional du Brésil — Août — 1956 — Rio de Janeiro.
- Résumes des Communications* — XVIII e Congrès International de Géographie — Comité Nacional de Brésil — 1956 — Rio de Janeiro.
- Revista Internacional de Bibliografia* — n.º 3 — vol. VII — July, September — 1957 — Washington.
- Revista Goiana de Jurisprudência e Legislação* — ano 4 vol. 14 — Janeiro a Junho 1956 — Seção Gráfica «Diário da Tarde» — Goiania — Goiás — Oferta da Prof. Amália Hermano Teixeira.
- Katalog 3^e Antiquariats* — Geographie — Germany — Allemagne.
- Bibliotheks* — Informationem — 4 Jahrgang — November — Dezember — 1957 — num. 11, 12 — West — Berlin.
- Boletim Ilce* — Bimestral Mayo — Junio 1957 — n.º 3 año I — México — D.F. — Instituto Latinamericano de Cinematografia Educativa.
- Catalogue n.º 780 Francis Edwards Limited* — 1957 — London — England.
- Revista de Portugal* — n.º 159 — vol. XXII — Novembro — 1957 — Editorial Império Ltda — Lisboa.
- Portugal pela imagem* — Julho e agosto — 1957 — n.º 15 e 16 — ano II — Portugal — Palácio Foz.
- Revista do Clube de Engenharia* — Dezembro de 1957 — n.º 256 — Companhia Brasileira de Artes Gráficas — Rio de Janeiro.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia* — n.º XXVII — año XXXIII — 1956 — Buenos Aires.
- Hessische Heimat* — 6 Jahrgang — 1956-1957 — Heft Staden — Sonderheft.
- Italia informazioni* — (Boletim 15 de Outubro — 30 de Outubro e 15 de Dezembro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Rockefeller Foundation Grants — vol. VIII — Third Quarter, 1957 — number — 3 — N.Y.
- Boletim Órgão Informativo da Biblioteca do Exército* — n.º 27 — Outubro — 1957 — ano XIX — R.J.
- Boletim Cultural Mexicano* n.º 65 — Setembro de 1957 — México.
- Noticiário das Nações Unidas* — Setembro e Outubro de 1957 — n.º 9-10 — ano VII — Rio de Janeiro.
- Objetivo 58 Boletim Oficial de informacion de la Exposición Universal et Internacional de Bruxelas 58* — Mensual n.º 14 Septiembre de 1957 — Bruxelas.
- Da Índia Distante Boletim publicado pela Embaixada da Índia* — n.º 152 — 15 de Novembro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Saúde* — Mensário do Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde ano X — n.º 113 — Maio 1957 — Rio de Janeiro — Serviço Gráf. — I.B.G.E.
- Nachrichten aus dem, kösel* — Verlag München — folg 6 — herbst — 1957 Verlag.

- Boletim Informativo* — año II — num. 3 — Maio-Junio de 1957 — San Juan — Puerto Rico.
- Bulletin of the Institute of Historical Research* — vol. XXX — n.º 82 — Novembro — 1957 — University of London — England.
- Kriterion* — 41-42 — Julho a Dezembro — 1957 — Imprensa da Universidade de Minas Gerais — Belo Horizonte.
- Pesquisas* — (Anuário) — vol. I — 1957 — Instituto Anchietano de Pesquisas — Tipografia do Centro S.A. — Porto Alegre.
- Boletim del Instituto de Historia Argentina* — «Doctor Emilio Ravgnani» — año I — T. 1 — (2.ª série) — Abril-Mayo-Junio de 1956 — n.º 1 — Buenos Aires — Falleres Peuser — S.A.
- Estatística Agrícola* — 1954 — Tipografia Minerva Central — Lourenço Marques.
- Boletim Mensal das Observações Meteorológicas, organizado pelo serviço Meteorológico* — ano XXIII — Julho de 1956 — n.º 7 — 1957 — Imprensa Nacional de Moçambique — Lourenço Marques.
- Anuário de Observações I Observações Altrônicas II Observações Meteorológicas.*
- Ano de 1955* — vol. XLVII — Imprensa Nacional de Moçambique — Lourenço Marques.
- Brasil Açucareiro* — Setembro — 1957 — n.º 3 — vol. L — ano XXV — Instituto do Açúcar e do Alcool — Rio de Janeiro.
- Rodovia* — Agosto, 1957 — n.º 210 — ano XIX — Revista de Técnica e de Divulgação Rodoviária — Rio de Janeiro.
- Para Todos* — Quinzenário da Cultura Brasileira 1.ª e 2.ª quinzena de Janeiro de 1958 — n.º 40-41 — ano II — Rio e São Paulo.
- World Veteran* — December — 1957 — n.º 69 — 6th. — Year — Paris — France.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* — Outubro, dezembro — 1956 e Janeiro, Março de 1957 — ns. 10-12 e 1-3 séries 74-75 — Lisboa.
- La Universidad del Zulia* — 2, 9 e 23 de Noviembre — ns. 51, 52, 54 — año II — Maracaibo.
- Boletim do Clube Naval* — 4.º Trimestre — 1957 — n.º 152 — ano XXXVII — Empresa Editora Carioca Ltda. — Rio de Janeiro.
- Revista de História de América* — Junio de 1957 — n.º 43 com um índice dos ns. 41 y 42 — México.
- Biblioteca — Boletín mensual de las bibliotecas de la Universidad de Los Andes.* Octubre, Noviembre y Diciembre — ns. 25, 26 y 27 — vol. V ano III — Mérida Venezuela.
- Bulletin of The New York Public Library* — December — 1957 — vol. 61 — number 12 — The New York — Public Library. New York.
- A Bibliography Art And Architecture in the United States* — n.º 2 — 1958 — Biblioteca Thomas Jefferson — American Embassy — Rio de Janeiro.
- Saúde* — ano X — n.º 114 — Junho de 1957 (Mensário) — Impresso no Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro.

- Cronica de la Unesco* — Novembro de 1957 — vol. III — n.º 11 — (Boletim mensal) — Paris.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — Outubro a Dezembro de 1957 — ns. 66 — ano XVIII — Ministério da Marinha — Rio de Janeiro.
- Estudios Americanos* — 67-68 — Abril, Maio, 1957 — vol. XIII — Sevilha.
- Catalogue* n.º 781 — 1957 — A Catalogue of Books — Francis Edwards Limited — London.
- Correio do Senac* — 15 de Dezembro 1957 — n.º 178 — ano IX — Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto do Brasil Estdos Unidos* — Janeiro 1958 n.º 175 — ano XV — Rio de Janeiro.
- Catálogo* — 178 — 1957 — (Periodicals) Walter J. Johnsons — Inc. New York.
- Américas* — Dezembro, 1957 — vol. IX — n.º 12 — Dezembro de 1957 — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 30 de Setembro de 1957 — n.º 3 — vol. 29 — Rio de Janeiro.
- Carta Semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 9-16 de Dezembro de 1957 — 122-123 — Carta — Rio de Janeiro.
- Carta mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio* — Problemas Nacionais do Comércio — Outubro — 1957 — ano III — n.º 10 — Rio de Janeiro.
- Revista do Professor* — Outubro de 1957 — n.º 35 — ano XV — São Paulo.
- Kataly Verlags* — 1950-1957 — Verlag.
- Catalogue* n.º 847 — Voyages and Travels — vol. 5 — part VIII — Maggs Bros, Ltda. — London.
- Revista Agulhas Negras* — 1956 — Órgão Oficial do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras — Resende.
- Boletin de Informaciones Científicas Nacionales* — ns. 81-82 Abril, Mayo e Junio, Setiembre de 1957 — vol. IX — Quito.
- Revista Shell* n.º 80 — Julho, Agosto, Setembro — 1957 — Rio de Janeiro.
- Boletim del Archivo General de la Nación* ns. 176, 177 — tomo XLIV — Abril, Mayo y Junio y Julio Agosto y Stiembre de 1957 — Imprenta Nacional — Caracas.
- Catálogo de Livros sobre Folclore Brasileiro* — Biblioteca Nacional — Empresa Gráfica Ouvidor S.A. — Rio de Janeiro — Oferta do Dr. Celso Cunha.
- Revista do Professor* — Novembro 1957 — n.º 36 — ano XV — São Paulo.
- Boletim A.B.C.* — Dezembro 57 — 58 — Janeiro — n.º 113 — ano XI — Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — (Boletim publicado pela Embaixada da Índia — 1.º de Janeiro de 1958 — n.º 153 — Rio de Janeiro.
- Informação Agrícola* — Novembro 1957 — n.º 145 — ano XI — Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* — vol. IV — Belo Horizonte 1957 — Imprensa Oficial.
- Nação Brasileira* — ano XXXV — n.º 413 — Janeiro de 1958 — Rio de Janeiro.

- Boletim do Superintendência da Moeda e do Crédito* — Outubro de 1957 — n.º 10 — vol. — III — R.J.
- Engenharia* — ano XVI — vol. XVI — n.º 279 — Outubro de 1957 — São Paulo.
- Independência* — Revista de Cultura Lusitana — Dezembro de 1957 — ano XVII — n.º 17 — Oficinas da Livraria Cruz — Lisboa.
- Cultura Universitária* — Mayo, Agosto, 1957 — ns. 61-62 — Editorial Sucre — Caracas.
- Notícias da Indonésia* — 17 de Dezembro de 1957 — n.º 12 — vol. IV — Rio de Janeiro.
- Cafetal* — Novembro de 1957 — n.º 139 — año XII — La Habana.
- Carta mensal* — (Problema Nacional) Janeiro, 1958 — n.º 1 — ano IV — Rio de Janeiro.
- Boletim* — Órgão informativo da Biblioteca do Exército — Janeiro — 1958 — n.º 28 — ano XX — Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba* — n.º 2 — 1957 — Tip. — Para Todos — Sorocaba.
- Revista de Portugal* n.º 160 — vol. XXII — Dezembro de 1957 — Lisboa.
- Observatório Campos Rodrigues* — Serviço meteorológico — 1958 — Tip. Spanos — Lourenço Marques.
- Revista de História* — Outubro — Dezembro de 1957 — n.º 32 — ano XIII — São Paulo.
- Revista do Magistério* — Janeiro de 1958 — n.º 13 — ano VI — São Paulo.
- Catálogo* n.º 155 — Livraria Kosmos Editôra, publ. no Jornal do Comércio de 2 de Novembro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Carta Semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 23 de Dezembro de 1957 — 124.^a carta — R.J.
- Catálogo I.N.A.H. Instituto Nacional de Antropologia e História* 1957. — México.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — vol. LIV — 1957 — Gráfica Canton Ltda. — São Paulo.
- Geographical Review* — January — 1957 — Number 1 — volume, XLVIII — New York.
- Revista do Clube de Engenharia* — Rio de Janeiro 1958 — n.º 257 — Rio de Janeiro.
- Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch* — Heft — 5 — 1957 — Im Verlag Der Buchhändler Vereinigung GmbH — Frankfurt — M.
- Catalogue Righty 1958 American and Foreign Periodicals* — Walter J. Johnson, Inc New York.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO

- O Brasil em Jornal* — n.º 3 — Editôra Reforma S.A. Rio de Janeiro.
- Carta Semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 30 de Dezembro de 1957 e 6 de Janeiro de 1958 — 125.^a carta — Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico e Informativo* — Fevereiro — Setembro 1957 ns. 3-4 ano 1 — S. Paulo.

- Catalog* — (Library of Congress) — 1898-1942 — New York.
- Italia informazione* — 15 de Janeiro de 1958 — Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 10 e 25 de Janeiro de 1957 — ns. 2.141 e 2.142 — ano LIX — Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — ano XXV — vol. L — Outubro, 1957 — n.º 4 — Instituto do Açúcar e do Alcool — Rio de Janeiro.
- Boletim Aéreo* — Agosto, septiembre e Outubro de 1957 — N.º 26, 27 e 28 — Instituto Panamericano de Geografia e História — México.
- Para Todos* — quinzenário da cultura brasileira — ano II ns. 42-43 — 1.ª e 2.ª quinzena — Fevereiro 1958 — Rio — São Paulo.
- Estatutos do Instituto Hans Staden* 1957 — São Paulo.
- Catalogo de la Biblioteca Navarro de Historia y Cultura Mexicana* — México.
- Catálogo da Agir* — Julho — Agosto — Setembro e Outubro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Italia Informazioni* — 30 de Dezembro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Catalogo* — Iliffe Books — autumn supplement — 1957 — London.
- Da Índia Distante* — Boletim publicado pela Embaixada da Índia — 26 de Janeiro de 1958 número especial — Dia República — Rio de Janeiro.
- La Universidad del Zulia* — 30 de Noviembre y 7 de Diciembre de 1957 ns. 55-56 — ano II — Maracaiba.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — Novembro e Dezembro de 1958 — ns. 11 e 12 — vol. III — Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — Novembro e Dezembro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Notícias da Indonésia* — 17 de Fevereiro de 1958 — ns. 1-2 — vol. V — Rio de Janeiro.
- América Indígena* — enero, 1958 — n.º 1 — vol. XVIII — México.
- Américas* — Janeiro de 1958 — n.º 1 — vol. X — Rio de Janeiro.
- Boletim Indigenista c/índice* — Diciembre, 1957 — n.º 4 — vol. XVII — México.
- Boletín del Comité de Archivos* — Enero, 1958 — n.º 1 — ano I — Imprenta del Archivo Nacional la Habana — Cuba.
- Catalogue n.º 279 E.J. Brill* — Leiden — (Netherland) — 1958
- Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio* — Fevereiro — 1958 — ano IV — n.º 35 — R.J.
- Crónica de la Unesco* — vol. III — n.º 12 — Diciembre, 1957 — Boletim mensal — La Habana — Cuba.
- Engenharia* — Outubro e Novembro de 1957 — vol. XVI — ano XVI números 179-180 — São Paulo.
- Correio do Senac* — 15 de Fevereiro de 1958 — n.º 180 — ano IX — Rio de Janeiro.
- Boletim de la Academia Nacional de Historia* — Julio-Diciembre de 1957 — n.º 90 — vol. XXXVII — Quito — Equador.
- Revista Ecuatoriana de Educacion* n.º 45 — Enero-marzo de 1957 — año X — Quito — Ecuador.
- Bulletin of the New York* — Public Library — January, 1958 — vol. 62 — number I — New York.

- Foldrajzi K'ozlemeny ek* — vol. 81 — ns. 3-4 — 1954 — Budapest.
- Jornal do Comércio* de 7 de Setembro de 1922 — Edição comemorativa do centenário (1822-1922) da Independência do Brasil — Oferta do Sr. Gualter de Oliveira.
- Revista do Clube de Engenharia* — Fevereiro de 1958 — n.º 258 — Rio de Janeiro.
- The Catholic Historical Review* — number 4, — vol. XLIII — January — 1958 — Washington — D.C.
- Revista Shell* — n.º 80 — Setembro — 1957 — Rio de Janeiro.
- Przegląd Geograficzny* — kwartalnik — tom XXIX — Zeszut 2 e 3 — Warszawa — 1957.
- Bibliografia Geografu Polskiej* — 1952-1953 — Warszawa.
- Catálogo* n.º 159 — *Jornal do Comércio* 2-3-958 — Livraria Kosmos — Editora. Rio de Janeiro.
- Carta Mensal* — Março 1958 — ano IV — n.º 36 — Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — ano IX — n.º 180 — 15 de Fevereiro de 1958 — Rio de Janeiro.
- German construtional enginiering for export* n.º 6 — 30-12-1957 — Germany — Alemanha.
- Boletim Bibliográfico* — vol. I — n.º 4 — Agosto — 1957 — Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — Novembro — 1957 — N.º 5 — ano XXV — vol. L — Rio de Janeiro.
- Boletim informativo I.B.G.E.* ns. 3/4 Maio, Agosto, 1957 — Rio de Janeiro.
- Douro Litoral* — oitava série V — VI Imprensa Portuguesa — Porto.
- Jahresbericht der Geographischen Gesellschaft von Bern-band* — XLIII — 1955/56 — Bern — 1957.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — março de 1958 — ano XV — n.º 177 — Rio de Janeiro.
- Boletim Semanal do Departamento Nacional de Educação* — 18 de Janeiro 1958 — n.º 2 — ano I — R.J.
- Universidade Pontificia Bolivariana* — Septiembre — Noviembre, 1956 — número 77 — vol. XXI — Febrero — Marzo — 1957 — Medellin — Colombia.
- Catálogo Livraria San Carlos* — n.º 6 Junho de 1957 — Rio de Janeiro.
- Bibliografia Cartográfica do Brasil* — Publicações — 1, 2, e 4 — Faculdade Nacional de Filosofia — 1951/52/54 — Rio de Janeiro.
- Catálogo* n.º 139 — Livraria Kosmos Editora — Rio de Janeiro.
- Almanaque do Correio da Manhã* de 1958 — Rio de Janeiro.
- Bandarra* — Artes e Letras Ibéricas — n.º 48 Dezembro 1956 — ano IV — Porto.
- Informação Agrícola* — Dezembro 1957 — n.º 140 — ano XI — Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — Fevereiro — 1958 — n.º 2 — ano VIII — Rio de Janeiro.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia* ns. 158 e 159 — Abril — junio e julio — setiembre de 1957 — Caracas.

- Universidad Pontificia Bolivariana* — Abril-Julio 1957 — n.º 78 — vol. XXII — Medellin Colombia.
- The Americas* — January, 1958 — number, 3 — vol. XIV — Academy of American Franciscan History — Washington — D.C.
- Catalogue* n.º 281 — E.Y. Breel — 1958 — Leiden — (Netherlands).
- Saúde* — Julho e Agosto de 1957 — ns. 115 e 116 — ano X — Rio de Janeiro.
- British Buletin of Publications on Latin America, The West Indies, Portugal and Spain* — November — 1957 — n.º 18 — London.
- Italia informazioni* — 30 de Janeiro e 15 Febbraio 1958 — Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — Fevereiro de 1958 — n.º 414 — ano XXXV — Rio de Janeiro.
- Decreto* n.º 40.702 — de 31 de Dezembro de 1956 (Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do impôsto de renda, publicado no *Diário Oficial* de 2-1-57. — Republicado em 8-1-57 — Rio de Janeiro.
- Carta semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 13, 20, 27 de Janeiro e 10 de Fevereiro de 1958 — 127.^a 128.^a 129.^a 131.^a cartas — Rio de Janeiro.
- A Pequena obra de Divina Providência* — Fevereiro, 1958 — ano V — n.º 21 Rio de Janeiro.
- Subsidios para a História Marítima do Brasil* — vol. XVI — Rio de Janeiro. — 1957.
- Revista Marítima Brasileira* — Outubro — Novembro — Dezembro de 1957 — ns. 10, 11 e 12 — ano LXXVII — Rio de Janeiro.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JANEIRO DE 1958

- Petróleo* (Legislação Subsídios e Projetos) (Câmara dos Deputados — Dept. de Serviço de Taquigrafia — Diretoria de Documentação e Publicidade — Documentos Parlamentares) — Rio de Janeiro, Serv. Graf. I.B.G.E. — 1956 — 3 vols.
- Planos do Carvão Nacional* (Câmara dos Deputados — Dept. de Serviço de Taquigrafia — Diretoria de Documentação e Publicidade — Documentos Parlamentares) — Rio de Janeiro — Serv. Gráf. I.B.G.E. — 1956, 2 vols.
- Lery (Jean de) Le Voyage au Brésil* — 1558 — Avec une Introduction par Charly Clerc — 1927 — Payot — Paris — Oferta do Dr. Claudio Ganns.
- Exposicion sobre El Descubrimiento de América y su repercusion en Holanda* — 14 octubre — 19 octubre — 1957 — Holanda — Oferta do Dr. Claudio Ganns.
- Julien (Ch. André) Les Voyages de Découverte et les Premiers Etablissements* — (XVe XVIe siècles). Presses Universitaires de France — Paris — 1948.
- Sousa (T.O. Marcondes de) Uma recente biografia de Fernando de Magalhães* — Separata do n.º 31 de Revista de História — São Paulo — 1957.
- Bernardi (Mansueto) O primeiro caudilho Rio Grandense* — Fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju — Editora Globo — Rio de Janeiro — Pôrto Alegre — São Paulo — 1957.
- Venezuela 1956* — República de Venezuela — Ministério de Relaciones Exteriores — García y Gonzales, Impresores — Caracas — 1956.
- Anuário do Instituto Anchietano de Pesquisas* — vol. I — Tipografia do Centro S.A. — Pôrto Alegre.

- Directorio de Importadores y Exportadores de Venezuela — Rep. de Venezuela*
Ministério das Relações Exteriores — Tipografia La Nacion — Caracas — 1956.
- Castro (M. Viana) — *Flagrantes do Brasil Hodierno* 2.^a série — Gráf. Edit.
Jornal do Comércio S.A. Rio de Janeiro — 1957.
- Valverde — (Orlando) *Planalto Meridional do Brasil — Serviço Gráfico*
I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1957.
- Costa (Cruz) — *Esbozo de una Historia de las Ideas en el Brasil*; III — Fondo
de Cultura Econômica — México — Primera edición — 1957.
- Kirk (Dr. Grayson) — Reitor da Universidade de Columbia, «*Que é Comunismo*», organizado por Richard? Ketchum — Edição Saraiva — 1957 — Columbia.
- Rodrigues (Lêda Boechat) — *Bibliografia de José Honório Rodrigues.* — Rio de Janeiro — 1956.
- Sternberg (Hilgard O'Reilly) *Geography's Contribution of the Better Use of Resources.*
- Moody (Ralph) *Kit Garson e a Fronteira Selvagem* — Edição Saraiva — São Paulo — 177 págs.
- Galt (Tom) Peter Zenger, Campeão da Liberdade — Edição Saraiva — São Paulo — 204 págs. — Oferta da Câmara dos Deputados.
- Anais Organizado pela Diretoria de Publicidade ano 1951* — Sessões de março de 1951 a 6-11-1951 — Dep. Imp. Nacional — 1952 — 56 — 10 vols — Rio de Janeiro.
- Anais de 1956* — vol. 1 a 44 — Rio de Janeiro — Serv. Gráf. I.B.G.E. — 1956.
- Anais 1952* — vols. 1-49 — Rio de Janeiro — I.B.G.E. — 1953.
- Anais da Câmara dos Deputados* — Sessões de 1 de Agosto a Outubro de 1954 — (1.^a Quinzena) — Rio de Janeiro — Impr. Nacional — 1955 — 5 vols.
- Anais da Câmara dos Deputados*, organizado pela Diretoria de Publicidade — (Convocação) — Janeiro e Março de 1952 — Janeiro, Fevereiro e Março de 1953 — Rio de Janeiro — I.B.G.E. — 1953 — 12 vols.
- Anais da Câmara dos Deputados* — Diretoria de Documentos e Publicidade 1955-1956 — Vols. de 1 a 10 — Convocação extraordinária 27 a 30 de Dezembro de 1955 e 2 de Janeiro de 1956 — I.B.G.E. — 1956 — 10 vols. — Rio de Janeiro.
- Anais da Câmara dos Deputados*, organizado pela Redação dos Anais e Documentos Parlamentares, vols. 1 a 21 — 1947 — 15 de março a 29 de maio de 1947 — 5 vols. — Rio de Janeiro — Impr. Nacional 1950-53 — 16 vols.
- Câmara dos Deputados* — Diretoria de Publicidade Documentos Parlamentares — Leis complementares da Constituição — Rio de Janeiro — I.B.G.E. 1953-55 — 5 vols.
- Câmara dos Deputados Dep. de Serviço de Taquigrafia* — Diretoria de Documentação e Publicidade — *Documentos Parlamentares* — Petróleo (Legislação — Subsídios e Projetos) — Rio de Janeiro — I.B.G.E. — 1956 — 3 vols.
- Câmara dos Deputados Dep. de Serviço de Taquigrafia* — Diretoria de Documentação de Publicidade Documentos Parlamentares — Plano Carvão Nacional 1956 — 2 vols.

- Sternberg* (Hilgaro D'Reilly) Agriculture and Industry (The Geographical Yocernal — December — 1955 — London, by William Clower and Sons, Limited — 1955.
- Mitre* (Bartolomé) Profesión de Fe y Otros Escritos — Departamento Editorial — Universidad de Buenos Aires.
- Museu da Inconfidência* — (Anuário do) Ouro Preto — 1954 — ano III — Oliveira Costa — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Rio de Janeiro.
- Relatório da Comissão Especial sobre o Problema da Hungria* — Assembléia Geral Documentos Oficiais — undécima sessão — suplemento n.º 18 (a/3.592) — 1957 — Nova York.
- Reis* — (Artur César Ferreira) — A Contribuição Portuguesa na Formação da Nacionalidade Brasileira — Separata da Revista «Ocidente» vol. III — 1957 — Lisboa.
- Araújo* — (Padre Heitor) — A Bahia e a Imaculada Conceição — 1957 — Editora Era Nova — Bahia.
- Bello* — (Conde de Campo) — Homens de Atães — Edições Maranus — 1957 — Pôrto.
- Tupi ou Nheengatu o Português* — (Silva Protásio I.R.) — da Gramática Umbueçana Mucameemçauera — 195 — Seção de Artes Gráficas — Escola Técnica — 1957 — Manaus.
- Arca* — (P. Nunes) — Brasil Restituído — Reconquista da Bahia de S. Salvador pela Armada de D. Fradique de Toledo — Os 3 Felipes da Espanha que foram Reis do Brasil — Ação da Espanha Filipina no Brasil e na América 1580/1640 — Edigraf. — Edições Artes Gráficas — São Paulo.
- Azevedo* (José Luiz Bragança de) — Alfândega da Cidade de Rio Grande do Sul — Contribuição à História de sua criação, instalação e administração — Dados biográficos de juizes e dos inspetores que nela serviram — (1804 a 1940) — Livraria do Globo — S.A. — Pôrto Alegre.
- Tipos e Aspectos do Brasil* — (Excertos da Revista Brasileira de Geografia — 6.ª edição — aumentada — 1956 — Rio de Janeiro — I.B.G.E.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE FEVEREIRO

- Gravuras e Desenhos da Coleção Albertina de Viena* — Exposição realizada Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 20 de Novembro a 7 de Dezembro — Rio de Janeiro — 1957 — Oferta do Prof. Celso Cunha.
- Exposição do Livro Italiano de Arte* — Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 19 a 29 de Agosto de 1957 — Rio de Janeiro — Oferta do Professor Celso Cunha.
- Homenagem a Camões* — Discurso do Professor Celso Ferreira da Cunha — Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro — Oferta do Prof. Celso Cunha.
- Cunha* — (Celso Ferreira) — Camões e a Unidade da Língua, Discurso do Prof. — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Oferta do Prof. Celso Cunha.
- Paez* — (José Antônio) — Archivo del General — Tomo Segundo — (1821/1823 — Documentación del Archivo Nacional de Colombia, Publication de la Fundacion John Boulton — Caracas, Venezuela — Editorial Kelly — 1957 — Bogotá — D.E.

- Illinois State Geological* — Survey Division of the John C. Frue, Chief — Circulares de 226 a 231 — 1957 — Urbana.
- Guimarães* — (Argeu) — Na Holanda com Frans Post, Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — vol. 335 — abril a junho de 1957 — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.
- Ferraz* — Maria Cecília B. São Carlos e sua Fundação — Editora Cupolo Ltda. — São Carlos — São Paulo — 1957.
- Mattos* — General J.B. Os Monumentos Nacionais — Mato Grosso — Separata da Revista Militar Brasileira — Imprensa de Exército — Rio de Janeiro — 1957.
- Rockefeller Foundation* (The) — Annual Report — 1956 — Printed in the United States of America — New Yorv.
- Anuário da Diretoria do Serviço Geográfico* — 1956 — n.º 7 — Oficinas Gráficas da D.S.G. — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.
- Rodrigues* — (José Honório) — Novas Cartas de Capistrano de Abreu — (Separata da Revista de História, n.º 31) — 1957 — São Paulo.
- Wanless* — (Harold R.) — Geology and Mineral Resources of the Beardstown, Glasford Quadrangles — Bulletin n.º 82 — Illinois State Geological Survey — Urbana — Illinois.
- Rodrigues* — (José Honório) — Capistrano de Abreu, in Freund Deutschlands — Band — 1958.
- Illinois State Geological Survey* — (Division of the) — John C. Frye — Chief — Circulares — 232 a 239 — 1957 — Urbana.
- Possibilidade na Bacia Paraná* — Uruguai — 1956 — São Paulo — Monografia elaborada pelo General Carlos Berenhauser Junior — Irmãos Brasana Ltda. — Oferta de Alvaro de Sousa Lima.
- Luciano Jacques de Morais* — Irmãos Bresane Ltda. — São Paulo — Oferta de Alvaro de Sousa Lima.
- Recursos Florestais da Bacia Paraná* — Uruguai 1956 — Oferta de Alvaro de Sousa Lima.
- Eudoro H. Lins de Barros* — Irmãos Bressane Ltda. — São Paulo.
- Análise Preliminar do Desenvolvimento Econômico da Bacia Paraná* — Uruguai — 1956 — S.P.
- Bacia Paraná* — Uruguai — 1956 — São Paulo — Oferta de Alvaro de Sousa Lima.
- Relatório de Exército de 1956* — 1957 — São Paulo.
- Aproveitamento Hidráulico do Rio Paraná* — 1957 — São Paulo — Oferta de Sousa Lima.
- Montero* — (Eduardo Garcia) — El Código de los Piratas — II Tomo — Samarti y Cia. S.A. — Impressores — Lima — Peru.
- Pinacoteca do Museu Imperial* — Ministério de Educação e Cultura — 1956 — Petrópolis — (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).
- Almanaque Eu Sei Tudo* — 1958 — 38.º ano — Cia. Editora Americana — Rio de Janeiro — (Oferta de Dr. Cláudio Ganns).
- Sousa* — (T.O. Marcondes de) — A Fundação de São Paulo, Capital Geográfico de Brasil — Separata do n.º 32 da Revista de História — São Paulo — 1957.

- Bueno* — (Andres de Piedra) — Marti, mensajo Biografico — Ediciones del Instituto Civico Militar — Cuba.
- Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution* — publication 42 — 72 — june 30 — 1956 — U.S. Government Printing Office — Washington — D.C.
- Medina* — (José Toribio) — Colecion de Documentos Ineditos para la Historia de Chile — Tomo I e II segunda serie: 1958 — 1572/1573 — 1580 — Fondo Historico y Bibliografico J.T. — Medina — Santiago do Chile — 1956.
- Medino* — (José Toribio) — Discurso sobre la importancia, forma y disposición de la Recopilación de Leyes de las Indias Occidentales que en su Real Consejo presenta el Licenciado — Antonio de León — 1623 — Estudios Bibliograficos — Fondo Historico y Bibliografico José Toribio Medina — Santiago de Chile — 1956.
- Magalhães* — (Basilio de) — O Café na história, no Folclore e nas Belas Artes — série 5.^a — vol. 174 — (Brasiliana) — Oferta de Dr. Basílio de Magalhães — Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1939.
- Toledo* — (João) — Sombras que vivem — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro — 1935 — Oferta de Dr. Basílio de Magalhães.
- Fernandez* — (Antonio y Fernandes) — Interpretacion de las Siglas de Cristobal Colon fasciculo — I — Vigo — 1957.
- Atas do Segundo Congresso Hispano — Luso Americano de Direito Internacional* — São Paulo — Outubro de 1953 — II — 1957 — São Paulo.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MARÇO DE 1958

- Chagas* — (Paulo Pinheiro) — Teófilo Otoni — Ministro do Povo — Livraria São José — 1956 — Rio de Janeiro 2.^a edição — Doação de Cláudio Ganns.
- Branco* — (Cristino Castelo) — Frases e Notas — Irmãos Pongetti — Editôra — Rio de Janeiro.
- Basbaum* — (Leoncio) — História Sincera da Republica — Das origens até 1889 — (Tentativa de interpretação marxista) — Livraria São José — 1957 — Rio de Janeiro.
- José* — (Oiliam) — Marlière, o Civilizador — (Esbôço biográfico) — Editôra Itatiaia Ltda. — Belo Horizonte — 1958.
- Hoffman* — (Frederick) — O Romance Moderno nos Estados Unidos 1900 — 1950 — Tradução de Sérgio Duarte — 1951 — Revista Branca — Rio de Janeiro.
- Chang* — (Eillen) — A Canção do Arrozal em Flor — (Romance) — Tradução de Antônio Agenor Briquer de Lemos — Revista Branca — 1950 — Rio de Janeiro.
- Kormitzer* — (Bela) — Eisenhower e Família — Edições Caravela Ltda. — 1955 — Rio de Janeiro.
- Chrysler* — (Walter P.) e Bayden Sparkes — «A vida de Chrysler» — De operário a milionário — Edição Caravela Ltda. — Rio de Janeiro.
- Botein* — (Bernard) — Memórias de um juiz — Tradução de Valda M. Bustamante — Livraria Clássica Brasileira — S.A. — Rio de Janeiro — 1957.
- Balduvin* — (Leland Dewitt) — A grande esperança — Tradução de Jorge Arnaldo Fortes — Editôra Ipanema — 1956 — Rio de Janeiro.

- Riley, Jr.* — (John W.) e Wilbur Schramm — Os Vermelhos Atacam Uma Cidade — Tradução de R. Sousa — Editôra Ipanema Ltda. — 1957 — Rio de Janeiro.
- Killeffer* — (D.H.) — O Maravilhoso mundo da Química — Tradução de João Batista Ramos — Editôra Civilização Brasileira S.A. — 1956 — Rio de Janeiro — São Paulo — Bahia.
- Ellis* — (Myriam) — Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo — Separata da Revista de História n.º 30 — São Paulo — 1957.
- Ellis* — (Myriam) — Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial — (notas prévias de um trabalho em preparo — Separata do n.º 32 da Revista de História — 1957 — S. Paulo.
- Pinheiro* — (M.P. Fernandes) — A Exatidão e a Pesquisa Literária — II — Empresa Gráfica Carioca S.A. — 1957 — Rio de Janeiro.
- Sousa* — (T.O. Marcondes de) — A Fundação de São Paulo — Capital Geográfica do Brasil — (Separata do n.º 32 da Revista de História) — São Paulo — 1957.
- Aranha* — (A.B. Martins) — O Brasil Segundo Champagne e Olivier — Cadernos A.A.B.B. n.º 30 — 1957 — Rio de Janeiro.
- Mello* — (General Raul Silveira de) — General João Ferreira Johnson — (Separata d'A Defesa Nacional número de Fevereiro de 1957 — Rio de Janeiro.
- Mello* — (General Silveira de) — Aos Guaicurus deve o Brasil o Sul de Mato Grosso — Imprensa do Exército, 1957 — Rio de Janeiro.
- Mello* — (General Silveira de) — O Governo Paraguaio e suas Relações com o Brasil de 1822 a 1864 — Imprensa do Exército — Rio de Janeiro — 1957.
- Mello* — (General Silveira de) — Retrospecto Histórico sobre Fêcho dos Morros, Imprensa do Exército — 1957 — Rio de Janeiro — Mello (General Silveira de) — Tropelias e Lutas dos Guaicurus contra os Paraguaiois — Separata de Defesa Nacional número de Maio — 1957 — Rio de Janeiro.
- Kunio* — (Yanagida) — Compiled and Edited by Traslated and Adapted by Charles S. Terry — Japanese Manners Customs in the Muji Era — Obunsha Tokio — Japan — 1957.
- Conte* — (Augusto) — Comemoração do I Centenário de morte de... Exposição realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 5 a 28 de Setembro — 1957 — Rio de Janeiro.
- Soares* — (Teixeira) — O Gigante e o Rio — (Ação de Mauá no Uruguai e Argentina — (1851/1878) — Companhia Brasileira de Artes Gráficas — Edição do Autor — Rio de Janeiro — 1957 — Oferta do Dr. Cláudio Ganns.
- Briceno* — (Pedro Luis Falcon) — Discurso pronunciado por el Senador Doctor... en el Congreso Nacional, com motivo de la Sesión Solene del dia 4 de julio de 1957 en Homenaje a las Fuerzas Armadas Nacionales — Imprenta Nacional — 1957 — Caracas.
- Rodrigues* — (Luiz Acosta) — Discurso pronunciado por el Diputado Profesor... en la Sesión Solemne celebrada por el Congreso Nacional el dia 6 de Julio de 1957 en homenaje a las Herôes de nuestra Nacionalidad — Imprenta Nacional — 1957 — Caracas.
- Jimenez* — (General Marcos Perez) — Contestación al Mensaje presentado por el ciudadano Presidente de la Republica... al Congreso Nacional, el 25 de abril de 1957 — Imprenta Nacional — 1957 — Caracas.
- Camara del Senado* — Secciones de los dias 12 de junio de 1957 y asuntos con ellas relacionados — Imprenta Nacional — 1957 — Caracas.

- ellas relacionados — Imprensa Nacional — 1957 — Caracas — Oferta do Dr. Artur Cesar Ferreira Reis.
- Ruellan* — (Francês) — Expedições Geomorfotógicas no Território do Rio Branco — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — 1957 — Rio de Janeiro.
- Monteiro* — (Mário Ipiranga — Memórias sobre a Cerâmica Popular do Manauquiri — Publicação n.º 1 — Antropologia — Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — 1957 — Rio de Janeiro.
- Lechthaler* — (Engenheiro Robert) — Inventário das Árvores de um Hectare de Terra Firme da Zona «Reserva Florestal Ducke» — Publicação n.º 3 — (Botânica) — Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — 1956 — Rio de Janeiro.
- Arens* — (Prof. Karl) — Histometria Quantitativa de Madeiras — Publicação n.º 4 — (Botânica) — Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — 1957 — Rio de Janeiro.
- Kuhlmann* — (João G.) — Novitates Florae Amazonica — publicação n.º 5 — (Botânica) — Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — 1957 — Rio de Janeiro.
- Aren* — (Prof. Karl) — Fungos no côco babaçu — Publicação n.º 1 — (Botânica) — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Rio de Janeiro.
- Altman* — (Dr. R.F.A.) — O Leite de «Assacu» ou Árvore do Diabo — (Hura repitans L) — Nota preliminar — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Manaus — Amazonas — 1956 — Publicações Avulsas n.º 2.
- Ruellan* — (Francis) — Nota sobre a jazida de calcário da Região de Rio Maués — Publicações avulsas.
- Reis* — (Artur César Ferreira) — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Origem Objetivos — Funcionamento — Sua contribuição para o conhecimento realístico da Amazônia Publicações avulsas n.º 7.
- Rodrigues* — (William A.) — Lista dos nomes vernáculos da flora do Território do Rio Branco — Publicações avulsas n.º 8 — Manaus — Amazonas — 1957.
- Altman* — (R.F.A.) — Oliveira (Pedro Capucho de) e Oliveira e Silva — (Emilson Gasparde) — A Composição Química do Fruto de «Umary» (Poraqueiba paraensis) Ducke e P. sericea, Ful. — Notas preliminares — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — 1956 — Publicações avulsas n.º 4.
- Price* — (Llewellyn Ivoc) — Uma expedição Geológica e Zoológica ao Alto rio Juruá, Território Federal do Acre, realizada sob os auspícios do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1956 — Publicações avulsas n.º 5.
- Catálogo da Incunábulo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.* Ministério da Educação e Cultura — Editorial Império, Ltda de Lisboa — Oferta do Dr. Celso Cunha — 1956 — Rio de Janeiro.
- Exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo* — Setembro — 1957 — Editorial Império Ltda. de Lisboa — Oferta de Dr. Celso Cunha.
- Bandera* — Madre de Banderas — Discurso de Ordem del Diputado por el Estado Falcon, señor Vitelio Reyes, en los actos conmemorativos del 150.º aniversario del desembarco del «Leander» en La Vela de Coro, con la toma del Castillo San Pablo, hecha por el General Francisco de Miranda, quien izara por primera vez, en tierra venezolana, el Pabellon de la Republica — La Vela de Coro 3 de Agosto de 1956 — Caracas — Venezuela.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1958

TRIMESTRE	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
Obras oferecidas	48	33	45	126
Revistas nacionais e estrangeiras	81	79	68	228
Catálogos recebidos	10	9	9	28
Documentos recebidos	—	1	—	1
Jornais recebidos	5	18	13	36
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	3.204	2.906	4.208	10.318
<i>Museu</i>				
Visitantes	38	79	34	151
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas:				
Obras	6.218	5.328	6.452	17.998
Jornais	2.526	2.118	2.735	7.379
Revistas	2.932	2.684	3.192	8.808
Mapas	312	276	915	1.503
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos	112	53	87	152
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	180	88	153	421

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

COMISSÕES PERMANENTES EM 1958-1959

HISTÓRIA: { Henrique Carneiro Leão Teixeira
Filho
Helio Vianna
José Wanderley de Araújo Pinho
Herbert Canabarro Reichardt
Valentim Benício da Silva

FUNDOS E ORÇAMENTOS: ... { Affonso Penna Junior
Arthur Cesar Ferreira Reis
José Antonio Soares de Souza
Thiers Fleming.
Ildefonso Mascarenhas da Silva

GEOGRAFIA: { Francisco Jaguaribe Gomes de
Mattos
Adolfo Morales de Los Rios Filho
Carlos da Silveira Carneiro
Virgílio Corrêa Filho
Lucas Boiteaux.

ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA: { Rodrigo Melo Franco de Andrade
Francisco Marques dos Santos
José Honório Rodrigues
José Luís Batista
Gustavo Barroso.

BIBLIOGRAFIA: { Américo Jacobina Lacombe
Claudio Ganns
Vieira Ferreira
Eugênio Vilhena de Moraes.
Mucio Leão

ESTATUTOS: { Levi Carneiro
Estevão Leitão de Carvalho
Rodrigo Otávio Filho
Pedro Calmon
Edmundo da Luz Pinto.

ADMISSÃO DE SÓCIOS: { Augusto Tavares de Lyra
Alfredo Valadão
João Baptista Magalhães
Manuel Xavier de Vasconcelos Pe-
drosa
Christovam Leite de Castro.

